



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. A AO Nº 191, QUINTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2023

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – CPI DAS ONGS

Ata da 17ª Reunião, realizada em 3 de Outubro de 2023	4
Ata da 18ª Reunião, realizada em 10 de Outubro de 2023	51
Ata da 19ª Reunião, realizada em 17 de Outubro de 2023	92
Ata da 20ª Reunião, realizada em 19 de Outubro de 2023	133
Ata da 21ª Reunião, realizada em 20 de Outubro de 2023	169
Ata da 22ª Reunião, realizada em 24 de Outubro de 2023	218
Ata da 23ª Reunião, realizada em 25 de Outubro de 2023	259
Ata da 24ª Reunião, realizada em 26 de Outubro de 2023	263
Ata da 25ª Reunião, realizada em 31 de Outubro de 2023	296





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dezessete minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Wilder Moraes e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Beto Faro, Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Eduardo Humberto Ditt, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, em atendimento ao requerimento 123/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 138 de 2023** que : "Requer informações ao Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 139 de 2023** que : "Convida Juliano Bueno de Araújo, Diretor Presidente do Instituto Arayara de Educação e Cultura, para prestar informações." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 140 de 2023** que : "Convida Ilan Zugman, Diretor Geral para América Latina da 350.org, para prestar informações." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 141 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Especial da Secretaria Especial para o programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Marcus Cavalcanti, informações sobre empreendimentos qualificados no escopo de sua competência." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/03>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia, bom dia a todos.

Havendo quórum, havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes, depoimento e deliberação de requerimentos.

Primeiro, como sempre tenho feito, até para esclarecimento e para informação do brasileiro e para informação das brasileiras, a gente apresenta vídeos, e nos deparamos com um vídeo que viralizou na internet, que diz que o Rio Amazonas secou e que a floresta está pegando fogo.

Como eu sou do Amazonas, percorri algumas áreas antes nas queimadas, quando estava queimando. Percorri a BR-309, 200km apenas, sábado eu fui ao Rio Solimões e eu queria mostrar para vocês. Primeiro, o vídeo que acaba com o mundo, que acaba com a Amazônia, que seca o Rio Amazonas, para essa gente, e, depois, quero mostrar vídeos e fazer alguns esclarecimentos.

Primeiro esse vídeo alarmista, o que é próprio deles, a pena, o que é lastimável, que viraliza, tanto lá fora como no Brasil. Lá fora, que enganam os europeus e os americanos, vá lá, mas enganar o brasileiro e acreditar nisso é outra história, por isso que a gente apresenta o outro lado da versão.

Primeiro vídeo, por favor.

O vídeo nº 1 tem 01 minuto e 44 segundos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles afirmam que o Rio Amazonas secou, a Amazônia pede socorro e eles pedem dinheiro, como sempre. Isso é para pedir dinheiro, como sempre. O europeu desavisado vai acreditar nisso, sem dúvida nenhuma. Imaginem a possibilidade de o Rio Amazonas secar. Essas cenas aí – o Marcio conhece bem – são de braços de rios ou pequenos rios que realmente secaram, ficou só o curso. Aquela cena de muitos barcos talvez seja na Marina do Davi, lá em Manaus: seca, os barcos recuam, vão para o leito principal do Tarumã, que também está bastante seco. Nada que nos assuste, porque nós estamos acostumados com isso – sofrer. O problema é que tudo é emergencial, nunca é preventivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou mostrar aqui um vídeo de 30 segundos. Por favor, é o vídeo nº 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí sou eu numa pequena lancha, Marcio, a gente no Rio Manacapuru. Manacapuru está lá, sendo visto, e a gente foi para o outro lado do Solimões, uma comunidade chamada... Isso aí é o Solimões, não é nem o Amazonas. Olha só. Imagina só. Ele não secou, ele está vazando. A beira – como a gente chama – está praiada, com certeza diminuiu o volume de água. Isso aí é parte do Solimões, que dá frente a uma cidade perto de Manaus, ligada a Manaus por 90km. E a gente foi nessa área aqui, o vídeo nº 3. Olha só quando a gente chega à comunidade. É o vídeo ou é foto. Acho que é uma foto, a 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está aí. Aí os moradores vêm da praia. Atrás da praia, tem as casas. Secou. Então, eles têm que vir em barco pequeno para encontrar a gente. É isso aí, a seca é isso aí em um rio grande como o Solimões, como o Rio Amazonas. Pequenos rios realmente secam mais. A gente ficou nesse barco. Os comunitários vieram conosco para falar das suas mazelas, de seus problemas, e a gente com emenda parlamentar vai ajudar, principalmente em se tratando de água potável. Olha só. Imagina o que eles dizem lá, que o Rio Amazonas secou. Isso aí é parte do Rio Solimões. Perto da beira, da margem, como queiram, realmente seca. Isso é normal. Este ano talvez tenha sido mais.

E um depoimento aqui de 27 segundos. Nesse depoimento, vamos escutar uma voz feminina dizendo que 2009 foi pior. É o vídeo 4.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele está dizendo que em 2009 foi pior a questão de locomoção. Então, isso não é o fim do mundo. É um problema que nós, amazônidas, estamos acostumados a sofrer. Aproveitam das nossas mazelas, dos nossos problemas, para angariar dinheiro. Eu só mostrei isso para provar que esses vídeos alarmistas chegam ao cúmulo... Esse pessoal não tem ideia do que é o Rio Amazonas, dizendo que o Rio Amazonas secou e que a floresta está pegando fogo. São focos que muitas vezes não são nem no Brasil – muitas vezes.

Aí eles trabalham para isolar. Olha só como vive o índio isolado. Eles conseguiram aqui a comunidade indígena xipaya, e a asurini, na ilha do Passaí, na região de Altamira, no Pará, onde está havendo problema. Os índios estão isolados. Olha a escola dos índios isolados, que é patrocinada pela prefeitura. Isso é no Pará, em Altamira. Isso aqui é uma escola dos índios isolados. É isso aí. Eles querem isolar os índios para... Se é que se pode chamar isso de escola. Tem áudio? Não, né?

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí é uma escola dentro de uma área indígena – são os famosos isolados, que eles falam. Querem manter essa gente isolada para tratar assim.

E por último, São Gabriel da Cachoeira, que a gente tem falado muito aqui porque é a região mais rica do planeta, com a população mais pobre do Amazonas. Nesse momento de seca eles têm que ir para a sede, em São Gabriel da Cachoeira, receber seu Bolsa Família. A gente já falou disso aqui, que os kuripakos levam três ou quatro dias, os baníuas levam quatro ou cinco dias para chegar.

Desde que eu frequento São Gabriel – e bota tempo nisso – os índios ficam dormindo em cima das pedras. Eles montam acampamento, o Rio Negro passa, tem pequenas cachoeiras, as pedras e a cidade. Olha só como eles ficam lá esperando amanhecer para receber seu Bolsa Família, comprar seu rancho, sua gasolina. São esses povos que eles querem isolados. Olha só como eles ficam em São Gabriel da Cachoeira.

O rio secou, está aí mais perto. Montam acampamento, tem uma balsa lá com o barco, o rio bem seco, e eles ficam aí por alguns dias, até receber o Bolsa Família. Ali chama-se a Bela Adormecida, é um conjunto de montanhas que tem em São Gabriel.

Dá para voltar, só para fazer a propaganda turística da Bela Adormecida?

São montanhas que formam uma pessoa deitada, com os seios e a cabeça. Chamam de Bela Adormecida esse conjunto de montanhas, que é bem em frente a São Gabriel da Cachoeira, uma coisa lindíssima. Eu já tive a oportunidade de dormir nessa floresta, aí embaixo. Chama-se Bela Adormecida.

Está aí a família de índios inteira recebendo. Ficam em cima das pedras. Aí é só pedra. Lá atrás, passa o Rio Negro, já também bem seco, porque ele vem lá de cima.

Aí é o pessoal da Foirn. Olhem o helicóptero lá atrás. Aí são os representantes desses índios. Aquele pessoal que tira foto com helicóptero representa estes índios aqui, que chegam em São Gabriel e não têm a menor atenção. Aí têm que improvisar as redes em cima de pedras com lonas.

Essa é a realidade que a gente, teimosamente, está mostrando para você brasileiro e para você brasileira. É necessário a gente fazer isso, sim.

Passamos, agora, à primeira parte: depoimento, como convidado, do Sr. Eduardo Humberto Ditt, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ).

Esclareço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que o Requerimento 123, de 2023, de minha autoria, convidou a Sra. Suzana Machado Pádua, Presidente e cofundadora do Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ). Porém, a Sra. Suzana Machado Padua, por meio de sua assessoria jurídica, solicitou a sua substituição pelo Sr. Eduardo Humberto Ditt, o que foi ponderado e acatado por esta Presidência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Eduardo, que já está conosco, acompanhado da advogada do IPÊ.

Quero dizer ao nosso depoente, que é nosso convidado, que o senhor aqui não é e nem será tratado como réu. Algumas perguntas podem ser ásperas e duras, nada pessoal.

Nós prestamos um esclarecimento. O brasileiro precisa saber o que os institutos que arrecadam dinheiro, as ONGs fazem com esse dinheiro, por que fazem, como fazem e o que fizeram. Então, é nesse sentido.

O senhor será tratado de modo civilizado. Portanto, fique tranquilo.

A presença da advogada, a gente respeita, mas nem se faz necessária. Com certeza, o senhor não precisará da advogada. Aqui, a gente não bota dedo na cara, não chama ninguém de mentiroso nem ameaça com prisão.

Nós, a CPI é para esclarecer, pegar depoimentos e, depois, elaborar um relatório. É o que nós faremos.

Com a palavra, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Quero só cumprimentar todos. Bom dia a todos.

Presidente Plínio, quero, fora desta pauta, parabenizá-lo. Parece que o projeto de sua autoria propondo oito anos de mandato a membros do Supremo Tribunal Federal começa a andar.

Fiquei orgulhoso de assistir a isso ontem na televisão e de ver o seu nome colocado lá. Você vai entrar para a história.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já que o senhor teve a bondade de citar isso, não partiu de mim, desculpe-me, vai acontecer o que aconteceu com a autonomia do Banco Central.

Nós também tínhamos um projeto de lei nosso, que a gente apresentou em 2019, esperando o momento em que o Governo também tivesse interesse. É o que vai acontecer agora com a PEC para fixar mandato de Ministro do Supremo.

Teremos problemas, com o Executivo querendo invadir, o Judiciário.

E nós, como Senadores, vamos fazer respeitar.

Eu agradeço a sua lembrança, porque me deu oportunidade de falar ao brasileiro e à brasileira que eu sou o autor da lei de autonomia do Banco Central também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E gostei de ver, ontem, o Presidente do Senado falando a esse respeito. E me lembrei de que, antes, na pré-campanha do atual Presidente, ele assumiu esse compromisso com a Bancada do União Brasil.

Ontem, fiquei satisfeito de vê-lo resgatando o compromisso da campanha dele de reeleição e mais ainda de saber que o projeto é de sua autoria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Foi só para a abertura mesmo.

Reforçando as palavras do Presidente, vocês estão aqui como convidados. Nesta CPI, ninguém vai ver casos como vimos, no ano passado, por exemplo, na CPI da Covid, onde mulheres foram maltratadas. Só para terminar a frase: mulheres foram maltratadas. E o que mais me impressionou, além dos maus-tratos que a CPI da tal da Covid fez com várias mulheres, foi o fato de que nenhum movimento feminista se levantou contra os Senadores que fizeram a descortesia, seria o mínimo, com elas.

Mas, aqui, pautada pelo Presidente Plínio, com a minha compreensão de que está absolutamente correto, vocês são convidados. E nosso interesse é esmiuçar temas que, para nós, parece que ainda não estão bem claros.

Fiquem à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso depoente, o nosso convidado, Sr. Eduardo Humberto Ditt.

Eu acho que 25 minutos, 30 minutos são suficientes. Depois, terá oportunidade de, a cada pergunta, esclarecer mais.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Peço a gentileza de colocarem, por favor, a apresentação de PowerPoint.

Obrigado.

Agradeço, mais uma vez, Senador.

Bom dia a todos.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar os Senadores e as autoridades que estão aqui presentes. E agradeço a oportunidade que está sendo dada ao IPÊ de contar sobre o nosso trabalho e de fazer essa apresentação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer, Senador, pelo aceite do nosso pedido de substituição da Suzana Pádua pelo meu nome. Nós estávamos entendendo que eu teria mais condições de falar sobre o IPÊ porque sou eu que acompanho a agenda executiva da organização.

Só para me apresentar aqui, meu nome é Eduardo Ditt. Eu sou engenheiro agrônomo de formação, tenho mestrado e doutorado em Ciência Ambiental e sou Diretor Executivo do IPÊ.

O IPÊ, para quem não conhece, é uma organização da sociedade civil e é formalizada como uma associação sem fins lucrativos, que tem como missão desenvolver e disseminar modelos inovadores de conservação da biodiversidade que promovam benefícios socioeconômicos por meio de ciência, educação e negócios sustentáveis.

Eu vou procurar, com a minha apresentação, contar em mais detalhes sobre como nós atuamos em busca de atingir essa missão e como é que a gente está organizado para essa missão.

Peço licença aos senhores para – eu sei que o foco desta CPI é principalmente Amazônia –, no início da minha apresentação, falar sobre o surgimento do IPÊ, que aconteceu numa área de Mata Atlântica. Para isso, eu queria contar um pouquinho como o IPÊ surgiu.

O IPÊ surgiu, a história dele está muito relacionada a esta espécie de macaco. Este é o mico-leão-preto, uma espécie de primata que tem ocorrência natural restrita a alguns trechos do interior do Estado de São Paulo e é bastante ameaçada de extinção. E é fácil compreender por que ela está bastante ameaçada se a gente analisar o que aconteceu com o Bioma Mata Atlântica.

Nesse mapa do Brasil, a gente pode ver as áreas em verde correspondendo ao que havia de vegetação nativa há 500 anos, quando os europeus chegaram ao Brasil.

Este cenário mudou drasticamente ao longo dos anos. Tudo o que está em amarelo aqui corresponde a terras onde a vegetação nativa foi substituída por outras formas de uso e ocupação do solo. Naturalmente, as áreas de *habitat* dessa espécie reduziram drasticamente, levando a este estado de bastante ameaçada.

O IPÊ nasceu a partir de um grupo de pesquisadores que tinha iniciado um projeto de longo prazo com o objetivo de salvar essa espécie. É o Projeto Mico-Leão-Preto.

Inicialmente, esse projeto era pautado por atividades de pesquisa em ecologia das espécies, em compreender a genética dessa espécie, demografia e comportamento. Quer dizer, um conjunto de estudos mais relacionados à parte biológica.

Logo de início, percebeu-se que era necessário integrar esses esforços de conservação de biodiversidade, fazendo uma leitura do contexto socioeconômico da região onde ela ocorria, buscando formas de integrar melhorias nas condições de vida com conservação de biodiversidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso ainda é mais importante se a gente está falando do interior do Estado de São Paulo, mais especificamente do Pontal do Paranapanema. Nós sabemos que o Pontal do Paranapanema é uma região que, historicamente, enfrenta sérios desafios relacionados à questão fundiária, a disputas pela terra.

Aqui, a gente pode ver um histórico. Até a década de 40, aquela região era quase que 100% ocupada por vegetação nativa de Mata Atlântica, e esse cenário foi-se transformando ao longo do tempo. Nos anos seguintes, aquilo que era uma grande reserva se converteu em diversas grandes fazendas na região. Mais adiante, muitas dessas fazendas começaram a ser convertidas em assentamentos de reforma agrária.

A nossa equipe, olhando para essa transformação histórica na paisagem, começou a se perguntar qual seria o futuro dessas pessoas que vivem lá, sejam os pequenos agricultores que estão assentados, sejam os grandes fazendeiros, e qual será o futuro da biodiversidade que está lá.

Portanto, tendo essa preocupação em mente, a equipe do IPÊ começou a diversificar o seu portfólio de projetos e passou a contemplar, ao mesmo tempo em que ações relacionadas à pesquisa biológica, com biodiversidade, continuaram acontecendo, a gente começou a desenvolver também projetos socioambientais com o intuito de promover ações que fossem capazes de integrar ganhos econômicos com conservação ambiental.

A gente tem vários exemplos para ilustrar os resultados dos projetos focados nesse propósito.

Só para citar alguns deles, o IPÊ ajudou a desenvolver diversos empreendimentos que estão em andamento atualmente, que são viveiros de produção de mudas de árvores, que são conduzidas e são de propriedade das próprias comunidades locais dos agricultores locais. E o IPÊ entra com assistência técnica, com extensão rural, com o conhecimento técnico e a capacitação necessária para habilitá-los para ficarem independentes do IPÊ e tocarem isso como sendo seus próprios negócios.

Ao mesmo tempo em que comercializam mudas para serem destinadas a projetos de restauro florestal, a comercialização dessas mudas serve como uma importante fonte de geração de renda, aumentando, melhorando a condição de vida dessas pessoas.

Um outro exemplo importante é o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, que são uma integração de plantios de árvores com sistemas agrícolas e que também melhoram a renda por meio das atividades econômicas.

Aqui, tem um exemplo. Café é um dos produtos desses sistemas agroflorestais que, além de ter uma qualidade superior, pela forma como ele é conduzido em sistemas agroflorestais, tem um valor agregado por conta do apelo socioambiental integrado a essa iniciativa.

E um terceiro exemplo que eu gosto de mencionar, e a gente vem praticando bastante isto, é o estímulo à criação de *startups* rurais, que são empresas que são tocadas pelos agricultores, pelas pessoas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da região. E nós fornecemos assistência técnica e apoio na formalização e na capacitação dessas pessoas para que elas possam ser novos prestadores de serviços.

Ao mesmo tempo em que vão de desenvolvendo nisso, vão adquirindo equipamentos, tratores, vão contratando equipe e ficam habilitados para prestar serviços não apenas para projetos florestais, mas para qualquer demanda do setor agropecuário da região.

Outro ponto importante que vale mencionar é a atuação do IPÊ em colaboração com grandes proprietários de terra, no sentido de ajudá-los a adequar suas propriedades rurais à lei florestal. A lei florestal, para aquela região, determina que 20% das áreas das propriedades devem ser destinadas à reserva legal. E a gente sabe dos desafios que existem para viabilizar o restauro florestal do ponto de vista técnico, operacional e também de viabilidade econômica. Então, o IPÊ auxilia em todos esses aspectos.

E aqui, nessa foto da esquerda, Senador, a gente pode ver uma área sendo preparada em uma grande fazenda para se fazer a restauração florestal. E aqui, do lado direito, três anos depois, já a fisionomia da floresta aparecendo. E nós fazemos tudo isso pautados por informações científicas.

Nesse mapa aqui da direita, nós temos um plano que foi desenhado com a participação de pessoas da comunidade, com a participação de fazendeiros, com a participação de governos e de organizações, no sentido de desenhar uma paisagem totalmente conectada por meio de reservas legais. E nós temos o desafio de viabilizar a implantação desses corredores florestais. Um outro exemplo de subsídio com informação científica para tomadas de decisões são algumas políticas públicas que são aprimoradas com base nas informações geradas pelos nossos projetos. Exemplo disso foi a criação, o decreto de criação da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, naquela região, pelo Governo Federal, para proteger importantes remanescentes de floresta daquela região.

Se nós reunirmos todas essas diferentes ações que o IPÊ desenvolve, a gente pode ilustrá-las através desse desenho que tem aí biodiversidade, educação, áreas naturais, trabalhos com geração de renda e comunidades, paisagens, engajamento de fazendeiros e aprimoramento de políticas públicas. Isso a gente desenvolveu na Mata Atlântica, no Pontal do Paranapanema, mas a gente percebeu que era possível levar para outras regiões e para outros biomas brasileiros. E foi assim que nós iniciamos nossa atuação na região do Baixo Rio Negro, nos arredores de Manaus.

É claro que, em cada região do Brasil onde a gente leva esse modelo, a gente tem que fazer as devidas adaptações de acordo com a realidade de cada região. Por exemplo, no Pontal do Paranapanema, em função do histórico de desmatamento, lá é importante manejar a paisagem no sentido de restaurar e fazer corredores.

No Rio Negro, a situação é diferente. Ali, o elemento que predomina na paisagem é justamente a floresta. Então, nós temos o desafio de promover ações que compatibilizem a floresta com as condições dignas de vida das pessoas que lá habitam. Lá existe um mosaico de áreas protegidas, e a gente tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a intenção de contribuir para um ordenamento e para uma boa gestão desse mosaico. E foi a nossa presença nessa região ao longo do tempo que nos deu a oportunidade de concorrer a um chamamento público feito pelo Governo do Estado do Amazonas, em 2006, para que o IPÊ realizasse estudos compondo um plano de manejo do Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul.

O plano de manejo é um instrumento que está previsto na legislação, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e, entre várias coisas que ele gera, ele proporciona um zoneamento da unidade de conservação e uma normatização do que pode ser feito e do que não pode ser feito em função dos atributos daquela área. O Governo, de posse das informações que foram geradas pelos nossos estudos, tomou uma decisão de recortar uma parte do parque e transformar em uma outra categoria de unidade de conservação, que é a RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, existem diversas categorias de unidades de conservação, e o que se considerou é que a RDS é mais adequada para aquela realidade, porque ela permite a permanência de pessoas vivendo no seu interior. Para isso a gente tem o desafio de buscar soluções de como assegurar a presença delas, que já é antiga na região e elas já têm uma forma de se relacionar com a floresta, como é que a gente pode fortalecer essas ações em harmonia com a conservação, com a presença e o bom desenvolvimento das pessoas por lá.

O IPÊ continua atuando por lá, mas nós temos até hoje um projeto que se chama Navegando Educação Empreendedora na Amazônia. É um projeto através do qual nós temos estabelecido trabalhos em colaboração com 17 comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, e um dos principais propósitos do projeto é identificar empreendedores e empreendimentos que a gente considera como sendo sustentáveis, porque eles são capazes de integrar ganhos econômicos com ganhos ambientais e conservação da floresta. E, para fazer isso, nós procuramos identificar quais são as lacunas para que esses negócios existam, sejam lacunas técnicas, ou de gestão do negócio, ou de mercado, ou de escoamento da produção. E o IPÊ entra com projetos focados nisso, trazendo capacitação, trazendo mentoria, trazendo investimentos para expandir e ampliar esses negócios.

Tudo isso só acontece com sucesso, no caso dos projetos do IPÊ, porque a gente tem uma presença local da equipe, pessoas com familiaridade em relação à realidade da região. E, com isso, a gente consegue estabelecer relações de confiança com as pessoas, com os atores locais, sejam pequenos agricultores, sejam grandes fazendeiros, sejam órgãos do Governo. E, assim, a gente vai conquistando uma legitimidade perante os atores. Isso viabiliza parcerias locais e é assim que a gente vem expandindo e implementando o modelo de atuação do IPÊ para essas regiões que estão indicadas com as setas em amarelo no mapa do Brasil.

Ainda falando em Amazônia, eu queria contar um pouco sobre o projeto Lira, que é o projeto Legado Integrado da Região Amazônica. É um projeto que tem financiamento do BNDES, do Fundo Amazônia, e também da Fundação Moore. E ele tem como objetivo geral contribuir para aumentar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetividade de gestão de áreas protegidas na Amazônia Legal. E esse projeto acontece em seis grandes blocos de áreas protegidas, que estão expressas nesse mapa aqui em cores diferentes. São extensões territoriais bastante grandes e eles têm sérios desafios de ordenamento territorial, de gestão local das unidades e também de integração com as associações comunitárias locais.

Esse projeto foi desenhado primeiro partindo da compreensão de que o desmatamento é reduzido nas unidades de conservação e nas terras indígenas, quando comparado fora delas e, por isso, a gente entende que é necessário desenvolver ações de fortalecimento das áreas protegidas. E olhando para o quadro lógico do Fundo Amazônia e de todos os seus componentes, essa linha de raciocínio vai ao encontro de dois componentes principais desse quadro lógico, que são produção sustentável e ordenamento territorial.

Como é que a gente traduz isso em ações práticas? O IPÊ, através desse projeto do Fundo Amazônia, estabeleceu chamadas públicas em duas modalidades principais. Uma delas é para apoiar projetos em arranjos integrados de organizações, seguindo o modelo de aglutinadas e aglutinadores, que é o modelo já sugerido pelo BNDES, e são projetos com valores de 2,5 milhões a 6 milhões para serem desenvolvidos em até três anos. Nós temos nove projetos apoiados através dessa modalidade.

E uma outra modalidade é o apoio a projetos de associações comunitárias. Aí nós temos 41 projetos sustentáveis apoiados. Eles têm valor de até R\$150 mil, para serem desenvolvidos em um ano, e eles servem para apoiar negócios comunitários das cadeias de valor da biodiversidade e para melhorar a capacidade institucional, o fortalecimento institucional das organizações locais.

E aqui a gente tem abrangência desse projeto: 62 municípios abrangidos nos Estados do Amapá, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre; 59 áreas protegidas; e 58 milhões de hectares.

Eu queria dizer também que, desde o início da história do IPÊ, sempre se valorizou muito educação. Para isso, nós temos na nossa sede no Estado de São Paulo uma escola que é a Escas (Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade). Através da Escas, nós oferecemos diversas modalidades de curso na área de sustentabilidade e desenvolvimento. Um grupo de cursos são os cursos de curta duração para públicos bastante diversificados, e nós temos também uma frente de pós-graduação que inclui um mestrado profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável, que é aprovado pelo MEC e tem nota 4 pela Capes, numa escala que vai de 1 a 5.

Para que tudo isso que eu descrevi aconteça com eficiência e traga bons resultados, a gente precisa ter uma boa governança da organização. E esse eslaide serve para ilustrar como acontece a governança. Nesse eslaide tudo que está na parte de cima, dentro dessas linhas pontilhadas, corresponde aos órgãos estatutários da organização. E tudo que está para baixo, em azul, corresponde à estrutura gerencial, que não está prevista no estatuto, mas é a forma como a gente se organiza para conseguir executar todas as ações, seja dos projetos, seja da parte de educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente percebe nesse organograma que existem, então, diversos órgãos de controle com diversos poderes diferentes, justamente para não concentrar o poder em uma única pessoa ou em um único órgão. Então, você tem a assembleia geral, que é órgão supremo; você tem o conselho fiscal, que ele analisa as contas, analisa as demonstrações financeiras e contábeis, analisa o balanço e emite pareceres para a aprovação da assembleia geral. A gente tem a diretoria, e a diretoria dá apoio ao diretor-executivo. O diretor-executivo é o papel que eu exerço na organização, e eu tenho esse papel de estabelecer as pontes entre tudo que é estatutário do IPÊ e tudo que é a parte executiva. Nós temos também apoio do conselho de administração e do conselho consultivo.

Uma informação importante é que existe essa linha preta pontilhada indicando quais funções aí são remuneradas e quais não são remuneradas. Então, tudo que está acima dessa linha pontilhada corresponde a papéis da organização que não são remunerados, até porque pela lei não poderiam ser e também estatutariamente eles não podem ser remunerados. E, da linha pontilhada para baixo, são funções remuneradas.

Eu achei que seria importante também esclarecer sobre as formas de captação de recursos que são adotadas pela nossa organização. A gente procura diversificar ao máximo as estratégias de captação de recursos. E, só para citar as principais modalidades aqui, nós concorremos a alguns editais de chamada pública que são lançados seja por instituições públicas, ou privadas, ou por outras organizações. A gente recorre a editais de demanda espontânea. Existem alguns financiadores que, em vez de abrir um chamamento com uma data específica para concorrer, não, eles têm alguns temas de interesse e recebem propostas continuamente. Se você apresentar uma proposta que vai ao encontro das linhas de atuação e se eles estiverem satisfeitos, eles podem aprovar a sua proposta.

Nós fazemos também campanhas de captação de recursos de pessoas físicas, nós trabalhamos com *marketing* relacionado à causa e com parcerias estratégicas. Essas são algumas das principais modalidades de captação de recursos adotadas pelo IPÊ.

Falando sobre receitas da organização, eu trouxe, Senadores, um histórico aqui dos últimos cinco anos, para os senhores terem uma ideia de como se dão as receitas da organização e de qual é o volume de recurso movimentado e o orçamento. Então, em 2018, a gente movimentou R\$13,8 milhões; em 2022, R\$36,832 milhões. E, só para dar uma ideia de como se compõem, eu peguei como exemplo aqui o ano de 2022: esses R\$36,8 milhões, de 2022, tiveram diversas fontes de contribuição para isso, que estão neste quadro aqui. A gente separa entre organizações, empresas, pessoa física, governos, prestação de serviços e, para cada uma dessas categorias, a gente fez uma divisão aqui entre o que é recurso nacional e o que é recurso internacional, para deixar bastante transparente a nossa forma de apontar a origem dos nossos recursos.

Para reforçar, eu tenho essas mesmas informações no eslaide seguinte na forma de um gráfico. A gente vê aqui que, em 2022, 36% dos recursos do orçamento do IPÊ vieram de organizações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionais, 26% de empresas nacionais, e o restante, que é próximo de 40%, está distribuído de uma maneira mais ou menos igualitária entre as demais fontes de financiamento.

Queria falar especificamente sobre os recursos do projeto Lira. Nós temos, então, como eu disse, um projeto em andamento, através de recursos do Fundo Amazônia. É um projeto que tem um contrato com vigência de 2019 até 2024 no valor de R\$45 milhões. Desse total, até 31 de dezembro de 2022, haviam sido repassados R\$34 milhões para o IPÊ. E, desses R\$34 milhões, o IPÊ repassou R\$21,3 milhões para as organizações que se submeteram a concorrer àqueles editais, àqueles chamamentos públicos que eu mencionei, anteriormente, alguns eslaides atrás. O IPÊ executou, com atividades próprias, o valor de R\$3,175 milhões e, se a gente considerar, então, esses valores, até o final de 2022, havia um saldo de valor recebido e ainda não utilizado, que na época era R\$9,9 milhões.

Queria falar também sobre os cuidados que nós tomamos com relação à transparência e à eficiência da nossa organização. Nós, todos os anos, contratamos uma empresa de auditoria externa, ela audita os nossos números, audita as nossas contas, audita a nossa organização e emite pareceres, nós temos todos os relatórios sem ressalva nenhuma, e tomamos o cuidado de, a cada três anos, substituir, contratar uma nova empresa e não repetir a empresa anterior.

A gente publica as demonstrações financeiras e o balanço no *website* do IPÊ por questões de transparência. Os senhores podem acessar a qualquer momento essas informações. Nós fazemos segregação de contas bancárias. Quer dizer, cada projeto desenvolvido pelo IPÊ tem uma conta bancária específica para fins de rastreabilidade das informações e para evitarmos mau uso dos recursos. Nós fazemos segregação de funções para evitarmos a concentração, em uma única pessoa ou em uma única instância de decisão, do poder de tomar decisões. Nós temos ritos de governança muito bem definidos, com reuniões junto ao conselho fiscal, à assembleia geral e à diretoria. Nós temos normas e procedimentos seguindo um manual de políticas e procedimentos que fica divulgado; os colaboradores do IPÊ obrigatoriamente têm que seguir esse manual. E nós temos um sistema ERP, que é o Radar, que é adotado por várias das organizações para gestão...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – ... contábil e financeira da organização.

Eu queria mencionar alguns resultados de projetos do IPÊ. Eu fiz um recorte aqui de uma parte do Projeto Lira só para dar uma ideia do tipo de resultado que a gente traz. Então, eu gostaria de mencionar aqui 13 cadeias da bioeconomia florestal fortalecidas. Tem cadeia do cacau, da castanha, do açaí, da pesca, do turismo, de todas essas cadeias, isso resultando em 44 negócios comunitários sustentáveis e, só para tomar o ano de 2022 como exemplo, esses negócios compuseram um faturamento de R\$1,545 milhão. Nós tivemos, com esses negócios, 2,6 mil pessoas como beneficiárias diretas desses projetos. E a forma de a gente contribuir pra fortalecer esses projetos é por meio de obras de infraestrutura, máquinas e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos, assistência técnica às propriedades rurais, unidades de beneficiamento e estudos e planos de negócios.

Um outro resultado – só para ilustrar também – de um dos projetos apoiados pelo Lira é o projeto Nossa Bio; e ele tem como ações realizadas cinco obras de armazenamento das cadeias do cacau silvestre, do açaí e da borracha – estão aqui as fotos dos galpões de armazenamento –; assistência técnica em 220 propriedades; entregas de *kits* de coleta e EPI para melhores condições de trabalho; e cursos de boas práticas para a melhoria das qualidades do produto – os produtos vão ganhando qualidade e assim a gente vai tendo agregação de valor.

O IPÊ tem muito mais resultados pra serem mostrados. Eles estão todos disponíveis no *website* – próprio projeto Lira também, isso foi só um recorte de um conjunto maior de ações do projeto Lira.

Eu gostaria de pedir, aproveitando os minutos que devem restar, e solicitar que passe um vídeo de dois minutos, que vai... Ele ilustra um dos empreendimentos que foi apoiado por um dos nossos projetos na região do Baixo Rio Negro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu peço que, assim que acabar o vídeo, o senhor possa encerrar. Está bom?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você pode fazer considerações para a gente começar as perguntas, por favor.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Eu queria só agradecer, mais uma vez, a oportunidade e fico à disposição aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Eduardo, mais uma vez, seja muito bem-vindo. Basicamente uma voz corrente, quase que uma voz absoluta. O senhor também concorda que o aumento da emissão de CO₂ é um dos principais, senão o principal elemento, do chamado aquecimento global? *(Pausa.)*

Se o senhor concorda, o senhor não acha imoral receber dinheiro de países que queimam combustíveis fósseis?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador.

Bom, acho que a gente precisa contar uma história para responder.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só seja mais objetivo. Fiz uma pergunta, e o senhor concordou. O senhor faz parte da corrente de pensamento que entende que o aumento da emissão de CO₂ no planeta aumenta a temperatura global. O.k., está respondido.

Aí a segunda pergunta: se isso é verdadeiro, não é imoral receber dinheiro de países que vivem de queima de combustíveis fósseis, como o caso da Noruega, de que o senhor recebeu 45 milhões do fundo amazônico, ou não?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Para responder essa pergunta, nós temos que compreender como é que surgiu o Fundo Amazônia, e a gente tem que compreender o histórico da Agenda de Clima.

Eu acho que é um entendimento comum dos países da problemática do clima e da necessidade de haver algum tipo de esforço integrado entre os diversos países para lidar com essa questão. E, se a gente for olhar na história, já se tentou, via Protocolo de Quioto, se tentou mecanismos de mercado, atribuindo responsabilidades diferenciadas entre os países emissores e os países capazes de receber projetos. Isso, infelizmente, não foi adiante. E eu vejo a estratégia do Fundo Amazônia como um importante mecanismo e que a gente deveria aproveitar ao máximo esses recursos para trazer benefícios em termos de redução de emissões na Amazônia.

E, com relação à Noruega, cabe também, nas negociações do clima, aos países se posicionarem e cobrarem deles também posturas no sentido de reduzir o uso de combustíveis fósseis.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas a pergunta é clara, Sr. Eduardo. O senhor é paulista, eu também sou paulista de nascimento, um estado rico, porque aproveita os seus recursos naturais. A pergunta é clara: então, o senhor não acha que é imoral receber dinheiro de um país que queima combustíveis fósseis, cujo PIB *per capita* é um dos maiores do planeta? E nenhum movimento se vê, na Noruega, de redução das suas emissões. Ao contrário, eles continuam autorizando novas licenças de petróleo, e a sua entidade recebeu 45 milhões. Está ali o projeto. Colocou lá quanto já foi executado.

Então, não há imoralidade nenhuma em compreender e defender que o aumento da emissão de CO₂ no Planeta é o principal responsável pelo aquecimento global e, ao mesmo tempo, receber dinheiro de um país que queima combustíveis fósseis. Acha que não tem problema nenhum.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – No meu ponto de vista, Senador, não há nada de imoral, porque as regras estão muito claras e isso não está sendo, no meu entendimento, usado para...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O fato de as regras estarem claras não significa que elas sejam morais. O fato de você ter uma prestação de contas que não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

enseja uma denúncia na polícia, que não enseja um crime de responsabilidade não significa que seja moral.

O senhor sabe que a Noruega sozinha joga muito mais CO₂ no planeta do que a Amazônia inteira. O senhor sabe disso?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sabe disso. Então, está bom.

Sabendo que a Noruega sozinha, que é um país pequenininho, joga muito mais CO₂ no planeta, eu acho interessante, porque as ONGs que se dizem preocupadas com a questão do clima e do meio ambiente não têm nenhuma restrição aos países que mais poluem o planeta, segundo a própria ótica das ONGs.

Nessa mesma linha, na semana passada – e tive a oportunidade de fazer aqui uma prestação de conta –, eu estive, pela primeira vez, na Semana do Clima, em Nova York. Assisti a uma alemã, a uma autoridade do clima alemã, falando exatamente dessas preocupações com as mudanças climáticas. Hoje em dia, aliás, estão tirando – para quem acredita em Deus – o poder de Deus, porque as placas tectônicas se movimentam, causam terremotos, e dizem que é o homem. Então, é o homem que muda o clima do planeta: chove mais, é o homem; chove menos, é o homem. Enfim, tudo agora... Estão tirando os poderes de Deus, está ficando sem poder.

Mas aí a Alemanha, que sozinha joga mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro, fez uma apresentação e em momento algum se colocou – inclusive na mesma abertura em que estava a Ministra Marina Silva... Em nenhum momento falou do seu próprio país e nem sequer foi questionada por quem estava lá, inclusive, como eu falei, a Ministra Marina Silva.

A Alemanha, que é uma das patrocinadoras do fundo amazônico, também está emitindo mais CO₂ hoje, porque queima carvão.

O senhor acha que isso está correto? Não mereceria das ONGs que se dizem preocupadas com a questão do clima no planeta uma moção de repúdio, um movimento contra, como tem na Amazônia?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela pergunta.

Quero aproveitar e manifestar aqui uma colocação. Eu acredito, sim, que todo país que recorre ao uso de combustíveis fósseis deve ser pressionado e deve receber pressão, para que mude a sua forma de gerar e consumir energia. E assim eu acho que deve ser feito com a Alemanha e com qualquer outro país que use combustíveis fósseis, seja a termoeletrica, seja a exploração de petróleo. E temos sim que valorizar atividades que sejam referentes à energia limpa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A sua entidade já fez alguma nota, alguma matéria, algum artigo, algum vídeo, fazendo uma crítica contundente a países como a Alemanha e a Noruega por continuarem? Não só queimam; eles aumentaram a queima de combustíveis fósseis, tanto a Noruega quanto a Alemanha. A sua entidade já fez alguma coisa pública contrária à decisão desses países?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, eu não me recordo neste momento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas, bom, no Brasil, todo mundo faz crítica. Para os países que pagam as ONGs, é um silêncio absoluto.

Na mesma semana, a Inglaterra, Reino Unido, que é uma das fomentadoras das ONGs e que tem esse discurso ambiental, anuncia, como a França no passado... A Inglaterra anunciou que não vai conseguir cumprir com as metas que ela própria ajudou a estabelecer nos protocolos anteriores, porque, segundo o Ministro do Interior, a Inglaterra não tem como ajudar a resolver o problema do clima global através da miséria. A palavra não era bem miséria, mas, enfim, das dificuldades do povo inglês. Ela entendia que, para eles cumprirem as metas, teriam que tomar algumas atitudes de retração do mercado e isso seria a diminuição na atividade econômica, com consequências à população inglesa. Então, ela, unilateralmente, anuncia essa decisão ao mesmo tempo que esse Governo já soltou cem novas licenças de perfuração de petróleo.

Essa atitude da Inglaterra, que tem o rei que, ao tomar posse, pediu ao Presidente do Brasil que cuidasse da Amazônia, não é uma tremenda hipocrisia?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela pergunta novamente.

Bom, não cabe a mim falar sobre o posicionamento da Inglaterra, ou do Reino Unido, ou do que for. O que eu entendo é que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Deixa eu ver só se eu entendi, Sr. Eduardo. Quer dizer, assim, a Inglaterra tem o direito de falar sobre o Brasil, tem o direito inclusive de receber o Presidente da República, que não foi o meu, mas está eleito, é o Presidente do Brasil, e perguntar se ele está cuidando da Amazônia, praticamente dizendo "Cuide da Amazônia", orientando que ele cuide da Amazônia. E nós brasileiros e entidades ligadas à questão do meio ambiente e do clima não deveríamos nos posicionar quando a Inglaterra aumenta em cem novas licenças de perfuração de petróleo ao mesmo tempo que anuncia que não vai cumprir as metas estabelecidas pelas COPs?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Eu acredito, Senador, que o que precisa se buscar é oportunidades de diálogos para que cada país seja devidamente cobrado dos outros com relação às suas emissões, especialmente em relação a emissões, que é um problema que afeta o planeta todo e toda a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população. E aí nós temos as conferências do clima, por exemplo, que são oportunidades para os países sentarem e dialogarem. E exemplo disso foram as NDCs que... A gente sabe que ainda não existe uma solução, senão o problema estaria resolvido já, mas existem esforços, e tudo isso atrelado a um processo de negociação que envolve certamente um jogo de interesses. E o que eu entendo é que as NDCs e, principalmente, tudo que aconteceu no Acordo de Paris refletem bem uma tentativa de estabelecer medidas por parte de cada país no sentido de rever as suas formas, suas atividades que gerem emissões de gases de efeito estufa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas o senhor concorda que esse comportamento, não só da sua ONG ou da ONG que o senhor representa...

Quero aqui cumprimentar o Senador Confúcio Moura, sempre abrilhantando, onde quer que esteja, com a sua presença, qualquer que seja a Comissão, e ainda mais esta CPI das ONGs.

Mas o senhor compreende que o fato de que as entidades que recebem dinheiro internacional de países como Noruega, Alemanha, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, que recebem recursos das fundações mais poderosas economicamente do planeta, com influência na ONU, no BID, etc., pressionando sempre o Brasil, através das ONGs, segundo eles, com a preocupação das mudanças climáticas... Ao mesmo tempo, eles descumprem os acordos que eles próprios fizeram e não são criticados, não há... O senhor deve concordar que isso pode suscitar, no mínimo, uma dúvida – ou talvez uma certeza em alguns – de que o fato de as ONGs não fazerem as críticas que, no meu entendimento, eles mereceriam é porque recebem dinheiro deles.

Vamos lá. O senhor acha que não tem problema o Rei da Inglaterra, ao tomar posse, praticamente orientar o Presidente do Brasil para que cuide da Amazônia. Ao mesmo tempo, o país dele emite cem novas licenças de perfuração de petróleo e anuncia que não vai cumprir o protocolo que eles próprios ajudaram a fazer. E o Sr. Eduardo acha que isso, pelo menos a sua entidade acha que não deve fazer uma crítica porque me parece que feriria a autonomia do país, mas é o que eles fazem com o Brasil.

Mais ainda. Nessa mesma semana, tive a oportunidade de presenciar o John Kerry, representante do Joe Biden, que foi suavemente, educadamente cobrado pelo Ministro da Fazenda e pelo Governador do Pará, dizendo que o Brasil sozinho não tinha como dar conta das tarefas que foram colocadas nas COPs todas e que os países ricos deveriam ter uma responsabilidade maior financeira. Ele desviou da pergunta, disse que nenhum país do mundo tinha como bancar sozinho isso tudo, mas o Joe Biden, o Presidente que ele representava na ocasião, anunciou mais novas perfurações de petróleo no Alasca, assim como no caso da Inglaterra. O senhor não acha que esse comportamento dos Estados Unidos, como foi na época do Barack Obama, que chegou à autossuficiência de petróleo e gás tirando de xisto, o senhor não acha que isso, então, se não é uma hipocrisia, não é uma imensa contradição de um país que se diz, que pressiona o Brasil e os países em desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, aumenta sua produção de petróleo sem pedir licença para ninguém?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, antes de responder sua pergunta, eu queria só fazer um esclarecimento. Eu não estou dizendo aqui que o IPÊ acha que não deve fazer crítica aos países. Não me recordo exatamente da forma como o senhor expressou, mas queria deixar claro que eu não estou afirmando isso. Nós fazemos críticas a quem a gente achar que não está agindo corretamente. Apenas o senhor tinha me perguntado se eu me recordava de o IPÊ...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – ... ter manifestado anteriormente alguma crítica em relação a isso e eu disse que não me recordava.

Eu queria também aproveitar e esclarecer que nós estamos fazendo o nosso papel, no sentido de que o Fundo Amazônia, no meu entendimento, esse recurso que está vindo da Noruega e da Alemanha é sob a condição de o país mostrar que está havendo redução no desmatamento. Essa é a nossa forma de contribuir com a questão das mudanças climáticas.

Para concluir aqui. Cada um dos outros países precisa ter o seu mecanismo e precisa ser cobrado sim por isso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ou seja, enquanto a Noruega é bilionária, tem uma renda *per capita* das maiores do mundo, isso porque tira petróleo e gás, vamos dizer assim, ela paga – a palavra talvez não seja tão bonita –, mas ela paga para que o Brasil faça a compensação por ela. Mais ou menos isso.

É mais ou menos assim. Os países ricos chegaram ao topo e aí eles compreenderam que, se os países em desenvolvimento perseguirem esse mesmo nível de riqueza, os recursos naturais da Terra não serão suficientes. Então, a esse padrão a que os países ricos chegaram não é possível que todos os outros cheguem, sob pena de a vida na Terra ficar comprometida.

Então, como eles não podem voltar atrás, eles ajudam a financiar no Brasil para que a gente compense as emissões de CO₂ que eles jogam no planeta. É mais ou menos assim?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela colocação.

No meu entendimento, isso está além do que cabe ao IPÊ fazer. Cabe ao IPÊ escolher os seus projetos, verificar se eles são legítimos, se eles estão dentro da lei e se eles estão de fato contribuindo para as mudanças climáticas.

É isso que nós...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O senhor acha que o projeto de vocês notadamente da Amazônia contribui para a diminuição das emissões de CO₂ no planeta. E mesmo que eu lhe disser que a proporção é abissal, por exemplo, porque o que vocês conseguem evitar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de CO₂ na Amazônia com o que a Noruega joga de CO₂, e que está aumentando, e a Alemanha está aumentando, fica uma conta ridícula! Porque vocês recebem dinheiro de países que emitem... Vou repetir, a Alemanha sozinha emite mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro. E agora, neste ano, quando fizer a conta no final do ano, vai ser mais ainda porque ela está queimando carvão. A Noruega a mesma coisa.

Então, qual é a lógica? Vocês acham que estão com o dever cumprido de trabalhar com o dinheiro da Noruega, da Alemanha para diminuir a emissão no Brasil, de certa forma compensando de lá, mas eles não estão preocupados com isso. E me parece que, ao fazer esse pagamento, eles se sentem absolutamente liberados para aumentar o tanto quanto eles queiram, como estão fazendo.

Então, a conta final não fecha. Vocês diminuem aqui um delta e eles aumentam dez deltas. Quer dizer, e aí a preocupação ambiental... E isso é que eu digo que me parece uma hipocrisia porque vocês recebem dinheiro de quem queima combustíveis fósseis, aumentam os combustíveis fósseis, fogem daquilo que combinaram nas COPs.

A França já fez isso. A Alemanha está fazendo agora. E aí, o Brasil não observa as ONGs, que se dizem preocupadas com a questão ambiental, pressionarem esses países. Vou citar mais um exemplo, o Canadá. Esse ano, mais uma vez, o Canadá ardeu em chamas. Atingiu mais de 100 milhões de pessoas, metade da população brasileira. A fumaça foi tão grande que pegou cidades dos Estados Unidos, Washington, Nova York. Atravessou o oceano.

Eu fui com a minha esposa no recesso à Itália e vi a fumaça lá. E, aí, a representante da Alemanha, exatamente da região que, ciclicamente, queima, fez a mesma coisa que fez o representante dos Estados Unidos, que fez a representante da Alemanha, enfim, por aí afora, e fez as críticas – eu sempre ouvi a palavra Amazônia na boca de todos eles –, mas, em momento algum, o Canadá falou, o representante do Canadá mencionou o que eles, o que o país deles havia passado, não estava terminando ainda, com a queima da floresta canadense.

O Brasil, por matérias como aquela que o Senador Plínio colocou aqui no começo, alguma ONG internacional dizendo que o Rio Amazonas secou. A maior seca do Rio Amazonas ainda é uma seca do começo do século passado – isso com estatísticas e dados –, ainda é a maior seca que teve, e não tinha atividade econômica quase nenhuma há cento e poucos anos. Mas essas notícias da derrubada da Floresta Amazônica, da queima de parte da Floresta Amazônica, notícias aí afora, já foram suficientes para várias lideranças, ao longo dos tempos, até François Mitterrand, falarem da relativização da soberania brasileira sobre a Amazônia porque nós não teríamos controle sobre isso, mas eu não vejo a mesma coisa sobre o Canadá.

Repito: não é um outro comportamento de um país que se diz preocupado, cuja embaixada aqui no Brasil faz reunião com ONG, uma estatal canadense financia atividade de ONG no Brasil, e eles próprios... Talvez não seja uma outra hipocrisia esse país falar tanto de meio ambiente e nunca ver o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

movimento de lideranças mundiais falarem de relativizar o poderio, a soberania do Canadá? Só se fala isso com o Brasil? Não há uma hipocrisia nisso? Não há uma contradição? Porque aqui, quando se diz que não tem controle, lideranças mundiais falam de relativização da soberania brasileira sobre a Amazônia, em particular, e, no Canadá, isso não é recíproco. O senhor não vê uma hipocrisia da política internacional?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, falando em nome do IPÊ, esse não é exatamente o foco dos nossos trabalhos.

O comentário inicial do senhor, se eu achava que o IPÊ realmente contribui para as mudanças climáticas, eu não tenho dúvida disso, de que, através dos nossos projetos, nós contribuimos com mitigação de mudanças climáticas. E eu acho que caberia levar essas questões que o senhor está mencionando a quem atua nas negociações e no posicionamento do Brasil.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Por falar nisso, o senhor acha que o Brasil hoje está muito bem representado neste debate mundial pela volta da Deputada, ex-Senadora, agora Ministra do Meio Ambiente Marina Silva? O senhor acha que nós estamos bem representados nessa área?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, eu não gostaria de mencionar especificamente, assim, uma opinião sobre um político específico ou...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Uma Ministra.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – ... sobre a Ministra especificamente. O que eu vejo é que o Brasil possuía um protagonismo na agenda do clima e eu vejo sinais de que ele está recuperando esse protagonismo por um conjunto de fatores.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Posso entender que o senhor, entre outras palavras, diz que sim, porque o protagonismo perdido está se recuperando agora.

O senhor mencionou várias vezes que não é papel do IPÊ cobrar a Noruega, cobrar a Alemanha, até porque eu acho que seria meio estranho receber dinheiro deles e, ao mesmo tempo, cobrá-los. O Senador Plínio tem uma mensagem, me perdoe a franqueza, que expressa bem isto: quem paga manda. Então, como é que você cobra quem está lhe pagando? Mas o senhor disse que não é papel do IPÊ, o papel do IPÊ é tentar compensar o que a Noruega, a Alemanha, o Canadá, os Estados Unidos, a Europa Ocidental, como um todo, fazem e sem pedirem licença a ninguém.

Perguntei se acha-se representado, então, pela Ministra Marina, porque, se o senhor acha que alguém teria que fazer essa cobrança, então, nada melhor do que a Ministra Marina. Ela não o faz. Eu estava na abertura da Semana do Clima, eu vi a Ministra Marina prestando conta do que é que o Brasil vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer ou está fazendo para conter as suas emissões, menos ela cobrando esses países que eu acabei de mencionar das suas atitudes.

Um outro assunto. O senhor mencionou a questão do ecoturismo na Amazônia. Eu posso, então, compreender que o senhor considera que uma atividade econômica importante para a Amazônia seria, para conter o desmatamento, uma atividade do ecoturismo, que seria uma forma de fazer essa compensação econômica. Eu estou correto na afirmação?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, dependendo da forma como ele é conduzido, eu acho uma excelente oportunidade a ser explorada. Se ele acontece de uma forma a beneficiar as pessoas locais da região, a beneficiar pessoas que estão dispostas a serem empreendedoras, eu acho uma excelente estratégia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O senhor acha, portanto, que o ecoturismo na Amazônia deve ser uma pauta importante para ser incentivada pela sociedade civil, pelas ONGs, pelo Governo, pelo Estado brasileiro, enfim, como uma forma de... Se você tem uma atividade econômica forte no ecoturismo, se isso cresce exponencialmente, você gera economia e isso poderia aliviar a pressão sobre novas derrubadas, ou seja, o senhor concorda com essa ideia de que o ecoturismo deve ser incentivado como uma maneira de se ter atividade econômica, de se gerar renda, de se gerar trabalho e isso diminuir a pressão sobre a floresta. Estou correto na afirmação?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – É, eu só faria um ajuste na sua afirmação. A gente gosta de usar a palavra "turismo de base comunitária", porque é aquele que leva em consideração as necessidades das pessoas locais e também as necessidades de conservação, de biodiversidade, mas acho, sim, que é uma atividade a ser incentivada como estratégia de desenvolvimento mesmo para a região de uma maneira harmoniosa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Como fazer isso sem a infraestrutura que a Amazônia tem? Eu quero dizer "sem"... E o senhor, por favor... Porque não tem ofensa nenhuma. Mas a família do senhor, os seus amigos, os seus parentes, as pessoas que o senhor conhece, no final do ano, elas estão se preparando para ir fazer turismo ecológico na Amazônia? Ou será que é para a Europa que eles estão indo? Eu pergunto assim, porque nem os filhos e amigos e parentes da Marina, que é acriana, vão fazer turismo no Acre, lá na Serra do Divisor. Eu falo assim, Sr. Eduardo... E eu vou dar um exemplo da minha família: eu tenho quatro filhos e eu me reuni com os quatro no final de 2018 – perdão, com os três do casamento que eu tinha: duas meninas e um menino já rapaz – e disse a eles que, no ano de 2019, nós podíamos fazer três viagens, os três, a mãe e o pai, e que nós escolheríamos os roteiros.

E a cada um eu sugeri que fizesse uma lista de três roteiros, e que a gente depois iria fazer uma convergência: se todo mundo escolhesse uma praia, depois a gente escolheria uma praia. Se todo mundo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolhesse um país de fora, depois nós iríamos ver qual era o país e tal. Mas eu tinha um objetivo nessa fala, Sr. Eduardo, com os meus filhos. Eu tenho filhos acrianos. A mais nova nasceu aqui. Eu era Deputado Federal; aliás, junto com o Senador Confúcio Moura, em 1999.

Depois que cada um escreveu lá os três destinos a que gostariam de ir, eu mudei o assunto e disse que eu fazia parte de um debate – estava vindo de um debate sobre a Amazônia – e o que deveríamos fazer para combater o maior mal da Amazônia, a meu ver, que é a miséria. Esse é o maior mal que a Amazônia tem; e a maior preocupação ambiental devia ser com água e esgoto, que é o pior problema ambiental da Amazônia. Mas com isso parece que as ONG's, a Alemanha, a Noruega, não têm preocupação. A preocupação é outra, parece-me.

Aí eu disse que algumas pessoas no debate, Sr. Eduardo, diziam que era preciso abrir um pouco mais o território para qualquer plantação, como eucalipto. Enfim, era abrir mais, uns 10% da Amazônia e tal; e outros que diziam que era melhor não abrir mais terras, recuperar as degradadas e apostar no ecoturismo. A minha filha mais nova, universitária, na hora disse: "Não, pai, é melhor não abrir mais nada e vamos viver do ecoturismo." Eu peguei a folha em que ela tinha escrito os três destinos, e não tinha a Amazônia.

O senhor acha mesmo que a proposta do ecoturismo é uma proposta economicamente... Estou falando em escala; eu não estou falando em nicho, que são aqueles turistas que um dia vão com a mochila nas costas, lá na Serra do Divisor, fazem uma viagem, e nunca mais voltam. O turismo que dá dinheiro é o turismo que tem fila de gente entrando. É o que leva a família, que tem que ir para hotel, tem que comprar comida, tem que pagar almoço, pagar jantar. E aí é preciso de infraestrutura, etc.

O senhor acha mesmo que, do ponto de vista do PIB da Amazônia, o ecoturismo tem condições de se situar ali com algum percentual, Sr. Eduardo?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Senador, se o senhor me perguntar se eu acho que o turismo é exclusivamente a atividade que deve salvar a Amazônia, eu digo que não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas é uma delas?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Mas é uma delas, com certeza. Junto com um conjunto de outras...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas, assim – perdoo-me –, as pessoas com quem o senhor se relaciona, no final do ano, fazem turismo na Amazônia?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, algumas sim. E nós temos mais informação do que isso ainda: as comunidades com as quais a gente trabalha, muitas delas estão vendo no turismo a oportunidade. Elas estão recebendo demandas de turistas, procura de turistas, e elas têm lacunas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preparação para ficarem habilitadas a praticarem o turismo. E é nesse sentido que a gente desenvolve nossas atividades.

Mas, como eu lhe disse, não é o turismo a salvação única da Amazônia. É uma de muitas atividades que devem levar em consideração ganhos econômicos e ganhos ambientais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Como fazer ecoturismo na Amazônia sem estradas?

Aliás, quero incorporar na pergunta...

O senhor apresentou aqui uma série de cursos, de seminários, de capacitação, de gestão, que eu entendo que é uma forma de preparar pessoas para a atividade econômica, para a sua independência econômica. Mas nós estamos falando de áreas como, por exemplo, a Reserva Yanomami, que é maior do que Portugal e não tem estrada. A reserva a que nós fomos lá no Amazonas, Pari-Cachoeira, tem mais duas coladas, e elas três juntas somam área maior ainda do que Portugal, e também não têm estradas.

Como fazer turismo numa região que não tem estradas, que é imensa, significa quase dois terços do território nacional, em que os próprios amigos, parentes, das ONGs, não frequentam quando o final do ano chega? Eu digo assim porque, geralmente, é apontado... Agora tiraram a 319 do tal do PAC, que é a ligação entre Porto Velho e Manaus. Enfim, se vai fazer qualquer obra, uma hidrelétrica, estradas, pontes, ligação dos países ali com a América Central, com a América, Peru, Bolívia, geralmente há uma crítica de que isso levaria a uma maior depredação do meio ambiente. Mas sem uma malha de infraestrutura, como acreditar que o ecoturismo será um dos elementos a ajudar economicamente a Amazônia? O senhor acha que a malha viária atrapalharia? Ou o senhor acha que deve ter a infraestrutura necessária?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela pergunta.

Com relação a essa questão, eu posso responder pelo que a gente faz de atividades de apoio ao turismo que acontecem na região do Baixo Rio Negro. Lá não existe necessidade de abrir novas estradas, lá as atividades de turismo acontecem através dos rios, e tem muito potencial para ser explorado, para ser desenvolvido lá em termos de estruturação do turismo. O que eu acho é que sempre deve-se ter em mente a necessidade de compatibilizar qualquer estratégia de desenvolvimento econômico com conservação daquilo que é uma grande riqueza do nosso país, que é a Floresta Amazônica.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Para terminar essa parte, Sr. Eduardo, deixa eu lhe dizer: o meu estado, o Estado do Acre, embora eu não tenha nascido lá, mas é o estado em que eu estou desde os dez anos de idade, é o meu estado... Aliás, interessante, não é? Quando eu comecei a fazer política no Acre, um grupo de pessoas, incluindo a atual Ministra do Meio Ambiente, dizia que eu era um de fora, que eu tinha nascido fora e tal – ninguém escolhe, no ventre da mãe, o lugar que vai nascer, não é? –, mas que eu só apareceria no Acre de fora, sou paulista, enfim. E,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no fim das contas, eu estou lá até hoje, desde os dez anos de idade, ela foi eleita agora por São Paulo, foi embora do estado. Mas, eu vou lhe fazer uma pergunta. Tudo o que o senhor falou eu já ouvi da Marina, eu já ouvi do Jorge Viana, e de essas ONGs todas, todas elas. Todo esse discurso é absolutamente o mesmo: "O homem tem um poder sobre o clima muito grande, se você não contiver as emissões de gás carbônico, vai ficar impossível a vida no planeta, e a Amazônia tem que compensar para você fazer parte dessa agenda internacional, e nessa agenda nós teremos o encontro entre a preservação e a qualidade de vida e tal".

O senhor não acha que a população da Amazônia está esperando 50 anos por essa solução? E, ao passo em que ela espera 50 anos essa solução compatibilizada, ela está ficando mais pobre?

Vou lhe dar um exemplo concreto. No Acre, há uns 30 anos, essa turma liderada por Marina, por Jorge Viana e tal, eles disseram exatamente o que o senhor está falando: "Olha, esse desenvolvimento é predatório, fazendas e mais fazendas de gado, de soja" –, tem até uma iniciativa na Assembleia do Acre proibindo a soja por não sei quantos anos e tal – "não façam isso. Vocês estão na contramão!". Teve assassinato do Chico Mendes e isso acabou se avolumando muito, e tal.

Bom, e a ideia é de que haveria outra fórmula, que é mais ou menos essa que o senhor vem dizendo aqui na sua apresentação. E o povo acriano entendeu de dar essa oportunidade ao grupo que dizia que tinha outras maneiras.

Aí fala muito na biodiversidade. Nós sabemos, quando estudamos biodiversidade, que é quase impossível você descobrir um produto da Amazônia e ele não ser usado no sul do país.

Lá no meu estado, na época da ascensão do grupo, dizia-se: "Não, vamos viver... Não mexa com gado, com lavoura, vamos mexer com açaí". Eu, na mesma hora, perguntava: "Existe uma lei divina que diz que açaí só dá no Acre. Quando a gente passar da divisa com Rondônia, não deve dar em Rondônia o açaí". Dá em todo lugar. Pimenta longa dá em todo lugar; cacau dá em todo lugar... Tanto que já levaram. Hoje plantam urucum em outros lugares do país. Então, você estuda a biodiversidade, descobre uma riqueza, e alguém acha que isso vai ficar lá? Tem uma lei que faz ficar lá dentro? Claro que não!

Pois bem, mas eles tiveram essa oportunidade, Sr. Eduardo. Eles viraram Governo no estado, e praticamente por 30 anos essa mentalidade dominou o estado. Tiveram todo o apoio: a ligação com a ONU, com o BID, com essas fundações todas que financiam vocês, com esses países todos que financiam vocês, tudo alinhado, o Governo do estado, os Senadores... E, quase 30 anos depois, quando eles saíram do Governo, o estado estava mais pobre.

O senhor não acha que essa tese de que vocês falam está desconectada com a realidade? Isso não lhe chama atenção? Quer dizer, a Ministra do Meio Ambiente... "Não, mas a Ministra...". Eu não estou aqui para criticar. Então, mas como assim? Vocês se movimentam, movimentam milhares de pessoas sempre com essa lógica: "Nós não podemos fazer no Brasil, e particularmente na Amazônia, o que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram por aí. Nós temos alternativas". E tome milhões. São 45 milhões para cá, 100 milhões para lá. Tem uma que apareceu aqui a semana passada, a... Como é? O Instituto Clima e Sociedade. Cara, em oito anos – está fechando agora, Senador, oito anos, agora –, pegou R\$450 milhões. E o meu estado? O meu estado foi um laboratório. Todo o apoio do Governo Federal: do Fernando Henrique Cardoso, do Lula, da Dilma...

Isso não lhe causa espécie? Depois que... Fora os nichos que vocês apresentam. Todos que vêm aqui apresentam um nicho. Pega ali o Amazonas, que é do tamanho de países da Europa, apresenta ali uma aldeia, que tem uma parabólica... Parabólica não, placa solar. Mas, quando você vai para a escala de 28 milhões de amazônidas, nós estamos mais pobres. Não lhe choca vocês terem tantos dinheiros de fora, de países ricos, e a cada ano vocês fecham a conta e a Amazônia está mais pobre do que quando se começou esse movimento? Não lhe chama atenção isso? Não caberia uma reflexão?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela colocação.

Eu queria só dividir aqui uma reflexão: às vezes, parece muito recurso, mas, se a gente olha a dimensão, a abrangência dos projetos, é como se a gente fizesse um comparativo com emendas parlamentares. A gente sabe que existem bilhões sendo gastos – e elas têm a sua importância, suas emendas –, mas pode dar a impressão de que, sendo elas de bilhões, como esses bilhões estão sendo gastos? Estão sendo desperdiçados? Não estão. Eles têm a sua razão de existir. E assim é também com os recursos dos projetos.

Eu acho que uma questão importante é que a gente sempre busca, através... E está na nossa missão, no enunciado da nossa missão: desenvolver e disseminar modelos de conservação da biodiversidade, com o desenvolvimento socioeconômico.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k.

Duas últimas perguntas, Sr. Eduardo. Está claro pra mim já a linha de vocês. Claro que eu vou me reservar ao direito de ficar sempre muito impressionado. Quer dizer, vocês recebem dinheiro de países que poluem, e poluem muitas vezes mais que o Brasil. Aliás, eu já disse, não é?: se a preocupação das ONGs fosse verdadeira com a questão da mudança climática, o inimigo nº 1 era a China. Mas a impressão que eu tenho é que, na hora dos fóruns internacionais, a China é 100% preservada – e é o país que joga um terço do CO₂ no planeta –, possivelmente porque é uma potência econômica que tem 1,5 bilhão de consumidores, e aí os movimentos se calam diante dela.

Mas só mais duas perguntas. Sempre se fala em compensação, não é? Então, é como se... Isso mesmo antes da ECO 92: olha, vocês serão compensados. O senhor não acha que falar de Bolsa Floresta de R\$50, agora propondo aumentar pra R\$100, que uma das ONGs tem essa... E, coincidentemente, a Ministra está falando também essa mesma frase: o Bolsa Floresta acenando com a hipótese de ser R\$200 por mês. O senhor não acha que isso é uma vergonha? Praticamente se proíbe a extração de petróleo, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gás, de minério, e agora estão querendo criar uma outra reserva em Autazes, porque descobriram uma nova reserva de potássio. O senhor não acha que... Os índios, por exemplo, que nós estamos ouvindo aqui, indo lá, *in loco*, assistir, eles estão pedindo socorro a nós porque querem ter o direito de explorar o seu subsolo. O senhor não acha que, pra uma região imensa como aquela, a que até agora foi negada a possibilidade da exploração dos recursos naturais, como, por exemplo, o subsolo, e, em compensação, você acenar, o Governo achar que está de bom tamanho uma bolsa de R\$50, R\$100, até R\$200 por mês, o senhor não acha que isso é uma vergonha?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, eu acho que o ideal é que as pessoas tenham uma renda maior possível, pelo papel de atuar como aliados na conservação. Eu não sei dizer, porque não estou envolvido diretamente com o Bolsa Floresta, mas o que eu entendo é que, em estratégias como aquelas de pagamento por serviços ambientais, que têm, de um lado, o provedor de serviços e, do outro, o usuário dos serviços, existe uma lógica de um fazer a compensação pelo esforço que o outro está fazendo de conservar. Eu acho que essa deve ser uma de muitas iniciativas a comporem um portfólio de renda das pessoas. Então, também não acho que as pessoas devem viver exclusivamente do Bolsa Floresta; deveria ter incentivos atrelados a outras fontes de renda.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas eles não têm estradas, Sr. Eduardo – não é o Estado de São Paulo –, eles não têm aeroportos, não têm infraestrutura pra produzir nada. Vocês dão cursos pra eles, e eles não têm onde aplicar – eles não têm onde aplicar. Vocês gastam fortunas fazendo seminário, preparação de gestão; eles não têm infraestrutura pra tirar... O que a região da Amazônia, lá de países que estão dentro de reservas indígenas... Vai tirar de que jeito?

Mas, de qualquer forma, é incrível, você tem uma região imensa e, em nome da humanidade, ela é chamada a pagar um preço: ela não vai, então, abrir mais – como é que é? –, é fogo zero, derrubada zero, e sempre na ideia da compensação. E aí, a compensação, quando vem, no máximo, chega a R\$200.

Eduardo, o senhor deve ter participado de fóruns, eu fui a um. Eu olhava pra todo mundo que estava lá dentro e ficava imaginando quanto custa por mês cada um deles. E, com certeza, quem anda no mundo, tirando do bolso ou sendo financiado nesses fóruns internacionais, custam, saem por muito mais de R\$100 mil. E aí a compensação pra aquele que mora na Amazônia, que, pra sair da sua aldeia ou da sua reserva extrativista, pra chegar na cidade, pra pegar o Bolsa Família ou, agora, o Bolsa Floresta, ele gasta mais do que R\$200, na maior parte dos lugares da Amazônia.

Mas isso não chama a atenção de vocês. O que chama a atenção de vocês, a preocupação de vocês é fazer a Amazônia não emitir CO₂, mas a Alemanha pode, a Noruega pode, o Canadá pode, os Estados Unidos podem, todos podem – coincidentemente, aqueles que financiam vocês. É, pra mim, uma contradição abissal dizer-se preocupados com a questão ambiental, receber dinheiro de quem polui o planeta, se calar com eles e oferecer R\$200, no máximo, por mês, pra uma família que mora na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. Repito, que muitas vezes, pra ir buscar o benefício, já gastou de combustível e de uma pensão aquilo que recebeu.

A última pergunta, Sr. Eduardo, e eu vou ser bem objetivo: o senhor não acha que há uma relação promíscua... O senhor é um brasileiro, nós estamos numa democracia. Alguns agem como se não, mas eu acho que ela resiste e vai resistir. Eu fui, acredito que o senhor também... Parece que nós temos mais ou menos a mesma idade. Eu fui, eu acho que o senhor também, acho que quase todo mundo aqui, o Senador Plínio com certeza, o Senador Confúcio também, um daqueles que lutaram pra reabertura democrática no Brasil, campanha das Direta Já, etc. e tal. E há um preceito fundamental, até em lei, que tenta blindar o Estado da influência econômica de grupos de interesse no Estado brasileiro. Há uma transação de representantes de ONGs indo pros governos estaduais, para o Governo Federal. Eles saem das ONGs, mas, é claro, fica lá a equipe da qual ele fazia parte, passa uma temporada no Governo, depois volta pra ONG. Tem casos no Brasil inteiro, mas eu vou citar um.

Em 2003, a atual Ministra Marina Silva, que é uma das fundadoras de uma ONG – Ipam, se eu não me engano –, vai para o ministério e para lá leva João Paulo Capobianco, fundador do ISA, um dos que receberam, em dois anos, R\$134 milhões, 80% dinheiro de fora; passaram anos no ministério, saem do ministério, voltam para as ONGs; agora voltam para o ministério, levam agora a Ana Toni, que é representante de outra ONG – até três meses atrás ainda estava na internet a participação dela em uma das ONGs.

E, entre outras coisas, essas pessoas participam do planejamento, do destino, da orientação política da aplicação do Fundo Amazônia. E aí, depois, as suas entidades – aquelas que elas fizeram parte, delas se afastaram, e depois voltaram para ela, como já aconteceu – são beneficiadas pelo Fundo Amazônia. Estou dando um exemplo de vários que eu poderia dar.

Não lhe parece uma relação promíscua? Você vai para o Governo, pessoas de ONGs, lá elas ajudam a decidir a política pública da aplicação do Fundo Amazônia. As ONGs de que elas faziam parte, de que se afastaram, mas ainda têm ligação, recebem esses recursos, a gente já citou vários nomes aqui delas.

Você não acha que é uma relação promíscua? Ou, pelo menos, que lhe chame a atenção? É possível isso em algum outro país? Será que isso é possível na Europa Ocidental, na América do Norte? Quer dizer, você sai da vida de uma ONG, vai para o Governo, lá, no Governo, você elabora uma política pública de aplicação de recursos que a sua ONG vai receber. Não considera que há uma relação meio perigosa nisso?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela pergunta.

Eu queria esclarecer que eu nunca tive essa experiência, porque, no IPÊ, não houve nenhum caso de pessoas do IPÊ que... do quadro atual ninguém saiu para ir para o Governo, voltou, nada disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu acho que é preciso tomar cuidado é só de quando ocorre uma transição. Se alguém está atuando numa ONG e vai para o Governo, que não fique atuando simultaneamente, e que, em eventuais tomadas de decisão que precisam acontecer ao longo do trabalho dessa pessoa, se evite situações em que possa haver conflito de interesse pelo histórico de participação dessa pessoa na ONG, mas eu acho que as pessoas têm que ter também liberdade, seguindo os devidos protocolos, para irem trabalhar em qual setor quiser, seja primeiro, segundo ou terceiro setor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu quero encerrar as minhas perguntas agradecendo ao convidado, agradecendo ao Senador Confúcio, que se faz presente na CPI.

Quero dizer, mais uma vez, ao Sr. Eduardo, que aqui não tem nenhuma pergunta de cunho pessoal. Na verdade, o que me move... Aliás, eu nunca fiz... é a primeira vez na vida que eu faço parte de CPI. Eu sempre sou levado a imaginar que a pessoa que está depondo ou, no caso aqui, que é um convidado, eu nunca tive essa coisa do investigador, mas esse é o único tema que me motivou, e o honroso convite do Senador Plínio.

Sr. Eduardo, eu acho que está ficando cada vez mais claro, a gente prega uma coisa e faz outra. É claro que a pessoa tem o direito de trabalhar, de sobreviver, mas chama a atenção, a pessoa larga uma ONG, em que ela recebe R\$50 mil, R\$60 mil, tem que sobreviver, como é que ela vai passar o mês inteiro cuidando de uma ONG sem... tem que sobreviver.

Vai para o Governo, ajuda a elaborar uma política pública em que será beneficiada uma ONG que ela fundou. Eu acho uma relação promíscua, e isso fica claro quando você analisa os projetos liberados pelo BNDES, nos quais o senhor é um dos beneficiados.

E essas ONGs que eu mencionei, muitas delas, são suas parceiras, como é o caso do ISA. O senhor recebe dinheiro e repassa para algumas entidades, como é o ISA, que é um que está muito bem representado desde o primeiro momento em que a Ministra Marina Silva, à época Senadora, foi para o Ministério do Meio Ambiente com representantes de ONGs junto com ela, como é o caso do João Paulo Capobianco, que foi um dos fundadores do ISA.

Encerro por aqui, Sr. Presidente, agradecendo a vinda dos nossos... do nosso convidado e me colocando também à disposição, na sequência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio. Pode, inclusive, voltar, se achar necessário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo já a palavra para o nosso companheiro, Senador Confúcio. Mas uma coisa me chamou atenção, Sr. Eduardo, quando o senhor diz que o ecoturismo no Alto Rio Negro pode ser praticado sem estradas.

Você mostra o vídeo, por favor aí, o vídeo número 12, que é lá no Alto Rio Negro?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já mostramos isso aqui umas duas vezes. São os coripacos, Sr. Eduardo. Aí eles vão descer nove cachoeiras e depois vão subir nove cachoeiras. Uma estrada de 16km os levaria perto da sede de São Gabriel, 16km. Fica difícil fazer turismo... o turista subindo aí nove cachoeiras dessas, descendo nove. Nada pessoal. Nada pessoal, como eu disse sempre, mas me parece um tanto ou contraditório ou falta de conhecimento, porque turismo sem estrada aí nessas cachoeiras é impossível. E eu mostro essa cena dantesca, humilhante, mais uma vez, porque é necessário jogar na cara do brasileiro o que nós passamos na região do Alto Rio Negro e na Amazônia.

Eu passo a palavra para o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de indagar a V. Exa. se há algum requerimento extrapauta pra ser votado. *(Pausa.)*

Não, né?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, Confúcio. Extrapauta há alguma sugestão para que votemos?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Não, não, não.

Bem, Sr. Presidente, é o seguinte: eu não estou aqui para contestar nenhum dos Senadores que fizeram suas indagações sobre o tema, se a favor ou contra as organizações não governamentais. Eu entendo a necessidade das organizações não governamentais. Eu acho que são pessoas extremamente estudiosas, dedicadas, devotadas a muitas causas variadas e que essa busca de recurso, a captação de recursos faz parte justamente dos objetivos delas, para poder desenvolver os seus projetos, e a busca do dinheiro do... O dinheiro do Fundo Amazônia é um dos dinheiros mais difíceis que existem. A burocracia do BNDES, na liberação de um projeto, é muito demorada; demorada, burocrática, exigente. E, depois de aprovado, elas sofrem as auditorias com muita frequência para verificar a justa aplicação dos recursos e seus objetivos, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho, assim, por exemplo, a defender muitas organizações lá do Estado de Rondônia, que fazem um trabalho ambiental em defesa de povos indígenas, com uma devoção e, inclusive, riscos de vida, não é? A defesa das etnias...

Lá, no ano passado mesmo, uma das organizações do Estado, muito sérias, ela teve que se refugiar por ameaça de morte de determinados grupos. Então, vocês viram os casos de morte, ano passado, trágicos, lá no Estado do Amazonas, quando mataram um jornalista e um ambientalista, em defesa dos povos indígenas, que comoveram muito o mundo, mostrando um trabalho que eles faziam em defesa da questão ambiental.

Então eu, da minha parte, não estou aqui para contestar nenhum... Eu sei que o Senador Plínio Valério, ao solicitar, buscar assinaturas para esta CPI, o objetivo dele era detectar ONGs irresponsáveis, ONGs criminosas, não é? E isso, ele está fazendo aqui. Mas, assim, no contexto geral, o que eu posso dizer das organizações do terceiro setor, no Brasil, é que é uma necessidade. Não só no Brasil, mas no mundo, no mundo todo. Na questão do crédito para pobres, na questão da defesa das minorias, dos quilombos, das etnias indígenas, da defesa ambiental, enfim, é uma diversidade tão grande de organizações que defendem determinados setores extremamente importantes.

Eu julgo, eu já falei aqui, eu repito aqui nesta Comissão, eu falei, é a segunda vez que eu falo. E eu nem faço perguntas, são comentários de ordem geral. Que o terceiro setor é tão importante quanto o setor público e o setor privado. Então o setor privado, por exemplo, a gente não indaga que o ministro que vem para o Ministério da Economia ou da Fazenda, muitas vezes vieram do setor bancário, do setor econômico, financeiro. Ele largou o seu emprego e veio ocupar uma pasta do ministério. Assim são muitos outros ministérios que buscam pessoas relacionadas com uma experiência anterior de mercados.

E as organizações não governamentais primeiro têm que ter uma vocação natural da pessoa, de querer fazer esse trabalho. Esse trabalho deve ser remunerado? Deve ser remunerado, sim. Deve ser remunerado, sim, porque realmente é um trabalho quase que de dedicação exclusiva. A pessoa renuncia... estou falando aqui que grande parte dos que eu conheço renunciaram a tudo para se dedicar a uma causa.

Então eu acho, assim, por exemplo, não estou aqui contestando o Senador Plínio pela iniciativa dele desta Comissão, e nem o Senador Marcio Bittar, que é uma pessoa brilhante; não, eu estou colocando aqui um contraponto meu, pessoal, de uma visão diferente. Eu tenho uma visão completamente diferente. Eu defendo as organizações não governamentais. Eu apoio as organizações não governamentais. Meu gabinete é cheio, eles vão sempre lá. Eu acolho todos eles, escuto, não só da parte de direitos humanos, enfim, tudo.

Então eu tenho um pensamento, não é, de maneira nenhuma, confrontando o merecimento da CPI aqui, mas eu tenho uma visão, assim, vamos caçar as bruxas lá, caçar as pessoas que cometem crimes e puni-las, se possível. Encaminhar esse relatório final para a Procuradoria-Geral da República, para análise





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e averiguação posterior, depois das tratativas, dos relatórios que serão feitos pelo Senador Marcio Bittar. O relatório dele vai chegar à Procuradoria da República e vai ser analisado. Também ao Tribunal de Contas, não é? Então, são pontos de vistas muito interessantes.

Eu sou também assim... "Ah, esse cara é de onde?" De onde é que eu sou? Eu sou nascido no Goiás, hoje Tocantins, que é Amazônia, e moro em Rondônia desde 1975, 1976. Então, eu sou um elemento amazônico também e tenho essa visão, no contraponto, em defesa das organizações não governamentais, em toda a sua extensão, não só na Amazônia, como em todas as demais esferas da atividade no nosso país.

Agora, por exemplo, eu sou favorável, inclusive, que a gente não copie maus exemplos europeus, maus exemplos de países ricos. De jeito nenhum! Nós devemos mostrar o nosso interesse, a partir de nós mesmos, estabelecer princípios ou até investimento.

Nós temos poucos recursos, mas vamos investir um pouco desses poucos recursos nas nossas causas, para demonstrar o nosso interesse de fazer, de melhorar, de proteger a questão ambiental no Brasil, não só na Amazônia, como também no Cerrado, no Pantanal e nos outros biomas brasileiros.

Assim, eu quero agradecer ao Marcio Bittar e ao Plínio Valério e que entendam o meu ponto de vista tranquilo, não contestando absolutamente nada, apenas colocando uma posição divergente, porque eu, realmente, penso diferente.

Lógico, eu concordo com o Plínio, vamos punir as organizações criminosas. Essas não podem ter amparo, de maneira nenhuma, mas essas que pregam a defesa do meio ambiente, a defesa dos povos originários, das pessoas pobres daqui e acolá, isso é necessário.

Então, são essas as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Confúcio, tenha a certeza de que nossa opção não é divergente, não, e que a sua participação sempre engrandece. Desde o começo, nós dissemos que não é para demonizar ONGs, é para acabar com as mamatas de alguns dirigentes de ONGs que vivem de forma nababesca à custa da pobreza da Amazônia. Não é nada divergente, e o senhor só engrandece a nossa CPI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós temos um relatório da Abin que mostra preocupações com ONGs brasileiras que são patrocinadas com dinheiro estrangeiro, particularmente pela USAID, dos Estados Unidos. A Abin acha que praticam ações que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

configuram tentativas de interferência externa, ao adotar posicionamentos que, muitas vezes, conflitam com o interesse do Brasil.

O que me preocupa? Eu vou falar sobre o Triplo A, para o brasileiro, para a brasileira – a gente sabe pouco sobre o Triplo A –, é também conhecido como o Caminho da Anaconda ou o Corredor AAA. É uma proposta, inicialmente, ambiental da fundação Gaia Amazonas, para a construção de um corredor ecológico transnacional, ligando dos Andes ao Atlântico, passando pela Amazônia – AAA –, em uma extensão de 200 milhões de hectares. Vocês ouviram bem: 200 milhões de hectares. Essa proposta foi, inicialmente, apresentada durante a COP 21, em 2015, para diminuir o desmatamento, mitigar os efeitos das mudanças climáticas e preservar a biodiversidade. É um corredor dos Andes que passa pela Amazônia. Por isso, é o Triplo A, Andes, Amazônia e Atlântico.

A implementação do Triplo A seria nada mais do que, no meu entendimento, uma manobra política de vizinhança entre os governos dos países integrantes, principalmente Brasil, Venezuela e Colômbia, visto que o Triplo A não tem relação nenhuma com o Acordo do Clima. É uma grande área de 200 milhões de hectares.

Do lado brasileiro, incluiria toda a calha norte do Rio Amazonas – o rio que secou. Aquela ONG lá internacional diz que o Amazonas secou. (*Risos.*)

Eu acho que não seria mais necessário. Se ele percorrer a pé a Amazônia, seria terrível... Desses imbecis e hipócritas que dizem que o Amazonas secou.

O que me preocupa e por isto é que eu o convidei a vir aqui, porque o Instituto IPÊ foi o autor, o executor, o financiador da criação do corredor ecológico do Rio Negro. Financiou a Fundação Amazônia, que criou e administra o mosaico das unidades de conservação do Baixo Rio Negro. São 11 unidades de conservação em Manaus, Novo Airão, Iranduba, Barcelos e Manacapuru. Em nível federal, isolou, estão lá Anavilhanas, Jaú, Rio Unini.

Isso me preocupa muito – muito – e eu queria ouvir do senhor qual foi a participação, se esse mosaico faz parte do Triplo A, porque, se a gente pegar, na geografia, eu, como amazônida, amazonense, tenho convicção de que esse mosaico faz parte do Triplo A. Eu queria lhe dar a oportunidade de nos mostrar, nos falar sobre isso. Quando foi gasto, se vocês acompanham de perto o que está hoje, porque, em termos de abrangência, esse mosaico é uma coisa fora do comum.

Na esfera federal: Parque Nacional de Anavilhanas; Parque Nacional do Jaú; Reserva Extrativista do Rio Unini. Na esfera estadual: Parque Estadual Rio Negro Setor Sul; Parque Estadual Rio Negro Setor Norte; APA Margem Direita do Rio Negro; APA Margem Esquerda do Rio Negro; APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Tarumã-Açu/Tarumã Mirim; Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Na esfera municipal: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – que eu conheço. E esse trabalho está diretamente ligado ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto do Triplo. É uma coisa tão grande para quem não imagina do que eu estou falando... A gente está falando de uma área de 200 milhões de hectares.

A pergunta é: foi deliberadamente feito em função do Triplo A esse mosaico?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Senador, obrigado pela pergunta.

Eu acho que é uma boa oportunidade de a gente fazer esclarecimentos sobre o que é o mosaico.

Existe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é uma política pública e prevê a existência de mosaicos em situações em que há diversas unidades de conservação, muitas vezes de categorias diferentes e que juntas compõem uma porção territorial considerável, e, muitas vezes, não faz sentido gerir essas unidades de conservação individualmente, sem que haja uma integração com as demais, até para que haja uma lógica naquilo que seja decidido fazer no território como um todo. E cada uma tem as suas normas específicas.

Como eu mencionei no início, existem os planos de manejo que determinam o zoneamento, tem as normas dizendo o que pode ser feito e o que não pode no nível local, mas existem desafios de integração, do ponto de vista de ordenamento territorial. E foi nesse sentido que o IPÊ desenvolveu um projeto anos atrás.

Eu não me recordo agora da data exata, mas foi um projeto que deu subsídios para a formalização do mosaico de unidades de conservação do Baixo Rio Negro. Isto, inclusive, contempla, está previsto na legislação: a composição de um conselho do mosaico, em que sentam todas as pessoas representantes das diversas áreas protegidas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tem algum estudo sobre o mosaico do Madeira, do Juruá, do Purus? Tem algum estudo nesse sentido?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É porque lá no Juruá a gente carece desse tipo de coisa que o senhor está aí falando.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Eu não tenho conhecimento, Senador, mas existem diversos mosaicos implementados em diversas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Desculpem, desculpem.

Vocês lembram que eu falo sempre do Alto Rio Negro e eu falo sempre do Baixo Rio Negro? Porque lá é que está o minério, lá que tem riqueza. Eles precisam isolar isso. E o Triplo A é para isolar mesmo a gente. Por isso é que eu pergunto se tem para o Juruá, para o Tapajós, para o Purus. Não tem!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque lá não tem nióbio, lá não tem ouro, lá não tem diamante. Por isso é que eles fazem esse mosaico – nada pessoal, como eu digo sempre –, por isso que eles fazem. Mas por que só no Rio Negro, caramba? Por que tudo que a gente fala aqui fica resumido ao Rio Negro? Porque é a região mais rica do planeta – mais rica do planeta. Só de nióbio, tem 96% da reserva mundial. E haja conservação, e haja atendimento. A gente está com um iate aqui de uma missão chinesa, nem sei o que é.

Então, o senhor, por favor, continue. Eu só estou interrompendo, porque, realmente, eu sou do Rio Juruá e careço tanto de atenção! Nós, lá, pobres coitados do Rio Juruá... A gente carece de atenção, porque não tem.

As ONGs nasceram para preencher lacunas. Bonito! Perfeito! Só tem lacuna no Alto Rio Negro. Só tem lacuna no Rio Negro! Não tem no Ceará, não tem na Paraíba, não tem no Eirunepé, na minha cidade.

Então, quando falam de Amazônia, se você falar de economia, eu calo; tributo, eu calo. Fico perguntando: mas falar de Amazônia e dizer que a gente não precisa de estradas! Por favor! Eu falo que não é nada pessoal, pode continuar, mas é porque eu vou usar a minha prerrogativa de sempre poder desabafar e dizer aquilo que eu penso, assim como o senhor está dizendo o que pensa e tem todo o direito.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Obrigado, Senador.

Como eu mostrei na minha apresentação, o IPÊ tem algumas regiões específicas de atuação onde é implementado aquele modelo integrado, com aquela diversidade de modalidades de projetos que eu descrevi. A região do Baixo Rio Negro foi uma das regiões escolhidas pelo IPÊ para implementar. Por isso, a equipe do IPÊ atua, e atuou, no suporte, na fundamentação da criação do mosaico. Nós não temos atuação nas outras regiões. Mas eu acho importante ressaltar que, muitas vezes, os atributos naturais acabam determinando o que deve ser uma lógica de território. Isso, muitas vezes, ultrapassa as regiões administrativas. Então, muitas vezes, não adianta você fazer um recorte só de um determinado município, ou estado, ou país se existe uma lógica natural de território que vai além desses limites. Esse é o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O senhor pode me informar o IDH... É difícil o senhor responder isso, porque é... O IDH antes e depois do mosaico? Qual era o IDH do nosso povo antes de ficar sem poder usar...

Novo Airão, que é um município perto de Manaus, cento e poucos quilômetros, não pode fazer nada. Lá é quase que 100%... Porque tudo isso aqui passa lá, Anavilhanas, o Jaú, lá para cima.

O senhor sabe alguma coisa sobre o IDH dessa região?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Eu não tenho informações aqui para, de cabeça...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas eu lhe digo – eu lhe digo: é muito pobre. É bem pobre, é um dos piores que tem – é um dos piores que tem. Notadamente desde depois de ficarem isolados.

O IPÊ participa do conselho dessas unidades?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – O IPÊ participa dos conselhos.

E eu compartilho do entendimento de que existe uma condição de pobreza em muitas dessas regiões. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que muitas dessas áreas protegidas que compõem o mosaico são modalidades de áreas protegidas que permitem pessoas vivendo no interior delas. Então, não é aquela questão de você estabelecer uma área protegida para acabar com as condições de vida das pessoas, acabar com a permanência das pessoas naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A RDS do Tupé, São João do Tupé, que está incluso nisso aí... Eu frequento Tupé. Eu, como Vereador, pude até fazer emenda parlamentar lá para uma academia a céu aberto, a casa de farinha, e eu não vejo absolutamente nenhum movimento para ajudar aquela comunidade. E ela está aqui nesse corredor, está aqui nesse mosaico. E nem falo do Unini, do Padauari.

Uma outra característica também que tem, gente, brasileiro, brasileira, nessas unidades é que elas são exploradas – a pesca – por estrangeiros. São os estrangeiros que têm as pousadas lindíssimas para pesca, os barcos lindíssimos. E o que é pior: a licença normalmente é dada para estrangeiros, para explorar a pesca, o turismo ecológico... Quando não – e a gente tem as informações; o Marcio vai colocar no relatório –, são pessoas influentes, parentes, que conseguem aquela licença para pescar em reserva.

Então, Sr. Eduardo, essas coisas que eu estou colocando é porque eu tenho a rara oportunidade de ser um dos 81, de 200 milhões de brasileiros. Deus me concedeu essa oportunidade de eu poder gritar e, ao mesmo tempo, lamentar que a gente não vai fazer muito, porque o Brasil está dominado, completamente dominado pelas ONGs. Mas vamos fazer o nosso papel. No relatório, o Marcio vai colocar. Vamos apresentar sugestões.

A gente, inclusive, aceita sugestões para projetos de lei, de resolução, para a gente tornar isso cada vez mais claro, cada vez mais transparente, para que o brasileiro que adora ONG... É porque, gente, o império do bem foi criado: "As ONGs são altruístas, politicamente corretas, praticam o bem, e o bem se alimenta do mal" – o mal somos nós. O Marcio falou lá atrás – e só faltou a palavra que o Marcio, eu e o Amin costumamos dizer –: os civilizados terceirizam os remorsos e suas culpas para nós. Eles têm culpa, têm remorso: "Ah, o petróleo polui; mas vamos continuar tirando o nosso aqui. Então, vamos jogar para a Amazônia, para ver se ela faz o nosso papel". Aí? Dinheiro. E dão dinheiro, e o Brasil aceita dinheiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não cabe aqui... Eu dizia o ditado que a gente usa lá em Eirunepé, porque é um tanto quanto vulgar – vulgar não, porque foi a palavra... –: quem aluga não tem direito onde sentar. Então, se você aluga alguma coisa, você não pode sentar na hora em que quiser. E é o que o Brasil fez: alugou e aceita dinheiro internacional.

E a pergunta é: já recebeu dinheiro do USAID, da Fundação Ford, da Fundação Moore, da Rockefeller?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Já recebemos. O IPÊ já recebeu recursos da USAID e já recebeu da Fundação Moore também.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Opa, desculpe, desculpe, peço desculpa, porque eu estava consultando o Marcio pra ver se ele queria ter interferência.

Porque o que a gente fala muito... Os índios disseram aqui – o Beto está aí – que não adianta mais terras, porque eles não têm direito de usar a terra. Vocês, as ONGs, a Funai, o Ibama, eles permitem, decretam que o índio tem direito de morar ali e de viver ali, mas decretam também que ele não tem direito de plantar, de vender, de colher e de garimpar. E nós não vamos acabar com isso, viu? É uma engrenagem tão forte, tão poderosa e tão perfeita que envolve sempre um juiz de plantão, um desembargador de plantão, um procurador da República de plantão pra conceder liminar pra qualquer ONG que entre com pedido... Qualquer ONG que entre com pedido de liminar embarga uma obra ou desenvolvimento, vide Potassio, em Autazes. Agora que a gente vai destravar. Quando digo a gente, eu nem conheço o pessoal da Potassio, eu conheço a pobreza de Autazes, eu conheço a dificuldade de Autazes, eu conheço mestiços pardos que agora são indígenas, isso eu conheço. Então, agora, sabe o que fizeram? Lá são 36 etnias; 34 se reuniram e destituíram a comissão dos muras e constituíram outra comissão, que permitiu o acordo com a Potassio do Brasil, porque o sapato é eles que usam e sabem onde o calo aperta.

Então, tudo o que a gente faz aqui, Sr. Eduardo, com todo respeito... Aqui eu reafirmo sempre: o senhor aqui não é réu, longe disso, o senhor aqui é esclarecedor, é nosso convidado, é esclarecedor. Mas a gente se permite também estar fazendo cada observação, no tempo que passa, porque a gente conhece.

Eu pergunto, Marcio, se você tem alguma pergunta a fazer ainda.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Não, Sr. Presidente. Estou satisfeito. Acho que a sua lembrança acabou suprimindo uma lacuna, não é? Eu acho que cada dia fica mais claro a quem assiste. A gente fica impressionado, não é?

O Senador Plínio estava mencionando a pobreza nessa região tão rica do Brasil. Eu queria apenas completar a sua fala, Senador Plínio, Presidente, dizendo o seguinte: o retrato da Amazônia se lê pelo Bolsa Família. O único estado que tem menos da metade da população dependendo de Bolsa Família na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia é Rondônia. Nos outros todos, você tem mais famílias dependendo do Bolsa Família, quer dizer... Então, é isso, essa é a constatação.

E fica constatado, Sr. Eduardo, como diz o Senador Plínio, com todo o respeito, mas nós temos o direito, assim como o senhor tem de falar, de expressar tudo o que pensa, nós também temos esse direito. E pra mim fica cada vez mais claro: o mundo rico paga a sua linha de frente, e eu acho incrível como as ONGs que são criadas com a dita preocupação ambiental não viram a sua preocupação, não miram naqueles que poluem. Eu acho uma relação absolutamente promíscua. "Eu defendo, eu acredito piamente que o aumento do CO₂ aumenta a temperatura global. Eu acredito que, se não tiver freio, nós vamos chegar ao ponto de excluir a vida do ser humano na Terra, mas eu recebo dinheiro de quem aumenta a produção de petróleo a todo dia." E não falam nada.

Quer dizer, como é que pode? E a Amazônia toda não tem participação quase nenhuma – nenhuma! Com todas as derrubadas, as queimadas, por mais que superdimensionem isso, não tem influência global quase nenhuma. O Brasil inteiro joga menos CO₂ na atmosfera do que a Alemanha. O Reino Unido, que juntos são maiores pouca coisa do que Roraima, joga mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro. Então, chama a atenção.

E a outra coisa é que, então, chama a atenção como, para mim, se desfaz essa dita preocupação ambiental quando se calam, e pior do que isso, recebem dinheiro, vivem sustentados pelos países que mais poluem o planeta e que aumentam a sua poluição, repito pela terceira vez, sem pedir licença a ninguém – Estados Unidos, Canadá, Noruega, Reino, todos eles. E aí as ONGs se calam, recebem deles. Como é que vão brigar com quem financia?

E a outra hipocrisia é você observar o mundo em que eles vivem com o mundo da Amazônia, de pobreza, de miséria, de Bolsa Família. E aí a compensação ambiental falada há 50 anos, quando ela chega, é para uma, duas, três famílias, porque, se você levar em conta 28 milhões de pessoas, então você pode afirmar que ela chega para meia dúzia, meia dúzia comparado com 28 milhões. Aí o preço máximo: R\$200 por mês. Quer dizer que eu crio reserva no meu território, eu abro mão de tirar o nióbio, a prata, o minério, o ouro, o petróleo, e recebo, alguns, a promessa de R\$200 por mês? Isso é uma vergonha!

E eu, de fato, espero que, com a iniciativa do Senador Plínio... E nunca é demais mencionar: foi a persistência, não é qualquer coisa, não... Passar mais de quatro anos lutando para criar um instrumento de pesquisa que é a CPI, quatro anos e meio após tomar posse, conseguiu estar nos dando a oportunidade de mostrar para o Brasil aquilo que eu sempre venho dizendo: a questão da Amazônia não é de esquerda ou de direita, e não é mesmo. Se tem um tema que eu acho que não é esquerda ou direita, é a Amazônia, é uma questão de soberania nacional.

Está valendo a pena a Amazônia ser engessada? Aí falam em replantio da Amazônia... Escuta, o bioma amazônico tem 86% preservado, é lá que precisa replantar? Claro que não! Claro que não, até





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque também é difícil até contar, não é? O sujeito faz uma prestação de contas, eu coloquei 100 mil mudas, quem contou? Quem vai contar isso naquele imenso território chamado Amazônia?

Então, eu acho, Senador Plínio, nosso Presidente, que você está de parabéns, e o Brasil pode ter a chance, pode estar tendo a chance de perceber que o Brasil está abrindo mão de uma fortuna que resolveria o problema da miséria dos índios. Como disse o Senador Plínio, eu venho dizendo isso há tanto tempo quanto o Senador Plínio: o índio quer ter o direito... O índio se sente enganado pelo Estado brasileiro com apoio de ONGs, porque, ao criar a reserva, se vendeu a ideia de que agora eu sou dono da terra. Não é dono coisa nenhuma!

Um brasileiro do Acre, índio, me disse que ele se sente o vigia da terra. É o vigia. Depois, uma ONG atuava lá, apertou. Ele pediu para eu não mostrar o vídeo que ele gravou, porque, como diz o Plínio, quer usar o minério, não pode; quer fazer o manejo da floresta, tirar madeira, não pode. Na prática, não pode. Quando dizem que pode, em certas circunstâncias, vai ter que pedir licença. Quando vai pedir licença, não consegue.

Essas hipocrisias, eu acho que elas estão sendo mostradas. E isso abre um campo para que a gente faça um relatório, como eu disse para o Senador Jaques Wagner, que esteve aqui, em que haja alguma convergência com o próprio Governo Federal. Pelo menos, o Senador Jaques Wagner disse, o Presidente da República, de vez em quando, diz também que quer tirar petróleo.

Quem sabe a gente possa convergir em algumas coisas, como dar ao índio, de fato, a sua verdadeira liberdade, que é fazer com que, a partir do Congresso Nacional, o Executivo compre a ideia original de que ele seja, de fato, dono da sua terra e possa tirar da sua terra as condições de progredir na vida.

Eu vi isso agora em Nova York, Plínio. O Plínio não quis nem ir. O que eu vi também, tive que ter muita paciência, porque são vidas milionárias, milionárias, as vidas dessas pessoas que participam desse circuito internacional, falando em nome da Amazônia, falando em nome dos índios. São vidas que custam caríssimo, falando de uma região que vive na miséria.

Eu quero, mais uma vez, Plínio, cumprimentá-lo e dizer da minha esperança de que a gente construa um relatório com algumas sugestões em que o próprio Governo Federal, pelo menos uma parte do Governo Federal, se veja representado nas sugestões que nós vamos emitir.

Sr. Eduardo, muito obrigado pela presença.

Mais uma vez, termino a minha participação dizendo que aqui, aliás, como no meu estado, eu enfrento os mesmos adversários há quase 30 anos. Nunca passei, nunca mesmo – Deus é testemunha –, nunca tive uma noite pensando em fazer o mal para o adversário. Olhem que já fizeram um bocado comigo lá, viu? Mas nunca foi pessoal. É apenas a indignação de um brasileiro, paulista de nascimento, mas um amazônida desde os dez anos de idade, que não se conforma de ver o mundo inteiro falando de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia e, cada dia mais, a Amazônia mais pobre, mais entregue a facções criminosas e a interesses estrangeiros.

Enfim, muito obrigado.

Parabéns, Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Marcio.

Sr. Eduardo, eu tenho uma pergunta ainda.

Neste momento em que Altamira está com problema – lá em Autazes, estão expulsando os pequenos agricultores que estavam em terra indígena, embora estivessem lá desde 1904 –, o senhor tem conhecimento se teve indenização a essa população quando foi isolada? Porque tem algumas unidades aí que não permitem nem a presença humana. Alguns foram indenizados? Tem conhecimento?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Senador, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque a lei fala em indenização. Eles não estão indenizando, agora, os nossos irmãos paraenses lá, que estão revoltados por isso.

Outra coisa que tem no Fundo Amazônia – o nosso convidado disse, e é certo –, o Fundo Amazônia financia aquelas ONGs, institutos que colaboram para a redução do desmatamento. O que vocês leem sobre desmatamento na Amazônia? Aumentando, aumentando, aumentando, aumentando. Mas o Fundo Amazônia dá dinheiro para que eles diminuam o desmatamento. Só dá dinheiro para quem prova – está lá –, para quem comprova que colaborou para jogar menos CO₂ no planeta. Quer dizer, a gente vive num mundo deste de hipocrisia, gente.

Eu queria que o brasileiro e a brasileira entendessem sempre isto: nada contra as ONGs. Dinheiro estrangeiro é bem-vindo, mas nós não podemos ser comandados pelo dinheiro. Nós sabemos o que fazer, a gente precisa de ajuda para fazer o que nós sabemos e não que nos deem dinheiro para dizer o que eles querem que nós façamos. Essa é a nossa briga, Sr. Eduardo, esse é o nosso questionamento, e essa é a divergência – sabe? – de alguém que é ator, que é atriz, que é cantor dizer do que nós da Amazônia precisamos, quando eu, há mais de 60 anos... Nasci na beira de rio, quer dizer, conheço aquelas cachoeiras. Nós precisamos de estrada em São Gabriel, sim! A gente precisa delas para ligar as etnias, as aldeias diretamente à sede ou a outra aldeia, porque é desumano enfrentar isso tudo.

Eu vou deixar o senhor bem à vontade...

Tem um vídeo que eu pedi? Porque eu queria mostrar, mais uma vez, Sr. Eduardo, e foge um pouco do que a gente está falando aqui, como é uma escola dentro de uma das unidades de conservação na Terra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Meio, aquela confusão que tem lá no Pará sempre, não é? Essa escola é padrão – ela é padrão. Esse é o resultado do trabalho das ONGs quando isolam os indígenas. Eles estão isolados. A terra é deles. Pronto! Eles estão na terra deles, porque eles têm direito, em nome da geração dos antepassados... Olhe a escola deles, do povo isolado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Olhe a escola, é mais uma escola...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Gente, isso é... Já mostrou o banheiro, já disse tudo – já disse tudo.

Então, eu quero... Sempre que falam em Amazônia, a gente, às vezes, exagera, mas o brasileiro e a brasileira têm que entender que nós da Amazônia somos vítimas disso aí.

"Ah! O Senador...". Não, eu estou Senador, privilegiado, com prerrogativas, mas não posso esquecer esse tipo de drama.

E, quando eu vejo, Sr. Eduardo... Não é nada com o senhor, mas, quando eu vejo discutirem a Amazônia em Nova York agora, quanto o Marcio foi... O Marcio convidou, e eu falei: "Vou nada! Eu vou presenciar a hipocrisia? Eu vou ter que ouvir hipócritas?". Não fui, nem vou, não é? Então, é com isto que a gente fica... A gente se irrita.

É em nome dos desvalidos que eles enriquecem, é em nome dos invisíveis que eles arrecadam dinheiro e vivem de forma nababesca. Isso entristece a gente, dói, dói na alma, dói na alma, dói na alma da gente saber... Eu estou aqui no Senado, podendo comandar uma CPI, Senador, ao lado do Marcio, mas não tem como esquecer essa gente. É igual, gente. Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, é igual, é igual. Não é uma cena isolada, não. É tudo assim... Quando você vê, pra cada índio que vocês veem elogiando, dizendo que estão felizes, você bota aí milhares de infelizes.

E vamos repetir mais uma vez: não me canso, meu mandato, assim como o do Marcio, não está a serviço dos felizes, dos satisfeitos, dos abastecidos. O nosso mandato está a serviço dos desvalidos, dos invisíveis, dos necessitados e dos insatisfeitos. Daí a gente conseguiu implementar essa ONG, esta CPI. "Ah, não vai dar em nada." Paciência. Paciência. A glória não está na vitória, a glória está no lutar – está no lutar.

Mas eu vou encerrar e deixar à sua vontade dizer o que quiser no seu encerramento pra alertar essa questão do politicamente correto, do altruísmo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles montam uma narrativa tão forte, tão forte, porque está ecoando lá na televisão, na revista, no jornal, no Judiciário, no Ministério Público, que quem discorda fica inibido, não quer discordar. Não é nem por ameaça física, não, é por vergonha de ser apontado como o politicamente incorreto. Então, esse império do bem, essa coisa de plantar o bem e se alimentar do mal... Só que nós não podemos aceitar ser o mal. Nós não cometemos pecados ambientais, nós não temos nódoas, nem no corpo, nem na consciência, de crimes ambientais. Eles têm e terceirizaram a culpa pra nós, que, de forma bem colonialista, aceitamos essa culpa que não temos. Não temos essa culpa.

O Marcio falou aí já mil vezes: Alemanha, Noruega, Canadá, Estados Unidos emitem muito mais CO₂, mas muito mais do que nós. Amazônia mais de 60% preservada; meu estado, 97%.

Nós somos bandidos e nós somos vilões? Vocês viram aquele vídeo, aquela organização diz que o Rio Amazonas secou – secou. Quem conhece pelo menos alguma coisinha, alguma coisa, não vai nunca pensar o Rio Amazonas secando, pelo menos na nossa geração, na dos nossos netos e bisnetos.

Então, contra a mentira, contra a hipocrisia é que nós estamos aqui exercendo o nosso mandato, sem nenhuma preocupação de agradar – nenhuma –, mas de cumprir com o nosso mandato.

Sr. Eduardo, fique à vontade. O senhor é livre, liberto pra dizer o que quiser na sua despedida.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Bom, primeiro, eu queria agradecer mais uma vez, Senadores, pela oportunidade de o IPÊ ter vindo aqui apresentar o seu trabalho, fazer os esclarecimentos e queria ressaltar aqui que a gente compartilha de todas as preocupações com relação às condições de vida precárias das pessoas, com relação aos desafios de mudanças climáticas.

Ao mesmo tempo, eu tenho um enorme orgulho de fazer parte da equipe do IPÊ e dos trabalhos que a gente desenvolve. Eu espero que o que eu mostrei aqui sirva de um exemplo do que as... Eu sei que muitas outras organizações como o IPÊ fazem trabalhos maravilhosos e precisam ser valorizadas e reconhecidas. Dessa forma, o terceiro setor tem um papel fundamental e precisa ser devidamente fortalecido e reconhecido.

Muito obrigado mais uma vez, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu que agradeço Sr. Eduardo, mas eu só vou fazer perguntas que gostaria de fazer no final. Eu sempre faço, porque é minha curiosidade.

Há quantos anos o IPÊ já foi criado? E o senhor tem ideia de quanto foi arrecadado nesse tempo de criação? Quinze anos, dez anos, oito anos, cinco anos? Quando anos tem o IPÊ?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, o IPÊ foi fundado em 1992. Obviamente, eu não tenho de cabeça os números, mas, na minha apresentação, eu mostrei um histórico dos cinco anos, mas o senhor pode consultar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente pode multiplicar e chegar a um número. É uma média isso?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Não, porque...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vinte e seis milhões são uma média?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Não, porque foi crescendo. O IPÊ começou, como eu mencionei, a partir de um grupo pequeno de pesquisadores, e ele cresceu.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá, 110 milhões nos últimos cinco anos. É só para a gente saber o número aqui então.

Muito obrigado, Sr. Eduardo. O senhor colaborou muito conosco. Espero que o senhor tenha se sentido à vontade aqui, e tudo o que foi dito e que vai ser dito não é nada pessoal, longe disso.

Muito obrigado pela presença.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Boa sorte.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Finalizado o depoimento, passamos à segunda parte, que é a deliberação de requerimento.

Votação de requerimento em bloco.

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos.

Se o senhor quiser, já pode... À vontade, está bom?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado, muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 138/2023**

Requer informações ao Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

Autoria: Senador Plínio Valério

Temos informações que precisamos pedir da federação.

2ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 139/2023**

Convida Juliano Bueno de Araújo, Diretor Presidente do Instituto Arayara de Educação e Cultura, para prestar informações.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Aquele primeiro requerimento é meu, de autoria do Presidente.

2ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 140/2023**

Convida Ilan Zugman, Diretor Geral para América Latina da 350.org, para prestar informações.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Do nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

2ª PARTE**ITEM 4**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 141/2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Especial da Secretaria Especial para o programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Marcus Cavalcanti, informações sobre empreendimentos qualificados no escopo de sua competência.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Coloco em votação os requerimentos.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Coloco em votação a Ata da 16ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

E a gente vai finalizar. Não tem mais nada a tratar, já vai finalizar, aproveitando sempre, agradecendo quem fica aqui, assessor ou não, convidado ou não, curioso ou não. A presença de vocês sempre nos encoraja a vir. Sempre que a gente encontra vocês aqui, já nos esperando, é um novo alento para a gente. Vocês estão presenciando depoimentos. Imagino as dificuldades, mas podem multiplicar aí essas dificuldades que têm.

Esse organismo, essa engrenagem está funcionando muito bem, mas muito bem mesmo, e a gente...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E quem está acompanhando também pela TV.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E também hoje a gente conseguiu, Marcio, estar pela TV, no YouTube, na TV, agradecendo a você: você brasileiro, você brasileira que nos acompanha aí.

Pelo que vocês vão ver de exagero aqui, da nossa parte, eu nem peço desculpa, não. Eu estou aqui para desabafar mesmo, como amazônida. Não posso pedir desculpa por aquilo que eu julgo correto. Então, eu não posso nunca ter que pedir desculpa por uma coisa que eu sei, que eu presencio, que eu vejo e que, sim... Não é porque eu sou Senador que não sinto.

A gente aonde vai... Viu, Marcio, deve acontecer com você. É interessante, brasileiro, brasileira: aonde eu vou, seja no interior, seja no terminal, seja no *shopping*, no elevador, as pessoas olham pra mim, algumas nunca viram um Senador de perto, nunca tocaram num Senador. Que coisa absurda! Que coisa absurda! Eu estou até gravando, quando chego: "Alguém já viu?". "Não." Aí a gente está até gravando. É





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma coisa curiosa. O Senador é uma figura tão distante... Eu que era Vereador, tão perto, e eu estou frequentando, eu tenho até alguns vídeos nesse sentido, a pessoa toca pra saber: "Deixa eu tocar", de brincadeira. Então, nós temos que ir, nós e os artistas, nós e os cantores, Marcio, a gente tem que ir aonde o povo está, não são só os artistas, não, porque é lá que a gente sente.

Por isso é que eu mostrei aquelas cenas do Solimões, da seca, o caboclo fala "seca", não é nem seca. A gente fala seca, mas é "seca". É do outro lado da margem do Solimões, comunidades isoladas, porque secou, aí fica meio metro, 20cm... Eles não podem, aí vêm de canoa até o barco. Mas jamais, como esses hipócritas dizem por aí, o Rio Amazonas secou, a Amazônia está no final, pra que nós possamos assumir essa culpa que eles terceirizaram pra nós. Eu nem digo pra nós, Beto, terceirizaram pra aqueles colonizados que se sentem colonizadores, pra essa elite que, em nome do Brasil, age tentando esconder o que de verdade tem que ser mostrado.

Muito obrigado a quem me acompanha. E todas as vezes eu vou me lembrar de vocês. Eu vou pra lá meio desanimado, mas não, tem gente esperando pra ouvir, então a gente vem. Assim como a gente se lembra sempre dos kuripacos: 14 dias pra abraçar o Marcio, 14 dias pra me abraçar, pra reclamar – 14. Mas teve gente de cinco, de seis e de quatro dias...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pedir socorro, pra pedir socorro: "Nós viemos pedir socorro".

Aquele mesmo pessoal que o nosso convidado acha que não tem que ter estrada, não precisa. O ecoturismo não precisa de estrada. Bota o turista pra subir uma cachoeira daquela, mas não, eles vão botar sempre a gente pra carregar o peso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nunca mais volta – o Beto diz isso –, desiste e nunca mais volta.

É muito desconhecimento. Eu nem acho que seja má-fé, eu acho que é desconhecimento mesmo, não conhece, não tem a menor ideia – não tem a menor ideia. Nós fomos agora a essa comunidade chamada Nova Jerusalém. Manacapuru é um dos maiores municípios, mas, se se atravessa o Solimões, eles estão sem água, porque o poço artesiano já não alcança mais a água. E a gente, através de emendas parlamentares, que é dinheiro da população – que não é dinheiro nosso, é só um direito que nós temos –, a gente está levando poço artesiano.

E agora o que é interessante – viu? –: Starlink, não tem uma comunidade que você vá, uma só, não tem, que não peça Starlink. Por quê? A psicose do isolamento. Estão isolados, isso é a liberdade de tudo e de todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Obrigado mais uma vez.

Que Deus nos proteja a todos! Paz de Cristo! (*Palmas.*)

Declaro encerrada esta sessão.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e sete minutos do dia dez de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Esperidião Amin, Wilder Moraes e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Beto Faro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às onze horas e dezoito minutos e reaberta às onze horas e vinte e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Flavia Vinhaes Santos, Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em atendimento ao requerimento 115/2023; do Marta de Oliveira Antunes, Tecnologista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em atendimento ao requerimento 115/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2023** que : "Requer a inclusão do Cacique Graciano Aedzane Pronhopa, da etnia Xavante, do estado do Mato Grosso, como convidado para participar de audiência desta Comissão." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 143 de 2023** que : "Requer a inclusão do Cacique Arnaldo Tsererowe, da etnia Xavante, Líder da Aldeia Dzepa da TI Parabubure do município de Campinópolis, Estado do Mato Grosso, como convidado para participar de audiência desta Comissão." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/10>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão, criada pelo Regimento do Senado e o Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002, até a data de 1º de janeiro de 2023.

Enquanto o nosso Relator Marcio está vindo – estava em uma reunião e está a caminho –, eu vou mostrar para vocês aqui o que vocês veem na mídia, aquelas cenas, aqueles vídeos midiáticos da Polícia Federal explodindo flutuantes como se fossem dragas de garimpeiros. São flutuantes onde moram, onde as famílias chamavam lá de garimpagem familiar, onde as famílias moram, garimpam ali há muitos anos. E, em seguida, a gente emendou um vídeo para mostrar como é que ficam as áreas onde esses flutuantes foram explodidos. O motivo principal para que os garimpeiros familiares – estou falando na água – saiam dali é porque eles estão poluindo o rio com mercúrio. E olhe só como fica a área depois que são expulsos, e o que eles dizem, os moradores de perto dessas áreas.

Por favor, é o vídeo nº 4.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu acho que é suficiente. Eu acho que é suficiente.

O que a gente está aqui querendo fazer e fazendo? Defendendo garimpeiro ilegal? Não é nada disso. Garimpagem ilegal? Não é nada disso. Esses flutuantes – podem observar – não são aquelas dragas enormes, são flutuantes familiares. É uma cultura que tem por lá. A gente chama de garimpagem familiar. Estão ilegais lá, esses anos todos. Agora, o que eles mostram, aqui e lá fora, é só explosão – o que é bonito, é midiático –, aquela explosão explodindo balsas, garimpeiros com suas dragas. É bonito, não é? Mas o que fica eles não mostram, e o que fica, o legado que fica são os rios, aquela parte do rio poluída. E os moradores das proximidades, que não têm nada a ver, é que pagam esse alto preço da arrogância.

Passou o helicóptero lá; na imagem passa. Eles chegam de helicóptero, de fuzil, todo mundo vestido de preto. É federal, é Ibama, é Funai, todo mundo junto para expulsar essa turma aí. E o que fica é essa pobreza, a miséria cada vez mais. E vocês brasileiros e vocês brasileiras não tomam conhecimento. Então, o que nós estamos fazendo é, pelo menos, mostrar esse outro lado que existe. E fica pra nós a missão de, como Senador, fazer algo, tentar fazer algo ou não, procurar ver o que está errado e consertar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês ouvem muito também: "Amazônia, garimpagem ilegal, extração de madeira ilegal, não sei o quê ilegal". Na Amazônia, tudo é ilegal, porque não pode nada. Então, tudo é ilegal; não pode nada. Então, tudo que você fizer é ilegal. Então, a gente tem que, um dia, quem sabe, enfrentar essa hipocrisia e dizer na Amazônia: "Aqui pode, aqui não pode, aqui não pode, aqui não pode, mas aqui pode", mas não tem nada disso. É só o braço do poder público, do Governo, que só chega pra punir. A mão só serve pra punir. Não tem nem um braço pra auxiliar, nem uma mão pra ajudar. E a gente está mostrando pro Brasil isso.

Me perguntam muito se a gente vai conseguir abalar as ONGs. Claro que não vai! A gente está abrindo a caixa-preta e mostrando. Por exemplo, aquelas quatro ONGs que aqui estiveram – foram quatro ONGs, até agora, a depor aqui – juntas arrecadaram R\$1,4 bilhão. Quatro ONGs apenas arrecadaram R\$1,4 bilhão, que, se bem aplicados, nós não estaríamos do jeito que estamos.

O Fundo Amazônia diz que dá dinheiro pra quem comprovar que trabalhou e ajudou a evitar a emissão de gases de efeito estufa, e não é o que a gente vê. Então, a gente precisa, no final, aprimorar essa coisa que controla o Fundo Amazônia com leis, conversando com o Banco Central, com os governos que querem ajudar, pra que nós possamos apresentar projetos de leis, projetos de resolução e consertar isso aí.

Eu digo sempre, porque tentam sempre nos jogar pro outro lado: nós não somos contra dinheiro estrangeiro pra ajudar a nossa população, nunca! A gente quer... A gente só não pode é ficar escravo desse dinheiro, é ficar submisso a esse dinheiro, é ficar o braço que executa esse dinheiro, um dinheiro que entra. Se eu dou...

Eu vou transformar numa coisa bem simples: se eu estou dando dinheiro pra uma filha e digo: "Ó, estou dando o dinheiro aqui, mas é pra você comprar isso", eu não estou dando o dinheiro pra ela, eu estou impondo a minha vontade a ela. É o que acontece com os doadores do Fundo Amazônia: Noruega, que vive do petróleo; Alemanha, que abriu agora e está explorando seu carvão natural; Canadá, que explora madeira, nióbio e potássio. E agora a Holanda está prometendo, os Estados Unidos também estão prometendo.

Então, nós vamos continuar nesse passo aqui.

Mostrei pra vocês o que acontece no entorno e a consequência de quando terminam essas operações midiáticas. O que vai pra televisão é exatamente só a explosão: são marginais, são infratores, então eles têm que ser expulsos.

Esclareço aos Senadores e Senadoras que o Requerimento 115, de 2023, CPI de ONGs, convidou o Sr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Porém, o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística informou, por meio de sua assessoria, que já havia agendado viagem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao exterior, especificamente para a África do Sul, de modo que foi sugerida para representar a Sra. Flavia Vinhaes Santos.

Como eu tenho dito aqui desde o começo... Até a minha mulher, quando eu chego em casa, de vez em quando, fala: "Você foi muito brando, muito educado", mas é assim que a gente vai continuar, nesse passo. Mas a gente tem notado que todo titular que é convidado está viajando, está com viagem, está no aeroporto, está com viagem marcada. Então, a gente talvez mude o nosso método, talvez a gente não convide mais, convoque, porque aí a viagem tem que ser adiada. A gente está sendo compreensivo, até por acreditar que a Sra. Flavia Vinhaes Santos tem capacidade para expor, mas nunca é a mesma coisa.

Então, por uma questão de trato, as perguntas serão as mesmas, a gente vai querer entender essa metodologia, ela certamente saberá explicar.

Então, eu vou suspender por alguns minutos, e a gente volta em seguida com a nossa convidada.

(Suspensa às 11 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a presença do nosso Relator, nosso amigo, Senador Marcio Bittar, vamos reabrir a nossa reunião e pedir que os assessores conduzam até aqui a Sra. Flavia Vinhaes Santos, representante do IBGE, para compor mesa. Será a nossa depoente no dia de hoje. *(Pausa.)*

Nós vamos reiterar o que dissemos lá na sala. Sra. Flavia, a senhora veio, como convidada, depor e responder a algumas perguntas que nós certamente faremos, o Marcio e eu, mas quero acrescentar sempre e deixar bem claro que a senhora não está vindo como ré, a senhora é nossa convidada para esclarecer alguns pontos que nós precisamos clarear. Isso aqui não é uma inquisição, isso aqui não é um tribunal de júri; portanto, sinta-se à vontade. E as perguntas que faremos, nenhuma delas, será pessoal. Algumas podem até parecer, mas, na verdade, não são pessoais, pelo menos dos Senadores que aqui estão; podem ser pessoais daqueles que sofrem de metodologias erradas.

Com a palavra... Ela vai expor um pouco, Marcio.

Se a senhora precisar de alguns minutos para expor...

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS *(Fora do microfone.)* – Vou só fazer uma abertura.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Com a palavra.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS *(Para expor.)* – Bom dia.

Em atenção ao convite feito por V. Exas. ao IBGE, ao Presidente Marcio Pochmann, que não pôde estar presente hoje porque ele está em uma agenda internacional que já tinha sido previamente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

determinada, eu estou aqui pra substituí-lo. Eu trouxe comigo um apoio técnico, a Marta Antunes, que fez parte ativamente da operação censitária de 2022. Então, ela também poderá ajudar nos questionamentos.

Agradeço o convite de V. Exas. pra gente poder elucidar tudo que for preciso. A gente está aqui à disposição pra responder a todas as perguntas. O IBGE agradece também a oportunidade de a gente responder a essas perguntas e informar à sociedade tudo que é de interesse da sociedade.

Antes de passar a palavra à Marta – a gente vai fazer uma breve apresentação –, eu queria dizer que o IBGE é uma instituição de quase 90 anos, vai fazer 90 anos em 2026, e que muito nos orgulha. Portanto, a gente tem uma longa tradição tanto de censo como de várias outras de outras pesquisas e um corpo técnico muito sólido, muito competente e com autonomia técnica pra realizar todas as pesquisas, o que não nos furta de manter um contato constante com a sociedade, atendendo democraticamente aos anseios da sociedade, dialogando democraticamente com a sociedade, que vai trazer as suas demandas, e a gente, como corpo técnico, vai avaliar a possibilidade de incluir nas nossas pesquisas a necessidade que a sociedade tem de inclusão dessas demandas, que vêm de diversas partes, pra melhor retratar o país e possibilitar acesso a pesquisadores e ao setor privado e a elaboração de políticas públicas, que vão retornar pra sociedade com base em dados confiáveis, sistematizados e com total autonomia técnica.

Eu agradeço à mesa e agradeço ao Presidente pelo convite.

Passo a palavra para a Marta, que vai fazer uma breve apresentação.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, a Sra. Marta.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Bom dia, Excelências.

É um prazer estar aqui representando o IBGE e, como a Flavia colocou, poder apresentar a metodologia censitária e poder também esclarecer possíveis dúvidas que possam ter.

Vou iniciar a apresentação sobre a investigação da população indígena nos censos demográficos.

Pode passar.

E, começando pela missão do IBGE, é importante salientar que a nossa missão é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

Pode passar.

E a gente tem, no censo demográfico, a principal fonte de referência para o conhecimento da condição de vida da população em todos os municípios do país e em seus recortes territoriais internos, tendo, como unidade de coleta, a pessoa residente, na data de referência, no domicílio do território





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, ou seja, o censo é territorialmente coberto para todos os domicílios. A nossa data de referência desse censo foi 31 de julho de 2022.

O censo tem como objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos de iniciativa privada ou de qualquer nível de governo.

O censo exige a adoção de padrões científicos amplamente testados e a participação de diferentes setores da sociedade na apresentação de demandas por informações a serem pesquisadas.

Deve observar também – o nosso censo – os parâmetros internacionais para a realização de censos estabelecidos a cada rodada internacional de censos. Esses parâmetros são definidos internacionalmente e também em nível do Mercosul, através do Consenso de Montevidéu.

Pode passar, por favor.

O IBGE se pauta pelos princípios fundamentais das estatísticas oficiais. São eles: a relevância, a imparcialidade e a igualdade de acesso às informações; padrões profissionais e ética na produção das estatísticas públicas; responsabilidade e transparência; prevenção ao mau uso de dados; eficiência; confidencialidade; respeito à legislação; coordenação nacional das estatísticas oficiais; uso de padrões internacionais e cooperação internacional.

Pode passar.

Para fins do censo, é importante mencionar que todas as nossas perguntas se orientam pelo princípio da autodeclaração. O que isso significa? Que, para fins de investigação estatística do censo demográfico, o IBGE considera a declaração do informante sobre as características do seu domicílio e sobre as características dos moradores do seu domicílio, ou seja, não cabe ao nosso recenseador, que é contratado através de um processo seletivo simplificado, fazer qualquer questionamento à informação que nos é dada pelos moradores do domicílio que estão atuando como informantes. Eles são treinados para isso. Essa é a competência deles. Cabe a eles apenas esclarecer dúvidas que o informante possa ter a respeito das perguntas que são feitas pelo censo demográfico.

Pode passar, por favor.

Aqui, para conhecimento também, a pergunta de cor ou raça é investigada desde o primeiro censo, de 1872 – o primeiro censo nacional brasileiro. Na pergunta de cor ou raça, a gente já tem, em 1872, as categorias de branca, parda, preta e cabocla, para os indígenas, e a mistura de indígena com outra categoria de cor ou raça. Em 1890, a gente tem algumas mudanças nas categorias e, a partir de 1991, a gente passa a ter a categoria indígena compondo, então, essa pergunta de cor ou raça, que passa a ser: a sua cor ou raça é branca, preta, amarela, parda ou indígena? Branca para a pessoa que se declara branca;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preta para a pessoa que se declara preta; amarela para a pessoa de origem oriental, japonesa, chinesa, coreana, etc.; parda para a pessoa que se declara parda ou que se identifica com a mistura de uma ou mais categorias de cor ou raça – branca, preta, parda ou indígena –; e indígena para a pessoa que se considera indígena ou índia e que reside dentro ou fora de terras indígenas delimitadas pela Funai.

Pode passar.

Então, em 1991, a nossa pergunta de cor ou raça estava no questionário da mostra. Isso significa que apenas alguns domicílios eram perguntados sobre a cor ou raça, ou seja, nem todos os moradores do país respondiam a sua cor ou raça. É importante trazer o resultado de 1991: nós tínhamos 294.148 pessoas indígenas, majoritariamente na Região Norte, seguida da Nordeste e Centro-Oeste, Sul, Sudeste. Então esse é o dado de 1991.

Pode passar, por favor.

No Censo 2000, a gente mantém a pergunta de cor ou raça. No questionário já mostra – aquele que é feito apenas por uma parte da população... E aí a gente tem um crescimento de 150% na declaração da população indígena, entre 1991 e 2000, quando a gente passa para 734.128 pessoas indígenas. A gente continua com a Região Norte com a maior parte da população indígena, seguida da Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Região Sul.

Pode passar, por favor.

Em 2010, no âmbito da preparação do projeto do Censo Comum do Mercosul, que tinha como objetivo que o IBGE e todos os países do Mercosul harmonizassem a forma como era feito o censo, para que a gente pudesse ter estatísticas comparáveis no âmbito do Mercosul, para que a estatística pública do Brasil fosse comparável com a estatística pública de outros países, a gente inicia um projeto de fazer alguns testes conjuntos.

O projeto teve como meta incorporar, na rodada do Censo demográfico 2010, variáveis relativas a pessoas com deficiência, populações indígenas, migração internacional, com ênfase na migração na fronteira entre países da região.

Nesse contexto, em 2008, o IBGE realiza uma prova-piloto conjunta com o instituto de estatísticas do Paraguai para testar os quesitos que o IBGE utilizava para pesquisar a população indígena. É nesse contexto que os nossos observadores internacionais e nacionais verificaram a dificuldade da população indígena de compreender a pergunta de cor ou raça: "Sua cor ou raça é branca, preta, amarela, parda ou indígena?".

Embora a gente tenha pedido autorização da aldeia... do cacique da aldeia para fazer o teste, explicado que a gente queria testar uma inovação do Censo 2010, que era a introdução de etnia e língua no questionário censitário e ver como isso se comportava em campo, na hora que a gente fez a pergunta,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"sua cor ou raça é branca, preta, amarela, parda ou indígena?", 30 membros da família foram declarados como pretos. E aí a gente verificou que havia um problema sério, porque aí a gente ia pular etnia, ia pular língua e a gente não estava contando a população indígena. A gente verificou isso também na prova-piloto que foi realizada em outra aldeia, no Paraná. Então, a gente verificou um problema na captação do quesito de cor ou raça da população indígena.

Pode passar, por favor.

Eu já adiantei para vocês... Então, a gente, nessa data, decidiu começar a testar uma pergunta de cobertura que a gente levou a campo no Censo de 2010, que, no caso de a pessoa se declarar branca, preta, amarela ou parda, a gente faria uma pergunta que a gente chama de pergunta de cobertura, que é uma pergunta adicional, que não muda a resposta à primeira pergunta, mas que nos permite fazer uma pergunta que responde as recomendações internacionais, que é de perguntar a etnicidade de forma objetiva. Então, essa pergunta que a gente fazia, já em 2010, é: "Você se considera indígena?". Caso a pessoa respondesse que "sim", além da cor ou raça que ela declarou, ela ainda tinha a informação que ela também se considerava indígena. Então, isso foi aplicado em 2010.

Pode passar.

O Censo 2010 também inovou em relação aos censos anteriores porque foi o primeiro censo em que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, que é responsável... é o órgão público responsável pela política indigenista, apoiou o IBGE na compatibilização dos limites do que a gente chama de setores censitários.

Setor censitário é a área de trabalho de um recenseador do IBGE. Todo o território nacional, só para compreensão, é dividido em setores censitários para que nenhum domicílio fique de fora, ou seja, para que nenhum pedacinho do território nacional fique sem receber a visita de um recenseador, para que ninguém deixe de ser contado.

Então, a partir dessa parceria, o IBGE aperfeiçoou a cartografia de referência. Se, em 1991, a gente tinha 449 áreas indígenas e 277 aldeias, em 2010, a gente levou para campo uma cartografia censitária com 526 terras indígenas já compatibilizadas com os limites da Funai, que é o órgão responsável por definir esses limites, e 1.329 aldeias indígenas, melhorando, então, a cobertura censitária nessas áreas.

Pode passar, por favor?

E aí, o nosso questionário, a nossa pergunta de cor ou raças saiu do questionário amostral, ou seja, a gente deixou de fazê-la para algumas pessoas apenas, e passou, então, para o questionário que é feito a toda população residente no Brasil. Todos os moradores foram questionados se sua cor ou raça era branca, preta, amarela, parda ou indígena, em 2010. Caso a pessoa residisse numa terra indígena e se declarasse branca, preta, amarela ou parda, além dessa contabilização da sua cor ou raça, a gente perguntava se ela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se considerava indígena. Caso ela se considerasse indígena ou se declarasse de cor ou raça indígena, a gente fazia investigação de etnia indígena, língua indígena falada no domicílio e se também falava português no domicílio.

Pode passar, por favor?

E, aqui, os resultados. Então, para a gente chegar ao total da população indígena, a gente não usa apenas o quesito de cor ou raça a partir de 2010. A gente usa os dois quesitos: o cor ou raça, porque aí pega quem se declarou indígena em cor ou raça, e soma com quem se considerou indígena no "Se considera...". Aí, como resultado, 78.954 pessoas não declaradas indígenas no quesito de cor ou raça, mas que se consideraram indígenas, representou 8,8% do total de pessoas indígenas no Censo 2010. Considerando-se apenas os indígenas que residiam nas terras indígenas, que foi onde a pergunta abriu em 2010, 15,3% das pessoas indígenas que residiam em terras indígenas se declararam a partir da pergunta: "Se considera indígena?".

Pode passar?

E é importante, então, falar como a gente fez o planejamento para o Censo 2022, que é o alvo também de atenção aqui desta reunião com vocês. A gente iniciou o planejamento em 2016. Esse planejamento parte do que deu certo, ou seja, as boas práticas do Censo 2010, e o que precisaria melhorar em relação a 2010 para 2022.

Esse início de planejamento é feito numa reunião em que os principais produtores e usuários de estatística pública estão presentes, principalmente órgãos governamentais, e em que a gente analisa o Censo 2010 e avalia o que precisa melhorar para o Censo seguinte.

Entre 2017 e 2018, são feitos os testes de questionário. Por quê? A sociedade participa da consulta, primeiro, em 2016 os órgãos públicos; em 2018, a sociedade como um todo, através do nosso *website*, faz demandas para o IBGE de temáticas que devem ser abordadas no Censo; e aí o IBGE precisa, tecnicamente, definir o que é viável pesquisar no Censo, que metodologia usar, e testar. Esses testes se iniciam em 2017 e passam para 2018.

Em 2019, a gente tem a definição do questionário censitário, e a gente tem, então, os testes operacionais, que a gente chama de Censo Experimental, em que a gente testa o treinamento, o planejamento, toda a forma de fazer o Censo, as perguntas já estão fechadas, e a gente testa toda a operação, inclusive a apuração preliminar.

Entre também 2018 e 2021, a gente trabalha a cartografia censitária, que é a classificação de todos os setores censitários nas suas tipologias: quais são os que tem predominância indígena, predominância urbana, rural, etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente faz a coleta em 2022. Até dezembro de 2022, 97% dos setores indígenas estavam coletados. A gente precisou, apenas em 2023, do apoio de helicópteros para fechar a operação especial na Terra Indígena Yanomami e o Wajãpi, que era onde estava faltando fazer o Censo, por falta desse modal de acesso.

A gente contou com o apoio da Funai na coleta, em 2022, através de um termo de execução descentralizada para ter acesso a aeronaves bimotores e "motomotores", monomotores também, para poder fazer o censo, em 2022, nas terras que demandavam esse acesso no Amazonas, Roraima, Pará e Mato Grosso.

Pode passar, por favor.

Então, que nem eu falei, o planejamento se inicia em 2016. São realizadas as etapas de consulta aos ministérios, órgãos governamentais, associações acadêmicas e organizações da sociedade civil. No que se refere ao recenseamento dos povos indígenas, os órgãos principais que apoiam o IBGE são a Fundação Nacional dos Povos Indígenas e a Secretaria de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde, que são os órgãos que têm a atuação local mais capilarizada e também as informações mais detalhadas sobre a localização dos povos indígenas; e também as organizações indígenas.

É identificada, então, a necessidade de se manter a metodologia de 2010, tanto com abertura controlada da pergunta se se considera indígena como a continuidade da investigação de etnia indígena e língua indígena.

Pode passar.

A gente segue, então, as recomendações internacionais da Cepal, para a Rodada de 2020. A gente segue também as demandas da Agenda 2030 e do Consenso de Montevideu para melhorar a aplicação nas nossas estatísticas de 2022. A gente utiliza também bibliografia especializada, que ressalta as experiências dos censos da Costa Rica, do Chile e do Paraguai, que tiveram bons resultados na rodada de 2010, pelos seus processos de consulta no momento de formulação de questionário e divulgação do Censo junto a povos indígenas, e a gente usa também exemplos de outros países que contam com a participação da população indígena, para facilitar o acesso, o percurso aos seus territórios durante a realização do Censo, como a Austrália, a Nova Zelândia, além do Canadá, Equador, Guatemala e Colômbia.

No que concerne à redação da pergunta a ser aplicada nos questionários, as recomendações são muito consensuais, de que ela precisa ser o mais direta e imparcial possível, aplicada a todos os moradores, ou seja, sem nenhum filtro que se responda para todos ao mesmo tempo do domicílio, ou seja, vai perguntar, um a um, como cada um se identifica em relação ao seu pertencimento étnico.

Pode passar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Censo Demográfico 2022 contou com uma participação mais ativa da Fundação Nacional dos Povos Indígenas. A Funai é corresponsável, no seu estatuto, pela realização do censo demográfico junto aos povos indígenas. E a gente construiu também uma sala de situação, para que houvesse um monitoramento em tempo real da coleta, considerando que, ao longo da coleta, a gente coleta as coordenadas dos domicílios visitados e a gente pode também ir vendo se os dados estão vindo mais ou menos adequados às expectativas e aos registros administrativos existentes nos órgãos que atuam com essa população.

Em maio de 2022, o Presidente da Funai, o Marcelo Augusto Xavier da Silva, define, então, quais seriam as atribuições das equipes da Funai durante o Censo, que são basicamente de facilitar o acesso, percurso e saber como chegar, ter os meios logísticos para chegar em todas as aldeias, em todas as terras indígenas do país e nos ajudar com qualquer dificuldade, recusa, etc., que a gente pudesse encontrar durante o recenseamento. É importante ressaltar que o recenseamento nas terras indígenas teve a menor taxa de não resposta do censo, 1,7%. A nossa taxa de não resposta do censo, como um todo, é de cerca de 5%. Então, essa facilitação do apoio da Funai foi essencial.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Não, está quase terminando.

Pode passar, por favor.

(Soa a campainha.)

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Aqui, a gente mostra também o apoio que a gente teve na atualização da nossa cartografia censitária, que é uma das perguntas da CPI inclusive para o IBGE. A gente verificou que, embora a Funai e a Sesai sejam as detentoras da maior parte das informações da localização de aldeias, comunidades indígenas e terras indígenas, a gente sentia dificuldades com algumas áreas de onde a gente não tinha muita informação. Então, em 2017, a gente reúne os órgãos indigenistas, a gente reúne outros órgãos públicos e a gente reúne também algumas organizações da sociedade civil para nos passarem insumos que nos permitissem, então, analisar a viabilidade e onde estariam localizadas as aldeias através de um trabalho que o IBGE faz de análise de geosserviços, que são imagens satelitais de alta resolução, onde a gente verifica se esses pontos que nos são passados pelos diferentes órgãos procedem, se realmente a gente tem domicílios a serem visitados nesses locais, com o objetivo, então, de que a gente não deixe nenhum domicílio de fora.

Pode passar, e eu estou terminando.

E aqui é o resultado desse trabalho conjunto com os diferentes órgãos, com os apoios também das associações acadêmicas, da sociedade civil, que é uma melhoria da nossa cartografia, que é importante não só para o retrato dos povos indígenas, mas é importante para o retrato da população como um todo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, se a gente não souber onde estão todos os domicílios do país, a gente vai deixar de fora pessoas. Aí, vai ter menos gente nos municípios, menos gente nos estados também, como um todo.

Pode passar.

E esse aqui é o nosso questionário de 2022. Ele é igual ao de 2010, só para ciência de V. Exas.

Pode passar.

E, aí, é o resultado para a pergunta de cor ou raça. Ela foi responsável por 1.226.438 pessoas.

A pergunta "se considera indígena" foi aberta para 18 milhões de pessoas, 18,7 milhões de pessoas, e apenas 2,5% responderam afirmativamente, 467.097.

Para a gente saber dessa variação que a gente teve de 88,8% no total de população indígena, o que é que se deve a crescimento demográfico, a gente precisa aguardar a divulgação dos quesitos de fecundidade, mortalidade e migração. São eles que vão nos explicar também a mudança da população indígena de dentro de terras para fora de terras, do interior para as capitais dos estados. Então, sobre essa mobilização que a gente percebeu em campo, a gente só vai ter com esses quesitos, e vamos saber também se a expectativa dos demógrafos de que o crescimento vegetativo dos povos indígenas seja em torno de 20%, 25% realmente se sustenta. Então, essa informação a gente só vai ter mais para frente.

Pode passar.

E aqui são os resultados, em que vocês veem que se mantém a estrutura de 2010 apenas com aumento de totais absolutos.

Pode passar, por favor.

E a variação que a gente tem entre os censos, se vocês virem agora, olhando de 1991 até agora...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – ... a gente tem, em 1991, 294 mil; em 2000, 734 mil; em 2010, 896 mil; e, em 2022, 1,693 milhão.

Pode passar, por favor.

A grande variação que a gente tem no censo entre 1991 e 2000 é que a gente tem um crescimento, um aumento de 150%; a gente tem um decréscimo – é o último eslaide – em contexto urbano entre 2000 e 2010, a gente tem uma diminuição de valor absoluto de população indígena em contexto urbano, mas a gente, mesmo assim, tem um crescimento de 22,2% entre o censo de 2000 e 2010; e, agora, de 2010 para 2022 a gente tem esse aumento de 88,8% no total de indígenas, o que, de certa forma, responde à crítica que o IBGE teve em 2010, que foi uma subnotificação da população indígena fora das terras indígenas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, para a gente finalizar.

E, aí, a pergunta que também foi feita pela CPI ao IBGE: as variações a que se devem. Primeiro, quanto à autodeclaração de pertencimento étnico, é importante salientar que é influenciada pela situação da entrevista e pelo contexto sócio-histórico e territorial local, regional e nacional, podendo implicar subnumerações identificadas em censos anteriores. Os povos indígenas vêm também alterando a sua relação com o Estado ao longo dos últimos anos, o que tem consequência sobre a declaração do pertencimento étnico e racial. A gente padronizou os nossos questionários com os cadastros de acesso à política pública já faz algum tempo, então, a pergunta de cor ou raça passou a ser mais conhecida do que era em 2010.

A população indígena possui trajetória demográfica própria caracterizada por recuperações demográficas que exigem um monitoramento diferenciado. Os padrões de fecundidade, mortalidade e migração são diferenciados e concentrados espacialmente. Se vocês, por exemplo, tiverem ciência, a população indígena tem uma média de moradores de 3,64 pessoas por domicílio e a população brasileira como um todo de 2,79, ou seja, existe uma dinâmica bem diferenciada.

Ou seja, qualquer interpretação da mudança de totais populacionais precisa se atentar para variações contextuais, metodológicas e melhorias operacionais implementadas pelo IBGE no Censo 2022.

Pode passar.

Acho que terminou.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado. Obrigado, Sra. Marta.

Peço permissão ao Jaime, ao Zequinha e ao Marcio para apresentar aqui um vídeo. A gente tem no Amazonas, notadamente em Manaus, em que o mestiço é reconhecido por lei, uma reação muito grande ao termo "mestiço", por ter sumido. O termo "mestiço" aparecia até 1890, não é isso? O termo. A senhora mostrou um quadro aí onde o "mestiço" aparecia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, 1890. Mas eu quero mostrar aqui, aí as perguntas vêm depois, eu queria mostrar esse vídeo aí, o vídeo nº 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... Sra. Marta, no Amazonas, é muito grande, muito grande mesmo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora participou de um seminário chamado "Não sou pardo, sou indígena: o Pardismo em debate"?

A gente tem um vídeo da senhora aí, mas eu queria que a senhora explicasse para gente isso: "Eu não sou pardo, sou indígena".

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Uhum.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tem gente que insiste em ser pardo, não é? Que diz...

O que a gente tem aqui, e esse é o nosso questionamento, é que as instruções dadas ao entrevistador do IBGE determinam o quê? Quando o informante de pele clara responde que sua cor/raça é preta, isso não deve ser questionado. Eles instruem isso. Assinala-se a alternativa preta. No entanto, quando a pessoa se declara morena, algo que todos entendem como quase sinônimo de pardo, as opções devem ser relidas pausadamente. Não ficaria claro aí que existe um viés na escolha da opção preta? É esse... A senhora viu um depoimento. Eu posso trazer cem depoimentos, só trouxe um. É minha região. Isso aí eu vi. Não só chegou para mim.

E a pergunta que fica é esta: eu queria entender, Marta, por que o termo "mestiço" sumiu? Em 1890, existia o "mestiço". Hoje tem pessoas no Amazonas, no Brasil inteiro, que se declaram mestiças. Há uma luta, inclusive, para que se tenha de volta esse termo.

Então, eu queria que a senhora me falasse sobre isso. Eu não queria mostrar o vídeo da senhora que tem aí, acho que nesse seminário... Queria, primeiro, entender porque os mestiços sumiram e depois entender por que essa indução existe.

Eu até acredito que o IBGE, na sua forma, no seu questionário, não faz isso, mas na prática é o contrário. E mais, com a presença de indígenas – lá, quando o IBGE leva também um indígena para reconhecer, na área indígena.

Outra coisa, eles determinam e valorizam uma terra, um terreno. Onde tem índio, tudo bem. E onde não tem índio, tem pardo e mestiço, mas aquela área é boa para ser solicitada lá na frente, a porca torce o rabo, senão vai ser procurado, tem problema na polícia e o escambau. Isso é coisa minha, está bom, senhora? Só queria que a senhora explicasse por que o termo "mestiço" sumiu e o que a senhora quer dizer com "não sou pardo, sou indígena".

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Obrigada pela pergunta.

O termo mestiço apareceu apenas no Censo de 1890, para substituir o termo pardo. Ele não funcionou bem para a população, então voltou o termo "pardo" nos censos seguintes. Até hoje a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

população mestiça vem usando o termo "pardo" como o termo que se aproxima mais de como ela se identifica.

Em 2012, a gente fez uma pesquisa de percepção do pertencimento étnico, de cor ou raça, onde a gente testou possibilidades de mudar as categorias de cor ou raça, mas elas não foram conclusivas e a gente não chegou a uma terminologia.

Em 2016, quando a gente fez essa consulta aos produtores e usuários de estatística pública, os órgãos pediram para a gente manter a cor ou raça igual entre os dois censos, para a gente poder manter uma comparabilidade, considerando que era a primeira vez que estariam duas vezes seguidas, numa década, no questionário básico, o que permitiria então fazer as estimativas populacionais.

Então, o termo "mestiço", respondendo à sua pergunta, entrou apenas em 1890, antes até de o IBGE existir. Ele nunca mais voltou.

Hoje o termo que a gente tem, que atende a essa população, é "cor ou raça parda".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Exagerando um pouco, mas ecoando o grito dos mestiços, você poderia dizer que o IBGE extinguiu os mestiços?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não, a gente não tem essa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas não existe hoje o mestiço mais, existia; hoje não existe mais, porque o IBGE resolveu não colocar mais. Eu vou exagerar: eu poderia dizer que o IBGE extinguiu os mestiços do mapa do Brasil?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (*Fora do microfone.*) – Eu não tenho como responder.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está bom.

O que a senhora quer dizer que eu "não sou pardo, sou indígena"?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Do seminário "Não sou pardo, sou indígena" o IBGE foi convidado a participar porque o movimento indígena tem uma crítica muito grande à categoria "pardo". Então, eles pediram para a gente explicar o que é a categoria, porque o IBGE mantém essa categoria no cor ou raça, porque eles alegam que o fato de a gente ter a categoria "pardo" diminui a quantidade de indígenas no país. Então, o papel do IBGE foi de explicar as categorias de cor ou raça, como que elas funcionam e quais são as definições de cada uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Senador Zequinha e Senador Jaime? Primeiro, o Senador Zequinha. Desrespeitando a hierarquia do nosso Vice-Presidente. Senador Zequinha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Com a aquiescência do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, o Relator fez aquiesceu e abriu mão, sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é, eu esperava que o Relator fosse entrar no ar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, é porque ele notou, Zequinha, naquela hora em que você quis, até levantou a mão e já queria falar, você querendo falar e abriu mão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Eu preciso deixar claro na minha cabeça algumas coisas. Eu cheguei e já estava acontecendo. Eu peço desculpas, estava numa luta ali fora com algumas questões.

Mas, primeiro, cumprimento nosso Presidente, o nosso Relator, o colega Bagattoli e o IBGE, que está aqui.

De todos os censos, esse último censo – questão indígena à parte, depois a gente cuida dela –, para mim, foi assim meio esquisito. Me perdoa aqui, mas, particularmente, eu pego os números do IBGE, resultado de 2022, para utilizar, mas, me desculpem a franqueza, eu não confio no resultado deste censo.

Lá no meu estado, não sei o que acontecia, mas tem município que, por exemplo, estava com 70 mil habitantes. Todo mundo não sabia ou todo mundo sabia que não tinha 70 mil habitantes, que tinha 40, 50 mil habitantes, e caiu, mais ou menos, dentro dessa margem. Está ótimo. Vou até citar o nome aqui de dois municípios, Rondon do Pará e Jacundá ficam próximos, mais ou menos. A gente aposta qualquer coisa que, nessas duas cidades, não tem como não ter em torno de 50 mil habitantes. Não tem! Pode ir para lá conferir. E elas estão hoje, se não alteraram, com trinta e poucos mil habitantes. Então, como é que se explica isso? Lá no estado, a gente não via o IBGE trabalhando. Eu acho que 40, 50% da população não recebeu o rapaz do censo lá, mas, depois, vê isso, não é? Sei que foi muito, muito estranho o último censo. A gente acompanha todos os outros e tal, e esse agora nos trouxe, assim, uma insatisfação muito grande.

Mas eu queria, doutora, ouvi-la com relação a essa questão "cor e raça". O que é cor e o que é raça? Se, para o IBGE, é tudo a mesma coisa. Vocês classificam isso... Como é que isso se encaixa num censo? Porque sou aqui, tenho... Minha cor é relativamente branca – eu, o Bagattoli e tal...

Mas a minha raça é uma coisa – do meu ponto de vista – e a minha cor é outra coisa, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem para um outro ponto que eu acho interessante: você se sente índio? Não se sente índio? Essa pergunta não está trazendo uma tragédia para esse censo?

Eu queria me sentir rico e, de repente, estar rico. Todo mundo sabe que não funciona assim. Queria me sentir um cara de, pelo menos de 1,80m de altura, mas eu só tenho um metro e sessenta e pouco...

Isso me deixa transtornado. O IBGE, em outros tempos, tinha critérios muito mais seguros para apresentar para a gente, que está aqui precisando dos dados de vocês, para trabalhar. Nada contra se tem mais índio, se tem menos índio.

Tem uma outra política aí, que eu acho que está forçando muito a barra em cima disso. Por exemplo, a corrente, liderada pelas ONGs, quer transformar todos em índio. Lá no meu estado, tem uma cidade importante, que todo mundo sabe do nome aqui, que não vou falar, para não criar fuxico, lá tem uma ONG que, eu e o Bagattoli, que é meio descendente de italiano, se nós quiséssemos ser índio... "Preenche aqui!". Aí dão um formulário, você preenche, assina embaixo e, a partir dali, você é considerado índio.

O IBGE embarca nisso, o IBGE faz um censo independente, ideologicamente livre, para dar ao país, exatamente, o resultado que a gente precisa, que o Governo precisa, para trabalhar políticas públicas. Como é que ficou isso? Sinceramente! Tem este crescimento gigantesco: tinha 896 mil índios, aí, de repente, vai para 1,7 milhão de índios. O Governo pode confiar nisso? Aliás, a sociedade, que paga por isso, pode confiar? É por aí mesmo esse negócio ou o português mudou?

O que é um indígena, na minha concepção? O que é a palavra "indígena"? É aquele que chegou antes dos outros. Ou a gente muda o português, a questão da linguagem, para poder mudar os resultados, ou então a gente tem que reexplicar tudo isso, não é? O que é um índio, realmente, ou um indígena? A concepção é aquela, o que está, o que chegou, o que é, antes dos outros, ou é qualquer um que, por interesse A, B ou C, vai lá em Santarém, vai lá na rua tal, número tal, tem uma ONG instalada, e diz: "Eu quero ser índio daqui para frente". "Não, mas você é branco, tem cara de cearense!". "Não, não tem problema nenhum, eu me sinto, eu quero!".

É claro que todos nós que estamos aqui temos um pé na senzala, temos um sanguinho dos nossos irmãos africanos, temos um sanguinho dos nossos irmãos indígenas, temos um sanguinho dos nossos irmãos europeus, mas eu não quero que uma instituição bancada pela sociedade se enverede por questões ideológicas, para dar resultados que não são resultados reais.

Todo mundo tem direito de ser disso daqui, daquilo outro, politicamente para cá – tem direito –, mas a questão institucional não tem. Nós não podemos embarcar uma instituição como o IBGE, em que o Governo precisa, todo dia, estar ali: "Não, porque o negócio é assim, assim, assim, as informações são essas". Eu tenho que confiar em vocês, a sociedade precisa confiar nos senhores, mas, do jeito que está indo aqui, se reconceituando tudo, se redefinindo tudo: "Ah, eu me sinto isso, eu me sinto aquilo"... Por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favor, pelo amor de Deus, nos explique essa confusão, como é que se mistura raça com cor, tal, pra ver se realmente a gente tem um pouco de paz e tranquilidade com relação aos dados que vocês nos dão para trabalhar.

Obrigado, Presidente.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Obrigada pela pergunta, Senador.

É importante ressaltar que o IBGE segue os mais altos e rigorosos padrões técnicos internacionalmente reconhecidos para investigação de pertencimento étnico-racial.

A nossa pergunta de cor ou raça tem as mesmas categorias estáveis há vários censos, apenas a categoria indígena entra em 91, depois de muitos censos investigando cor ou raça.

Cor ou raça é uma percepção da própria pessoa sobre ela mesma, então esse é o padrão internacional, esse é o acordo internacional para investigação estatística.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Quais países que usam isso?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Todos os países da América Latina vêm migrando de heteroclassificação, há três censos, para autoidentificação. Eu posso passar uma lista para os Senadores...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Os americanos usam também?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim, sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Usam?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Tem certeza?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Absoluta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – É?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Depois me dê a fonte, por favor.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim.

Então, a gente usa a autodeclaração não só para a pergunta de pertencimento étnico, mas para todas as perguntas do censo. Eu não tenho como fazer um censo se eu pedir o contracheque, quando eu peço o rendimento da pessoa, se eu pedir o diploma de graduação, se eu peço qual é a escolaridade, em que curso a pessoa se graduou. Então, para eu poder fazer estatística pública, eu preciso trabalhar com a declaração em todos os quesitos. Isso quer dizer que eu estou dando informação automaticamente para a ação de política pública? Não. A estatística pública é um retrato que orienta, depois, as definições de política pública.

Em relação a indígenas, qual é o parâmetro, de onde vem a pergunta, por que a pergunta "se considera indígena" é construída, ela também vem das recomendações internacionais que orientam que a gente tenha uma pergunta mais objetiva. É importante salientar que, em muitas línguas indígenas, não existe tradução para a pergunta de cor ou raça. Então, as categorias de cor ou raça não têm tradução em várias línguas indígenas. Por exemplo, principalmente em recente contato, você transforma em indígena e não indígena. Então, branco funciona, indígena funciona, mas preto, pardo, amarelo é difícil; a gente tem que traduzir as categorias.

A gente tem uma orientação internacional de que as melhores formas de perguntar é se a pessoa é indígena, se a pessoa se reconhece como indígena ou se a pessoa se considera indígena. Em 2010, a gente fez os testes e "se considera indígena" foi a que funcionou melhor aqui no Brasil, ela foi adotada.

Sobre a sua pergunta sobre o que o IBGE considera indígena, é a pessoa que se declara como indígena ou como índia.

A gente não faz...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – E a questão linguagem, a língua pergunta também junto?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – A gente pergunta para toda pessoa que se declarou de cor ou de raça indígena ou se declarou que se considera indígena... A gente faz, então, uma pergunta subsequente, que é: a qual etnia você pertence? Etnia, povo ou grupo indígena a que você pertence.

Então, você consegue ter a declaração das pessoas indígenas e as etnias a que pertencem, ou se não sabem a etnia, ou se não têm etnia, ou se declararam algo que o IBGE vai considerar como maldefinido ou não determinado. Em 2010, a gente já tem todas essas classificações disponíveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – E o dialeto?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Quanto à língua indígena, a gente pergunta à pessoa que é declarada como indígena se fala a língua indígena no seu domicílio. Caso a pessoa responda que fala a língua indígena, a gente investiga qual a língua indígena é falada. Então, a nossa estatística em 2010...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – E se ele não falar a língua indígena?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – A gente bota que ele não fala língua indígena.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, mas se ele é índio...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Estou entendendo, Zequinha. Se ele não falar, mesmo que não falar, dá para anular a condição dele de indígena se ele trouxe cem, vinte, cem pessoas nesse caso, que são indígenas, mas não sabem falar a linguagem?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Aí a gente vai dar a estatística para vocês, e vocês vão poder utilizá-la da melhor forma. Então, se para a política que vocês estão pensando, é importante separar indígena que fala e não fala...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não... A senhora acabou de dizer que para se reconhecer como indígena tem que falar a qual a etnia pertence.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não, a pessoa... Desculpa. Vou deixar mais claro. A pessoa que se declara de cor ou raça indígena ou que se considera indígena responde a essas perguntas. Aí a gente dá a estatística do total de indígenas que pertencem à etnia tal, tal, tal ou que não têm etnia, ou que não sabem a etnia, ou que declararam uma etnia maldefinida ou não determinada. E a gente também dá o total de indígenas que falam e não falam língua indígena. Então a gente dá toda estatística. A de 2010 já está disponível com todos esses recortes. Então, é possível para os senhores analisarem, do universo indígena, qual é a etnia que tem mais indígenas, qual é o total que não soube informar ou que não tem...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Permita-me mais um parêntese.

Quer dizer, eu tenho aqui 1,7 milhão índios, mas eu tenho exatamente o número de índios que falam a sua língua e o número de índios que não falam a sua língua. É isso que eu tenho?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Você vai ter, esse dado vai estar disponível pra sociedade no início do ano que vem. A gente está terminando os tratamentos de codificação. Só para



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

explicar para os senhores, é uma parte que vem no texto; a gente tem o que não vem, mas esse dado é disponibilizado no início do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mais alguma pergunta, Senador Zequinha, para eu passar para o Senador Jaime? Mas depois pode voltar, se quiser, Zequinha. Estamos aqui só nós.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Senador Plínio Valério, Presidente desta CPI, o Marcio Bittar e a Marta, representando o IBGE.

Marta, eu quero dizer pra você o seguinte: essa questão de mestiços, pardos... Eu sou de uma região onde inclusive foi votado marco temporal pelo Supremo Tribunal, daquela reserva de Santa Catarina, onde se alega que tem mais, um pouco mais de 2 mil índios. E digo pra você: índio mesmo, lá naquela reserva hoje, se tiver, são uns 450, 500 índios; os outros são mestiços e pardos. E se elevou uma reserva daquela de 14 mil e poucos hectares para 37 mil hectares, isso com a decisão do Supremo; derrubamos agora, votou-se o seu marco temporal agora no Senado, já tinha sido votado na Câmara.

Quero dizer para você o seguinte: vocês viram o que aconteceu quando... Não sei se acompanharam pela rede social, pelo jornal, porque a grande mídia não mostra também o que aconteceu. Naquela região foram construídas três barragens pra defender a cidade de Blumenau; três barragens foram feitas, Presidente: uma em Ituporanga, uma no Taió e uma em José Boiteux, que é o município em que eu nasci.

Não tem nenhum representante, nenhum Deputado Federal, nenhum Senador de Santa Catarina aqui, em Brasília, que conhece tanto aquela reserva quanto eu conheço – a reserva dos xoclengues.

Hoje, só para o senhor entender, Presidente, uma reserva só está dividida em seis, sete caciques. Nem os caciques se entendem dentro da reserva. E, hoje, é igual eu falei: a maior parte são mistos e pardos, mestiços e pardos.

E quero dizer para você o seguinte, olha o que aconteceu agora no final de semana. Onde foi construída a represa, Presidente? Foi totalmente fora da reserva. E, na década de 70, quando foi construído aquilo – houve audiência pública –, aquilo foi para defender uma população. Blumenau tem mais de 300 mil habitantes. E, hoje, as pessoas... Ninguém mais tem respeito. O Governador de Santa Catarina teve que ir com a polícia. Vocês viram? Quem acompanhou viu o confronto entre a polícia e os indígenas. Os caciques saíram de frente e deixaram as crianças e as mulheres. É um absurdo o que está acontecendo hoje pelo Brasil afora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, outra coisa, aquilo lá... Foram dadas todas as garantias, todas as condições que os indígenas exigiram. Sempre foram dadas. Infelizmente, houve um ministro uns anos atrás – 15, 20 anos atrás; não sei se faz isso – que foi lá e entregou a represa. Você já pensou? Uma represa, que é para ser controlada por um estado. Foram lá... Foi construída onde era da iniciativa privada, não foi construída dentro da reserva. E os índios tomaram conta – os índios tomaram conta. E, para poder hoje fechar as comportas e evitar 3m, 4m de enchente na cidade de Blumenau, porque está tudo com enchente lá do Rio Itajaí-Açu, para evitar as enchentes, teve que ir a polícia. Ele disse os indígenas quebraram tudo. O que nós precisamos neste Brasil? Nós precisamos ter ordem.

Agora, os indígenas hoje, infelizmente... E aí, o que existe lá, igual eu estou falando... Onde que cresceu tanto essa população? Eu queria que você depois visse esses indígenas xoclengues, lá da reserva de José Boiteux e Vitor Meireles, eu queria que você visse quanto que cresceu, nesses indígenas, esse absurdo dos números que vocês falam aí. A maioria desses indígenas aí – nós sabemos – são mestiços, são pardos. E por que está se fazendo isso? Isso aí vem através das ONGs, vem através dessas entidades não governamentais, para que se criem mais reservas indígenas no Brasil.

E essa reserva que eu estou falando, onde eu nasci... Eu digo para você o seguinte: escritura centenária. Uma vergonha, um absurdo. Pessoas que têm escritura... E não estou falando em grande produtor; aqui são produtores até 27 hectares, escrituras centenárias. Aí, infelizmente, uma decisão dessa do Supremo, que chegou lá e disse que aquelas pessoas iam perder suas propriedades. Tem pessoas lá que já estão em depressão, tem pessoas que podem até se suicidar, porque não se chega a um denominador.

Ainda bem que o Senado e a Câmara Federal se acordaram, e foi votado isso.

E nós precisamos, sim, obedecer; precisamos ter respeito pelos povos originários, pelos indígenas. Nós temos que ter respeito pelos indígenas, mas nós também temos que ver o direito de cada um e onde que está o direito dos brancos.

Então, eu só queria fazer a seguinte pergunta: como é que é... O Zequinha Marinho já fez, o nosso Presidente já fez... Como que vocês podem definir isso entre pardos e mestiços? Vocês não podem considerar que essas pessoas são indígenas. Eu conheço pessoas... Tem alemães que estão casados com indígenas lá, que estão lá, estão dentro da reserva, foram para dentro da... São alemães, não têm nada a ver com indígena. De origem alemã, entendeu? Todas essas pessoas são consideradas indígenas.

Obrigado.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS (Para expor.) – Não, não, Exa., eu acho que é importante a gente saber que a gente não define as pessoas, não é o IBGE que define as pessoas, se elas são indígenas, se elas são pretas, se elas são pardas. Elas se autodefinem, inclusive, em todos os quesitos, como a Marta apontou, agora há pouco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão é que, se a gente quer manter as estatísticas comparáveis, em nível internacional, a gente precisa adotar algumas categorias, não é? Ou você preza pela comparabilidade ou você preza pela representatividade. A gente poderia ter 1 milhão de categorias pra cor ou raça, não é? O Brasil é um país absolutamente mestiço e cada um se autodenomina com... Tem várias autodenominações, não é? Só que isso, pra estatística, é impossível. Primeiro, porque você não conseguiria comparar com outros países se a gente utilizar categorias distintas e, segundo, você não conseguiria nem agregar a grupos, não é?

Então, a gente tem que entender que a pesquisa define uma metodologia e é sob essa metodologia que ela divulga os seus resultados. É importante que essa metodologia seja conhecida pela população pra saber do que a gente está falando. A pesquisa passa por vários testes, por testes cognitivos, ou seja, o censo, como a gente costuma dizer... As pessoas brincam no IBGE, assim, "parece que o IBGE não trabalha de dez em dez anos, porque o censo acontece de dez em dez anos". (*Risos.*)

Mas não é. A gente fica dez anos planejando o censo seguinte, não é? Quer dizer, no meio da década, seria ideal que tivesse a contagem. Então, a gente não para. Então, a gente fica o tempo todo fazendo vários testes, a gente vai a campo várias vezes e vê quais são as categorias melhor aceitas, melhor compreendidas pelo público, porque, eventualmente, nós, enfim, que tivemos acesso à escolaridade ou que temos uma renda melhor temos um vocabulário que é distinto do vocabulário de uma grande parte da população brasileira. Então, a gente tem que se adequar também a essas categorias que a população brasileira entende e com que se identifica. Então, é sob esses quesitos que a gente trabalha no IBGE. Não é a gente que define as pessoas assim, elas se autodefinem, não é?

A Marta já falou anteriormente que as pessoas podem se definir pardas, pretas, indígenas ou não... Pardas, pretas e brancas e, depois, se autodefinirem também indígenas, não é? Então, existe uma série de possibilidades, e a gente só divulga essas estatísticas. Cada um... Cada instituição ou política pública ou governo ou instituição privada ou pesquisador utiliza isso da forma que achar mais apropriada, de acordo com os seus interesses. Interesses que eu digo são interesses nobres mesmo, não é? "O que que eu quero? Qual é o meu foco nessa pesquisa? Qual é o meu foco nessa política pública?" E aí ela tem... As pessoas têm uma série de informações que elas podem utilizar de forma desagregada e tal.

Então, assim, só pra deixar claro que não é o IBGE que define as pessoas. O IBGE defende a metodologia, tenta atender as recomendações internacionais – tem autonomia técnica, obviamente, porque a gente tem diversidades distintas de outros países, não é? – e é com base nisso... Faz uma série de testes e é com base nisso que a gente define as nossas pesquisas, vai a campo, não é?

No censo, foram 180 mil agentes recenseadores, que foram visitar quase todos os domicílios deste país. Essa tarefa não é uma tarefa fácil. Todo mundo aqui conhece o Brasil, sabe das suas particularidades, da sua geografia, da sua diversidade cultural, social e econômica. Não é uma tarefa fácil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil está entre os dez países com maior população e maior território do mundo. Então, não é mesmo uma tarefa fácil.

Eu acho que algumas questões precisam ser conhecidas sobre a pesquisa que o IBGE desenvolve, conhecidas por nós, pelo Senado, por esta Casa e pela sociedade, de uma forma geral, pra gente saber do que a gente está tratando quando a gente divulga essas estatísticas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpellar.) – Tudo bem.

Presidente, só pra encerrar aqui, eu citei a questão de ONG que chama as pessoas que querem ser índio, vai lá e se declara índio e, a partir dali, sim.

Bom, como já foi dito, o instituto chega e pergunta: "Como é que você se sente?". Mas, oficialmente, tem lógica alguém ter olhos azuis e, de repente, virar índio? Nisso, para o IBGE, não tem problema?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Eu acho que é importante saber que a gente não pode treinar um recenseador pra discutir com o informante sobre o que ele está nos dando de informação. Então, seria muito arriscado e seria muito complicado, num país diverso e plural como o Brasil, eu orientar um recenseador a verificar se a pessoa está falando uma coisa ou outra. O fenótipo não necessariamente está relacionado com o seu pertencimento étnico. Por isso que é cor ou raça – o senhor tinha perguntado e, desculpe, Excelência, eu me esqueci de responder –, pode ser o fenótipo ou pode ser a sua ancestralidade, o seu pertencimento, que operam na forma como você se declara. Então, não tem como eu treinar um agente de pesquisa pra ele fazer uma heteroclassificação. A gente viu, em vários países no mundo, a dificuldade que é, e a gente fez um teste também.

Se a gente pegar o exemplo aqui da sala, cada um dos nossos recenseadores classificaria a mesma pessoa de uma forma totalmente diferente. Então, não funciona. A gente precisa que a pessoa se declare. Assim como ela declara a sua renda, ela declara a sua cor ou raça, ela declara a sua etnia, ela declara a sua escolaridade, se tem banheiro, se tem saneamento... Tudo é autodeclarado, porque é assim que funciona a estatística. É diferente de quando eu vou fazer uma política pública, um cadastro público, em que eu faço exigências. Não necessariamente você se declarar no censo faz alguma diferença para depois você acessar alguma política, porque, quando você ou eu acessamos a política, eu tenho que provar que eu sou quem eu falo que sou. É diferente.

Para o censo, eu preciso ter um retrato, um orientador que dá um retrato daquele momento da sociedade. Para a política pública, vocês definem uma série de exigências, legalmente, de como acessá-la. Não é o fato de o censo estar dando um resultado que faz com que automaticamente aquela pessoa entre para a política pública. Por quê? O nosso dado é desidentificado e agregado. Então, a gente não dá o dado de ninguém individualmente. Esse dado é sempre agregado e desidentificado no momento e no tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está trabalhando com o dado de indígena desde 2010 até agora, o mesmo do Censo de 2010. Agora, a gente tem o dado do Censo de 2020, mas, nesses 12 anos, esse era o único dado que a gente tinha de estatística oficial. Nesse meio tempo, eram utilizados dados alternativos de registro administrativo, cadastros, etc., etc., que as pessoas utilizavam.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A senhora colocou uma situação, e aí há a estatística, que é trabalhada dia e noite lá. Então, por que, em 2010, tu tens 896 mil índios e, em 2022, tu tens 1,7 milhão índios? O que aconteceu pra esse povo aparecer? Onde eles estavam, se o método, se as perguntas não mudaram de 2010 pra cá? Que fenômeno se deu pra que se tivesse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ãh?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Ela acabou de falar, porque ela é a autora inclusive, da mudança. *(Fora do microfone.)*

No Censo de 2010, não tinha essa autodeclaração.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tinha. Tinha, sim.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Acho que é importante esclarecer, Excelência.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ela falou que tinha. Não mudou nada.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – A gente tem autodeclaração no censo para cor ou raça, desde 1950, tá? A mudança...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Isso, é importante a pergunta do Senador, muito importante.

A gente tem algumas mudanças. A gente tem um crescimento vegetativo, que é esperado, entre 20%. A gente ainda não sabe quanto vai ser, porque a gente precisa dos outros dados que vão sendo divulgados – o IBGE vai divulgando aos poucos os seus dados. A gente vai precisar de fecundidade, mortalidade e migração, pra gente saber exatamente o que é o crescimento demográfico, ou seja, a população indígena, principalmente dentro das terras indígenas, tende a ter uma dinâmica sociodemográfica diferenciada: mais filhos, mais gente morando junto, etc., etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem uma pequena parte dessa alteração que se deve a isso. Tem uma parte que se deve a uma grande melhoria no nosso sistema de cartografia censitária. A gente passa... O meu colega aqui trabalha com essa área. A gente passa do que seria uma máquina analógica de fotografia para uma máquina digital extraqualificada. A gente passa a ter imagens em tempo real, a partir do acesso às imagens Planet da Polícia Federal, geo serviços de imagens de alta qualidade que nos permitem identificar locais que a gente não identificou em 2010. Não é que a gente não fez um bom trabalho em 2010; a gente fez o possível que a gente tinha, com a informação que a gente tinha em 2010.

Então, a gente tem várias críticas, que teve áreas que a gente não visitou, teve aldeias a que a gente não foi em 2010, e a gente conseguiu ir nesse censo, justamente porque a gente teve uma cartografia censitária muito mais detalhada. A gente teve um crescimento de 338 setores censitários indígenas que a gente pôde identificar através de um melhor conhecimento do território nacional, tanto que a gente tem aumento de população em alguns municípios, graças a esse trabalho mais aperfeiçoado que a gente fez de população como um todo, não só de população indígena.

Teve uma outra mudança metodológica, a que o Senador estava chamando a atenção também, que a gente melhorou o treinamento. Antes, a pessoa que trabalhava em áreas indígenas tinha o treinamento comum, e a gente não tinha o treinamento de cor ou raça. Então, acabava que cada um fazia do jeito que achava melhor. Então, a gente não tinha essa padronização tão firme que a gente tem agora. A gente tem um dia de treinamento pra preparar as pessoas pra ir para as áreas indígenas, pedir acesso, direito de acesso, trabalhar junto com a Funai pra acessar e poder percorrer a área indígena como um todo, pra não ter tanta recusa quanto a gente teve em 2010, de acesso a territórios, que a gente teve inclusive no Estado do Pará, em que a gente teve algumas recusas expressivas.

Além disso, a gente teve também a metodologia diferenciada de a gente poder... Eu falei da cartografia, eu falei do treinamento. A gente tem a autodeclaração, sim, e o crescimento. É isso. Então, a gente teve essas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – O crescimento demográfico, que é uma pequena parte desses 88%. Então, isso explica a mudança também.

E você tem a situação social também do país, a forma como o IBGE passa a ser conhecido, também a importância que o censo passa a assumir, que também facilita com que as pessoas tenham mais confiança no IBGE para declarar seu pertencimento.

Acho que, em suma, era isso, Flavia. Então, sei se...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, senhora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar pro nosso... Agora vai ser a vez do nosso Relator, que tem as suas perguntas e, gentilmente, permitiu que a gente ficasse falando. Eu tenho uma observação.

A Sra. Flavia falou que ele segue a metodologia; o IBGE não determina, vai lá. E eu perguntei no começo por que o IBGE se recusa a recolocar o termo "mestiço" em substituição ao "pardo" no censo, onde ele constou em 1890, sob o argumento de que prejudicaria a série histórica, mas aceitou colocar o termo "indígena" em substituição à palavra "caboclo", que constava no Censo de 1872 e 1890. Então, está explicado. Eles vão seguir uma metodologia, determinam aqui. E ela falou que segue os padrões internacionais. E isso explica muita coisa. Segue os padrões internacionais que eliminaram "mestiço" e "caboclo". Eu não sou, mas eu sou caboclo, eu não estou mais... Então, como é que eu vou responder se eu sou mestiço e caboclo, se não consta na pergunta?

E me permita, Marcio – está aqui, é do BGE, a gente tirou do IBGE –: quando a pessoa diz, o informante de pele clara responde que sua cor ou raça é preta, o IBGE não questiona, é preta. Qual é a raça? Está lá, preta. Mas, quando diz que é parda ou mestiça: "Mas o senhor... Não, tem a indígena...". Quer dizer, essa indução aconteceu, independentemente do que elas estão dizendo aqui, porque elas estão falando do correto, mas no campo não foi correto.

E tem aqui, Marcio – eu já passo pra você e é definitivo –: Sra. Marta, a senhora conhece o Sr. Tiago Moreira? Ele participou como pesquisador, como... Ele é do ISA (Instituto Socioambiental). Olhe o que ele diz, olhe o que o representante de uma ONG diz: "Essa diferença acontece porque as pessoas olham muito para a cor da pele, quando essa pergunta (qual é a sua cor?) é feita. Mas, quando você faz a pergunta a mais (se a pessoa se considera indígena), isso abre para uma série de outros critérios de etnia que a pergunta sobre cor não responde, afirma Tiago Moreira, pesquisador do ISA [...], uma das organizações da sociedade civil convidadas pelo IBGE a acompanhar a elaboração do Censo. BBC Brasil."

O nosso Relator, Marcio... Com a palavra, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia.

Quero apenas reforçar as palavras da abertura do nosso Presidente Plínio. As duas senhoras que estão aqui, funcionárias públicas federais, estão como convidadas e há, de fato, dúvidas muito grandes.

A senhora afirmou, agora há pouco, que não há mudança na metodologia, Sra. Marta. Eu gostaria de ler um trecho aqui para a senhora, então, porque há, sim, mudança de metodologia. Mudança de metodologia... Eu vou ler e depois a senhora pode confirmar ou não:

De fato, como aventado pelo solicitante, houve mudanças na metodologia utilizada pelo IBGE para contar a população indígena. Essas alterações foram mencionadas por Marta Antunes [a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora], responsável pelo projeto de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE, durante o evento [abre aspas] "O Brasil Indígena: uma nova foto da população indígena", realizado em Belém, em 7 de agosto de 2023:

"Só com os dados por sexo, idade e etnia e os quesitos de mortalidade, fecundidade e migração, será possível compreender melhor a dimensão demográfica do aumento do total de pessoas indígenas entre 2010 e 2022, nos diferentes recortes. Além disso, existe o fato de termos ampliado a pergunta 'você se considera indígena' para fora das terras indígenas" [...].

Então, houve uma mudança de metodologia, correto? E isso explica a mudança de 800 mil pessoas para 1,6 milhão, praticamente dobrou. De qualquer forma, mesmo levando em consideração, vamos dizer que foi um aperfeiçoamento, principalmente fora das terras indígenas, o fato é que houve uma alteração e isso facilitou ou proporcionou esse dobro da população indígena, que, se não se explica pela mudança de metodologia, fica inexplicável, porque a população indígena está entre a população mais pobre do Brasil, a menos assistida do Brasil; ela está, lá na cadeia, na pior situação e é uma das maiores taxas de mortalidade infantil.

Então, se você não explica esse aumento da população indígena em dez anos pela mudança de metodologia, aí, não tem outra explicação, porque ela não teria como, se não fosse a mudança – ela não teria como –, dobrar de tamanho, sendo a parte mais pobre da população brasileira, uma das mais pobres, com menos assistência, menos saúde, menos estrutura e com maior mortalidade infantil.

De qualquer maneira, mesmo levando em consideração que, com a mudança da metodologia, você alcançou mais, o seu objetivo era alcançar, aperfeiçoar, e foi aperfeiçoado, mesmo assim, nós temos 786 mil pessoas em terras indígenas na área rural para 14% do território nacional. As senhoras já devem compreender – se não, eu vou dizer agora explicitamente – que a preocupação desta Comissão, de vários setores, é que, para 786 mil pessoas, você tem 14% das terras indígenas. E o que os índios dizem na Comissão é que não é de mais terra que eles precisam; o que eles precisam é de que as terras que, em tese, foram reconhecidas como sendo suas eles possam de fato explorar, como fazem os norte-americanos indígenas e os canadenses.

A preocupação que nós temos é porque, hoje, movimentos muito poderosos, de fora para dentro, querem aumentar terras indígenas não pensando nos índios, mas pensando em manter sob o controle estrangeiro os recursos naturais que já estão hoje mantendo sob o seu controle, com a desculpa de cuidado com a população indígena, e, de repente, o IBGE, conscientemente ou não, acaba ajudando essa força muito grande de criar mais e mais reservas indígenas sem ter razão nenhuma para tal. De qualquer forma, imagine: mesmo levando em consideração a mudança de metodologia, que dobrou a população indígena, mesmo assim, nós temos 786 mil pessoas em 14% do território nacional vivendo pobres. E é isso que deve ou que deveria chamar a atenção de todos brasileiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, muitas vezes, entendo... Eu tenho irmãs funcionárias públicas federais que, com todo o respeito que eu tenho, passaram em concursos públicos, mas, como, depois que se passa no concurso público, você é praticamente intocável, independentemente de resultado, independentemente de mérito, você passa a ser praticamente intocável, eu acho que o servidor público no Brasil, o federal, vive numa bolha. E mesmo que não seja intencional, quando ele acaba ajudando a fazer uma amostragem que facilita a entrega de mais território nacional a forças estrangeiras, isso deveria ser motivo de preocupação inclusive deles.

A gente não sabia que viriam as duas, foi muito bom que viessem.

Sra. Marta, a senhora presta ou prestou consultoria a ONGs?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Eu trabalhei no passado, antes de entrar no IBGE, sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A senhora poderia dizer quais ONGs?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Eu trabalhei na ActionAid, ActionAid Brasil.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A senhora poderia dizer um pouco qual o conteúdo das consultorias a essa ONG?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Eu fui funcionária. Eu fazia acompanhamento de projetos de desenvolvimento da agricultura familiar e agroecologia. A gente basicamente fazia captação de recurso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É projeto para... A finalidade da ONG basicamente era?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Era combate à pobreza.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Aí envolve o Brasil inteiro, a Amazônia, a população indígena...

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não. Eu trabalhava na região do Semiárido.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A senhora poderia dizer quanto recebeu nessas consultorias? Ou quanto recebia nessas consultorias?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Qual era o meu salário?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim.

Direta ou indiretamente?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Deixa-me pensar, que eu já nem lembro. Já tem tanto tempo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, não é obrigada.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Ah, tá. Não, eu não lembro quanto era, mas era bem menos do que eu recebo agora.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agora já não presta mais essas consultorias?

E já respondeu que não prestava essas consultorias enquanto estava no IBGE.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não; para a ActionAid não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A senhora mencionou a existência de seminário para definir metodologia.

A senhora não acha que um seminário, como qualquer outro encontro, pode ser manipulado? A senhora não acha que faltaria rigor científico, para definir a metodologia num seminário?

A senhora mencionou a existência de um seminário para definir a metodologia das perguntas, do questionário, do IBGE. Não é falta de rigor científico decidir isso em um seminário?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não; acho que é importante explicar algumas coisas.

O Senador fez algumas perguntas e é importante explicar algumas coisas. Primeiro, sobre a mudança de metodologia. Não mudou o critério da autodeclaração, mas, como eu falei, mudou a cartografia, o treinamento e, sim, teve uma ampliação do "se considera", mas essa ampliação é responsável apenas por 55% do aumento de população indígena. Então, ele não corresponde... Por isso que a gente fala que é um conjunto de fatores.

O que o IBGE define são as metodologias, internamente, no IBGE. A gente faz seminários de consulta para entender como os órgãos estão pensando, ter alguns insumos, ver as críticas que o IBGE recebe, e aí poder depois pensar tecnicamente as soluções que atendem essas críticas ou não, do ponto de vista do rigor técnico que o IBGE possa aplicar nos padrões internacionais e nacionais de produção de estatística pública.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O Instituto Socioambiental participou dessas consultas, participou desses encontros para estabelecer a metodologia?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – O Instituto Socioambiental participou como observador da reunião técnica, onde ele cedeu a localização de algumas aldeias em que ele tinha uma atuação mais pontual.

Ele participou também como observador da consulta, mas não como pessoa que pudesse, de alguma forma, influenciar, até porque a contribuição do ISA foi muito mais no sentido de apontar onde a gente tinha aldeias, em algumas áreas, dentro de terras de que a Funai não tinha tanta informação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k. Veja, por isso que eu mencionei, com todo respeito, como às vezes o servidor público federal... E eu quero dizer, claramente, sem medo nenhum, eu já disse isso várias vezes, que eu sou contra a estabilidade do servidor público como ela é no Brasil. Ela é intocável. E eu digo isso por irmãs minhas, que são funcionárias públicas federais de universidades públicas no Brasil.

Como é que você não acha estranho o ISA participar da elaboração daquilo que há de mais essencial e básico para um país?

País nenhum do mundo aceita isso.

O ISA participa, está no próprio relatório do IBGE, com pessoas – eles indicando... Um instituto que recebe 80% de recursos de fora! Em dois anos, foram mais de R\$140 milhões.

Mas isso não parece estranho aos olhos das pessoas que conduzem o IBGE, que conduzem o questionamento para levantar, como disse o Senador Zequinha Marinho, as estatísticas e os números, que deveriam ser os mais confiáveis do país.

Mas, enfim, vamos lá. Segundo o IBGE, em 2022, o número de indígenas residentes no Brasil era de 1,693 milhão. Esse aumento que a gente menciona, que representa 0,83% da população total do país.

Em 2010, dez anos anteriores, doze anos, o IBGE apontava 896 mil indígenas, ou seja, 0,47% do total dos residentes no território nacional. Significa que esse contingente teve uma ampliação de 88, como ela própria mencionou aqui nos eslaides, lá no começo, desde o censo demográfico anterior, ao passo que a população brasileira cresceu apenas 6,5%.

Por isso, claro, que houve uma mudança, porque não tem como. Se não tivesse uma mudança, que seja qual for a explicação para aperfeiçoar, para encontrar aquele indígena que não se declarou, que estava na cidade, mas, de qualquer forma, só se explica com a mudança de método. Alguém pode achar que é aperfeiçoamento. A explicação dada para esse aumento expressivo estaria associada a mudanças metodológicas, assinala o Instituto.

Bom, V. Sa. saberia explicar qual foi a mudança... Isso já está dito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, perguntando, Sra. Marta, de forma mais objetiva, ou para as duas, qualquer uma das duas que queira responder, qual foi o papel da Funai na mudança de coleta dos dados do IBGE junto aos indígenas, as mudanças que a gente mencionou agora há pouco? A Funai tem algum papel importante nisso? Qual seria o papel da Funai nisso?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Então, a Funai estabeleceu uma portaria para apoiar o IBGE em todo o processo do censo. Ela acompanhou cedendo todas as informações de localização de terras indígenas, que é a obrigação da Funai de delimitar, e também a localização das aldeias indígenas da Funai, que é a nossa base mais sólida de cartografia. A Funai apoiou a gente também no acesso às terras indígenas e no percurso nas terras indígenas. Sempre que a gente estivesse em uma área onde fosse necessário o IBGE estar acompanhado – na portaria identifica quais seriam as áreas importantes de o IBGE estar acompanhado –, são áreas habitadas por povos indígenas de recente contato, áreas partilhadas com povos em situação de isolamento voluntário, onde haja conflitos, recusas dos indígenas em receber o IBGE, a Funai apoiou com todo esse processo. A Funai apoiou também através de um contrato de horas-voo que tinha, através de um TED que o IBGE fez com a Funai, para que a gente tivesse avião monomotor para fazer o censo em terras indígenas do Pará, Mato Grosso, Roraima e Amazonas. Foi grande o apoio da Funai também nos insumos de planejamento, todo o conhecimento logístico de como acessar, como percorrer, como chegar nas terras.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas influência nenhuma nos questionários?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não, o questionário é prerrogativa do IBGE, é o IBGE que define o que vai perguntar, tem que ser comparável...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perdão. Mas, para o IBGE definir o que vai perguntar, ele ouve?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim, sim, ouve a sociedade como um todo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Como a Funai, por exemplo?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – A Funai, a Sesai, academia, consulta pública, todos foram unânimes pedindo que o questionário amostral pudesse dar mais dados para as próprias terras indígenas. Então, isso foi algo fácil de o IBGE atender, do ponto de vista que a gente já tem o mesmo questionário e não teve uma alteração significativa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Por coincidência, claro – e aí é uma opinião minha e uma afirmação minha –, mas, por coincidência, todos os órgãos que a senhora mencionou como consulta, todos eles têm a mesma visão de que segregou os índios,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que criou um monte de terra indígena, segregando índios e tutelando índios. Então, quer dizer, o IBGE acaba ouvindo e consultando...

E, quando eu falo em consulta pública, quem é que se mobiliza para a consulta pública? A militância é quem instrumentaliza. O cidadão que está trabalhando, pensando como é que ele sustenta a família no café da manhã, ele não participa quase nunca dessas consultas porque ele não tem tempo para isso.

Então, quando um órgão brasileiro, o IBGE, diz: "Olha, eu estou ouvindo a Funai, eu estou ouvindo a Sesai, eu estou ouvindo a consulta pública", ele está ouvindo uma só pessoa. Isso tudo que a senhora mencionou, com todo respeito, é uma visão única. Existem outras, e essas outras acabam não sendo ouvidas.

Bom, a senhora já mencionou, mas eu quero perguntar, para lhe dar outra oportunidade: houve influência ou relação com alguma ONG, junto ao IBGE, na coleta de análise dos dados da população indígena, no caso citado do ISA?

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Não, nenhuma influência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Na pergunta anterior, a Sra. Marta disse que houve uma participação do ISA em fornecimento de dados, de informações. Enfim, o próprio relatório do ISA menciona... Perdão, o próprio relatório do novo Censo, do IBGE, menciona pessoas do ISA que participaram.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Mas não na coleta, não na coleta.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas participaram, de alguma forma, como consultor, como consultados?

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Não, com insumos cartográficos. A gente apresentou no...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, eles serviram para dar alguma base para o trabalho que vocês fizeram.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Sim, Excelência. É um trabalho que conta com o apoio de muitas instituições da sociedade organizada de uma forma geral.

O que eu acho importante a gente enfatizar é que o IBGE não inventa gente, não inventa índio, não inventa população.

Por um lado, tem o Senador Zequinha, que diz que o IBGE não achou população na cidade dele. Depois, V. Exas. dizem que o IBGE inventou população indígena.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o IBGE vai a campo e conta, da melhor forma possível, de acordo com a tecnologia disponível no momento. A gente teve um salto tecnológico, de 2010 para 2022, que nos possibilitou encontrar populações em territórios que, anteriormente, a gente não encontrava, porque a gente não tinha esse mapeamento. Então, se, hoje, a tecnologia nos permite fazer isso, seria uma negligência se nós não o fizéssemos.

Então, o IBGE foi a todos os lugares onde havia indícios de que havia domicílios, que é a nossa unidade de investigação, e lá estivemos, e lá aplicamos o questionário. Com todos esses fatores que a Marta acabou de falar, sobre as mudanças na pesquisa – metodológicas não houve –, mas tem uma questão demográfica que a gente observa na população indígena, então, tudo isso impactou nos resultados.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Olha, a senhora me desculpe, me perdoe, se eu fui mal entendido. Em momento algum, eu disse que vocês inventaram população indígena. O que eu digo é que houve uma mudança, porque não há outra explicação, em 10 anos, para a população indígena ter dobrado de tamanho, se não houve mudança, o que pode ser entendido por vocês, que são funcionários de carreira, por aperfeiçoamento, pessoas que não estavam sendo detectadas e foram detectadas.

Agora, eu posso e tenho o direito de entender que, quando vocês ouvem um instituto como o ISA, Instituto Socioambiental, que recebe, em dois anos, cento e quarenta e poucos milhões de reais, sendo 80% de fora, de países que têm interesse e que influenciam, concretamente, a política, principalmente na Amazônia brasileira, eu acho essa uma relação promíscua, eu acho uma relação equivocada. Eu não acho que um órgão como o ISA pode ter esse assento, sendo consultado, para ajudar a fazer o trabalho de levantamento de dados e informações no território nacional.

Agora, eu não disse, em momento algum, que o IBGE está inventando população indígena, não. Eu disse que, coincidentemente, o resultado do último Censo reforça a política que eu considero irracional. Por exemplo, lá em Autazes, onde se descobriu mais uma área de reserva de potássio, aumentou a população indígena, por coincidência, em 48%, naquela região, e isso está dando base para tentar criar uma outra reserva indígena em cima de uma outra reserva de mina de potássio. É uma claríssima interferência internacional sobre os recursos naturais!

Aliás, essa história se repete. Isso é assim em toda a história. Só mudou a forma. Eu considero, como diz o Senador Plínio, um novo colonialismo, um neocolonialismo.

Mas não houve nenhum contrato formal entre o ISA e o IBGE?

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Não, não houve.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só para constar, além do ISA, que foi, de certa forma, envolvido, consultado, prestou algum serviço – além do ISA –, não houve mais nenhuma ONG?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Consta, na publicação... A gente consultou, no sentido de obter insumos, três organizações: o ISA, o Iepé e do outro – esqueci o nome, mas que trabalha com os guaranis –, para a gente poder ter insumos em umas áreas onde a gente não tinha insumos de cartografia para poder trabalhar a base.

É importante salientar que esses insumos não são tidos como um dado verdadeiro, real. A gente faz todo um tratamento, a gente junta esses dados com os dados da Funai, da Sesai, com os dados do próprio IBGE, dos outros censos, da declaração de cor ou raça de 2010, a gente analisa as imagens orbitais e depois a gente vai em campo, antes de definir que aquilo é uma área a ser pesquisada.

Então, é insumo que depois é tratado, trabalhado e, depois do censo, quando a gente fizer a divulgação também, esse insumo vai ser tratado com as informações que vieram de campo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, só para ilustrar a sua pergunta, do ISA, irmão, antes de você mudar de assunto...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, não. Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Sr. Tiago Moreira... Não, do ISA. Eu digo: o Tiago Moreira, aqui, que é pesquisador do ISA, ele é o responsável direto – dá a entender aqui, na reportagem da BBC, que ele é responsável direto.

Eu vou repetir o que ele diz, Marcio. Ele é do ISA, eu sou Tiago Moreira: "Essa diferença [explicando essas coisas para quem está querendo entender] acontece porque as pessoas olham muito para a cor da pele quando essa pergunta (qual é sua cor?) é feita, mas, quando você faz a pergunta a mais (se a pessoa se considera indígena), isso abre para uma série de outros critérios de etnia que a pergunta sobre cor não responde".

Está claro aqui. Então, quando você trata... "Você não se sente indígena?". Quando abre um indígena, vai só para ilustrar que o ISA participou efetivamente com o Sr. Tiago Moreira, Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – De certa forma, a Sra. Marta, quando diz que entidades não governamentais... E, aí, com o Fernando Henrique Cardoso, em alguma coisa eu concordo com ele nessa questão, quando ele disse que não devia se chamar organização não governamental, e, sim, neogovernamental. Mas a senhora própria acaba de dizer que esses órgãos, como o ISA, ajudam a dizer, de uma forma muito clara, onde deve ser pesquisado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a influência é clara. E eu acho um absurdo, acho que país nenhum do mundo aceita que um órgão como esse, que recebe recursos de fora, aliás, tive a oportunidade de perguntar... E todos eles são relacionados à questão indígena e à questão do meio ambiente. E eu até perguntava a eles todos aqui, que entendem que a mudança climática é provocada pelo homem e que, se não tomarmos cuidado, isso pode causar a impossibilidade da continuidade da vida humana na Terra... E aí eu perguntava: "Mas quem é que joga mais CO₂ no planeta? É o Brasil inteiro ou a Noruega, que vive com 51% do seu PIB de petróleo e gás e mandou perfurar mais?". "É a Noruega". "Vocês têm alguma crítica a eles?". "Não, não tenho", porque recebem dinheiro deles. Como é que você vai criticar alguém de quem você está recebendo? Como é que esses institutos – e um deles, o ISA... Como é que vão criticar os países que mais poluem, que estão aumentando a extração de petróleo e gás agora, como a Inglaterra está fazendo, como os Estados Unidos estão fazendo, como a Alemanha, que está queimando carvão? Como é que eles vão criticar aqueles que fornecem, que dão dinheiro para eles?

E aí uma entidade dessa participa, sim, junto com o IBGE, na política mais básica e mais fundamental do Brasil, que é a coleta de dados, de informações que vão ser a base de toda política nacional.

Pra terminar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, já foi dito, mas, se quiserem, só pra ficar mais registrado: quais as orientações recebidas pelos pesquisadores pra separar mestiço – mas já disse que a palavra mestiça já foi substituída por pardo, não foi isso? – dos indígenas quanto à autodeclaração? Quando ela não funcionava, o pesquisador tinha como deixar registrado que a autodeclaração foi substituída por heterodeclaração do pesquisador?

E termino dizendo aquilo que Plínio sempre faz questão de ressaltar, o nosso Presidente: não há aqui... Acho que há uma clara constatação: aqui não há nenhum outro objetivo que não seja a preocupação – e a CPI foi instalada muito baseada nisso – de perda de soberania nacional. Há políticas públicas desenvolvidas no Brasil atendendo mais a interesses estrangeiros do que mesmo a interesses nacionais. E o convite ao IBGE é pra que a gente possa elaborar um relatório que mostre à população brasileira de forma geral um pouco daquilo que, talvez, a maior parte ainda não esteja sabendo.

Eu termino as perguntas, agradecendo a vinda das duas funcionárias, dignas, do IBGE e dizendo, com todo respeito, que, pra mim, está clara a participação de ONGs na política nacional de levantamento de dados mais importante que o país tem feito pelo IBGE. Mas muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradeço ao nosso Relator, Senador Marcio Bittar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já vamos encerrar, mas antes eu preciso fazer uma pergunta à Sra. Marta e à Sra. Flavia, sobre o Movimento Mestiço no Amazonas: por que o IBGE atua em Manaus no território étnico do povo mestiço? Lá tem uma lei que reconhece o mestiço como etnia; tem uma lei em Manaus, a Lei Orgânica do município. É reconhecido como tal pela Lei Orgânica do município, visando a promover que o mestiço passe a declarar-se indígena. Não seria tipo eu dar duas opções... Eu chegar para minha filha – não quero que ela torça pelo Flamengo – e digo: "Minha filha, você pode o time que você quiser: Botafogo, Fluminense e Vasco...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Menos o Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Menos o Flamengo. Ela não vai ser flamenguista nunca! É o que aconteceu aqui. Sempre que se respondia "pardo", tinha outro questionamento: "Mas você não tem raízes indígenas?"; quando se declarava negro ou branco, não tinha questionamento nenhum, aquela pergunta que eles fazem de apoio. Mas esse é um comentário que nós vamos fazer depois.

Sra. Marta, a senhora fala. Se quiser acrescentar, se a senhora quiser acrescentar algo, só temos a agradecer, liberá-las, agradecer, reiterando sempre: eu espero que não tenham se considerado aqui rés; são nossas convidadas sempre. Se quiserem se despedir, aí ficam liberadas. Depois, vamos pro encerramento.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Quero agradecer o convite.

O IBGE está sempre à disposição, e foi um prazer estar aqui com os senhores, com V. Exas. hoje.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Sra. Marta.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS (Para expor.) – Eu queria agradecer o convite. A gente, como Marta falou, está à disposição pra elucidar qualquer dúvida, esclarecer, e, sempre que for necessário, pode nos chamar.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Sra. Flavia.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Apenas pra registrar um aspecto: a gente não está questionando a pessoa das senhoras aqui. Naturalmente esta Casa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem a obrigação de avançar pra trabalhar a questão da formulação de tudo isso, não é? Sabemos que é ciência, sabemos que é tecnologia. Há uma série de coisas envolvidas.

Essa passada por aqui hoje, apenas para satisfazer essa questão de dados e informações em cima da CPI, que nós estamos elaborando, naturalmente não vai, digamos assim, dispensar uma audiência pública sobre o censo do ano passado, e não apenas pela questão indígena; é porque, realmente, se você acompanha aqui os dados, aí de repente você vê um deles dobrar, naturalmente vai haver um questionamento. Então, deve haver questionamento não só nosso, mas deve ter de outros e outras instituições por aí. E, no futuro, naturalmente, nós vamos estar trabalhando isso, porque, quer queira ou quer não, é o IBGE que é a nossa fonte de referência. Não tem para onde correr. Não dá para ir ali e perguntar para o fulano, não dá para... não. Nós temos que ter, nos senhores, na instituição, essa fonte de referência. E, por mais que ela não seja exata... Não, ninguém está aqui atrás da vírgula, mas a gente está querendo ter uma noção exatamente.

Eu continuo com um problema lá no meu estado, em alguns municípios, porque eu moro lá, eu conheço lá e eu tenho certeza de que Jacundá não tem só 37 mil habitantes. Rondon está com um número que realmente agora... No começo, quando publicaram, estava lá embaixo. Aí, com aquela zoada danada, não sei o que aconteceu, está lá com 53 mil habitantes. Ótimo, está dentro daquilo, da expectativa. Mas Jacundá está com 37. Nós vamos fazer aquele povo passar necessidade. Por mais que o território esteja encolhido ali, porque fizeram um erro no passado, não sei como vamos sobreviver. Aí cai tudo agora, cai um monte de repasses... Junta uma coisa com a outra – cai, porque caiu no número de habitantes; agora cai, porque o dinheiro está realmente muito pouco –, então é duas vezes penalizado em função de informação de tudo quanto é lado.

A gente precisa ter ou continuar tendo no IBGE essa fonte segura, porque, se não for o IBGE, nós não temos outro lugar para ir atrás, para discutir, para poder pegar a informação e assim sucessivamente.

E eu espero que, numa outra vez, a gente traga a parte científica da coisa aqui, para a gente discutir. Tem pontos que a gente precisa discutir. Mas, pelo amor de Deus, não entendam que nós aqui estamos brigando com vocês. Nós estamos aqui brigando com o resultado de uma instituição que nós precisamos que seja o mais próximo da exatidão possível.

Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

A nossa preocupação, reforçando o que o Senador Zequinha está dizendo... A Lei de Cotas raciais em concurso público utiliza critérios raciais do IBGE. Então, a gente fica muito preocupado. Já não tem mais o caboclo, não tem o mestiço; o pardo vai sumir daqui uns dias.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Entendam: as senhoras estão aqui porque nós consideramos o IBGE um trabalho de alta responsabilidade. Estão aqui porque o IBGE realmente é o foco do que o Senador Marinho está dizendo.

Nós estamos tendo problemas agora na Lei de Cotas. Os mestiços sumiram. Os caboclos sumiram. E a gente está tendo problema. Eu e o Senador Paim temos conversado muito, porque eu fiz uma emenda, naquela época, de classificação de uma banca composta que não reconhece os mestiços e duvida dos pardos.

Sempre que alguém diz que é pardo: "Ah, mas você não tem origem indígena". Eu tenho: minha avó materna era indígena, não é? Aliás, todos nós temos. Mas, se eu me considerar indígena, vão dizer que eu sou um demagogo.

Muito obrigado pela presença das senhoras. Espero que tudo tenha saído bem, está bom? Nós temos as nossas dúvidas, tiramos algumas, continuaremos com os outras, mas isso são afirmações nossas. Mas no sentido sempre de, como legisladores, tentar melhorar o que precisa ser melhorado, está bom?

Muito obrigado pela presença.

Com a anuência do Plenário, coloco em votação os seguintes requerimentos extrapauta:

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****Requerimento Nº 142/2023**

Requer a inclusão do Cacique Graciano Aedzane Pronhopa, da etnia Xavante, do estado do Mato Grosso, como convidado para participar de audiência desta Comissão.

Autoria: Senador Plínio Valério

Autoria da Presidência da CPI, atendendo a uma sugestão do nosso Senador Mauro.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 2****Requerimento Nº 143/2023**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão do Cacique Arnaldo Tsererowe, da etnia Xavante, Líder da Aldeia Dzepa da TI Parabubure do município de Campinápolis, Estado do Mato Grosso, como convidado para participar de audiência desta Comissão.

Autoria: Senador Plínio Valério

Sugestão do Senador Mauro acatada por nós.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Coloco em votação a Ata da 17ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Para finalizar – não tem mais nada a tratar –, vamos já finalizar agradecendo a presença sempre importantíssima... Senador Marcio Bittar, sua importância cresce a cada dia aqui na CPI, assim como cresce a nossa responsabilidade e o nosso compromisso com a nação.

Abrimos a caixa-preta. A caixa-preta está aberta, vamos ver onde para isso. Mas, com certeza, no final do relatório, nós vamos sugerir leis... projetos de leis e seja o que for, para melhorar, clarear, jogar luz nessa escuridão. Fica claro com os nossos depoentes aqui: as ONGs se parecem; aquelas quatro que estiveram aqui são prepotentes, arrogantes, pegam dinheiro externo, gastam a maioria entre si, não prestam conta do que gastam e acham que fazem um favor ao país. Está claro isso. Está claro isso.

As quatro ONGs que estiveram aqui, somando o que elas arrecadaram na sua existência, já dá um R\$1,4 bilhão; quatro ONGs. Nós vamos trazer aqui mais umas quatro. Imaginem vocês, imagine o Brasil, se nós trouxéssemos mil ONGs aqui ou pelo menos cem ONGs aqui. Então, é esse acinte, essa coisa feia que eles fazem e cuja caixa-preta nós estamos abrindo; vai continuar sendo aberta.

Nós, Marcio, eu, nenhum membro desta CPI tem sofrido ameaças, nenhuma, de nenhum tipo, de nada, a nós. Se temos algum mérito, foi ter aberto a caixa-preta e continuar mostrando essa coisa horrível, feia que essas ONGs fazem. E o que é pior... Para mim, Marcio, pior mesmo, para mim, é esse pessoal achar que a gente é colonizado, é otário, é babaca. Eles consideram a gente assim. Esse pessoal não tem o menor respeito pelo brasileiro comum, não tem o menor respeito.

Tem uma reunião deles na embaixada, acho que foi a Embaixada do Canadá, na época da Constituinte. Alguém... manda fazer uma coisa feia e alguém diz, "mas e as autoridades no Brasil?". Aí ele vai e responde, o que dá o dinheiro: "No Brasil, eles costumam ignorar o que não pode ser reconhecido oficialmente". Essa é a imagem que eles têm...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Na Embaixada do Canadá?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, não deles, mas na embaixada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está naquele livro *Uma Demão de Verde*. Então, é assim que eles consideram a maioria, e a maioria dos brasileiros não é assim, não é assim. Então, enquanto o brasileiro comum rala, sai de madrugada ou vai atrás de emprego, os "ongueiros" ganham 80, 60, 100 mil, 40 mil de salário, mas eles buscam, na terceirização, na prestação de serviços, ficar ricos, e ficaram – e ficaram ricos. Se depender da gente, nessa caixa-preta, nós vamos até o final.

Só nos resta agradecer a todos aqueles que participam conosco, vocês que incentivam, aqueles que nos encontram na rua, incentivam, aqueles indígenas que foram 14, 10, 5 dias para encontrar o Marcio, eu e o Chico Rodrigues, e sempre nos incentivaram. Todas as vezes que a gente conversa e fala da dificuldade, Marcio e eu, a gente lembra da dificuldade de quem mais sofre, de quem está lá na ponta. Nós, Senadores, podemos ficar sensibilizados, vamos juntos, mas somos Senadores, a nossa vida é melhor do que a dessa gente, do que a do indígena que está sendo usado, tripudiado, manipulado, tutorado e a gente vai continuar falando em nome dele.

Se problemas vierem, quem na vida não tem problemas? Atravessar a rua é perigoso, assim como navegar também.

Um grande abraço, a sessão está encerrada, muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e treze minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Wilder Moraes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Paulo Paim, Marcos do Val e Esperidião Amin, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimento.** **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do André Guimarães, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), em atendimento ao requerimento 120/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/17>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a presença de todos para mais uma audiência, para mais uma reunião da nossa CPI, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. André Guimarães, Diretor-Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, conforme Requerimento nº 120, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Antes de pedir que os assessores tragam o nosso convidado, eu gostaria, saudando o nosso Senador Confúcio, que sempre abrilhanta com a sua presença aqui, sua presença amazônida sempre...

Obrigado pela presença, Confúcio, Senador Mecias.

O Senador Marcio, nosso Relator, está vindo.

Como sempre, eu queria chamar a atenção, Senador Confúcio, para a questão que está acontecendo no Pará, lá na Vila Renascer, no Município de São Félix do Xingu, onde produtores estão sendo expulsos de suas terras. Isso tudo é consequência e briga exatamente em função de demarcações de áreas indígenas, provocadas, em sua maioria, por algumas ONGs que entram no Ministério Público Federal, na Funai, pedindo demarcações, e vira essa confusão. Como essa gente não está tendo divulgação nem apoio, eu me sinto no dever, Confúcio, de, pelo menos, passar para a população brasileira o que está acontecendo.

Eu pediria que mostrassem o Vídeo nº 1, que tem só 50 segundos; e, em seguida, o Vídeo nº 2, que também tem 40 segundos – os Vídeos nºs 1 e 2.

É no Município de São Félix do Xingu, na Vila Renascer, da etnia Apyterewa.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Brasil precisa tomar conhecimento do que está acontecendo. Isso está comum na Amazônia. Vocês não vão ver isso na grande imprensa, nas televisões, de jeito nenhum. Isso aí, se não for guerra civil, eu não sei mais o que é guerra civil. Há até a denúncia de que um agricultor foi morto. Como a gente não tem firmeza nisso, eu não vou exibir essa denúncia de que um foi ...

Agora, vejam a Força Nacional impedindo que carne, que comida chegue aos que já não têm mais as casas, estão acampados. Eles foram expulsos, estão numa área lá isolada e, agora, nem a comida eles têm direito, porque a Força Nacional brasileira não permite. E não tem como, não tem como não fazer um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paralelo: a gente não vê esse tipo de operação em relação ao narcotráfico. São pessoas que estão desamparadas e pedindo socorro.

Olhem só... Eu peço paciência, mas esse vídeo aqui merece ser exibido. Ele tem 3 minutos e 40 segundos. É o vídeo de João Batista dos Santos, pedindo socorro às autoridades, com famílias sendo expulsas de suas terras, ficando sem destino. Ele tem uma frase em que ele diz: "Querem nos tirar daqui em um prazo muito insignificante".

Olhem só o que esse senhor de 72 anos relata.

((Procede-se à exibição de vídeo.))

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse cidadão aí e essas crianças são exatamente aquele pessoal a que a Força Nacional não está deixando chegar alimento. Não permite passar a carga.

Eu vou até mostrar aqui, Senador Beto – saudando a presença do Senador Beto – o vídeo nº 2. Tem 40 segundos. A gente está dando voz a essa gente, que não tem. A imprensa não está divulgando, e só está o outro lado. E o lado deles é esse, são os vídeos mostrados aqui. Só para o Senador Beto, que chegou agora, são 40 segundos. Repetindo, a Força Nacional não está deixando chegar alimento para aquele senhor lá.

((Procede-se à exibição de vídeo.))

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu me senti... Estou usando a prerrogativa de Presidente da CPI, mas eu me senti como cidadão, como Senador pra fazer isso, mostrar para o Brasil o que está acontecendo, porque não temos conhecimento desse lado aí.

É uma decisão do Judiciário, tem que expulsá-los... Vocês estão vendo aí. Isolam e vão deixar o pessoal sem... Fome, obrigar o pessoal a ir embora... Quando a Força Nacional do seu país é utilizada para amedrontar, para coibir, para afugentar... A gente entende que é uma decisão judicial, mas daí... O Senador Beto quer se pronunciar. Eu nem tenho comentário, é isso aí que vocês viram. É um vídeo, não é falso, não é *fake news*, não é ninguém... A Força Nacional postada com escudo e arma para não deixar carne entrar para alimentar o povo que foi expulso da sua terra.

O Senador Beto quer falar. Com a palavra, o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Essa operação, inclusive, foi suspensa, Presidente. Nós sabemos... Eu conheço bem a região, sou do estado. Nós temos três áreas que acho que eram emblemáticas, que é desobstrução dessas reservas indígenas, três áreas no Pará: uma era a do Alto Rio Guamá, dos índios tembés; essa da Apyterewa, em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Félix do Xingu; e tem uma outra, que ainda não se iniciou, que é a Cachoeira Seca ali, que envolve três, quatro municípios a partir de Uruará. A região em que foi feita a desobstrução da Reserva Indígena Alto Rio Guamá tem um programa combinado do Governo do estado e do Governo Federal para o auxílio às famílias nessa questão da área em que foi feita, a do Alto Rio Guamá, com programa de habitação, o Incra já reassentando famílias e em busca de novas áreas para poder fazer o reassentamento. Há toda uma preocupação, recursos do próprio Governo do estado sendo liberado para as famílias. Então, há todo um trabalho feito nisso.

Nós tínhamos alertado o nosso próprio Governo de que nessa região aqui a situação era bem mais complexa do que foi na região do Alto Rio Guamá. E de fato é. Nós temos aqui gente que está há muitos anos, pequenos e até não tão pequenos que moram nessa área. Então, nossa iniciativa, a iniciativa do Governo do estado, conversando com o Presidente e com os ministérios que são responsáveis pela desobstrução pós-decisão judicial... Nós estamos tratando dessa questão. É impossível fazer uma desobstrução dessa área se não pensar no reassentamento daqueles que são clientes de reforma agrária e se não pensar até numa indenização para aqueles que de boa-fé ocuparam, mesmo não sendo clientes da reforma agrária. Então, há um debate, todos os Prefeitos estão dialogando. Hoje, deve ter uma Comissão de Parlamentares da Assembleia Legislativa do estado lá, de todos os partidos, lá dentro da área, na Apyterewa. Eu não podia, eu estava aqui, mas eu fiz reunião, inclusive, na semana passada, com a Comissão da Assembleia que está hoje lá, com o Governo, todo mundo... Está todo mundo muito preocupado com essa situação, porque há uma decisão judicial, e como é que se cumpre a decisão judicial neste momento.

Acho que é importante trazer esse debate para cá, mas o senhor pode ter certeza de que nós estamos muito atentos e trabalhando para poder resolver isso, se é que é possível, da melhor forma possível, porque com as famílias... Agora, tem gente aí que não vai ter direito a nada, até porque tem gente que está querendo aproveitar a situação e entrar agora, cometeu crime e tudo.

Então, nesses aí, vamos separar o joio do trigo, acertar aqueles que efetivamente têm direito, independentemente do tamanho...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... independentemente do tamanho que ele tem, do tamanho da área que ele tem, para que a gente possa fazer.

Esse Município de São Félix do Xingu é um município que tem uma extensão grande – é um dos maiores municípios do país, tem uma extensão grande –, tem muita terra pública, mesmo nas terras públicas já tendo gente morando – não é terra vazia; é terra pública, porque não foi desalienada do poder





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público para passar para o privado. Tem gente lá, mas é uma possibilidade grande de a gente buscar alternativa.

E aqui está empenhado tanto o Governo Federal, que está dialogando – o Presidente Lula suspendeu a operação para evitar maiores problemas de conflito mesmo na área –, e a gente está tratando. Hoje mesmo vou ter reunião, ao todo tem muita gente articulando, o Zequinha também já tratou disso, todo mundo está... Com o Priante, que é um Deputado Federal que coordena a bancada junto comigo, estamos tratando desse aspecto com o Governo.

É só para informar isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que bom ouvir isso, Beto, porque a gente tem vontade de ir lá, não CPI, mas seria a área de vocês três Senadores, uma bancada federal, a gente não iria lá sem conversar com os senhores, o que parece...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Essa questão da ida, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, não, não é, não. Digo: como Senador do Amazonas, eu não queria ir sem conversar, porque dá vontade de ir lá, sim.

Essa cena da Força Nacional com escudo não deixando entrar comida... O que parece é que, mesmo ordem judicial, ela não foi acompanhada de um planejamento, porque a lei fala que tem que abrigar: que tire, mas coloque em algum lugar. Tem até uma lei, não sei se é do Ministro Barroso ou uma que ele defendeu – não é lei, não, porque ele defendeu –, quando a pessoa que está morando no local, e tem que sair, porque não paga aluguel, está inadimplente, mas tem que arrumar um lugar para ficar...

Então, essas distorções.

Eu cumpri o meu papel de mostrar para o Brasil o que está acontecendo no interior do Pará. Essa gente não tem voz. Se tem... Aí o Beto tem razão, tem de tudo metido em todo lugar, mas vocês devem ter ouvido quando aquele senhor falava o choro de uma criança.

Então, cumpri com o meu papel de levar adiante e fico satisfeito com o Beto e a Bancada federal do Pará por estarem acompanhando isso de perto.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. André Guimarães para compor a mesa. *(Pausa.)*

Sr. André Guimarães, nosso convidado, obrigado por ter concordado com o nosso convite para expor, e nós vamos fazer algumas perguntas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho dito, Senador Confúcio, e é um ritual nosso, já falei ao Sr. André Guimarães lá dentro e vou repetir aqui, para que todo o Brasil saiba: o Sr. André Guimarães aqui não é réu, isso aqui não é um tribunal do júri, isso aqui não é uma inquisição. Ele é nosso convidado, e nós vamos fazer perguntas. Algumas parecerão indiscretas, sim, mas jamais perguntas pessoais. Nada aqui é pessoal. Aqui tudo é coletivo e para o bem público. Portanto, Sr. André, sinta-se à vontade.

O senhor precisa de quantos minutos com que o senhor calcula que possa fazer?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – De 25 a 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – De 25. Eu vou, então, marcar 25 aqui, está bom? E quando aquela campainha tocar, aí o senhor tem um minuto para encerrar, está bom? Eu peço aí que marquem 25 minutos.

Com a palavra o Sr. André Guimarães, Diretor-Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Plínio Valério. Eu agradeço imensamente ao Senado – está baixo, está bom, está bom? –, agradeço imensamente ao Senado brasileiro pelo convite para o Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) estar contando um pouco da nossa história, trazendo um pouco da realidade com a qual a gente trabalha e mostrando, de fato, para a sociedade, a importância de termos organizações da sociedade civil engajadas em processos complexos, como são os processos de compatibilizar as atividades humanas com a conservação.

Eu já fico muito lisonjeado e aqui eu quero fazer referência ao meu querido Senador Confúcio, de Rondônia, que está aqui acompanhando. Eu agradeço a sua presença, Senador. Tivemos longas batalhas no passado para o consórcio dos Governadores da Amazônia, um sucesso, aliás, o consórcio hoje, graças à sua liderança, e eu tive o prazer de estar no início desse processo, muito obrigado pela presença. Senador Beto Faro também, que conhece razoavelmente bem o nosso trabalho, tem como base no Pará regiões onde a gente já trabalha com agricultura familiar também. Eu fico muito lisonjeado e agradeço a todos e todas que puderam vir aqui para acompanhar esse depoimento.

Sem muitas delongas, Senador Plínio, vamos em frente para a gente ter bastante tempo para o debate. Eu quero apresentar um pouco do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Nós estamos falando de uma instituição de... Senador, perdão, eu vi que o senhor chegou aí agora, prazer em vê-lo. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Ipam, como se convencionou chamar, ele tem aproximadamente 30 anos de história. O Ipam, ele nasceu – se eu conseguir apertar isso aqui, pronto –, ele nasceu de um desafio, de um conjunto de perguntas. Mas, antes de falar do Ipam, eu gostaria de brevemente me apresentar. Tenho certeza de que a maioria aqui não me conhece.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou André Guimarães, e hoje estou Diretor-Executivo do Ipam. Desde 2015, eu assumi essa posição, Senador, de Diretor-Executivo. Foi um processo competitivo no mercado, me selecionaram, então, para dirigir a organização. Eu sou engenheiro agrônomo, formado na Universidade de Brasília aqui e tenho mestrado em Economia Agrícola pela Universidade Cornell, nos Estados Unidos.

Tive várias posições na minha carreira. Trabalhei em outras organizações do terceiro setor. Eu fui consultor, eu fui empresário, eu trabalhei no setor financeiro, eu trabalhei no Banco Mundial em algumas posições diferentes. E esse caminhar todo da minha carreira teve um fio condutor, quase um objetivo filosófico que eu persegui ao longo da minha carreira, que é de que é possível, sim, os seres humanos, as suas riquezas, as suas ambições, serem compatíveis com a preservação da natureza. É esse que é o *motu* da minha vida profissional. E o Ipam não é diferente, não por outra razão hoje eu estou dirigindo essa instituição.

De forma muito resumida, o Ipam formalmente é uma organização de pessoas jurídicas, de direito privado, com fins não econômicos, sem vinculação político-partidária, nem distinção de gênero, credo, etnia, classe, orientação sexual e gênero. E eu quero ressaltar esse ponto da diversidade, porque o Ipam trabalha num ambiente de diversidade: a diversidade ecológica da Amazônia, a diversidade hídrica da Amazônia, a diversidade cultural da Amazônia. Então, nós temos que ter, dentro da nossa estrutura de pesquisadores, diversidade também para poder entender a diversidade e fazer boas propostas para que a justiça social aconteça e para que o desenvolvimento sustentável venha a chegar.

Nossa missão está na segunda frase. Também é uma missão muito clara e, no meu ver, muito objetiva. É promover ciência, educação e inovação para uma Amazônia e um Cerrado ambientalmente saudáveis, economicamente prósperos e socialmente justos. É isso que o Ipam faz há 30 anos, por meio da construção de informações, da geração de pesquisas e da tentativa, muitas vezes com sucesso, de levar essas pesquisas a tomadores de decisão, a políticas públicas para que a gente possa melhorar a qualidade da relação homem-natureza no nosso país, dado o enorme potencial, inclusive.

Aqui é uma distribuição geográfica do Ipam. Acho que é uma característica importante que a gente gosta de ressaltar. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia é um instituto de pesquisas – está no nome. Entretanto, a gente faz pesquisa de uma maneira um pouco diferente ou um pouco inusual. Nós fazemos a pesquisa, nós desenvolvemos a pergunta científica junto com os atores locais. Então, essa capilaridade que o Ipam... Cada pontinho daquele no mapa ali no Acre, no Pará, em Cuiabá e tudo mais são pontos, são escritórios avançados do Ipam, são escritórios de campo do Ipam, onde ficam pessoas, geralmente locais, que interagem no dia a dia com coletivos de agricultores, com coletivos de indígenas, com lideranças políticas locais, para entender realmente quais são as demandas que aquelas populações têm. E, ao entender essas demandas, nos ajudar a formular perguntas, e, ao formular as perguntas, a gente poder fazer a ciência necessária para poder respondê-las e, consequentemente, gerar resultados positivos por meio de políticas públicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que eu queria ressaltar aqui mais um ponto, Senador, se o senhor me permite, nesse eslaide, que é o fato de que nós entendemos no Ipam que o Estado tem que ser forte. Muitos dos problemas que nós tivemos na Amazônia nos últimos 10, 15 anos foram por fragilidades da presença do Estado. Então, nós entendemos que a sociedade civil, fornecendo informações de boa qualidade, fortalecendo as boas políticas públicas, torna o Estado mais eficiente, consequentemente, beneficiando a todos. Essa é um pouco a lógica de funcionamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

A gente trabalha em dois biomas. Eu falei muito de Amazônia, mas o Cerrado também foi incorporado como mais um bioma que o Ipam tem estudado. A Amazônia a gente estuda desde sempre, há quase 30 anos que a gente tem base de dados e informações sobre a Amazônia. E o Cerrado é mais recente. O Cerrado é coisa de 18, 20 anos que a gente começou a entender o Cerrado também. E temos muitas pesquisas sobre o Cerrado, até por conta da interação Cerrado-Amazônia, que é notória.

Nós temos dois eixos estratégicos. Acho que isso aqui é importante de detalhar um pouco mais. A gente, no Ipam, escolheu trabalhar com as pessoas. O foco do nosso trabalho é o ribeirinho, é o agricultor familiar, é a população tradicional, é o indígena, é o fazendeiro, é o grande latifundiário. São os atores que estão lá na ponta, tomando decisões sobre desmatar, não desmatar, intensificar, não intensificar, usar insumo, não usar insumo, tomar um crédito subsidiado, não tomar um crédito subsidiado. Essas pessoas que estão lá na ponta são aquelas de fato que decidem o dia a dia da floresta. Então, nós entendemos, no eixo de uso da terra, que para nós é muito importante trabalharmos com essas pessoas, trabalharmos com as pessoas que estão lá na ponta. E eu logo mais vou citar um exemplo que para mim é muito emblemático com relação à agricultura familiar. O Senador Beto Faro certamente vai se lembrar, até foi em parceria com a FVPP, Senador, que nós fizemos alguns anos atrás – é a Fundação Viver, Produzir e Preservar –, que mostra um pouco essa lógica de a gente trabalhar com a pesquisa participativa e com o entendimento do que esses atores lá na ponta estão pensando.

E mais recentemente a gente criou um segundo eixo de trabalho – mais recentemente eu digo há menos de um ano –, que é o eixo que a gente chama de Cidades Integradas: 80% ou mais da população da Amazônia vive em cidades. Isso é um fato. As cidades da Amazônia interferem no meio ambiente, assim como o meio ambiente interfere nas cidades. Estou falando aqui de alimentos que saem do meio rural para a cidade, estou falando de conforto térmico, muitas vezes, que as florestas ao redor das cidades podem proporcionar ou não, caso elas não estejam lá. Então, há uma interdependência, uma interligação muito forte entre as cidades amazônicas – e aqui eu falo de todas elas, principalmente das médias e das grandes cidades, mas também das pequenas – e o meio natural. Então, a gente entender essas relações e fortalecê-las de forma positiva, do ponto de vista de pesquisa, do ponto de vista de ciência, é algo que para nós é caro, é importante. Portanto, decidimos abrir uma frente nova de trabalhar, para entender como é que a gente pode promover a resiliência das cidades. Mais uma vez, essas informações que serão geradas nesses programas são públicas e têm como endereço os tomadores de decisão – os Prefeitos, os Vereadores, eventualmente os Governadores –, que tomam decisão no dia a dia sobre o que fazer nas suas cidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um outro aspecto e esse eu acho bastante relevante no trabalho do Ipam. Eu falei muito em ciência, em ciência, em ciência, em pesquisa aqui, mas o Ipam tem também uma característica que eu acho que é relevante colocar para vocês, para as senhoras e para os senhores, que é o fato de que a gente trabalha a ciência de maneira com que ela chegue às vias de fato. A ciência em si, pura, é um ambiente muito árido. Um artigo científico é muito difícil de ler. Eu tenho dificuldade de ler muitos artigos científicos. Eu tenho que passar horas e horas para ler duas ou três páginas, porque é de uma complexidade enorme.

Então, é muito difícil de você traduzir ou de você transformar automaticamente um documento árido, como é um documento científico, numa política pública. O que nós, então, tentamos fazer sempre é, num primeiro momento, a gente produz a ciência, a gente produz a informação, produz o artigo científico, a nota técnica ou o volume de informações. Num segundo momento, nós vamos a campo, lembrando daqueles vários escritórios que a gente tem na... Ao longo da Amazônia, nós vamos para esses escritórios e nos engajamos com as pessoas que ajudaram a formular a pesquisa, testamos se realmente a pesquisa está indo na direção certa, se está atendendo às demandas dessas populações, desses grupos sociais ou não. E, quando eu falo populações e grupos sociais, eu quero reforçar aqui o ponto de que estou falando de agricultura familiar, estou falando de agricultura tradicional, quilombola, indígena, fazendeiro, grande produtor. Todos os usuários da terra são para nós igualmente importantes e precisam ser igualmente trabalhados para que possam continuar prosperando. E o nosso trabalho é *lato sensu*.

Então, nós vamos a campo para testar essa viabilidade. Testada essa viabilidade – então, a ciência indicou que há uma solução. Fomos a campo. Essa solução está comprovada. A gente parte para uma terceira etapa, que é dar a escalabilidade a essa informação. Escalabilidade leia-se transformar conhecimento em política pública. É isto que o Ipam faz: o Ipam gera a ciência, experimenta a ciência e tenta transformar a ciência em políticas públicas para fortalecer o Estado brasileiro, fortalecer os entes da Federação, de maneira que eles tenham capacidade e condições de gerir os seus territórios, de gerir os seus interesses, de prover felicidade para as suas populações. Aqui um breve resumo, gente. Eu gosto desse número porque ele é emblemático. Nós estamos falando de uma instituição de 30 anos. Nós produzimos mais de 1,2 mil artigos científicos que foram publicados em quase todas as revistas importantes do mundo inteiro. Isso aqui é uma biblioteca de informações sobre a Amazônia. Tudo, absolutamente tudo que o Ipam produz é gratuito, é baixável pela internet, está na nossa página, está disponível para o público. São 1,2 mil publicações que indicam caminhos. Indicam riscos, indicam caminhos, indicam consequências. Eu não digo que todas as 1,2 mil publicações, mas uma grande parte dessas publicações se transformaram em políticas públicas. Eu vou, logo mais, dar um ou dois exemplos que ilustram o potencial que é ter e gerar a informação para promover mudanças.

Como eu disse, eu vou dar alguns exemplos. Então, eu trouxe três exemplos aqui. A gente é uma instituição de 30 anos, poderíamos ficar falando a tarde inteira. O Senador Plínio Valério vai ficar apitando aquele negócio ali umas cinco vezes se eu ficar falando aqui até...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, ainda tem 12 minutos.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Ah, é para trás o negócio. Eu estou pensando que é para frente. Tem 12 minutos, mas brincadeiras à parte, Senador, há três áreas que eu acho que são emblemáticas em que o instituto trabalha, e eu gostaria de trazer aqui três exemplos para vocês.

O primeiro é o projeto Assentamentos Sustentáveis. Esse foi um projeto que teve início em 2013, ele foi financiado pelo Fundo Amazônia, foi uma concorrência, foi uma disputa de projetos, nós tivemos a sorte de sermos escolhidos para executar o projeto. Esse projeto, como eu disse, envolveu o investimento do BNDES, Governo da Noruega, de R\$25 milhões, e nós tínhamos uma hipótese nesse projeto. Nós tínhamos a seguinte hipótese, Srs. e Sras. Senadoras, caros amigos: se a assistência técnica for fornecida regularmente para o agricultor familiar, com qualidade para o agricultor familiar, há uma enorme probabilidade de esta unidade familiar ganhar mais renda e reduzir o desmatamento.

Bom dia, Senador Styvenson! Acabei de vê-lo aí. É um prazer revê-lo.

Então, nós, na realidade queríamos mostrar que existe um paradigma novo, que existe uma demanda. Senador Beto Faro, o senhor conhece muito bem isso lá no chão, a falta de assistência técnica que a agricultura familiar tem. No levantamento que nós fizemos, Senador, lá em 2015, 2014, nós chegamos à conclusão de que 72% dos lotes de agricultura familiar na Amazônia nunca receberam a visita de nenhum técnico, nenhum agrônomo, nenhum veterinário, ninguém para orientar. Então, o caboclo está lá com uma enxada na mão, um pedaço de terra – não, de floresta – que ele vai ter que derrubar para fazer alguma coisa, e ali ele é o que ele tem para começar a vida dele, e aí vai levando a vida. E a gente então fez um estudo que mostrou que isso é absolutamente equivocado, é um erro social, é um erro econômico, é um erro político, é um erro sobre todas as dimensões. É um erro.

Então, a gente desenhou esse projeto com esse princípio de testar a hipótese: olha, se nós fornecermos assistência técnica de qualidade e continuada para os agricultores, isso significa que eles vão melhorar de vida e vão diminuir a pressão sobre a floresta. Resumo da obra: cinco anos de projeto, Senador Confúcio, foram 42 técnicos do Ipam envolvidos diretamente nesse projeto, foram três assentamentos de reforma agrária no oeste do Pará. O Senador Beto Faro sempre puxa a minha orelha, porque deveria ter tido um outro assentamento lá no leste do Pará, mas eu estou em dívida com o senhor sobre isso, eu não vou esquecer, está gravado nos autos aqui que eu estou, de público, dizendo que estou em dívida com o senhor. Mas brincadeiras à parte, Senador, o resultado concreto desse projeto, depois de cinco anos, são 135% de aumento de renda média nas famílias e 70% de redução no desmatamento, ou seja, aquela lógica de que você tem qualidade de produção significa que você demanda menos a natureza, demanda menos o sistema natural. Portanto, você consegue produzir mais numa área menor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma equação que funcionou para 2 mil famílias, mas nós temos um universo, na Amazônia, que é de aproximadamente 700 mil famílias, entre assentamentos e colônias. São 700 mil famílias de agricultura familiar que, em maior ou menor grau, estão com as mesmas dificuldades. Então, o que nós preconizamos aqui... Esse trabalho tem sido levado a vários organismos públicos de fomento – de extensão rural, melhor dizendo –, inclusive o Incra e as Emateres locais, já tiveram acesso a essa informação. A gente divulga muito esse material.

E houve um caso muito interessante, alguns anos atrás. O Estado do Mato Grosso, o Governo do Mato Grosso... O Mato Grosso é o maior produtor do agronegócio do Brasil. Eu li outro dia, num artigo, Senador Plínio, que, se o Mato Grosso fosse um país, ele seria talvez o quarto ou o quinto maior produtor de *commodity* agrícola do mundo, dada a potência que é o Mato Grosso. Mas o Mato Grosso não tem só grandes fazendas. O Mato Grosso tem, para ser exato com vocês, 104 mil famílias de agricultura familiar esparramadas por todo o Estado. E essas pessoas estão nas mesmas condições daquelas que eu descrevi antes, ou seja, não têm acesso a mercado, não têm acesso à assistência técnica.

O Governo do Estado do Mato Grosso decidiu então criar uma secretaria especial de agricultura familiar no Mato Grosso. Eu acho que é um caso inédito. Talvez seja um dos primeiros casos em que tenha uma secretaria. No Pará tem também, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Sim, eles criaram a secretaria, mas, mais do que a secretaria, eles absorveram muito desse conhecimento para construir um Plano da Agricultura Familiar, no Estado do Mato Grosso, que é uma lógica muito cristalina. Você tem gente, tem 104 mil famílias e tem um potencial mercado, porque o mercado do Mato Grosso é grande, e esse mercado do Mato Grosso está comprando tomate de São Paulo, cebola da Argentina, pimentão de Brasília e por aí vai, quer dizer, o próprio Governador, à época, disse: "Isso é um absurdo, esse negócio tem que parar. Nós temos que estimular a produção doméstica de alimentos". E aí começou todo um processo.

Isso aqui, eu demorei um pouquinho mais, Senador, para explicar apenas o fato de que a nossa ciência, que começou tentando entender os assentamentos e o desafio da agricultura familiar, culminou com um plano de desenvolvimento da agricultura familiar para o estado do Mato Grosso. E queremos fazer mais. Estamos em diálogo com outras agências de extensão rural e a gente quer poder emprestar mais esse conhecimento para que outras famílias, outros estados e outras regiões possam se beneficiar dessa mesma lógica.

O segundo exemplo que eu queria trazer para vocês aqui – agora eu quero pular um pouco do pequeno produtor, do agricultor familiar, para o grande produtor –, nós mapeamos, mais uma vez, a nossa ciência mapeou, na Amazônia Legal, lembrando que a Amazônia Legal pega parte do Cerrado, ou seja, tem o Mato Grosso todo, tem o Tocantins, etc., nós mapeamos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Roraima, sem dúvida. Nós mapeamos 11 milhões de hectares de terras, de florestas, na realidade, que podem ser legalmente desmatadas.

O que eu estou dizendo, Senador Confúcio? Eu estou dizendo o seguinte. O Código Florestal exige a preservação de 80% da área, pronto. Tem gente que tem 90% protegido, ou determinada região, porque é região consolidada podia chegar a 50%, essa pessoa chegou até 70%. Ela tem um delta, tem um pedacinho de floresta ali, em que ela pode, pela lei, exercer o seu direito e desmatar. E ninguém vai contra a lei aqui. Como eu falei no início, a ideia de todo o nosso trabalho é precisamente o contrário, é fortalecer a legislação; sendo a legislação forte, é a maior alavanca para a sustentabilidade e para garantir direitos no futuro.

Nós, nesse contexto de identificação do que a gente chamou de excedente de reserva legal, ou seja, áreas que podem legalmente ser desmatadas, fizemos a seguinte pergunta interna: mas o que é que nós vamos fazer com isso? O que é que a gente pode fazer para tentar criar uma alternativa a esse desmatamento? Seria, talvez, pagar um produtor para ele não fazer? Alugar aquela terra? Fazer um compromisso de compra do produto dele por um valor maior? Nós estudamos vários modelos econômicos e chegamos à conclusão de que o ideal era pagar por hectare conservado. Passamos dois a três anos estudando em detalhe, propriedade a propriedade, realidade a realidade. Entrevistamos mais de 500 fazendeiros entre Mato Grosso e Pará para tentar entender.

E, exatamente três anos atrás, quase quatro anos atrás, nós lançamos esse projeto Conserv. O projeto Conserv hoje já está no seu fim, já está fechando o seu ciclo. Ele se encerra no ano que vem. Ele contratou até hoje algo em torno de 21 mil hectares de florestas dentro de propriedades rurais. Eu estou falando aqui de grandes fazendas que têm o direito de desmatar, e nós dissemos para ele: "Olha, nós temos uma alternativa para o senhor não desmatar. Nós podemos pagar para o senhor não desmatar". Obviamente, o Ipam não vai se arvorar, virar um banco e resolver todo o problema. Nós queremos mostrar que existe a possibilidade e mostrar que é aqui, eventualmente, nesta Casa das Leis, que se promovem legislações que levam a essa direção.

As florestas tropicais brasileiras prestam serviço para a nossa agricultura? Prestam, mas elas prestam serviço para a estabilidade climática do planeta, e isso deve ser remunerado de alguma forma. Uma maneira de fazer essa remuneração justa é exatamente premiar aquelas pessoas, aquelas fazendas, aqueles proprietários de terra que foram além das exigências legais.

Então, o Conserv nasceu e está funcionando a pleno vapor com essas características. Pessoalmente, como engenheiro agrônomo de formação, é um dos projetos que eu mais cuido de perto. Realmente, é um projeto que me interessa muito, porque eu acho que tem um potencial de mudar a cabeça. É o que eu gosto de falar para os produtores com os quais a gente tem parceria: "Olha, seu Redi...", que é um dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores lá de Sapezal, um querido amigo, Sapezal no Mato Grosso. Eu disse: "Redi, hoje você produz milho, soja, algodão e boi. Amanhã você vai produzir milho, soja, algodão, boi e floresta". Floresta passa a ser uma parte da equação econômica daquela propriedade. E ele disse: "É verdade, André, isso está funcionando assim já". Então, a gente tem depoimentos realmente muito emblemáticos desses agricultores.

Para não me alongar muito, porque eu gosto desse projeto, vamos aqui para o terceiro legado. A gente teve também a... Vamos dizer assim, fomos agraciados com a possibilidade de termos um laboratório a céu aberto. O Ipam tem uma parceria com uma empresa do agronegócio brasileiro, do Mato Grosso. Eu posso citar o nome dela: a empresa Amaggi. A empresa Amaggi tem várias fazendas no Mato Grosso, entre elas a Fazenda Tanguro. É uma fazenda grande que fica na Região Norte, Nordeste do Mato Grosso; e a empresa abriu uma parte dessa fazenda para a gente instalar esses experimentos científicos. Então, a gente está ali já há 18 anos coletando uma série de informações científicas para entender como é que é a dinâmica de funcionamento de uma fazenda; como é que a floresta preservada pode ajudar a lavoura; com que tipo de desenho de paisagem dentro de uma fazenda eu consigo maximizar a conservação e maximizar a proteção, reduzindo o volume e a demanda de insumos, por exemplo, consequentemente aumentando o lucro do produtor.

Então, tem várias análises que a gente tem feito na Fazenda Tanguro, e é triste dizer, meus amigos e minhas amigas, que algumas dessas análises já começaram a apontar, em função das mudanças climáticas globais e em função – mais importante ainda – do impacto das mudanças climáticas globais localmente, a gente fala muito da mudança climática local, 1 grau, 1,5 grau, isso é muito intangível para a gente aqui, agora, quando a gente fala que a chuva tinha que cair em outubro e só caiu em novembro...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – ... aí, sim, o agricultor entende. A gente começa a perceber que já está havendo perda de produtividade da soja, algo em torno de três vezes mais perdas, na soja, quando há El Niño, que é o caso deste ano, e há uma perda 60 vezes maior, durante os El Niños, no caso do milho. Então, a nossa agricultura – é importante dizer que 90% dela não é irrigada – já está sofrendo com os efeitos da mudança climática global. Há possibilidade de adaptação? Há. Boa parte dessas adaptações passa por você fazer um desenho de paisagem em que a floresta natural ajude a proteger, um pouco, a área da lavoura.

Só para deixar um último exemplo aqui, eu sei que já tocou a minha campainha, mas acho que eu tenho mais dois minutos. Para deixar um último exemplo aqui sobre como isso é importante, nós fizemos também um estudo na região do Xingu. Alguns aqui, certamente, conhecem a região do Xingu. Nós fizemos uma medição constante de temperatura dentro do Parque do Xingu e 100km fora do Parque do Xingu em uma área de lavoura. Durante um ano, nós deixamos um termômetro ligado. A diferença de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temperatura média chegou a 6°C. Do lado de fora, é 6°C mais quente do que dentro da floresta, então, a floresta, na realidade, presta um serviço de ar-condicionado.

Quem já trabalhou com boi – eu já tive a oportunidade de trabalhar com boi – sabe que o boi é extremamente sensível à temperatura. Às vezes, a gente não sente 0,5 grau ou 1 grau na nossa pele, mas isso é o suficiente para a vaca não dar leite, é o suficiente para o animal não se movimentar no pasto e não ganhar peso. Então, a questão da temperatura aumentando – isso é um fato – pode ter implicações severas para o futuro da nossa agricultura, mas, mais uma vez, a gente tem a capacidade e a inteligência. A Embrapa está aí para isso, outras organizações, universidades brasileiras, o próprio Ipam, com o conhecimento que tem...

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – ... para oferecer para a sociedade e para os governos a possibilidade de mitigar, um pouco, esse potencial estrago.

É nesse sentido que a gente tem essa pesquisa, de longa data continuada, nessa Fazenda Tanguru, com centenas de artigos publicados, nesse processo. Está aqui um pouco a imagem da Fazenda Tanguru, de uma área florestada da fazenda. A gente faz experimentos com fogo também, para entender a dinâmica do fogo controlado. A gente queima algumas áreas, de forma controlada, para ver o que vai rebrotar, o que vai surgir, etc.

A última menção que eu quero fazer aqui, para fechar a apresentação, é sobre o REDD+. Muita gente já ouviu falar nisso, que significa, simplesmente, o seguinte: remuneração por desmatamento evitado. É você pagar para alguém não desmatar. Esse é um conceito que, hoje, é aceito, inclusive, pelas Nações Unidas como parte da equação da solução climática.

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – As bases científicas deste conceito foram desenvolvidas por cientistas do Ipam há cerca de 20 anos. Se esses cientistas não tivessem se debruçado sobre a lógica de funcionamento de uma floresta, sobre como é a lógica de crescimento e os ciclos de carbono, nós, talvez, poderíamos não ter visto a possibilidade de as transações de carbono globais envolverem florestas. Então, essa possibilidade, em alguma dimensão, existe – olá, Senador, prazer em vê-lo –, essa possibilidade de negociação de florestas e de remuneração de florestas em pé existe, porque houve um grupo de cientistas, vários deles do Ipam, que decidiu criar as bases desse conhecimento, conhecimento este que levou a um processo chamado REDD, que hoje é aceito pelas Nações Unidas como parte da solução para o clima do planeta.

Então, eu vou... Eu acho que meu tempo já se estourou bastante, Senador...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Passou quase dez minutos.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Eu vou agradecer, então.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – ...para responder, a cada pergunta vai poder...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A cada pergunta vai poder acrescentar.

Eu quero dizer a quem está no YouTube, a quem está aqui: nós estamos com o Diretor-Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Só para colocar alguma coisa no debate, eu estou aqui com o balanço de 2022. Chama atenção que mais da metade da receita vai para salário. Se juntar com consultoria, viagens e parcerias, chegamos a quase R\$29 milhões dos R\$35 milhões, o que dá mais de 80% – e sem falar nas consultorias e parcerias.

A pergunta que eu faço ao Sr. André é: o Ipam tem 15 anos...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – São 30.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Trinta. São uma média esses R\$39 milhões por ano?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não, a gente vem num crescente, Senador. Nós fizemos um levantamento e o Ipam teve um orçamento médio, nos últimos dez anos, de aproximadamente R\$23 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque eu tinha multiplicado aqui, pensei que, se fossem R\$39 milhões, considerando 15, daria quase R\$0,5 bilhão, daria R\$585 milhões. Então, vou fazer a conta aqui e nós vamos tratar com uma ONG que já passou de R\$600... quase R\$500 milhões na sua existência. Só para colocar aqui, para que a gente saiba.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – São R\$26 milhões por ano, em média.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Em média. Vinte e seis vezes... Alguém multiplica aí: 26 vezes...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Os últimos dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é, mas, então, vamos... Para saber, porque, quando eu sou Senador, tem um custo: "O que é que você fez de projeto? Você vai? Você não vai?". Quero ver o trabalho. Ele está apresentando um trabalho bonito, mas estamos falando aí de R\$0,5 bilhão. É só para que vocês participem do todo, do conjunto todo. Quando organiza, vê, está bonito, está bom, mas vamos ver lá o que foi arrecadado nessa função toda. Repito: o balanço de 2022 me chama atenção. De R\$35 milhões, R\$29 milhões foram gastos com consultorias, viagens e parcerias, sem contar consultorias. Isso me chama muita atenção, por isso que a gente convidou o Ipam aqui. De R\$24 milhões do Fundo Amazônia que receberam, eles gastaram, no projeto que foram executar, R\$6,122 milhões. Então, esses números me chamam atenção. Só para colocar para o debate.

Vamos seguir a ordem agora das perguntas. O Relator, hoje é o nosso Relator... o Senador Marcio, que se atrasou, passou para o Senador Jaime as perguntas. Nós temos aqui o Jaime, Confúcio, Mecias, Beto e o Styvenson. Está bom? Porque foi pela ordem de chegada, eu fui colocando aqui. Jaime, agora; Confúcio; Mecias; Beto; e o Styvenson; e, claro, o nosso Marcio depois vai fazer o fechamento.

Com a palavra, o nosso hoje Relator, o substituto do Marcio, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu cheguei primeiro do que o Beto, embora V. Exa. não tenha visto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não, ele disse, ele falou, pôs na frente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Está antes. Está antes do Beto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Ah, é?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Falou. É primeiro aqui e depois você.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Senador Plínio Valério; o André Guimarães, que é o Diretor-Executivo do Ipam, do instituto aí; cumprimentar o Senador Confúcio, Beto, Marcio Bittar e demais Senadores.

Eu acho assim, Sr. André, plausível quando o senhor fala que nós temos 111 milhões de hectares, eu ouvi o senhor falando, e que, desses 111 milhões de hectares, os proprietários têm direito de abrir os 20%. Aí o senhor também faz um comentário dizendo o seguinte: existe a possibilidade de se pagar esses



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

20% para que esses proprietários de terra não derrubem esses 20%. Isso é coisa, como diz o ditado no linguajar, para inglês ver. Isso nunca funcionou. Eu mesmo já fiz em áreas de 2 mil hectares, já fiz e tentei, isso aí é só conversa fiada, isso nunca seguiu, nunca foi adiante e não vai adiante isso aí. Eu não vejo nenhuma sinalização de que as pessoas de fora querem realmente pagar por essa preservação.

O que o Ipam deveria estar fazendo, nós temos muitas propriedades no norte, Marcio, muitas propriedades no Acre, Rondônia, no Mato Grosso, em que realmente já foram desmatados 50%, só que essas propriedades poderiam chegar a 80% de desmatamento sem haver impacto ambiental, porque são terras extremamente produtivas. Só que a lei ambiental não nos permite comprar essas áreas. Aí, sim, aí nós vamos fazer aquilo que realmente era para fazer no campo, porque nós temos muitas áreas nesses 111 milhões de hectares que o senhor fala aqui...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – São onze.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São 11 milhões de hectares em que daria para você abrir em torno de 2,2 milhões de hectares, você poderia comprar essas áreas e fazer um estudo ambiental em outras áreas que estão extremamente produtivas – está aqui o nosso Senador Confúcio Moura, que conhece uma região igual ao Chupinguaia, que são terras extremamente produtivas, que não iriam causar impacto ambiental, onde já tinha escola, já tinha cidade, já tinha infraestrutura, tinha estrada sem haver isso aqui –, essas pessoas têm interesse em comprar essas áreas e ninguém quer desmatar mais de 50% sem fazer um estudo se aquelas áreas vão ter impacto ambiental ou não. Por quê? Porque os estudos falam que você não vai conseguir... Veja bem, quando foram feitos os loteamentos de reforma agrária da década de 70 até meados da década de 80, aqueles lotes que foram dados, de 100ha, que foram cortados pelo Incra, pela agricultura familiar, porque eu vejo o senhor falar que não fluiu, e fluiu, sim, e muito, e muito fluíram aqueles lotes que foram cortados na década de 70, aquilo é preservado, como é que você iria fazer uma preservação de 20 alqueires num lote, 20 no outro, 20 no outro? Isso não funciona, isso não dá certo, nós sabemos que isso não dá certo.

Agora, essas reservas em bloco, essas reservas dariam certo. Então, eu queria fazer uma pergunta para o senhor sobre se há possibilidade de o Ipam fazer um estudo para que os produtores rurais, realmente... Fazer estudos de áreas que já estão consolidadas e estão já com uma abertura de 50%. Essas áreas têm condição de chegar a 75% ou a 85%, já com infraestrutura. Comprar, sim, o direito dessas propriedades para se formar reservas em bloco.

E a outra pergunta que eu queria fazer ao senhor é a seguinte: como são escolhidos os membros do conselho do Ipam?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Vamos lá, Senador.

Acho que tem várias questões aqui para eu tratar com o senhor. Em primeiro lugar, esse projeto, só para deixar bem claro... Aliás, eu não avisei, Senador Valério, que eu estou máscara por conta de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de saúde. Então, peço desculpas pela indelicadeza, mas são recomendações médicas, me pediram para fazer isso.

Mas voltando aqui, Senador, esse experimento Conserv... Eu chamo de experimento porque nós somos uma instituição de pesquisa. Esse experimento Conserv tem como objetivo principal mostrar para o agricultor, mostrar para o proprietário de terra que a floresta que existe dentro da propriedade dele tem valor. Esse é o objetivo do projeto.

Esse projeto tem um potencial de expansão enorme, como eu comentei. Nós temos hoje aproximadamente 20 mil hectares contratados e o potencial de 11 milhões de hectares a serem contratados. Então, existe uma enorme quantidade de oportunidades de negócios a serem feitos, dependendo – e eu concordo totalmente com o senhor – do apetite do investidor. Nós temos que ter, talvez, estrangeiros, talvez bancos, talvez outros grupos da economia interessados em fazer esse tipo de compensação.

Por enquanto, já começa a aparecer – é uma coisa muito discreta –, com o carbono, por exemplo. A indústria petrolífera tem buscado projetos de carbono, carbono fixado em árvores, mas ainda é muito pontual. Nós carecemos ainda – e felizmente a gente está tramitando, inclusive, nesta Casa – de um PL sobre o mercado de carbono, que eu acho que pode destravar muitos desses investimentos que estão querendo vir para o Brasil. Mas essa é uma outra conversa.

Eu acho que é importante dizer, também, que nós temos um dispositivo, no Código Florestal... O nosso Código Florestal foi aprovado por esta Casa, inclusive, em 2011, se eu não estou enganado, ou seja, 12 anos atrás. Até hoje, Senador, nós não regulamentamos o art. 41 e o art. 48 do Código Florestal. O art. 41 diz basicamente o seguinte: serviços ambientais na propriedade privada têm valor, mas não está regulamentado como é que é. E o art. 48 diz exatamente o que o senhor falou, que é possível fazer trocas entre quem tem excedente e quem tem déficit de reserva legal para uma fazenda compensar a outra. Esse também não está regulamentado. Então, eu acho que a gente precisa de... O Estado brasileiro tem que, a partir da ciência, a partir das informações que são disponibilizadas aqui – eu não falo só do Ipam, mas de tantas outras instituições, da Embrapa principalmente – nortear e priorizar a organização da legislação brasileira. Ter um Código Florestal de 13 anos quase, de 12 anos, em que os dois artigos que são incentivos para o produtor preservar não estão regulamentados, para mim é um contrassenso.

A última pergunta que o senhor fez foi sobre? Ah, o conselho, como é que é formado o meu conselho? O conselho do instituto é um conselho semelhante ao conselho de qualquer outra organização do terceiro setor. São pessoas que conhecem a área em que a gente trabalha. No nosso caso, o nosso conselho é majoritariamente acadêmico. Então, são professores universitários, um ex-reitor da USP, enfim, cientistas renomados, publicados no mundo inteiro, pessoas com quem eu tenho, pessoalmente, um privilégio de conviver.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pena que é só uma vez por ano; nós temos uma reunião ordinária por ano, que dura ali umas duas, três horas, e aí dá uma convivência...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A Ministra Marina Silva é do conselho?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não, a Ministra Marina Silva...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nunca foi?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Nunca foi, nunca foi. Ela é homenageada pelo Ipam como Conselheira Honorária.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, mas é Conselheira.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se tem o nome "Conselheira", é Conselheira.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Mas ela não tem nenhuma função deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas o nome... a terminologia é "Conselheira"?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – O título que nós demos a ela é "Conselheira Honorária".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, eu digo que a Marina é Conselheira Honorária do Ipam, e hoje é Ministra do Meio Ambiente.

Não, só para a gente clarear isso...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Eu preciso deixar isso claro, Senador, desculpe. No nosso estatuto, não existe o cargo... Como é que é...?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas, André, me desculpa. Conselheira...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Conselheiro Honorário. Conselheiro Honorário foi um reconhecimento, uma premiação que nós demos a ela.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, então ela é Conselheira. Ou eu que estou errado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Ela não participa do dia a dia do instituto, é diferente dos outros Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, o Sr. André diz que a Marina Silva não é Conselheira e eu digo que ela é, porque ela carrega o título de Conselheira.

Jaime vai passar para o nosso Relator oficial... Obrigado, Jaime, pelas perguntas, irmão.

Continua então o nosso Senador, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Peço que siga a ordem já estabelecida inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, porque o Marcio é o Relator, aí ele...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Sim, mas ele tinha ficado... O senhor tinha substituído...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas o Jaime acaba de ceder o lugar de Relator, Mecias.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu vou ser o mais breve possível para...

Sr. André, bom dia. Eu quero pedir perdão ao Senador Confúcio, Beto, Jaime, Mecias, Plínio, aos convidados. Chegou uma... A gente aqui sabe como é que é isso. É a primeira vez que eu chego atrasado, foi porque chegou uma comissão dentro do gabinete, do Acre, todas as... Enfim, eu tive que... A reunião que começa como sendo rápida e acaba demorando um pouco mais.

Sr. André, muito obrigado pela presença. Tenho certeza de que o Senador Plínio já lhe fez as primeiras apresentações. Eu queria começar por essa última afirmação. Mesmo que seja honorária, que não tenha uma função específica, que seja mais como uma madrinha, mas desde quando que a hoje Ministra, ex-Senadora, hoje Deputada Federal, ocupa esse lugar?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Desde 2005.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Desde 2005.

Em 2002, teve a eleição, primeira eleição do Presidente Lula. Em 2002, não foi isso?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Em 2002. Ele tomou posse em 2003.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Tomou em 2003, eu sei.

O senhor não acha que há uma relação um tanto promíscua? O senhor acha que é correto que uma pessoa que ocupou o ministério por mais de sete anos tenha uma relação de madrinha – que seja madrinha, que não seja remunerada, mas tem uma relação – e, ao mesmo tempo, ela era titular da pasta que elaborava política pública para essa área em que o Ipam atua?

É sim ou não. O senhor acha que isso não é uma relação promíscua?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não, eu não acho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não acha? É interessante que, quando é das ONGs, nenhuma dessas relações é promíscua, mas, quando se trata de qualquer outra relação com o Parlamento brasileiro, como exemplo, toda relação é pública e, em qualquer momento, uma relação que possa ser considerada promíscua é amplamente divulgada.

Eu quero aqui deixar minha opinião para o Ipam. Não há uma relação estranha, não há uma relação promíscua em você ter uma ministra por sete anos, que é madrinha, é membro honorário, é uma premiação, é um reconhecimento, e uma entidade que, ao mesmo tempo, recebe dinheiro, fruto das políticas públicas que ela ajudou a estabelecer, como é o caso do Fundo Amazônia.

Eu acho promíscua a relação, é extremamente promíscua a relação.

Para dar oportunidade a todos que estão aqui para prestigiar, dito isso, eu escuto, como escutei agora há pouco, primeiro, que você tem quem presta e quem não presta em todas as áreas. Então, quando assentam nessa mesa ONGs e começam a dizer que estão rodeadas de cientistas, Hitler também tinha cientista. A eugenia tinha cientistas, aliás, alguns dos eugenistas mais famosos foram fundadores das maiores ONGs que tem no planeta, o senhor deve saber disso, a base da criação de algumas delas, como a WWF, por exemplo. Eram pessoas, cientistas da eugenia.

Portanto, tem cientista de todo lado, tem cientista que serviu o Hitler, repito, Mussolini, Stalin, então tem outros cientistas que têm outra visão que não a de vocês, mas vocês mantêm na mídia, nas universidades, o monopólio da informação.

Eu queria fazer uma pergunta. O senhor, pelo que eu estudei, pelo que estou lendo, o senhor pode, de repente eu vou lhe dar a oportunidade, o senhor faz parte de um pensamento, conheço um pouco, daqueles que entendem que o homem, a partir da Revolução Industrial, e basicamente, não exclusivamente, mas que basicamente, a partir da Revolução Industrial e da produção de CO₂ em demasia ou acima do que deveria... Isso compõe um elemento dos mais importantes para o aquecimento global, correto?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Se o homem é responsável pelo aquecimento global?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, não, se ele é responsável e se é a produção industrial, a queima de combustíveis fósseis a matriz mais responsável, concorda com isso?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Sim, sim, é o combustível fóssil, sem dúvida.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então vou lhe fazer uma pergunta que já fiz para os outros: o senhor não acha uma contradição, e o senhor não é o primeiro, as ONGs que entendem que é o homem que tem o controle sobre a mudança climática ou o aquecimento global e que considera que a produção de CO₂, como queima de combustíveis fósseis, seria o elemento, repito, não excludente, mas o principal elemento do aquecimento global, que pode chegar ao ponto de inviabilizar a vida do homem na terra, o senhor não acha uma contradição, ao mesmo tempo, receber dinheiro da Alemanha? Receber dinheiro da Noruega? Como é que vocês recebem dinheiro desses países e se calam? Eu perguntei para as outras entidades que estavam aqui. Por exemplo, vai ter a COP agora. Vocês estão com documentos preparados para criticar, por exemplo, inclusive quem vai sediar a COP, porque vive de petróleo e gás?

Recentemente eu tive a oportunidade, pela primeira vez, e confesso, sem nenhum constrangimento, que fui porque a minha esposa já ia e ela fala inglês. Eu me dei o desafio, Beto, de aprender inglês e não consegui, então, isso sempre me inibiu. Então, como a minha esposa fala, é tradutora, é bióloga, ia, eu fui, inclusive já prestei contas dessa viagem. Eu vi e constatei a hipocrisia descarada dos países ricos. Eu vi uma alemã – estou repetindo para ele, que não ouviu –, eu vi uma alemã falar da questão ambiental do planeta e não tocar no assunto dela, da própria Alemanha.

Eu perguntei para um colega de atividade, de ONG que estava aqui – se eu não me engano a FAS, não é isso? – que tem, parece-me, 78 milhões para receber da Alemanha. Eu perguntei se ele tinha alguma crítica pública, um documento, um artigo que fosse, um vídeo, pelo fato de a Alemanha, sozinha, jogar mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro. E, agora, que queima carvão, porque a Rússia cortou o fornecimento de gás, está jogando mais ainda. Não tem. Parece-me que não há como criticar aquele que te paga, aquele que te alimenta. O senhor não acha uma contradição? Nessa semana, eu vi a representante da Alemanha falar do mundo inteiro, dar palpite sobre todo o mundo, menos dizer dela, que ela sozinha queima mais CO₂ do que o Brasil inteiro. Nem culpavam a Amazônia. Então, estou falando do Brasil inteiro, do Sul, Sudeste.

Eu vi um canadense, exatamente do epicentro do fogo que atingiu mais de 100 milhões de pessoas – a cidade de Nova York, a fumaça atravessou o oceano – falar de toda a preocupação ambiental, mas não ter a coragem de falar do Canadá. E ninguém perguntando. Eu não vi uma ONG lá para questionar o Canadá, para questionar a Alemanha, se eles não iam, pelo menos, mentir um pouco, e dizer: "Não, o ano





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vem nós vamos tentar controlar, vamos gastar mais dinheiro para isso e tal". Não, não tocam no assunto, a preocupação é com a Amazônia. Então, o Canadá foi ao evento, falou, e ninguém questionou.

Na mesma semana eu assisto – o Brasil, o mundo – à Inglaterra, que no novo governo já emitiu mais de cem, de uma centena de novas autorizações para extrair petróleo... E eu não vi ninguém criticando. Ela não perguntou para ninguém, não quis saber de ONG, não quis saber de conselho nenhum. Aliás, ela já anunciou que não vai cumprir as metas que ela própria ajudou a estabelecer nas COPs, como fez a França quando não cumpriu aquilo que ajudou a estabelecer na COP de Paris. O país que sediou o evento do Joe Biden, o Presidente, fez a mesma coisa, já autorizou agora novas estações de petróleo no Alasca, como fez o Barack Obama.

A Noruega, que financia o Fundo Amazônia, e as ONGs têm um papel importante, lá dentro, para decidir o que fazer com aquele recurso... E o senhor sabe disso. O Ministério do Meio Ambiente tem um papel importante para decidir o que é que vai fazer com aquele dinheiro. Por isso é que eu acho que é uma relação promíscua, porque vocês decidem o que vão fazer com o dinheiro que vem da Noruega, que é o Fundo Amazônia, e, ao mesmo tempo, estão no Governo e estão na ONGs que vão receber o dinheiro do fundo. Se isso não é uma relação promíscua, nada é, nada é mais.

E a Noruega, que financia o Fundo Amazônia, também fez a mesma coisa agora mandando extrair mais petróleo no mar do Norte. Então, a pergunta é: o senhor não acha que é uma contradição? O senhor acha correto receber recursos desses países milionários que acenam com compensações para o Brasil que nunca chegaram? O que chega aqui é esmola. Eu, olhando para os seus olhos, vou lhe fazer uma pergunta: o senhor não fica envergonhado? A própria Ministra Marina... Quem é que tem um bilhete da Mega-Sena premiado no bolso, sozinho, um ganhador sozinho, e abre mão disso por R\$200 por mês? Esse mundo rico que financia as ONGs, que praticamente impede a Amazônia de explorar os recursos naturais que ela tem, o subsolo, por exemplo, é o mesmo que assiste a uma promessa de que, em compensação, algumas famílias da Amazônia poderão receber até R\$200 por mês? Isso não o envergonha?

Então, são duas perguntas. Quer dizer, não há uma contradição em se dizer preocupado com o aquecimento global tendo o entendimento de que o homem tem responsabilidade sobre isso, de que os países industrializados que queimam energia fóssil – petróleo, carvão – são os grandes responsáveis por isso... É claro que o senhor sabe que esses países jogam muito mais CO₂ no planeta do que o Brasil.

Então, não há uma contradição em saber disso, acreditar nisso e ter relação econômica com esses países? E, segundo, se o senhor não acha que é uma vergonha uma possível compensação – tem ONG que veio aqui dizendo – de R\$50, que agora passaria para R\$100 e a Ministra acena com a hipótese de R\$200?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas duas perguntas. Não acha estranho vocês acreditarem nisso, que o CO₂ aquece o planeta, que o homem é responsável por isso, que isso pode inviabilizar a vida do homem na Terra e receber dinheiro exatamente de quem mais joga CO₂ no planeta?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Vamos lá, Senador.

Antes de mais nada, obrigado pela complexidade que o senhor traz aqui, porque eu acho que é importante...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pela ordem, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – É porque eu tenho um almoço marcado com o Governador do meu estado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu acho que, se o senhor me permitir e, logicamente, o Senador Confúcio, em um minuto, eu faria uma pergunta e o Sr. André poderia respondê-la no mesmo bloco em que ele fará a resposta do Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Confúcio. (*Pausa.*)

Ótimo.

Então, por favor, faça-as que ele responde.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Sr. André, a quais as regiões ribeirinhas no Estado de Roraima o senhor dá apoio? E que tipo de apoio o senhor faz a elas?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – A gente não trabalha no campo em Roraima, Senador, infelizmente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, não é da Amazônia mais o seu instituto de pesquisa e de apoio?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não entendi.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor falou que é instituto de pesquisa da Amazônia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então... E Roraima não está incluído na Amazônia?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não, Roraima... Nós trabalhamos em Roraima. Nós só não trabalhamos com populações ribeirinhas. A gente trabalha com o Estado de Roraima, sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, eu gostaria que o senhor relatasse, depois eu vou assistir, quais os tipos de apoio que o senhor dá em Roraima e a quem. E que tipo de apoio.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Se o senhor diz que a seca excessiva ou a chuva excessiva... Porque nós temos, em Roraima, nós temos um problema sério. Quando a seca é excessiva no Amazonas, nós sofremos em Roraima a mesma seca. Quando a chuva é em excesso no Amazonas, nós sofremos a mesma seca, embora o nosso período de chuva e o de seca sejam diferentes.

Nós sofremos a influência do inverno do Amazonas, de Roraima e do Pará. De quem é a culpa disso? É do homem? De nós sofrermos, nós termos diferentes... Mas eu quero saber se a culpa é do homem da Amazônia, especificamente do homem de Roraima, do produtor roraimense.

Se a culpa é do homem, de quem foi a culpa da maior seca que existiu no início do Brasil? E eu poderia buscar muitos anos lá... Em 1615, houve uma grande seca no Brasil. De quem foi a culpa? Foi dos brasileiros? Foi do agronegócio brasileiro? Depois, vem 1723, 1727, 1776, 1778, 1877, 1879, 1919, 1921, 1934, 1936, 1963 e 1964. De quem foi a culpa? Do homem da Amazônia? A culpa é do agronegócio brasileiro?

Entre as pesquisas que o senhor fez, o senhor chegou a... Qual a mais importante pesquisa que o senhor fez, que o seu instituto fez? Quais as mais importantes relacionadas ao clima? O senhor poderia mandar cópia para nós dessa pesquisa?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Com certeza – com certeza. Tenho várias delas.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E o senhor chega a um denominador comum de quem é a culpa disso? É nossa, dos ribeirinhos? É nossa, do trabalhador rural brasileiro?

E, só para reforçar a pergunta do Senador Marcio Bittar, os senhores reclamam que os homens brasileiros são culpados por isso. E por que recebem recursos dos maiores devastadores do planeta?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É vergonhoso isso. E eu gostaria de ter uma pergunta, senhor...

Presidente, eu agradeço a V. Exa., ao Relator e aos nobres Senadores que aqui se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela presença, Mecias.

Eu sei que hoje, terça-feira, é CAS, é CAE... Só não tem a CCJ.

Fique à vontade.

Eu agradeço sua presença aqui. Sempre, como amazônida, abrilhanta.

Com a palavra, o Sr. André.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Obrigado, Senador.

É pena que o senhor está se ausentando, mas vou tentar cobrir aqui algum terreno, a começar pela observação e comentário do Senador Bittar.

É importante colocar um pouco de cronologia aqui, Senador. Estou falando especificamente da Ministra Marina, homenageada pelo Ipam. Ela foi homenageada em 2005, saiu do Governo, se eu não me engano, em 2008 ou 2009, alguma coisa assim, e nós recebemos, nós começamos o Fundo Amazônia em 2013, ou seja, cinco anos depois de ela ter saído do Governo.

Então, eu acho que só esse distanciamento de tempo, já indica que não houve, enfim, um favorecimento. Ela não estava com a caneta, ela não estava pilotando o Fundo da Amazônia nem nada disso. Então, só para deixar claro os tempos.

E, acho que o mais importante de tudo, esse processo de seleção do projeto que a gente acabou desenvolvendo com a agricultura familiar, no Pará, foi um processo competitivo. Nós competimos com dezenas de outras organizações e tivemos a sorte de ganhar essa competição. Então foi um processo competitivo, feito pelo BNDES.

Bom, deixando esse ponto claro, eu acho que tem uma mesma pergunta, Senador Bittar, que o outro colega também fez, que diz respeito à incoerência sobre receber dinheiro de países que vivem de petróleo, etc.

Senador, sendo muito franco, eu adoraria desligar o plugue do petróleo amanhã. Adoraria! Se eu tivesse esse poder, eu desligaria o petróleo, desapareceria o petróleo, o carvão, tudo, tudo, tudo, tudo. Ia colapsar a economia do mundo.

Vou dar só um exemplo para o senhor. A aviação civil, aviões, correspondem a, aproximadamente, 4% das emissões globais do planeta, 100% combustível fóssil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um experimento aqui com bioquerozene; tem um outro experimento ali com avião solar... Isso vai levar 20, 30, 40 anos até estar no dia a dia das pessoas. Ainda tem um custo de aprendizado muito grande. Só que o planeta não aguenta esse setor tão importante, crescente, que emite 4% das emissões, não fazer nada e continuar emitindo até que o avião elétrico esteja pronto para zerar suas emissões.

Esse tempo é muito precioso e é nesse tempo que entram as florestas. As florestas podem reter um determinado volume de carbono para que alguns setores da economia tenham tempo para poder se adaptar a uma nova realidade de baixo carbono.

Então, acabar com combustível fóssil é, sem dúvida nenhuma, o objetivo de todos nós, de todo mundo que trabalha com mudança climática. A gente sabe que 3/4 das emissões globais estão ligadas, direta ou indiretamente, a combustível fóssil. É transporte, construção civil, enfim, energia, e por aí vai. Mas não dá para fazer de uma hora para outra.

Então, acho que é importante ressaltar isso.

Sobre a contradição em si, eu vejo da seguinte forma, Senador, nós estamos vivendo num mundo, num momento do mundo, agora, em que a gente está convivendo com setores, empresas, governos e até pessoas que têm um pensamento mais conservador.

Eu escuto muito isto: "Ah, mas meu pai fazia assim, meu avô fazia assim, eu vou fazer do mesmo jeito". Quer dizer, tem ainda uma certa inércia cultural, e eu não estou falando só do Brasil, eu estou falando do mundo inteiro. Eu não estou falando só de determinando setor econômico, estou falando dos vários setores econômicos.

Esse sentido mais tradicional e mais conservador está convivendo, no mesmo espaço e tempo, com uma visão mais moderna de mundo, com uma visão mais sustentável de mundo, com uma visão de justiça social. Como é que a gente consegue encaixar esses dois mundos? Aí está o desafio.

Então, eu acredito, Senador, que, por um bom tempo, nós vamos ter que conviver com incoerências, nós vamos ter que conviver com o petróleo queimando, tendo que fazer um esforço enorme para preservar a floresta, até que acabe a queima do petróleo e as florestas permaneçam, porque elas vão ficar. O petróleo vai acabar, mas as florestas vão ficar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, eu agradeço a resposta.

Essa vai ser a minha última participação, enquanto a gente espera, isso já tem 50 anos – talvez mais 50, mais mais cem –, enquanto isso, nós vamos continuar vivendo, tendo, na Amazônia brasileira, depois de tudo o que fizeram, a região mais pobre do país e tudo aquilo que isso significa: falta de esgoto, falta de água, falta de emprego.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos aqui um levantamento, e o estado do Senador Confúcio Moura, que já foi Governador, é o único estado em que o Bolsa Família não representa mais da metade da força de trabalho – Rondônia –, mas, na Amazônia, de uma forma geral, mais da metade das famílias, cerca de 16 milhões de pessoas, dependem do Bolsa Família, muito mais do que metade da população da Amazônia.

Bom, existe uma questão que eu respeito – o senhor acredita –, eu não penso assim... As pessoas alegam: "Eu li um cientista..." Eu também leio cientistas. Como eu falei, todas as grandes e maiores mazelas que a humanidade passou tinha cientista do lado. Eu citei que Hitler tinha cientistas do lado dele; Mussolini tinha cientistas do lado dele; Stalin tinha cientistas do lado dele; Fidel Castro, etc. Então, existe uma outra corrente a qual eu me perfilo, mas é uma questão de... Ninguém tem que obrigar ninguém, aqui, nós ainda vivemos uma democracia e cada um professa e diz aquilo em que acredita. Não compreendo que o homem tenha o poder global da mudança climática, mas, por isso é que eu perguntei: vocês que acham isso, que acham que é o homem... Eu entendo que o homem tem um poder imenso na mudança climática do seu lugar de trabalho e aí eu não vejo vocês preocupados com isso. É sempre um nicho. "Eu ajudei a recuperar..." É sempre um pedacinho, é um nicho, para dar de exemplo, mas você pega os rios da Amazônia, onde é que eles são poluídos, fundamentalmente? Quando eles passam na cidade. Aí você não vê as pessoas que financiam vocês preocupados, fundamentalmente, com a recuperação dos danos ambientais urbanos, é sempre onde tem recursos naturais, é sempre onde tem minério, é sempre onde tem petróleo, é sempre onde se descobre mais uma jazida de potássio, onde estão querendo criar outra reserva, lá dentro, para proibir.

Agora, o que me espanta na sua afirmação... Você acha mesmo, André? O senhor acha mesmo que dá para pedir para milhões de amazônidas que estão passando fome que esperem pelos ricos? Quando eu acabei de falar que a Alemanha está queimando carvão e não pediu licença para ninguém! A Noruega, que financia o fundo pelo qual vocês são beneficiados, aumentou a extração de petróleo, agora, neste ano! A Inglaterra aumentou só, em uma cacetada, cem, uma centena de novas licenças!

E aí nós vamos dizer para o sujeito que está entregue às facções criminosas para esperar mais dez anos? Mais 20, mais 30, até que o mundo rico possa, não sei de que maneira, se adequar?

Irmão, eu vou colocar como um cristão. Eu vou admitir que o senhor seja bem-intencionado, mas a boa intenção não significa que está correto. O mundo rico tem as demandas deles. Essa ida, que eu fui a Nova York, me permitiu ver um outro lado, que eu não tinha visto. Eu vi, todos os dias que eu saí na rua, todas as vezes que eu peguei metrô, eu vi excluídos. Muita droga, muita doença mental. É você entrar no metrô – repito, a minha esposa, que é tradutora... Eram pessoas completamente... Eu não sei que doença é, porque não era... não falava inglês, era... Gente de rua. Então, eles têm as demandas deles. Acreditar que eles vão chegar num patamar e vão se considerar satisfeitos e, a partir daí, vão compensar verdadeiramente a Amazônia...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu repito, Sr. André, eu acho uma vergonha e uma humilhação esse discurso que, na verdade, dá base argumentativa para perdoar os países ricos, para tolerar o que os países ricos fazem, ao tempo em que a gente pede para a população da Amazônia, para o índio, que, quando recebe a Bolsa Família, vai pegar, vai retirar às vezes com três meses, porque, se ele for retirar todo mês, ele vai gastar o dinheiro do Bolsa Família no transporte... Eu vou pedir para as crianças da Amazônia que andam uma hora, duas horas, três horas descalças para chegar numa escola que esperem o país rico tomar consciência, adequar-se.

Para eles valem, como o senhor acabou de falar, para eles vale argumento econômico, o senhor disse aqui. "Se eles hoje cortarem...", mas eles não estão cortando nem diminuindo; eles estão aumentando, Sr. André. E aí, para eles, tem a compreensão, a paciência. "Não, eles precisam, porque senão vai dar uma quebra na economia...". É o que o Ministro da Inglaterra disse agora há pouco; ele disse: "Eu não posso tentar salvar o planeta à custa da miséria do inglês". A palavra não foi essa, mas, enfim, teria que tomar atitudes para reter a economia e não aceita fazer isso.

Mas, enfim, são opiniões. Então, há uma tolerância com os ricos, que aumentam a sua produção de petróleo e gás sem pedir licença a ninguém, e aí há um pedido para que a Amazônia espere chegar sua vez.

Eu vou terminar por uma coisa que não tem como sair da minha cabeça. No Acre, Sr. André, terra natal da Marina, há 30 anos eles disseram tudo isso que o senhor falou aqui agora. Eu escuto isso há 50 anos. E como um pai poderia separar dois filhos e dar a eles dois, às condições de cada um, à sua moda, à sua convicção – oposta uma da outra – a sua oportunidade? Como foi a Alemanha quando teve o Muro de Berlim – Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental. Mais ou menos desse jeito, na época, falando dessas alternativas etc., o povo acreano deu ao grupo da Senadora, Deputada, Ministra Marina Silva e a toda a sua turma todo o poder. Todo o poder. É como se tivesse acreditado: "Olha, eu vou testar, então, as suas ideias, o mundo está preparado para isso, o mundo vai ajudar", e eles tiveram comandando a política no Acre ao longo de quase 30 anos, porque, mesmo antes de chegar oficialmente ao poder, as ideias já permeavam o Governo e tal.

Sr. André, com todo apoio do Fernando Henrique Cardoso, da ONU, do BID, do Banco Mundial, dos globalistas todos, quando eles entregaram o Acre, o Acre estava mais pobre. O Acre que eles entregaram era um Acre mais pobre, com mais violência, Rio Branco chegou a ser a capital mais violenta do Brasil para se viver. Então fica, como diz sempre o Senador Plínio, ninguém está aqui para ser mal-educado, para ser grosseiro com ninguém, mas, no debate, deixar que as pessoas que estão nos assistindo possam fazer suas conclusões.

Eu disse aqui agora: eu acho que é imoral, acho que é uma relação perigosa você ter uma Ministra que tem uma relação com o Ipam, isso é que importa, desde o começo, volta a ser Ministra agora, essas relações não são interrompidas porque alguém vai para um cargo ou não, as relações de amizade, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confluência de ideias. Então as ONGs vão para o Governo, hoje o Ministério é composto por pessoas que criaram ONGs, que têm relação com ONGs, que não vão terminar suas relações, na hora em que saírem do Governo voltam para suas ONGs, elaboram os planos que determinam onde, por exemplo, o BNDES vai fazer os investimentos e, ao mesmo tempo, suas ONGs, as ONGs do seu círculo são as beneficiadas com isso.

Acho uma imoralidade também as pessoas, as pessoas pagam o preço pelo seu ideal. Eu, por exemplo, entendia que o projeto de esquerda, entendo que é um projeto autoritário e paguei o preço por enfrentar o PT do Acre em 20 anos, preço pessoal, familiar, porque eu acreditava naquilo. E acho incrível como vocês não pagam o preço. Vocês acreditam que é o homem, acreditam que é o CO₂, sabem que eles são os maiores poluidores do planeta, só perdem para a China, que sozinha joga um terço do CO₂ no planeta, mas com eles há complacência, com eles há o entendimento de que eles não podem fazer um corte brusco. Repito, eles não estão fazendo corte, eles não estão nem mantendo, eles estão aumentando. E essa paciência se exige do índio pobre, do jovem que está na mão da facção criminosa, sem opção de vida, de prosperidade na Amazônia brasileira.

Então, no fim das contas, Sr. André, quem vai julgar é a população brasileira e cabe à CPI trazer os depoimentos, as falas, as contradições, os argumentos de um lado e de outro, para que, ao final, a gente produza o relatório, que eu espero que se crie nele alguma convergência.

Eu dou por encerrada, Sr. Presidente, a minha participação. A minha última fala não é bem uma pergunta, é mais um resumo daquilo que eu considero, que me chama muito a atenção, mais uma vez agradecendo a todos que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pergunto se o Sr. André quer responder ou se posso passar para o Senador Confúcio.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Uma complementação, Senador Marcio Bittar. Em primeiro lugar, eu acho que o senhor está absolutamente correto no sentido de dizer que os ricos não estão ajudando os pobres. Isso é uma verdade cristalina. E ainda digo mais, Senador: na reunião do clima de Copenhague, meu Deus, lá se vão 15 anos para trás ou coisa que o valha, foi feito um compromisso dos países ricos de aportarem US\$100 bilhões por ano para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos se adaptarem às mudanças climáticas. Sabe quanto, até hoje, surgiu desse dinheiro? Menos de US\$10. Era para ser US\$100 por ano. Nós já devíamos estar em, sei lá, uma centena de bilhões de dólares, e isso nunca aconteceu.

Então, eu quero fazer eco à sua observação de que os países desenvolvidos, muitas vezes, usam aquela estratégia da avestruz: colocam a cabeça num buraco e acham que não é com eles. E o mundo está queimando, o mundo está sendo destruído. Então, eu acho que há, sim, um papel muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é um país respeitado suficientemente nessa agenda do clima para, talvez, levar esse tipo de pleito à frente. A discussão sobre repartição de benefícios, em outras palavras, transferências de recursos para países da África, para países da América Latina e até mesmo para o Brasil, para algumas regiões da Amazônia, prometida por escrito, comprometida nos autos da Convenção do Clima, não está sendo cumprida. Nós precisamos cobrar, Senador. Então, eu quero me solidarizar com a sua preocupação.

Eu acho um absurdo, realmente, a gente ter que conviver num clima que está se aquecendo a olhos vistos. Nós estamos vendo aí todo mundo sentindo a temperatura aumentando, os incômodos. Eu tenho acompanhado grupos de agrônomos que estão falando na questão de perdas de bovinos por conta do aumento da temperatura, eles não estão aguentando. Os animais não estão nascendo bem, os bezerros estão tendo muito problema de alimentação e estão com dificuldades. Então, a gente tem que, realmente, lutar.

O Brasil e, eu imagino, esta Casa têm um papel. O Senado brasileiro talvez tenha um papel na reivindicação a esses entes internacionais para que cumpram a sua palavra e que honrem os seus compromissos de apoiar o desenvolvimento de projetos e ações nos países em desenvolvimento que não foram cumpridos até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que é bom do debate, do diálogo e da democracia é que a gente discorda. Quando o Sr. André diz assim: "O Brasil é respeitado", eu digo: o Brasil é usado. O bom é essa diferença que a gente tem de opinião. Para mim, o Brasil é totalmente usado. É aquele complexo do colonizado de que tudo de fora é bonito.

É como disse, Marcio, é o que você estava falando aí e o Senador Esperidião Amin: os países ricos dão dinheiro, eles têm culpa, têm remorsos, porque destruíram tudo e continuam destruindo, mas terceirizaram o remorso para os brasileiros. "Nós damos dinheiro, ficamos livres do remorso e vocês aí, colonizados, arquem com a culpa toda."

Com a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, Dr. André Guimarães, ouvi com atenção a sua exposição, ouvi as respostas. Por exemplo, o Ipam, pelo que o senhor narrou, tem 30 anos de existência.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É um instituto de pesquisa. A pesquisa científica deve ser feita pelo Governo, pelas instituições, as universidades, deve ser propiciada pela iniciativa privada, as organizações, e pelas organizações não governamentais. Então, a pesquisa, de todo lado, é boa, é importante. E o que o senhor apresentou aqui, na apresentação inicial, foi o papel do pesquisador, de um pesquisador que coloca em comparação áreas de floresta em pé com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proximidade de áreas desmatadas de pastagem, onde, por exemplo, a temperatura da floresta é sete graus maior do que a temperatura no meio do pasto.

Querendo ou não, o Brasil, os produtores rurais brasileiros, principalmente os do agronegócio, vão cumprir uma política ambiental, o Código Florestal e todas as exigências ambientais por uma circunstância comercial.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Hã-hã.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Os países compradores vão, cada vez mais, arrochar os países que vendem matéria-prima bruta, as *commodities*, e, com isso, eles vão... Além da rastreabilidade, da exigência de certificação de origem, principalmente do boi, ou mesmo da soja, ou mesmo do milho, então, isso vai ser uma questão, uma circunstância comercial, não vai ser nenhuma demanda diplomática, vai ser do comércio, de quem compra e de quem vende...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Do mercado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... porque as exigências serão grandes.

Na sua exposição, o senhor estuda também os dois biomas, o Cerrado e a Amazônia. Eu sou originário do Cerrado. Nasci no Cerrado e, depois, fui para a Amazônia. Conheço os dois biomas muito bem. Eu sou ainda do tempo em que essa região de Brasília, Planaltina, Formosa, até a região próxima de Barreiras, aí para baixo, era só Cerrado virgem...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Hã-hã. Eu me lembro.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... puro, arenoso. E a pesquisa científica da Embrapa propiciou que se plantasse na areia...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... corrigida. E foi um sucesso o Cerrado na produção. Está até extrapolando os limites, porque estão ocupando os parques, como a Chapada dos Veadeiros e, provavelmente, a Chapada dos Guimarães, lá na frente.

Outro ponto elevado aqui citado é o gasto de pessoal com a organização, com o Ipam, em torno de mais de 60%. Mas eu pergunto: qual é o gasto de pessoal, do Governo Federal com o pessoal? Qual é o gasto das Prefeituras com o pessoal? O maior gasto é o previdenciário e o gasto de pessoal.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Hã-hã.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Logicamente, esse gasto de pessoal é para a produção de serviços...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... produção de pesquisas, o que é justificado.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente justificado.

Aí, no avançar das pesquisas apresentadas por V. Sa., o senhor mostra o comparativo, o contraponto entre a agricultura familiar na Amazônia e a grande produção, em que 70% da agricultura familiar não tem assistência técnica. Isso é gravíssimo! E é antigo. E parece que não tem solução, porque, cada vez mais, as EMATERs estão sucateadas nos estados.

Eu conheço o seu instituto e me lembro muito bem da sua participação na composição, na feitura dos consórcios de Governadores. Primeiro, foi o do Brasil Central e, depois, o consórcio da Amazônia, o do Nordeste e o do Sudeste brasileiro. Esses consórcios, essas orientações, principalmente o consórcio da Amazônia, em que os Governadores passaram a discutir a política ambiental, foram muito importantes; prova disso é que o Pará chamou para si a próxima COP, justamente com essa concepção dos consórcios da Amazônia de levarem em conta o componente ambiental como importante.

E o Ipam nada mais é... O instituto, além de tantas outras feitura, faz as mediações e as reflexões importantes, produzindo documentos, orientações, notas técnicas, termos de referência para a absorção de financiamentos, o que é muito importante. O Ipam, por exemplo...

Aqui, comparando a questão da Marina Silva e do Governo passado, nós tivemos dois padrões de ministros, o Ricardo Salles e a Marina Silva, e quem decidiu por Marina ou por Ricardo Salles foi o povo brasileiro; foi o povo brasileiro que votou contra o Ricardo Salles e votou pela volta da Marina. Então, logicamente, é uma opção política importantíssima, que realmente deu esta opção ao povo de escolher: queriam que, realmente, a boiada passasse continuamente ou que se restringisse a passagem da boiada? E a população brasileira optou por fechar a porteira.

Então, os meus comentários aqui não têm... Foram comentários gerais. Eu faço parte desta Comissão justamente para fazer a defesa das ONGs. Eu estou aqui... É lógico, o Plínio tem muitos argumentos, tem apresentado muitos vídeos importantes de ONGs que, realmente, praticam falcaturas, é mais do que justo que ele investigue, mas, grosso modo, em todo lado, na vida, tem gente boa e tem gente ruim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, aqui, o seu trabalho científico é justificado, é plausível, é aceito.

Então, eu encerro aqui os meus comentários dizendo, querido Plínio, Marcio Bittar e demais amigos, que eu não estou – já falei na passada – me contrapondo a eles. Eu me reservo o direito de apoiar as ONGs como entidades importantíssimas para o Brasil.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quer falar alguma coisa, André, em relação...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Só quero agradecer, Senador, pelas palavras e pela consideração.

Realmente, o que o senhor narrou aí foi, em poucas palavras... O senhor narrou toda uma trajetória.

Eu quero aqui só fazer mais uma menção ao consórcio dos Governadores da Amazônia, que hoje é um ente extremamente importante, é um ente que negocia em bloco na Convenção do Clima. Nós falamos aqui, agora há pouco, de o Brasil fazer pressão nas Convenções do Clima. E foi criado, eu tenho que dizer, pela sua liderança... Foi pela liderança do então Governador Confúcio Moura, de Rondônia, que inspirou os demais Governadores a transformarem o fórum num consórcio. E aí, a gente, então, hoje, tem uma estrutura jurídica que congrega todos os governos estaduais da Amazônia para poder defender interesses que são comuns.

Então, eu quero aplaudir essa iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Confúcio. A sua presença aqui é a garantia de que nós não vamos exagerar. Se nós quiséssemos, o senhor certamente, com sua calma, com sua sabedoria e conhecimento, faria... Desde o começo, a gente diz que não vai demonizar ONGs, de forma alguma. Agora, existem ONGs que são demônios, então, a gente tem que falar delas.

Sr. André, a gente fica tão... O Prof. Carlos Nobre trabalha no Ipam?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque... Não? Ele nunca trabalhou?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Nunca trabalhou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele defende uma tese, aí eu vou perguntar o que o senhor acha, então. O Carlos Nobre fala da savanização e o ponto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de não retorno devido ao desmatamento na Amazônia. A Mata Atlântica foi desmatada em 95%, transformada em savana, e hoje está retornando aos poucos. E muita gente diz aí: a Amazônia tem 15% dela desmatada, já se fala em savanização. O senhor concorda com isso?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Eu concordo com o fato de que nós vamos chegar a um ponto de não retorno.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Qual seria o percentual? Nós estamos em 15%.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Eu não tenho esse número. Se alguém entrar aqui e disser que o ponto de não retorno é 21%, é 23%, é 25%, é 30%, está mentindo. Porque essa informação não existe.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente concorda plenamente com isso.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – O que precisa ser feito, Senador, é entender o que significa esse ponto de não retorno, porque a gente não quer chegar nele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E não vai, não é?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Se a gente chegar nele, a gente colapsa o sistema. Então, nós temos que estudar para entender e antecipar a chegada desse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu acho exagerado isso. Quando eu vejo uma pessoa falar isso, eu vejo logo que se trata de um imbecil.

O Ipam considera correto uma ONG ficar responsável pelos estudos técnicos, científicos, para a criação de uma unidade de conservação?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Ficar responsável?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, responsável por aquilo. Nós temos... Lá no Novo Airão, no Baixo Rio Negro, tem ONG tomando conta. Já são 12, que eles chamam de mosaico não sei das quantas. É correto uma ONG tomar conta de uma área que deveria ser pública?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Eu não conheço esse caso específico, Senador. O que eu posso lhe dizer é o seguinte: uma unidade de conservação pressupõe um plano de manejo. Ou seja, ela é criada e, ato contínuo, é estabelecido, geralmente, um conselho daquela unidade de conservação, que é presidido pelo chefe ou pela chefe da unidade de conservação. E eles contratam a produção de um documento teórico, que é o plano de manejo da área. Essa contratação, em geral, é feita pela Lei 8.666. É feita uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licitação para contratar e, algumas vezes, ONGs participam dessas licitações e ganham. Eu não conheço o caso específico lá de Novo Airão, mas eu já vi planos de manejo de unidade de conservação serem feitos por ONGs, sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por ONGs que fazem.

O nosso Relator Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só algumas breves reflexões, não é bem pergunta. Eu acho interessante... Eu fui da esquerda quando era jovem e eu costumo dizer que a estratégia da esquerda não mudou, eu conheço todas; não mudou. Então, por exemplo, uma maneira de não discutir um ponto concreto é você colocar naquela discussão 50 novos elementos. Aí você não discute nada. Se você prioriza 50 coisas, você não prioriza nada e tal. A outra é quando você, sabendo que a sua argumentação é falha, concorda com o seu adversário, *en passant*, para apenas dar um viés de que você escuta, leva em conta a opinião daquele que está levantando um dado.

Concordar com o fato de que os países ricos nos enganam ano após ano é a estratégia. Eu conheço isso. Dizer: "Não, eu até concordo". Inclusive, a frase sempre vem muito com o até: "Não, eu até concordo", mas não fazem nada.

A indignação está em vídeo? Ela está em artigo? Ela está numa ação coordenada das ONGs que já sentaram aqui, que somadas à sua já movimentaram bilhões de reais? Existe algo público? Vídeo? Como tem na Amazônia?

Eu acabava de ler agora uma informação que chegou: na lista dos dez maiores poluidores do planeta, dos dez, não tem um latino-americano e o senhor sabe disso.

Então, essa concordância *en passant* a Ministra Marina disse na mesma semana. Quando a Semana do Clima, em Nova York, estava acabando, num artigo, numa postagem dela, ela mencionou os R\$100 bilhões.

Mas a vassalagem continua. A Inglaterra aumenta... O Canadá agora passou em CO₂ o Japão por causa das queimadas, mas deles eu posso receber dinheiro, eles eu posso esperar que aguentem mais algumas décadas, porque não podem ter um baque econômico. É a mesma coisa o que a Inglaterra está dizendo. E o que é impressionante é que, na sequência desse raciocínio, vem aquele outro que, para mim, é um dos exemplos de vassalagem, de cara de pau terrível, que é assim: "O mundo exige que os produtos que saiam do Brasil tenham certificado verde". Como é, rapaz? Quer dizer, que o camarada que polui o planeta, que não produz a comida que come, que não tem a energia que consome, ele é que manda no Brasil?!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a política externa, em primeiro lugar, teria que levar em conta o interesse nacional e, nesse aspecto, eu faria uma aliança com a China, com a Rússia, com a Índia e colocava a Europa Ocidental no lugar dela.

Eu acho impressionante a vassalagem advinda desse raciocínio que diz para o sujeito que está na Amazônia matando cachorro a grito, pobre, faminto, doente, sem esgoto, sem água... A mídia nacional e internacional diz para ele o seguinte: "Olha, mas, se você não seguir o que nós estamos dizendo, o mundo vai parar de comprar". Isso é uma falta de vergonha de um país que deveria ter um pouco mais de compostura. Como é que uma região que não produz a comida que come manda no país que produz excedente? Como é que uma região que não produz a energia... Eu estive em Nova York e, mais uma vez, vou dizer: a energia que o Estado de Nova York consome é maior do que a Amazônia toda.

E toda política compensatória, Sr. André, tirando aqueles iludidos bem-intencionados, é uma mentira descarada, porque eles têm os problemas deles. A Alemanha, vou repetir outra vez – outra vez é redundante –, vou repetir: a Angela Merkel abriu a Alemanha. É só um exemplo de como eles têm preocupação com os deles, não é com os nossos, não. Está pensando que algum europeu perdeu a noite de sono imaginando como é que vivem os índios na Amazônia? Conversa mole para boi dormir. País que não tem vergonha, onde o Rei da Inglaterra vira para o Presidente eleito do Brasil e diz: "Cuide da Amazônia". Cuide você do teu país, rapaz. Vocês não sabem o que é APP, nem APP eles não sabem o que é, quanto mais área permanente, como nós temos aqui no Brasil.

A Angela Merkel, para fazer bonito para o mundo, na crise, quando explodiu a crise na Síria, o que que ela faz? Abre as fronteiras. Na primeira eleição que teve na Alemanha, o que ela fez? Recuou, porque o alemão que a elegia, a quem ela deve a obediência, disse a ela nas eleições do meio do mandato dela o quê? Disse que não aceitava aquela invasão – considerada pelos alemães. O que faz a Angela Merkel? Ela continua sendo politicamente correta para o mundo? Não! Ela estabelece lá critérios para entrada que praticamente excluíam todo mundo. Só podia entrar lá aquele que tivesse diploma ou se estivesse a Alemanha precisando.

Então, isso me causa uma profunda indignação.

Com relação ao que as ONGs que vêm aqui dizem sobre a concorrência – e, como o senhor falou, o senhor participou de uma concorrência com várias outras –, eu poderia dizer para o senhor, Sr. André, o seguinte: é concorrência dos iguais. A concorrência é entre vocês.

Eu disse aqui, numa audiência passada, que essa dinheirama toda que vocês recebem é para uma agenda estabelecida e que tem duas formas de você se submeter: direta, em que alguém vai te dar o dinheiro e exige: "Ó, eu vou te dar o dinheiro, mas você vai ter que fazer assim, assim e assim", e existe outra mais inteligente, mais sutil, mas que tem o mesmo resultado. Vocês sabem que só tem recurso para aquela agenda, porque os países que pagam exigem que seja assim. Não tem recurso – esse recurso todo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós estamos vendo jorrar nas ONGs que financiam e que mantêm pessoas vivendo disso – para outra agenda, tem para essa. Então, a concorrência é entre os iguais. E é isso.

Eu vejo colegas nossos e fico impressionado. Quer dizer: nós estamos lá com 28 milhões de pessoas, mais de 16 milhões vivem de Bolsa Família, índio pobre, e a gente tem que ouvir dizer, e ainda ameaçam: "Se vocês mexerem no subsolo, nós não vamos comprar o produto de vocês". É, assim, de uma vassalagem impressionante! E é isso.

Quando eu vejo pessoas concordando, como a Ministra, que concorda *en passant* para dizer que não falou daquilo, mas não faz nada de concreto, de real, para dizer: "Vocês nos devem; paguem primeiro antes de exigirem mais", como exigem agora mais ainda de nós, sem pagar a sua conta.

Mais uma vez vou encerrar dizendo: eles sequer estacionaram, muito menos diminuíram. Eles estão, na cara dura, aumentando as suas emissões e, para o aumento da emissão dos países ricos, há um silêncio, que eu considero criminoso, daqueles que dizem que devotam a vida a cuidar do tal do aquecimento global provocado pelo homem.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

Antes de liberá-los, tenho duas perguntas.

O senhor falou do pagamento a quem mantém a floresta intocável. O senhor tem conhecimento, mais ou menos, de quantas pessoas recebem e qual é esse valor?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Vamos aos números: são 21 mil hectares, no total, contratados. Tem propriedades que têm 300 hectares contratados; outras 500; outras mil. É por hectare. Então, são 21 mil hectares, no total, contratados. Se eu não estou enganado, Senador, são 25 contratos individuais, com fazendas individuais. De cada contrato, o valor – vou dar uma margem para o senhor, porque o valor é com base numa série de características daquela fazenda, então, se ela é uma fazenda produtiva, se ela tem um cerrado alto ou um cerrado baixo, se tem muita nascente, se tem pouca nascente, a gente coloca uma série de variáveis para definir um valor –, esse valor, nos contratos que nós temos, tem variado entre R\$250 e R\$350 por hectare, por ano.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quem paga?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – O Ipam.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É o Ipam que paga, que paga esse dinheiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – O contrato é feito com o Ipam.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá.

No que o Marcio estava falando, a gente não pode passar batido. Vocês viram agora fumaça em Manaus, fumaça no Amazonas. "É o fim do mundo, o mundo vai acabar." Todos os anos nós temos fumaça, todos os anos. Este ano foi mais. Pode ser mais no próximo ou pode ser... Mas vai ter.

Agora, daqui a quatro meses, vocês todos verão a cheia. Aí vão falar que tem muita água, que encheu demais; ou seja, é previsível. O que falta é antecipar. Mas quem quer antecipar para acabar com o problema, com licitações, dinheiros fartos que virão? Então, para o ano, daqui a quatro meses, se preparem: o Amazonas vai estar com problema de cheia; as famílias, desabrigadas, porque tem a cheia. As palafitas, não mais.

Mas o dado significativo, Márcio, é que ninguém ajudou em termos de equipamento. O Governador de Goiás, que é... O Governador do Mato Grosso do Sul, que é do nosso PSDB, mandou um helicóptero – tem esse tipo de ajuda –, mas nós não temos lá... Ou nos cederam aviões para jogar água na queimada. A queimada é no capim, no entorno da estrada. Depois aquele capim queima e entra no campo de pastagem. Tem alguém que tocou fogo? Eventualmente tem, mas onde eu vi – eu estive duas vezes em Autazes –, é no campo, é na grama, é no capim. Para o ano, vai ter de novo. Se, ao invés de dar tanto dinheiro para as ONGs, dessem equipamentos, helicópteros, aviões que jogam água, carros-pipa, porque o nosso Corpo de Bombeiros é totalmente desaparelhado... Então, isso é uma demonstração de hipocrisia. A natureza é perfeita. Choveu duas vezes, três vezes, a fumaça está pouquinha.

Eu sei que, dizendo isso, eu contraria até muitos amazonenses, que ficaram querendo que a gente tomasse atitude. A minha atitude foi procurar, Marcio, os locais atingidos e prometer – e cumprir – poços artesianos. Quer dizer... Eu falo, porque as quatro ONGs que aqui estiveram, juntas, arrecadaram 1,4 bilhões. Se a gente pegar agora e calcular – e aqui é grosso modo –, a gente pegou 20 milhões por ano, a gente vai chegar a 780 milhões que o Ipam já arrecadou durante a vida dele. Não estou dizendo que é desonesto, que estão gastando... Eu só estou falando de volume. E nós não tivemos um avião que joga água. Começou o fogo, não tem nada disso.

Então, é pura hipocrisia, é falácia, sempre. Quando se fala de Amazonas – e não venha ninguém me contrariar, não... Até contraria, mas eu vou provar que eu estou certo, porque eu estou lá. Eu vi essa queimada. Foi ruim. É ruim, é péssimo – claro que é –, mas não teve um avião para jogar água. E não vá me dizer que Noruega, Alemanha, França e o escambau não têm esse tipo de equipamento. Não vá me dizer que, com esse dinheiro de ONG, não dava para comprar equipamento. Então, não querem. De fato, não querem. As ONGs enxergam a floresta. As ONGs enxergam o verde da floresta. As ONGs não enxergam o povo que nela habita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esta CPI foi para isto: para escancarar, abrir a caixa preta. A caixa preta está aberta. Nós estamos pedindo uma prorrogação – hoje vai ser lido, com certeza, a gente tem que ler isso... E vamos continuar nisso.

Como eu disse, Sr. André, não é nada pessoal, mas, quando eu vejo um relatório do Fundo Amazônia dizendo o seguinte: que o Ipam teve, do Fundo Amazônia, R\$24.939.200 e tal, gastou com o seu projeto, que foi executar, 6 milhões e alguma coisa, que corresponde a cerca de 24% do valor total do projeto, que é muito superior ao dobro, ao valor dos recursos que eram repassados para o pagamento por serviços ambientais, ou seja, entre si, muito mais... Na ponta, não chega; na ponta. O que chegou na ponta foram R\$2,81 milhões do Fundo Amazônia, relatório do TCU.

É isso o que a gente quer que o brasileiro saiba, porque, como o Márcio diz, apresentam sempre nichos. O trabalho de vocês é bonito, perfeito, lindo, maravilhoso, só que, se eu fizer custo-benefício, vai ser uma comparação desigual.

Sr. André, a gente agradece muito. Ah, sim, o Marcio falou, para você ter uma ideia, agora, que o Governo alemão vai repassar, para a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) – que esteve aqui e arrecadou, no Transparência, 400 milhões, em 15 anos –, vai repassar 78 milhões em placas solares, sei lá o quê. Na crise, passou para o Amazonas – o Governo alemão, que é bonzinho – 3,5 milhões, para ajudar a combater a fumaça e a seca, mas, para uma ONG, vão ser R\$78 milhões.

Essa desigualdade, essa falácia e nos usar... Quando o Marcio fala em tom de revolta – indignação, não é nem revolta –, é a mesma que nos domina. É muito difícil a gente ser de um estado, Sr. André, que tem 97% da floresta preservada, o Amazonas, e que tem uma população de 54 milhões vivendo abaixo da linha da pobreza. Então, 51% dos amazonenses estão endividados, mas a floresta está de pé. Cadê a compensação? Cadê a assistência para esse guardião que está lá? Quer queira, quer não, é o ribeirinho, é o caboclo que guarda! O pagamento que ele está tendo é o que vocês viram nos vídeos: expulsos, os índios, usados, favelados, necessitados, revoltados.

A CPI veio para isso. A caixa-preta está aberta e, no final, tenho plena certeza, Marcio, de que o seu relatório vai apontar soluções, eu não tenho a menor dúvida quanto a isso, para clarear, para jogar luz nessa escuridão.

Sr. André, muito obrigado pela presença. Repito, para quem vê agora: o Sr. André não é réu, ele não está no Tribunal do Júri, ele não está na Inquisição, ele veio como convidado nosso, para responder algumas perguntas e dizer o que quiser, o que ele achar que tem que dizer aqui, perante a CPI que investiga ONGs, para depois tentar – quem sabe a gente consiga – separar o joio do trigo.

O senhor pode se despedir se quiser.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, o Marcio se despede aí do nosso convidado, tá?

Senador Styvenson, nós estamos encerrando, está bom? *(Pausa.)*

Não, mas tudo bem. As suas perguntas foram feitas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com absoluta... *(Pausa.)*

Senador Styvenson, você quer fazer alguma observação antes que eu encerre? Quer falar alguma coisa? É bom que fale. O senhor esteve aqui o tempo todo... *(Pausa.)*

Não? Posso encerrar, então? *(Pausa.)*

Posso encerrar então.

Mas está pronto para a nossa diligência no Acre, em Xapuri, amanhã, não é? *(Pausa.)* É a terra natal. *(Pausa.)*

Coloco em votação a Ata da 18ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não temos nada mais a não ser reiterar sempre e agradecer a vocês pela presença, agradecer a vocês pela divulgação. Aqueles que divulgam na rede social que continuem fazendo, que não se importem com a grande imprensa, que não se importem com quem está feliz. Esta CPI nasceu para defender e falar em nome dos infelizes.

Obrigado e que Deus nos proteja a todos.

Paz de Cristo!

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES EM BRASILEIA E EPITACIOLÂNDIA (12H - HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF).

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e três, no Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasileia e Epitaciolândia (12h - horário de Brasília-DF), sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Diligência Externa. Finalidade:** Depoimento de lideranças locais a respeito da ação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região da Reserva Extrativista Chico Mendes, conforme Requerimento 107/2023-CPIONGS. **Resultado:** Diligência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/19>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Obrigado pela presença. Obrigado pelo apoio. Nós precisamos muito desse apoio, e a presença dos senhores e das senhoras nos diz isto: estamos apoiando. E nós precisamos mesmo, para continuar no ritmo e no rumo em que estamos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

Antes de começar a executar a pauta, passo a palavra ao nosso Prefeito de Eptaciolândia, Sérgio Lopes de Souza, agradecendo pela recepção.

O SR. SÉRGIO LOPES DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Senador.

Cumprimento aqui o Senador Plínio, Presidente da Comissão da CPI das ONGs.

Cumprimento aqui o meu amigo Senador Marcio Bittar. Ao mesmo tempo, agradeço-lhe por ter trazido representantes da CPI das ONGs aqui para Eptaciolândia, para conversar com os moradores de toda a reserva do Alto Acre, a Reserva Chico Mendes, e também ter agendas com representantes da reserva no Juruá.

Acredito que é uma decisão acertada, Senador. Essas discussões sobre a utilização da reserva, a forma como precisam ser utilizados esses recursos públicos e esses recursos naturais, que são a reserva, precisam ser discutidas com o morador da reserva. Nós não podemos aceitar que entidades discutam e decidam a forma como os nossos recursos naturais serão utilizados, sem a participação efetiva dos moradores da reserva. Então, é uma decisão acertada.

Estou muito feliz, na manhã de hoje, por poder sediar, aqui no Município de Eptaciolândia, esta audiência pública.

Cumprimento o Senador da República Styvenson, representando o Rio Grande do Norte, mas é acriano de nascimento. Então, seja muito bem-vindo, Senador. Eptaciolândia e o Acre estarão sempre de portas abertas a todos vocês.

Cumprimento aqui o Senador da República Jaime Bagattoli. Tive a alegria de conversar com ele um pouquinho ali. É Senador pelo Estado de Rondônia, o meu segundo estado. Na verdade, nasci em Minas, mas meus pais vieram para Rondônia em 1986, e a minha família também é política no Estado de Rondônia e tem boas relações políticas com o Senador.

Muito obrigado pela presença. Muito bem-vindo a Eptaciolândia. Nós estamos de portas abertas a todos vocês.

Cumprimento o representante da Câmara de Eptaciolândia, o Vereador José Maria; o representante da Câmara de Xapuri, o Eriberto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vindo, Eriberto. Transmita o nosso abraço ao Prefeito Bira, que é um grande amigo, e aos demais Vereadores, sempre marcando presença nas atividades realizadas aqui em Epitaciolândia.

É uma alegria recebê-los aqui. Vocês são sempre muito bem-vindos.

Cumprimento o Leonir, que representa a Câmara de Vereadores de Brasileia.

Cumprimento a todos os presentes, os representantes da reserva que estão aqui. Não vou nomeá-los porque são muitos, muitos amigos que estão aqui, mas queria destacar a presença do José Maria, que hoje preside a Amoprelândia, que é a Associação da Reserva Extrativista Chico Mendes, em Epitaciolândia, e o Romário, que é Presidente da Amopreb.

Sejam muito bem-vindos ao evento.

Menciono aqui, Marcio, que nós falávamos há pouco que eu conversava com o Antônio José, morador da reserva, que está aqui presente. Mostrou-me as mãos calejadas, as mãos feridas de tanto trabalho. E ele dizia para mim o seguinte: quando ele tinha seis anos de idade e já ajudava a família nos afazeres domésticos, de casa, a mãe dizia: "Olha o meu rapaz: trabalhador". E ensinou-o a trabalhar. E, hoje, a sensação que ele tem é que ele é um infrator, porque ele mora dentro da reserva, não pode fazer nada, tem as mãos calejadas... E, para muitas entidades, ele é um infrator. Mas nós precisamos mudar essa realidade.

O morador da reserva precisa ter direito a trabalhar, a cultivar a terra, a explorar esse pedaço de chão e ter condições de educar bem os seus filhos.

Eu estou há cerca de um ano com um pedido junto ao ICMBio e ao Ibama, pedindo a autorização para construirmos uma escola dentro da reserva, uma escola! E, até hoje, sequer obtivemos resposta disso.

E nós queremos construir uma escola porque já existe uma escola lá, mas uma escola sem condições adequadas de atender às famílias, atender às nossas crianças, aos nossos professores, aos moradores da reserva. E nós queremos construir uma escola lá para dar dignidade a esses alunos e a essas famílias.

Porém nós encontramos os mais variados entraves.

Nós construímos ponte dentro da reserva. E você não sabe a luta que foi para nós construirmos uma ponte, para tirar madeira e construir uma ponte! Nós ficamos num processo de licenciamento e construção que durou quase dois anos, para a gente fazer uma ponte, para dar dignidade e acesso aos moradores da reserva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, nós precisamos aprofundar estas discussões e nós precisamos destravar muitas coisas e mudar a nossa legislação, para que o morador da reserva tenha condições de manter a sua residência dentro da reserva e ter condições de educar bem a sua família.

No mais, muito obrigado.

Sejam todos bem-vindos.

Obrigado pela presença de vocês.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Prefeito Sérgio Lopes.

O seu depoimento confirma tudo o que ouvimos há pouco, embora, para nós, não se constitua uma surpresa este sofrimento que vocês passam em relação ao que eles dizem lá fora, mas é sempre muito bom ouvir e esse é o objetivo.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento de lideranças locais a respeito da ação de Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público na região da Reserva Extrativista Chico Mendes, conforme Requerimento 107, de 2023, da CPI das ONGs.

Saúdo o Eriberto, brilhante Presidente da Câmara de Xapuri. É um prazer tê-lo aqui.

O representante da Câmara de Brasileira, Leonir Furtado. É um prazer muito grande tê-lo aqui.

E o da Câmara de Epitaciolândia, o José Maria.

Querem fazer uso da palavra?

Com a palavra, então, o Leonir Furtado, representante da Câmara de Brasileira.

O SR. LEONIR FURTADO (Para expor.) – Senhores, boa tarde a todos.

Muito feliz por este momento.

Agradeço, em primeiro lugar, ao nosso Deus, que é o dono da vida e que nos oportunizou este momento, para estarmos todos aqui.

Agradeço a presença de cada um dos senhores.

Cumprimento todo o dispositivo, em nome do nosso amigo Senador Marcio Bittar, e, ao mesmo tempo, registro aqui a minha gratidão pela iniciativa de estar abraçando esta causa, reunindo com todos nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já falado aqui, sou Vereador do Município de Brasileia. Sou também produtor rural – está caracterizado, dá para perceber. Não precisava nem falar –, e nós viemos aqui justamente porque somos país, pais de família, homens trabalhadores e sentimos na pele. E nós viemos aqui expor o nosso descontentamento também com tudo aquilo que hoje vem acontecendo com o homem do campo, o produtor rural e o extrativista também.

É a contramão da vida, nós entendemos. É o que nós vemos.

Conversando, em pé de orelha, com o Senador Marcio Bittar, é novidade para mim ele dizer que não tem conhecimento de que é preciso tirar uma licença para fazer uma ponte ou uma escola e uma limpeza de ramal também, coisa fora da lógica. Um ramal que já existe, ser preciso uma autorização, uma licença!

Eu quero dizer uma coisa para os senhores: eu não deixo ninguém colocar ordem na minha casa. Lá, tem um chefe. Quem manda lá sou eu. Tente chegar lá para ver. Lá, quem manda sou eu. Então, nós não aceitamos que alguém venha colocar ordem naquilo que é nosso. O nosso país é de nós, que somos brasileiros.

Se alguém destruiu o seu ecossistema, se alguém destruiu a sua biodiversidade que se conserte para lá. Agora, nós não devemos pagar pelo erro de ninguém.

Essa é a nossa insatisfação.

Creio que os senhores que estão aqui, os majoritários, do alto escalão, lideranças políticas que estão no poder e que podem nos representar, levem as nossas discussões, os nossos descontentamentos, que o homem do campo vem sendo penalizado.

Sabemos que tudo vem lá da matéria-prima. Nós somos uma potência. Os senhores são uma potência. Se nós pararmos, trava tudo, morrem de fome lá e morrem de fome aqui.

Então, merecemos respeito, merecemos dignidade, com as nossas famílias, com as nossas crianças!

E tem uma coisa: todos os senhores que estão aqui, eu sei que sentem na pele aquilo que eu sinto, e nós daremos o último nosso, a nossa última gota de sangue para defender aquilo que é nosso, a nossa honra, o nosso trabalho!

Se a gente for contar as atrocidades que a gente tem visto e vivido...

Qual é a lógica, qual é a sensação de um agente do ICMBio que chega para penalizar um pai de família, que eu chego a dizer que é um abuso de poder, um abuso de autoridade? Qual é a sensação que ele tem de, na frente da esposa, na frente da família, na frente dos filhos, chegar e sentar a mão na orelha de um pai de família trabalhador, derrubar a sua casa, expulsá-lo da sua terra, um trabalhador digno?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sensação que nós sentimos?

Nós estamos em busca de dias melhores. Nós estamos em busca de uma vida melhor.

Mas, senhores, uma verdade eu tenho para dizer para os senhores: nós podemos hoje consultar a filosofia, a psiquiatria, todos os livros acerca do comportamento humano; nós não vamos encontrar uma resposta – os líderes militares, os chefes de governo, os líderes de nações –, uma resposta à altura da necessidade do homem e da mulher; nós não vamos encontrar uma resposta à altura que venha a proporcionar dias melhores para nós.

Nós vivemos a mercê de uma sorte, e o próximo passo parece que é o abismo. Vivemos quase que no desespero, Srs. Senadores. Tenham misericórdia.

Estou falando aqui em nome de uma categoria. Estamos fazendo aqui um clamor: nós já não aguentamos mais! Sabemos que a agricultura, sabemos que a produção, que o agro é que carrega este Brasil nas costas, é que conduz este país nas costas, é a mola que conduz tudo, e nós precisamos – e merecemos – de respeito e dignidade.

Muito obrigado aos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Vereador Leonir Furtado, representante da Câmara de Brasília.

Uma das notícias boas é que, no momento, nós estamos sendo transmitidos direto pela TV Senado. Isso é muito, muito bom!

O Senador Marcio Bittar, nosso Relator e nosso anfitrião.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, bom dia a todos!

Hoje, chegou o dia para a gente ouvir. Muitas coisas a gente já sabe, outras a gente vai aprendendo, mas eu preciso pedir a palavra para, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Plínio Valério e agradecer a ele. Foi esse amazonense, vizinho nosso, que lutou, durante mais de quatro anos, insistentemente, com muita dificuldade, com muita resistência, mas ele passou mais de quatro anos insistindo, e esta CPI foi criada fundamentalmente pela persistência, garra, vontade e determinação desse amazonense, nosso vizinho, Plínio Valério. Se, hoje, o Brasil está tendo a oportunidade, agora através da TV Senado, de ver uma realidade do povo da Amazônia, que não é mostrada lá fora, nós devemos muito disso ao Senador Plínio Valério, e eu quero fazer este registro.

Agradeço ao Jaime, Senador da República, também de um estado vizinho nosso aqui, Rondônia, que é Vice-Presidente da CPI. Hoje, saiu da sua rotina de ida para o seu estado, fez uma cirurgia um dia desses e já está conosco aqui no Acre, mais particularmente, neste momento, em Etipaciolândia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar e agradecer ao Styvenson, que é acriano. Saiu daqui já homem, adulto... Estou brincando que nós estamos com um plano de ocupar o Brasil. Então, nós combinamos aqui com o Styvenson... Ele foi para o Rio Grande do Norte, hoje é Senador da República pelo Rio Grande do Norte. Ele me disse, quando aprovamos o requerimento para vir ao Acre: "É a oportunidade que eu esperava e queria para rever meu estado natal". (*Palmas.*)

Acriano de nascimento, Senador da República pelo Rio Grande do Norte e, hoje, está aqui conosco.

Hoje, quero agradecer ao Prefeito Sérgio – já falei ali na entrevista à televisão – pelo acolhimento. O Sérgio, antontem – está completando 48h –, teve o seu quarto filho, uma menina. Eu perguntei para ele o seguinte: "Você não falou para a esposa que fui eu que chamei você para vir logo para cá, não é?" Porque eu falei para ele assim: "Ó, eu já tenho quatro filhos, 24h depois você já pode sair, rapaz!" E falei: "Você não falou para a esposa que fui eu que disse isso não. Senão, ela está com raiva de mim". Então, muito obrigado, Sérgio, por ter vindo, pela acolhida, pela estrutura. Muito obrigado.

E, hoje, é para ouvi-los.

Eu, Marcio Bittar, venho dizendo há mais de 30 anos, já vai para 40 anos que eu venho dizendo que essa conta não fecha. A única maneira de prosperarmos é utilizar os recursos naturais dados por Deus, o Pai da Criação, e transformarmos esses recursos em potencial em recursos reais. Se nós somos proibidos, não tem como fechar essa conta. E, meus irmãos, a CPI está aprofundando uma convicção que tínhamos: primeiro, é uma ilusão o brasileiro achar que vai atender a Europa, que vai atender os Estados Unidos, que vai atender o Canadá, a Inglaterra e que eles vão pagar por nós. Não vão! Eles têm as demandas deles; eles têm os problemas deles para resolver

Para nós, que olhamos para lá, eles são todos milionários, mas você vai ao país deles e vê que eles têm problemas. Eles vão deixar de resolver e de atender os deles para nos atender? Não vão! E a prova é que há 15, 20 anos, quando eles exigiam... Porque fazem os encontros internacionais, fazem os compromissos, mas sabem quem é para pagar os compromissos, Vereador? O Brasil. Eles fazem os compromissos nos encontros internacionais, mas a conta para pagar é nossa. E, aí, eles dizem assim: "Mas nós vamos recompensá-los". Há mais de 15 anos prometeram, em uma das COPs, encontros internacionais, US\$100 bilhões por ano para fazer a compensação. Quinze anos depois, não deram US\$10 milhões. Então, essa ilusão precisa acabar. Enquanto nós tivermos esse mito, esse filme na cabeça de que nós vamos atender aqui, em nome do mundo rico, e eles vão compensar, nós não vamos sair desse lugar.

Outra convicção é que as ONGs vivem com recursos bilionários. Meus irmãos, as ONGs que estão passando pela CPI, as cinco que já passaram, já passaram de R\$2 bilhões! Elas recebem 25 milhões, 50 milhões, 80 milhões por ano! Então, a vida deles está muito bem, obrigado. Os filhos deles, quando estão doentes, quando precisam ser operados, não é aqui para a Amazônia que eles vêm não! Falam de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ecoturismo, mas todos eles, quando vão passear, não é para a Amazônia que eles vêm não! É para a Europa.

Agora, dos bilhões de reais que encheram os bolsos das ONGs, o que está chegando no Acre, o que está chegando na Amazônia? Nós estamos sendo recompensados? Não! Acabamos de passar pela Reserva Chico Mendes. É essa a vida que o mundo rico quer que a gente leve? Daqui a pouco, começa a chover outra vez. Das famílias e mais famílias que moram lá dentro, vai ter alguém doente, vai ter o menino que vai cair da árvore, vai quebrar a perna, o braço; vai ter alguém que vai precisar vir para o hospital. Vem de que jeito? Do jeito que nós sabemos. Vocês já viram e eu também já vi gente morrer na rede por falta de tempo de chegar.

Nós vivemos numa escravidão. Tudo que se vai fazer na área rural tem que ter autorização, tem que ter um patrão para mandar. Se o ICMBio não der a licença, não pode destocar. Eu confesso que eu não sabia disso. A prefeitura não tem poder para nada – que é o eleito! Quer fazer uma escola, tem que pedir licença; quer arrumar um ramal, tem que pedir licença para o ICMBio. O colono quer arar uma terra para destocar, tem que pedir licença para o ICMBio. Até a quantidade de borracha tem um limite para se tirar, senão paga. Como é que isso pode? Isso é um regime comunista. Você não pode usar sua terra!

Digam-me uma coisa: nós temos fortunas incalculáveis debaixo dos nossos pés e proibem a gente tirar. Quem é que abre mão? Você tem um cartão da Mega-Sena premiado – R\$100 milhões –, é seu o cartão, que são as riquezas do subsolo da Amazônia, aí você abre mão desse prêmio para alguém te prometer R\$50 por mês de Bolsa Floresta? De R\$100 de Bolsa Floresta? Quem é que abre mão de um prêmio de R\$100 milhões pela promessa de uma Bolsa Família de R\$100? Agora a Marina está dizendo que pode chegar a R\$200. Você abre mão de uma fortuna para uma esmola dessa? Isso é uma vergonha!

Eu pergunto a eles que vão na ONG: vocês não têm vergonha? Vocês não se envergonham? Primeiro, de receber dinheiro daqueles que mais poluem. Elas se dizem preocupadas com o meio ambiente, não é isso? Mas a Alemanha polui mais do que o Brasil inteiro e é muitas vezes menor. O Brasil é 40 vezes maior do que a Alemanha, e eles recebem dinheiro deles. A Inglaterra mandou furar mais 100 poços de petróleo, e eles recebem dinheiro deles.

E a gente pergunta na CPI das ONGs: vocês acreditam que a Revolução Industrial, que o petróleo é poluidor? "É". E como é que vocês recebem dinheiro deles? Como é que vocês recebem dinheiro daqueles que mais poluem se vocês se dizem preocupados com o meio ambiente?

Eu vou repetir: a Inglaterra, o Reino Unido é um pouco maior do que Roraima – um pouco maior do que Roraima –, joga mais CO₂ no planeta, que eles dizem que é o vilão, do que o Brasil inteiro, mas recebe dinheiro deles.

Então, meus irmãos, essa conta não fecha – essa conta não fecha – e nós estamos pagando com a nossa pobreza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disse o Plínio agora há pouco, e eu vou pedir autorização para copiar a frase, porque o que ele viu lá dentro, que é o que ele vê no interior do Amazonas, é pobreza beirando a miséria. É assim que nós somos compensados? Sem ramal, sem escola, sem poder ver nossos filhos se formarem, terem um curso, poderem ter um emprego decente? Essa conta não pode continuar.

Qual é o papel da CPI? Eu vou encerrar pra ouvir vocês, todos que estão aqui, as lideranças, quem veio lá de dentro. O papel da CPI, criada pelo Plínio, com o Styvenson, comigo, com o Jaime e com os outros integrantes, é mostrar para o Brasil que falam da Amazônia, mas não conhecem, falam, mas não moram aqui, falam, mas não querem o seu filho aqui.

Eu perguntava um dia desses: quem é que quer ter um filho... Quem é que sonha em ter um filho e dizer assim: eu quero que meu filho, quando crescer, vá ser seringueiro, levante a mão? Quem é que quer levar a sua mãe ou o seu pai de volta para o seringal para viver do extrativismo levante a mão.

Ninguém quer pra si, pra sua família, viver isolado. A pessoa quer viver num lugar que tem asfalto, que tem uma escola, que tem um posto de saúde, que ele desempenhe um trabalho em que ele tenha renda pra viver e sustentar bem os seus filhos, a sua prole. Então, o nosso papel é mostrar isso pro Brasil.

E, ao terminar a CPI, no final deste ano, nós propomos, no relatório aprovado pela Comissão, medidas legislativas que devolvam um pouco do poder que nós perdemos como brasileiros, como amazônidas, sobre as riquezas naturais da nossa região. Esse é o objetivo, é uma luta grande, porque eles estão infiltrados em tudo que vocês possam imaginar: nas universidades, nos jornais, convênios com professores, em todo canto, nos governos, em nosso Governo, o Governo do Acre.

Amanhã vai ser o dia desse debate.

Ele ajudou uma ONG, a SOS Amazônia, com R\$4 milhões. Essa ONG junto com uma outra ONG, lá de Taumaturgo, são as duas que entraram na Justiça pra proibir a continuidade da BR-364, ligando Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, do lado de lá.

Queremos construir uma estrada para libertar Santa Rosa, ligando a 364, e não podemos.

Queremos fazer uma estrada ligando Taumaturgo a Porto Walter, tirando aquele povo do isolamento, e somos proibidos de fazer.

Então, isso não pode continuar e esse é o papel da CPI.

Agradeço a todos vocês e termino por onde comecei. Parabéns, Plínio, eu me sinto honrado de fazer parte da CPI e não posso deixar de falar sempre que, se o Brasil, hoje, está tendo oportunidade de conhecer um pouco mais a vida dos amazônidas, é por conta da iniciativa desse amazonense que passou quase quatro anos e meio pra poder ser criada esta CPI.

Muito obrigado, fiquem com Deus! (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio, obrigado sempre pelo apoio, pelo conhecimento e pela boa vontade em nos trazer aqui.

Mais tarde, o Senador Jaime, o Senador Styvenson e eu vamos falar do que sentimos, do que vimos, do que vamos ouvir agora.

Eu quero dizer a você, brasileiro, a você, brasileira, que nós estamos aqui no Município de Epitaciolândia, Acre, distante de Brasília, de onde viemos, dos gabinetes que viemos, 3.245 quilômetros. Essa é a nossa distância dos nossos gabinetes pra cá onde nós estamos pra ouvir do povo, da população, suas reclamações, suas mazelas, pra isso a CPI está instalada.

Quando eu ouço o Prefeito Sérgio Lopes dizer que espera dois anos pra construir uma pinguela, não é? Não é nem ponte, pra construir uma pinguela, o ICMBio não dá. O ICMBio cria regras, impõe regras pra vocês executarem, mas não aprova quando vocês vão lá. Tenho muita coisa a dizer sobre essa hipocrisia. Pra mim, são hipócritas – hipócritas –, façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço.

Enquanto a gente está aqui lutando e vocês aí subjugados, humilhados, isolados, eles estão em Nova York, Paris, Madri, fazendo palestras, ganhando pra fazer palestras.

Mas vamos ouvir... Hoje nós vamos...

Cadê o nome das pessoas... Aqui.

O Sr. Romário Moraes Campelo. Ele está aí? Sr. Romário? Pode vir aqui por favor, Romário.

Presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasília e Epitaciolândia (Amoprebe).

O Romário vai nos falar, nos dizer o que quiser. *(Palmas.)*

O Romário...

Nós não vamos colocar palavras na boca do Romário, nós não combinamos nada. Nós queremos que ele diga o que ele sente, o que ele acha. Se ele tiver que elogiar a reserva, se ele tiver que elogiar os dirigentes do ICMBio, esse povo prepotente, fiscais prepotentes, porque o exemplo vem de cima...

O ICMBio manda, manda na Amazônia, e a gente precisa fazer alguma coisa em cima do ICMBio, que vai... Na outra semana, nós vamos levar um representante do ICMBio lá em Brasília pra exatamente desdizer... porque convencer, não vai nos convencer, vai contrapor o que nós vamos ouvir aqui. Convencer jamais, porque eu sei o que o ICMBio fez no verão passado, não foi coisa boa não.

Com a palavra, Romário Moraes Campelo, Presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasília e Epitaciolândia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Romário. Você pode dizer o que quiser, irmão, desde elogio à crítica, você... Nós estamos aqui para colher o seu depoimento, para saber – a pergunta é simples – se vocês estão satisfeitos morando hoje na reserva, se vocês estão satisfeitos com a direção, o direcionamento do ICMBio. Fique à vontade, irmão.

O SR. ROMÁRIO MORAES CAMPELO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queremos agradecer a Deus esta oportunidade em nome de toda essa bancada de lideranças que aqui estão. Em nome do nosso Prefeito Sérgio Lopes e do Senador Marcio Bittar a gente contempla esta mesa, já agradecendo aos nossos Senadores pela disposição, pela disponibilidade com que foi tomada para encarar esse desafio tão árduo – não é, Prefeito? –, porque não é fácil o que a gente tem vivido aqui na nossa região.

Mas eu não poderia deixar de agradecer os nossos extrativistas que estão ali presentes, que vieram participar desta audiência pública que muito nos interessa. Então, em nome do nosso companheiro Edimar, que eu acredito que é quem está o mais distante daqui, no km 59... (*Palmas.*)

... a mais de 100km de ramais, o Edimar está ali, e a gente fica contente por isso.

Enfim, gente, vamos lá ao que muito nos interessa.

Ultimamente, nós temos vivido situações... Primeiro, eu quero deixar claro aqui a todas as autoridades presentes, aos nossos moradores que eu sou filho de extrativista, nascido e criado dentro da Resex Chico Mendes. Na verdade, eu nasci muito antes de a reserva existir; eu nasci em 1988, e a reserva foi criada em 1990. Então, assim, durante todo esse percurso, a partir do momento em que a gente passou a entender realmente o que é viver e o que é viver dignamente, podemos considerar hoje que nós estamos vivendo em uma situação de escravidão – situação de escravidão!

Hoje, eu tenho a oportunidade, Senador Marcio Bittar, de ter vindo lá da reserva e hoje ser representante de mais de 3 mil famílias que estão distribuídas dentro de toda essa reserva. Mas, para não ser tão repetitivo, enquanto os senhores já falaram aqui de alguns assuntos de que a gente já tratou, nós estamos subordinados a fatores que nos limitam e tiram nossos direitos, Senador, tiram o nosso direito como cidadão de bem. E aqui, como vocês falaram, nós nos sentimos muitas vezes em uma situação sem saber por onde ou a quem recorrer, quando nós recebemos dentro da Resex uma operação do ICMBio, acompanhado da Força Nacional e da Polícia Federal, que colocou um pai de família que está lá dentro da Chico Mendes, muito antes da criação da reserva, sob a mira de um fuzil R-47. Isso nos preocupa e tem nos tirado o sossego. (*Palmas.*)

E aqui, neste discurso, eu quero pedir aos Srs. Senadores que aqui estão... E eu quero dizer, para todos os extrativistas, que hoje nós estamos tendo uma oportunidade histórica de receber o Senado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal no Município de Epitaciolândia para ouvir os extrativistas e seringueiros. Eu quero parabenizar esta equipe que aqui está. (*Palmas.*)

Então, nós estamos aqui hoje diante de uma oportunidade e pedindo aos senhores que usem a tribuna do Senado Federal em favor deste povo, em favor desta categoria de pessoas.

Hoje, Senador, nós estamos incondicionalizados pela questão de ramal. Este ano nós não tivemos – o Prefeito Sérgio Lopes está aqui presente –, nós não tivemos uma autorização expedida pelo ICMBio – o Vereador Leonir também sabe disso –, pelo Ibama para que nos desse o direito de manutenção de ramal. Manutenção de ramal, entendeu? Nós protocolamos 17 pedidos de ramais no ICMBio, no Ibama, no mês de junho. Até hoje sequer não tivemos uma resposta.

Mas quero dizer a esta categoria que aqui está: nós vamos ficar no isolamento? Nós não vamos ficar no isolamento, porque aqui nós estamos vendo um grupo de pessoas que está abraçando a nossa causa. Amanhã ou depois nós vamos ter uma resposta disso.

Sem falar da situação – quando der o tempo vocês falam, tá? –, sem falar da situação que nós vivemos hoje de energia elétrica, uma das maiores dificuldades, Senador Marcio Bittar e Senadores que estão aqui... Hoje, 20% da reserva tem acesso à energia elétrica; os outros 80% podemos dizer que estão incondicionalizados, por uma questão de acesso, por uma questão de licença e licenciamento ambiental e por uma outra questão mais grave ainda, meu amigo Dejanio, que é a situação que nós estamos vivendo continuamente dentro da Chico Mendes.

É uma situação que nós não conseguimos atualizar, Senador Marcio Bittar, no cadastro da reserva, porque o último levantamento do banco de dados, que foi feito pelo ICMBio, foi no ano de 2009. Nós temos pessoas que já venderam suas colocações. Nós temos pessoas que já vieram a óbito e que continuam, permanecem lá no sistema do ICMBio como existentes, moradores da reserva. Nós temos pessoas que nasceram dentro da reserva, que hoje já são maiores de idade – aí está a prova desse público que está aí – e que não conseguem ingressar dentro do sistema desse cadastro da reserva. E com isso perdem energia; com isso perdem o salário-maternidade; com isso perdem o direito de acessar as políticas públicas, que são muito poucas que existem, para dentro das reservas; perdem o direito de aposentadoria por idade, Senador Marcio Bittar. Nós temos pessoas dentro da reserva que não conseguem comprovar a existência justamente por essa deficiência desse órgão que nós temos vivido e temos contemplado no nosso dia a dia.

Então, aqui a palavra hoje é "providência". Nós pedimos providência. Nós não pedimos o fim da Reserva Chico Mendes – que isso fique bem claro! –, porque tem um grupo de adversários lá fora que amanhã estará dizendo: "Que o Presidente assuma!" e que "O Presidente Romário junto com o Senador Marcio Bittar querem desativar e desmembrar uma parte da reserva". Nós estamos pedindo aqui a libertação dessa escravidão que nós estamos vivendo dentro da Chico Mendes! (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Valeu, minha gente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Romário, irmão, muito obrigado pelo seu depoimento. Saiba que a sua indignação é a nossa também. Somos Senadores da República, somos homens privilegiados hoje, mas todos oriundos lá da base. Particularmente, eu sou do Rio Juruá, sou de Eirunepé, mais perto do Rio Grande do Sul do que de Rio Branco, mas muito ligado ao Acre também.

Senador Jaime e Senador Styvenson, querem usar a palavra agora, depois? Vocês que sabem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está bom. Então, Senador Styvenson com a palavra, e o Senador Jaime.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá, mas o Styvenson quer falar. Eu não posso... Até porque é arriscado impedir o Styvenson de alguma coisa. *(Risos.)*

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, meu Presidente.

Graças ao senhor e a Deus e à sua luta que nós estamos aqui hoje. Faz parte do nosso papel, do Senado Federal, estarmos aqui justamente do lado de vocês.

Sou deste estado, nasci aqui, mas represento o Rio Grande do Norte. Vim de longe, porque detesto injustiça.

Então, Plínio, Jaime, Marcio, Vereadores, Prefeitos, cidadão, senhoras e senhores, uma coisa é a gente estar lá, Marcio, em Brasília, no ar-condicionado, de terno e gravata, sentado, ouvindo o representante de uma ONG relatar que faz projetos, que coloca cursos profissionalizantes, que ajuda a população, a preservação, a conservação. Lá a gente ouve.

No método para se chegar à verdade, o primeiro passo é ouvir. É um método de se chegar à verdade: quando você quer buscar a verdade, você ouve as partes, os envolvidos. Nós ouvimos lá em Brasília e vamos ouvir os senhores e as senhoras hoje. Mas melhor do que ouvir para se chegar a uma verdade é ver. E hoje eu pude ver. *(Palmas.)*

E hoje eu pude ver que a preservação, a conservação, a política de algumas pessoas sobre um solado de um tênis ou uma bolsa, ou sobre o tipo de borracha ou de comida, por essa proteção comercial a que o Brasil é submetido – produto verde, tudo isso –, todo esse argumento tem um custo. E o custo é a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobreza da população que aqui vive em detrimento da riqueza de quem domina essas organizações. Então, é desproporcional, é injusto.

Talvez não precise mais ouvir tanto, pelo que a gente já viu. E não precisa andar muito, não. Não precisa andar muito. Vocês têm posse de um livrinho ao qual vocês dizem "deveres e obrigações", no qual praticamente tudo depende da autorização de um órgão que não é governamental.

E o que é mais esquisito nisso tudo, Senador Plínio, nosso Presidente, é que essas organizações fornecem esses estudos, essas pesquisas, essas elaborações – que eu não sei, Deus sabe!, como são feitas – e passam para os poderes públicos, Ministério Público... E é mais humilhante ainda porque parece que o nosso Prefeito, o nosso Governo, o nosso estado não têm competência de gerir o próprio bem. Nem você, cidadão, porque, para você tirar um pedaço de palmito, tem que ter autorização; para você fazer um buraco para criar peixe, tem que ter autorização; para você poder produzir... E a autorização não vem do Prefeito, não. E, pasmem, é um catatau de autorização, viu, gente? Para você se regulamentar, para você andar dentro da legalidade, conforme as regras, pelo menos pelo que eu li, pelo pouco que eu vi ali – porque vocês têm muito mais experiência do que eu –, é quase impossível: você tem que se deslocar em ramais em que talvez não tenha nem acesso para veículos, como a gente passou agora e viu. O culpado é o Prefeito? Não. Mas vocês votam no Prefeito. Não tem hospital, saneamento básico... Gente, é impossível se viver longe da internet hoje. Vocês não têm isso. E, quando a gente conversa, vai aprofundando com as pessoas que moram, que vivem, bem antes, como foi dito aqui, dentro de uma reserva, antes de ser reserva, mas dentro daquela região, daquele local, quando você conversa, vê que a participação dessas organizações é mínima. Mas lá em Brasília dizem: "Eu dei lá a instrução. Eu fui lá, dei um curso. Formamos quantas mil pessoas? Milhares". Formaram em quê? Que curso foi esse? Que desenvolvimento é esse? Então, agora, casou. É uma acareação. É uma acareação. Você ouve o que querem dizer. É uma narrativa, são palavras, são números apresentados que não batem com a realidade, que não coincidem com a vida real de vocês.

Então, pra quem achava que ia ficar sozinho, eu sei, hoje é uma quinta-feira, e tem um Senador de Rondônia, tem um Senador do Amazonas, tem um Senador do Acre, tem um Senador híbrido aqui, Acre e Rio Grande do Norte. E é o nosso trabalho, é a nossa obrigação, é o nosso dever proteger o lado certo e estar do lado certo. Por isso que viemos aqui buscar a verdade.

Se fizessem mesmo, se promovessem, você não estaria reclamando da energia, o acesso por que eu passei não seria difícil: o que são 5km se tornam 50km. Eu vi, Prefeito, Exmo. Prefeito, crianças saírem 9h da manhã pra pegar o ônibus pra ter aula meio-dia. Será que você não tem direito à educação? Ao básico? Ao desenvolvimento? Será que pra você ser um ser humano, ser cidadão, precisa se submeter a tudo aquilo que eu li, que é uma autorização pra você fazer o que o povo brasileiro faz de melhor, que é trabalhar? Você não pode produzir, você não pode plantar, você não pode nada. Você praticamente só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vive pra comer. É uma preservação, é uma conservação muito cara, porque não se fala na preservação do ser humano, quer dizer que você não interessa.

Bom, agora só pra encerrar, Senador Marcio Bittar, pra mim é uma felicidade estar no meu estado outra vez. Pra mim é uma felicidade estar aqui. *(Palmas.)*

Eu testemunhei também o quanto cresceu, o quanto mudou, o quanto melhorou. Quando eu saí daqui com 14 anos, em 1992, pra estudar em Natal, Rio Grande do Norte, aqui era outra... Eu tinha outra visão. E a memória foi totalmente refeita quando eu vi que está desenvolvendo, está crescendo. Pode mais? Consegue fazer mais? Consegue. Mas eu acho que o melhor desenvolvimento não é só por parte também dos políticos, mas é essa liberdade de crescimento que vocês devem ter. E é o que a gente não consegue enxergar dentro da terra que é sua, é um direito, inibem você disso.

Então, Plínio, espero que a gente hoje chegue à verdade. Como o senhor disse, vamos ter de novo os representantes, mas agora vai ser com novas perguntas. Agora não adianta vir com aqueles números, não adianta vir com aquela conversa, com aquela argumentação que a gente já sabe, já conhece. Agora vem com a realidade, ou seja: tantos milhões que foram aplicados, tantos estudos que foram feitos, tudo que foi dito desenvolveu vocês? A pergunta é bem simples, para todos pensarem: desenvolve? São um trampolim para desenvolvimento as ONGs ou são a corrente com a âncora do atraso? Vocês têm que pensar nisso. É isso que a gente quer saber.

Ninguém quer saber aqui... ninguém quer acabar com as ONGs, ninguém quer tirar reserva de ninguém. Agora, é impossível imaginar que uma terra federal, que é do povo brasileiro, tenha um administrador que deixe você limitado a tudo, sem nenhum tipo de direito. Tem até direito, não é? Direito de se reportar em tudo a eles; direito de pedir tudo às ONGs; direito de você... Quer criar um porco? Peça autorização. É impossível isso, gente; é humilhante. Então, vamos buscar a verdade. É para isso que nós estamos aqui hoje.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês, senhores e senhoras, podem não ter notado, no discurso do Styvenson, que ele deu uma guinada, mudou rapidamente de assunto. É porque ele estava se emocionando, indignado. É isto que nos une aqui: essa indignação – esses quatro Senadores aqui e mais os outros que compõem esta Comissão. É a indignação por ver esse bando de hipócritas, em nome do bem, praticando o mal o tempo todo. Isolam vocês, deixam vocês na pobreza, que beira à miséria. Porque o bem se alimenta do mal, e o mal é: "pobrezinho, coitado, precisa de ajuda". Vocês não estão sós, não. A gente veio dar este recado aqui: vocês não estão sós. *(Palmas.)*

Chamo agora, como convidado, para conversar com a gente, o Sr. José Maria Pimentel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – O Açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Açúcar? É conhecido como Açúcar, mas eu espero que não trate essa gente com doçura.

José Maria Pimentel é Presidente da Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Epitaciolândia (Amoprelândia).

Com a palavra, José Maria Pimentel, livre para dizer o que quiser, inclusive elogiar, se for possível.

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus pelo momento e oportunidade. E aqui quero cumprimentar o dispositivo na pessoa do Prefeito, Senador Marcio Bittar; todos se sintam cumprimentados. E todas as mulheres aqui eu quero cumprimentar em nome da minha prima Blandina. (*Palmas.*)

Gente, nós estamos aqui... Para mim, isso aqui é um momento muito importante na minha vida, na minha história do movimento.

Eu sou filho de Francisco Gomes Maia, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileira, foi um dos fundadores da Reserva Extrativista Chico Mendes, com o objetivo de que, dentro da reserva, nós tivéssemos (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

... condições de viver dignamente.

Nós ainda sonhamos, Senadores, com esse momento, porque – sempre eu costumo dizer –, se hoje nós que vivemos na reserva formos depender dos produtos extrativistas para que nós possamos botar um filho nosso da faculdade... Não temos esse direito, porque o produto extrativista não nos dá essa oportunidade, porque ele não é valorizado como deveria ser. (*Palmas.*)

Você sabe quanto custa, Senador, o preço de um quilo de borracha? O preço comercial do quilo de borracha é R\$3 – R\$3. Isso significa que dá, numa diária, uma média de R\$25 a R\$30. A castanha, que se diz "a menina dos olhos" dos europeus... Tem época que nós temos castanha aqui que chega a R\$10 – e ninguém quer – a lata de 18kg.

Nós temos, dentro da Reserva Chico Mendes, e perdemos mais de 1 milhão de latas de açaí por ano, mas não temos nenhuma política pública, nenhuma indústria que venham trazer, montar aqui para que nós possamos trabalhar e vender o nosso açaí como nós devemos. O que chega para nós é repressão: "Vocês têm que fazer 'isso', 'aquilo' e 'aquilo outro', porque senão vão ser expulsos da reserva". (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me sinto no direito de dizer: eu sou filho da Reserva Extrativista Chico Mendes, mas eu quero viver como os filhos dos senhores que vivem nos gabinetes do ICMBio, entre outros, que têm seus salários bons. (*Palmas.*)

Então, eu quero que tragam e nos amostrem – nos amostrem – um meio para que nós possamos viver dignamente aqui. Aqui nós não somos a favor de que venham fazer desmatamento exorbitante, não! Nós queremos é viver dignamente. Queremos e precisamos – e precisamos.

Quando se fala das políticas públicas na área da saúde, dentro da reserva – estou falando aqui de Etipaciolândia –, a Prefeitura de Etipaciolândia está dando um *show*; é número um no Estado do Acre na saúde. (*Palmas.*)

Nós temos atendimento – em dois lugares dentro da reserva – de qualidade, pelo apoio da Prefeitura de Etipaciolândia. Nós temos atendimento de qualidade, mas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – ... mas o ICMBio não tem nenhuma política pública para a reserva. Não temos nenhuma política pública para a reserva nas questões da saúde; não temos.

Hoje temos dados, dentro da reserva, onde tem a maior epidemia de *H. pylori* – dentro da reserva. Então, nós estamos simplesmente abandonados, estamos isolados.

Hoje, nós, voltando para a agricultura familiar, não temos um apoio. A reserva extrativista tem 970 mil hectares e frações. Se perguntarmos: tem quantos técnicos para dar apoio para essas famílias? Afirmo e garanto para vocês: a reserva não tem um técnico à disposição de nenhuma associação concessionária para dar o apoio necessário para essas famílias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – Não temos um técnico em nenhuma associação concessionária para dar o apoio para essas famílias – não temos.

Nós queremos e precisamos da ajuda de vocês.

Tenho certeza, não tenho dúvida de que nós vamos ser – viu, Romário? – muito pisoteados, massacrados por alguns órgãos aí, mas nós temos que falar a verdade, nós temos que dizer o que sentimos, porque só quem sabe é quem passa as necessidades. (*Palmas.*)

Senador, se a energia passar em frente à casa de um produtor e ele não estiver no banco de dados, ele não pode acessar a energia – não pode. Vemos que a energia é para todos, mas, se você estiver dentro da reserva e não estiver no banco de dados, você não tem esse direito, que eu acredito que é amparado por lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, se eu quiser plantar um milho dentro da reserva, eu vou depender diretamente de uma licença do ICMBio para gradear minha terra, mas essa licença não chega – essa licença não chega.

Nós precisamos, sim, urgente, que aconteça algo de concreto dentro da reserva de positivo na agricultura familiar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – Não, paga não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – O banco de dados foi feito em 2009...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – O banco de dados foi feito em 2009. Em 2019, eles fizeram um censo dentro da reserva – esse censo junto com o perfil dos moradores –, só que até hoje estão em análise, estão em análise, em análise... Então, tem muita gente que está fora do banco de dados.

Um senhor hoje que estava no banco de dados... Muitas pessoas estão sumindo do banco de dados. Nós temos exemplos de cidadão que está há 30 anos no lugar, venceu a DAP dele e, como ele não está mais no banco de dados, ele não pode renovar sua DAP. Então, quem não tem a DAP não vai acessar o subsídio, as subvenções que são de direito.

Então, nós temos todas essas situações que nós temos que rever. Tudo começa, Senador, na atualização desses bancos de dados – tudo começa aí. A partir do momento em que se atualizar o banco de dados, nós temos o alibi de estar buscando e tentar resolver as outras situações.

Era isso.

Muito obrigado e estou aqui à disposição para alguma pergunta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, irmão, pelo depoimento. E obrigado, acima de tudo, pela coragem no cumprimento do dever de dizer o que incomoda, de falar em nome das pessoas que você tão bem representa.

Com a palavra, o Senador Jaime Bagattoli, nosso amigo, nosso representante, Vice-Presidente desta Comissão e Senador por Rondônia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado a todos.

É com muita satisfação que nós estamos aqui com o nosso Presidente Plínio Valério; o Marcio Bittar, Relator; o Styvenson.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para vocês...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Melhor esse aí, que é da TV Senado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em nome aqui também do Prefeito Sérgio, eu quero cumprimentar todo o povo aqui de Epiaciolândia, o povo de Brasileira, Xapuri, e de outros municípios do Acre que estão aqui neste momento – e em nome do Vereador, aqui, o José Maria, de Epiaciolândia; do Eriberto, de Xapuri; e do Leonir, Vereador aqui de Brasileira.

Eu quero dizer para vocês a suma importância desta CPI e dos Senadores que estão à frente disso, e de nós chegarmos com mais clareza ao que está acontecendo no Brasil e principalmente na Amazônia, nessa questão das ONGs, para que eles expliquem onde colocaram, onde estão colocando e quais são os resultados que estão fazendo com o dinheiro público, o dinheiro liberado pelos governantes para essas ONGs.

Quero dizer para vocês que passamos agora dentro da reserva... Primeiramente, eu quero dizer para vocês que o Senador Jaime Bagattoli não é um Senador de ar-condicionado. Eu vim para Rondônia, Rondônia não é diferente do Acre, como não é diferente do Amazonas. Todos os estados da Região Norte têm problemas, são muito idênticos, principalmente com essa situação das ONGs. A única diferença do Estado de Rondônia para o Estado do Acre é que no Estado de Rondônia houve um teste para uma reforma agrária, que deu certo, lá no Governo militar, começando na década de 70 e terminando mais ou menos em 1985, 86. Dali para cá – a mesma coisa acontece em todos os estados da Amazônia –, Rondônia sofre com problema de regularização fundiária, de questão ambiental; não muda nada em todos os estados. E onde existiu realmente regularização fundiária foram nos últimos 12 anos do Governo militar, lá no Estado de Rondônia.

Quero dizer para vocês aqui o seguinte: conheço a Amazônia, estou há 50 anos no Estado de Rondônia, sou neto de madeireiro, conheço o que é mata. Eu entro dentro de uma mata dessa e sei o que é mata; nós tiramos madeira por muitos anos. Então, vocês estão de frente com uma pessoa que realmente tem conhecimento. E me deixou muito triste a hora que nós viemos agora e cruzamos dentro da Reserva Chico Mendes.

Quando eu vejo aqui... Cadê o Romário? (*Pausa.*)

Quando eu vejo o Romário dar um depoimento sobre o ICMBio, eu imagino, Marcio Bittar, que, se o ICMBio fosse uma empresa realmente da iniciativa privada e ele fosse fiscalizado pelo Ministério Público e, principalmente, pelo Ministério do Trabalho, eles sairiam algemados dali. (*Palmas.*)

Eles sairiam algemados, porque a condição de vida que essas pessoas têm, Romário... Você está hipercerto. Eu imagino que nós só andamos quando você falou... O Romário não. Quem falou aqui foi o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Açúcar, que nada de açúcar tem ali. Na reserva, só o apelido dele que é açúcar, mas de açúcar não tem nada pros moradores da reserva.

Eu quero dizer pra vocês: a condição de vida que essas pessoas têm é coisa inexplicável. Inexplicável. Agora, você imagina o que é... São quase 1 milhão de hectares. São quase 1 milhão de hectares. Um milhão de hectares são 100km por mil, praticamente. Então, eu quero dizer pra vocês a grande dificuldade que essas pessoas têm, e não são vistas pelo setor público.

E ali não tem só o ICMBio, que o nosso Presidente, nós gravamos um vídeo lá na placa... Ali tem a WWF também, que está junto...

E, assim, a gente vê que esta Comissão nossa, desta CPI das ONGs, ela não deveria estar acontecendo hoje. Está acontecendo porque o nosso Senador Plínio Valério vem lutando há praticamente quatro anos para que isso acontecesse.

Isso aqui era pra ter acontecido, Marcio, no mínimo há uns 10 ou 12 anos, mas diz a história que nunca é tarde. Então, temos que... Ainda estamos em tempo de resolver, ainda estamos em tempo... (Palmas.)

... ainda temos um tempo pra ajudar essas pessoas que tanto estão sofrendo.

E, quando, assim, a gente se fala, pelo Brasil afora... Fala-se tanto em sem-terra... Tanto que se fala em sem-terra, com problemas de invasão de terra, em muitas propriedades rurais, pelo Brasil afora. E, aí, a gente vê que esse instituto do ICMBio poderia dar uma condição ótima pra essas pessoas, pra essas pessoas terem uma vida digna dentro duma reserva dessa, e eles têm que viver praticamente num sistema de escravidão. E isso, nós precisamos...

Esta CPI, Senador Plínio Valério, Senador Marcio Bittar, nós precisamos, nós temos a obrigação e o compromisso de mostrar pra sociedade, mostrar para o Brasil que isso nós temos condição de mudar. E a luta é grande, não é fácil, existem muitas entidades que são contra, e, quando se fala em pregar sobre uma preservação, a gente sabe, quem é produtor rural...

Eu sou produtor rural. Eu sei a suma importância que nós temos na preservação das propriedades.

O Brasil é o único país do mundo em que um produtor rural preserva praticamente mais de 50% da sua propriedade em reserva legal. Isso acontece conosco aqui na Amazônia.

Mas quero dizer pra vocês que nós, Senadores, vamos lutar.

Márcio... Quero dizer para você, José Maria, que nós não vamos desistir e nós precisamos encontrar uma solução pra esse povo tão sofrido, que está sofrendo devido a essas ONGs, devido à ICMBio, devido à WWF e a tantas entidades que prejudicaram o nosso povo, o nosso produtor, o nosso povo tão sofrido da Amazônia, que eles querem realmente jogar todo mundo para o Bolsa Família.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaime, Vice-Presidente desta Comissão.

Sr. Gilberto da Silva Nobre, o José, é coordenador dos polos industriais de Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri.

Com a palavra, então.

O SR. GILBERTO DA SILVA NOBRE (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde à bancada, aos Senadores que estão fazendo a visita aqui ao nosso Município de Epitaciolândia, e quero dirigir a palavra ao meu amigo Marcio Bittar, que ele... Uns dias atrás, eu liguei pra ele 2h da manhã, quando os marceneiros foram presos, pais de família, trabalhadores, foram presos pela PF e passaram por essa situação.

Nós estamos aqui, Marcio... A gente faz parte da coordenação de polo industrial de Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri. Nós não temos matéria-prima pra trabalhar. Nós, marceneiros, estamos passando necessidade, porque não tem madeira mais.

Dr. Sérgio é sabedor. Alguns iam buscar madeira na Bolívia, que a madeira era legalizada, da Bolívia passava pra cá. Agora, não. A Receita cortou de uma vez, e não passa nada, e a perda é 100%. Perda de transporte e perda da madeira que se traz da Bolívia pra cá. Então, os marceneiros na verdade não têm de onde tirar matéria-prima. São 34 empresas falidas, pode-se dizer... Se quiserem fazer a visita, o polo industrial está aí. Nós não temos nada pra trabalhar. Trabalha – vamos assim dizer – todo mundo com medo. A única coisa ainda, pra dizer... Em Brasileia, se hoje forem presos, eles não são mais réus primários; eles vão direto pro presídio, os pais de família, trabalhadores hoje, que estão com o CPF passado, vamos assim dizer, pela Polícia Federal; estão passando por essa situação. A gente, quando chega pra visitar um polo industrial desse, o povo chora. Chora!

O Senador estava dizendo que conhece de madeira e foi filho de madeireiro. A situação nossa é crítica! Nós temos matéria-prima, mas não temos condições de trabalhar. E estamos com medo, todo mundo com medo, no polo industrial, que pode ser invadido a qualquer momento, e passar pela situação dos pais de família serem presos. São 34 empresários que podem ser presos a qualquer momento.

E aí, devido a essa situação, vim pedir socorro, porque não adianta ter uma licença ambiental pra trabalhar sem matéria-prima. A gente não tem matéria-prima pra trabalhar. Então, somando aí, entre empresários, vamos botar aí 150 famílias, 200 famílias que estão passando por essa dificuldade, que não têm condições de trabalhar.

Liguei pro amigo Marcio, de madrugada: "Marcio, pelo amor de Deus, os caras vão presos. O que que a gente pode fazer pra tentar resolver a situação?". Mas hoje, Marcio, está todo mundo com o nome





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sujo. Esse camarada não pode tirar mais nada – não pode tirar um empréstimo, não pode tirar mais nada. Estão passando por essa dificuldade. São pais de famílias.

Eu escutei alguns relatos aqui dos amigos da reserva, de conhecedores da reserva, e um amigo meu disse: "Gilberto, eu fui sujeito – eu fui sujeito! – a vender uma madeira de dentro da reserva, por causa de que eu não tenho condições. Meus filhos me diziam: 'Pai, o senhor não vende nenhum pedaço de madeira dessa daqui, mas o filho do vizinho já comprou uma moto pra ele andar. E eu estou vindo, chegando aqui duas horas atrasado, a pé. Eu não vou ficar aqui na colônia mais o senhor. Eu sou pai de cinco filhos'. O cara disse: 'Eu sou pai de cinco filhos. Meus filhos estavam indo embora da reserva, e eu com vontade. Meus filhos me ajudavam. Mas aí fui sujeito a vender madeira e estaca para poder comprar uma moto para os meus filhos. Ainda mais aguentar ainda, quando vai você pedir uma ajuda para puxar qualquer coisa, o vizinho dizer que você podia comprar um boi de carroça, porque você tem madeira aí; e não vende porque não quer".

Então, se o próprio cidadão tivesse um salário para ele poder se manter na reserva, com certeza ele não precisaria passar por isso. Como é que eles vão segurar, vamos assim dizer, tomar de conta de uma terra que não é deles? A reserva não é deles, a terra não é deles. Como é que um povo desse vai se manter sem ter nada? Pai de família, passando dificuldade... Na placa do ICMBio tem lá que, se você entrar numa reserva sem autorização, você pode ser expulso de dentro. Quer dizer, é uma terra particular. Mas como o cidadão vai se manter numa terra se não tem condição de se manter? É a diferença desse povo aqui. (*Palmas.*)

Nós, do polo industrial, estamos passando por essa situação, e dentro de uma área de terra em que temos matéria-prima, mas não podemos usar. Não dão licença... A gente tem a licença ambiental, mas não tem a matéria-prima. Não adianta a gente ter a licença ambiental sem a matéria-prima. Nós não temos com quem comprar. E o amigo é sabedor disto: você vai para Sena Madureira, lá tem várias e várias serrarias, mas aqui no Acre não fica nada; é exportação e importação, vai embora.

E aí nós não sabemos com quem estamos mexendo, Marcio. Não sei se hoje ou amanhã o polo industrial de Brasileia e Eitaciolândia e todos, em geral, do Acre... Os donos de marcenaria e os empresários vão ser presos, entendeu?

E nós queremos tão pouco: trabalhar com dignidade, ter respeito pela floresta – porque a gente tem o respeito pela floresta. O insumo, todo material que nós pegamos vai para Dom Porquito, para criação de frango, de porco, tudo isso, para não se perder nada do insumo da madeira. Nós queremos trabalhar com coisa de qualidade, mas não temos respeito pelo que está acontecendo no nosso Brasil. Então, é preciso dar valor às pessoas que trabalham e lutam por esse Acre, por este Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa a dificuldade. Eu queria pedir para os Senadores olharem para o pessoal do polo industrial, para as indústrias que saíram da ilegalidade, estão na legalidade, mas não têm matéria-prima pra trabalhar.

Era isso que eu queria pedir pra vocês.

E muito obrigado por terem vindo ao Acre. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado ao Gilberto da Silva Nobre.

A gente vai abrir a palavra para quem quiser falar. Eu só pediria... A gente não está aqui para tolher o direito de falar de ninguém. Eu só queria que pudessem resumir, porque, quanto mais resumido, mais gente nós vamos poder ouvir. Combinado assim?

Sra. Rosângela Sibi de Oliveira, que é moradora da reserva... Ela está aí? Ela pediu para falar... (*Pausa.*)

Rosângela, eu não queria cercar em nada, está bom? Só peço, que é pra gente poder chamar mais pessoas.

A SRA. ROSÂNGELA SIBI DE OLIVEIRA (Para expor.) – Primeiramente, boa tarde.

Deu um errozinho ali. Meu nome é Rosângela Sibi de Oliveira.

Eu sou moradora da reserva, eu moro no sentido BR-317, 50km de BR, mais 80 de ramal, mais uns 15 que não são abertos. Então, eu não vou prolongar não. Vou falar só a realidade mesmo que a gente vive.

A gente queria, pelo menos, ter a dignidade de ser comparado nem que seja com os direitos que o indígena tem, que é educação, saúde... Porque eu já morei um tempo entre Tauari, Liberdade e Cruzeiro do Sul. Eu vejo a realidade dos indígenas que moram lá: têm direito à internet. O lugar que não é aberto pra ramal, lá tem um helicóptero disponível pra levar uma criança doente.

Mês passado, onde nós moramos lá, morreu um amigo nosso, um pau caiu na cabeça. Infelizmente ele faleceu, porque ninguém conseguiu retirá-lo do local, porque o trouxeram na rede e ele morreu no meio do caminho. Eu fico indignada.

Eu tenho um filho de oito anos com deficiência, e muitos lá também passam por essa situação, pessoas doentes.

Eu não queria nada além de um direito de o meu filho saber ler, escrever e ter um local onde morar. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa realidade, onde nós moramos, as pessoas de fora não sabem, mas o que dá o direito, se a gente for por lei... Onde nós temos que morar é numa casa de palha feita de água do rio, porque a minha casa, pra ser feita...

Meus filhos têm problema de saúde, e eu também tenho problema de alergia, eles têm asma... Não tem como eu levar uma placa solar pra fazer uma nebulização no filho doente.

Eu estou com dois anos, vai fazer agora, de castigo aqui. Graças ao meu bom Deus que eu tenho conhecidos e alguém que tem casa pra eu ficar, mas não tenho, porque eu tive que me afastar desde que eu estava grávida de três meses, porque eu tenho problema de saúde, passei por cirurgia, deu problema, e eu não posso voltar pra minha casa, porque não é aberto, porque pode abrir minha barriga novamente.

É difícil você olhar pro seu filho, e ele dizer: "Mãe, eu queria ir pra escola, eu queria ter uma vaca pra tomar leite". Esse é o direito que vocês das ONGs, ICMBio, Ibama, não nos dão, esse direito de nós... (*Palmas.*) ... nos legalizarmos, de criar uma vaca pra dar um leite pro filho tomar.

Eu crio um porco lá, passo, a bem dizer, fome, por causa do limite que eles dão de licença.

Nós não trabalhamos com licença porque nós não constamos no sistema. Vão enrolando, enrolando... Eu estou há quatro anos lutando com a licença de abertura de ramal pro meu filho ter acesso à escola, porque a escola mais próxima que tem é uma base de uns 20km, que são abertos, porque, sem contar com a minha casa, não é aberto.

Se vocês veem no meu rosto, perto do olho, quase fico cega com as tabocas. Feliz daquele que tem uma moto pra andar, porque nem todos têm.

Aí, você vai a um órgão... A Amoprebe mandou toda a documentação pra gente ir ao ICMBio. Quando chega lá, eles nos mandam lá pro Ibama. Quando chego ao Ibama, eles mandam outro papel pra mim, que eu tenho que procurar a associação pra levar um ambientalista pra avaliar o impacto que vai gerar isso. Resumindo, jamais vai ser aberto.

A gente não pode trazer um porco pra vender, porque ele chega podre.

Aí, quem tem um salário para viver, é bom. Nós temos a nossa castanha, mas nós não temos esse privilégio de tirar ela de lá para vender. Nós vendemos a R\$10, R\$15 lá, quando vende. Se nós... Porque o único transporte que tem é o da Amoprebe, mas infelizmente ele não anda sem consertar, não anda sem combustível, então cobra R\$1. Se você puxa 300kg de borracha, você vai pagar R\$300 – não é? – pra puxar. Aí, me diz: como é que nós vivemos lá? O meu filho usa um óculos, para que ele tenha direito de enxergar – porque meu filho veio a conhecer o meu rosto e o do pai dele com dois anos –, que é R\$3 mil. Você fala: para nós, nós temos como viver lá? Ninguém quer acabar com a reserva, não; nós só queremos o direito de ter acesso, de tirar a nossa produção (*Palmas.*) e de os nossos filhos poderem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudar pelo menos até a 8ª série, porque lá tem moradores em que a família inteira não sabe escrever o próprio nome. E, aí, muitas coisas...

Nós não podemos tirar, renovar a licença da nossa motosserra para cortar uma lenha, porque, se nós formos pegos, pra tirar os paus de passar, que a gente vai passando com a moto se arranhando, se rasgando, tirar uma balça de lá, se o ICMBio pegar, ele vai tomar, e o meu marido vai preso. Isso é vida? Isso não é vida para uma pessoa.

Quando foi pra nós elegermos pessoas pra "ponhar" no poder, não era pra as pessoas analisarem politicamente, mas sim buscar melhoria da população, dos que "ponharam" eles lá no poder. Eu queria que vocês buscassem um meio de nós vivermos lá, porque ninguém quer acabar com nada; a gente só quer ter o direito, como qualquer outra pessoa tem, de viver, se alimentar, ter uma educação própria e uma área de saúde, porque, se uma pessoa adoecer, é só entregar nas mãos de Deus, porque, pra chegar a um hospital aqui em Brasília, é chão pra correr.

Obrigada a todos, e desculpa aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pelo depoimento, Sra. Rosângela. Depoimento melhor do que esse nós não teríamos.

E, para devolver esse direito à senhora, de ter direito a alguma coisa, direito de colocar um filho na escola, nós temos que combater esses crápulas, esses hipócritas do ICMBio; tentar, com a força dos Senadores, tentar alguma coisa para tirá-los, porque só pode ser devolvido quando a gente extirpar esse câncer. (*Palmas.*)

É um câncer que a nação brasileira está sofrendo com essa política ambiental internacional implantada aqui pelas ONGs com o direito de governos estrangeiros. E o ICMBio é um desses cânceres que nós temos que tirar.

Nós vamos levar ao ICMBio conosco, pra jogar na cara deles, pra dizer que nós Senadores, que nós brasileiros sabemos o que eles estão fazendo com vocês. A partir da denúncia, vamos ver no que resulta isso. E repito, sempre, em nome do Jaime, do Styvenson, em nome do Marcio: vocês não estão sós! Contem, conosco nessa luta contra esses hipócritas! (*Palmas.*)

Ao ouvir um depoimento desses, eu vou te contar...

Está ao vivo, não é? Está ao vivo na TV Senado – está ao vivo? (*Pausa.*)

Pois é. Então, é melhor a gente se calar e não dizer o que pensa, exatamente com as palavras que traduzem o que eles representam para nós, porque não há como se referir a essa gente sem baixar o nível, porque eles são baixos. Eles pensam que vos oprimem, e vos oprimem até um certo tempo. E esse tempo está chegando ao fim. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Edimar, que é representante... Edimar, por favor. Eu só faço aquela recomendação, tá bom, Edimar? Nós queremos dar o direito de voz a todo aquele que quiser falar, que quiser expor, que quiser dizer das suas mazelas e dos seus problemas. Foi para isso que nós viemos ouvi-los.

O SR. EDIMAR DE LIMA FREITAS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar aqui na mesa a pessoa do Exmo. Prefeito Sérgio Lopes; o Senador Marcio Bittar, e todos os Senadores aqui. Parece que tem um do Amazonas, não é?

Eu tive o privilégio de estar no Amazonas na semana passada. Lá no Amazonas, sentado com o pessoal da Fetag, Contag. Fui daqui, da delegação.

Mas aqui eu quero cumprimentar meus amigos extrativistas. Vocês estão falando aqui... Quem está falando aqui é um seringueiro. Eu sou seringueiro, corto seringa. Eu sou a realidade lá do Seringal Tabatinga, perto do Iaco. Sou Coordenador do Núcleo de Base da Associação Barrinha Nova. Tenho título de honra mérito, sou da criação do Reserva Chico Mendes e venho acompanhando essa luta do seringueiro, porque o seringueiro nunca passou de massa de manobra.

(Intervenção fora do microfone.) (Palmas.)

O SR. EDIMAR DE LIMA FREITAS – Nunca passou.

Eu corto seringa, Senador, e ainda tenho que ser limitado. Eu tenho que vender 800kgs de borracha para poder pegar o subsídio. Poxa, eu ralo, gasto roçando seringa, corto seringa e tenho que ser limitado! Falam de subsídio? Subsídio é que nem orelha de freira. Não sei de onde vem o subsídio. É seringueiro perdendo subsídio aí... Esses 200kgs para inteirar os 1.000kgs de borracha, porque, pelo menos, no tempo seringalista, a pessoa fazia 2.000kgs, o seringueiro. Então, isso não existe. São 800kgs, tem que ser limitado. Eu estou sendo repetitivo, me perdoem.

Mas eu acredito... Eu quero que levem a situação, que seja levada a situação do seringueiro... Nós queríamos ao menos que valesse o plano de... É tão pouca coisa, mas nós queríamos que ao menos valesse isso. Nem o que está no plano de utilização... Nós não podemos explorar nossa área, em que estão os 20%! Senador, vocês sabem mais do que tudo. O Senador está aí, mas está tudo em discurso já... Já se sabe o que acontece aqui na nossa Amazônia.

Então, o plano de utilização que nós queríamos é de criar o gado, criar o porco, utilizar a madeira para o nosso uso. Então, eu não posso mandar nem no que é meu. Ajudar a criar reserva para os nossos filhos, nossos netos, os companheiros. Vivo zelando da unidade ali, com respeito. Eu estou na floresta porque eu gosto, mas, pelo menos, eu quero desenhar a minha área do jeito que eu quiser – que eu possa desenhar do jeito que eu quiser. Os companheiros também, porque muitos estão aí...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o filho do saudoso Júlio, que é o Sebastião. Levanta a mão aí, Sebastião! São companheiros que me conhecem de Xapuri, essa rota de Xapuri, não é, Sebastião? Então, companheiros de Xapuri, eu parabenizo vocês. Sou da região de Xapuri, venho de lá, passando aqui por Brasília, Epitaciolândia... Aqui, sendo prestigiado pelo Prefeito Sérgio Lopes... E aqui estou na luta.

Quero finalizar por aqui, não quero tomar muito tempo, já dei minha mensagem aqui, como extrativista.

Eu acredito que estou parabenizado e fico muito feliz de deixar minha palavra, minha marca aqui como seringueiro, mas estou descontente, por quê?

E quero aqui também deixar motivo de gratidão – vocês tenham cautela comigo –: tem muitas pessoas do ICMBio que deixaram saudade. Também não quero condenar todos.

Nessa passagem, teve muito gestor do ICMBio que deixou saudade. Mas eles disseram: "Edimar, eu estou saindo do ICMBio porque eu não concordo, não compactuo com esse modo de abordar as pessoas, os ribeirinhos e os índios. Vou sair porque sou pessoa que não faz isso. Sou pessoa do bem. Minha mãe não quer". Então, pessoas que liberavam o ramal... Eu chegava ao ICMBio, era bem recebido até junto com a Amoprev, junto com o Zé Maria Açúcar e outros gestores que passaram na Amoprev, e eles liberavam tranqüilo.

O pessoal do CNPP também, foram gestores bacanas, mas eu não sei o que é que está acontecendo, de dez anos pra cá, o que é que está acontecendo, que não dão mais licença pra nada. Mudou de gestor, e, aí, cada vez mais coisas vêm se complicando. E eu quero que os senhores tomem as providências, estou aqui com as autoridades competentes que podem fazer alguma coisa para que esse Acre, essa nossa Amazônia, esses nossos extrativistas, trabalhadores e camponeses possam mudar de vida, tendo liberdade pelo menos pra trabalhar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Ronaldo Ferraz, Vereador de Chapolin.

Pergunto se alguém mais quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Antônio José, do seringal São Cristóvão; Dejeni Lima...

Então me passaram errado. Só o Vereador? (*Pausa.*)

Ah, agora que é o Ronaldo Ferraz?

Então, a minha assessoria aqui está falhando nos nomes.

Então, Ronaldo é agora. O outro foi o Edimar. Então, fui eu que errei sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edimar, obrigado por suas palavras, irmão.

O Ronaldo Ferraz então, que é o Vereador de Chapolin.

O SR. RONALDO FERRAZ – Boa tarde a todos. Em nome do Prefeito Sérgio Lopes, eu quero cumprimentar toda a mesa.

Vou ser simples, direto e falar pouco, em cinco minutos.

Marcio, deixem-me dizer diretamente a vocês que a gente fica feliz com a presença de vocês, porque os Senadores que a gente está vendo aqui conhecem todo o nosso problema. São os Senadores da Amazônia, e isso nos deixou ainda mais felizes com a presença de vocês aqui, porque estão vendo a realidade... Já conhecem a realidade. Agora, está se passando essa realidade para quem está dentro de um gabinete, trancado lá, e não sabe como é que é a Amazônia.

Mas eu vou contar dois casos pequenos, porque a gente, às vezes, fala em casos grandes e esquece os casos pequenos.

No meu ramal, porque eu faço parte da comunidade Tabocal e também tenho propriedade no ramal de Tabocal, há quase 30 anos, e, como Vereador, sempre sou muito cobrado por isso aí, e uma das minhas cobranças foi que se fosse uma máquina pra dar uma limpada no nosso ramal, o ramal logo lá, e nós conseguimos essa máquina. E, aí, sempre tem aquelas entradinhas, 100m, 200m, 300m... Chegamos a uma parte da reserva, meu irmão... Trezentos metros, o carro chega lá, mas tinha umas quatro árvores, quatro árvores, que não davam pro carro da energia chegar, pra botar energia pro rapaz. Sabe o que é que fizeram? O ICMBio foi lá e disse que não botava. Chamaram-me, e o rapaz disse... E eu pego e falo: "Fui, procurei, o pessoal do ICMBio. Sabe o que é que eles fizeram? Disseram que não. E, além de dizer que não, foram lá, onde a máquina estava, dizer: "Se você derrubar um pau desse – um –, nós vamos tomar a máquina e vamos tocar fogo".

Claro que, evidentemente, eu disse: "Não. Não vá fazer isso, porque, se tomar uma máquina que é pública, que era da prefeitura, o que é que acontece?

Vai fazer falta pra muitos e muitos outros serviços. Então, eu preferi que não fizesse. E está lá: não tem luz até hoje; para o rapaz passar luz, vai passar por quase... quase uns 1,5 mil metros por onde tem que se fazer, por causa de quatro árvores que não são nem mais grossas do que eu. Se fosse pelo menos uma coisa bonita, umas árvores grossas, era legal.

E às vezes eu pergunto para o pessoal: "Meu irmão, como é que dá para se viver dentro da reserva? Você não pode destocar, você não consegue um trator, você não consegue uma máquina". Porque ninguém em Xapuri – estou falando de Xapuri –, nem os particulares, querem alugar uma máquina para ir lá destocar para você ou fazer 10m de ramal. Eles não querem ir, porque têm medo de perder a máquina deles. Então, é isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra coisa: vou falar também do ramal Tabocal. Falou-se aqui das crianças que vêm pra aula. Eu estou lá vendo o pessoal caminhar quase 2km à pé, crianças, passando em frente à minha residência, no horário de meio-dia, pra chegar à escola lá à 1h da tarde. O Sérgio Lopes conhece a escola lá, que faz divisa com Xapuri. Já estive lá, já fez reuniões lá o Sérgio Lopes.

Sérgio, aquelas crianças, por causa de botar um pau – um pau – que tenha oco para passar ali com uma moto ou passar um carrinho, ou um carro ir buscar, não autorizaram a máquina nem a atravessar o ramal. Quer dizer, aí você fica olhando essas coisas, porque você não consegue uma licença para botar um pau onde no inverno a água adensa. Aí, fica aquele socavão, cavando, e você tem que passar à pé ou de cavalo, está certo?

Então, é por isso que eu digo: se você não pode... se está vindo da reserva – não pode queimar; se queimar, tu vais preso, certo? Aí, qual é a outra saída que nós temos? Temos que destocar. Cadê o trator? Cadê a máquina? Quem é que dá autorização para ir um trator na tua terra? Tu vais viver de quê, meu irmão? Da ilegalidade?

Vou contar um exemplo. Um vizinho meu lá... O ICMBio passou lá à pé, para uma área bem distante, quando passou lá, olhou e viu: "Curral bonito o do rapaz, hein!". O cara não estava nem em casa. "Rapaz, de quem é esse curral? O cara tá bem, né, aqui? Olha lá o curral!" Mas não tinha gado ainda, não é? O que é que aconteceu? Não encontraram ninguém em casa, vieram embora. Não passou dois meses, voltaram lá e notificaram o cara para sair da terra, certo? Aí, corre atrás da gente, aí a gente liga para o Senador, liga para o Senador Marcio Bittar, liga para o Senador Petecão...

Que nem tem o Gutierrez aqui, que já foi eu acho que em Brasília já umas quatro, cinco vezes para resolver problema; deve ter umas dez ou quinze multas. Agora, mandaram tirar o gado dele da reserva, porque ele mora dentro da reserva antes de funcionar a reserva. Por quê? Porque era do pai dele, o pai dele faleceu, que era um policial, e ele herdou a terra e hoje não pode fazer... Só tem... Só diz: "a terra é minha". Não pode derrubar um pau, não pode ter uma vaca para tirar um leite, e tem um monte de multa lá.

Então, assim... A situação, Senadores, é mais grave do que aquilo que a gente imagina, para nós que estamos aqui dentro vendo a velocidade que está para gente se mudar de dentro da reserva. Graças a Deus, a minha área não é dentro da reserva – não, eu fico –, mas trabalho muito dentro dessa reserva, tenho parentes que moram dentro dessa reserva e vejo como é que fica essa situação.

Porque o Prefeito mesmo, o Sérgio Lopes... Nós tentamos montar uma parceria com o Prefeito de Xapuri pra abrir alguns ramais, e não deu condições, não é, Sérgio? Por quê? Porque ninguém consegue autorização pra beneficiar quem está lá dentro.

Era só isso que eu tinha a dizer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu muito obrigado e desculpe alguma coisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado. Obrigado, Vereador.

Nós vamos chamar as últimas três pessoas, que estão inscritas, e vamos encerrar, com a permissão de vocês: Antonio José, do Seringal São Cristóvão; Deiane Lima da Silva, do Seringal São Cristóvão; e Vereador Alcemir, de Xapuri. Eu pediria que os três viessem aqui pra gente fazer... Então, serão os três últimos. (*Pausa.*)

É Alcemir? (*Pausa.*)

Antonio José, do Seringal São Cristóvão.

O SR. ANTONIO JOSÉ SERINGAL (Para expor.) – Quero saudar a todos aqui, dar um boa tarde a todos, a todo mundo que vem lá do meu projeto.

Eu quero também aqui apresentar alguns moradores da Maloca, dali de Xapuri, que estão presentes aqui.

E eu vou falar pouco, porque, se fosse pra mim falar... Tive até uma conversa com o Prefeito Sérgio Lopes. Quero saudá-lo e saudar todos nesse Senado em nome do Marcio Bittar – sou fã dele, sigo nas redes sociais e conheço o seu trabalho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ANTONIO JOSÉ SERINGAL – E também quero saudar a todos os Vereadores, em nome do Vereador Leonir, que é quadro do nosso Município de Brasileia, e todos se sintam saudados.

Eu estive conversando com o Prefeito daqui de Epitaciolândia hoje cedo, mostrando minha mão calejada pra ele e falando que, quando eu tinha seis anos de idade, a minha mãe me olhava carpindo uma roça e falava: "Meu filho caçula já tá homem". E, pra mim, era um ato de heroísmo porque eu estava ali trabalhando pra ajudar a minha família, e hoje sou tratado como bandido.

Muitas vezes, eu me emociono. Sou pai de três filhos. Eu não quero nada mais do que ter dignidade de formar meu filho. Se eu falar pra vocês que eu cortei seringa ou corto seringa, eu estou mentindo. E não conheço um seringueiro que formou seu filho no cabo da cabrita. Eu gosto de falar a verdade, sou curto e grosso. Se for pra ser punido falando a verdade, eu vou ser punido, eu vou ser preso. (*Palmas.*) Podem me matar, mas eu vou falar a verdade, porque eu sou filho de brasileiro, sou filho de cidadão brasileiro, e nós somos os donos dessas terras, porque a Bíblia diz que nós devemos viver do suor do nosso rosto, e foi isso que eu aprendi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ato que eu quero falar aqui a todos: eu acho, na minha visão – eu vi alguns amigos falando que nós não queremos acabar com a reserva –, na minha visão, é preciso fazer um levantamento ambiental na nossa região, porque tem área que não tem característica de reserva. Eu conheço, levo os senhores. Vê se lá tem como viver do látex, vê se lá tem como viver da castanha. Eu acredito que nós precisamos mudar nossa visão. Tem canto aqui que não dá 10km da beira da BR pra Reserva Chico Mendes, onde lá é usado pra produção de gado, onde lá o pessoal produzia, quando podia produzir. Eu mesmo, na minha propriedade, este ano, não fiz nada. Eu não pude plantar um caroço de milho. Pensei em levar um trator pra gradear lá, mas ninguém vai. Tem uma associação do Projeto Pão de Açúcar lá próximo, lá onde a minha mãe tem a terrinha dela lá, 34ha, onde eu me criei, onde eu consegui algumas coisinhas com muita luta.

E eu quero falar pra vocês, senhores, que nós vivemos à mercê da sorte. Nós temos um grupo aqui, o Unidos pela Terra – no qual o Prefeito Sérgio Lopes está lá, o Vereador Leonir, alguns demais daqui, Gutierrez também está neste grupo –, no qual nós vemos pessoas sendo expulsas das suas propriedades, colocando gado na estrada aí, nos corredores, à mercê da sorte. E tudo que ele tem, tem pessoas que ainda dizem: "Ah, mas ele é fazendeiro". Tem 30 vaquinhas. E, se ele tem mil, ele trabalhou para ter.

Eu quero falar pra os senhores que estão aqui presentes... Eu costumo até falar... O amigo aqui é de Rondônia, não conheço cidade de Rondônia, mas eu vejo que lá os rondonienses são mais unidos do que os acrianos. E, quando eles falam "vamos pra rua", eles vão mesmo, eles são unidos.

E eu quero falar pra vocês que – eu sei que estou tomando muito espaço, vou já encerrar minha fala – eu falo por mim, eu já estou no meu limite. A gente vê aí, em alguns grupos aí – não é? –, temos visto numa vilazinha aí, que foi onde um policial atirou na barriga de um cidadão. Eu vou dizer pra os senhores, eu posso ir pra uma manifestação, porque nós somos acrianos, nós somos da paz, mas eu colocar minha barriga em boca de fuzil? Não ponho, não; eu não ponho. Eu acredito que nós devemos lutar de igual para igual. Porque o "seu fulano" é policial, ele é mandado, mas ele não é mandado para atirar em barriga de ninguém. Eu acredito que nós devemos brigar... Nós estamos pedindo o apoio de vocês. Eu estou no meu limite. Eu peço a Deus nunca chegar na minha propriedade, como já aconteceu em vários lugares, as pessoas cortarem a cerca, cortarem curral... Novinho, o curral novinho, entendeu? Foi tirado de árvore seca, e o cara mostrar... Mas foi cortado.

Que Deus abençoe vocês! Eu acredito que vocês estão do nosso lado, e eu sei que vocês não iam vir de lá de Brasília pra não dar... só pra fazer mídia. Eu sei que vocês... Conheço o trabalho do nosso Senador aqui do Acre e estou conhecendo vocês, e eu acredito em vocês. E a nossa solução é vocês.

Valeu, obrigado. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALCÉMIR TEODÓZIO FERNANDES (Para depor.) – Boa tarde a todos. Eu sou aqui o Vereador Alcemir, ali de Xapuri. Quero aqui agradecer, em nome da mesa, ao Senador Marcio Bittar: muito obrigado, Senador. Eu sei que essa sua luta não é de agora, já faz tempo, muitos anos.

E eu estou aqui porque somos representantes do povo e somos pequenos. Porque nós... Digamos que o Vereador é o para-choque – que às vezes nós recebemos que políticos não fazem nada, que ninguém está nem aí –, e por isso estou aqui também para falar do nosso sentimento.

Estive ali, seis meses atrás, na comunidade por nome de Espalha. Está aqui o que o ICMBio fez lá no Espalha. Não existe... Isso aqui não existe em canto nenhum. Por que é que não existe? Nós sabemos que as nossas condições aqui de ir e vir na zona rural é ponte. E essas pontes são de madeira; por sinal, os assoalhos dela são madeira de lei. Eles cortaram. E ao rapaz do ICMBio que cortou eu disse: "Isso é um absurdo e um abuso de autoridade". Ele me respondeu: "Cortei. E, se colocarem novamente, cortamos de novo". Lá existe uma escola estadual com mais de 70 crianças, 80 crianças estudando nessa escola. Isso pra mim é um absurdo! Nós não podemos aceitar esse tipo de abuso de poderes, que vêm pra amordçar, enquanto era para eles levarem a educação. Se a madeira é ilegal, que faça de estrutura metálica, que pegue esse dinheiro da ONG e use pra fazer de ferro, mas o que não pode é tirar o direito de ir e vir das pessoas. (*Palmas.*) E o camarada veio dizer na minha cara que cortou e que cortaria de novo. Eu digo assim: então, não tem lei no Brasil, não tem Vereador, não tem Prefeito a nossa cidade, e não... Porque não tem homem mais homem do que o outro. Homem nasceu pra se respeitar, e não pra ser desrespeitado! (*Palmas.*)

Outra coisa absurda, por esses órgãos: como é que uma terra vale R\$30 mil, R\$100 mil, e eles vão lá e dão uma multa de R\$1 milhão? Como é que esse pai de família vai pagar essa multa se a terra não vale R\$100 mil? (*Palmas.*)

É outro absurdo!

Morreu, agora esses tempos, um senhor de 76 anos, que saiu com ar de louco. Por tanta multa, por tantas pressões, ele pegou depressão, foi bater no hospital em Rio Branco. Chegou lá, fugiu da família e apareceu morto à beira do Rio Acre. Isso é um absurdo! Se nós não tomarmos a dor do próximo, quem é que vai tomar?

A Bíblia diz que Deus falou a Abraão: "Abraão, sai da tua parentela e te darei uma terra por herança". A terra é do povo!

O Gutierrez, como foi citado ali, está a 17km da cidade de Xapuri. Se você for lá, não existe mais mata. Ele não pode plantar uma melancia para sobreviver, ele não pode arar a sua terra porque essa lei que veio... Ele já morava há 30, 40, 50 anos. Ninguém está falando de pessoas que chegaram e que estão com cinco anos na terra, não! São 50 anos nessa terra, Senadores. Isso é um absurdo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem tantas coisas que a gente vai se indignando. Não tem como a gente aceitar esse absurdo porque nós sabemos que uma terra com 17...

(Interrupção do som.)

O SR. ALCEMIR TEODÓZIO FERNANDES – ... fez a parte dele, porque forram derrubados 5% dos 20% que estão na área legal. *(Palmas.)*

Cinco por cento ultrapassados só – só 5%! Como é que nós vamos receber retaliações de outros estados que foram irresponsáveis? Que multem o irresponsável. Agora, que deixem as pessoas trabalharem de forma legal.

E outra coisa: queimam a motosserra, queimam arame, tocam fogo em tudo. Como que a pessoa trabalhou... "Meu amigo, está aqui a sua multa, refloreste a sua terra, pegue as suas coisas e leve", porque o cara trabalhou. Agora, o cara pegar a motosserra e fazer esse absurdo que vocês estão vendo aí, cortando a madeira... E eu disse assim para os caras do ICMBio: "Por que é que vocês não cortaram as pontes 'tudinho' em que vocês passaram daqui para lá? Porque todas essas pontes são de madeira de castanheira".

Então, queridos Senadores, eu sei que vocês não vieram aqui para brincar. Levem o sentimento desse povo acriano e de todos os estados que estão sofrendo e lutem por essa causa, porque eu acredito em dias melhores.

Boa tarde e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. DEJANE LIMA DA SILVA (Para expor.) – Gente, boa tarde a todos. Eu sou o DeJane, sou o Presidente da Associação Wilson Pinheiro III da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Eu venho trazendo nas costas uma dor de todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEJANE LIMA DA SILVA – ... de todos os que ali habitam, porque são trabalhadores, pessoas dignas, que vivem do suor do seu rosto, porque pra mim suor é sangue, é termos de... é coisa que agrada Deus, é trabalhar, viver... A Bíblia diz assim: "Feliz daquele que vive do paiol da Terra". O paiol da Terra é o quê? Aquele que planta o arroz, o feijão, que planta o alimento para os seus filhos.

Que nem o rapaz falou aqui, o Vereador, nós temos um caso aqui no ramal do 19, no Pega Fogo, onde o senhor fez um curral. Gastou o que não tinha, fez o curral. O ICMBio foi lá e cortou tudo, pedacinho por pedacinho. E a gente fica indignado. Mas eu acredito que esses homens que vieram aqui representar a comunidade da reserva não estão aqui de brincadeira; eles estão aqui porque estão sentindo a mesma dor que nós estamos sentindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente se pergunta: o ICMBio diz que nós temos direito a 30 cabeças de gado na reserva – 30 cabeças de gado. Se nós temos direito a 30 cabeças de gado, nós temos direito à legalidade; e quantos de nós vamos lá no ICMBio para pedir uma declaração para ir lá no Idaf, para fazer o cadastro do gado, e eles não dão? Todos somos negados.

Se existe a lei de que se pode criar 30 cabeças de gado, por que não existe a lei de nós legalizarmos esse gado? E se existe a lei de nós criarmos 30 cabeças de gado, por que não nós termos um curralzinho na nossa propriedade? Se nós não temos direito de ter o gado... Se nós temos o direito de ter o gado e não temos direito de ter o curral, para que nós temos direito ao gado? Porque eu acredito que, se a lei existe, ela tem que ser cumprida.

Que nem eles são... Eles chegam para abusar. Ali eu sempre falo para minha esposa: hoje eu tenho medo de sair de casa para ir trabalhar. Quando eu chegar, eu tenho medo de a minha esposa, de as minhas filhas terem sido agredidas por esses covardes. Porque são covardes! Você pode ter certeza que são covardes. (*Palmas.*)

Porque... Tem uma vizinha minha lá em casa, a D. Divina. Nela foi colocada metralhadora, na cara dela, para ela descobrir algo que não vem ao caso, que não era da propriedade dela, era do vizinho, que estava fazendo o que não é legal. Aí eles chegaram, invadiram a casa dela, entraram sem ordem, botaram metralhadora na cara dela para que ela fosse, ajoelhada... mandaram que ela se ajoelhasse para poder falar o que não podia falar, porque não era na propriedade dela, entendeu?

E hoje eu falo para os nossos Senadores: gente, nós estamos vivendo sufocados. São poucas pessoas que sabem, mas de muitas pessoas já tiraram a vida por causa dessas pessoas que estão sendo sufocadas, entendeu?

Eu, como Presidente da associação, eu sempre falo. "Ah, nós temos o direito..." Temos, mas, se vocês têm uma máquina para ir lá, vocês vão lá fazer uma destoca de terra? Não vão, porque não pode. Você vai ao ICMBio... Eles até dão uma licençazinha, que nem eu cheguei e conversei com um rapaz lá, e ele falou: "Não, nós damos uma licença para 1ha de mata e 1ha de capoeira, só que nós não damos licença para fogo. Não pode queimar". E nós vamos fazer o quê? A gente vai derrubar 1ha de mata e vai plantar como, se não pode queimar?

E outra... Que nem essas ONGs, que são milionárias... Vem dinheiro para eles. Por que é que eles não entram no bom senso, vão, visitam as comunidades, veem quantas pessoas tem na comunidade, na reserva, e fazem uma proposta? Porque eu tenho certeza de que hoje, se o Governo Federal dissesse assim: "gente, nós vamos ter um salário 'x' para cada um dos produtores da reserva, só para manterem o que têm", todos aceitariam, se fosse um salário digno, para manter os filhos na escola, para manter o filho na faculdade, para manter uma alimentação, uma medicação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que nem a senhora falou ali, olha... Eu conheço a propriedade, mais de 100km de ramal, o filho deficiente... E a lei diz que é obrigatório nós mantermos os nossos filhos na sala de aula. Não é obrigatório? E por que que é que eles não são obrigados a manter o ramal ou a manter a escola perto da nossa comunidade?

Nós tínhamos escola no meio da nossa comunidade. Lá, uns bacanas vieram lá por trás e fizeram assinar uns papéis sem ler, foram tiradas todas as escolas e fizeram a nucleada. Foram feitas três nucleadas aqui no Município de Brasília – três –, que é a do 68, a do 26 e a do 19.

Criança sai de casa 4h da madrugada, no pau de arara. Muitas das vezes o pai que tem um transporte, que tem uma moto, quando chove, ele se desloca da sua casa para vir encontrar os seus filhos, que estão aí a 20, 30km longe de casa. E aqueles que não têm o transporte? Como é que os filhos vão chegar nas suas casas de volta? E, no final do ano, é obrigado passarem – é obrigado passarem. Enquanto eles hoje gastam com... Vamos supor que tem 30 carros que puxam alunos – é R\$10, R\$12 mil cada caminhonete –, será que não dava de eles manterem a escola na comunidade? Dava de manter, não é? Dava de manter.

Eu acredito que, se nós nos unirmos, se nós falarmos a mesma voz, o negócio é mudado. É que nem o Senador falou: "Esse ICMBio é o maior câncer que deu no nosso Brasil". Foi o ICMBio. O maior que tem é ele. (*Palmas.*)

Porque eles só vieram para desgraçar a vida de todo mundo, porque com eles não existe diálogo, não. Não existe aquele negócio de conversar. Eles já chegam batendo, já chegam cortando, queimando. E dizem que nós estamos fazendo crime ambiental se nós derrubamos 1ha de mata lá. E dizem que a gente está fazendo crime ambiental. Quando eles chegam na nossa propriedade e queimam o nosso curral, queimam a nossa motosserra, queimam a nossa casa, queimam tudo, isso é o quê? Isso é um crime ambiental será? Por eles serem a lei, eles deveriam falar e explicar realmente como pode ser feito, mas não fazer um crime ambiental maior do que o que foi feito.

Essa é a minha palavra. Eu agradeço. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós estamos caminhando para o final.

Quero agradecer a todos que aqui estiveram, que vieram depor, pela indignação, pelos depoimentos.

E o que nós ouvimos aqui? "ICMBio isso", "ICMBio aquilo", "não tem licença pra isso", "não autoriza pra cá". E ouvi aqui alguém dizer: "É preciso até pedir autorização para viver". Autorização para viver quem dá é Deus, e essa autorização nós já temos! (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos autorizados por Deus a viver e a termos direitos. Essas riquezas naturais que esses estrangeiros tanto querem e pelas quais as ONGs aqui nos oprimem não foram colocadas pelo homem, não são dádivas do homem, são dádivas de Deus. Foi Deus quem nos deu as riquezas naturais, e nós temos direito a elas.

Nesse encerramento, com agradecimento aos Vereadores e ao Prefeito pelo acolhimento e pelos depoimentos; ao Marcio Bittar, que é o responsável direto por estarmos aqui; ao Styvenson; ao Jaime; a todos nós, Vereadores, quero, ao agradecer, dizer: nós, Senadores da República, temos o dever moral de estar ao lado de vocês.

O Marcio é o encarregado pelo relatório, mas, pelo que eu vi aqui, não há como, não há como evitar, não há como não pedir para punir um gestor como esse do ICMBio daqui. Não há como evitar. Uma pessoa que não respeita uma dona de casa, que bota fuzil para uma pessoa ajoelhada! Eu queria ver esses babacas combaterem o narcotráfico! Eles não têm coragem para combater o narcotráfico! *(Palmas.)*

É um leão para vocês e é um gatinho de madame para o narcotráfico. São covardes, que não respeitam mulheres, donas de casa, que não respeitam vocês.

Nós não podemos sair daqui satisfeitos. Nós cumprimos com o nosso dever de ouvir. Não estamos satisfeitos, pelo que ouvimos, mas estamos cientes – não é Styvenson? Não é Marcio? Não é Jaime? – da nossa missão, do nosso compromisso. Cada vez mais esse fardo pesa sobre os nossos ombros, mas, na medida em que aumenta o peso, aumenta também a nossa responsabilidade e a certeza de que nós estamos corretos ao abrir essa caixa-preta, ao mostrar para o Brasil que o dinheiro estrangeiro ditou as normas.

E nós não podemos culpar só o ICMBio. É culpado, sim, porque é vassalo! É culpado, sim, porque é criado, é pau-mandado das ONGs, é pau-mandado da Marina, que obedece ao dinheiro estrangeiro. *(Palmas.)*

Nós estamos diante de um leão que não passa, assim, de um gatinho e nós vamos combatê-lo.

Contem conosco, e me permitam dizer, eu ouvi aqui um falar que é a luta unidos pela terra, o Vereador falar, pois agora nós saímos daqui unidos pela liberdade. *(Palmas.)*

E é em nome dessa liberdade que nós vamos nos despedir de vocês.

Nada mais a decidir, esta sessão está encerrada por hoje, porque ela continua lá em Brasília.

Obrigado e a paz de Cristo a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE (11H - HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF).

Às doze horas e trinta e três minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e três, no Assembleia Legislativa do Estado do Acre (11h - horário de Brasília-DF), sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Diligência Externa. Finalidade:** Realização de diligência externa na cidade de Rio Branco, com o objetivo de ouvir lideranças locais a respeito da interferência de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região, especialmente, em relação à obra da BR-364, conforme Requerimento 106/2023-CPIONGS. **Resultado:** Diligência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/20>

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, muito bom dia. Sejam todos bem-vindos, bem-vindas à Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Hoje, em especial, realizamos uma reunião da CPI das ONGs do Senado aqui no Plenário do Poder Legislativo acriano. Pedimos a todos que se sentem, se acomodem para que nós possamos dar início a esta reunião.

Com muita honra, convidamos para compor a mesa o Exmo. Sr. Deputado Luiz Gonzaga, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedimos uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Convidamos o Senador Plínio Valério, Presidente da CPI das ONGs. *(Palmas.)*

Convidamos o Senador Marcio Bittar, que é o Relator da CPI. *(Palmas.)*

Convidamos o Senador acriano Alan Rick. *(Palmas.)*

Convidamos o Senador Styvenson Valentim, que é acriano e Senador pelo Estado do Amazonas, correto? *(Pausa.)*

Rio Grande do Norte! Olha só! *(Palmas.)*

Convidamos o Senador Jaime Bagattoli. *(Palmas.)*

Convidamos o Prefeito da capital Rio Branco, Tião Bocalom. *(Palmas.)*

Senhoras e senhores, podem sentar-se.

Gostaríamos de registrar entre as presenças aqui o Deputado Estadual Eduardo Ribeiro, Deputado Arlenilson Cunha, Deputado Afonso Fernandes, Deputado Marcus Cavalcante, Deputado Tanizio Sá, Deputada Antonia Sales, Deputado Pedro Longo, Deputado Adailton Cruz e Deputado Gene Diniz.

Temos também aqui a presença do Sr. Moisés Diniz, da Fapac; João Paulo, Presidente em exercício da Fieac; Walter Lúcio Campelo; da equipe de TV do Senado e da TV Aleac e todos os demais jornalistas.

Com a palavra, o Exmo. Sr. Deputado Luiz Gonzaga, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, que fará a abertura simbólica desta reunião, dando seguimento para a CPI das ONGs do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Gonzaga. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Queremos cumprimentar o nosso Senador Plínio Valério, Presidente da CPI das ONGs; o Senador Marcio Bittar, que é o Relator da CPI; o Senador Jaime; o Senador Alan Rick, nosso amigo aqui do Estado do Acre, juntamente com o nosso Senador Marcio Bittar, que tão bem nos representa no Senado da República, juntamente com o Senador Sérgio Petecão, que não está aqui; e o Senador Styvenson Valentim, que é acriano, do nosso estado, nasceu aqui na nossa capital Rio Branco. É uma honra muito grande receber todos vocês aqui no nosso estado.

Quero cumprimentar o nosso Prefeito Tião Bocalom, os nossos Deputados Estaduais que estão aqui presentes, o que já foi mencionado, os nomes...

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Presidente, só um momento, o cerimonial esqueceu de mencionar um Deputado, Deputado Afonso Fernandes, ali na ponta. Uma salva de palmas. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luiz Gonzaga) – Senhoras e senhores, autoridades presentes, populares da galeria e demais convidados, é com muita honra e alegria que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre recebe hoje essa Comissão do Senado Federal, Senado que tem sido um parceiro, Senador Marcio Bittar, desta Casa, principalmente dando apoio à nossa Escola do Legislativo, e que hoje está aqui presente nesta Comissão para tratar algo tão importante, que, com certeza, vem ajudar e muito o nosso Estado do Acre, porque nós temos obras importantes no nosso estado que inclusive estão sendo embargadas, como a ponte de Rodrigues Alves e a nossa estrada de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, que é essencial não só para o Estado do Acre, mas para muitos estados da Amazônia e do Centro-Oeste do nosso país.

Nós temos ali em Cruzeiro do Sul o Parque Nacional da Serra do Divisor, onde as famílias foram desapropriadas, e até hoje não pagaram um centavo sequer para pelo menos indenizar a propriedade daquelas famílias, simplesmente muitos abandonaram porque não podiam fazer nada. Nós temos aqui o caso também da Reserva Chico Mendes, então, com certeza, esta CPI trará um resultado importante para o Estado do Acre.

Agradecemos imensamente a escolha do Poder Legislativo acriano para realizar esta tão importante reunião. Sejam todos muito bem-vindos à Casa do povo. (*Palmas.*)

Passo a direção dos trabalhos ao Senador Plínio Valério, do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Primeiro, agradecer a todos pela presença, ao Presidente, Deputado Luiz Gonzaga, saudando todos os Deputados e todos que aqui estão. A presença de vocês é um sinal de que nós devemos seguir adiante. Eu entendo a presença dos senhores e das senhoras como incentivo ao que nós estamos fazendo pelo bem da nação.

A CPI das ONGs foi instalada para abrir a caixa-preta das ONGs. Lá fora, talvez, no Sul e no Sudeste, ONG signifique coisa boa, mas para nós amazonenses, acrianos, rondonienses, amapaenses, a gente sabe o que isso significa.

Natural das barrancas do Juruá, eu sou de Eirunepé, nasci ali na beira do Juruá, sou de Eirunepé, conheço muita coisa, já vi muita coisa, mas ontem nós ficamos com o coração partido lá na Reserva Chico Mendes.

Eu quero adiantar aos senhores que nós vamos ao Ministério Público Federal ainda até quarta-feira levar a denúncia e pedir providências. Não tem como a gente, como cidadão, como marido, como pai de família, ouvir o relato de que botaram fuzil na cabeça de uma mulher, de que deram tapa em pai de família, de que destruíram pontes passando em cima dos igarapés, de que não se pode plantar, nem colher, nem vender nada. Isto não nos assusta. Mais do que indignados, nos deixou entristecidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a obrigação nossa... Já conversei com o Styvenson, com o Jaime, com o Marcio e agora com o Alan. A gente não vai poder esperar o final. No final, claro, o Marcio vai apresentar tudo isso, mas nós vamos tomar providências. Não pode continuar assim. Eu não teria como chegar em casa e enfrentar minha mulher e minhas filhas se não tomar uma providência. É uma coisa muito, muito, muito humilhante. Para quem não esteve lá, mora aqui e não esteve lá, é uma coisa de estarrecer. Uma mulher, mãe de família, chorar e dizer que tudo o que ela quer da vida é que o filho estude. Lá, eles não podem sair. Se tem um doente, é naquele esquema dos seringais de antigamente, dos nossos antepassados, dos coronéis de barranco: saem na rede, carregados na rede, revezando de duas em duas pessoas.

Então, nós vamos, sim, tomar providências nesse sentido. E vocês estão aqui para nos dizer que a gente tem que seguir adiante.

Para se ter uma ideia, das ONGs que estamos investigando, cinco foram depor. Essas cinco – eu vou erguer a mão –, só cinco já arrecadaram R\$2,1 bilhões. Só cinco. A gente deve levar oito ou dez, porque é muita coisa, e a gente tem que se concentrar naquilo que a gente quer, que é abrir a caixa-preta, e o Brasil vai decidir se quer continuar achando que eles são os mocinhos ou se eles são os vilões.

Passaram para nós, com essa narrativa, absurda, paga, sustentada por dinheiro, essa narrativa de que nós – vocês também, acrianos; não só eu, amazonense –, nós somos os vilões da história, que não sabemos cuidar da Amazônia, que a gente não cuida do nosso povo. Aí, pegam a reserva extrativista...

Vou dar um exemplo. Estivemos já com reserva indígena. Lá fora, tudo é bonito. A reserva extrativista, "eles estão vivendo da seringa, produzem a seringa"... Balela, mentira, hipocrisia, cretinice! E nós vamos mostrar isso para o resto do Brasil.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de ouvir lideranças e autoridades locais a respeito da interferência de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região, especialmente em relação à obra da BR-364, conforme o Requerimento nº 106, de 2023.

Isso aqui é um grande exemplo do mal que as ONGs nos causam: impedir que o estudo seja feito. Eles antecipam o problema. Como eu ouvi ontem na reserva, até para viver tem que pedir autorização do ICMBio. Não pode mais continuar isso.

O Marcio, que é o nosso Relator, o Alan, que é o nosso Senador, que chegou agora, brilhante Senador, e o Marcio, há cinco anos, não é Relator à toa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero pedir a permissão do Jaime, do nosso Senador Jaime, que é o nosso Vice-Presidente, quero pedir a permissão do Styvenson pra passar o comando desta reunião ao Senador Marcio Bittar e ao Senador Alan Rick, como sentido, como transformação do nosso respeito que temos por eles, porque são dois lutadores pelo Acre, assim como também o é o Senador Petecão, mas os dois aqui presentes. Então, como respeito que eu tenho pelos dois – e eles são responsáveis por estarmos aqui –, eu passo o comando, Marcio, da Presidência a você e a Vice-Presidência ao Alan Rick.

Como diz o cerimonial, vamos trocar de cadeira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom dia a todos.

É um prazer grande estar aqui.

Quero agradecer ao Luiz Gonzaga, amigo, Presidente da Assembleia Legislativa, e estendo a todos os colegas do Parlamento estadual que aqui estão. Muito obrigado pela presença. Meu querido amigo, parceiro, Alan Rick, meu coordenador da bancada federal, faz um excelente trabalho. Sinto-me muito bem representado por você coordenando a nossa bancada em Brasília, atrás de projetos, e, aliás, no contato com prefeituras e com o Governo do estado pra tentar fazer até mais do que o que seria normal pra que a gente não perca recurso, não perca dinheiro. Todos estão sabendo que, se nós não conseguirmos uma prorrogação da cláusula suspensiva, o Acre perde, some, desaparece, no final de novembro, meio bilhão de reais. Imediatamente, quando me ligaram da imprensa perguntando, eu disse: "O Alan já tomou providência, já escreveu o documento, já falou com o Líder, já falou com o Presidente do Senado, nós dois juntos falamos com Davi Alcolumbre, já mandou o documento pra Casa Civil". Vamos tentar tudo, estamos tentando pra que haja a prorrogação, dando mais um prazo às prefeituras e ao Governo do estado pra apresentar o projeto e ter tempo para que eles sejam aprovados.

Então, é um prazer estar aqui.

Quero agradecer ao Jaime, colega de Rondônia, nosso estado vizinho, Vice-Presidente da Comissão. Muito obrigado por estar nessa caravana, nessa agenda juntos. Senador Styvenson, que é acriano de nascimento, hoje é Senador da República pelo Rio Grande do Norte. Cumprimento o Bocalom, Prefeito da capital, e, em nome dele, cumprimento a todos os demais políticos que aqui estão.

O objetivo é, de fato, ouvi-los, aqui, Plínio, Jaime, Styvenson. Aqui nós temos pessoas que vieram lá de Cruzeiro do Sul pra cá, o Presidente da associação comercial, que participou de todo o movimento discutindo a questão da continuidade da BR-364, de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, que são 200km. O Exército Brasileiro, quando desenhou a 364, ela nunca foi desenhada pra acabar em Cruzeiro do Sul, ela sempre foi desenhada pra dar uma outra opção a nós acrianos, brasileiros, pra sair no Peru, pra sair no Pacífico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui um Deputado Estadual, que deve usar a palavra pra falar de uma iniciativa desse Poder em que ele está trabalhando e que tem a ver com o nosso assunto, uma ideia de uma lei estadual que possa colocar algum limite também na atuação das ONGs, aqui no Acre.

Enfim, temos aqui Valterlucio Campelo, meu amigo, intelectual, escritor, que também é agrônomo, representa também o setor e vai poder usar a palavra; outros Parlamentares; Deputado Estadual; representante da federação da indústria. Então, nós vamos ter condições de ouvir um bom balanço.

Mas eu queria, nessa abertura, ao cumprimentar todos, dizer que a conta não fecha, o que nos chama a atenção. E essa possibilidade de falar ao Brasil o que é a Amazônia brasileira, do lado de quem vive aqui, de quem mora aqui, quem nos deu essa oportunidade foi esse amazonense que está aqui ao meu lado.

Portanto, nunca é demais agradecer, cumprimentar e parabenizar o Senador Plínio, que passou quatro anos e meio lutando, diuturnamente, sem desistir, com persistência e foco, até que tanta persistência fez com que, depois de quatro anos e meio, nós tivéssemos esta CPI criada.

O que acontece é um verdadeiro absurdo. Nós estamos andando na Amazônia e, ontem, aqui no Acre, o objetivo era ouvir e ver a realidade de uma reserva extrativista. Ontem, eu vi um homem, de 2m de altura, policial, acostumado a enfrentar bandido, marginal, encher os olhos de lágrima. Ontem, eu vi o Styvenson, com os olhos cheios de lágrima, escutando o que nós escutamos.

Eu, que sou daqui; nós que conhecemos... Mesmo assim, quando você ouve, Luiz, o que nós ouvimos e vimos ontem, não tem quem não fique indignado. Os moradores da Reserva Chico Mendes, homens e mulheres, se sentem perseguidos, enganados, ludibriados e desesperançosos.

Confesso que algumas coisas nem eu sabia. Como é que a prefeitura do município, para fazer uma escola, tem que esperar pelo ICMBio, para dar licença? Para abrir um ramal – vai começar a chover de novo, daqui a pouco, mais uma vez, e quem estiver doente vai ter que sair numa rede –, a prefeitura, para raspar um ramal, tem que pedir a autorização, uma licença do ICMBio.

A energia, há mais de dez anos que não se revalida o cadastro da reserva. Tem pessoas que estão lá dentro que, por não estarem no cadastro, não podem receber energia elétrica. A Energisa, para entrar lá dentro, para levar luz para os moradores, apenas 20% têm, também precisa pedir licença, autorização, para o ICMBio.

Nós vimos relatos da ação do ICMBio, com a Polícia Federal, derrubando pontes feitas pelos próprios moradores. E aí cabe uma reflexão que eu já fiz há décadas, meu querido amigo Jaime. Se a vida na reserva extrativista é tão boa, porque nenhum parente daqueles que comandam a ONG está lá? Um, sequer?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ministra Marina Silva, que hoje, mais uma vez, comanda a pasta do meio ambiente do Brasil, nem no Acre ela mora mais. Ela, que, junto com tantas pessoas do grupo dela, acusavam pessoas, assim como eu, que não nasceram no Acre, chamava de aventureiros, que só vinham no Acre em época de campanha etc., foi embora.

Eu perguntava para pessoas de ONGs que nós estamos recebendo – seja honesto –, quando eles falam do ecoturismo... Mas pergunte a eles se eles, se os membros das ONGs deles, se os parentes deles vêm fazer turismo aqui. Você tem ido lá, a Feijó? Não. Sabe aonde é que eles vão? Vão para as praias do Nordeste e para a Europa.

Essa conta, então, não fecha. São bilhões que eles recebem, como disse o Plínio, mais de R\$2 bilhões em cinco ONGs. Aquela ONG que é ligada à Marina, ela recebe cerca de R\$26 milhões por ano.

E o que é que o amazônida ganhou até agora? Nós ficamos mais pobres. E contra dados não tem como você contestar. Nós temos 28 milhões de brasileiros na Amazônia; 16 milhões, para sobreviver, dependem de Bolsa Família. O que é que ganhamos com isso?

E o pior ainda é que essas ONGs fazem o papel de entregar para o estrangeiro a nossa riqueza, porque são países ricos, como Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Noruega, que financiam essas ONGs.

Agora, por exemplo, eu não sei como é que a Ministra Marina e o Presidente da República não têm vergonha de celebrar um convênio com a Alemanha de R\$100 milhões. Isso não é nada! Isso não é nada para a Amazônia, mas é com esse dinheiro que eles compram as riquezas da Amazônia. Quem é que abre mão?

Aí uma ONG que atua muito no estado natal do Plínio – uma ONG – está recebendo da Alemanha 78 milhões, fundação de amparo sustentável Amazônia... sempre tem o nome de Amazônia.

Essas ONGs estão a serviço dos países que continuam querendo controlar populações e controlar recursos naturais. Qual é a pessoa, qual é o país que, tendo, debaixo dos seus pés, cartões da Mega-Sena acumulados, premiados, como nós temos: ouro, petróleo, gás, diamante, nióbio, potássio... Você abre mão de explorar isso? Você abre mão de explorar essa riqueza?

E, em troca disso... Eu pergunto para eles na CPI: vocês não ficam envergonhados de oferecer uma Bolsa Família de R\$50? Vocês exigem que o índio não utilize o subsolo, que nós, amazônidas, não exploremos o subsolo, que é bilionário, e oferecem uma Bolsa Floresta de R\$50? Agora, a Ministra está dizendo que vai buscar, quem sabe, uma Bolsa Floresta de R\$200... Isso é uma humilhação, Pedro! Isso é uma vergonha! Você abre mão da riqueza que está aqui, debaixo do nosso pé, para algumas pessoas receberem até R\$200? Os índios que nós vimos no Amazonas demoram às vezes três meses para ir buscar o Bolsa Família. Por quê? Porque, se buscar todo mês, meu Senador, não paga a gasolina. Então, eles têm que acumular.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, o objeto foco desta sessão – vocês perceberam, isso aqui é uma coisa oficial, está sendo transmitida pela TV Senado, é uma sessão da CPI, a segunda, uma ontem e outra hoje –, o foco de hoje... É claro que ninguém vai colocar freio na fala de ninguém, mas qual é o foco desta audiência de hoje? É a ação de ONGs que recebem dinheiro de fora, e, com todo o respeito que o Ministério Público Federal tem e merece ter, ele não foi eleito, ele não está como alguém que deve decidir política pública, mas ele está decidindo. No nosso caso do Acre, não valem os Prefeitos, não valem os Vereadores, não valem os Deputados desta Casa, não vale a bancada federal, não vale o Governador.

Todos nós sabemos a importância, Luiz, de a BR-364 continuar, de a nossa ponte... E quatro ONGs, uma delas ajudada pelo Governo do estado, a SOS Amazônia, com R\$4 milhões, entram na Justiça, e o Ministério Público manda paralisar – não é nem a obra, porque ela não existe – a licitação, Alan, do projeto executivo, que eu, como Relator, arrumei esse recurso no Orçamento da União para fazer o projeto executivo e nem isso pode ser feito. Então, esse poder... Santa Rosa do Purus quer fazer uma estrada para ligar a BR-364 à Manoel Urbano e não pode, está proibida; Thaumaturgo, que está isolada, precisa se ligar – Thaumaturgo-Porto Walter, Porto Walter-Cruzeiro do Sul – e está proibida. Como é que você trabalha se não tem estrada?

Então, hoje o foco é essa ação de ONGs com o Ministério Público paralisando obras no Brasil inteiro, inclusive, aqui no nosso estado. Então, o objetivo da CPI é mostrar ao Brasil essa realidade que poucos conhecem – falam muito e conhecem pouco – e chegar a um relatório final, em parceria com meus colegas, com o Presidente da CPI, com os colegas da CPI, mas chegar a um relatório final que possa convergir para alguns projetos legislativos que devolvam a soberania perdida sobre a Amazônia e que permita que os índios, querendo, explorem o subsolo da sua terra, porque hoje eles são proibidos. Eles também se sentem, assim como os moradores da Reserva Chico Mendes, se sentem enganados. E é isso que a gente ouve de tantos que já foram à CPI e daqueles que a gente foi encontrar e ainda vamos encontrar agora mais comunidades indígenas no Mato Grosso na semana que vem.

Então, que a gente convirja, ao final da CPI, num relatório que proponha um conjunto de medidas e projetos legislativos que devolva ao índio, que dê ao índio o direito de explorar o seu subsolo, que devolva à União, ao Governo central, o poder sobre o subsolo que hoje ele perdeu. O próprio atual Presidente quis tirar petróleo à 175km da costa do Amapá, e o Ibama proibiu. E é incrível, porque, na divisa do Brasil, do lado de lá, na Guiana, estão tirando reserva de petróleo que já é mais de dois terços da reserva que o Brasil fechou em 2020. Se eu não me engano, grosso modo, o Brasil fechou 2020 com 140 milhões de barris de reserva. A Guiana, logo do lado de lá, Ribeiro, fechou com 8 milhões, é mais de dois terços. E, do lado de cá, no Brasil, não pode tirar. Nós estamos lá, esse pedido, a 500km da foz do Amazonas.

Então, a gente pode e deve fazer um relatório, em que, entre outras questões, a gente convirja para um pacote de medidas legislativas que dê ao índio o direito de explorar o seu subsolo, que devolva ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo central o poder sobre o subsolo nacional que hoje ele não tem e que limite o poder do Ministério Público – não é tirar, mas não pode continuar dessa maneira.

O PSOL entrou na Justiça, o Ministério Público proibiu e está parada a ferrovia, a importantíssima Norte-Sul. E outras tantas obras que estão paralisadas.

Então, quero dar a oportunidade ao colega Alan, porque o nosso Presidente deu esse privilégio a mim e ao Alan, e, em seguida, o Alan abrir a palavra para as pessoas, os nossos queridos colegas que vieram também conosco, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, aqui do nosso lado, e as pessoas que foram convidadas, os Parlamentares que aqui estão.

Então, esse é o objetivo.

Muito obrigado, Plínio.

No meu estado, mais do que nunca, eu não podia deixar de fazer o reconhecimento, essa oportunidade que o Brasil está tendo de repensar...

Eu vou terminar, só dizendo, irmãos, da hipocrisia mundial. Eu não falo inglês e isso me inibia de ir para fora. Casei novamente, está aqui minha esposa, a Thais, que fala e é responsável pela agenda internacional do Mato Grosso do Sul. Então, ela já ia ao evento de Nova York, por Mato Grosso do Sul, para cuidar da agenda do Estado em Nova York, isso me animou, porque ela é tradutora e eu fui pelo Senado. E eu constatei duas convicções. A primeira, meus irmãos: nós precisamos acabar com a ilusão de que o país rico vai nos recompensar. Não vai. Eles têm as demandas deles. Por mais que para nós eles sejam milionários, todos os dias em que nós saímos para pegar o metrô, sem exceção, nós nos deparamos com três, quatro, cinco pessoas excluídas – droga, doença mental, gente de rua. Então, eles têm a demanda deles. Não vão compensar 28 milhões de brasileiros, dividindo a riqueza deles conosco.

E a outra convicção que eu constatei, meu querido amigo Afonso, é a hipocrisia. Eu assisti a uma alemã, num dos painéis, falar do mundo inteiro, menos do seu próprio país, que está queimando carvão agora e que, antes de queimar carvão, já jogava mais CO₂ no planeta, a Alemanha, que é 40 vezes menor do que o Brasil, já jogava mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro. E, agora, neste ano, está aumentando, queimando carvão, porque a Rússia cortou o fornecimento de gás. Pediu licença para alguém? Não. Aceitou alguma ONG interferir no seu destino, na sua soberania nacional? Não. E eu a vejo falar e não tocou no nome do próprio país.

Eu vi, num outro painel, Alan, um orador, uma liderança importante do Canadá, lá do epicentro do fogo, que falou da preocupação ambiental com o mundo inteiro menos da com o país dele. E ninguém questiona nem a mulher da Alemanha, nem o homem do Canadá, que neste ano atingiu mais de 100 milhões de pessoas... O fogo foi tanto, a fumaça foi tanta que atravessou o oceano. Mas ninguém fala do Canadá. Lá nos Estados Unidos, no mesmo painel, eu vi o John Kerry se esquivar, feito siri ensaboado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando foi cobrado sobre as fortunas que eles prometem para a Amazônia e que não cumprem. Saiu escorregando todo. Ele representa quem? O Joe Biden, que este ano mandou tirar mais petróleo no Canadá.

Então, nós não podemos. Eles pagam ONG aqui para se infiltrar em imprensa, em universidade, na mídia para proibir a gente de fazer, mas ele mandou fazer de novo, como fez o Barack Obama, a mesma coisa. Mandou tirar petróleo do Alasca...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... e não pediu licença a ninguém.

A Noruega, que financia o Fundo Amazônia, também, este ano, mandou tirar mais petróleo do Mar do Norte. Perguntou para alguma ONG? Pediu licença para alguma ONG? Aceitou alguém questionar sua soberania? Não.

E, por fim, a Grã-Bretanha, aquele mesmo lugar que tem o Rei Charles – não é isso? –, foi questionar o Presidente do Brasil dizendo para o Presidente do Brasil tomar cuidado com a Amazônia. Sinceramente, o Presidente do Brasil deveria virar para ele e dizer: "Cuide você da Inglaterra!". Eles não sabem, Ribeiro, o que é APP. Agora, esse país, sabe quantas licenças de petróleo novas soltou agora, o novo Governo? Cem! Cem novas licenças. E, na mesma semana em que eu estava em Nova York, assistindo a essa hipocrisia, a Inglaterra anunciou que não vai cumprir os acordos internacionais de que ela participa e que ela exige de nós, e, assim como já fez a França no passado, a Inglaterra anunciou que não vai cumprir, porque, para cumprir o acordo que ela exige de nós, precisa retrainir a economia inglesa, e, segundo fala do Ministro do Interior da Inglaterra, a Inglaterra não pode ajudar o mundo à custa da pobreza, da miséria do povo inglês, mas nós podemos.

Então, irmãos, eu espero que a CPI cumpra o papel, que eu acho que está cumprindo, de mostrar ao Brasil uma parte da história que nós achamos que o Brasil não conhece e que, fazendo isso, possa terminar com um relatório que possa, aprovado no Congresso Nacional, devolver um pouco da soberania, libertar um pouco o povo amazônico, para que a gente possa tirar um pouco da riqueza que nós temos hoje para que o povo amazônico possa prosperar.

Muito obrigado, Plínio.

Passo a palavra ao Senador Alan Rick, e, em seguida, vamos abrir para as pessoas que foram convidadas. *(Palmas.)*

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discursar.) – Meu muito bom-dia a todos os amigos presentes nesta sessão do Senado da República, realizada, com muita honra, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Presidente da CPI das ONGs, o ilustre Senador Plínio Valério, um amazônida de Eirunepé, lá do Juruá, quase um acriano, bem como o nosso querido Styvenson Valentim, que é acriano, mas que nós exportamos para o Rio Grande do Norte – demos essa licença aos cidadãos potiguaras, para serem bem representados por um acriano no Senado da República –, e, obviamente, cumprimentar o meu amigo, que, de forma brilhante, tem produzido um trabalho extraordinário em seu relatório, Senador Marcio Bittar.

Marcio, você honra o Brasil e os brasileiros, você honra o povo da Amazônia. Quando você, corajosamente, enfrenta organismos poderosos, que recebem financiamentos gigantescos de países europeus, como você já citou, da Noruega e Alemanha, entre outros, você não está só peitando aqueles que querem perpetuar a pobreza na Amazônia e, muitas vezes, utilizar o nosso povo, o nosso extrativista, o nosso ribeirinho como massa de manobra para seus projetos de enriquecimento.

Vou dar um exemplo. A primeira biopirataria do mundo, vastamente estudada, foi realizada em 1876 por um inglês, Henry Wickham. Ele roubou sementes da seringueira e a Inglaterra levou para a Malásia, acabou com os seringueiros da Amazônia, biopirataria. E ninguém fala, a gente não vê os países europeus falarem o quanto roubaram os recursos naturais da Amazônia.

Então, Marcio, quando você corajosamente faz esse enfrentamento junto com o Plínio, junto com Styvenson e o nosso querido Vice-Presidente Jaime Bagattoli, coração de leão...

Está com quantos *stents* no coração, Jaime? E pontes safena? Quantos? *(Pausa.)*

Três *stents*?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Fez a cirurgia.

Esse homem aqui passou por uma cirurgia recentemente, nós todos em oração no Senado, e continua mais forte do que nunca.

Ontem chegaram ao hotel, foram dormir, e ele foi caminhar quatro horas na esteira. Por isso que está um atleta desse jeito, mas por quê? Porque tem o anseio de servir o seu povo, de estar em condições de continuar servindo a Amazônia...

(Interrupção do som.)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... servindo o seu Estado de Rondônia e abrilhantando o Senado Federal.

Cumprimentar o meu Presidente, Luiz Gonzaga.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem estivemos na Embaixada da China, tratando de um tema que há muito tempo, Deputado Eduardo Ribeiro, está adormecido, Marcio, e você tem nos ajudado nisso: a retomada das discussões para a construção da ferrovia transoceânica.

O Acre tem a oportunidade de ser não só o corredor de exportação do Brasil, mas, Deputada Antonia, através do Juruá, a sua terra, ser um dos maiores polos logísticos da América do Sul, através dessa ferrovia e da estrada para Pucallpa, embargada por ação de ONGs. Uma vergonha!

Ontem, na reunião de bancada, nós tratávamos acerca dos investimentos já em andamento, meu querido Ralph Fernandes, e falávamos a respeito da ponte de Rodrigues Alves, que precisávamos manter os recursos, e eu estou tratando isso com os nossos colegas da bancada, os Parlamentares. Marcio já é um dos grandes incentivadores e financiadores com as suas emendas da ponte, assim como eu, o Senador Petecão e outros Parlamentares da legislatura passada. E eu estou convocando os nossos irmãos da legislatura atual para continuar ajudando a colocarmos recursos para garantir que, no próximo ano, derrubemos esses embargos. Estamos trabalhando junto ao Dnit, e nós clamamos aqui para que o Ministério Público Federal, que já compreendeu, Ralph, a importância dessa ponte, mas, acima de tudo, que nós consigamos vencer esses entraves, Marcio, para construir o futuro de um povo. Não se faz desenvolvimento sem logística, sem estradas, sem pontes.

Quero cumprimentar aqui o Prefeito Tião Bocalom, que tem sido também um guerreiro na defesa desses valores tão caros a nós, que buscamos o avanço da produção, o avanço da qualidade de vida, da geração de renda na Amazônia. Cumprimentar aqui todos os nossos Deputados Estaduais presentes, já cumprimentei o meu Presidente; cumprimentar aqui o Deputado Eduardo Ribeiro, o Deputado Afonso Fernandes, o Deputado Marcus Cavalcante, o Deputado Tanizio Sá, a Deputada Antonia Sales, que já citei, o Deputado Pedro Longo, grande guerreiro, o Deputado Adailton Cruz, o Deputado Gene Diniz, imperador de Sena Madureira, junto com o Gerlen.

Quero fazer um cumprimento especial, Marcio, peço sua permissão para cumprimentar a bióloga, consultora ambiental, Diretora de Relações Internacionais do Governo de Mato Grosso do Sul, Thais Bittar. Muito obrigado, Thais, pela sua presença. *(Palmas.)*

Muito nos honra você nos prestigiar neste momento tão importante no debate e no desenvolvimento da Amazônia.

Saudar também aqui nosso amigo Luiz Antônio Vieira, da Associação Comercial de Cruzeiro do Sul. Obrigado, Luiz Antônio. Nosso querido Moisés Diniz, da Fapac, e Veruska, cumprimento todas as instituições do estado nas pessoas de V. Exas. Meu querido Valterlucio Campelo, que recentemente produziu um brilhante ensaio, um artigo a respeito da guerra de Israel contra os terroristas do Hamas.

Inclusive, anteontem, na Comissão de Relações Exteriores, Marcio, do Senado da República, querido Plínio, Jaime, Styvenson, que estiveram aqui no Acre durante essa importante reunião de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Ministro Mauro Vieira, eu fiz o seguinte questionamento: "Ministro, como o Brasil pode ficar neutro diante de um conflito de um grupo terrorista, assassino, criminoso, que matou e estuprou mulheres, entrou dentro das casas das pessoas e assassinou pessoas a sangue frio, jovens que participavam de uma festa foram massacrados, 260 numa noite, crianças decapitadas?"

O Embaixador de Israel esteve no meu gabinete e em lágrimas, Jaime, ele mostrava as imagens que eles têm, que não estão divulgando ainda nos meios, porque são bárbaras as imagens de crianças decapitadas, crianças, bebês queimados vivos pelos terroristas do Hamas. E eu questionava o Ministro: "Ministro, como o Brasil, que tem uma história extraordinária...", o Brasil tem uma praça em Jerusalém Velha, Praça Osvaldo Aranha, e lá tem uma placa dedicada ao nobre povo brasileiro, pelo respeito e amor que Israel tem pelo Brasil, porque foi o nosso Diplomata e Ministro Osvaldo Aranha, que, presidindo a Assembleia Geral da ONU, em 1947, garantiu o reconhecimento e a criação do Estado de Israel. Mais ainda, a partilha pacífica com o povo palestino, que também sofre, é bom que se diga. O Hamas é uma coisa, os palestinos são outra, o povo palestino sofre nas mãos desses terroristas, que utilizam seu povo como escudo.

Então a gente faz esse preâmbulo aqui exatamente para mostrar como são os discursos, as retóricas mundiais. E o Brasil, quando eu cobro do Ministro Mauro Vieira que tome uma posição em defesa do povo de Israel e de declarar o grupo Hamas como terrorista é para fazer valer a nossa história, Prefeito Bocalom, uma história bonita, uma história reconhecida por aquele povo.

E, quando eu falo aqui do Acre, o nosso povo vem sendo vilipendiado, massacrado ao longo de sua história. Eu citei aqui o roubo das nossas sementes de seringueira, Jairo Cassiano. Nós estivemos juntos na Reserva Cazumbá-Iracema, em 2020, se não me engano, ouvindo aqueles produtores rurais, duas vezes estive lá com o Jairo. E sabem qual o clamor deles, Marcio? O mesmo dos nossos irmãos da Reserva Chico Mendes, onde já estive várias vezes, a última vez em 2021, ouvindo exatamente isso, Senador Plínio, Senador Styvenson, meu amigo Jaime, Marcio Bittar. O clamor daquele povo é: queremos produzir, viver com dignidade, sustentar os nossos filhos, ter saúde, educação, energia elétrica.

Ouvimos relatos de pequenos produtores, dentro das reservas, que assinaram – coitados, semianalfabetos –, tiveram que pegar um papel e assinar uma multa de R\$140 mil. Se ele vender tudo que ele tem, ele não paga, coitado.

Na época, eu levei essa questão ao então Presidente do Ibama, Eduardo Bim, e fiz um relato para ele: "Eduardo, o ICMBio faz o seu papel, o Ibama cumpre o seu papel, mas esse povo está sendo massacrado!". Existem coisas que são feitas que são inadmissíveis! É um terrorismo! É possível fazer as duas coisas? Garantir que reservas sejam protegidas? Sim, mas e o povo que mora lá? Esse povo precisa viver! Então, ele não pode ser tratado como bandido, como criminoso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São coisas simples que nós temos que entender, mas é tão difícil, porque existem essas ONGs que fazem um trabalho político, arregimentam lideranças comunitárias... Deputado Marcus, arregimentam lideranças de povos da floresta, povos indígenas, enganam...

Eu me lembro, Marcio, quando nós estivemos, em 2019, com o Ministro Salles, visitando o ponto inicial das obras da estrada de Pucallpa. Ouvimos lá, Marcio, eu, os Parlamentares presentes a época e o Ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, ali, em um grande debate sobre a construção dessa estrada de Pucallpa, Walter Lúcio, as lideranças indígenas, na época, diziam: "Nós queremos a estrada! A estrada é progresso para nós, vai atrair mais turistas para o nosso etnoturismo, para a gente trazer mais dinheiro para dentro da aldeia".

Mas as ONGs fazem um trabalho... Algumas ONGs, existem as sérias, existem as ONGs corretas – o relatório do Senador Marcio e o trabalho do Plínio, do Styvenson e do Jaime vai demonstrar isso –, mas existem aquelas que recebem uma fortuna, gastam nos seus próprios interesses e repassam quase nada para a ponta, para o povo que precisa.

Então, esta CPMI, Moisés – você que é um amazônida, um defensor do nosso povo –, é extraordinária, sob o ponto de vista do resgate histórico e da defesa verdadeiramente do povo da Amazônia!

Então, eu quero encerrar agradecendo a oportunidade. Eu tenho um compromisso, agora, pois nós vamos fazer uma visita às obras do complexo esportivo da Funbesa, o antigo campo do Maracutaia, na Estação Experimental, abandonado há 20 anos, Deputado Gene. Nós estamos resgatando ali, com uma emenda nossa de R\$2 milhões, reconstruindo aquele complexo esportivo, meu amigo Pedro Longo. Pois eu convido os amigos, façam a visita ali, vai ficar uma obra linda para o uso daquele povo da Estação Experimental e dos bairros vizinhos.

Então, para finalizar, nós temos, sobre o debate da regularização fundiária e do licenciamento ambiental, que é tão importante. Jaime, você, que é um homem do agronegócio, sabe o quanto o produtor rural – temos aqui representantes do agro, como o nosso amigo Zé Lopes, meu querido irmão e suplente Gemil – sofre para fazer qualquer coisa na sua área, aquele que quer empreender! Por isso é que nós temos que avançar no texto da regularização fundiária e do licenciamento ambiental.

Mais uma vez, parabênizo Plínio, meu amigo e irmão amazônida Styvenson, Jaime e nosso irmão Marcio Bittar, pelo excelente trabalho. Naquilo que me couber, contem conosco. Contem comigo para darmos a justiça que o povo da Amazônia merece.

Viva a CPI das ONGs. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Colega e Senador Alan Rick, companheiro, mais do que colega é um companheiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcio se ausentou rapidinho. Ele é o Presidente, eu sou o Presidente afastado pela maioria. Então, eu não sei qual é a relação aqui, mas eu não poderia sair daqui sem ouvir o nosso Prefeito de Rio Branco, o Prefeito Tião Bocalom.

O SR. SEBASTIÃO BOCALOM RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia a todos. Quero aqui, em primeiro lugar, como gestor da nossa querida Rio Branco, desejar boas-vindas aos nossos Senadores Plínio Valério, que é o Presidente desta tão importante CPI; ao Styvenson, do nosso Rio Grande do Norte, um rio-branquense. E vou sugerir lá aos nossos Vereadores que eles arranjem um título para o Styvenson. Afinal de contas, ele é de Rio Branco, nos representando lá no Rio Grande do Norte. Então, seja bem-vindo.

Ao Jaime, que é daqui da nossa querida Rondônia, o homem do agro. Seja bem-vindo à nossa Rio Branco. Não sei se é a primeira vez que o Jaime vem aqui. É a primeira vez? Não, muitas vezes já, né? Pois é. Seja bem-vindo.

E quero agradecer imensamente a dois grandes amigos que nós temos aqui em Rio Branco, no Estado do Acre na política, meu querido irmão e amigo Marcio Bittar, que há muito tempo eu chamo de Senador orgulho, em função da postura que o Marcio tem tido. O Marcio é firme na defesa das suas convicções. E nada melhor para nós, que somos eleitores, que o político que nos representa seja firme nas suas convicções porque são essas suas convicções que ele leva na hora de pedir o voto. E depois, quando chega lá, alguns até, como dizem no estado, amarelam, mas ele não amarela.

O Marcio nos representa muito bem nas defesas dos nossos princípios e principalmente os nossos princípios políticos de direita, que a gente nunca negou, eu e o Marcio Bittar. Mais de 20 anos lutando contra a turma da florestaria, que achava que o macaco é mais importante que o ser humano, que uma árvore em pé é mais importante do que uma casa para o ser humano morar. Essa luta continua até hoje e a gente não nega. Eu e o Marcio travamos essa luta por mais de 20 anos. Então, eu fico feliz com isso.

O Alan Rick, que é um Senador agora, que lutou contra tudo e todos e a gente deve reconhecer isso aí. Mas a população entendeu no Alan o grande representante aqui para o nosso Estado do Acre. Então, parabéns ao Alan. O trabalho que ele está fazendo como o nosso Líder da bancada. Eu tenho certeza de que vamos ter muitos recursos direcionados ao nosso estado, aos nossos municípios.

Então, muito obrigado. Parabéns a esta CPI. Tenho certeza de que ela vai botar luz em muita coisa que estava sem luz. Não é não, Luiz? *(Pausa.)*

O Luiz Gonzaga é outro dos defensores da mesma linha de pensamento que nós: a Amazônia precisa se desenvolver. A Amazônia não pode ver a sua população, o ser humano que aqui vive apenas sobrevivendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu uso sempre uma expressão, meu Presidente, que algumas pessoas até ficam chateadas e acham que eu não deveria usar, mas eu uso. O ser humano aqui da Amazônia não deveria – é claro que em qualquer lugar do mundo, mas especialmente o nosso amazônida – apenas sobreviver. O ser humano da Amazônia deveria viver – e digo por que não sobreviver e a diferença entre sobreviver e viver. Para mim, sobreviver é comer, beber e dormir. Quem come, bebe e dorme – e foi Deus quem deixou assim – são os bichos. O ser humano tem mesmo é que viver. E viver é ter o básico, o recurso, o dinheiro para poder ter vida digna, porque viver é realizar sonhos; sonhos não se realizam com dinheiro. O ser humano é o dia todo sonhando. Se vai nascer um filho, eu já penso e sonho no que esse filho vai ser. E não adianta: eu preciso de dinheiro para poder tratar desse filho, para fazer esse filho ser o que eu sonho. Se alguém não tem uma bicicleta para andar, o sonho primeiro dele é ter uma bicicleta, porque ele quer se deslocar. Mas se ele tem uma bicicleta, ele pensa numa moto; se ele tem uma moto, ele pensa em um carro. Então a nossa vida é feita de sonhos. E viver é realizar sonhos e não se realiza sonho sem dinheiro.

E o que a gente vê, através dessas ONGs, no Brasil inteiro, é que nós não podemos nos desenvolver para ganhar dinheiro. O ser humano precisa de dinheiro. Primeiro é Deus; segundo, saúde, mas o terceiro é dinheiro. E dinheiro não cai do céu. É preciso trabalhar.

Por isso que eu vejo... Mesmo porque a Reserva Chico Mendes faz parte aqui também de Rio Branco, também está aqui em Rio Branco. Fico triste – e conheço a Reserva Chico Mendes há mais de 20 anos – em ver a forma como aqueles cidadãos, aquelas famílias, aqueles pais de família e crianças querendo ter uma vida digna, querendo viver, são proibidos, por interesses escusos que não são os nossos.

Nosso interesse deveria ser sempre em função da vida, da vida com qualidade, da vida do ser humano com qualidade. Não estou pregando aqui que a gente deve destruir a Amazônia, não. Não estou pregando aqui que tem de acabar com os nossos animais, não; estou pregando que aqui têm seres humanos. Como eu disse lá na Europa há pouco tempo, lá na COP: "Lá existem seres humanos e correm nas veias deles o mesmo sangue que corre nas veias dos europeus, só que aqui vocês têm qualidade de vida e lá nós não temos".

Vocês sabem o que é uma pessoa que mora no meio da floresta e de repente fica doente e tem que andar numa rede, carregado por duas, por quatro pessoas durante três, quatro, cinco dias, até chegar no beijo do rio, como a gente chama aqui, para poder pegar um barco e aí, sim, são mais cinco, oito dias, como acontece com quem mora em Santa Rosa, para chegar em Sena Madureira, onde tem hospital? Se não morrer, ele chega. Mas se morrer é enterrado onde ele morreu.

E, quando você fala isso, eles: "Mas é assim?". É claro! A nossa realidade é essa. Não é outra. Então, por que querem travar o nosso desenvolvimento?

Então, parabéns à CPI. Parabéns ao Senador Marcio Bittar. Mais uma vez eu lhe digo: você é um orgulho para nós pela postura que você tem, de defesa de princípios que não mudam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Plínio, pela postura que tem tido, como disse o Marcio, há mais de três anos lutando por essa CPI, mais de quatro anos lutando por essa CPI.

E, graças a Deus, eu acho que agora a gente vai botar luz onde não tem luz e vamos fazer a justiça que precisa ser feita com a população que sofre na realidade, e que muitas vezes é escravizada por ONGs que nada mais são do que interesses internacionais que não são os nossos, interesses que não querem ver o nosso desenvolvimento.

Porque se a gente explorar o subsolo amazônico, pode ter certeza: o Brasil vira o país mais rico do mundo. Mas não deixam exatamente por isso. Então, nós precisamos continuar dessa forma, continuar a lutar, porque nós não podemos desistir nunca.

Então, Senador Plínio, parabéns. Parabéns a toda a CPI e obrigado pela presença de cada um de vocês. E contem com o Tião Bocalom, que está atualmente como Prefeito de Rio Branco, mas nós estamos prontos para essa luta. Não vamos desistir nunca. Eu tenho certeza de que os Deputados que aqui vieram é porque se interessam pela causa, e essa causa é de todos nós. Parabéns a todos, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Prefeito Tião Bocalom. Vamos começar a ouvir aquelas pessoas que estão aqui no Plenário e foram convidadas. Vamos começar com o Sr. Luiz Antônio Vieira da Cunha, que é o Presidente da Associação Comercial de Cruzeiro do Sul. Para quem... Nossos convidados, Jaime e Styvenson, Cruzeiro do Sul é a segunda maior cidade do estado e é um polo lá no Juruá. Em torno de Cruzeiro do Sul, tem mais quatro municípios.

Vamos estipular cinco minutos, porque a gente quer ouvir a maior quantidade de pessoas, Parlamentares e pessoas que estão aqui na plateia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO VIEIRA DA CUNHA (Para expor.) – Muito bom dia a todos. Eu cumprimento aqui a mesa; o Presidente Luiz Gonzaga, que preside esta Casa; o Presidente da Comissão, da CPI das ONGs, o Senador Plínio Valério; e o Senador Marcio, que me fez o convite para hoje aqui estar.

Aos demais Deputados, membros desta Casa, muito bom dia. É a primeira vez que visito e conheço esse ambiente. Parabéns a vocês aqui por esse belo espaço, ornado por uma obra de arte belíssima, de um cruzeirense, o nosso Maquesson, artista, que fez essa obra de marchetaria. E a todos os demais membros da Comissão, muito bom dia.

Eu quero começar essa minha fala aqui citando uma frase que é mencionada no último *round* dessa luta pela regularização dos estudos, da viabilização dos estudos técnicos para a construção da ponte de Rodrigues Alves e da estrada até Pucallpa, até a fronteira, do lado brasileiro, a frase que o Procurador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, Senador, mencionou. Ele disse lá, no *caput* da sentença: "Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça". Isso está lá no texto da sentença judicial.

E hoje, Senador Plínio Valério, como amazônida que sou, lá da sua querida Eirunepé, porque também sou de lá e cresci lá, eu me sinto como bicho do mato que hoje tem voz, que hoje tem vez, e que podemos apresentar a nossa narrativa. Nós, amazônidas, podemos aqui dizer como nós pensamos a vida na Amazônia, o que nós queremos para as nossas populações, os sonhos que nós temos e que não aceitamos essas narrativas desenhadas lá em altos escritórios – muitas vezes no exterior –, para o que deveria ser feito aqui entre nós. Então, primeiro de tudo, que esta CPI está dando voz aos bichos do mato, como eu, que sou um juruaense exatamente que cresceu ali ao lado daquele Lago dos Portugueses, na nossa querida Eirunepé.

E por que estou aqui? Por que o Senador Marcio me fez o convite? Porque hoje eu presido a associação comercial mais antiga do Acre, a Acaj (Associação Comercial do Alto Juruá). Eu sempre digo, Deputada Antônia, nossa querida conterrânea – não é? – lá do Juruá, que a Acisa nasceu dois anos depois da nossa, lá do Alto Juruá.

Eu presido essa instituição, que foi fundada em 1909. Cruzeiro do Sul foi fundada em 1904. Então, ali, logo nos começos da cidade, foi criada uma associação comercial exatamente para pensar o futuro daquela região, as medidas necessárias para dar infraestrutura para aquilo que acontecia ali, com a presença daqueles seringueiros, daqueles nordestinos, os chamados retirantes, que vinham ali a convite por aqueles programas de incentivo do Governo Federal para atuarem e se colocarem ali.

Eu sou um desses descendentes desses nordestinos que vieram para a nossa região, assim como é toda a região do Juruá. Eu sempre digo: nós somos parecidos, nós falamos do mesmo jeito, temos as mesmas características.

Essa associação foi muito atuante no que aconteceu em 1910, o Movimento Autonomista. O que era o Movimento Autonomista, em resumo? Era o ideal da integração. O Movimento Autonomista pedia que a região fosse ouvida, porque a gente não queria ficar esquecido num limbo administrativo, porque nem o Governo do Amazonas cuidava e nem o Governo Federal, nós vivíamos isolados. O Movimento Autonomista é uma luta por aquilo que a gente está aqui hoje fazendo, integração, porque nós queríamos ser ouvidos, e esses ideais do Movimento Autonomista continuam até hoje, na nossa bandeira de luta, especialmente eu falo a partir dos ideais ali do Vale do Juruá.

E o Movimento Autonomista, eu quero frisar de novo, não lutava por independência da região, ele queria integração, e eu repito essa palavra porque ela faz parte da nossa luta. A história da Associação Comercial de Cruzeiro do Sul é uma história de luta pela integração. Transportar mercadorias para aquela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região foi sempre um grande desafio. A gente vive este ano uma seca que, como foi bem dito aqui, nem é tão extraordinária assim, e ela dificulta demais a nossa comunicação.

Então, levar mercadoria pelo rio nesse período era muito complicado. Integrar significava fazer uma nova estrada. Essa luta, bem lembrada aqui, vai acontecer aos poucos na luta em Cruzeiro do Sul por construção, melhorias do porto, construção do aeroporto e o sonho dos anos 60 e 70, com a chegada do Exército na região, daquela ligação, que era provisória. A estrada era aberta só no período do verão, mas era um grande alívio, porque exatamente coincidia com o período de seca do rio.

Então, aquela BR-364, para nós, do Juruá, é a mudança de vida, a mudança de qualidade de vida. Eu recorro que foi em 2011 que a BR teve a sua ligação definitiva, que acabou aquela coisa de fechar no período de inverno e reabrir – não é, Deputado? – somente quando a estiagem chegava.

Em 2011, passou definitivamente...

Quero mencionar aqui, porque o tempo é curto e não me posso alongar, a participação de um grande líder político no Vale do Juruá, que tem um grande mérito: quando assumiu o Governo do estado, ele botou na pauta política do Governo no Acre e do Brasil, porque é uma obra federal, que havia necessidade de asfaltar e de pavimentar a BR-364. Foi o ex-Governador Orleir Cameli quem deu os primeiros passos, começou, de lá para cá, a asfaltar. Desde então, nunca mais... Graças a Deus, Governo após Governo, deram continuidade a essa obra.

Agora, meus amigos, a história da associação, como eu disse, é uma história de luta por integração para o transporte de mercadorias, para o acesso à nossa população, para as comunicações, um aspecto muito relevante. Quando chegou, os mais antigos lembram, o sinal da Embratel na nossa região, foi muita comemoração. Eu já mencionei o aeroporto e a tão sonhada ligação com o Ucayali, com a região do Ucayali. A nossa Deputada Antônia, que é da região, conhece muito bem.

E as pessoas se perguntam por que essa insistência de vocês do Juruá de quererem essa ligação. Eu respondo, Senador Marcio, dizendo: é integração.

Hoje, de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, é possível chegar de carro, mas se percorrem 3,2 mil quilômetros, sendo que 200km somente nos separam. Em território brasileiro, somente 96km. São 46km até Mâncio Lima; de Mâncio Lima até a área do parque, mais 18km; e outros 31km, 32km até a fronteira. São 96km que nos separam de um povo-irmão, de uma cidade-irmã, que tem uma história parecida com a nossa, que tem as trocas comerciais praticamente estabelecidas. É só ligar. Tem insumos para a nossa agricultura, os fertilizantes. O nosso calcário, que a gente traz de Rondonópolis, caríssimo para chegar em Cruzeiro do Sul, eles têm os fertilizantes ali, próximos de nós, baratos.

Então, a gente quer essa integração porque é o futuro da nossa região, é oportunidade de vida, é possibilidade de crescimento, de melhoria de vida das nossas populações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem-me me alongar. Eu trago aqui a mensagem do povo do Juruá.

Obrigado por essa oportunidade.

E esses entraves todos, que a gente só... Eu só conheço, até falei isso pro Senador Marcio, eu só conheço as ONGs quando a gente faz algum projeto de desenvolvimento pra nossa região. Aí elas aparecem com 300 empecilhos judiciais, com muito aparato jurídico para impedir que a gente tenha acesso, como eles ou como o mundo tem, aos bens essenciais para a nossa sobrevivência.

Então, em nome das populações isoladas, que sabem o que é viver sem acesso a tudo, eu peço aqui que esta CPI nos ajude a quebrar esses entraves, para que a ligação Cruzeiro-Pucallpa possa acontecer o mais breve.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Quando eu vi aqui... É uma coisa particular, mas me deixa satisfeito. Quando eu vi aqui vocês falaram do Styvenson, e eu tenho escutado falar muito do Styvenson, quer querendo... Aonde eu vou, em qualquer lugar que eu for, em qualquer hora, qualquer dia, qualquer data, eu encontro um eirunepeense. E eu estava um tanto quanto macambúzio por não ter encontrado um eirunepeense, agora eu fico satisfeito também. Onde a gente vai, Luiz, seja em qualquer lugar, qualquer lugar. Não é à toa que o Eirunepé já deu... já teve três Governadores do Amazonas nascidos em Eirunepé. No meu caso, eu desci o Juruá, quer dizer, na descida, pro rumo de baixo todo ajuda; o Luiz veio no rumo de cima, e hoje está aí.

Um grande abraço, irmão.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vou chamar mais um dos convidados que vieram lá de Cruzeiro do Sul e, depois desse próximo convidado, vou começar a alternar: o convidado da população, uma liderança da população e algum Parlamentar. Dos Parlamentares desta Casa, Presidente Luiz, estão inscritos, pela ordem: o Adailton, o Deputado Tanízio, o Pedro Longo, Antônia Sales – que esteve agora, recentemente, junto com o Prefeito Zequinha, de Cruzeiro do Sul, lá em Pucallpa – e Eduardo Ribeiro. Então, eu vou começar a fazer alternando.

Com a palavra, o Sr. Ralph Luís do Nascimento, que é do Movimento Social Pró-Ponte de Rodrigues Alves.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdoem-me a questão do tempo, é porque a gente quer ouvir todo mundo e, por isso, a gente estabeleceu esses cinco minutos, o.k.?

Sr. Ralph. (*Pausa.*)

O SR. RALPH LUÍS DO NASCIMENTO FERNANDES (Para expor.) – Muito bom dia a todas as senhoras, a todos os senhores aqui presentes na Assembleia Legislativa do nosso Estado do Acre.

Gratidão a Deus, em primeiro lugar, e muito obrigado ao Senador Plínio Valério por presidir essa CPI tão importante, tão necessária para o povo do Juruá, do Acre e do Brasil.

Muito obrigado também ao nosso Senador Marcio Bittar, Relator desta importante CPI, que acaba nos convidando; e ao Senador Alan Rick, que por aqui esteve e que é, além de Senador, coordenador da nossa bancada acriana e Presidente de uma Comissão tão importante que é a de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigado também aos Deputados Estaduais aqui presentes, na pessoa do nosso Presidente e filho de Cruzeiro do Sul, o Deputado Estadual Luiz Gonzaga. Eu quero cumprimentar as mulheres na pessoa da Deputada Estadual da nossa região, da nossa terra, Antônia Sales, assim também cumprimentar todos os demais Senadores, assim também cumprimentar todos os demais Deputados Estaduais e instituições públicas dos municípios e do estado.

Muita gratidão por esta oportunidade.

Então, nós estamos aqui, na CPI das ONGs, representando o Movimento Social Pró-Ponte, que existe há... Neste ano, estamos completando 15 anos de luta, de peleja por uma causa tão plural e tão coletiva na Regional do Juruá. A nossa luta, no decorrer de mais de uma década, conseguiu inspirar e influenciar muitas gerações, muitos municípios e regiões. Inspirada na nossa luta da ponte sobre o Rio Juruá entre o perímetro do Município de Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, nós tivemos a inspiração da estrada que interliga Porto Walter a Rodrigues Alves, e nós sonhamos com a estrada de Marechal Thaumaturgo a Porto Walter, já que temos ali uma a Cruzeiro do Sul, a Mâncio Lima e a Rodrigues Alves, já que se consegue vislumbrar uma interligação.

Interessante citar que, no decorrer de toda essa história de muita luta e de muita peleja, nós estamos aqui em nome dos estudantes, dos trabalhadores e trabalhadoras, em nome dos empreendedores, comerciantes, empresários, mas, sobretudo, em nome da vida. Ali, naquela travessia que dá acesso aos demais municípios e regiões, onde, se Deus quiser, será construída a nossa ponte e onde, se Deus quiser, vai ser dada continuidade à tão sonhada interligação internacional do Brasil ao Peru a partir da Regional do Juruá, ali nós já perdemos vidas dentro de um Samu, porque a balsa de grande porte, alugada pelo governo do estado, que tem um cunho particular mas de servir de forma social, gratuita, às vezes, para por algum motivo, e os serviços de urgência e emergência ficam impossibilitados, ocasionando um transporte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mais de 60km para se ter acesso ao Hospital Regional do Juruá. Em nome dessas pessoas, estamos aqui! Viemos, saímos ontem às 3h da tarde, chegamos às 2h30 da madrugada, e aqui estamos na presença de tanta representatividade, num evento histórico para o Acre, que é este no qual estamos tendo esta oportunidade.

Queremos agradecer ao Senador Marcio Bittar, que, quando relatou o Orçamento, teve a oportunidade de levar o Senador Davi Alcolumbre lá onde a história do Juruá começou, D. Antônia Sales. Ali era, naquele trecho, a antiga aldeia indígena dos nauas, dos índios nauas – ali é o Estirão dos Nauas –, onde será construída a ponte. Ali é onde toda a história do Vale do Juruá começou, porque nós entendemos e compreendemos que a história do Brasil não nega que os indígenas são os nossos primeiros habitantes. E ali, naquela ocasião, foi plantada a semente de que os recursos para os primeiros projetos, que a gente chama de Evtea, que são os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, o Senador Marcio Bittar conseguiu. Foi uma conquista histórica para todos nós, para o povo do Juruá, para o povo do Acre.

O Dnit, com esses recursos, licitou, é o conhecido Edital nº 130, do ano de 2021.

A empresa vencedora tinha a responsabilidade de iniciar, como iniciou, e dar continuidade.

De imediato, foi impetrado, por algumas ONGs – e aí a gente pode citar a Associação SOS Amazônia, a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá, a Comissão Pró Índio do Acre, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas e o dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – uma ação civil pública. E essa ação civil pública, eles deixam claro que é contra a interligação do Brasil com o Peru.

Então, eles justificam que são vários motivos ali. E eles também mencionaram que não são contrários à ponte de Rodrigues Alves e de Cruzeiro do Sul. O MPF comprovou isso, através do seu posicionamento, e o Dnit entrou com recurso. O MPF foi no dia 27 de junho deste ano. O recurso do Dnit é do dia 2 de agosto deste ano.

Então, nós temos alguns extremos que até parece, Senador Marcio, que nós não defendemos a vida na floresta, das comunidades tradicionais, dos povos tradicionais, dos indígenas. Não; eu e todos nós, tenho absoluta certeza, somos favoráveis a toda a biodiversidade e à riqueza que ali se encontra, naquele trecho da Serra do Divisor. Todos nós. E parece que nós somos contra tudo isso, porque, quando se fala na estrada e na interligação para desenvolver o Juruá, o Acre e o Brasil, dá um ar de que nós queremos acabar com tudo isso. E não é isso. Nós temos que deixar claro o que nós precisamos. Nenhum povo, na história da humanidade, se desenvolveu, possuiu riqueza daquilo que Deus proporcionou, se não foi pelo viés da interligação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos deixar os extremos e os egos de lado, tanto nós que queremos as pontes e as estradas, como eles que querem a proteção dos povos e do meio ambiente, e nós temos que derrubar todos os muros.

Tenho absoluta certeza que esta CPI vai derrubar todos os muros para que seja possível e necessário o Brasil construir todas as pontes e todas as estradas, sejam regionais, seja de cunho nacional e internacional, para que o desenvolvimento possa chegar às pessoas, porque, além das vidas nas florestas, além dos povos, além dos animais tão importantes, além das florestas, tão importantes para a nossa sobrevivência, nós temos as pessoas, porque os municípios e o Estado do Acre são lugares pobres. Nós temos a folha de pagamento do governo do estado, a folha de pagamento das Prefeituras e nós temos uma grande população que sobrevive das bolsas, dos programas. E temos ainda aquela população que sobrevive abaixo da pobreza. E nós precisamos nos apropriar das riquezas que Deus deixou, de forma sustentável e responsável, respeitando a legislação, para que a gente possa abrir caminho, para que as pessoas possam ter oportunidade de vida.

Eu tenho vizinhos pobres que não têm oportunidade de vida, em Rodrigues Alves, no Juruá inteiro, no Acre inteiro. E nós precisamos construir pontes, estradas, para que as pessoas possam também ter o privilégio de viver dignamente.

É por isso que eu andei um pouco mais de 12 horas com o companheiro Luiz Cunha, para que nós pudéssemos vir aqui, junto com todos vocês, convidar todas as ONGs do Acre e dizer: vem cá, vocês querem a vida nas florestas? Nós também queremos. Vocês querem oportunidade? Nós também queremos. Mas, então, nós vamos deixar os extremos de lado, e essa CPI, eu tenho absoluta certeza de que o relatório final dela, com o apoio do Movimento Social Pró-Ponte, com o apoio de todas as instituições e entidades, nós vamos derrubar todos os muros para construir todas as pontes e estradas, para que possamos desenvolver e trazer oportunidade de vida, qualidade de vida para as populações como um todo.

Gratidão a Deus, gratidão pela oportunidade. E nós somos do lado da interligação e do desenvolvimento regional, nacional, para que o ser humano, enquanto a principal criatura, a criação de Deus – porque o Brasil é um país cristão –, possa ter o privilégio de também usufruir a riqueza que Deus nos proporcionou, que foram as florestas. Mas, para isso, precisamos, juntos, tirar todos os extremos da mesa para abrir caminho para o desenvolvimento, levando em consideração o ser humano como principal pivô, como centro da vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Peço, mais uma vez, desculpa aos convidados, porque, enfim, na honrosa missão que me deu o Plínio, cabe a tarefa de cuidar do tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme prometido, passo ao – agora vamos intercalar – Deputado Adailton, que, tenho certeza, vai ser rígido nos cinco minutos.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ ADAILTON CRUZ PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos os nossos presentes aqui na sessão. Para mim, é um prazer participar aqui com vocês, falando um pouquinho para o nosso Acre, para a nossa população.

Inicialmente, quero cumprimentar aqui a mesa, na pessoa do nosso Presidente, Deputado Luiz Gonzaga, do nosso Senador Marcio Bittar – e eu estendo aos demais membros da CPMI –; o nosso Prefeito também, Sebastião Bocalom, grande Prefeito aí, de luta, buscando aí melhorias para nossa Rio Branco, e que, até há pouco tempo, a gente estava lá na Câmara de Vereadores juntos. Prefeito, prazer em revê-lo. Boa sorte, e vamos em frente.

A meus colegas e à população do nosso estado, aos nossos Senadores, especialmente à CPMI, primeiro o meu reconhecimento, os meus parabéns pela coragem, pelo trabalho que estão fazendo, e eu espero muito que o nosso Senado Federal, que a nossa CPI realmente traga resultados positivos para todos nós, para o nosso estado, para o nosso país.

Mas eu, particularmente, aproveito a oportunidade, além de agradecer o momento de dar voz ao nosso país, àqueles que mais precisam, ao nosso estado... Aproveito e resumo a nossa fala aqui para um desabafo, um desabafo bem objetivo, Deputado Tanfizio e os nossos demais pares que aqui estão, Deputado Eduardo Ribeiro, e para dizer o seguinte: eu sou do PSB, Partido Socialista Brasileiro, mas eu não comungo e nem defendo nenhuma política de atraso e que condene a população mais carente, mais desassistida, a morrer na miséria, na fome, no sofrimento, com falta de desenvolvimento e de apoio. Eu não sou a favor e não apoio esse tipo de política, e estou aqui para contribuir com o melhor para o nosso estado.

Eu nasci num seringal, Seringal Esperança, na cidade de Tarauacá, e, com oito anos de idade, – meu irmão Nonato, que está aqui, não me deixa mentir –, adoeci e tive que ser carregado nos ombros dele e do meu pai por quase três dias para chegar à cidade para ter direito a uma consulta e meu pai ter que me mandar embora com oito anos para ver se eu conseguia sobreviver. E isso tudo é resultado da falta de apoio e de desenvolvimento para aqueles que moram na zona rural, os ribeirinhos, na zona urbana.

A gente está aqui para dar direito a todos, inclusive o acesso à saúde, à infraestrutura, ao desenvolvimento. Nós temos que usar o que é nosso para nós. (*Palmas.*)

Nós não podemos permitir que as ideologias e que o poder do capital do mundo desenvolvido nos condenem a vida eterna ao fracasso e ao subdesenvolvimento, voltarmos à era da Pré-História, onde nem o fogo a gente tinha. Como é que nós vamos exigir que um pai ou uma mãe de família tenha sonhos e se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolva sem que ele possa sequer derrubar uma árvore, sequer plantar o seu arroz, o seu feijão, a sua macaxeira, o seu milho, o seu amendoim?

Eu tenho irmãos agricultores analfabetos que vivem até hoje da terra e que são desrespeitados por esses órgãos de controle, que chegam de forma truculenta e desrespeitosa sem dar sequer a oportunidade de que eles sejam ouvidos, ameaçando, colocando fuzil em cabeça de agricultor, de pai e mãe de família e de crianças. Isso tem que acabar. Nós temos que dar oportunidade àqueles que vivem dignamente, honestamente, para que tenham o direito de formar seus filhos, de ter saúde, de ter seus sonhos realizados.

Parabéns a esta CPMI! Parabéns àqueles que têm coragem de dizer "não", de dizer "não" ao abuso! Eu não vou sobreviver no campo comendo capim. Eu não sou herbívoro. Eu preciso ter condições para desenvolver, eu preciso de estrada, de ramal, eu preciso ter o direito de sonhar, de buscar o que é melhor para mim, e, para isso, a gente precisa de políticos que nos representem dessa forma, seja peitando o que for necessário, seja mudando a legislação, mas, acima de tudo, exigindo respeito àqueles que tanto precisam. Quantos aqui não estão sendo vítimas de abuso, de desrespeito, e não têm voz de dizer chega?

E, para finalizar, eu quero compartilhar, para finalizar o nosso desabafo, parabenizar os nossos Senadores, pedindo mais uma vez o apoio e contando, inclusive, com a nossa voz aqui na Assembleia Legislativa, quero finalizar aqui com um vídeo onde um agricultor foi recentemente agredido na zona rural de Eptaciolândia, e isso ocorre a cada dia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ ADAILTON CRUZ PEREIRA – Isso aí foi mais um agricultor que foi vítima da truculência policial, duas viaturas do Ibama e do ICMBio, chegaram com um fuzil apontando a arma na cabeça desses pais de família que lá estavam trabalhando.

Muito obrigado.

Sigam em frente! Que Deus os abençoe! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nós é que agradecemos.

Dando sequência, vamos chamar Valterlucio Campelo, Mestre em Economia Rural, Escritor e Articulista.

Enquanto o Valterlucio vem para a tribuna, o Senador Plínio mencionou aqui uma coisa que é bem ilustrativa. Ralph, você está dizendo que tem 15 anos o Movimento Pró-Ponte. Nesses 15 anos, uma ONG chamada FAS, que é de um sujeito chamado Virgílio Viana, nesses 15 anos pegou quase meio bilhão de reais. E agora é essa entidade que está para receber da Alemanha R\$78 milhões, nesses mesmos 15 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Valterlucio.

O SR. VALTERLUCIO BESSA CAMPELO – Bom dia a todos. Meus cumprimentos especialmente à mesa. Como o tempo é curto, quero fazê-lo na pessoa, aliás, entusiasmado, do Senador Plínio, que tem liderado a CPI das ONGs. E penso que está fazendo, junto com o Senador Marcio Bittar, na qualidade de Relator, e dos demais componentes, um trabalho excepcional e necessário para este país. Quero com isso cumprimentar a mesa, os nobres Deputados e os demais presentes. Vi ainda há pouco aqui o Gilson Pescador, um grande amigo e colega da Faculdade de Direito.

A minha presença aqui se deve a um convite feito pelo Senador Marcio Bittar para que eu pudesse pelo menos tratar de algumas questões que eu acho cruciais nisso.

E uma delas é essas mãos dadas entre o Ministério Público e as ONGs, porque há de haver um encontro. E onde é que eles se encontram? Eles se encontram na defesa da sociedade. A Constituição determina ao Ministério Público uma função, que é defender o direito, defender os direitos sociais individuais, defender a democracia, etc.

As organizações não governamentais, por si mesmas e com a possibilidade de se juntarem – as pessoas são livres para isso –, podem escolher determinadas áreas para defender, e eles se juntam para fazerem essa defesa. O que não pode? O que não pode é eles se juntarem para que uma pegue na mão e guie a outra.

Não é razoável que ONG aqui no Acre, no Amazonas, no Pará ou onde quer que seja, puxe pela mão o Ministério Público. Não é a vontade do membro, do presidente da organização que determinará a força com que age o Ministério Público. Há que haver bom senso dentro desse consenso.

Quero tratar também aqui o seguinte. Quer dizer, eu cheguei aqui há muito tempo, há uns 40 anos. E cheguei aqui com chaves, Senadores, chaves de abrir: chaves de abrir comércios, chaves de abrir lojas, chaves de abrir fazendas, chaves de abrir manufaturas. Chaves. Eu podia fazer o que quisesse. Por meu intermédio, pelo menos dez irmãos e colegas de profissão eu mesmo trouxe para cá. Aqui era uma terra de oportunidades. Isso nos anos 80.

Nós estamos em 2023 e nós vivemos numa terra que expulsa os nossos jovens. E expulsa os nossos jovens porque, durante os últimos 20, vinte e poucos anos, esta terra se transformou numa terra que distribui cadeados. Não pode. Tem o cadeado da loja, tem o cadeado da fazenda, tem o cadeado da colônia, tem um cadeado em qualquer lugar para onde se vá. Essa distribuição de cadeados – com isso entendam essa distribuição de inibição de atividades, de inibição de infraestrutura – determina que o Acre, hoje, tenha, em relação ao PIB nacional, a mesmíssima coisa que tinha em 1975. O Acre, em 1970, tinha um PIB maior do que o de Rondônia. Em 75, já era menor. Em 1996, o PIB do Acre alcançou o primeiro bilhão e era metade do PIB de Rondônia. Hoje, nós somos um terço do PIB de Rondônia. O que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

é que aconteceu? Aconteceu que tivemos cadeados há mais de 20 anos, numa política que, no meu entendimento, é a primeira camada de muitas camadas acima de nós.

O concerto ONG-Ministério Público, no Estado do Acre, é uma camada superposta por uma camada nacional onde estão as instituições nacionais, o ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente, etc., que está sob uma camada que é do meio ambiente e que é do Governo Federal, que está sob uma camada que é da ONU e que é do Fórum Econômico Mundial, ou seja, furar essa camada que nos impede de fazer uma estrada rigorosamente necessária... Não há razão que desminta a necessidade intrínseca dessa estrada, falando agora da estrada a que se referia o meu antecessor.

Estabelecer no Acre funções, ter o Acre um papel de desenvolvimento na região e dar a este papel condições de ser exercido pelos Governos, pelas Prefeituras, pelas instituições é furar a primeira camada desse negócio, porque em cima dessa camada haverá outras camadas.

Eu estou muito preocupado – peço mais um minuto, por favor – com a questão que hoje se coloca com muita crueza em São Félix do Xingu. Na Terra Indígena Apyterewa existiam algumas famílias, algo em torno de 250 famílias. Essa terra foi homologada em 2007. Veio agora a Força Nacional para fazer o processo de desintrusão. O que é desintrusão? É tirar os intrusos. E quem eram os intrusos? Os não índios. Mas os não índios estavam lá há muito tempo, mesmo antes da homologação de terra indígena. E como é que se faz isso? Então, a vila inteira, a Vila Renascer, foi praticamente limada do mapa, queimada. Queimaram lojas, queimaram casas, assassinaram, com tiro de fuzil, um trabalhador. Desintrusão.

Eu me pergunto se, por um acaso, resolvessem fazer algo semelhante... Não se trata de terra indígena, mas se, por um acaso, quisessem fazer um processo semelhante numa unidade de conservação, e aí a ordem virá da camada superior, e se essa desintrusão, essa desocupação, atingir uma unidade de conservação como a Reserva Chico Mendes? O que faremos? Vamos assistir impassíveis a que centenas de trabalhadores sejam escoreçados da Reserva Chico Mendes porque eles não são seringueiros e a Reserva Chico Mendes foi feita para seringueiros? Ou vamos apartar o pedaço que não se aplica mais ao objeto inicial da reserva, de 1 milhão de hectares, que foi muito mal medida, muito malfeita, diga-se de passagem, porque foi feita na ressaca da morte de Chico Mendes, todo mundo louco para fazer reserva, etc., etc. Então, nós vamos assistir a isso?

E, considerando a Amazônia inteira, que tamanho de problema nós temos? Só que isso não são camadas aqui. Isso está numa camada superior. Daí a minha convicção...

(Soa a campanha.)

O SR. VALTERLUCIO BESSA CAMPELO – Estou terminando.

Daí a minha convicção, Senador, de que – e o meu prestígio, o meu aplauso aos senhores, ao Senador Plínio, ao Senador Marcio, a esta Comissão –, de que consigam, ao final, produzir um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documento e produzir efeitos que limitem esta ação deletéria sobre a nossa expectativa de desenvolvimento na Amazônia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Jaime Bagattoli, nosso colega Vice-Presidente da Comissão, pede a palavra.

Em seguida, pela inscrição, Deputado Tanízio, em seguida ao Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui o Presidente da Assembleia, o Luiz Gonzaga; o nosso Presidente da CPI, o Plínio Valério; o nosso Senador Styvenson; o Marcio Bittar; o Prefeito Tião Bocalom.

Quero cumprimentar todos os empresários aqui na pessoa do Presidente à frente da Associação de Cruzeiro do Sul, o Luiz Vieira da Cunha.

Cumprimento todos os produtores rurais, os Deputados Estaduais, Vereadores, demais autoridades e a população, as pessoas que residem aqui no Acre e região.

Eu quero dizer, primeiramente, sobre o que as ONGs têm feito. Aqui ouvi o Luiz Vieira, o Ralph, o Deputado Adailton, o Valterlucio. Praticamente todas as reivindicações, todas as reclamações, todas as pautas que são colocadas aqui são muito idênticas.

O que acontece com o nosso Estado do Acre, com a situação das ONGs, do ICMBio, com essa situação da própria WWF, que também ajuda a intervir, o Ibama, a Polícia Federal, impedindo os produtores, não só do nosso Estado do Acre, mas de todos os estados da Amazônia, tenham interferência sobre as ONGs, sobre o que acontece, com tanta repressão sobre nós, sobre as pessoas que produzem no Estado de Rondônia?

Eu quero dizer, primeiramente, da diferença do Acre para São Paulo. São Paulo está praticamente a 100km, a capital de São Paulo está a 100km do Oceano Atlântico. O Acre, aqui, Cruzeiro do Sul, está praticamente a 1.100km do Pacífico. Então, para nós que moramos na Região Norte, tudo é "não", tudo não pode para a Região Norte.

Como que uma região igual ao Estado do Acre... Essa estrada do Pacífico não só vai beneficiar o Estado do Acre, mas também o Estado de Rondônia. Pra vocês entenderem, em Pimenta Bueno – está quase lá no sul, chegando próximo do meu município, que é Vilhena –, ali é o divisor de águas entre o Atlântico e o Pacífico, é o divisor de águas pro Atlântico e pro Pacífico, e há anos que nós viemos lutando por essa estrada. E eu andei nessa estrada que foi aberta. Essa estrada, que tem hoje pro Pacífico pela Cordilheira dos Andes aqui, nela é impossível o tráfego ali pra caminhões pesados. Eu andei. Fui,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou motorista de caminhão, entendo e sei como é que funciona uma rodovia. Aquela rodovia ali, ela é impossível, ela só funciona pra carga leve, e podemos esquecer isso pra transporte pesado a longa distância sobre pneus, sobre rodas.

O que nós precisamos enfrentar, o que todos os estados da Amazônia precisam enfrentar... Nós não somos contra o Ministério Público. O Ministério Público tem, sim, que fazer o papel dele, mas o Ministério Público tinha que estar, sim, fiscalizando essa situação que nós temos hoje dentro da Reserva Chico Mendes. Tanta coisa que tem errada dentro dessas ONGs, dentro do ICMBio! O Ministério Público precisa nos ajudar, e fiscalizar, e olhar, e ver de perto o que está acontecendo com essas pessoas, e isso tem que ser feito. Isso é...

Senador Plínio, você, Presidente dessa CPI, e nós, Senadores, temos a obrigação, sim, e não podemos esperar, não, terminar a CPI, não; nós temos que ir antes. Vamos pro Ministério Público, vamos conversar, porque nós precisamos chegar a uma conclusão do que está acontecendo com essas pessoas dentro da reserva.

E digo mais pra vocês: a situação do produtor rural é absurda. O que está sendo a repressão não é só no Estado do Acre, é em todos os estados da Amazônia, é nos sete estados da Amazônia, é em toda a região.

E digo mais pra você: quando ele falou aqui, o Valterlucio, que o PIB do Estado do Acre é um terço, Marcio, é um terço do do Estado de Rondônia, que é o meu estado, que eu ajudei... Eu vim no início da colonização, na década de 70, porque só existiam dois municípios: Porto Velho e Guajará. Era um território, e aqui Valter... O Valter está ainda aí? Valter, você tem razão quando você fala que já era estado, e Rondônia era um território. Só que Rondônia, a única vantagem que nós tivemos na frente... Porque eu sou conhecedor – só entrei pra política agora, sou empresário, sou produtor rural e sei as dificuldades do pequeno produtor –, porque eu conheci a colonização que foi feita na década de 70 até 1985 no Estado de Rondônia, ainda, então, dentro do Governo do regime militar, e o Estado do Acre não teve esse privilégio naquela época. O Estado de Rondônia foi o único estado do Brasil testado realmente por uma reforma agrária.

E agora nós estamos sofrendo a mesma repressão que todos os estados da Amazônia estão sofrendo. Depois de anos é que agora nós tivemos, a Casa, a Câmara Federal... o Senado teve a coragem de votar o marco temporal, que vocês acompanharam. ONG. Nós também não somos contra o Supremo Tribunal Federal, mas o Supremo Tribunal Federal não tem condição de dizer onde tem que ser uma reserva indígena. O Supremo Tribunal Federal tem que entender que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal é que legislam, é quem faz as leis, o Supremo só tem que cumprir.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E o que eu quero dizer com isso para vocês? Nós não podemos sacrificar milhares de famílias que têm no campo hoje. E quando nós falamos sobre o marco temporal, pega de sul a norte, aí entram todos praticamente, 100% dos estados da Federação.

Mas, gente, eu quero dizer para vocês que nós estamos não só impedidos de crescer na Amazônia, não só impedidos de ter uma vida melhor na Amazônia, aqui nós estamos impedidos de sobreviver. Nós estamos impedidos por tudo, para fazer uma estrada, para fazer uma ferrovia, aqui tudo é não. Aqui nós não encontramos a palavra sim, nós só encontramos, dos órgãos, a palavra não.

Nós precisamos ter coragem, sim! Nós vamos ter muitas dificuldades – viu, Marcio? – para nós enfrentarmos essa situação, mas Deus vai nos ajudar, e nós precisamos vencer essa batalha. Nós precisamos construir uma ferrovia, sim, a ferrovia vai ajudar o país todo, não é só... e vai desafogar hoje a escoação da produção agrícola, e nós vamos ter condição de ter uma vida melhor na Amazônia, porque o nosso pequeno produtor está de joelhos no campo. Ele está de joelhos no campo devido à questão ambiental, devido a todos os entraves que são colocados para se produzir neste país.

E, para terminar, quero dizer para vocês, hoje estão vendo – viu, Marcio? –, está aqui o Plínio Valério, que se tivesse hoje a 319, estaria beneficiando Rondônia, estaria beneficiando o Acre, principalmente o Amazonas, Manaus, e hoje não tem a estrada. Vocês viram a condição em que o rio chegou. E o rio, sim, o rio nos é benéfico para o transporte de carga pesada, mas para o transporte de produto industrializado, que é o que o Amazonas tem, que é o que produz em Manaus, na Zona Franca de Manaus, que o nosso setor produtivo, do pequeno produtor... Do Estado do Acre, do Estado de Rondônia, pode ser beneficiado desde o hortifrutigranjeiro ao produto industrializado de aves, de suíno, de bovino, enfim, da industrialização.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nós que agradecemos.

Com a palavra, Deputado Tanízio.

O SR. TANÍZIO SÁ (Para expor.) – Senador, vou pedir para falar aqui mesmo, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Claro.

O SR. TANÍZIO SÁ – Para ganhar tempo, e vou dispensar as apresentações aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só peço para respeitar os minutos.

O SR. TANÍZIO SÁ – ... para ganhar um tempinho a mais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o nosso Senador Marcio Bittar e, na pessoa dele, cumprimento todas as autoridades presentes, Senadores dos três estados de nosso país, é um prazer.

Senadores, Senador Plínio, o senhor está no estado que preservou mais do país, nós temos 85% da nossa área preservada, e 47% dela são reservas indígenas e florestas de áreas de conservação.

Então eu fico imaginando, nós passamos por isso, Senador, imagino vocês, que exploraram mais. Nós preservamos mais do que todo o país, o Estado do Acre preservou, e somos tratados dessa forma, imagine, fico pensando vocês como é que estão passando lá.

Eu tenho umas imagens para mostrar aqui, Senador Marcio Bittar, Presidente, Relator da CPI, sobre um acontecimento que teve aqui entre Amazonas e Acre, numa divisa ali, o que o Ibama fez lá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. TANÍZIO SÁ – Eu vou traduzir aqui para vocês, Senador. Isso aí, eles pousaram lá de helicóptero. As falas estão um pouco ruins. Aí era uma propriedade particular, o pessoal não estava em casa, eles pegaram óleo queimado que tinha na propriedade e derramaram em cima do sal, pegaram uma roçadeira, que foi a Prefeitura que deu quando eu fui Prefeito lá, e jogaram dentro do rio, tem as imagens dela aí também, pegaram os remédios de curar o gado lá e picharam a casa, ainda pintaram "Ibama".

Então, esses trabalhadores que moram nessa região aí, lá da Amazônia – fica na Amazônia isso aí, no seu estado –, eles são realmente um pessoal muito trabalhador, eu conheço lá, até porque no Rio Purus é uma cidade que... Manoel Urbano dá assistência lá, é uma cidade do Acre. Como fica distante de Boca do Acre, então, escola... Nós fizemos açude nessa região toda, tudo é feito por uma cidade do Acre, e esse pessoal lá foi humilhado. Quando viam um helicóptero lá, as crianças tudo corriam para a mata. Você imagina, um cidadão desses chega lá...

Só que eu, no dia 12/07, impetrei uma ação junto ao Ministério Público Federal, aqui com assinatura de 23 Deputados Estaduais e um Deputado Federal também, pedindo providências. Se todas as atrocidades dessas, inclusive a que eu vi o Deputado Arlenilson... Tinha que denunciar, tinha que reclamar. Nós não podemos ficar calados com isso porque estamos falando de brasileiros que vivem lá isolados, que têm tão pouco, que preservaram 85% das suas florestas, tratados desse jeito.

Então, aqui no começo, nós barramos um pouco. O senhor não podia imaginar, quando falava em Ibama aqui era todo mundo correndo, porque eles entraram com muita sede no pote, isso foi um fato. Depois fizemos uma audiência pública aqui com todos os sindicatos, o Ibama estava aqui presente também, todos os representantes dos municípios do Acre, o Senador Marcio Bittar esteve presente também, então, barrou um pouquinho, melhorou um pouco, amenizou um pouco o sofrimento.

E quando, Senador Marcio Bittar... Eu tenho um irmão que é Prefeito de uma cidade de nome Santa Rosa do Purus, de Manoel Urbano para lá, nessa época, Senadores, chega a gastar 29 dias. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor sabe quanto custa um metro de brita lá, que em Rondônia é R\$100? Chega por R\$2.160 um metro de brita. Você imagina para uma cidade daquela, uma empresa, e pela tabela do Sinapi, o mesmo preço que é fazer uma escola, uma quadra lá em Rondônia é lá também. Isso aí também vocês teriam que puxar, Senador Marcio Bittar, para alterar a tabela Sinapi nessa Região Amazônica, porque não tem como uma empresa, qualquer empresa que vai construir lá quebra, porque vai pagar para trabalhar para o município ou para o estado, ou para a União, para executar uma obra. Então a situação é muito difícil lá.

Nós temos mais de 30%... Meu irmão lá ensaiou de fazer um pique, um caminho para fazer um licenciamento ambiental, para fazer uma estrada para ligar Santa Rosa a Manoel Urbano, dá em torno de 196km. Já impetraram uma ação, uma ONG, no Ministério Público Federal, e o Ministério Público já pediu à Justiça, só que foi arquivado porque não existia nem projeto, estava fazendo um pique para poder fazer. Como é que vai fazer um licenciamento se não tem como chegar lá? E aí já foi notificado, saiu na imprensa toda que foi barrado.

Agora vamos esperar que a gente consiga, Senador, com essa força de vocês lá no Senado Federal. Nós temos mais de 30% dos Senadores, do Senado Federal, na Amazônia. São 9 estados de 27, mais de 30% no Senado Federal, e têm força. É uma bancada federal forte também, se uniu todo mundo, nós vamos conseguir vencer isso aí.

Então... Eu sei que o tempo aqui é curto. Eu sou o Presidente de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, tenho trabalhado intensamente nessa questão, visitando e conversando, sempre com o aval do nosso Presidente da Casa, levando e tentando defender o direito dos trabalhadores. Nós acreditamos também no agronegócio no Acre. Nós sonhamos também um dia ter vidas melhores que nem tem o Estado de Goiás, que nem tem São Paulo, que nem tem Santa Catarina.

Eu visitei, Senador Marcio Bittar – passei nove dias –, Santa Catarina. Visitei 11 municípios e eu vi lá o desenvolvimento. Eu não tenho inveja de ninguém, mas fiquei com ciúmes um pouco deles, da forma como eles vivem. É igual ao senhor, que é catarinense de origem e rondoniense de coração, que sabe o desenvolvimento lá da região de vocês. Eu estive na região oeste ali de São Lourenço, Chapecó, Palma Sola, aquela região ali, e fiquei encantado com aquela região. Estivemos lá, nós fomos numa comitiva com vários Prefeitos, com a Federação do Comércio, com associações comerciais, e trouxemos algumas coisas de bom de lá para cá. Inclusive tem investimentos que vão vir para cá também, Senador.

E aqui nós vamos fazer o que nós pudermos na Assembleia, como Parlamentar. Essa Assembleia tem se colocado à disposição dessa Comissão também. Todos os Parlamentares aqui estão preocupados e têm trabalhado dia e noite para defender o interesse do Acre. Não tem que dizer aqui... Aqui não temos partido. Aqui nós temos uma Assembleia comprometida para defender a causa do nosso povo do Acre.

Obrigado. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Esse foi cirúrgico.

O Sr. Argemiro Oliveira Guimarães, morador da comunidade Serra do Divisor, se encontra? *(Pausa.)*

Argemiro Oliveira Guimarães não se encontra.

Vou passar a palavra, então, para o Deputado Pedro Longo.

Deputado Pedro Longo, com a palavra.

O SR. PEDRO LUÍS LONGO (Para expor.) – Oi! Obrigado, Senador Marcio Bittar. Na pessoa de V. Exa. eu cumprimento todos os ilustres membros da CPI, que honram esta Casa hoje com essa visita, fazendo um pouco essa prestação de contas dos trabalhos realizados e também dando oportunidade para a manifestação da nossa sociedade.

Na pessoa do meu Presidente Luiz Gonzaga, eu cumprimento todos os colegas aqui presentes.

Eu queria iniciar dizendo que o intuito da minha participação aqui é buscar caminhos para a gente destravar a nossa sonhada estrada para Pucallpa, a nossa ligação para o Peru.

Mas eu queria trazer aqui... E faço isso até porque 40% dos meus votos são do Juruá, então essa é a minha obrigação com aquela comunidade. Está aqui o Cunha, está aqui o Ralph, os meus amigos lá. E eu tenho sempre buscado dar retorno, fazer essa interlocução, trazendo essa temática.

Mas eu queria dar um depoimento, Senador Bittar.

Em 2014, por um breve período, fui Presidente do Imac, e chegou às minhas mãos o projeto de licenciamento do Linhão. Para aqueles que não sabem, o Linhão ia ligar o Juruá ao Sistema Nacional Integrado de Energia Elétrica. Qual era a solução óbvia? Que o Linhão passasse ao lado da BR-364. É evidente, já estava aberta, tinha todo um traçado.

Pois muito bem, naquele momento, a Funai, algumas ONGs, o Ministério Público Federal, infelizmente, ajuizaram ações e também administrativamente colocaram obstáculos, porque eles queriam que o Linhão desviasse a parte que passa pelos territórios indígenas. Só que – pasmem – os indígenas eram contrários. Os índios, os povos originários queriam que passasse exatamente na BR, porque eles diziam que, se desviasse, iam criar novos vetores de desmatamento, caçadores, etc., etc.

Pois muito bem, essa celeuma perdurou. Eu tive que desmembrar o licenciamento para fazer só até Feijó. É a mesma história da ponte e da estrada, não é? Pensei: "Bom, pelo menos eu vou tentar salvar..." E assim foi feito, até Feijó. Hoje, agora acaba de ser autorizado o licenciamento. De que maneira? Exatamente como nós tentamos fazer pela BR, porque é, evidentemente, o único traçado razoável, mas o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Juruá perdeu dez anos de desenvolvimento econômico e de industrialização por causa de atitudes como essa. Então, essa preocupação que vocês trazem para cá é real e é necessária. Isso tem dificultado sistematicamente o desenvolvimento do nosso estado e a gente precisa encontrar fórmulas de superar, de passar acima disso.

Estivemos, agora, em uma audiência pública, lá em Cruzeiro do Sul, da Assembleia Legislativa. Esse foi um dos temas mais tratados naquela audiência pública. O Prefeito Zequinha me mostrou no celular dele. Ele foi, junto com a Deputada Antonia Sales, para Pucallpa, fazer lá exatamente esse trabalho de aproximação. Para retornar, ele teve que ir para Porto Maldonado e, de Porto Maldonado, vir de carro para Cruzeiro do Sul. Foram cerca de mil quilômetros. A distância é 200km até lá ou 30 minutos em um voo.

Então, evidentemente, essa situação não é defensável. Ninguém quer atrapalhar as belezas cênicas da Serra do Divisor, ninguém quer prejudicar a biodiversidade, mas existem técnicas, existem possibilidades. Faz uma estrada parque, por exemplo, como nos Estados Unidos, que têm tantas estradas que cruzam reservas indígenas e reservas de preservação permanente. Faz uma estrada parque! O que não se pode é impedir o desenvolvimento, é impedir o progresso da população.

Então, era essa a manifestação essencial que eu queria trazer aqui, Senador Bittar, cumprimentando-o pela coragem. Eu sei que não é fácil enfrentar esses temas.

Gostaria de pedir também que, até que se consiga – sabemos que o processo de licenciamento de uma estrada é complexo –, até lá, vamos tentar viabilizar a interligação aérea, em um primeiro momento, porque vai se criando a proximidade, os empresários vão se conhecendo, os produtos podem começar a ser intercambiados.

Reitero também que, há cerca de dois anos, estivemos aqui, nesta Assembleia. Ralph estava presente e eu creio que o senhor estava presente também, em uma audiência pública sobre a ponte de Rodrigues Alves. Felizmente, o Ministério Público já percebeu que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Eu acho que, talvez, já não tenhamos obstáculo. Foi naquele momento – já concluindo – que nós conseguimos fazer com que essa obra fosse incluída em uma rubrica do orçamento do Dnit. Cada Parlamentar Federal destinou R\$1 milhão, salvo engano, e aquilo deu origem e, hoje, nós já podemos tratar como uma realidade muito próxima de ser obtida. Então, vamos prosseguir nessa linha.

Cumprimento todos os Senadores que aqui se fazem presentes e deixo esse exemplo e essa manifestação. Vamos colocar bom senso, vamos colocar razoabilidade nessas questões, porque técnica, para superar esses argumentos, existe; agora, vamos colocar em prática.

Obrigado e fiquem com Deus. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Esta CPI é que agradece.

Esse exemplo, Deputado Pedro Longo, me lembra outro que é o linhão de Manaus a Boa Vista. Até hoje esse imbróglio não foi resolvido, está perto de ser resolvido. E, como V. Exa. mencionou, já se passaram eu acho que mais de uma década, quase 20 anos. E qual foi o resultado prático disso? O resultado prático disso é que Boa Vista queima diesel, quer dizer, termoeletrica. Então, a justificativa ambiental acaba sendo tão estranha, porque a ação das ONGs que se dizem preocupadas com a questão ambiental atrasa em 20 anos o linhão para Boa Vista, o resultado é que está gastando termoeletrica, que é muito mais cara e muito mais poluente.

Passando a palavra... O Sr. José Adriano, Presidente do Fórum Empresarial, se encontra ou já foi? O Sr. José Adriano não se... Ah, é verdade, era o que representava o Adriano, porque o José Adriano é o Adriano.

Na ausência, Deputado Pedro Longo, chamo a Deputada Antonia Sales, que, como disse o Deputado Pedro Longo, esteve recentemente com o Prefeito Zequinha em Pucallpa. E, depois da Deputada Antonia Sales, o último inscrito é o Deputado Eduardo Ribeiro.

Com a palavra, Deputada Antonia Sales.

A SRA. ANTÔNIA ROJAS SALES (Para expor.) – Srs. Deputados, demais pessoas que estão aqui, nosso Presidente de Cruzeiro do Sul da Associação Comercial, também o que representa o Pró Ponte de Rodrigues Alves, nosso município, nossos colegas aqui presentes, quero saudar a Mesa, todos os nossos Senadores que estão aqui, que compõem esta CPI de inquérito das ONGs; saudar aqui o nosso Senador Plínio, que é do Amazonas, que representa o Acre o Relator Senador Marcio Bittar – Alan Rick já foi – e nosso grande Senador que também é aqui de Rondônia, nosso irmão vizinho aqui, e que aliás, nós somos muito amigos, temos um bom relacionamento com os Deputados lá de Rondônia e defendemos também o mesmo ideal de querer sair para o Pacífico através de Cruzeiro do Sul, Acre, e Pucallpa, porque a distância é menor e também o tempo para poder desenvolver essas duas regiões e também a Região Norte e principalmente os estados da Amazônia que estão no atraso e querendo realmente desenvolver e dar uma melhor qualidade de vida à nossa população.

Mas, Sr. Presidente, o que eu queria dizer aqui é que tudo que foi relatado, na verdade, eu já vivenciei isso. Sou Deputada e estou no quinto mandato e fui a Deputada que mais visitou os rios, eu falo do Vale do Juruá, que é composto por cinco municípios que formam o Vale do Juruá. Tenho andado em todos os rios e igarapés e tenho me deparado com tudo que já foi relatado aqui. Eu estava fazendo gestão ambiental e, quando eu vi isso, eu me decepcionei de ver umas leis que se criam dentro do ar-condicionado, sem ver, sem sentir as pessoas, a vida real, o que o nosso povo passa dentro das florestas, o verdadeiro homem da floresta, que tem uma vida tão difícil, e ainda essas leis só tornam mais difícil. E também dos nossos índios, que vivem na pior miséria, mas essas propagandas que a gente vê dessas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONGs são muito bonitas, que eles têm de tudo. E o homem da floresta também, tem como sobreviver e tem a sua vida existindo do desenvolvimento sustentável da própria natureza, o que não existe. O que existe é pobreza, é miséria, é isolamento.

Muitas pessoas que você visita – o Senador, aqui, Presidente, está concordando comigo... Você vai a umas casas daquelas – e eu tenho vontade de chorar –, eu me lembro, e muitas mulheres respondem de dentro dos quartos porque não têm roupa para vestir, porque não têm roupa para vestir, uma roupa melhor, de tanto viverem massacradas porque não podem plantar para sobreviver. Não têm uma canoa para escoar a sua produção aqueles que vivem dentro dos rios. Se são da colônia, não têm sequer caminhões que possam tirar o seu produto. Quando vem a chuva, não conseguem tirar porque não têm apoio.

E essas ONGs que dizem que defendem o homem do campo, o homem da floresta, a gente não vê. Nunca cruzei com eles quando eu subi e desci esses rios. Nunca vi se eles tinham os milhões que agora vocês estão desnudando. O rei chamado ONG, sua majestade ONG, está sendo desnudado por vocês. A gente está vendo os milhões que recebem, dinheiro que vem de fora, dos países ricos que querem impor aqui a sua lei para nos deixarem na eterna pobreza, sem podermos aproveitar o nosso solo, a riqueza do nosso subsolo, aqui, da Amazônia, para poder estar à disposição e a mercê deles enquanto eles queimam, matam a sua gente, matam seus índios, queimam. E não tem uma ONG que aparece para dizer... Sobre esse povo rico, a Alemanha, que está fazendo agora carvão, e o outro que está incendiando, o Canadá, ninguém fala nada, mas falam aqui da nossa Amazônia, onde eu não vi isso que eles falam. Eu não vi esse vilão do povo aqui da Amazônia que vendem para o povo, para a Europa, para os países ricos.

Mas com essas muitas também eu me deparei com muitas. Eu me deparei com um senhor, dentro do Ouro Preto chorando, que me disse: "Deputada, olha o que fizeram aqui comigo. Vieram aqui. Eu vivo aqui nesta colocação, dentro do Ouro Preto", que é afluente do Rio Juruá e que pertence a Porto Walter. Ele disse: "Tomaram aqui a minha madeira, porque meu filho veio tirar aqui uma árvore para fazer a casa dele para me acompanhar. Aí veio aqui o ICMBio. Apontou aqui essa metralhadora deles, todos armados, pegaram essa madeira, confiscaram e até hoje está aqui. Mais de seis meses e não vieram buscar. Eu estou aqui sozinho e meu filho sem poder fazer a sua casa".

Fui dentro do rio, entrei dentro do Rio, do Rio Nilo. Lá eu me alaguei, perdi... Sempre eu levava no meu barco, na minha canoa pequena, eu levo o meu rancho porque eu sei que em muitas dessas colocações não existe comida, Sr. Senador. E aí me alaguei e eu somente consegui salvar umas bolachas porque boiaram lá na água, não afundaram. Então, eu fui e disse assim, na comunidade indígena, que na comunidade indígena vai ter pelo menos carne de caça para a gente comer. Que é isso? Eu comi, junto com eles, a bolacha que eu consegui salvar. No seguinte dia, nós jantamos essas poucas bolachas, dividindo com o cacique. No seguinte dia, eu disse, nas outras colocações indígenas: eu vou ter algo para comer. E sabe o que eles me ofereciam, Senador? Não tinha nada, nem para o almoço, já era quase meio-dia. Só guaiaba. Desde a primeira colocação, de seis horas da manhã, guaiaba e mamão. Aí eu fui para o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado dos brancos que já era para sair para o Rio Juruá. Aí um deles, o Sr. Agenário me disse: "Deputada..." Tem alguma coisa para comer, estou morrendo de fome, meu estômago está doendo? A fome dá raiva. Eu estava tão irritada de fome. Aí ele disse: "Deputada, olha, aqui não tem nada. A última semente o mal... [que semente eles chamam as galinhas] a última semente o mal matou e não tem nem ovo para oferecer para a senhora fazer uma farofa. Não tem nada, eu não posso plantar porque está proibido, porque aqui é reserva. Não posso plantar nem para sobreviver".

Então, eu, com tanta raiva, eu disse: "E o que vocês estão fazendo aqui? Saíam daqui". Mas disseram: "Como, Deputada, se eu só sei cuidar da terra, como vou sobreviver na zona urbana". E essa é a realidade que a gente vê. O povo passando fome, o povo passando doença, todo tipo de necessidade.

Então, eu quero aqui, para finalizar, elogiar vocês que, afinal, estão trazendo à tona todos os desmandos de uma ONG, de uma organização não governamental que não foi eleita pelo povo, mas que tem um poder e querem superar vocês lá no Congresso... (*Palmas.*)

... que são eleitos por todos nós, que era para estarem em primeiro lugar defendendo o seu povo, que agora, mesmo que tarde, ouviram a voz rouca do nosso povo da Amazônia que sofre e que quer se desenvolver e que quer ter uma vida digna, e não viver de bolsa miséria, de bolsa carbono de R\$50, de R\$200, sem dignidade. Eles querem produzir e aproveitar suas riquezas.

Para finalizar, quero trazer uma frase porque meu marido é uma pessoa que fala umas frases que Marcio, o nosso Relator, conhece e que diz: "Que essa ONG é igual a peito de homem. A gente sabe que todos têm, mas a gente não sabe para que serve". Porque, na mulher, é para amamentar os seus filhos, mas do homem não.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Deputada Antonia Sales, querida amiga, de uma família muito querida que eu tenho o privilégio de gozar dessa amizade há mais de 30 anos. E quero dizer à Deputada Antonia Sales que eu tirei a fotografia aqui da senhora e mandei para a Jéssica e escrevi assim para ela: "Pense numa fala."

E quero avisar à Deputada Antonia Sales que essa fala reveladora de alguém que já andou e anda dias e dias por esses rios afora, essa fala da senhora, Deputada Antonia Sales, foi assistida ao vivo pela TV Senado. Então, milhares de brasileiros, não sei quantos, mas assistiram, entre outras coisas, à senhora dizer da realidade da população da Amazônia, particularmente do Acre, onde nós sabemos que em muitos lugares, como a senhora disse, você chega na casa, bate palma, a mulher não sai do quarto porque não tem uma roupa que não seja rasgada.

Eu quero aproveitar apenas porque isso me lembrou um outro episódio. Quando o Edson, que é meu irmão, era Vereador em Sena Madureira, quando deu o recesso parlamentar, Pedro, ele foi alugar um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batelão para percorrer os rios e ele alugou o batelão do Seu Zé. E o Seu Zé é o gente boa de Sena Madureira e tal, funcionário público. Não sei se ainda está vivo, isso já tem 30 anos.

E aí ele chega, pegou o batelão do Seu Zé, alugou e tal e foi para o rio visitar as comunidades. Quando ele chega na primeira comunidade, irmão, ele subiu, não tinha ninguém. Estava tudo vazio. E aí, o que foi, o que não foi. Está bom, desceu, vamos para outra comunidade. Quando chega na outra, Pedro, também não tinha ninguém. Quando chegou na terceira que não tinha ninguém, ele falou: "Não é possível, que diabo é isso?".

E foi para casa e estava lá a panela no fogo e tal. Sabe o que era? O Seu Zé alugava aquele batelão para o Ibama. Quando as pessoas viam o batelão chegar, sumiam de medo. Então, não tinha ninguém. Aquele batelão era sinal da repressão.

Eu me lembro das palavras do Senador Plínio quando nós fomos a uma audiência no Ministério do Meio Ambiente, naquela ocasião em que eles vieram para cá, com a Polícia Federal, no começo do ano, não é? Prenderam um monte de gente... Proibição, lacram serrarias...

O Senador Plínio disse: "Olha, o povo da Amazônia conhece muito a mão forte do Estado, a proibição, a prisão, a multa... Cadê a outra mão do Estado? A mão que alivia, a mão que aponta solução, a mão que aponta alternativa? Só tem a mão da repressão?".

Infelizmente, é isso. Mas a senhora pôde hoje, com essa fala, que a gente sabe que é genuína, assim como a de todos os outros que usaram a palavra – uma porção do Brasil estava, e está, assistindo...

Vou chamar o último orador inscrito e, depois disso, o Senador Styvenson vai usar a palavra, o nosso colega da CPI.

Chamo o Deputado Eduardo Ribeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não.

Claro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou pedir para falar no final, mas a Deputada nos emocionou com esse discurso que eu conheço bem, mas só uma resposta a ela: o nosso peito tem servido para enfrentar essa gente, viu? *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO RIBEIRO (Para expor.) – Boa tarde.

Faço aqui uma saudação honrosa aos membros do Senado Federal, através do Presidente desta Comissão, importante aqui, Senador Plínio Valério. Seja muito bem-vindo ao Estado do Acre! Também, ao nosso Senador da República, Marcio Bittar. Faço aqui também uma saudação aos servidores do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal e aos demais Senadores, nosso Presidente Luiz Gonzaga... Saúdo também os meus colegas Parlamentares aqui desta Casa...

Quero parabenizar esta reunião importante do Senado Federal, porque vocês estão fazendo o que é mais importante dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é ouvir as pessoas.

Vocês foram lá na reserva extrativista, porque não é fácil você sair de Brasília, cheio de compromissos, para ouvir as pessoas, a realidade nua e crua, a realidade dura, porque o discurso bonito do extremismo ambiental cola bem; cola bem lá. Vocês sabem como cola isso. Então, nada mais importante do que mostrar a realidade dura do povo do nosso estado. E ficam aqui os meus parabéns.

Nós estamos aqui numa missão muito árdua também, na Assembleia Legislativa, que é uma Comissão que foi criada para tratar do tema da regularização ambiental e fundiária do estado. O nosso Presidente é o competente Deputado Pedro Longo, que está na Presidência dessa Comissão, e me designou como Relator do projeto, que nós vamos trabalhar. E essa oitiva aqui é muito importante para isso. A gente vê, por exemplo, as ONGs – e eu discordo de você, por exemplo, pegar recurso público, recurso que vem para o Estado, e passar para uma ONG... E eu vou explicar por que, de forma muito clara. Nada contra ONG. Nada. Eu não estou fazendo aqui um discurso de ser contrário aos organismos não governamentais, mas eu sou a favor, sou um democrata, sou a favor da democracia, da participação popular...

A nossa democracia é representativa. Nós aqui, eu, os Deputados, os senhores que compõem esta mesa, fomos eleitos através de um sufrágio, em que todas as pessoas participaram da eleição. (*Palmas.*)

O nosso Deputado, agora, colega, Prefeito, que foi Prefeito de Manoel Urbano, Tanízio, ele foi eleito pelo povo de Manoel Urbano. E quando você pega um recurso, passa para uma ONG, e empodera essa ONG mais do que as entidades governamentais, mais do que os Parlamentares, os Prefeitos, isso está errado, você está burlando a democracia; é um princípio nosso, da República.

Então, parabenizo por essa discussão.

Você vê, por exemplo, outras coisas que precisam ser trabalhadas: ONGs são criadas com finalidades específicas, dentro de momentos específicos. Se nós vamos falar num projeto da ferrovia Transamazônica, que vai contra os interesses, às vezes, dos administradores do Canal do Panamá, vão ser criadas ONGs específicas pra barrar, é óbvio; isso é tão óbvio. Eu acho que o Brasil tem que fazer essa discussão e parabenizo o Senado Federal por essa discussão.

Então, que nós possamos focar sempre com o princípio basilar da República Federativa do Brasil, que é o fundamento da República, que é a dignidade da pessoa humana. Esse seja o nosso foco principal a iluminar as nossas decisões, voltado sempre ao interesse do Brasil, da soberania nacional e do seu povo. Então, meus parabéns e conte com a gente. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu que quero agradecer. Pra mim é uma honra e até uma ponta de emoção, Eduardo, vê-lo aqui como Deputado Estadual, atuando. Eu, que tenho o maior... um imenso carinho pela tua família, pelo teu pai, pela tua mãe – aliás, eu vivo encontrando com ela nos aviões –, pelos teus tios, que estão aqui presentes; uma família a que eu quero muito bem. E trago um abraço também do Mauro, meu irmão, a essa família, que sempre o tratou da mesma forma, independentemente das circunstâncias momentâneas. Disso eu nunca vou me esquecer.

Mas o Deputado Eduardo Ribeiro e a Deputada Antonia tocam num assunto que é muito importante. Veja, primeiro que não deveria se chamar "ONG", porque todas elas têm relações com o Governo, é impressionante; deveria se chamar, como disse um ex-presidente, "organização neogovernamental". E é isso que vocês dois, Deputados, mencionaram: ali não tem eleição, não tem eleição, portanto não tem prazo. Pega o caso do Ministério do Meio Ambiente. A Ministra Marina participa de ONG. Aí ela sai da ONG, vai pro Ministério. No Ministério, ela ajuda a elaborar o plano de ação do Fundo Amazônia no BNDES. E pra onde vai esse recurso? Porque parte dele vai para a ONG que ela acabou de deixar. Aí ela sai do Ministério, volta pra ONG. O João Paulo Capobianco, que é o Secretário-Executivo, agora de novo, do Ministério do Meio Ambiente, do grupo da Ministra Marina, foi um dos fundadores do ISA. Aí ele sai do ISA, vai pro Governo. Mesma coisa: no Governo, ajudam a elaborar as ações, por exemplo, de todos eles, mas do Fundo Amazônia... Aí o ISA é beneficiado com dinheiro do Fundo Amazônia. Termina o processo, volta pro ISA.

Essa ONG de que nós dissemos aqui agora, que, nos 15 anos desde que a Fundação Pró-Ponte foi feita, pegou mais de 0,5 bilhão, quase 0,5 bilhão, e que agora está recebendo... está na boca de receber 78 milhões da Alemanha, é mesma coisa, veja. E ele próprio... O que eu vou narrar nós escutamos dele, do Virgílio. Eles estavam no Governo do Amazonas, aí criam a FAS, o Governo aporta – o governo de que eles faziam parte; ele disse isso –, criam a FAS, Fundação Amparo Amazônia, uma coisa assim, Amazônia Sustentável.

O Governo aporta 20 milhões, o banco que tinha a conta do Governo, portanto, influência no Governo, aporta mais 20, os outros 20 eu não lembro de onde vieram, mas tudo influência do Governo. Então eles estão no Governo, criam a ONG, o Governo usa seu recurso e sua influência para colocar 60 milhões na ONG, aí ele sai do Governo e vai cuidar da ONG. Essa é uma relação promíscua, não tem mandato, não tem limite territorial. Vocês, por exemplo, que usaram a palavra aqui são Deputados do Acre, não são do Brasil, então eles não têm limite territorial nem municipal nem estadual, não têm prazo de validade, não têm ministérios públicos na sua cola, não têm Assembleia Legislativa para fiscalizar, não têm Câmara Municipal, que fiscaliza o Prefeito, recebem dinheiro e a prestação de conta é pueril, é completamente frágil. E isso é para inglês ver. Isso é, de certa maneira, nessa nova fórmula, a invenção inglesa: ela perde o controle de suas colônias e cria outro mecanismo de controlar através dessas ONGs. Então ela de fato precisa de uma legislação. Isso só é aceito no Brasil, essa ação de ONG com Ministério





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público, com Governo, essa coisa toda que nós estamos hoje aqui demonstrando mais uma vez ao país, não é permitida em lugar nenhum. O Brasil permite que a Embaixada do Canadá no Brasil sedie encontros com ONGs que, em tese, estão preocupadas com a questão ambiental, discutem destinação de fundo internacional dentro do Brasil, ferindo claramente interesse nacional, isso não é permitido em outro país.

Então quero aproveitar essa fala do Deputado Eduardo Ribeiro e da Deputada Antonia para colaborar e dizer isto mesmo: não tem fiscalização, não tem eleição, não tem prazo de finalidade e não tem fiscalização. Qualquer Prefeitura de Santa Rosa do Purus tem.

Por fim, vou passar a palavra ao acriano. Nós, de forma bem amiga, dizendo que estamos jogando acriano esparramado por aí para ter mais poder, mas é um acriano que saiu daqui, venceu, é um orgulho para nós, é um orgulho para o nosso estado, saiu daqui, venceu, hoje é Senador da República no Estado do Rio Grande do Norte.

A pior fotografia que eu tirei na minha vida foi na eleição da Mesa, primeira vez, e eu, por descuido, estava perto do Petecão, aí chega o Styvenson. Aí, Bocalom, a foto saiu eu no meio dos dois, eu nunca me senti anão, dessa vez ficou horrível, não mostrei para ninguém.

Com a palavra, o Senador Styvenson. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Autoridade de Presidente destituído, ontem, quando a gente entra na reserva, depois de descer a ladeira, passar a balsa, o primeiro caso que a gente depara, olha só o caso que a gente depara, contando já o final, lá vem o Styvenson com uma senhora pequenininha segurando no ombro dela, imagina, e com um senhor também aqui, e esse senhor com uma faca nas costas. Aí ele falou: olha lá o Styvenson conciliando, pegou a senhora aqui, a senhora lá e levou, e a gente olhando, está aí a imagem, olha só, a gente olhando de longe. Eu já conheço o Styvenson, não é à toa que a gente se considera irmão, aí ele levando, largou um, largou outro, depois homem e mulher se beijando. Ele tirou a faca das costas do senhor lá e eu imaginei o que o Styvenson disse. Quem estava aqui longe devia estar: "Ele está conciliando", eu digo "Ele deve estar prometendo, se não conciliar, ele dá um tapa", e resolveu a situação. Não é bem isso, mas isso ilustra com o que a gente deparou. Na entrada, um homem tinha batido na mulher, tinha dado na cara dela, no ouvido dela, e estava armado com faca. O Styvenson foi lá e resolveu e deu uma de padre. (*Palmas.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Primeiro que eu não achei que essa história fosse se tornar tão pública assim, porque eu fiz algo que é natural meu: proteger as mulheres. A mulher estava chorando porque tinha sido agredida pelo então companheiro, e eu fiz isso pela minha natureza, pela minha função social, até porque, antes de ser político, eu era policial militar, então, está no meu sangue servir e proteger a sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcio Bittar, agradeço as suas palavras, mas grande aqui é o senhor, que representa este que é meu estado natal. Fiquei em pé para poder, Presidente desta Casa, Luiz Gonzaga, nome nordestino e forte, dizer para vocês que me senti muito acolhido. Voltar para o Acre é uma felicidade para mim, e ter mais um Senador, lá em Brasília, que defenda uma população, não só brasileira, mas, especificamente, essa que a gente conheceu de perto, é uma obrigação nossa.

A gente vive, hoje, Senadores, Prefeito, nossos funcionários, a gente não faz nada, quem faz tudo é aquele pessoal ali atrás, o pessoal que acompanha os Senadores é que faz todo o trabalho, a gente vive, hoje, uma situação de discursos, retóricas e narrativas, e ganha aquele que narra melhor.

Eu posso dizer que saí aqui do Acre e fui para o Nordeste. Se eu disser o que é o Sertão nordestino, eu acho que cada um vai ter uma imagem na cabeça. A senhora narrou o que era pobreza e fome. Eu posso lembrar para vocês que o solo árido, com ausência de água, em que vegetação não cresce, onde tem 20 milhões de brasileiros, a população do Norte toda se encontra no Sertão nordestino – a população daqui, porque são 16 milhões, em toda a Região Norte –, e 20 milhões de brasileiros ocupam uma região inóspita por falta de água.

E não é tão comum a migração que existia antes. Aqui, praticamente, tem muitos nordestinos. Então, se eu for começar uma analogia... Porque esta Comissão parlamentar não é de inquisição, pelo contrário, nós ouvimos, em Brasília – e agora eu entro na narrativa –, o que é vendido para estrangeiros e empresas, meu Prefeito Tião, não é real.

Melhor do que eu ouvir, Deputado, é ver – é sinestésico – é cheirar, é tocar. Não é à toa que, ontem, não só eu, eu me emociono, porque são seres humanos igual a qualquer outro aqui, que, talvez, não estejam em uma função de responsabilidade como a nossa, mas são iguais a qualquer outro, mas passam por humilhação e por coação.

Se eu fizer uma comparação sobre pobreza, Deputado, lá no meu estado, no meu Sertão, a população, realmente, não tem porque não tem condições, não tem água e o solo é impróprio, agora, com vocês aqui, eu vi pobreza, eu vi miséria, não porque não tem água, não. Não é porque o solo é impróprio, não, é porque, realmente, outro ser humano não deixa progredir, onde eu alcanço aqui a verdadeira função das ONGs. Para que servem? Será que servem mesmo pra aquele discurso publicitário: "Compre os nossos produtos, nós estamos preservando e mantendo a floresta em pé"? Qual é o custo disso?

Nós não estamos aqui, nenhum Senador desses, isso não é uma Comissão, como eu disse, de inquisição ou de acusação. É dado o direito a todos de se manifestarem, mas os números, o que apresentam pelo recurso que eles – como é a palavra mesmo, Plínio, que eles usam? Conquistam – conquistam de governos exteriores, eu fico comovido com o altruísmo, com a solidariedade e com a caridade desses países com nossos povos amazônidas. E o meu, o nordestino? Por que nenhum país desses – eu vivo me perguntando – nunca abriu a carteira pra dar R\$50, homem, pra comprar uma lata d'água lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Nordeste brasileiro? Aquele solo árido, rachado, que está na imagem no cérebro de vocês, tem o quê debaixo? Nem água tem, não tem nenhuma riqueza.

É isso que machuca: é você ver as pessoas... Não pediram nada ontem. Ontem a gente foi *in loco* ouvir e ver o depoimento de seres humanos que vivem em reserva extrativista – esse livrinho aí, mostre-o aí, Plínio – sob regras utópicas; isso aqui é utópico. Estou na Casa de legislação, gente! Isso aqui se resume tudo em uma só palavra: autorizo. Quem autoriza? Quem está fazendo as vezes do poder público, e essas vezes do poder público restringem, não vão atender nunca à necessidade de cada cidadão daquele. Eles não pediram bolsa, não, viu? Eles não pediram dinheiro do Governo Federal, não, nem do estadual. Eles não querem bolsa carbono, não; eles querem só a chance de poder produzir, gente! "Cara, eu quero só criar um porco. Eu queria só ter um pouquinho de espaço pra plantar milho e guardar". Aí o livrinho ali bacana diz: "Você pode, cara. Perfeito! Você pode fazer seu açude e criar seu peixe, mas, antes, é preciso fazer um estudo, é preciso fazer um estudo pra saber se é possível ou não". Hã? Quem faz esse estudo? É uma ONG. Que é paga por quem? Por alguém. É melhor deixar o povo nativo que é mais bonito, vende mais, é mais publicitário. Essa camisa foi feita pelas índias do Amazonas que estão preservadas seminuas. Agora, qual é a realidade mesmo? A realidade que os senhores e as senhoras conhecem. A Sra. Deputada e os Srs. Deputados andam. Mas será que aquele financiador – volto a dizer, Senadores Plínio, Marcio Bittar e Jaime – está doando porque é caridoso mesmo? Está doando porque está preocupado com a seringueira? Eu fico com essa dúvida.

E o outro ponto que a gente observa aqui é: quem fornece essas pesquisas, esses trabalhos, esses estudos científicos, que já foi dito lá em Brasília pelas organizações não governamentais ou neogovernamentais ou que atrapalham o Governo? Elas fomentam, elas dão o argumento científico pra instituições como o Ministério Público, como o Judiciário pra que eles entrem, com base nesses estudos, com um impedimento de construir uma estrada.

Eu vou dizer que a mesma interferência existe também no Sertão nordestino. Lá é Caatinga, viu? Lá é árvore seca, chão rachado.

Um Prefeito do Município de Serra Negra, no centro do Rio Grande do Norte, na pata, porque é um elefantezinho o meu estado, num terreno de três, quatro, cinco hectares para construir galpões, para desenvolver a cidade. Sabe quem está impedindo? Ideologicamente? Idema, órgão governamental, com ideologia, de que precisa fazer um estudo para saber se o calango não vai se reproduzir mais.

Excessivo, gente, é abusivo. É colocar a condição humana inferior ao quê? A uma vontade de quem?

Nenhum Senador aqui concorda em desmatar, nenhum Senador aqui tem o cérebro pensando em degradar o meio ambiente, não, mas que é excessivo é isso aí. Não é razoável, não é aceitável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa vinda até aqui é para mostrar, para quem já sabe e para quem não convive, que essa sedução, ou senão, esse *glamour*, a palavra certa que eu poderia usar quando eu vejo a propaganda na televisão mostrando os produtos da Amazônia.

Gente, mostra a verdade, pô, mostra lá o pessoal lá na rua, mostra o que eu vi ontem. Mostra o que o Prefeito de Epitaciolândia falou, que não pode passar uma máquina, mas ali no livro diz que para abrir um ramal, fazer um açude, tem que ter autorização, claro, tem que ter um estudo. E a manutenção é feita por quem? Pela comunidade. Com o quê? Com enxada?

Além de ouvir, a gente vê, a gente sente.

Eu entrei na residência, falta saneamento básico, os dejetos vão para onde?

Se preocupa tanto com a foz do rio, com os igarapés, se preocupa tanto e esquece do próprio ser humano, que é ele que, sim, vai proteger ou preservar.

Sabe por que a gente não tem acesso a isso, Deputado? Porque a internet, que é um direito fundamental, constitucional, não tem, por que você já pensou se cada um divulgasse, se cada um mostrasse as condições realmente? Será que os estrangeiros continuariam com esse mesmo intuito de ajudar?

Na verdade, eu queria entender, Senador Marcio Bittar, como é que é feita essa conquista, Plínio, com esses projetos. Eu chego lá e digo assim: "Ô, eu vou entrar e fazer um financiamento aqui de milhões". Porque tem ONGs como essa que ganham muito mais que Secretarias de Estado, tem recursos muito maiores que Secretarias de Estado daqui. Ora, qual o tipo de trabalho científico que produz? Real? Que ajuda duas mil pessoas, me mostra só uma.

A senhora andou aí uma foz todinha. Esse povo está lá? Quem são esses dois mil?

A gente andou, ontem, 70, 80km, e por onde andou não viu nada de ajuda, todos reclamando.

Onde fica, hein?

Porque se cada ONG dessa ajuda 2, 3 mil pessoas, caramba, ajudou a Amazônia toda. Ajudou como? De que forma? Que tipo de trabalho é esse?

São essas perguntas que eu acho que qualquer cidadão deveria fazer. Os senhores, como Parlamentares, deveriam também questionar. Acho que questionam, não é? E a gente fez esse questionamento lá, durante as perguntas, no Senado.

Sabem qual é a resposta? Abre uma tela, bota uns números, conta uma história, e acredita-se. É dessa forma que você consegue o recurso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu falo sobre narrativa. Que narrativa você vai aceitar? Porque a imprensa, logo, logo, eu digo não todas, porque eu não vou generalizar, mas, logo, logo, vai dizer que toda esta Casa, junto com uns poucos Senadores aqui, com esta Comissão, quer acabar com a Amazônia. Não conhece o trabalho das ONGs. Não sabe o que uma ONG faz. Desinformado. Logo, logo, não vai demorar, não. Vão acusar a gente aqui, sinceramente, de fascista. Querem destruir o resto que a gente está conservando. Se o Acre hoje só tem 5%, porque fomos nós que conservamos, com metralhadora na mão, humilhando as pessoas, dando tapa no pé do ouvido. Tabocada no pé do ouvido, a senhora disse.

Conservar a esse preço é muito alto, gente. Conservar às custas da miséria humana...

E sabe o que é pior, Deputada? A senhora tem um apelidozinho que eu ouvi hoje quando eu cheguei: "onça do Juruá". Eu não sei se a senhora... Não sei se é real, mas eu ouvi alguém falando ali. A senhora é bem valente mesmo, e tem que ser assim mesmo. Eu gostei do depoimento da senhora. Gostei do depoimento da senhora. E o custo dessa manutenção de uma floresta é esse, é o que viu aqui. É uma estrada atrapalhando, é o desenvolvimento. Parece que tudo que vai se desenvolver é prejudicial.

São depoimentos fortes que a gente ouve durante a nossa vida parlamentar, e eu já ouvia e já via a pobreza, como eu já narrei aqui, do Sertão, dentro de uma comunidade, de uma favela que não tem saneamento, que não tem acesso à energia... Mas você estar ali de frente com a riqueza, com água, com terra, com tudo, e não poder extrair? Pelo amor de Deus! É deixar o cara com sede perto da água e não deixar beber. Até para ele poder produzir, trabalhar. Aqui, não. Se eu jogar qualquer coisa no chão, nasce. Mas não pode. Por quê? Porque alguém disse que não. "E vamos fazer um estudo para dizer que não". E são esses estudos que fundamentam e dizem por que caminho a gente vai andar. Disse até ontem. Porque alguém, como o Plínio Valério, que já conhece, como o Marcio Bittar, como outros Senadores... Eu não tinha atentado para isso não, viu, gente? Eu vou ser bem honesto. A conversa da ONG até me seduziu. Eu não conhecia, não vinha aqui, não sabia... Só que eles, sabendo da verdade, insistiram nesta CPI, contra a qual, diga-se de passagem, existe uma força contrária muito grande. Sabe quem se beneficia com isso? Esses poucos. Sabe quanto se paga para um salário de um diretor, de uma pessoa dessa que toma conta?

Eu perguntei ontem lá na reserva "você já viu de perto alguém dessa instituição aí?".

(Interrupção do som.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor disse que foi no exterior e disse "ah, a ONG vem pra cá e conta que está tudo bem, que resolveram. Vamos voltar..."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Foi na Escócia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cara está na Escócia, meu amigo. O cara está na Escócia. Eu vou contar uma conversa 171 para ele, ele vai acreditar, vai achar que você é sério. Agora, quando pisa o pé aqui na realidade mesmo, que vai ouvir o cara que está dentro da reserva, que está dentro da área protegida, quando o cara diz "amigo, a conversa é outra. Não chega nada aqui"... E o pior: aí, Deus, se eu cortar errado a seringueira. O cara tem que comprar o próprio baldezinho.

Como é o nome daquele baldezinho, Plínio, que eu não sei o nome?

O cara já ganha pouco. O cara não tem auxílio nenhum, o cara não tem ajuda nenhuma, e o cara já estava reclamando que até pela tigelinha tem que pagar. Tem que ficar o dia todinho cortando as coisas para sair o líquido, o látex. Isso não é humano, não, gente! Foi para isso que a gente veio para cá.

Eu espero que... As narrativas são derrubadas, são destruídas quando a gente consegue ver a verdade. E ontem eu vi a verdade. Ontem, eu enxerguei de perto a verdade. Eu cheirei a verdade. Aí, sinestesticamente, a mentira cai.

Eu volto a dizer, viu, Senador hoje Presidente Marcio Bittar e Relator, pode escrever: amanhã mesmo, ou hoje, algumas emissoras ou alguns blogues vão dizer que esses cinco ou seis terroristas Senadores aqui querem acabar com a Amazônia, querem desmatar, querem abrir estrada, querem trazer toda a destruição do mundo, as pragas do Egito todas vão vir para cá agora... Mas eles não têm coragem de pegar um carro e ir lá entrevistar para saber se é verdade ou não. Não têm coragem de fazer esse trabalho que é de um jornalismo sério. Eu digo isto porque eu já vi ontem a tendenciosidade. É tendencioso.

O que nós queremos aqui é justamente o que todos falaram: existe, sim, a possibilidade de preservar, existe, sim, a possibilidade de explorar, existe, sim, a possibilidade de você tirar aquele ser humano daquela condição de penúria, de pobreza, de miserabilidade. Coloca isso na cabeça, viu? É ter fome com um prato na sua frente e não poder comer porque alguém está segurando o talher. Senão, você não vai comer nem com as mãos. Foi o que eu vi ontem. Porque eu até admito a pobreza do meu estado, até admito o IDH 0,520, 0,5, porque realmente lá a natureza foi ingrata. A natureza foi perversa, e tem que sobreviver de todo jeito. Agora, aqui, não. É inaceitável que vocês tenham toda a dádiva dada a vocês, e alguém não deixar vocês serem humanos dignos de explorar isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu que agradeço.

Antes de passar a palavra para o Presidente de fato da CPI, de fato e de direito, pela legitimidade de ter sido a pessoa, como eu disse aqui, no começo, que foi quem dedicou quatro anos e meio pra que isto pudesse acontecer, que é o Senador Plínio Valério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes de passar a palavra para o Presidente de fato e de direito da CPI, eu quero apenas deixar aqui uma sugestão à Assembleia Legislativa, através do Deputado Luiz Gonzaga, e a todos os colegas Parlamentares que aqui estão. Eu fiquei muito orgulhoso, emocionado, quando, no encontro do Presidente brasileiro e do Presidente peruano, há dois anos, se eu não me engano, em Rondônia – o Presidente do Brasil era Jair Bolsonaro –, eu estava no evento, e eles assinaram um protocolo de intenções do aprofundamento das relações Brasil-Peru. E, nesse protocolo de intenções, como exemplo de algumas coisas que eram objetivo dos dois países, constava a continuidade da BR-364 ligando o Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru. Recentemente, a Deputada Antonia Sales com o Prefeito Zequinha estiveram em Pucallpa e puderam presenciar, com autoridades daquele Estado de Ucayali – mas, além das autoridades daquele estado, estiveram, segundo a Deputada me contou, autoridades do Governo Federal, do Governo central do Peru –, que eles querem, eles concordam e querem a ligação.

Eu já estou reiterando uma sugestão: que a Assembleia Legislativa puxe o encontro entre os dois Governos – o Governo do Estado do Acre, o Governo do estado do Peru – com as respectivas representações das Assembleias. Que nesse encontro tenha também, Eduardo, representantes da burocracia estatal, pra que, além da abertura política dos Governadores, dos Presidentes das Assembleias, haja reuniões de trabalho entre profissionais dos dois estados pra elaborar a minuta do que seria o acordo pra que os Governos centrais possam celebrá-lo. Esse é o passo seguinte à assinatura do acordo, que foi feito há dois anos e que não prosperou. Então, qual seria o passo seguinte? O encontro dos dois estados com as duas Assembleias e com profissionais dos dois estados, que querem, que precisam da ligação, pra apresentar aos Governos centrais do Peru e do Brasil a minuta feita aqui daquilo que seriam as razões, o motivo e a finalidade da integração entre nós dois.

Quero agradecer a todos que participaram. Pra mim, é um privilégio estar aqui no meu estado, no nosso estado, com a CPI. Quero agradecer mais uma vez o Senador Jaime, brilhante fala, quando menciona, inclusive, aqui a fala do Valterlucio Campelo, dizendo... E nós falamos muito isso aqui, Jaime, quer dizer, há 30 anos nós éramos um estado, Rondônia não era; nós tínhamos uma renda muito superior à de Rondônia. Hoje, Rondônia prosperou, o que nos anima, nos alegra muito, mas nos entristece saber que nós ficamos pra trás. Eu tenho... Um dos dados que a gente tem estudado: o estado que V. Exa. tão bem representa é o único estado da Região Amazônica em que não tem mais da metade da população dependendo do Bolsa Família. Na média, nos estados da Amazônia, como eu falei, de 28 milhões, 16 milhões dependem de Bolsa Família. Individualmente, o único estado que não tem mais da metade da população no Bolsa Família é o Estado de Rondônia.

Muito obrigado pela amizade, pela parceria. Quero parabenizar o povo de Rondônia, que deu esse presente para nós ao eleger na eleição passada, e lembro que é uma vaga só, ele disputou uma eleição que não tinha dois votos, era uma só.

Muito obrigado, Styvenson. Você nos honra com a sua presença, com a sua fala, para cumprimentar o povo do Rio Grande do Norte, que acolheu um acriano e deu a ele um mandato de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador da República, e pela coragem de vir aqui e dizer "Olha, eu também quero confessar que também era um pouco iludido com as narrativas das ONGs", mas, ao chegar aqui, a verdade se impõe, ao andar, foram mais de 80km, ao andar 3 horas dentro de uma reserva, parando aqui e acolá para conversar com a comunidade, a verdade da realidade nua e crua se impõe. Muito obrigado pela sua presença e pela sua participação.

A todos que estão conosco, que vieram de Brasília, assessores do meu gabinete, assessores do gabinete do Senador Plínio e assessores dos dois Senadores, funcionários, porque, como disse aqui o Senador Styvenson, sem eles não seria possível o nosso trabalho. Então muito obrigado a todos aqueles que vieram conosco de Brasília para nos acompanhar e nos assessorar.

Passo agora, devolvo a palavra e a Presidência para o Senador Plínio Valério. Muito obrigado, Plínio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – De nada, Marcio.

É um prazer compartilhar. Fique aí no meio, vou encerrar daqui mesmo agora, vamos desobedecer um pouco o cerimonial, o cerimonial já mandou muito.

Agradeço a todos vocês, Prefeito, Presidente da Assembleia, Deputados, todos que estiveram aqui, todos os depoimentos. Embora saibamos o que acontece, é importante. O Brasil assistiu aí na TV Senado, está assistindo ainda ao vivo na TV Senado. O mérito que eu tenho foi conseguir a CPI, a partir daí é o Jaime, é o Marcio, é o Styvenson, todos nós.

Muitos falam da coragem e do perigo que a gente atravessa. Eu acho que mais coragem têm aqueles índios Kuripaco, lá em São Gabriel, que enfrentaram nove cachoeiras e levaram quatorze dias para nos abraçar e lamentar. Isso é muito mais coragem do que nós temos aqui. Esse pessoal não é violento de matar, de sequestrar, mas adora destruir reputações, vamos trabalhar em cima disso.

Falar da CPI é desnecessário, vocês todos já deram os motivos, o Marcio. Eu só quero falar da sensação que eu, Plínio Valério, que eu cidadão do Juruá, do Amazonas, conheço tudo isso que eu vi ontem. Já ouvi depoimentos, a gente participa, é igual, o nosso sofrimento é igual, mas alguns depoimentos me chamaram atenção e a sensação terrível, Deputada, que eu levo daqui é uma sensação muito ruim, a sensação de que aquele povo da reserva extrativista, que precisa de permissão para tudo, está pedindo até permissão para viver. Plantar, colher, viver. E o ICMBio, eu tenho falado desde que cheguei, que o Alexandre de Moraes, o Barroso, o Gilmar se julgam semideuses quando mandam prender, acham que podem, acabam podendo, mas o ICMBio está usurpando o poder de Deus, está decidindo pela vida dos extrativistas ali. Que sensação filha da mãe que a gente leva, e é preciso fazer alguma coisa com esse pessoal e urgente, porque a vida quem concede é Deus, e nos concedeu esse direito de já termos vida. Não é esse pessoal que vai ter esse direito, que vai ter que parar, como cidadão, como Senador, seja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá como for, nós temos que dizer ao mundo e ao Brasil que o ICMBio não pode mais controlar a vida de vocês. *(Palmas.)*

O ICMBio controla no Alto do Rio Negro, no Alto Solimões, aqui. Que poder é dado a essa gente? Quem deu esse poder pra essa gente? Por que eles acham que podem bater na cara de pai de família, botar fuzil na da mãe de família? Não podem! A gente tem que seguir em frente, e vocês disseram isso hoje aqui pra nós.

Eu só rezo e agradeço. Aqueles que quiserem a nossa continuação e que acham que nós somos corajosos que nos coloquem em suas orações; é só do que nós precisamos, o resto a gente vai tentar fazer.

E, ao encerrar, com essa cartilha aqui do ICMBio, é com isso aqui que eles conseguem o que querem – o dinheiro, o poder –, eles concedem todos os direitos aos extrativistas. Aí, no art. 48, ele diz que eles podem, desde que eles aprovem, e nunca vão aprovar. É injusto, é desumano perante Deus, perante Deus! A nossa luta já não é mais nem perante as autoridades. Vamos lá denunciar o ICMBio na quarta-feira, vamos pedir providência, vamos fazer tudo isso, mas a nossa luta é pra restabelecer o direito concedido por Deus de que nós todos somos iguais, e somos iguais.

Pra encerrar, eu vou declarar encerrada a sessão, mas fiquem aí, porque eu quero aproveitar esse momento da TV Senado e colocar o vídeo da Sra. Rosângela.

Eu declaro encerrada essa reunião, mas peço que vocês brasileiros e que vocês brasileiras ouçam esse depoimento e me permitam não o ver mais uma vez, porque é insuportável.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Iniciada às 12 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimentos. Oitiva do Graciano Aedzane Pronhopa, Cacique Etnia Xavante, em atendimento ao requerimento 142/2023; do Arnaldo Tsererowe, Cacique Etnia Xavante, em atendimento ao requerimento 143/2023. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 144 de 2023** que: "Requer a realização de Diligência Externa - São Félix do Xingu" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/24>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos!

Obrigado aos presentes e a quem nos vê pelo YouTube e não sei se pela TV Senado. Bom dia! Obrigado por estarem nos acompanhando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem por objetivo colher os depoimentos, como convidados, dos Srs. Graciano Aedzani Pronhopa e Arnaldo, caciques da etnia xavante, conforme os Requerimentos nºs 142 e 143, de 2023, aprovados por este Colegiado.

Antes de conduzi-los – já conversei com eles, a gente vai chamá-los daqui a pouco –, vamos apresentar alguns vídeos, como fazemos sempre.

Antes de iniciarmos, informo às senhoras e senhores que estivemos em comitiva – obrigado pela presença, Senador, nosso amigo General Mourão, obrigado Mourão –, informo dessa nossa diligência. Com os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Jaime Bagattoli, nós fomos a Xapuri, visitar a Reserva Extrativista Chico Mendes, comandada pelo ICMBio. E trazemos alguns depoimentos que mostram a realidade daquilo. Primeiro, nós fomos à reserva, vimos – vimos – como funciona e depois ouvimos representantes e moradores dessa reserva. E o que eu disser para vocês ou o que o Marcio for dizer para vocês, nada é mais forte do que o depoimento dos moradores.

A TV Senado transmitiu ao vivo e aqui a gente quer fazer um agradecimento público do trabalho da TV Senado, que nos acompanhou nas transmissões ao vivo e está nos ajudando muito a mostrar a realidade desses brasileiros.

General Mourão, eu vou apresentar os vídeos. Se o senhor quiser falar antes, não tem problema. A gente, aqui, quer ouvir aqueles que podem nos ensinar muito.

Fuzil apontado para uma moradora de joelhos – não temos essa cena, temos só esse relato –; derrubada de pontes que a criança usava para ir à escola – acho que a gente conseguiu uma foto disso –; impedimento de melhorias nas condições de vida; isolamento; falta de oportunidade; e abusos contra moradores. Ouvimos os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes; denúncias estarrecedoras, que nos colocaram na obrigação moral, ética e do mandato de ir ao Ministério Público Federal denunciar o ICMBio. A ação já está pronta; nós vamos amanhã entregar também ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Educação, porque o que vimos lá vocês vão ouvir aqui nesses relatos.

O vídeo número 1 traz a Sra. Solange, que eu acho que, de todos os depoimentos, foi o que mais nos comoveu, e todos nós ficamos lá... Vocês vão ver, vocês vão ver e ouvir o depoimento da Sra. Solange, uma mãe, uma mãe que mora na reserva extrativista, e vão ver qual é o maior desejo da vida dela, ela vai dizer aí. É o vídeo nº 1, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse é o Prefeito, Deputado...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Desnecessário falar alguma coisa. Isso aí, claro, espontâneo, ninguém conversa, ninguém pede, ninguém aconselha, a gente só ouve – só ouve. Nós estávamos, aí, distantes de Brasília 3.324km – 3.324km –, lá em Xapuri e Eptaciolândia, para ouvir esses moradores.

Aí nós fizemos um compacto de seis minutos, mas o que vai para o Ministério Federal tem 15 minutos, Senador Mourão. Nós vamos apresentar, já foi feito o arrazoadado, vou até colocar depois para cada um dos senhores. Não aqui na Comissão, para estudar, para a gente...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Vamos receber? A petição, depois V. Exa. vai mandar?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim, eu estou mandando para cada um dos Senadores para ler, para a gente fazer algo como cidadão e como Senador. É demais. E o que mais dói, o que mais choca – e eu estou falando com o Senador Mourão, ele sabe disso, esteve muito tempo na Amazônia – é a esperança que eles depositam na gente. Eles depositam esperança, porque eles veem a nós ali, que chegamos, para socorrê-los, fazermos algo, e a gente sabe que não depende só da gente, mas o papel de fazer... Assim como aquele índio que levou 14 dias para chegar conosco, lá em Pari Cachoeira, a gente vai lembrar sempre dessa mulher. Vocês ouviram qual é o sonho da mulher? E esse país que prega que não fica uma criança fora da escola. Isso patrocinado pelo ICMBio, que tem acordo, que tem convênio com o Governo Federal. E vocês têm também, se me permitirem, não sei se a gente tem aquele, é ruim porque o vídeo fui eu que fiz, de um minuto, onde eu mostro, falando que o ICMBio manda nesse pessoal, mas mostro lá a placa, quem manda no ICMBio, que é WWF. Está lá, assinado lá, quem é que manda no ICMBio.

Então, eu pergunto, vocês que estão aqui, quem estão ouvindo – não pode mais, nós estamos em 2023 –, em 2023, a pessoa não tem direito de ir e vir? Se alguém for picado de cobra ou adoecer, vai sair em rede, vai sair carregado em rede, Mourão e Marcio, como era antigamente nos seringais, em que o coronel não dava o direito de as pessoas terem direito.

Então, nós vamos fazer o que nos cabe. Nós vamos amanhã ao Ministério Público Federal denunciar oficialmente o ICMBio. E, já na próxima terça-feira, quem vai estar aqui é o ICMBio. Já está... Viu, Marcio? A pauta vai ser publicada, quem vem para cá na outra terça-feira será o ICMBio. A gente vai confrontar, vai perguntar, eles vão dizer o que quiserem, a gente vai confrontar com o que vimos em vídeo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos então... Ah, deixa eu mostrar mais um vídeo aqui, onde moradores mostram o problema lá no alto Iriri, no Pará. As famílias, olha só, não têm condições de deslocar os filhos para tomar vacina, que é obrigatória. Olha só esse depoimento... Isso aqui já é outra região, isso aqui é no interior do Pará. É o vídeo nº 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí é em outro local, mas a Amazônia é toda assim. A Amazônia é toda assim. Normalmente, é onde o Governo abre mão da sua prerrogativa de política pública e passa para as ONGs.

Por fim, só mais um, para mostrar que está havendo uma guerra civil neste país mesmo. Negam, a imprensa esconde. Esse vídeo aqui também é no interior do Pará. É o vídeo nº 2, que está circulando na internet, chamando atenção para a voz de um garoto no final do vídeo. É de estarrecer. É o vídeo nº 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês ouviram aí o garoto assustado porque a polícia... Ele questiona para a mãe: "Mas a polícia não é boazinha?". Ela dá a desculpa e ele fala: "Tem polícia do mal". Está acontecendo no Brasil. Está acontecendo no Brasil, na Amazônia, e você não tem conhecimento disso, porque a grande imprensa não mostra, nega. Nós, todos nós estamos cumprindo com a nossa missão, que é a de mostrar o outro lado dessa narrativa que amordaça, que escraviza esse pessoal do Governo.

Peço à Secretaria que...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Plínio, só um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Hamilton Mourão, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não sei se esse vídeo aí é daquela região de Ituna-Itatá...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Acho que é de lá, sim.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Acho que é, não é?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Acho que é de lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sempre lembrando que Ituna-Itatá era uma gleba do Estado do Pará que a então Governadora Ana Júlia Carepa designou para ocupação por essas pessoas que estão aí hoje e, posteriormente, foi demarcada como terra indígena. Então, é esse conflito.

Por isso que se discutiu aqui, nesta Casa, essa questão do marco temporal, e a Suprema Corte não consegue compreender o alcance da gravidade da decisão que ela andou tomando, e agora o Presidente da República, no projeto que saiu daqui, veta as partes boas e aprova as partes ruins do projeto, porque o projeto tinha partes ruins.

A questão também lá de Xapuri é algo que a gente já acompanhava há algum tempo, e liberdade é um dos bens a que todos nós, seres humanos, temos direito ao nascer. Não é outorga de governo nenhum. O governo não pode cercear a liberdade das pessoas.

Existe regra, aquelas pessoas moram lá há muito tempo, ali nasce esse movimento, vamos dizer, ambientalista dentro do país, naquela figura explorada politicamente do Chico Mendes, mas a gente tem que lembrar que aquilo era um grupo de seringueiros. Como o rapaz colocou ali, quem vai viver do extrativismo, pura e simplesmente, vai morrer de fome.

A gente sabe que uma das grandes formas de desenvolver a Amazônia é por meio da riqueza natural, usando a bioeconomia, só que as grandes empresas, o que fazem? Elas vão lá na Amazônia, coletam o produto, pagam dez centavos, vamos dizer assim, para o coletor do produto e vêm transformar aquilo em valor agregado aqui no centro-sul do país, onde gera o emprego de qualidade. E a nossa turma lá da Amazônia continua a viver como no tempo, como você disse aí, dos coronéis dos seringais.

A gente não pode continuar a ficar tapando o sol com a peneira nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – General, Senador Mourão, é o que o senhor diz. Só para acrescentar aqui – o Marcio também ouviu –, lá é borracha e castanha – se bem que castanha, pra tirar, é uma loucura. O preço deles: eles ganham R\$3 por quilo de seringa – R\$3; tem subsídio do Governo, mas que não chega. Então, eles tiram em média 5kg por dia, R\$15 por dia. E o Presidente da associação disse ao Marcio, ao Jaime, ao Styvenson e a mim: "Senadores, se a gente conseguir autorização pra plantar milho – o mundo precisa de milho, o Brasil todo precisa de milho –, se a gente conseguir 4ha por família – milho –, nós vamos ter uma renda de 5 mil, uma média de 5 mil por mês".

Mas eles não deixam plantar milho; é só seringa e castanha, aquele bem natural. Essa hipocrisia, porque esse pessoal que está ditando norma está onde a essa hora? Está onde? Está na Amazônia, Marcio? Está aqui em Brasília ralando? Está não. Eles estão em congressos em Nova York, Amsterdã, Paris, rindo da nossa cara, de você, brasileiro, rindo de você, brasileiro, que acha que eles estão certos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele pode até rir da gente, mas ele sabe que tem adversário aqui na gente, não é, Mourão? A gente não vai deixar pelo menos de mostrar. É esse pessoal que vive nababescamente, e esse conflito todo, o General Mourão falou aí, ele cria e a pessoa já está dentro. Aí eles criam uma reserva, mas é aquela história: se a pessoa fica dentro, fica escravizada e, quando é expulsa, porque é reserva indígena, vai morar na fronteira, ali colada. Aí ele já não pode mais caçar – fora de reserva indígena –, já não pode mais plantar, já não pode mais vender, não pode mais colher fruto. Aí é um marginal, é um bandido. Aí começa o conflito, essa guerra civil.

Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É o caso também lá do Pará. O Pará é um grande laboratório disso aí. Você pega lá a Floresta Nacional do Jamanxim. Quando ela foi delimitada, já tinha 3 mil famílias vivendo lá dentro. E, aí, como é que faz?

Só tem uma solução: tem que redefinir os limites da reserva, da floresta. Acabou. E aí acerta a vida daquelas famílias. Ou vai botar 3 mil famílias pra fora? O pessoal chegou lá nos anos 70 desbravando aquela região ali de Novo Progresso, Castelo dos Sonhos. Só quem conhece entende o que essas pessoas estão passando.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por isso que a gente foi lá pra mostrar em vídeo pra quem não pôde ir ver essa realidade. Você imagina: eu estou ali a minha vida inteira, foi meu pai, foi o pai do meu pai e, às vezes, até o pai do pai do pai que passa a terra, aí, de repente, chega o Ibama, a Federal com um fuzil "ó, você tem cinco horas pra sair". Você fica sem chão. E eles não obedecem à lei, Marcio, que é dar o lugar. Você pode deslocar, mas tem que dar o lugar, mas eles não dão. O que está acontecendo no Brasil é totalmente distorção.

O Marcio me trouxe aqui um vídeo do nosso amigo, hoje nosso amigo, o mestre Aldo Rebelo. Olha só o que ele diz em sua peregrinação pelo país.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, o nosso mestre Aldo Rebelo falou duas coisas aí: indiferente ou cúmplice. Indiferente é quando não tem muito conhecimento; e, a partir de agora, do que a gente mostra nesta CPI, se não tomar providência, se não houver um sentimento é de cumplicidade mesmo.

Alguma coisa, Marcio, antes de chamar nosso convidado?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, quero só cumprimentar a todos, bom dia a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

General Mourão, que nos prestigia, é um prazer muito grande tê-lo aqui. Quero agradecer ao Senador Plínio pela criação da CPI, que dá a oportunidade de mostrar ao Brasil, pelo menos a uma parte do Brasil, uma realidade que é diligentemente escondida.

Então, nós fomos... O relatório que a gente vai produzir necessita dessas viagens que estamos fazendo. Primeiro, fomos ao Amazonas ver uma reserva indígena, vamos dizer assim, *in natura*, modelo, o modelo, vamos dizer assim, das ONGs. Então, é uma área indígena, uma terra indígena, uma reserva indígena que não pode viver de outra coisa que não seja caça, pesca e um plantiozinho de uma macaxeira. E vimos lá a dificuldade.

Pudemos ler o relatório, na viagem inteira, do ISA, que é o mentor, a ONG que tutela aquela imensa área, em que ele faz um estudo que custou milhões de reais, e a conclusão acerca das necessidades dos índios daquela reserva quem tem que resolver, segundo o ISA, é o Estado brasileiro. Eles criam reserva, criam um problema e a solução eles mandam que o Estado brasileiro é que tem que resolver.

Fomos agora ao Acre pra mostrar uma outra realidade, a realidade das reservas extrativistas. Primeiro, estão aí os vídeos que o Senador Plínio mostra. Nós pudemos assistir a um homem acostumado a enfrentar bandido, como é o caso do hoje Senador Styvenson, que veio da polícia, acostumado a enfrentar facções criminosas, um homem de 2m de altura. A gente o assistiu chorar no depoimento em Etipaciolândia, porque não há cristão que não se comova com o que vimos, com o que assistimos dentro da reserva e com o que ouvimos nos depoimentos. Se você não se tocar com aquilo é porque não tem coração, tem uma pedra no lugar. Eles se sentem, assim como os índios, enganados, tapeados, abandonados, perseguidos. Imagine, eu não sabia. Eu sou acriano desde dez anos de idade e não sabia como é que uma prefeitura, pra construir uma escola, pra raspar um ramal, precisa pedir licença, autorização. Isso pra mim é... Isso, sim, é trabalho análogo à escravidão, com a participação do Estado brasileiro. Há um ano, a prefeitura pede licença, e essa licença não é concedida.

Nós vimos uma moça – isso chamou a atenção do Styvenson –, 9h da manhã, preparada pra ir pra escola que começa ao meio-dia, porque é essa a realidade de uma reserva, de uma área imensa, de quase 1 milhão de hectares, que não tem estrada pavimentada, não tem linha de ônibus. Então, ela, pra andar até a escola, precisa começar a se preparar e estar preparada às 9h da manhã. Essa é a realidade de uma reserva extrativista.

Aproveitamos que estávamos no Acre pra mostrar outra realidade, que é a ação de ONGs no Brasil inteiro, particularmente na Amazônia, com o poder de políticas públicas para o qual o Ministério Público não foi criado, paralisando obras, como é o caso lá no Acre de vários municípios que precisam ser ligados – são isolados –, e as ONGs entram no Ministério Público Federal e têm o poder de paralisar obras.

Estamos indo agora ao Mato Grosso amanhã pra mostrar uma outra realidade: quando a CPI afirma que, na reserva indígena, o índio se sente enganado porque foi vendida uma ideia de que ele seria dono, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dono ele não é. E lá aonde nós vamos, a partir de amanhã à noite, vai ser uma prova disso. Eles resolveram transformar menos de 2% da área deles em agronegócio, têm uma atividade econômica que nenhuma outra aldeia tem. O que eles conseguiram, o padrão de vida que eles têm, comparado a outras aldeias *in natura* ou modelo, é incomparável. Eles cresceram economicamente, avançaram e têm um padrão de vida muito melhor, mas têm um monte de multa na Justiça, processo na Justiça contra o fato de que eles estão abrindo menos de 2% da sua reserva. Então, é uma outra realidade a ser mostrada.

E, a partir das falas do Senador Plínio, que desde o começo, Senador Mourão, vem mostrando essa realidade que a gente acaba de ver... Qual é essa realidade? Pessoas como... É impressionante, não é? A monarquia inglesa, britânica, cria a ONG, financia a ONG, um país que não sabe o que é APP, pressiona o Brasil com muitas ONGs financiadas, entre outras, pelo rei da Inglaterra, que pediu para o Presidente da República cuidar da Amazônia... Se tivesse um pingão de vergonha, teria respondido a ele: "Cuida você do seu país, que do nosso cuidamos nós". Esse é o nível de intromissão que me envergonha. Mas esse tipo de gente, o rei da Inglaterra, financia ONGs para criar e para ampliar reservas, abraçando pessoas, milhares de pessoas que não viviam do extrativismo, mas que estavam lá; que não são índios, mas que viviam e que estavam lá. E casos como esses... Quer dizer, a Governadora... E hoje ela não tem a coragem que deveria ter, porque ela deveria se sentir responsável por esse caso, porque o Governo dela cria isso e depois ela se cala, porque a força da ONG com as mídias faz ela se calar, covardemente.

Então, a partir daí, criam-se essas crises, como essa que o Aldo Rebelo acaba de lembrar, transformando, de uma hora para outra, como é o caso da Reserva Chico Mendes, pessoas que estavam lá há gerações. De uma hora para outra, pela força do Estado brasileiro, pressionado por ONGs, de fora para dentro, transformando milhares de pais e mães de família pobres, pobres... Estão lutando pela sobrevivência, que é um direito de quem está vivo. Transformam essas pessoas, de uma hora para outra, em foras da lei.

Então, esse requerimento extrapauta, que eu combinei com o Senador Plínio, hoje pela manhã, conversando, trocando ideia, é para que a CPI vá ao Pará, onde lá... Como disse o Aldo, no sul do Pará, em São Félix do Xingu, para a criação da Usina Belo Monte... Para você criar uma usina, só no Brasil precisa disso. Você tem água para fazer uma hidrelétrica, que é limpa, energia limpa, barata. Ela, sim, é sustentável porque não acaba. Água não acaba. Até hoje tem colegas nossos que acham que acaba, é um bem finito. Não é finito. Você pode sujar, mas ele é infinito, não acaba nunca! Então, ele, sim, é autossustentável.

Para você ampliar a usina, as ONGs, que mandam na Amazônia muito mais que o Estado brasileiro, exigiram a ampliação da reserva. Aí, ao ela ser ampliada, ela pega milhares de pessoas que não tinham nada com isso. Então, essa afirmação do Senador Plínio desde o começo... Nós queremos aprovar o requerimento hoje para ir, logo depois do Mato Grosso, lá nessa área do Pará, para mostrar ao Brasil essa outra faceta: a faceta de milhares de homens e mulheres humildes, pobres, que de uma hora pra outra se tornaram, pelo Estado brasileiro, foras da lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a palavra, porque eles são pródigos em inventar palavras – eu até pedi pra meu amigo Antônio escrever – é "desintrusão". De uma hora pra outra, eles que estão lá há três gerações, quatro gerações, são tratados como intrusos. E aí você junta o Estado brasileiro, as forças de repressão do Estado brasileiro para fazer a "desintrusão", que é a expulsão de pais e mães de família que moram na região há décadas.

Então, Sr. Presidente, só aproveitando pra dar esse panorama, cumprimentando o Senador Mauro, porque a partir de amanhã à noite, estaremos lá no querido Mato Grosso, pra mostrar essa outra realidade pra população brasileira.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela presença do Mauro, porque foi sugestão dele o convite a essas duas lideranças indígenas.

Por último, só para encerrar de vez, ontem, no Domingão do Huck, alguém... À minha assessoria eu pedi para acompanhar, porque ele estava anunciando previamente uma liderança que falava bem da Fundação Amazônia Sustentável. Então, apareceu uma pessoa lá falando bem, maravilhas da Amazônia Sustentável. Vejam só: ou aquilo a emissora apoia, ou, então, aquilo foi pago. Se foi pago, é caríssimo. E, se não foi pago, só mostra o quanto essa gente não conhece a nossa realidade.

Faltou dizer, naquela matéria, Senador Mourão, por quanto... quanto custou aquilo que ele estava mostrando. Pelo que a gente conhece, conseguiu pegar, são quase R\$500 milhões que a Fundação Amazônia Sustentável já... E agora está com convênio com a Alemanha de R\$78 milhões para placas solares pelas comunidades, quer dizer, tomando, usurpando o direito, a prerrogativa do Governo.

Mas vamos, então, Senador Mauro, que foi quem sugeriu, chamar os nossos convidados que estão lá na sala. Se o senhor quiser uma fala antes, aqui a gente é o mais democrático possível. Aqui a gente precisa...

E o brasileiro e a brasileira precisam ajudar nisso, não é? A gente faz aqui, vai, vê, mostra vídeo; a Globo vem e diz que está tudo bonito, está às mil maravilhas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aqui é a FAS, não é? A FAS, 500 milhões.

O mundo que nós habitamos é um outro mundo, é um outro planeta. A Amazônia que nós conhecemos não é a Amazônia do Leonardo DiCaprio, não. É outra Amazônia.

Peço a Secretaria que conduza os nossos convidados, os Srs. Graciano e Arnaldo, para comporem a mesa conosco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, a fala. Senador Mauro, pode ir. *(Pausa.)*

É o Arnaldo e o Graciano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, está trocado aqui.

Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Bom dia, Senador Plínio, Presidente da CPI das ONGs; Senador Marcio Bittar, nosso Relator; Senador General Mourão, aqui do nosso lado.

A nossa intenção, Senador, foi justamente... Em várias audiências, eu, como Secretário da Casa Civil, era responsável por ter o contato direto com as 43 etnias do Estado de Mato Grosso. E teve uma grande coincidência – não é nem coincidência, acho que é providência de Deus –: num final de semana que eu estava em Cuiabá, eu fui procurado pelo Cacique Arnaldo e pelo Cacique Graciano para falar sobre as expectativas com relação à sua etnia, quais são as suas necessidades. E eles me colocaram algumas pautas extremamente importantes que dizem respeito tanto com relação às ONGs, também com relação à produção indígena. E eu conversei com o Senador Marcio Bittar, conversei com o Senador Plínio Valério e sugeri realmente que a gente convocasse, convidasse essas pessoas para vir até a CPI para colocar o seu ponto de vista, as suas necessidades.

A conclusão desses quatro anos que eu passei à frente da Casa Civil e com a responsabilidade de ter contato direto com todas as etnias é que ficou muito claro para mim que cada etnia tem o seu cacique, cada etnia tem a sua lei, tem a sua regra e tem a sua cultura. É muito difícil você encontrar uma pessoa indígena que seja o líder de todas as etnias. Cada etnia fala por si.

Eu, no início, ali na Casa Civil, com muito pouca experiência, eu até nomeei como superintendente da área indígena as pessoas que estavam responsáveis na época pela Fepoint, pela federação. Eu acreditava ali, naquele momento, que eu, falando com a federação, estava falando com todas as etnias do Estado do Mato Grosso. Eu estava 100% equivocado, General Morão.

Cada etnia tem a sua forma de conduzir o seu povo, cada etnia tem a sua cultura, e, para que a gente tivesse uma convivência pacífica com todas as etnias, no Estado do Mato Grosso, o primeiro entendimento é respeitar a cultura de cada etnia. Respeitando o que cada etnia realmente pensa, o que ela quer para o seu povo, a sua convivência passa a ser muito pacífica, uma convivência que traz o benefício para todas essas etnias.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E foi o que nós fizemos. Deixamos de conversar com a federação e fomos conversar com cada etnia individualmente, sabendo, conhecendo a sua cultura, conhecendo as suas necessidades e, a partir daí, o Governador Mauro Mendes e a nossa Primeira-Dama, Virginia Mendes, que diga-se de passagem, foi a Primeira-Dama que mais... Ela visitou todas as etnias no Estado do Mato Grosso. Não existiu isso com nenhuma Primeira-Dama do Estado do Mato Grosso. Ela tem um carinho muito grande e visita todas essas etnias, realmente, levando assistência social, levando a sua presença, o seu carinho, o seu amor para esse povo que tem tanta necessidade do apoio público.

Então, eu fico muito feliz de estar aqui hoje recebendo o Cacique Arnaldo, o Cacique Graciano, para que coloquem um pouco, para todos nós aqui, a experiência deles, o que eles pensam, o que eles acham e de qual o apoio público que eles necessitam para continuar sobrevivendo com saúde, com educação, tendo mobilidade para que realmente ele cumpra o papel dele como cacique dentro da sua etnia.

É só Presidente. Muito obrigado pela consideração, por ter aceitado o meu requerimento e por ter convidado os dois caciques para estarem aqui hoje presentes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mauro. Obrigado pela dica, que vai ser muito útil para nós aqui.

Com a palavra, Arnaldo Tsererowe, que é a etnia.

Fique à vontade, a gente não vai estipular o tempo, mas, apesar do tempo que terão nas respostas, poderão falar o que quiser. Vocês estão na sua casa.

Obrigado por ter aceito o convite.

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – *Rowaiawê roptededewa wanori.*

Quero primeiramente traduzir a minha fala como da etnia Xavante do Estado de Mato Grosso. Estou cumprimentando os Srs. Senadores da Comissão, o Sr. Presidente da Comissão, Senador Plínio Valério, o Sr. Relator, Senador Marcio Bittar, todos presentes aqui, jornalistas e demais Senadores.

Eu quero dizer, com muita preocupação, Sr. Presidente e Sr. Relator, que nós, os povos indígenas, nós respeitamos cada etnia que pode procurar o apoio da bancada. Nós respeitamos. Essa é a nossa tradição, do povo xavante.

Nós, do Mato Grosso, do povo xavante – são 43 etnias do Estado de Mato Grosso –, nós precisamos do apoio desta Comissão, nós precisamos que façam acontecer a roça mecanizada para o nosso povo trabalhar, para tirar a escassez das nossas crianças e do nosso povo. Isso é fato, Srs. Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A situação do nosso povo está muito difícil, porque não existe projeto da nossa instituição, a Fundação Nacional do Índio. Ela não está presente para apresentar o plano de trabalho, para a gente chegar a um acordo com o plano de trabalho para a gente trabalhar. O nosso povo está interessado em trabalhar. Nós queremos produzir.

Então, a gente vem trazer esse verdadeiro apelo como liderança xavante.

Então, eu quero dizer aos Srs. Senadores que há ONGs que vêm dizer que estão levando o benefício para as nossas aldeias; isso é tudo mentira, porque a gente sente de ver a nossa comunidade passando necessidade e as nossas crianças. Onde que está aplicando essa verba? Porque não existe... Será que, para ONG, não existe a responsabilidade fiscal para apurar se está aplicando esse recurso em prol da sociedade indígena brasileira?

Com tudo isso, há alguns que não têm acesso, que não têm o diálogo com a instituição. É muito necessário para alguns, nós indígenas... Então, Srs. Senadores, nós queremos o apoio, nós queremos trabalhar, nós queremos, o nosso povo e algumas etnias a quem interessa trabalhar e produzir para tirar a necessidade do nosso povo, principalmente das crianças.

Então, a gente vem buscar o apoio e dizer para os senhores da Comissão que busquem o apoio para as aldeias. É muito fácil para os senhores buscar o entendimento com a nossa Fundação Nacional do Índio para ir para as nossas aldeias para ver a situação, como o nosso povo sobrevive. É muito triste! Isso é fato, esse é o verdadeiro apelo que a gente vem colocar para os senhores.

Então, eu quero finalizar e agradecer aos Srs. Senadores. Ajudem os povos indígenas deste país, porque a gente ouve através da nossa Fundação Nacional do Índio que não tem orçamento, que tem pouco orçamento. Então, é muito difícil para o nosso povo.

Então, agradeço aos Srs. Senadores, ao Presidente da Comissão e ao Relator. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado. Muito bem, Arnaldo.

Eu pergunto ao Senador Jayme, Mauro, Mourão, Chico Rodrigues e Relator, porque o próximo depoimento – eles vão voltar a falar quando quiserem, mas o próximo – parece que já é uma situação mais... A gente começa a perguntar agora a eles, começa a perguntar agora, ou espera o outro? Vocês decidem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Se me permite, Senador Plínio, Senador Marcio, o Arnaldo é velho conhecido nosso – e aqui está o Graciano, lá da etnia xavante, da região do Araguaia –, quero só fazer uma pergunta para o Sr. Arnaldo, direto, para ser bem rápido, para o bom andamento da Comissão.

Quantos hectares vocês têm lá na Xavante, ou seja, na reserva indígena? Qual o tamanho da área?

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – A nossa área na Terra Indígena Parabubure, no Município de Campinópolis, é de 224 mil hectares, já demarcada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Bem, quero só fazer um bate-bola rápido aqui... Só quero dizer aos senhores e às senhoras que estão acompanhando esta importante audiência aqui, sobretudo, liderada pelo Presidente Plínio, em relação à CPI das ONGs, que os senhores viram aqui o testemunho – como foi dito a V. Exa. lá atrás, quando eu participei da audiência aqui – do Cacique Arnaldo, que tem o respeito e a admiração de todos nós mato-grossenses pelo trabalho exitoso que faz à frente dessa comunidade indígena, lá na região de Campinópolis. Conheço, já fui Governador, por várias vezes estive lá, sempre apoiei os povos indígenas.

Para o Brasil ficar sabendo, para o mundo ficar sabendo o que o índio brasileiro quer de fato e de direito: quer a oportunidade. Aqui está claro, evidente. E não é só essa... Eu disse lá atrás, lá na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que, se precisasse trazer dez caciques como o Arnaldo aqui, eu traria 10, 15, 20. É o que eles querem. Eles não querem é ser usados, como estão sendo usados, como se fossem massa de manobra. O índio quer oportunidade, ele quer saúde, ele quer educação. É gente igual a nós aqui, quer se alimentar bem, quer celular, quer caminhonete, enfim, tudo de bom que o cidadão branco tem o índio quer ter. Essa é a realidade.

Eu estou muito satisfeito de ouvir aqui de viva voz. E o Brasil todo, o mundo todo está ouvindo aqui isso que ele está falando. Ele quer chance, ele não quer ser usado pelas pseudo-ONGs, por aqueles que falam que são os defensores dos povos indígenas e não defendem povo indígena; só tiram proveito de ordem pessoal.

Portanto, essa é a minha pequena manifestação.

Quero saudar o Arnaldo aqui, velho amigo, e o Graciano também, que já nos conhecemos de muitos anos. Seja bem-vindo aqui, Arnaldo! Sua presença, com certeza, enche muito de orgulho todos nós Senadores e certamente o povo brasileiro, que quer ouvir a verdade daqueles que representam verdadeiramente os povos indígenas deste país.

Obrigado, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jayme Campos, ao senhor, que foi um dos primeiros a assinar o pedido de CPI das ONGs e continua firme conosco aqui.

Senador Chico Rodrigues, que é componente da CPI, nosso amigo e companheiro de Roraima.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Plínio Valério, meu caro e querido Relator Marcio Bittar, eu ouvi uma pergunta que foi feita pelo Senador Jayme Campos ao tuxaua, ao índio xavante Arnaldo, e presente também está o Graciano, também da etnia xavante, e ele falou, na verdade, qual a área que comporta a etnia xavante, em torno de 224 mil hectares. Pois bem... E demarcada.

A Funai, as ONGs e os interessados em ocupar parte da riqueza do Brasil, na verdade, não compreendem a área do meu estado, o Estado de Roraima... A área Raposa Serra do Sol, demarcada, é de 1,5 milhão de hectares. A área dos índios ianomâmis é de 9,5 milhões de hectares. Repetindo: a área Raposa Serra do Sol tem 1,5 milhão de hectares, e a área dos ianomâmis... Obviamente, uma etnia mais antiga, com os costumes, etc., mais primitivos, como eu chamo, e alguns criticaram, mas é pela sua história, pela sua origem, pelo que representam para o Brasil.

As comunidades indígenas merecem total respeito pelo que representam para o Brasil, mas mereciam muito mais, se, na verdade, nós tivéssemos a presença do Estado brasileiro, e, aí, vão os governos, se olharmos pelo retrovisor, todos, para que as comunidades indígenas possam desenvolver as suas habilidades e possam desenvolver essas comunidades de uma forma eficiente, produtiva e sem mendigar nada do Estado brasileiro.

Então, minha gente, eu estou fazendo apenas essas duas observações, em relação às dimensões, porque, na verdade, é como se, na verdade, o marco temporal viesse... Só com o marco temporal, viesse resolver, definitivamente, a questão dos indígenas, e não tem nada a ver marco temporal com oportunizar às comunidades indígenas, que são em torno de 1 milhão de indígenas que nós já temos aqui no nosso país, para que eles possam não chegar aqui, a uma plenária como esta, com a presença do tuxaua Arnaldo, da etnia xavante, mas de qualquer outro que venha a sentar aqui, porque eles querem é se desenvolver.

E, conhecendo, de uma forma muito detalhada, a existência, a vida, as necessidades e as demandas das comunidades indígenas, eu, que tenho uma oportunidade de já estar no meu nono mandato – fui, inclusive, Governador do estado também –, eu, como Senador da República, vendo essa necessidade, eu tenho entregue muitos equipamentos para atender às comunidades macuxis, uapixanas, uaiuai, os taurepangues, porque eu entendo que eles precisam sim... O que o Arnaldo está reivindicando é exatamente do que eles precisam para incorporar no seu processo produtivo.

Agora mesmo, a partir do início de novembro, já adquiridos nos depósitos da Secretaria do Índio, lá no nosso estado, eu vou começar a entregar 45 microtratores – 45 microtratores – para que eles possam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer suas roças, para que eles possam fazer a sua roça, para que possam fazer o transporte da maniva, da macaxeira, da farinha, da palha, etc., etc.

Já entreguei cinco caminhões, através das minhas emendas parlamentares, para que eles possam desenvolver o seu trabalho sem precisar estar mendigando de secretaria, de produtor rural, de ninguém para o seu trabalho. E ainda, no mês de novembro também, estarei entregando mais cinco tratores, mais cinco tratores agrícolas grandes, de 90HP, com arado, com carreta, com grade... Porque, como eles dizem: "Nós trabalhamos e operamos igual o branco, só não temos equipamento".

E a Funai... Na emenda deste ano, de 2023 para 2024, eu estou incluindo um monte de tralha que nem isso a Funai entrega para eles. Terçado, pulverizador, pequeno pulverizador, machado... Eu só não vou comprar motosserra porque senão vão dizer que eu estou mandando devastar a Amazônia, os índios devastarem a Amazônia. Mas eles precisam para fazer uma cerca, para fazer uma casa, para fazer um curral, para fazer atividade pequena do cotidiano.

Então, veja, quando, Presidente Plínio Valério, nós vemos uma manifestação de uma pessoa que tem absoluta credibilidade, que nem o Sr. Arnaldo, contra fatos não existem argumentos. É tão claro como uma janela sem vidros. Ele está aqui mostrando a realidade fática dele, de uma etnia conhecidíssima no Brasil e no mundo, que são os xavantes.

Então, cada vez mais, com essas declarações, enriquece mais o seu relatório, a sua tese, na sua obstinação insistente de implantar a CPI das ONGs, que não é para prejudicar ninguém, eu tenho absoluta certeza. O que a V. Exa. quer é abrir esse livro negro para o Brasil e entregar para as autoridades, que eventualmente deverão, no meu entendimento, na minha compreensão, deverão realmente fazer bom uso de todas essas informações que chegam em tempo real para melhorar, inclusive, enriquecer o relatório final da CPI das ONGs.

Então, quero parabenizar o Tsererowe pela clareza, pela veemência e, acima de tudo, porque ele é que sente na pele com a sua comunidade a ausência desses equipamentos que possam, na verdade, ajudar a produzir a farinha, a mandioca, o feijão, o milho, o arroz, etc., etc., e não viverem recebendo do Governo cesta básica, como é o caso de hoje.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Antes de passar para o Senador Mauro, uma observação do nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Senador, só uma observação. Já falei para o Senador Plínio, estou aqui com uma série de perguntas. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos aos colegas, principalmente do Mato Grosso, todos vocês que foram conosco lá, o Styvenson e tal, fazer as perguntas... Se dessas com que estou aqui faltar alguma, aí no final eu pergunto.

Eu só queria fazer uma observação para passar a palavra para o Senador Mauro, que solicitou não só essa vinda, como a ida ao Mato Grosso – eu agradeço muito por isso –, só para incorporar na pergunta ou na observação que o Senador Mauro vai fazer.

Eu tenho dito muito assim, por exemplo, o Senador Chico Rodrigues menciona o tamanho das reservas. Para que o senhor possa incorporar, quando for responder ao Mauro, eu venho dizendo que não adianta muito, claro que suaviza.

Cada um de nós pode fazer uma emenda, como o Senador Chico, como o Senador Plínio já tem feito, tem demonstrado. O problema é que, se você não pode fazer as estradas, você suaviza a dor, você leva o maquinário e tal, só que aquilo vai ser permanente. A palavra que tanto as ONGs gostam, que é autossustentável... Se você não criar, não libertar, dando ao índio – aí me corrijam se eu estiver errado –, dando ao índio o direito sobre a terra, se ele quiser explorar, ele poder explorar... Nós temos dito na CPI que os índios dizem que foram enganados. Na criação das reservas indígenas tinha, na sua ideia, que ele seria o dono. Na prática, nos parece que isso não acontece. Você quer abrir, não pode; você quer tirar o produto lá de baixo, não pode, e não tem a infraestrutura. Então, através de uma emenda, você consegue o maquinário, por exemplo, só que a infraestrutura não existe. Então, esse maquinário ajuda por um ano, dois, três, até que ele vai acabar e você vai depender de uma outra emenda, porque ele não é autossustentável. Como é que uma reserva ianomâmi, por exemplo, que é do tamanho de Portugal, ou maior do que Portugal, não tem uma estrada? Não tem uma estrada. Quer dizer, é maior do que um país que tem o PIB *per capita* quase o triplo do Brasil, mas não tem uma estrada. E as ONGs, a gente pega os relatórios das ONGs, elas sempre gastam 70%, 80% em curso, viagem com os funcionários. E que curso é esse que você pode dar para uma região que não pode explorar? Vai ensinar alguém de uma reserva extrativista ou de uma reserva indígena um determinado ofício, e a pessoa vai exercer esse ofício? De que jeito? Ele vai produzir o quê? Para tirar de que jeito? Se eu estou falando de áreas que são do tamanho de países da Europa e que não têm uma estrada.

Então, só para que o cacique possa incorporar essa observação. Eu vou passar a palavra para os Senadores que aqui estão. Se faltar alguma coisa do que está escrito aqui, eu pergunto ao final.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Bom, Presidente Plínio, só uma informação, Senador Chico: nós vamos, na quinta-feira, visitar a Reserva Parecis, na cidade de Campo Novo do Parecis. É uma reserva de 1,2 milhão de hectares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos conhecer ali uma produção de 20 mil hectares onde estão sendo produzidos soja e milho. Isso representa 1,6% do total da reserva. Então, nós vamos conhecer qual era a dificuldade do povo parecis, como eles iniciaram a produção, de que forma que eles montaram depois as cooperativas, os seus laboratórios e como está a vida dessa etnia hoje. Então, quinta-feira, nós vamos passar uma manhã na etnia parecis, conhecendo realmente a produção desse povo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não. Aí... As surpresas nós vamos ter lá na hora, o problema da comercialização, o problema de multa, o problema de crédito... Então, a dificuldade. Porque como é que essas pessoas conseguem crédito para produzir, não é? Então, não é tão simples assim. Essa surpresa nós vamos ter lá na hora... Como eles conseguiram superar todas as dificuldades?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não tinha... Não sei... Na época, não sei... *(Risos.)*

Porque como que comercializa esse produto de terra indígena? Porque a produção está sendo feita

Porque a produção está sendo feita em cima de uma reserva indígena. Como é que você comercializa essa soja? Como é que você comercializa esse milho? Como é que você consegue crédito para plantação, para comprar fertilizante, para comprar uma série de insumos que você precisa para a produção? Então, todas essas dificuldades – o Senador Jaime Bagattoli chegando aqui também agora – nós vamos conhecer *in loco* nessa visita que nós vamos fazer na quinta-feira.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Senador Mauro, na minha humilde opinião, já que eles usam menos de 2%, preservando 98%, devia valer o triplo, não é? A Europa...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – No mínimo, não é? Para pagar muito pelo selo, não é? Mas, pelo contrário, eles têm uma dificuldade muito grande. Aí nós teremos a oportunidade de conhecer as cooperativas e realmente vocês vão ver a organização dessas pessoas. E eles têm até um fato interessante, porque o pareci, quando saía na cidade de Campo Novo, conforme os índios iam dando no comércio, o comércio ia fechando as portas, com medo de saque ou coisa parecida. Hoje é o contrário. A hora que os índios parecis estão no comércio de Campo Novo, o comércio todo vem para cá, "vem me visitar", "vem fazer suas compras aqui comigo".

Mas, Cacique Arnaldo, eu tenho algumas dúvidas e eu gostaria que o senhor as esclarecesse aqui. Primeiro, quais são as ONGs que atuam junto à etnia xavante? E essas ONGs fizeram algum tipo de investimento, algum tipo de infraestrutura nesses últimos cinco, dez anos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Na nossa área, Terra Indígena Parabubure, nós não temos as ONGs. Nós não pactuamos. Então, graças ao nosso Governo do Estado de Mato Grosso, que vem dando o apoio para todas as etnias que habitam no Estado de Mato Grosso.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Entendi.

Como está a saúde das crianças da etnia xavante?

O SR. ARNALDO TSEREROWE – A saúde do nosso povo... aumentou a mortalidade. Isso é muito triste.

Quando a criança é consultada no hospital, tem a casa de saúde que acomoda os pacientes. Quando é consultada, o médico passa a receita para a mãe ou para o pai e leva para a Casai, Casa de Saúde. Ela tem a equipe de saúde que pode medicar. Mas, quando leva a receita da criança, não é bem atendido, falta medicação. Então, a própria mãe ou o próprio pai tira o dinheiro para comprar particular na drogaria. Então, é muito triste.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Qual o tipo de mobilidade que vocês têm dentro da etnia e como vocês se locomovem dentro da reserva de vocês? Como vocês se deslocam para Campinápolis? Como vocês se deslocam para Cuiabá? Qual a infraestrutura logística que vocês têm e quais os equipamentos que você tem? Você tem carro, caminhonete, caminhão? Como é que vocês se locomovem? Uma criança ficou doente, tem que levar essa criança para Campinápolis, no hospital, como é que você transfere essa criança? Que tipo de estrutura você tem de apoio dentro da sua etnia?

O SR. ARNALDO TSEREROWE – A estrutura... Dentro da nossa área, existe posto de saúde, que é construído através da. Então, tem viatura que dá suporte, que dá assistência. Então, às vezes, tem várias aldeias: quando a criança adoece, o carro leva para o município para tratamento. Então, na outra aldeia, fica doente e não tem carro. Então, fica com aquela dificuldade.

Então, tem a comunicação pela internet para avisar onde está o carro, que a criança adoeceu. Aí, fica sabendo e o carro volta imediatamente para dar suporte, para trazer para o município.

É assim que a gente...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ou seja, você não tem carro próprio na sua etnia.

O SR. ARNALDO TSEREROWE – Não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Você depende de outras pessoas, de outras instituições para ter a mobilidade de que vocês precisam, seja na área de educação, seja na área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Mauro, Senador Mauro, é porque o Graciano... Eu tenho a impressão de que essas perguntas podem ser respondidas pelos dois ao mesmo tempo, porque eu tenho medo de esvaziar...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas eu acho que o... Ah, bom...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho medo de esvaziar depois do que ele vai apresentar...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vamos escutar o Graciano.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... e a resposta dele responder a mesma coisa.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está bom?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente vai trazer o Graciano, ele expõe e depois cada um responde da sua etnia.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Combinado, então?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o nosso convidado Graciano Aedzane.

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Boa tarde a todos os nossos Senadores do Estado de Mato Grosso e também de outro estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Presidente da Comissão e o Relator também.

Primeiramente, eu sou da Terra Indígena Sangradouro, Município de Poxoréu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – Poxoréu.

Então, com a minha visão, no fundo, sempre estou olhando tudo juntamente com o povo. O povo grita e trabalha na Terra Indígena Sangradouro, mas foi antigamente, os nossos pais já começaram a trabalhar roça mecanizada na nossa área. Foi muito tempo, foi muito tempo: 1979 até agora, 2023. Começamos, lutamos para trabalhar dentro das nossas áreas indígenas de Sangradouro.

O que aconteceu hoje? Todas as ONGs gritam e falam, mas a ONG não leva a resultado dentro das aldeias. As ONGs são pura mentira. Tem que fiscalizar o projeto deles, porque é a maior ladra do Brasil. Ianomâmi está muito sofrido, ianomâmi está morrendo. E a ONG já foi lá, a ONG já levou recurso, a ONG já levou medicamento, a ONG levou também alimentação? Essas ONGs estão matando os indígenas dentro dos estados do Brasil. Só falam que os indígenas estão vivendo bem, nós não estamos vivendo bem, não. E também o xavante daqui, do Estado de Mato Grosso, está o matando a diabetes. O indígena do xavante está acabando. As ONGs vieram pra cá, falaram, mandaram projeto para o Governo Federal – o Governo Federal – dar pra ela dinheiro, mas não levam. Está vivendo com a família.

Por que estou dizendo isso aí? Hoje, pra minha surpresa, deu pra mim o grande, os grandes Senadores nossos do Estado de Mato Grosso... E fiquei muito contentíssimo de falar aqui à frente dos nossos plenários.

E também tem que apurar com as ONGs, porque as ONGs só fazem manifestação aqui em Brasília, só fazem manifestação na rua, e nas aldeias, não. Para as aldeias não levam como cuidar dos povos indígenas. Isso aí estou dizendo na frente aqui, claramente, com a minha voz, a voz do povo, que eu trouxe pra cá, pra me ouvir, a voz do povo xavante, da Terra Indígena Sangradouro, Município de Poxoréu.

Então, eu fiz um ofício que eu vou ler aqui na frente.

Aumente.

Terra Indígena - Sangradouro [...].

Senado Federal, dia 24 de outubro de 2023.

CPI das ONG'S

O Povo Indígena do Estado de Mato Grosso.

Nós Lideranças Indígena Xavante manifestamo-nos nesta CPI sobre as ONGS nacionais e internacionais eu vem sempre posicionando aos povos indígenas do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os recursos estrangeiros são destinados as ONG'S brasileiros para ajuda e que não chega nas contas para em benefícios das aldeias indígenas, e nunca recebem um apoio das ONG'S brasileiros que recebem milhões de recursos para saúde, educação, produção de alimentos, defesa do meio ambiente e ainda fala que ajuda chega nas aldeias, isto é, pura mentira e ganham em nome dos [povos] indígenas. E por isso pretendemos produzir usando nossas terras para a nossa sobrevivência e segurança alimentar. O governo brasileiro deve dar a liberdade de os indígenas desenvolverem em seus territórios para terem o bem estar e uma vida digna acompanhando o desenvolvimento sem deixar as tradições, cultura, o modo de viver preservando nossas vidas e acompanhar desenvolvimento, o Brasil teve um grito de liberdade, mas o Brasil e o governo não deixaram a liberdade para os povos do Brasil. Precisamos trabalhar, desenvolver, acompanhar a modernidade e não ficar na mendicância e recebendo cestas básica, precisamos usa-las nossas terras e nosso territórios Indígenas. As ONG'S usam muito os povos indígenas, desviando cada vez mais recursos para outro fim ou em seus benefícios particulares. E preciso investigar nesta CPI todos as ONG'S que recebem recurso do governo federal e internacionais que manipulam, líderes e caciques usando como peça de manobra adquirindo recurso em nome da comunidade com falsidade ideológica assim deixamos a nossa manifestações e repudio contra as ONG'S e assino Cacique.

Cacique Ultimo Guerreiro

Graciano [Aedzane] [...] [da Terra Indígena Sangradouro]

Líder Cacique Arnaldo [...] [da Terra Parabubure, Município de Poxoréu]

Esse aí com a voz do povo, a voz do povo da Terra Indígena Sangradouro e Terra Indígena Parabubure. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu creio que assim a gente pode dar mais dinamismo, não é? Quando fizer a pergunta...

Jaime Bagattoli, nosso companheiro de Xapuri, de Epitaciolândia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, que nos revelou bastidores famosos, nosso Vice-Presidente.

Vamos então... A gente... Aquelas perguntas que o Senador Mauro estava fazendo, eu acho que normalmente cabe aos dois, não é? Cada um responde na sua etnia. Você estava... Não, você estava com a palavra. Eu devolvo a palavra ao Senador Mauro e em seguida passo ao Senador Styvenson e Jaime.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Jaime pode falar primeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Bom, para o Cacique Arnaldo e o Cacique Graciano: eu queria saber qual a visão deles com relação ao marco temporal, que foi aprovado pelo Senado Federal e teve, logicamente, alguns vetos pelo Presidente da República. Eu gostaria de saber a visão da etnia xavante com relação a esse projeto de lei que trata do marco temporal das terras indígenas.

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Srs. Senadores, Srs. Presidente, Sr. Relator e demais jornalistas...

Cumprimento a Senadora, que acabou de chegar, Damares.

A nossa avaliação, a minha avaliação, como líder, a respeito do marco temporal: a gente estava acompanhando a aprovação da Câmara e do Senado em favor dos povos indígenas, em favor de autonomia para que nós pudéssemos trabalhar dentro do nosso território. Espero que, Srs. Senadores, Srs. Deputados, analisem. Eu como liderança, a gente preocupa com o conflito. Se tiver orçamento, dando exemplo, acontecer a demarcação, a área de estudo, se nesse projeto que foi vetado se deu atribuição pra município, pra o estado, o que vai acontecer?

É tanta burocracia, é tanto engano com esse projeto, que a gente vem acompanhando há muitos anos. Então, eu espero que os Srs. Senadores, que têm consciência com a sobrevivência, com os povos indígenas desse país, que a gente espera e a gente acompanha essa derrubada do veto do Sr. Presidente da República, que vetou, que não respeitou o voto que representa o nosso país, que não respeita o voto do nosso Senador, que é sagrado.

Então, esta é a minha avaliação, Srs. Senadores, senhores jornalistas: precisamos sobreviver em harmonia neste país, sem conflito, sem a morte. Isso que importa para o nosso país.

Então, a gente pede o apoio aos Srs. Senadores e Srs. Deputados. E quero parabenizar e agradecer ao Sr. Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e ao Sr. Presidente da Câmara, Arthur Lira.

Pautem com coragem, votem com coragem!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Graciano.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu queria só dar uma palha nessa questão do marco temporal.

Eu acho que a pergunta, como eu falei, já eliminou aqui uma minha. Gostei muito de ouvir o que o Cacique Arnaldo acaba de dizer.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ter certeza, pelo que eu converso aqui todo dia com o Senador Plínio, pelo que eu converso com os nossos outros colegas, que uma das sugestões que, com certeza absoluta, estará no nosso relatório... Nós vamos apresentar um pacote legislativo. E, com certeza, constará nele consertar a legislação para dar ao índio o direito, em querendo, de explorar seus recursos naturais, tanto do subsolo quanto do solo.

Me parece... Aí apenas não é uma pergunta, mas uma contribuição. E a resposta do Cacique Arnaldo já meio que deixa já quase que respondido, porque o problema é que, quando as ONGs se concentram no fim do marco temporal, fica parecendo que o problema dos índios no Brasil é mais terra, quando não é. Me parece que o problema não é ter mais terra. E aí o foco muda. É como "se tiver mais terra, vai resolver". Me parece que o foco é o que fazer com as terras que já foram concedidas, e cujo problema persiste. Você concedeu 14% do território nacional em áreas indígenas, e você vai lá dentro e escuta todos os relatos que nós estamos escutando desde que foi instalada a CPI: estão pobres, beirando a miséria; querem produzir, não podem; querem tirar do subsolo o minério, não podem; querem plantar, não podem – nós vamos lá amanhã, na quinta-feira, para verificar isso –, quer dizer, estão tutelados. Então, o problema é a tutela daqueles que dizem algo e fazem o oposto, quer dizer, são homens brancos nas ONGs, comandados por organismos internacionais, que teimam em dizer: "Você quer plantar? Não pode, não deixa. Você quer tirar o minério? Eu não permito. Você quer tirar o nióbio? Eu não aceito. Você quer fazer uma estrada? Não pode, porque vai...", quer dizer, é uma tutela no século XXI.

Então, me parece que quando eles insistem em acabar com o marco temporal, aí o foco muda. A energia que eu acho que nós temos que concentrar é sobre o que fazer com as terras que foram concedidas – porque foram concedidas, e a situação das aldeias indígenas, assim como das reservas extrativistas, é de pobreza e de miséria. São pessoas que querem plantar, que querem produzir, que querem tirar riqueza e não podem. Esse é o foco.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu acho pertinente ouvir a opinião do Graciano sobre o marco temporal.

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Bom, com o marco temporal eu sou a favor. Na minha terra indígena Sangradouro, tudo favorável. Mas quem não quer... Nós queremos trabalhar, nós queremos produzir, nós queremos ajudar o Brasil. Essa aí é importante. Essa aí é o bom caminho.

Agora, as ideias das ONGs, as ideias das ONGs são só para falar, trazer aqui para o Governo Federal, pedir dinheiro para ajudar os povos indígenas. Não ajudam. Por isso, dentro da minha terra, da região de Sangradouro, Município de Poxoréu, tudo é favorável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marco temporal para nós é melhor. É liberdade para nós agora. Não é para o século passado. Todas as ideias novas. Vamos construir, vamos lutar de novo. Tem que lutar mais ainda juntamente conosco. Os caciques, todos de lá, na minha terra, estão lutando bastante. Por quê? A favor em tudo.

Agora, quem não trabalha dentro das áreas indígenas, pode deixar, é dele, não é? Nós somos cada terra indígena. Cada terra indígena. A outra também: é dele, é dele, em Campinópolis e também em Alto Boa Vista. Os xavantes são todos do Vale do Araguaia. São todos do Vale do Araguaia. Nós somos vizinhos de Primavera do Leste. Queremos ir trabalhar para sustentar e alimentar as crianças. Por quê? Não, não, queremos parar de pedir, queremos o recurso na bolsa, queremos para viver bem.

Marco temporal, para nós, na minha região, é tudo favorável – tudo favorável. Agora que vieram para cá, para Brasília, fazer a manifestação, essa aí é a ideia das ONGs. As ONGs vão para lá, vão para outras aldeias. Só falam de mentira. Não se pode acreditar nas ONGs. Tem que nos consultar, aqui o Deputado, os Senadores ou quem vai para lá na minha aldeia tem que perguntar para nós. Não é daqui, ONG que vem aqui para Brasília. A ONG tem que fazer parar com a...

Aqui as ONGs, todos estão para investigar, fazer, quem quer fazer... investigado. As ONGs que estão usando muito dos indígenas são ISA, CTI, Intertribal, Apib, Vídeo nas Aldeias e Associação Warã. Estes são os maiores, que não levam projetos para as aldeias. A Vídeo nas Aldeias filma, dizem levar projetos na Noruega, mas até agora nunca chegou. Também o CTI, o CTI está aqui, a sede de Brasília e de São Paulo. Vamos lutar com isso aí. Fiscalizar. Você tem autonomia, você tem poder. Tem que ir atrás com isso.

Era só isso que a minha visão trouxe, com a voz do povo da Terra Indígena Sangradouro.

Muito obrigado pela atenção, nossos companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você não vai embora agora, não. Vai ter mais. Está bom, Graciano? Não se despeça agora, não.

O que Graciano está falando aí, é bom uma explicação aos brasileiros e brasileiras. Desde o começo, nós tivemos que fazer a escolha de Sofia. A gente teve que resolver o que era mais importante para nós, porque são muitas ONGs, são milhares de ONGs, e não dá tempo para investigar todas. A gente enveredou, o Relator, por um caminho daquelas ONGs ambientalistas – ele acaba de citar que são todas. E dessas que ele citou, só tem uma que a gente está investigando, que é o ISA. A gente vai tentar. Nós pedimos a prorrogação, foi concedida a prorrogação e a gente tem que enveredar. A gente não pode abarcar tudo ao mesmo tempo, porque não vai chegar aonde quer.

Claro que o número nem se aproxima do que a gente gostaria, mas esses nomes que ele citou aparecem sempre. Sempre eles aparecem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem aqui nós temos o Styvenson, o Jaime, mas a Senadora Damares, Jaime, é a segunda vez que ela vem conosco, agradecemos a presença dela, não é membro da CPI, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, é membra. Que bom que foi agora. Que bom, legal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, a palavra com a senhora, então.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpellar.) – Presidente, obrigada. Eu acabei de ser indicada hoje pelo meu partido para estar aqui como membro e quero ajudar muito.

Lamento não ter ouvido o grande Cacique Arnaldo, o grande Cacique Graciano, mas eu só queria chamar a atenção para uma coisa, Presidente. Cacique Arnaldo, quantos anos têm os xavantes de contato já? Cem?

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Acho que 40, 40 anos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, acho que é um pouquinho mais.

O SR. ARNALDO TSEREROWE – Sim?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. O que mostra... O Cacique Arnaldo representa uma geração mais antiga de caciques. Eu tenho muito amor pelo Cacique Arnaldo, pelo Cacique Graciano. Eu tive a honra de dividir a maternidade de uma menina xavante por alguns anos, eu tenho uma paixão muito grande por este povo. E quando a gente vê o Cacique Arnaldo, falando da forma como ele fala, e o Cacique Graciano, eu quero lembrar que eles romperam aí toda uma doutrinação, o que mostra que o povo xavante pensa por si e o povo xavante sabe o que quer.

Então, nós estamos com dois caciques já de uma certa idade. Eu quero que o senhor imagine o jovem xavante, o que eles pensam. Os jovens xavantes, eles querem estudar, Senador. As crianças xavantes, eu as considero as crianças mais inteligentes do Brasil. Elas são incríveis.

Quando é dada oportunidade para uma criança xavante, para um adolescente xavante, eles podem ir muito longe. Nós temos xavantes antropólogos, nós temos xavantes professores, nós temos xavantes enfermeiros. Quando eles chegam à faculdade, eles dão um show de capacidade e inteligência, e por anos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles ficaram lá isolados, não queriam dar oportunidade que os indígenas xavantes mereciam, que o povo xavante merecia para ascender. Então, a gente está vendo aqui caciques já mais idosos e com tanta precisão falando. Quando a gente senta com um jovem xavante, a gente vê o desespero deles. Eles querem mesmo é liberdade, eles não querem mais ser conduzidos por ONGs.

E a gente tem que parabenizá-los, Cacique Arnaldo, Cacique Graciano, por vocês terem rompido isso, dado essa liberdade aos jovens xavantes que estão chegando e assumindo lideranças. Eles vão fazer bonito.

Eu acho que esta CPI aqui pode colaborar muito com essa nova geração xavante que está chegando, que está chegando para chegar. Eles vão surpreender o Brasil. A capacidade desse povo de produção... Esses meninos, chegando à faculdade – nós temos cientistas lá no meio deles –, vão surpreender a nação brasileira quando a eles forem dadas as verdadeiras oportunidades que nós precisamos dar a eles.

Parabéns, Cacique Arnaldo! Parabéns, Cacique Graciano, pelo trabalho de vocês!

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – Obrigado.

O SR. ARNALDO TSEREROWE (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pergunto ao Jaime e ao Styvenson: quem tem preferência? É por tamanho ou por idade, Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Primeiro que ele é o Vice...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É o Vice.

Senador Jaime, com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Styvenson, por essa oportunidade, porque lá no Acre – você viu – eu já era patrão do seringueiro. Seringueiro Styvenson.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Plínio Valério; o nosso Relator, Marcio Bittar; o Senador Chico Rodrigues; nossa Senadora Damares. Quero cumprimentar aqui o Graciano e o Arnaldo, da etnia xavante.

Quero dizer para vocês que é com alegria que nós estamos ouvindo isso de vocês. Não é de outras pessoas que nós estamos ouvindo que vocês buscam por liberdade. Vocês querem nada mais do que desfrutar aquilo que é de vocês, que é das etnias indígenas, não só do xavante, mas de todas as etnias que nós temos pelo nosso Brasil afora, principalmente na Amazônia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E é com alegria que nós vemos que vocês querem produzir, que vocês querem ter o direito da terra que é de vocês. Acho, Senadora Damares, Styvenson, Chico Rodrigues, que é um compromisso da Câmara Federal, do Senado, do Executivo nós procurarmos mecanismos e darmos esse direito por que vocês estão há anos – não é de agora, mas de muitos anos – clamando e não são ouvidos.

E o que às vezes deixa a gente mais triste... Arnaldo e Graciano, vocês sabem o que deixa a gente mais triste? É que talvez... Por exemplo, nós temos um instituto que é da Funai. Eu não sei qual a ligação também que a Funai tem, se existe alguém que tem ligações com as ONGs. Mas essas ONGs têm prejudicado a Amazônia no geral. Em todos os aspectos, elas as têm prejudicado. E, pelo que a gente sente e vendo vocês falarem, não é diferente do que nós fomos ver de perto, nessa semana que passou, lá na Reserva Extrativista Chico Mendes, porque não tem nem o que falar o absurdo que é aquilo lá. E por aquilo lá é que nós chegamos à conclusão de que isso está acontecendo daquele jeito pra pior dentro das reservas indígenas.

Então, nós sabemos que vocês têm terras produtivas, nós sabemos que vocês têm minérios nas suas propriedades, onde existem as reservas indígenas, e sabemos que vocês não querem devastar toda a reserva. Vocês têm... Vocês não querem deixar os seus princípios, deixar aquilo que vocês têm como seus costumes. Mas nós estamos vendo que vocês querem ter mais dignidade, vocês querem ter uma vida melhor, porque nós já estamos praticamente no ano 2024, e o que eles querem fazer com os povos indígenas é que eles continuem sendo primitivos, da mesma maneira que eram 500 anos atrás. E a gente sabe que isso hoje não é mais possível, como também sabemos da situação que acontece lá naquela nossa reserva, na reserva lá no Acre, na Reserva Chico Mendes.

Então, eu queria só fazer uma pergunta ao Graciano e ao Arnaldo e dizer pra vocês... Eu só queria fazer uma única pergunta: existe alguma influência das ONGs na Funai? Ou a Funai não ouve vocês? Ou o que acontece que hoje vocês não são ouvidos, talvez, nem pela Funai e vocês... As ONGs se dirigem dentro da reserva de vocês, mas não levam nenhum benefício. Há alguma influência da Funai junto às ONGs?

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – A Funai é a parceria das ONGs, é a parceria. A ONG faz projeto e manda para a Funai. A Funai transfere para as ONGs, mas as ONGs... Não sei onde fica o recurso. Os indígenas, dentro das aldeias, não sabem. Só falam de projeto, mas projeto da Funai nunca chegou, nunca. Os dois estão abraçados: a ONG e a Funai.

Dentro das aldeias, as comunidades indígenas estão sofrendo muito, nem sabem de nada. Só continua a nossa tradição: a corrida de toras de buriti e as danças, as danças da chuva, mas a ONG chega para filmar. Ela diz: eu vou trazer para vocês alimentação. Só conversa. Está junto com a Funai. A Funai também foi a mentira. A Funai também está desviando muito. A Funai não cuida dos indígenas até agora, até agora, juntamente com as ONGs.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Mato Grosso, de Mato Grosso, está inscrita a Fepoint (Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado do Mato Grosso). Foi junto, foi aliada, junto com a Funai, mas não tem recurso, só faz reunião. Reunião? Para quê reunião? Só para... Reunião, reunião, reunião. Mês que vem, reunião. Não tem resultado para as aldeias. Não tem. É só reunião, reunião. Só fala em reunião.

Essa aí é a ideia das ONGs, junto com a Funai. Querem que nós... Falaram para ir atrás da Funai e das ONGs. As ONGs não deixam vir para cá, nem a Funai, vão trancar a porta. Não liberam das aldeias... Das aldeias, foram lá, até para a Funai. A Funai não deixa nós entrarmos. Só atende a Presidente da ONG, só a diretoria. Já foi mal-acostumada a ONG, juntamente com a Funai. Quer fazer investigação da Funai, da ONG e também da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena). Não tem medicamento dentro das aldeias. Indígenas xavantes já perderam a perna por causa da diabetes, e até ianomâmi. A ONG não cuida, só fala mesmo. A ONG foi aliada também da Sesai. Os dois.

Por isso a minha, a minha voz, que quer ver, que quer ouvir. Não pode acreditar nas ONGs e também na Funai e na Sesai.

Senadores, é melhor ir lá, Deputado, ficar presente, presenciar, para ouvir os povos indígenas em cada estado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode continuar.

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – E também, agora, trabalhar com roça mecanizada a Funai não deixa, a ONG não deixa, os dois aí. Querem continuar o mesmo, e o indígena que fique na miséria. Os indígenas estão morrendo. E ninguém fala aqui no Brasil, nada em Brasília. Por isso estou contando aqui.

Eu cresci... Eu nasci dentro das aldeias, cresci e casei com indígena. Isso aí foi importante para nós. Não vai acabar a nossa cultura. Nós vamos continuar mesmo. Se eu for casar com branco, acaba que já foi misturado. A ONG e outras pessoas indígenas também casam com brancos, pegando ideias dos brancos. Isso aí não leva recurso às aldeias, só beneficia a família.

Vou finalizar, para deixar com o Cacique Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quer falar sobre esse assunto, Arnaldo, ou no próximo? Fique à vontade, Arnaldo.

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Eu nunca... Desde que teve a transição do Governo, que teve a nomeação do Presidente, do nosso Presidente da Funai, eu nunca solicitei agenda para a gente sentar e discutir a respeito do projeto. Então, é muito difícil, neste momento... Liderança sofre. Como vai correr atrás da passagem para outra instituição? Então, é muito triste.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro da Funai, existe ONG. Existe a ONG que dá opinião, que dá o critério ao nosso Presidente da Funai. Então, é isso. É muito difícil.

Nós, lideranças, não somos ouvidos pela nossa instituição Funai. Isso é muito triste.

Não tem passagem para o cacique. O cacique tem que solicitar à regional da aldeia. Se for para vir a Brasília, ele tem que solicitar à regional. A regional responde: "Não tem orçamento".

A agenda tem que ser solicitada antes, mas a gente solicita à regional, a regional encaminha... Não chega a resposta.

Então, é assim que está acontecendo o atendimento aos nossos líderes e demais lideranças que vêm procurar o apoio.

Então, é isso, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Arnaldo.

Ele falou algumas coisas aqui, e eu queria fazer uma observação, já passando a palavra para o Marcio e o Styvenson...

Eu vejo ali o Beto, que foi um dos primeiros a estar aqui, o líder ianomâmi... Hoje, ele não está pintado pra guerra, mas foi um dos primeiros aqui. A mesma coisa. Ele disse a mesma coisa que os senhores estão dizendo com as palavras quase que as mesmas. E as palavras que os senhores usam são bem mais fortes que as nossas, porque a gente fala em promiscuidade, desse relacionamento da Funai com ONGs, e a gente fala, fala, e o Graciano traduziu, numa frase aqui, tudo o que a gente pensa sobre as ONGs: elas falam, falam sobre isso, sobre aquilo, mas só aparecem para filmar a dança da chuva e a cultura. Parece que é para mostrar lá fora. Quer dizer...

É muito bom isso, ouvir deles, dos caciques, essas coisas que nós ouvimos dos outros caciques, que é aquilo que a gente está dizendo Brasil afora.

Dias atrás, eu viajei... Quando a gente vai pra Manaus, o voo vai para Santarém também. Eu contei 15 indígenas dentro do avião. Passavam por mim, e eu contava. Naquela manifestação que teve aqui pró-Governo. Pra eles não faltou passagem, não é? Pra eles tem passagem, tem hospedagem, tem até diária; pra quem vem reivindicar, discordar, você vê lá como é que é. Que não é diferente lá da Reserva Chico Mendes, não é?

Com a palavra...

Marcio vai falar? O Senador Styvenson está aqui desde cedo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É, só para dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho medo do tamanho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É como disse o Senador Plínio, mas que isto fique bem claro: essa é uma estratégia das ONGs. Então, quando eles querem fazer manifestações aqui em Brasília ou em qualquer lugar, aí o dinheiro que vem dos padrões deles, as grandes oligarquias internacionais – Fundação Ford, Fundação Rockefeller, mancomunados com o Banco Mundial, com o BID, etc. e tal –, aí para isso tem dinheiro. Agora, para a maioria da população indígena, como para a maioria das populações que moram nas reservas extrativistas, aí não tem dinheiro. É uma forma de exclusão, você exclui, não tem dinheiro para isso. É como dizíamos aqui, quando aquelas ONGs dizem que, para acessar o recurso da Alemanha, da Noruega... Aliás, é bom lembrar que a Noruega, que tanto fala – eu já disse aqui que os caras queima combustíveis fósseis... Só as áreas indígenas do Mato Grosso dão mais de um terço da Noruega – mais de um terço da Noruega. Quer dizer, mais uma razão para que o produto extraído da reserva indígena tivesse um preço aumentado, como homenagem.

Então, eles dizem aqui que, para acessar os recursos... Senadora Damares, quando a gente diz que há um conluio entre eles, eles dizem que não, eles tiveram uma concorrência. Mas é uma concorrência entre eles, entre as ONGs. Vamos combinar? Existe uma relação muito umbilical entre eles. E eu dizia, há uma forma de exclusão. Eles sabem que, para acessar recursos internacionais, eles têm que acessar com uma agenda que lhes interessa. Onde é que a Alemanha vai pagar ONG no Brasil para fazer projeto que contraria o que eles estão fazendo? Jamais. Palavra do Senador Plínio: "Quem paga manda". A agenda é feita por quem paga. A forma de exclusão pode ser ele determinando, ou mesmo você sabendo que, para aquela pauta, você não vai ter recursos. Então, é a mobilização. Uma forma de eles excluírem a maior parte dos índios é não dando a eles a menor condição.

Para o Acre, é a mesma coisa. Quando tem qualquer atividade aqui, que precisam aparecer, por exemplo, para dizer que tem que acabar com o marco temporal, o avião vem cheio de gente, vem cheio de índios. Então, por quê? Porque, para eles, as ONGs financiadas internacionalmente têm recursos para isto: para pagar passagem de avião, para pagar hospedagem, para pagar transporte em Brasília. Mas, para a maioria esmagadora dos índios, para eles virem aqui e dizer que o problema não é criar mais terra, o problema é dar autoridade, porque eles reivindicam, para explorar a terra que já têm, aí não tem recurso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio, a palavra está com o Senador Styvenson.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer mais uma rodada, então: Senador Styvenson, Senadora Damares, Mauro e o Senador Chico Rodrigues. Mais uma rodada para os dois responderem.

Mas, Styvenson, eu estou vendo uma presença ilustre aqui hoje. Está vendo ali, Styvenson, quem está ali? A minha esposa Ana, aqui. Eu estou vendo ela daqui. Que bom, que bom que você está aqui e vai ver que as sessões são tranquilas aqui.

A palavra a Styvenson, e aí eles respondem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, você já está passando. A gente vai fazer uma rodada com cada um para a gente... É, com quantos precisar, mas eu acho que pelo menos um: Chico Rodrigues, o Mauro, a Damares. E saudando, viu, Senadora Damares? Que bom a senhora fazer parte agora desta CPI!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Todos felizes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Todos nós.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Relator, Senadores e Senadoras. Bom, caciques, ouvi atentamente, tão atento que me gerou uma dúvida em saber da consciência que os senhores têm de vir aqui.

Eu não sei se têm outras oportunidades de falar o que estão falando, de poder se expressar da forma que estão expressando, trazendo essa mensagem não só de duas pessoas, mas de um povo indígena, como foi dito.

Então, nessa consciência, partindo dela, o senhor se acha primitivo a ponto de não ter nada em que possa se desenvolver? A primeira pergunta seria essa, porque a ideia que eu sinto, quando se fala de povos indígenas, é que tem que conservá-los, como se o Brasil fosse descoberto agora. Era para o senhor estar nu, andando aqui, sem saber falar, sem saber se alimentar, dependente de uma pessoa.

Partindo desse princípio, as ONGs... Eu acabei de ver um *site* aqui de uma que foi citada pelo senhor, e o senhor deveria citar de novo aquela relação que o senhor enumerou, na sequência, porque nem todo mundo conhece todas. O senhor acha que, pela capacidade que o senhor tem de raciocínio, de querer se autopromover, precisa da tutela dessas pessoas? O senhor se acha incapaz a ponto de ter uma organização não governamental, e talvez até o próprio órgão governamental, que não consiga... Ou o senhor não se acha capaz de ser autossuficiente? Eu preciso ter alguém me tutelando, dizendo o que eu tenho que fazer?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que vai ter duas rodadas, Plínio, uma terceira pergunta é: o senhor mostrou bem, mais uma vez, consciência do que são as ONGs e o papel delas. O senhor sabe que eles arrecadam muito, eles conquistam muitos recursos, e o senhor deixou claro aqui que desses recursos nada chega para os senhores nem para o seu povo. Concorde? Isso aqui ficou claro. A dúvida é: desde 1994 – eu acho que o senhor nasceu bem antes disso e convive com o seu povo bem antes disso – que uma ONG foi fundada e tem sede lá, em alguns pontos – e eu acho que, por o senhor ter citado, deve ter também na sua região. O senhor já teve contato com algum deles? O senhor tem algum integrante que participa dessas ONGs? Já fez parte de algum filme de algum cineasta que foi lá fazer um vídeo, dizendo: "Ó, vou mostrar a vida do povo indígena, dos xavantes", pago pelo dinheiro das ONGs, todo mundo feliz, sorrindo, dizendo que está tudo bem? Por que eu estou perguntando isso? Porque os vídeos que são mostrados, os filmes que são feitos talvez não coincidam com essa realidade.

Aí eu pergunto... O senhor representa aqui uma etnia, uma fração de uma etnia. E o senhor foi claro quando disse assim: que alguns que recebem, alguns que ganham estão felizes. Esses alguns que ganham são do povo indígena que faz parte dessas organizações e são aqueles que integram esses vídeos? O senhor tem conhecimento se eles recebem para fazer aqueles eventos? Primeiro, se fazem; depois, se recebem; depois, por que defendem? Porque a minha dúvida aqui, de quem senta nesta cadeira, Senador Plínio... É porque a gente ouviu ONGs que o senhor citou aí que dizem que tem trabalho com mil, 3 mil, 4 mil pessoas, que levam conhecimento, levam... Será que é só essa fração de etnia que é excluída? Essa é a minha dúvida, a que eu estou tendo aqui agora.

E, por último, para deixar bem claro a pergunta que eu fiz, a segunda, se vocês não têm consciência – que é uma coisa que eu vi que têm –, se vocês se acham ou não capazes, se vocês têm ou não disposição pra ter uma pessoa tutelando vocês, um órgão tutelando vocês?

E no final, Senador Plínio, já que vai ter outra rodada – e é o tempo que eu tenho que ver aqui no *site* – o senhor deve saber que eles arrecadam bem, como eu já disse – não é? –, não retornam nada pra vocês, mas o senhor se sente usado? Pelo menos até aqui, pelo que eu entendi, o senhor parece que expressou. E eu queria ver isto claramente, em uma frase só: se o senhor e a sua etnia se sentem utilizadas como meio de angariar, de conquistar – não é, Plínio, a palavra é certa? – recursos para essas ONGs?

Então, por enquanto, eu só tenho essas perguntas e essas observações a serem feitas.

E pedirei, mais uma vez, Senador Plínio... Porque dali só conheço uma que sentou aqui nessa mesa, uma ONG. E, dessa uma ONG que sentou aqui, se a gente entrar no *site*, se ouvir a fala dele passada, parece que está tudo bem com vocês. Se a gente assistir a um filme produzido por eles, vocês são os povos mais felizes que eu já conheci na vida. Vocês estão bem satisfeitos com as condições que vivem.

Então, eu estou só querendo confrontar.... E uma sugestão, Plínio, Marcio Bittar, para que a gente pudesse uma vez, ou um dia, não sei se é possível ser feito, fazer uma acareação: trazer a ONG que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pertence a esse povo e o povo mesmo. Até pra gente ver cara a cara, frente a frente, tudo isso. Porque um dia senta um aqui e diz o que quer e mostra os números, mas a última viagem que nós fizemos para o Acre, Xapuri, pra uma reserva extrativista, não é nada daquilo que foi dito aqui.

Então, se nós formos hoje, Cacique Arnaldo, Cacique Graciano, hoje, lá na sua região, na sua terra, no seu espaço, o que nós encontraríamos? Essa é a minha dúvida, porque eu assisti a alguns vídeos, algumas coisas curtas, e os vídeos a que eu assisto parece que não é a realidade que está sendo dita aqui. Está bom?

Eu volto com outras perguntas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Bom, essa pergunta é boa. Toda a vida nas aldeias já saiu como exemplo, nas aldeias. A vida nas aldeias... Sempre estão filmando cada etnia, mas nunca que chegou ao resultado dele dentro das aldeias – nunca. Está usando muito, juntamente com o CTI. O que quer dizer CTI? Centro de Trabalho Indigenista. Também foi juntamente, mas, na minha aldeia, nunca levou recurso para trabalhar e para beneficiar a comunidade.

E também a outra ONG, a ISA... A ISA só fala, só está dizendo só para preservar a natureza. Só preservar. Diz também para levar recurso para comunidades indígenas, mas nunca... Não tem a prestação de conta aí. Eu falei, sempre que eu falo, todas as ONGs têm que mostrar pra nós a prestação de conta, mas não mostram.

E também a de projeto da Funai sempre fala: "Não, esse aí é de projeto, projeto vindo da Funai; não tem a prestação de conta". Querem acabar para nós? Essa ONG está vivendo bem.

E também os professores indígenas nem sabem nada, professores indígenas estão colocando a capa dos olhos.

A ONG não é de bobeira. A ONG já foi estudando antes dos caciques, antes das comunidades indígenas. Até hoje, todos em cada terra indígena dos xavantes, do Vale do Araguaia, já acordaram em tudo. O que é que é acordaram? Não querem mais a ONG. Não quer mais. Chega de ONG agora. Tem gente que está falando de vir para cá na cidade fazer manifestação, tem dinheiro; vai para outro, para a cidade, fazer com a manifestação da rua, tem... E agora, dentro das áreas indígenas, não tem. Está muito sofrido.

E também a ONG, dizem, a ISA, o CTI, falaram para os brancos, nossos vizinhos, que querem fazer demarcar a terra, para juntar com aqueles sem-terra, juntarem tudo. Mas estão dizendo: "Vou demarcar a terra". A ONG ganha dinheiro dele. Essa aí está jogando em tudo. Não tem a voz, não tem a tradição dos outros, não fala a língua.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só há um que está ajudando para a comunidade indígena, é o Cimi. O Cimi é de verdade. O Cimi vai cumprir. O Cimi leva medicamento, o Cimi leva ajuda para a comunidade indígena, de todos, do Brasil. Agora, os outros, não. Outros é só para ganhar o nome dos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ou seja, sua pergunta de que não precisa de tutela... Não?

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – A tutela?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Respondeu, não é?

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – A tutela? Agora...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Dentro do *site*, eu estou lendo aqui (*Fora do microfone.*) algumas coisas do instituto o qual o senhor citou, e eles... O texto é bonito, eles falam aqui dos temas prioritários pra atuação política, acompanham de perto as suas tomadas de decisões, ou seja, eles, em outras palavras, defendem vocês. A organização busca formular projetos, alternativas e políticas públicas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Qual é essa, Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Estou lendo aqui as coisas do ISA: monitoramento de terras indígenas, unidade de conservação em todo o país, acompanha o processo de demarcação, criação, áreas protegidas, ameaças – o senhor deve ser uma ameaça, porque o senhor não pode produzir – que pairam sobre elas, como desmatamento, obra de infraestrutura, queimadas, mineração, garimpo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ou seja, é defensora, não é? Que pairam sobre elas as tribos indígenas, o ISA é o defensor...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor não faz parte da natureza, não, não é? Não faz parte do ecossistema, não? Quer dizer que, para proteger tudo isso, o senhor tem que ser miserável, atrasado..

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele está ironizando, Graciano.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pra tudo isso acontecer, o senhor precisa estar submetido a essa condição de perder perna porque não tem tratamento médico, de não ter um transporte quando precisa, de não ter uma estrada, como a gente viu na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reserva Chico Mendes, ou seja, o senhor tem que viver como primitivo, como nos primórdios viveram. É isso que o senhor quer pra sua vida?

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Bom, agora eu vou responder sobre a tutela.

A Funai é o órgão, a Fundação Nacional do Índio, não é? A Funai está responsável. Na Funai, nem todos são bons. Na Funai tem bons e tem a Funai do mal. A Funai, a má, está fazendo muita barreira. Está usando também a Funai, com nós... Sempre o que eu falo é: "Você é nosso tutor. Nós somos tutelados, mas agora nós temos a competência, temos habilidade e queremos trabalhar, não é para a ONG. Você é responsável. Por que você está aliado?". Assim é que eu falo sobre isso aí.

Agora a Funai... E também a Funai... A Funai não se responsabiliza com as nações indígenas. Não sei por quê. Na gestão... Nas gestões anteriores do Collor de Mello e do Fernando Henrique... Na gestão do Fernando Henrique, Fernando Henrique respeitava. Agora, hoje não. Hoje mandam deixar com a... Deixaram para a ONG. ONG está acabando aí; não é a Funai. A Funai está... A Funai não é para a responsabilidade hoje. Um pouco a ONG sempre vai. É isso aí. Comigo...

A minha visão é que é alguma coisa errada. Quem é melhor que a Funai, que quer responsabilizar, porque a Funai é tutor, é nosso pai? Também a Funai é que não deixa tudo com as coisas, só proíbe, proíbe, proíbe. Está proibido tudo.

Hoje, agora, eu, hoje, hoje, agora... A Funai está na cadeira, a Presidenta da Funai atual deixou pra nós, também, na coordenação da Funai, de Barra do Garças... Também nós somos a maioria dos xavantes, todos são 24 mil, todos os xavantes, no Vale do Araguaia. Só um coordenador. Não cuida, a Funai, nem de todos. Nós somos de Primavera do Leste, a Funai nunca passou. Até também em Campinápolis, no Vale do Araguaia, no Alto Boa Vista, o xavante é muito grande aí. Por isso que nós gritamos com a Funai, porque a Funai é nosso tutor, mas deixou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, satisfeito?

Senadora Damares.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Até a Damares estava me perguntando. Porque eu vejo, eu olho aqui muitos vídeos falando dos povos xavantes. Muitos são bem românticos, talvez não fujam dessa realidade. Aí eu pergunto: o senhor já presenciou algum cineasta de alguma ONG fazendo vídeos de vocês? Esse vídeo, o senhor já assistiu a algum? Eles ganham lá os índios, eles participam, como é que é? Eles mostram a realidade mesmo? Eles dizem como é o dia a dia? Isso é expresso nos vídeos a que a gente assiste?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Então, isso aí, a vida nas aldeias, não, não mostra. Só pra filmarem tudo. Não leva. Não justifica. Só fazem de projeto, Noruega, Alemanha, França, mas não chega a resultado. É tudo mentira.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Respondido, então.

Senadora Damares. Depois, Senador Mauro, e a gente encerra.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Eu não tenho perguntas, eu tenho só mais uma informação.

Enquanto eu falava sobre o contato com o povo xavante, meu assessor mandou, do antigo SPI, o primeiro contato registrado com o povo xavante. Tem uma foto linda aqui, uma foto de arrancar lágrimas da gente. Foi em 1946. Então, nós temos 77 anos de contato com o povo xavante. Lá pelo início de 1940, a Marcha para o Oeste já estava vendo, tentando fazer contato, mas oficialmente foi em 1946. São 77 anos. Vamos imaginar que a gente teve aí 10 anos para aprender a língua xavante, o xavante se relacionar com a língua portuguesa, e as primeiras escolas funcionarem plenamente em área xavante. Vamos considerar aí 65 anos de educação. Eles já foram longe, mas poderiam ter ido muito mais, muito mais.

Aí responde, Styvenson, ao que você falou. Eles são extremamente capazes e por muito tempo ficaram ali como – desculpa falar, é uma frase muito forte que eu costumo usar – um zoológico humano para as ONGs venderem as imagens deles lá fora. Se a eles fosse dada a oportunidade...

E aqui eu queria tirar uma questão, Senador Mauro: não é só plantar, não é só agricultura que o xavante quer; os meninos xavantes querem tecnologia – e eles são bons em tecnologia. Os maiores cineastas podiam ser do próprio povo xavante, ganhando dinheiro com isso no cinema. Eles! Os meninos xavantes são bons em ciência, são bons em biologia, em todas as áreas. "Ah, vamos deixar o xavante plantar agora." Também, mas muito mais que agricultura; os meninos querem muito mais que isso, inclusive tecnologia no agro junto com os meninos xavantes.

E encerro, Cacique Arnaldo, dizendo: como nós deixamos... a ausência do Estado deixou as ONGs ocuparem esse espaço. Eu acho que o relatório dessa CPI é apontando isto: é o Estado que tinha que estar ocupando esses espaços com vocês, e não deixarmos vocês abandonados na mão de ONGs.

E aí, Senador Plínio, vou contar só um relato de um minuto. Acho que todo mundo sabe as minhas histórias na proteção da criança indígena. A única menina indígena que eu não consegui, quando eu estava envolvida, salvar se chamava Damares Xavante. A Cacique Dôra colocou em uma menina o meu nome, e eu não consegui salvar essa menina. Ela morreu em Barra do Garças, quando estava transitando Funasa para Sesai, aquele caos na saúde, os índios xavantes muito doentes, e eu não consegui salvar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damarex Xavante. Ajudei muita criança xavante, mas a que tinha o meu nome morreu de pneumonia, porque não tinha vaga na UTI para ela.

Então, a isto que vocês foram destinados há muito tempo: ao caos, à doença, ao sofrimento... Mas eu acho que é um novo tempo. E a gente pode junto, Cacique Graciano, Cacique Arnaldo, a partir dessa CPI, trazer muitas respostas a este povo maravilhoso, esses guerreiros, esses homens e mulheres incríveis, que são os homens e mulheres xavantes da minha nação.

Que Deus abençoe vocês, Cacique.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damarex, seja bem-vinda.

Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interelar.) – Senador Plínio, Senador Marcio Bittar, Senadora Damarex, só para finalizar, primeiro, quero agradecer muito o convite que foi aceito pelo Graciano e pelo Cacique Arnaldo, que se propuseram de vir aqui a esta Comissão, para colocar, realmente, os seus valores, a sua cultura.

E aqui tivemos oportunidade de conhecer, por intermédio deles, coisas que muitas vezes não são divulgadas nem pela imprensa nacional e nem imprensa internacional por puro interesse econômico. E nós vimos hoje aqui, por intermédio da etnia xavante, qual a visão que eles têm das nossas ONGs, qual a visão que eles têm da Funai, da Casai. Eles estavam comentando outro dia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É verdade. *(Risos.)*

Estavam comentando outro dia comigo que perderam quatro crianças com pneumonia. Isso foi este ano. Quanto tempo faz isso, Cacique Graciano? Quanto tempo faz?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Quatro meses atrás. Sabe por falta do quê, Senadora Damarex? Porque eles não têm um veículo para pegar essas crianças e levar em um posto de atendimento. Graças ao Governo do Estado do Mato Grosso, foi feita uma doação de caminhonetes na semana passada. Eles vão agora, no retorno para Cuiabá, pegar essa caminhonete e levar à etnia xavante.

Essa é uma das caminhonetes e um dos equipamentos que o Governo do estado fez ao longo desses quatro anos e meio. Se a gente for falar de todos os investimentos que foram feitos na etnia aqui, ficaria umas duas horas comentando aqui com vocês. Então, você vê uma etnia dessa importância não ter um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carro disponível. E aí é uma etnia que, como deixaram claro aqui os dois caciques, não deixa as ONGs terem acesso às suas reservas indígenas, por conta do desvio de conduta de várias ONGs.

Lógico que tem ONGs sérias, que realmente recebem os recursos e transferem esse recurso. Agora, uma grande maioria é por outros interesses financeiros e comerciais que estão no Brasil.

Então eu fico muito feliz pela forma com que o Cacique Arnaldo e o Cacique Graciano colocaram aqui as suas palavras, os seus pensamentos, as suas angústias, as suas tristezas e realmente as necessidades que os Xavantes têm de políticas públicas sérias, que vão dar oportunidade para que essas pessoas venham produzir, ter a sua renda própria, como foi dito aqui.

Eles não querem ficar pedindo, o tempo todo pedindo, pedindo, pedindo, pedindo, pedindo... Eles querem ter autonomia também, e é isso que eles estão reivindicando aqui, para que nós, como Senadores da República, ajudemos as etnias que querem produzir de forma mecanizada neste país.

Obrigado, Senador Plínio, Senador Marcio e Senadora Damares, também da mesma forma, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Mauro, a gente que agradece o seu pedido para trazer os dois aqui. Eles são brilhantes no campo de batalha deles.

Senador Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu estou satisfeito, quero só cumprimentar os colegas. Também nunca é demais reforçar como a Senadora Damares é muito bem-vinda como titular nesta Comissão, já tinha participado. A assessoria da Senadora Damares já está nos ajudando desde o começo, então ela e o gabinete dela já estavam nos ajudando e agora mais ainda com a sua presença como titular.

Espero que, se puder, vá conosco para o Mato Grosso, e agora que nós vamos aprovar o requerimento também para o Pará, para ver uma outra realidade que o Senador Plínio tem mencionado constantemente.

Eu quero agradecer a vinda dos dois caciques, e o que fica muito claro na voz de cada um deles é que as ajudas esporádicas são bem-vindas, mas elas não são, como adoram dizer as ONGs, a turma da Ministra Marina Silva, sustentáveis.

Eu ouvi aqui atentamente a fala dos dois caciques. Assim como todo pai de família, o que nós queremos para os nossos filhos? Que eles ganhem autonomia, que eles ganhem liberdade. Não é natural que o pai – eu tenho quatro filhos – de um filho de 30, 40 anos continue dependendo de mim, dependendo da mãe. O que nós queremos com nossos filhos? Que eles ganhem independência. E o que os índios





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam como absolutamente natural? Serem sustentáveis. Ser sustentável é o quê? Poderem explorar sua terra, poderem mecanizar sua terra, poderem explorar o subsolo, e eles proibem.

Por isso que eu digo que 81% do bioma amazônico é a soma das reservas indígenas, extrativistas, parques nacionais, mas os 80%, em alguns lugares, em outros lugares, em 20% da propriedade privada você não pode mexer – chega a 81% do bioma amazônico. Nestes 81% do bioma amazônico, o Brasil não manda. Não manda o índio, não manda o extrativista, não manda o fazendeiro. Quem manda? Mandam os países estrangeiros através das ONGs. É simples assim. Quantas vezes mais, nós ainda vamos escutar mais ainda, a CPI ainda vai até o final do ano, nós vamos escutar esses relatos: "eu quero plantar, mas não posso; lá na Reserva Chico Mendes, se eu quero gradear, estocar três hectares, eu tenho que pedir licença para o ICMBio, que não me dá licença".

Então, quem manda em 81% do bioma amazônico não é mais o brasileiro. Por isso que eu digo e termino com essa frase, que eu repito sempre: este é um assunto que, a meu ver, não é esquerda ou direita, é soberania nacional, que nós perdemos sobre 81% do território nacional. O nosso desafio, ao término – mostrando ao Brasil uma parte do Brasil que não conhece essa realidade –, é que a gente possa produzir um relatório e sugestões legislativas que nos permitam recuperar, pelo menos, uma parte da autonomia e da soberania que perdemos sobre a Amazônia.

Então, eu quero agradecer mais uma vez aos dois caciques. Espero, quem sabe, nos encontrarmos lá no Mato Grosso, nessa nossa viagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de agradecer, eu queria fazer uma pergunta, em consideração, até porque o Marcelo tem colaborado muito conosco; ele esteve aqui no mesmo dia que esteve o Beto.

Tem uma pergunta que o Marcelo faz a um dos dois – o Marcelo é um estudioso, está lá nessa área, no meio desse conflito lá no Pará e sempre tem nos informado como as coisas estão por lá. É uma pergunta e a gente encerra. O que o Graciano e o Arnaldo acham da questão indígena em relação à atividade garimpeira?

Sabemos que algumas tribos indígenas têm relacionamento histórico com garimpeiro, exemplo dos índios munduruku, cinta larga e kayapós. O que vocês acham? É melhor criar uma legislação para regulamentar essa atividade dos próprios indígenas ou com parcerias?

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Precisa ter... fazer uma regulamentação para evitar o conflito e, ao mesmo tempo, entendendo a necessidade de fazer a parceria. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – O.k. Só nos resta agradecer, Arnaldo e Graciano. Que bom, que bom; a gente estar perto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero que vocês saibam que nós estamos lutando a mesma luta, na mesma trincheira, pensando o que vocês pensam, mas a gente acaba sendo suspeitos por achar que a gente tem algum outro motivo. Nosso motivo é dar eco, é tirar o grito de vocês da garganta.

É interessante, todos que passaram aqui, onde nós vamos, a gente ouve sempre duas palavras, três palavras, que é comum a todos vocês: grito de liberdade. Ouvimos em Pari-Cachoeira, ouvimos aqui, ouvimos na reserva, ouvimos de todos os líderes indígenas que passaram aqui. Esse grito de liberdade de vocês tem que ecoar. E está ecoando. Aqui a gente tem que agradecer àqueles que ecoam o nosso grito.

A caixa-preta foi aberta. Foi o nosso compromisso. Essa relação promiscua entre Funai, Ibama e ONG está colocada aqui, está aberta, todo mundo já sabe disso, que são enganadores, que se aproveitam; o Brasil está sabendo.

Por fim, quando a gente encerrar esta CPI e o nosso Relator apresentar o seu relatório, certamente apresentaremos projetos de lei, que estamos ouvindo dos nossos componentes, dos nossos convidados. Vamos apresentar vários projetos de lei para jogar luz nessa escuridão. Perguntam-me muito – e perguntam ao Marcio – se a gente vai conseguir abalar as ONGs. É uma engrenagem poderosíssima, quatro décadas para implantar... isso aqui que apareceu agora já é o produto final, que é isolar a Amazônia. Isolar – já é a tarefa final –, isolar a Amazônia.

Então, a gente está combatendo através de quê? Dos depoimentos dos senhores. Saibam, então, que esses depoimentos que os senhores nos trouxeram são muito importantes para nós, mas muito importantes mesmo, para que nós possamos cada vez mais reunir forças e sabermos, termos a certeza de que nós falamos a mesma linguagem. Nós não estamos inventando, fazendo uso de nada... a mesma linguagem.

Nós queremos um país soberano. No começo foi dito: "não é para demonizar a ONG". No começo foi dito: "não é questão de direita e esquerda". No começo foi dito: "não é Bolsonaro e Lula".

Aqui é uma elite colonizada que se acha colonizadora, que quer uma nação que continue colonizada, e, por outro lado, uma nação que quer ser soberana, que é do lado de quem nós estamos nessa luta e nessa guerra.

Temos um requerimento para ser votado extrapauta. Com a anuência do plenário, coloco em votação o seguinte requerimento extrapauta:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 144/2023

Requer a realização de Diligência Externa - São Félix do Xingu

Autoria: Senador Marcio Bittar

Com o objetivo de verificar interferência de organizações não governamentais na expulsão de cidadãos da Terra Indígena Apyterewa.

Em votação.

Aqueles que concordam e permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação as Atas da 12ª e 20ª e 1ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Temos também a anunciar – já podemos – que quem vem aqui na próxima terça-feira será o representante do ICMBio. É um convite ao seu Presidente, um requerimento do Senador Styvenson. Portanto, teremos aqui o ICMBio na terça-feira e nós vamos poder, então, mostrar a eles os vídeos e os depoimentos que nós tiramos e conseguimos lá na Reserva Chico Mendes.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os presentes, agradecendo a Deus e desejando a Paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 50 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dezessete horas e hum minuto do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 147 de 2023** que : "Convida a Senhora Elizeta de Paiva Ramos, Procuradora Geral da República." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/25>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Obrigado pela presença dos Senadores que atenderam ao nosso convite desta reunião extraordinária. É porque nós precisamos decidir um assunto e tem que ser hoje. É um assunto que é muito importante porque envolve o que nós vimos, envolve pessoas que estão sofrendo e é preciso parar o sofrimento dessas pessoas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião tem o objetivo de deliberar o seguinte requerimento:

Requerimento nº 147, de 2023, que requer, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 1.579, de 1952, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Sra. Procuradora-Geral da República, Elizeta de Paiva Ramos, para tomar conhecimento de graves violações de direitos humanos e de casos de abuso de autoridade por parte de agentes do Poder Público Federal.

A autoria é desta Presidência.

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****Requerimento Nº 147/2023**

Convida a Senhora Elizeta de Paiva Ramos, Procuradora Geral da República.

Autoria: Senador Plínio Valério

Alguém quer a palavra antes de eu ler e colocar o requerimento em votação?

Alguém quer a palavra?

Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – O assunto é grave, é sério, envolve vidas, envolve proteção de áreas, envolve proteção de vida humana. O Ministério Público pode, sem aguardar o final desta CPI, já tomar algumas iniciativas.

Então, eu julgo necessário a gente trazê-la. Se ela não se sentir à vontade em uma reunião aberta para conversar conosco, para receber o que já temos em produção, em forma de denúncia, ela vem e a gente faz uma reunião reservada entre nós e ela, entregamos...

Eu voto "sim" a esse requerimento, que acho justo, oportuno e necessário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A palavra está franqueada.

Senador Zequinha. (*Pausa.*)

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Presidente Plínio Valério, Relator Marcio Bittar, nós estivemos lá nessa reserva. A gente verificou, andou lá e viu o que está acontecendo lá. E, assim, o que eu vejo: eu acho plausível nós fazermos esse convite. E ninguém está forçando ninguém a nada, mas o Ministério Público, igual disse a Senadora Damares, tem que nos ouvir mesmo antes de terminar, de nós entregarmos o relatório final desta CPI.

E eu acho que ela poderia tanto nos ter atendido lá quanto vir aqui. Mas, agora, como foi feito um convite, eu acho plausível, e o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

Senador Zequinha.

A Ordem do Dia está quase começando.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Repetir aqui a filosofia do meu velho pai: eu estou preocupado com o Ministério Público há algum tempo, não é de hoje. E não é um caso específico também porque eu vejo o Ministério Público com outras preocupações que não a que nós estamos aqui, neste momento.

Então, aprovar o requerimento eu acho que é o fundamental. E eu espero que ela venha, que tenha a hombridade como servidora pública, e que esteja à disposição da sociedade, da instituição do Senado Federal e do órgão aqui, que é a nossa Comissão.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

O nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Para a gente poder aprovar logo, é "sim".

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, pronto.

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos colocar em votação o requerimento.

Já foram declarados os votos. Aprovado.

Coloco agora...

Já tivemos cinco e é 147...

Portanto, é aprovado, com voto para convidar a Procuradora-Geral da República interina, porque tivemos dificuldade em conseguir uma agenda com ela durante três dias e achamos por bem ela vir aqui. E será uma visita muito rápida, cordial, bem-educada e civilizada.

Nada mais havendo a tratar, esta reunião está encerrada, agradecendo a todos.

(Iniciada às 17 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 17 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, CHAPADÃO DOS PARECIS, MATO GROSSO.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, no Chapadão dos Parecis, Mato Grosso, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Diligência Externa. Finalidade:** Realização de diligência externa em Chapadão dos Parecis, Mato Grosso, com o objetivo de conhecer a etnia indígena Haliti-Paresi, em atendimento ao Requerimento 126/2023-CPIONGS. Obs.: Diligência terá início às 9h no horário local (Chapadão dos Parecis - MT) / 10h no horário de Brasília. **Resultado:** Diligência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/26>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de realizar diligência externa em Chapadão dos Parecis, aqui em Mato Grosso, com o objetivo de conhecer a etnia indígena haliti-pareci; e aprender com eles e divulgar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com eles o sucesso do seu empreendimento; ouvir as dificuldades e a forma como nós poderemos ajudar como Senadores da República e como CPI.

Está aberta a nossa sessão.

Eu quero pedir, Genilson, que nós possamos... Já falamos, vocês já ouviram os Senadores falando, e agora nós queremos ouvir as entidades através de seus representantes. *(Pausa.)*

Vimos, como disse, Genilson, ouvi-los – ouvi-los. Todos poderão e deverão – e estão em casa – dizer o que pensam, o que quer que seja. Seja o que for, nós estamos aqui para ouvir, e no final ouvir de que forma nós podemos colaborar.

Genilson, por indicação de vocês, vamos ouvir...

Eu só queria... Você pode até falar do Arnaldo, apresente o Arnaldo para a gente, Genilson, que nós vamos ouvi-lo agora.

O SR. GENILSON ANDRÉ KEZOMAE – Convidamos aqui o Sr. Arnaldo Zunizakae, Presidente da Cooperativa Copihanama. *(Palmas.)*

O SR. ARNALDO ZUNIZAKAE (Para expor.) – Bom dia a todos. *(Pausa.)*

Eu vou tomar a liberdade de falar aqui meio de lado para não ficar de costas, mas quero agradecer em nome do Senador Jaime, porque nós temos uma certa amizade, não é, Jaime? Obrigado por ter vindo. Sejam bem-vindos ao nosso território, à nossa aldeia!

Quero agradecer a todos os parentes que estão aqui, Cacique, lideranças e demais pessoas do nosso município que também são amigos, parceiros nossos aqui.

O tempo é curto, então vamos direto ao assunto.

O Genilson resumiu muito bem a nossa forma de viver aqui, a forma de trabalhar, mas essa coragem de ter começado algo aqui dentro surgiu baseada na necessidade que nós enfrentávamos aqui dentro. Pelo fato de o nosso território aqui ser... Com a chegada da agricultura na nossa região, a gente se viu ilhado nessa terra, que até então era considerada muito pobre pelo fato de ser Cerrado, chapadão, sem floresta, com belos rios, mas sem peixe, graças àquelas cachoeiras lindíssimas que nós temos. Então, nós tínhamos todo tipo de dificuldade. E, com a chegada da agricultura, nós não vimos outra alternativa a não ser buscar trabalho nessas fazendas, onde esses produtores rurais... Embora a maioria do Sul, eles receberam nossos trabalhadores – nós, eu inclusive – para trabalhar como funcionários nessas fazendas. E lá nós fomos aprendendo e gostando, e cada vez mais foram saindo índios parecis, daqui do território, para trabalhar fora. Quando nós percebemos, nós já estávamos com nossas aldeias praticamente esvaziadas nos períodos de plantio e colheita, restando aqui apenas velhos, mulheres e crianças. E isso afetava diretamente a nossa alimentação, porque não se tinha mais tempo de fazer roça de toco, não se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha mais tempo de caçar e principalmente de cultivar nossos rituais. Então, nós fomos empobrecendo – em busca do sustento, fomos empobrecendo – em termos de cultura, em termos de cuidar da nossa família e esvaziando o nosso território. Foi onde a gente parou e pensou o que fazer para retornar e usar esse território.

Nós não sabíamos mais fazer outra coisa, não podíamos fazer nada, e foi onde fomos buscar o projeto de desenvolvimento de agricultura aqui dentro, um projeto audacioso, perigoso na época, porque a todo momento falavam que nós íamos ser presos, processados e tal, mas a gente buscou, através dos órgãos do Governo, condições de desenvolver a agricultura aqui dentro. Chegamos a elaborar projetos e a apresentar ao Banco do Brasil para financiar atividade agrícola, coisas que nós já sabíamos fazer, mas infelizmente não conseguimos ter êxito na obtenção desses créditos por falta de garantia. E até hoje é uma das dificuldades, que o Genilson vai ler para vocês, a questão do crédito. A gente tem terra, nós temos conhecimento, porém a terra que dizem ser nossa não pode ser dada como garantia. E não temos outra coisa a dar como garantia para poder adquirir financiamento fora.

E é onde eu faço questão... Não vou falar nome, mas faço questão de agradecer de público aqui a pessoas que acreditaram no projeto, que são produtores rurais da região, pessoas do Sul – que o pessoal fala "discriminatório", "preconceituoso" – que abraçaram a ideia, correndo todos os riscos. Claro que vieram aqui para ganhar dinheiro, sim – ninguém trabalha por outra finalidade –, mas acreditaram no nosso projeto.

Agradeço aqui... Embora a visão que tenho da Funai, agradeço à Funai pelo fato de ter acompanhado – ou a alguns servidores da Funai, por terem acompanhado – desde o começo. Já faz 20 anos que nós temos esse projeto. Do começo ao fim, pessoas de dentro da Funai nos orientando em como fazer. Mas também não posso deixar de falar que existem pessoas lá dentro que dificultam a nossa vida – dificultam, atrapalham demais –, assim como no próprio Ibama.

O Ibama, a partir de um certo momento, passou a ter conhecimento... Pela necessidade de nós fazermos o licenciamento da nossa atividade e a regulamentação, nós tivemos que buscar o Ibama. E, dentro do Ibama, nós encontramos técnicos altamente comprometidos, sinceros, honestos com a causa, mas também encontramos pessoas ideológicas lá, com ideologismo, com pensamento próprio, o que infelizmente também dificultou o nosso trabalho.

Mas nós temos uma relação com esses órgãos do Governo – Funai, Ministério Público Federal, que sempre nos acompanha, nos orienta, e hoje, atualmente, o próprio Ibama.

Mas a gente só conseguiu fazer esse projeto, Srs. Senadores, por conta de que nós fomos unidos e por conta de que a decisão era nossa e de que quem falava por nós éramos nós – a Associação Halitinã e a Associação Waymare, que são as duas associações que criaram esse projeto, que fizeram acordo com esses fazendeiros para poder desenvolver essa atividade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria para os senhores: se vocês não conseguirem mudar alguma coisa, dificilmente outra etnia no Brasil consiga fazer isso que nós fizemos, porque hoje o desenvolvimento e a autonomia do índio significam problema para aqueles que se beneficiam da nossa miséria, da nossa desgraça. Isto é um inimigo muito grande que vocês vão enfrentar: interesses de fora, que infelizmente contaminaram o nosso país e atrapalham isso.

A terra é nossa, o direito de escolher o que fazer aqui é nosso. Nós temos legislação no Brasil muito bem elaborada. É só nós respeitarmos aquilo que está na lei. Nós podemos, sim, plantar, podemos explorar madeira, podemos explorar minério; é só seguir a lei. Agora, quem atrapalha isso? Você olhe na Constituição: o que proíbe nós plantarmos? Não tem nada que nos proíbe. O que não temos é condições de adquirir crédito. Não temos hoje critérios para o licenciamento ambiental.

Para vocês terem uma ideia, nós estamos, desde 2013, com o pedido de licenciamento ambiental lá no Ibama; e o Ibama demorou tanto – só em 2017 e 2018, ele começou a dar andamento –, por falta de parâmetros para se trabalhar um termo de referência que norteasse os estudos para o licenciamento ambiental. Então, era uma coisa inédita, e nós estamos quebrando essa barreira. Provavelmente, vamos ser os primeiros indígenas a ter sua área, sua atividade aqui regulamentada através de um licenciamento ambiental. (*Palmas.*)

O tempo nosso é curto, mas para finalizar eu quero pedir aos senhores que ouçam de fato a voz dos índios e o que nós queremos é só trabalhar. A partir do momento em que nós implantamos e consolidamos essa agricultura aqui dentro, nós começamos a enfrentar outras dificuldades que são perseguições ora institucionais, ora da imprensa.

Hoje, o povo pareci tem medo de falar numa televisão para o jornal, porque aquelas mesmas pessoas para as quais nós achávamos que precisávamos divulgar o nosso trabalho para tornar transparente distorciam e marginalizavam o nosso trabalho. Vocês acompanham isso? Recentemente, muitas matérias nos marginalizando, mas mesmo assim nós nunca paramos de pensar, de trabalhar em prol do nosso povo.

A agricultura do povo pareci, hoje, representada por quatro cooperativas, não é de cacique, não é de uma aldeia, ela é de um povo. Para vocês terem uma ideia, apesar de nós enfrentarmos todos os problemas de perseguições, de ataques, de criminalização que tentam colocar sobre nós, nós temos a questão da agricultura que tem o problema do clima, de preço, de mercado, tudo isso, e mesmo assim nós temos uma situação que nós aplicamos aqui dentro, Srs. Senadores: todo ano, as quatro cooperativas juntas – este ano nem tanto, mas vou pegar o ano passado em que os preços estavam muito bons – distribuíram para esses pouco mais de 3 mil índios, como repasse social, como se fosse um resultado da lavoura para todos os indígenas que morassem aqui dentro – a única regra era morar dentro do território –, nós fizemos uma distribuição de mais de R\$10 milhões para as famílias. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso nós colocamos como resultado do nosso trabalho, do nosso suor, sem ninguém de fora vir doar nada para nós.

Queria só relatar uma situação aqui que nós enfrentamos na pandemia, quando a Funai distribuiu cesta básica aqui para os povos indígenas, e não fomos diferentes, nós fomos contemplados – não é, Genilson? – com a cesta básica. Nós fizemos um acordo: tudo aquilo que a Funai disponibilizou nós recebemos, compramos outra quantidade semelhante e doamos para os outros índios que não tinham essas condições, a fim de que eles também pudessem permanecer dentro da terra com um pouco de dignidade.

E quero agradecer aqui a todos os nossos parceiros, não sei quem que está representando o Município de Campo Novo aqui, mas quero agradecer, principalmente, pela forma como eles acolhem a nossa sociedade lá dentro. Aqui vocês não vão a Campo Novo, mas, se vocês forem a Tangará, Campo Novo e Sapezal, vocês não irão encontrar índio andando de fila, pedindo no restaurante, sentado bêbado na rua... Isso vocês não vão ver! Os nossos amigos estão aqui como testemunhas. Os índios entram pintados, o Rony chega lá com a família dele desse jeito e é recepcionado, é chamado para tirar foto, porque ele vai entrar numa farmácia, ele vai comprar o seu medicamento, vai entrar no melhor restaurante e vai pagar o seu churrasco. E é desta forma que a gente entra, os índios estão passando na rua e são chamados para abrir um crédito, é isso que a gente gostaria de ver para as outras etnias no Brasil. Mas tudo isso tem que ser construído com trabalho, não com doação.

Então, Srs. Senadores, vamos trabalhar no sentido de que os índios possam, de fato, usar aquilo que ele tem de direito na lei para usar a sua terra. Eu não sei de que forma vão fazer isso, mas nós conseguimos. E de uma coisa vocês podem ter certeza: isso aqui não vai parar, não – isso aqui não vai parar! Nós vamos seguir o que for preciso para fazer em termos de legalidade, mas nós não vamos parar. Porque parar isso aqui é condenar uma sociedade – somos povos – ao extermínio.

O povo pareci, manoki e nambiquara não consegue mais viver sem a questão econômica. O índio, Sr. Jaime, não celebra uma festa na miséria. As nossas festas tradicionais são celebradas na colheita. O batismo só é feito com colheita. A menina-moça, se ela entra no período de reclusão, o pai é obrigado a fazer roça até que ele produza para poder fazer o ritual. Então, se não tiver condições, se não tiver alimento, se não tiver uma condição boa de vida, a nossa cultura também não existe.

Quando nós começamos esse projeto – agora para finalizar –, quando nós começamos esse projeto, eu e o Genilson trabalhávamos na saúde indígena, convênio, Associação Halitinã em convênio com a Funasa na época. O nosso trabalho foi, num certo período – não é, Genilson? –, contabilizar mortes. Nós tivemos em um ano 42 óbitos de criança de zero a cinco anos por desnutrição. Foi onde nós falamos: "O que está matando os nossos filhos?". Nós estamos brigando por remédio ou estamos brigando por isso? Mas isso não está salvando. E fomos ver: era falta de alimentação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós éramos, naquele período, 1,25 mil indígenas – 1,25 mil. Desses 1,25 mil, 270 moravam na cidade sem necessidade, porque a cidade, embora eles trabalhassem no frigorífico, trabalhassem no posto de combustível, era melhor do que a aldeia. Hoje, nós temos, só o pareci, 2,6 mil a 2,8 mil índios, todos moradores da aldeia. Levamos energia para todas as aldeias, internet em 70% da aldeia.

Hoje, a energia é puxada, sabe de que forma, Plínio? A gente contrata a empresa, faz o projeto, paga, depois o Governo ressarce. A gente antecipa aquilo que o Governo tinha que fazer, para que nós possamos ter energia, para que nós possamos ter internet, para que o índio fique dentro de casa. A evasão escolar, que era altíssima, acabou. (*Palmas.*)

Hoje, o índio entra aqui, o ônibus vem aqui, pega e leva lá para o município. Você não vai ver aluno matar aula, porque ele não tem mais necessidade de ir lá, roubar um *wi-fi*, pegar uma internet, que ele não tinha na aldeia. Ele vai ter a noite inteira aqui, se os pais deixarem, para ele acessar a internet. Então, essa é um pouco da nossa realidade, nosso tempo é curto, mas nós deixamos aqui à disposição para que vocês visitem.

O Styvenson já fez um compromisso, vai voltar aqui para...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – São lugares lindos!

O SR. ARNALDO ZUNIZAKAE – ... conhecer o nosso turismo, ver as nossas culturas, participar, quem sabe, de um ritual aí. Todos vocês estão convidados, tá?

Obrigado a todos, toda a liderança aqui, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Só uma pergunta, querido: os R\$10 milhões foram divididos para os 2,6 mil moradores?

O SR. ARNALDO ZUNIZAKAE (Para expor.) – No ano passado nós éramos, o Gilmar sabe, 2,8 mil, vamos pegar ali, 3 mil e poucos índios, entre manoki e nambiquara, R\$10 milhões.

Hoje a distribuição social já chegou até a R\$5 mil por pessoa, depende do preço que a gente obtém. Mas é uma... Não baixa de R\$7 milhões, R\$8 milhões. E é um dinheiro que fica todo lá no município, num posto de combustível, numa loja de moto, numa loja... Ou seja, o índio está contribuindo com a economia regional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Arnaldo, obrigado. Obrigado pela aula de conhecimento, de luta, de bravura. Obrigado mesmo.

Só para vocês terem uma ideia, e eu tenho que observar quando for na hora mesmo, o Arnaldo falou que vocês contratam empresas de energia que fazem o estudo e que instala. Lá na Reserva Extrativista Chico Mendes, nenhuma empresa ousa entrar. Nem para alugar trator, nem para puxar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia, porque é punida com multa. Eles pegam o equipamento, tocam fogo e jogam fora. Para se ter uma ideia do quanto vocês representam para todos nós brasileiros, para todos nós indígenas.

Agora, o Lucio está aqui, ao meu lado, o Presidente da Coopiparesi.

É Lucio que está aqui do lado. Quer falar daqui do lado? (*Pausa.*)

Lucio, só pega os dois, porque um é da tevê.

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE (Para expor.) – Bom dia a todos!

Só reiterando, reforçando algumas falas do Presidente Arnaldo, referentes à atividade nossa, falar que as dificuldades sempre foram, desde o início, de luta, né? A princípio, nunca fizemos essa atividade escondidos de nenhum órgão competente ligado à área indígena.

E, por último, falar que essa atividade tem conhecimento em nível federal, tanto da Funai, do estado, do Ministério Público, quanto do Ibama, e reiterar que, dessa atividade, eu... Teve a minha formação como engenheiro agrônomo, né? Retornei para a área indígena para poder também ajudar na condução dessa atividade.

Dizer que, na área da educação, ela vem ajudando muito, apesar da dificuldade. E outras que o Arnaldo mencionou aqui, com relação a linhas de crédito, né? A gente passa uma dificuldade. O produtor lá fora, que não é indígena, já tem as suas dificuldades peculiares, e a gente é o dobro, praticamente, do que o produtor lá fora passa. Então, sem linha de crédito, sem linha de captação de recurso para atender o dia a dia nosso, sem linha de crédito para os insumos e a compra de máquinas.

Então, N dificuldades que a gente vem sofrendo ao longo desse período, e queremos compartilhar isso com vocês, através de documento que daqui a pouco vai ser lido para os senhores.

E, no mais, até então, são essas as minhas falas, mas eu vou deixar para os companheiros aqui também falarem o que a gente vem tendo de necessidade para essa atividade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – A comercialização nossa, como o Arnaldo e o Genilson mencionaram anteriormente, a gente tem essa dificuldade por ideologia. Não há nada que proíba outras empresas de fora de comprar o nosso produto, nem empresas de outros países, mas há uma ideologia de que, quando se fala que a produção do produto é de área indígena, as *trades*, as grandes empresas têm receio de comprar direto da gente e ser embargada a produção deles no porto, de exportar para outros países. Mas não existe, né? Até então a gente desconhece lei que proíbe alguém de comprar nossa produção daqui. Então, é uma das dificuldades que a gente tem que fazer essa venda direta do nosso produto, mas a gente espera que, com muito trabalho, a gente consiga estar expondo isso para fora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, no mais, eu acredito que meus companheiros têm mais pontos importantes para também serem falados. De momento, seriam esses pontos aí que eu teria que reforçar. (*Palmas.*)

Só pontuando, o Senador me perguntou, agora há pouco, a quantidade de produção que é saída dessas áreas de produção. A gente estima aí uma produção média de 50 sacas, pegando a soja como referência, tendo mais de 60 milhões de toneladas de produção. Se a gente embute mais duas safras, safra e safrinha, a gente chega a mais de 100 milhões de toneladas só dessas áreas indígenas.

Então, é uma produção tamanha que gera impostos, gera tudo isso aí para o Governo e que, muitas vezes... Não é passada despercebida pelo Governo. Então, querendo ou não, a gente consegue gerar uma economia para a região, para o Estado e para o Brasil. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Soja e milho?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – Soja e milho. E outras variedades de feijão que a gente planta por aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – Aqui tem um exemplo do que a gente produz aqui. Isso o que está aqui na nossa mesa aqui são painços, variedades de painços, gergelim, feijão, milho branco. São variedades de produtos que são produzidos dentro das áreas indígenas e exportados. Não são exportados direto pela gente, por causa disso que eu mencionei há pouco, do preconceito da ideologia de quem compra.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Vocês querem ampliar? E a terra? Ampliar a área de terra?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – A área plantada, desde que seja regularizado. Internamente, a gente tem as nossas discussões. Internas. Através disso, é claro que o desejo é sempre estar produzindo mais, aumentando mais, mas isso, internamente, é discutido para a gente poder dar seguimento nos trabalhos e nas atividades.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Mas é um desejo.

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – É um desejo, né? Mas desde que seja tudo regularizado essa primeira etapa. Depois, a gente vê da melhor forma possível, construindo esse trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Lucio, existe uma capacidade máxima de produzir, de plantar nessa terra? Já discutiram isso?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE (Para expor.) – Olha, não existe o limite máximo, né?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Vamos falar se for regulamentado, se for regularizado, o que vocês poderiam planar?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – O que a gente poderia plantar? O limite, a extensão? Isso tudo depende das nossas negociações e conversas internas. Desde que essa primeira etapa seja regularizada... É claro que uma audiência interna com os povos parecis, assim com os de outros três povos que fazem parte desse projeto, é o desejo, mas devagar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – Hoje, se a gente pega o povo pareci... São 1,3% – alguém pode me corrigir – de todo o território que é usado para a produção de grãos. Se a gente juntar todas as reservas da terra indígena, dá 1,2 milhão de hectares, mais de 1,2 milhão de hectares. Disso aí, 1,3% é cultivado, em pontos específicos, não em um lugar só.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mais algum? *(Palmas.)*

Obrigado, Lúcio, pela exposição e pelas respostas.

Edinaldo, me perdoe se eu errar aqui, depois, da Cooper... É o Presidente da Coopermatsene. É isso? Ah, legal. Então, vamos aqui, Edinaldo. Ah, Edinaldo... Você pode vir para cá, Edinaldo? Ficar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é, se eu deixar o microfone para os Senadores e ficar só com aqui, dá para ouvir? *(Pausa.)*

Não, não é?

Então, é do mesmo jeito.

É porque as perguntas não estão sendo ouvidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Desculpa, é porque passou aqui despercebido, que o Lucio – não é isso? – é engenheiro agrônomo.

O senhor estudou. O senhor pode dizer quem pagou os seus estudos? Onde o senhor estudou?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE (Para expor.) – Muito bem.

Estudei em universidade pública, na Universidade do Estado de Mato Grosso, na Unemat, no Município de Tangará da Serra, o *campus*, e todas as despesas, o custeio de moradia, do dia a dia da faculdade, praticamente saíram todos dessa atividade lá no início. O meu pai e a minha mãe, como os meus irmãos, na época aqui, contribuíram para a abertura da atividade. Enquanto eu estive na faculdade, as necessidades lá foram supridas com as atividades aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – Só lembrando, também, a gente tem as associações que também contribuíram muito para a formação não só minha, mas para a dos demais também que são formados na área.

Isso mesmo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Queria perguntar: você e outros jovens também fizeram a mesma coisa, né?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE (Para expor.) – Com certeza, todos os outros, formados em outras áreas, em medicina, odontologia, enfim, outras áreas de engenharia, também foram todos atendidos com essa atividade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Eu quero só um apartezinho aqui para complementar...

Não, não precisa. Nada. *(Pausa.)*

Só complementado aqui a indagação do Senador Styvenson, quero dizer a V. Exa., Senador, que a Unemat, em que o Lucio se formou, foi o Senador Jayme Campos, quando Governador, que criou a Unemat de Mato Grosso... *(Palmas.)*

... que é a universidade estadual do nosso estado.

Então, foi este velho que você está vendo aqui que criou a Unemat, pensando nessa possibilidade de dar oportunidade a alguns milhares de jovens desse estado aqui, para que tivessem também acesso ao ensino de terceiro grau.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi uma obra do Governador Jayme Campos, lá em 1994.

Obrigado, Plínio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós é que agradecemos, Jayme, ao fruto do seu trabalho.

Parabéns, irmão!

Arnaldo...

Não, não é o Arnaldo. É o Edinaldo.

Edinaldo, você pode segurar os dois microfones, por favor? (*Pausa.*)

Ah, está aqui ele, do meu lado, aqui. Se não fosse em paz e harmonia, né?

O SR. EDINALDO ZOZOIZOKEMAE (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos.

Na verdade, estamos aqui para um grande dia especial.

Então, pessoal, o que para quatro cooperativas está faltando... Falta linha de crédito e financiamento... Excesso de burocracia no licenciamento ambiental.

E, então, são essas coisas que estão faltando para quatro cooperativas. E, nessas quatro cooperativas, a gente está trabalhando para a soja convencional e o milho convencional.

Então, dentro da área indígena nós estamos trabalhando só com o convencional. É engraçado os outros que proíbem o nosso trabalho, porque, bem do nosso lado, os nossos vizinhos plantam, os fazendeiros plantam transgênicos, e nós, indígenas, só estamos trabalhando com o convencional.

Então, pessoal, só faltam essas três coisas para nós: a linha de crédito e o licenciamento... O que dificulta também é o que o Lucio já falou, é uma comercial direto da soja, a produção nossa que ninguém pega direto conosco.

Então, a minha fala é essa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Edinaldo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Plínio, só quero fazer uma pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se fosse possível, pela legislação, que vocês também cultivassem a soja transgênica, seria um desejo, se fosse permitido por lei?

O SR. EDINALDO ZOZOIZOKEMAE – Sim. Se fosse permitido, nós iríamos fazer, mas, como não é permitido que... Porque eles produzem mais e porque o transgênico a gente sabe que produz... O que a gente está plantando agora de convencional dá muito trabalho, a despesa é muito alta; agora, com o transgênico, não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles alegam... Por que vocês não podem plantar transgênico? Eles alegam o quê?

O SR. EDINALDO ZOZOIZOKEMAE – Eles alegam que, se nós continuarmos plantando, nós vamos ser multados, porque uma vez nós já fomos multados.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Plínio, a lei diz claramente que, em terra indígena, não se pode plantar transgênico.

O SR. EDINALDO ZOZOIZOKEMAE – Exato.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E a revogação... No marco temporal, nós mudamos isso e o Lula vetou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Marcio está esclarecendo que a própria lei diz que, em área indígena, não se pode plantar transgênico. Nós tentamos acabar agora, pra manter o marco temporal, o Presidente vetou, e nós estamos estudando derrubar o veto do Presidente.

Obrigado. Obrigado, Edinaldo. (*Palmas.*)

Carlito, Presidente da Cooperio.

Tu tens opção, Carlito, sentado ou em pé. Você escolhe, irmão?

O SR. CARLITO KENAZUKIE (*Fora do microfone.*) – Vou do seu lado aí.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Do meu lado, será um prazer, até pra viver em paz e harmonia, não é, Genilson?

O SR. GENILSON ANDRÉ KEZOMAE (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Carlito, que é Presidente da Cooperio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLITO KENAZUKIE (Para expor.) – Alô. Em primeiro lugar, bom dia a todos.

Como a maioria das autoridades não me conhece, meu nome é Carlito Kenazukie, sou do Município de Tangará da Serra.

Pra nós hoje é um dia muito especial, em que a gente vai tentar fazer o bom encaminhamento através dos Senadores que vieram e chegaram aqui, porque, até hoje, nós, indígenas, fomos muito discriminados, mas, aqui dentro, o que a gente fez é para o bem do nosso povo, é para o bem da nação, é até para o desenvolvimento, e a gente está contribuindo com o município, com o estado, não é?

Agora, pra quem não conhece, até hoje esses nossos projetos melhoraram a qualidade da educação, melhoraram a qualidade da saúde, melhoraram a qualidade do transporte. Enfim, hoje pra quem... Vocês, que são autoridades, veem a condição política da saúde no nível nacional: está numa situação precária. O que está nos salvando são esses nossos projetos, porque hoje a gente consegue pagar consultas especializadas, cirurgias, que são muito caras. A gente está fazendo isso tudo. E, hoje, na maioria dos hospitais, nós temos crédito: a gente pode entrar sem dinheiro hoje, mas eles atendem. E, no passado, a gente era visto até como um animal.

Agora, a maior vantagem de todas, Srs. Senadores, é o respeito que nós temos com a sociedade, o respeito que nós temos com os vizinhos, com as empresas grandes. Cito até o Grupo Maggi, que está próximo às aldeias nossas. Nunca, graças a Deus, nós tivemos nenhum problema, nem só com essa empresa, mas sim com outras empresas, outras fazendas que estão próximas. Isto acho que é o mais bonito: nós termos essa amizade e respeito.

E outra coisa também: eu queria dizer que muitas pessoas falam que o índio está... O povo pareci, hoje, está aumentando. Hoje nós mantemos a nossa cultura. Aqui estou falando meio atrapalhado, mas com vocês. Agora, na minha comunidade, eu falo só a língua, eu não falo em português. Então, das nossas tradições nós não estamos perdendo nada. Assim, a cada ano, a gente está melhorando.

O que a gente quer dos Srs. Senadores? A gente quer esse apoio para melhoramento nessa questão de financiamento, porque, até hoje, a gente está enfrentando uma situação muito difícil, mas o povo pareci nunca vai parar de se movimentar, de procurar o direito do nosso povo.

Agora, o que eu queria pedir também? Tem muitas ONGs que atrapalham nossos projetos. Eu peço que isto também eles têm que olhar: o povo pareci está lutando pelo bem dele, ele está lutando pelo bem da sua nação, mas eu peço que, se essas ONGs querem ajudar, ajudem de uma forma que contribua com cada povo indígena. A gente vê vocês, da Região Amazônica, você vê a situação que o povo indígena está passando naquela região. E você comparar um pareci, que lutou, que chegou, enfrentou toda essa situação e está melhorando... E outra coisa: eu peço para os senhores autoridades, porque, hoje, essa ampliação... A gente quer lutar, porque o povo pareci está aumentando. A quantidade das áreas abertas que nós temos não está sendo suficiente para atender à demanda do meu povo. Então, a gente... Através





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos senhores que estão presentes, que vieram ajudar, somar, buscar o melhor para a nação indígena, eu tenho certeza de que o exemplo que a gente está tendo é exemplo para outros povos, porque acho que eles têm que pensar, porque na Constituição fala: o que é que adianta a gente ter terra demarcada, se a gente tem condição de nós mesmos trabalhar e, muitas vezes, a gente não consegue fazer nada? Isso o povo Pareci pensa diferente. E nós vamos batalhar mais cada vez através das nossas instituições.

E peço para os senhores, autoridades, como vocês chegaram até a nossa aldeia, até a nossa comunidade, vocês viram que nós não somos diferentes. Nós não somos diferentes dos senhores. A diferença que a gente tem de vocês é que não somos permitidos nos desenvolvermos.

Então, voltando um pouco a questão de saúde, a Sesai, que está hoje representando o povo indígena em nível nacional, está numa situação bem precária: não está tendo carro, não está tendo medicamento suficiente... Então, a única salvação são os nossos projetos, que estão fazendo essa diferença.

Então, nós, o povo indígena, jamais vamos parar, porque, se um dia nós pararmos isso daí, a nação pareci vai morrer, vai desaparecer. Acho que o mais importante de tudo isso são esses bons relacionamentos que a gente tem com a sociedade envolvida: os próprios municípios, os próprios representantes dos municípios, desde o Vereador até os Prefeitos – a gente não tem esses problemas.

E, hoje, a gente tem esses parceiros que os outros meninos já falaram, e a gente está tendo esse bom relacionamento. O que a gente quer de vocês é que nos escutem e nos deem esse apoio para que as ONGs parem de atrapalhar o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Parabéns, Carlito. Obrigado pela sua exposição.

Agora sim, viu, Genilson? Vamos ver que aqui a letra de quem me passou também não está... Edson é o Presidente da Associação Waymare. (*Pausa.*)

Eu vou colocar um acento aqui para não errar mais.

Edson, Presidente da Associação Waymare.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Edson, Se você puder, responda a uma curiosidade: as áreas privadas no Brasil têm limite de instalação...

O SR. EDSON KAZUMAZAKAE SANTOS SOUSA – Sim, 80%. Varia de acordo com a região, se é Cerrado, Pantanal...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É uma curiosidade se vocês têm alguma ideia sobre isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, o Código Florestal, o sistema Snuc, estabeleceu limites. No caso nosso lá de cima, lá na Amazônia, chega a 80%, somente em 20% da propriedade privada particular pode se trabalhar. Vocês têm uma ideia? Têm?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Carlito.

O SR. EDSON KAZUMAZAKAE SANTOS SOUSA – Já vim com ela pronta.

Bom dia, Brasil; bom dia, povo que assiste pela internet, pela TV Senado, e que nos acompanha hoje.

Nós temos o privilégio de, como brasileiros... Sou Edson Kazumazakae, Presidente hoje da Associação Waymare. Sou jovem ainda nessa vida de luta, mas também comprometido com a melhoria do meu povo e a defesa dos seus direitos, defesa dos seus direitos de trabalho, mas não defesa dos seus direitos de ser mendigo.

Então, assim, hoje, com todo carinho, recebemos o segmento do Governo, uma das peças fundamentais que administra o povo e administra o país.

Também viemos aqui para entregar documentos, e falar de dados é sempre importante, para que as pessoas consigam entender, e também poder questionar alguns dados.

O povo pareci tem na sua cultura, desde sempre, a produção de alimentos para o seu autoconsumo, e hoje, devido a mudanças, o pareci precisa trabalhar com a agricultura, em que ele usa menos área, ele produz mais, ele tem um controle melhor.

Mas, respondendo aqui, eu queria deixar bem claro que o povo pareci tem nove terras demarcadas e trabalha hoje, Senadores, com três áreas, áreas de produção, terras indígenas, e esse trabalho que o senhor mencionou, muito preocupado, é uma preocupação dos nossos anciãos, que, na época, pensaram e ajudaram, junto com a associação e os demais líderes, a montar um plano de gestão territorial, chama-se Pngati. É um plano em que você visualiza o que que você precisa, de acordo com a população, de acordo com a realidade da região. Após a minha fala, eu vou passar aqui para o Ronaldo, e ele vai finalizar a parte de gestão territorial, porque ele ajudou a montar isso.

Mas, nesse período aqui, Jayme Campos, do ano de 2000 para frente, em que as associações, junto com as comunidades, elaboraram as áreas de lavoura, foram desenhados, mapeados – está aqui o Cacique Narciso –, que eles nos orientaram: "Jovens, nós precisamos que vocês façam as lavouras em regiões onde não danifica muito, longe de aldeias, longe de aldeias, longe de nascente, longe de afluente, longe de onde possa ter um impacto muito grande nas comunidades". Porém, hoje, nesses 1,3 milhão de hectares do pareci hoje, Senadores, hoje, Brasil, a gente trabalha com uma margem de 1,7% de área produtiva, e isso representa, só nos parecis, 17.750 hectares. São dados a partir de 2012, quando começou a se desenhar essa atividade de agricultura dentro da Reserva Pareci, posteriormente, juntamente com manoki





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e nambikwára, só que eu não mencionei aqui a área territorial deles nem a quantidade de área deles. Usei como base a referência do povo pareci.

E, respondendo àquela sua curiosidade e às demais, é importante sempre perguntar: como que você pensa daqui a 50 anos? É difícil responder. Mas, para o povo pareci, não é difícil, porque o povo pareci já tem uma definição, um planejamento e um modelo de vida para o futuro.

Eu sempre deixei bem claro e falei para o Ministério Público que o nosso povo, o povo do meu pai, do Cacique Rony, do Narciso, que representa, da D. Deja, eles não vão se preparar para dividir lixões com ninguém, porque esse é um povo que vai trabalhar doído para nunca deixar essa situação caótica acontecer.

Então, nós temos, no plano de gestão territorial para os próximos 50 anos, uma projeção de uso da área pareci, na perspectiva da população, de 4% do uso da área dos 300 mil hectares, o que somaria uma média de 50 mil hectares para os próximos 50 anos. Seriam 4% da Reserva Pareci.

É lógico que a tecnologia ajuda, tudo melhora, então as terras podem ser mais produtivas, elas podem ser melhoradas com a questão produtiva delas. Não precisa ter muita área, mas precisa investir mais em tecnologias, e não se investe em tecnologias se não tiver um plano, se não tiver uma linha de crédito, se não tiver um subsídio do governo.

Até se vê aí, nas redes, que o Governo investe tantos milhões com BNDES, que, de lá, supostamente legalizado, passa para as multinacionais, para as empresas, e eu fico um pouco contente, porque eu vejo o Brasil investindo nos outros países e tirando o nosso direito de não poder crescer. Infelizmente, o povo escolhe aquele governo que quer, e hoje nós vamos pagar caro por isso.

Infelizmente, Senadores, hoje nem toda a população indígena dos 43 povos pensa igual ao pareci ou até mesmo tem coragem igual ao pareci. Muitos deles queriam ter essa oportunidade de estarem aqui e eles mesmos falarem por eles, mas existe uma série de pessoas que falam por eles, terceiros, e isso é ruim. E o povo pareci, através do Arnaldo, através da liderança do Genilson, desse pessoal, a gente sempre teve essa oportunidade de falar de nós mesmos, nós sermos o nosso próprio personagem.

E, quando você fala em planejamento, é isso, é você criar um plano territorial, um plano de gestão, você conhecer a área, conhecer os minerais que existem, os recursos que tem disponíveis e de que forma usar nos próximos anos. Eu acho que isso que é fundamental. Você quer construir uma casa? Vai planejar o solo, o terreno, a construção, a obra, o orçamento, mas para isso você tem que ter noção do que realmente você quer.

Hoje todo mundo sabe que passamos por dificuldades graves, mas nós ainda conseguimos nos sobressair pelas rendas que nós temos. Graças a Deus que temos renda, porque buscamos essas rendas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou contemplar o Cacique Ronaldo com esse tempo que ainda falta aqui, mas era mais para dizer que a associação sempre está apta e politicamente atenta a essas mudanças, a esses debates, a esses questionamentos. Infelizmente, nós não temos representante – não é, Genilson? – com nossos pensamentos lá na Câmara, no Senado. Hoje temos ministros... Mas me perdoem, eu estou na TV Senado, graças a Deus, e eu posso ter propriedade e falar isto: hoje temos ministro que não tem agenda com os povos indígenas, seleciona lugares para ir, e ministro indígena.

E, para lembrar para vocês – eu não sei se pode falar isso, mas, graças a Deus, eu sou brasileiro: na era Bolsonaro, tivemos dois ministros aqui que não eram índios – não eram índios –, não tinham ministério escolhido, estavam aqui. (*Palmas.*)

Hoje nós temos o Presidente da Funai, hoje nós temos Ministro de Povos Indígenas... De que povo? De que povos? Que não vem aqui, não conhece a realidade? Que não vem aqui e não olha para os nossos olhos para dizer ao povo: "O que vocês estão fazendo é errado, mas eu trouxe uma solução para vocês"? Apontar erro é fácil, mas difícil é trazer solução.

E hoje o Governo mostra a cara, através da TV Senado, e nos traz essa possibilidade de fazer o que muitos não têm coragem, o que muitos não têm vontade e do que muitos têm medo. Isso é o povo pareci, futuro Governador do Estado de Mato Grosso... (*Palmas.*)

E faço o meu apelo aqui para o senhor: vamos criar... É uma sugestão, vamos criar um departamento ou uma secretaria de assuntos indígenas que realmente tenha interesse em desenvolvimento econômico indígena e não ficar só no papel e na parte política. É isso que eu queria deixar bem claro.

Termina essa fala. O Ronaldo é mais velho, até poderia ter começado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Faço uma pergunta.

No planejamento que vocês fizeram para os próximos 50 anos, deve constar também o aumento da população indígena.

O SR. EDSON KAZUMAZAKAE SANTOS SOUSA – Essa é uma preocupação nossa, porque de 20 anos atrás até hoje aumentou-se muito. E isso aumentou porque a grande maioria – não é, Cacique Rony? – dos indígenas querem voltar da cidade e têm essa ousadia, têm essa condição de voltar e ter um emprego, ter uma casa, ter uma condição de vida, ter uma condição de viver do turismo. É isso que está acontecendo aqui. A gente não faz... A gente não está aqui pra incentivar ninguém, Senador. Quem somos nós pra incentivar o povo de Mato Grosso todo fazer lavoura? Essa é uma realidade do povo pareci, do Cerrado. Aqui não tem castanha, aqui não tem ouro, aqui não tem diamante, aqui não tem nada disso. Aqui tem solo, solo que produz alimento. E a nossa região, Seu Pivetta, vive disso. Aqui não dá para plantar batata, mandioca, abóbora. Aqui não se cria elefante, aqui não se cria girafa; aqui se produz,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, para produzir, tem que trabalhar, tem que meter a mão na massa, acordar cedo; não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, mas é isso. (*Palmas.*)

Obrigado, pessoal, e desculpe até pela certa emoção, porque eu sou um brasileiro e não concordo com quem me ocupa e me representa dessa forma.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Os lugares de solo sagrado são os que produzem alimentos, não é?

O SR. EDSON KAZUMAZAKAE SANTOS SOUSA – Então, eu nunca vi um lugar sagrado ser uma área de miséria, e aqui é prova disso, que aqui é sagrado, mas aqui a gente consegue fazer vidas, não é? (*Palmas.*)

Obrigado, Brasil. Obrigado, povo.

Vou passar para o Ronaldo, Cacique, que é uma liderança que todo Brasil já conhece. Ele vai explicar um pouco sobre o Pngati.

Eu fiz um resumo rápido porque eu acho interessante a gente também mostrar para vocês os dados, não é? Então por isso achei necessário que eu pontuasse os dados dentro dos próximos 50 anos. (*Palmas.*)

O SR. RONALDO ZOKEZOMIAIKE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Já me apresentaram aqui. Meu nome é Ronaldo Zokezomaiake, uma das principais lideranças do povo haliti-pareci.

Quero trazer aqui, Sr. Senador, entregar para o Senado Federal um exemplar do plano de gestão territorial, que foi elaborado por nós, pelas nossas associações Waymaré e Halitinã, em parceria com o Governo Federal através da Funai.

Nós tivemos algumas parcerias também de algumas ONGs, mas aqui as ONGs trabalham para nós; nós contratamos o serviço delas, e elas vêm, elaboram o serviço, terminam e vão embora. Então, assim, eu acho que a gente não pode querer também criar um monte de situações. Existem algumas ONGs que merecem respeito dos povos indígenas, que realmente querem trabalhar e fazer, de fato, a diferença, mas tem outras que vêm aí... A gente vê o que está acontecendo e não merecemos entrar em méritos.

Mas está aqui o plano de gestão nosso, territorial, faço questão de entregar ao Presidente aqui do Senado, aqui da Mesa, e dizer aos Senadores que aqui vocês vão conhecer a identidade do povo haliti-pareci, desde a história da sua origem, os primeiros contatos, as primeiras frentes econômicas quando chegaram aqui, na região, que nos localizaram aqui, e também vão começar a acompanhar os primeiros desenvolvimentos econômicos e sociais do povo haliti-pareci.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós habitamos o Chapadão dos Parecis, e aqui é conhecido como berço das águas, são os formadores de duas bacias, duas grandes principais bacias: Bacia do Prata e Bacia Amazônica, então estamos bem no divisor. Por isso é que é muito importante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO ZOKEZOMIAIKE – Não, essa aqui é do Senado. O Cacique, o líder Genilson nos cedeu isso aí.

Então, assim, quero agradecer.

E aqui, Srs. Senadores, nada melhor que vocês virem e verem a nossa realidade, a realidade do povo haliti-pareci. Essa nossa... Esse nosso trabalho, ele surgiu, como o Arnaldo já falou, de uma necessidade, e hoje em dia, esse projeto, ele está dentro de cada ser haliti-pareci, porque ele não foi um projeto de uma ou duas pessoas, ele é do povo. Então, nós dependemos 100% dessa atividade para a nossa sobrevivência.

Então, assim, eu peço aos senhores que sejam os nossos porta-vozes para que venhamos regulamentar a nossa atividade. Estamos com o processo parado no Ibama ainda, precisa ser definida essa questão do licenciamento, que é o maior gargalo. Sem o licenciamento, não temos origem ao nosso produto; sem ter origem ao produto, ele se torna ilegal. Então, isso é um dos entraves que a gente enfrenta.

Então, por isso, Senador, eu gostaria que vocês nos ajudassem com isso. O Jayme Campos, da outra vez, já ajudou nós com o TAC também, que foi o primeiro termo de compromisso que fizemos com o Governo Federal, para liberar nossas atividades, uma vez que a gente foi autuado e foi paralisado, mas depois a gente retornou novamente.

Então era isso que eu queria trazer para vocês, e dizer que o povo haliti-pareci tem um plano de vida. Dentro desse plano aqui, nós estamos seguindo elas. As cooperativas saíram de dentro desse plano de gestão, os conselhos de saúde e educação saíram de dentro do plano de gestão, os projetos de etnoturismo saíram de dentro do plano de gestão.

Se falou em ampliação. Sim, temos desejos em ampliar as nossas atividades, mas queremos muito mais ampliar outros projetos alternativos, como o etnoturismo, a questão da criação de pequenos animais, peixe – temos vários tanques de peixe –, criar outras formas, investir no etnoturismo para isso aí também gerar emprego e renda para a própria comunidade, porque nós temos uma política aqui dentro de formar os nossos alunos, mas eles vão estar aqui dentro. Mas de que adianta eu formar pessoas e não dar atividade para eles aqui dentro? Eu estou formando pessoas para evacuar da aldeia, para ir embora. A partir da hora que eu formo um dentista e que ele chega e ele tem emprego aqui dentro, vai animar os outros também de estudarem, de formarem, porque eles sabem que aqui dentro eles vão ser ocupados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então hoje, Senadores, nosso povo haliti tem mais de 40 acadêmicos formados já em nível universitário. E estamos com mais 40 aí para formar.

E tudo isso aí vem da receita dessas nossas atividades, seja ela agrícola, seja ela de outras atividades que tem. Então, nós sempre buscamos fazer o social.

Uma coisa aqui que muita gente não consegue enxergar nos olhos, mas assim já dá uma percebida, é que o nosso foco aqui não é nós sermos nenhum superempresário, mas, sim, o nosso povo ter uma boa condição de vida, uma vida digna. É para isto que nós lideranças, é para isto que nós associações e cooperativas trabalhamos: para que nossos filhos, nossos tios, nossos irmãos tenham uma condição de vida saudável na educação, na saúde, na cultura e na segurança também.

Só isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Outra pergunta: vocês hoje tramitam uma multa ambiental... Duas perguntas: se tem a multa ambiental e quais são os ONGs que trabalham aqui com vocês?

O SR. RONALDO ZOKEZOMIAKE – Não, aqui nós... Essa parte da multa já foi superada já. A gente já superou isso aí. Agora, nós estamos procurando só buscar a questão do licenciamento e...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Atualmente, não tem nenhuma multa?

O SR. RONALDO ZOKEZOMIAKE – Não, não. Atualmente, nenhuma. Estamos tranquilos. A gente teve que pagar uma parte, pagamos uma parte, a outra a gente recorreu, e foi suspensa.

Em relação à ONG, nós não temos nenhuma ONG, a não ser as nossas mesmo, porque eu acho que assim...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Você mencionou algumas ONGs que trabalham com vocês...

O SR. RONALDO ZOKEZOMIAKE – Não... Assim, nós contratamos uma, duas até. Contratamos duas. Uma já tinha parceria com o Governo Federal, que foi a TNC. A TNC é uma das maiores... Organização mais antiga, acho, do Brasil, do mundo, quer dizer. Americana. E através dela veio... E nós contratamos uma outra aqui chamada Operação Amazônica, por causa que eles já tinham feito esse mesmo projeto no outro território. E aí a gente contratou, mas só para eles fazerem a parte impressa. Só a parte impressa, só para imprimir isso aqui, ó...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gráfica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO ZOKEZOMAIKE – É, a gráfica. Por causa que o conteúdo aqui foi feito por cada cacique, cada membro da aldeia de cada região. Nosso território é grande, pegamos as regiões e fizemos, depois juntamos tudinho, elaboramos, e surgiu isso aqui. Então, assim, foi aí esse resultado de trabalho, onde nós temos aí a nossa estimativa de vida para os próximos 50 anos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, obrigado, irmão.

Antes que passe despercebido, eu quero... Foi na fala, eu acho, do Edson: que por enquanto não tem representantes no Senado, representantes indígenas. Quero dizer a vocês: tem, pode não ser indígena puro, mas vocês têm no Senado, vocês têm o Jayme, vocês têm a Margareth, têm o Mauro. (*Palmas.*)

Eles defendem vocês. E eu posso dizer isto: são acessíveis e sabem e conhecem a realidade de vocês. E o Jayme, o Mauro e a Margareth têm a nós amigos deles sempre... Portanto, contem conosco lá no Senado Federal.

Aristides é o Presidente da Associação Haliti...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Haliti... Eu vou jogar a culpa no Mauro, está bom?

Haliti...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Haliti... Obrigado, Rony.

O SR. ARISTIDES ONEZOKEMAE (Para expor.) – Em primeiro lugar, bom dia a todos do Brasil.

E aqui é a TI Pareci na divisa da TI Utiariti, no paralelo 14º, nós estamos aqui.

Bom dia, TV Senado.

Em primeiro lugar, agradeço a todos as lideranças, caciques que estão presentes neste momento. Em segundo lugar, agradeço a V. Exa., aos Srs. Senadores, à Sra. Margareth, que é a coragem da mulher Senadora.

Então, meu nome é Aristides Onezokemae, estou atuando como Presidente da Associação Halitinã. Ela está com 30 anos de experiência com o povo. Estou representante de quase 1.360 populações e 44





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aldeias. É muito orgulho ter vocês chegando à nossa aldeia, porque, através da nossa necessidade, nós rasgamos um pouco nossa terra.

Para atender a nossa necessidade, para manter a nossa cultura com a preocupação com a Margareth, através do nosso recurso, tem dois benefícios para o povo parici, aqui no estado de Mato Grosso: como cobrança direito de passagem, não está regularizada, não está legalizada; e também nós enfrentamos essas dificuldades de lavoura mecanizada, não está regularizada, nem licenciada. Por isso que nós passamos dificuldade no dia a dia.

Então, nós enfrentamos essa barreira de todos os anos, anos e anos, desde 2003 até agora, nós enfrentamos. Gostaríamos que vocês ajudassem o nosso povo parici. Não é, na verdade, um prazo longo, mas, daqui para a frente, talvez, se Deus quiser, nós vamos conseguir regularizar, legalizar, em nosso benefício. Por não termos lavoura mecanizada, não temos cobrança do direito de passagem. Hoje no povo indígena há muitas mortalidades. Esses dois nossos benefícios estão salvando o povo parici.

Hoje, nós estamos muito precários mesmo, há vulnerabilidade da saúde indígena de nosso Brasil, nosso país. Isso que também vocês querem ver, como vocês Parlamentares, vocês são Senadores, tem que ter ajuda para nós. Eu quero que ajude nessa nossa parte, tentar regularizar, legalizar para nós, para trabalharmos com tranquilidade.

Esse plano de gestão eu acompanhei por dois anos, nós terminamos tudo. Aquilo que é preciso já está colocado. Onde tem brota usamos palha de nossa tradição, tudo preservado. Não está destruindo a natureza. Nós sabemos que não são milhões de hectares, são apenas pouquinhos hectares para abrir para o espaço, para sobreviver com alimentação, sustentabilidade, saúde, educação. É a nossa vida.

Então, isso que eu gostaria de falar para vocês. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós ainda temos aqui dois representantes: o Cacique Rony, que é do segmento turístico, grande Rony, conhecido mundialmente. E depois teremos o Genilson, nosso amigo Genilson Pareci, que vai nos entregar a carta. *(Pausa.)*

Aí ou aqui, Rony, você escolhe. *(Pausa.)*

Ele vai se sentar aqui ao nosso lado. Isso, sente aqui. *(Pausa.)*

Vai falar em pé? À vontade, Rony.

O SR. RONY PARECI (Para expor.) – Bom dia, Brasil.

Em nome do Senado Federal, o povo pareci haliti, e também em nome das suas organizações, manda um grande abraço aos brasileiros, os brasileiros de bem que nos estão ouvindo, buscando aqui acompanhar a história do nosso povo, para que assim possam fazer seus questionamentos, suas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocações de forma contundente, de forma com que realmente possam contribuir não só com a política voltada ao nosso povo pareci, a política voltada à questão indígena, mas a política voltada para o bem do Brasil.

Em nome aqui do nosso Presidente, Senador Plínio, deixo meus agradecimentos por esta oportunidade histórica de nosso povo vir ao Senado, ouvir diretamente a nós, como liderança, como povos indígenas. E também, a oportunidade... Tudo é construído em parceria em nível de município, em nível de estado, em nível de Governo Federal.

Quero aqui também agradecer e parabenizar, como sempre, os parceiros que estiveram com os nossos representantes do nosso Município de Campo Novo dos Parecis, aqui, representados pelo Vice-Prefeito, Dhemis Rezende. *(Palmas.)*

Também os nossos Vereadores representando a Câmara do Município: Beito Machadinho, José Marciano, Fábio do Agem. *(Palmas.)*

E também, mais uma vez, mostrando que não temos nenhum tipo de receio de autoridade policial, queremos agradecer à polícia, que está aqui fazendo todo esse controle, segurança para ambas as partes. *(Palmas.)*

Também quero agradecer aqui a presença histórica hoje, em que tudo está acontecendo – está tendo um curso de segurança sobre o turismo aqui na sede, na sala ao lado, sendo conduzido pelo Sebrae, em parceria com o nosso município, a Secretaria de Turismo e Cultura –, do Diretor da Sebrae do Estado de Mato Grosso, o Sr. André.

Uma salva de palmas para ele. *(Palmas.)*

Como dizemos, vivemos em paz e harmonia com as autoridades, com os partidos.

E aqui também uma salva de palmas para o Partido PL, aqui representado pelo nosso Presidente Edilson Piaia, que se faz presente. *(Palmas.)*

Quero aqui, antes de falar sobre a questão específica do turismo, só reiterar e enaltecer todas as nossas lideranças e representantes constituídos e colocados aqui pelo Brasil. O nosso povo pareci não está aqui para ser uma referência. Nós estamos aqui para mostrar que existe viabilidade e possibilidade, sim, de você trabalhar e reivindicar a questão de demarcação de terra indígena, mas de forma coerente, de forma justa e igualitária para ambas as partes que requerem isso aí. Mas terra demarcada também tem que oferecer segurança e qualidade de vida aos indígenas que moram dentro do próprio território. O que adianta nós termos terra demarcada, se não temos nenhum tipo de mecanismo ou subsídio pra nós termos uma vida de qualidade e de dignidade dentro do próprio território?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi dito, um povo hoje, na atual conjuntura que vivemos no Brasil e no mundo, se não tiver a sua alternativa de viabilidade econômica gerida e produzida por si próprio, passa a ser um povo vulnerável no sistema atual que nós vivemos no mundo, ou seja, tem que ter mecanismo econômico indígena pra você ter autoestima e manter sua cultura, manter seu território, manter sua autoestima como povo originário.

É importante, sim, defendermos a questão do meio ambiente e também a questão climática, que se discute tanto, mas temos que tratar sobre a questão da autossustentabilidade econômica. Eu acho muito vazio o pessoal – alguns líderes que assim se intitulam – falar de preservação, de natureza, de questão de climática, mas não falar de políticas públicas econômicas dentro do próprio território indígena. É isso que vai garantir a questão de eu manter uma vida melhor, com saúde e qualidade educacional.

Enfim, com essas palavras, Senadores, eu quero aqui entregar aos senhores um documento nosso, do segmento do etnoturismo indígena. Hoje o etnoturismo é assegurado pela Normativa 003, de 2015, feita pela Funai nas gestões passadas e que hoje está tendo um bom resultado.

Enquanto isso... Não vou ler todo o documento, que é extenso, mas aqui tem todos os dados, a trajetória de ter chegado...

Hoje o nosso documento, Senadores e Brasil, é pra dizer a todos que o projeto de agricultura... E todo mundo fala que os indígenas parecem ser destruidores da natureza, ou latifundiários, ou querem ser fazendeiros. É tudo conversa infundada. Só queremos qualidade e segurança de vida.

Hoje nossas produções de agricultura têm formado várias pessoas, subsidiado as famílias a sustentar seus acadêmicos, os alunos na cidade, mas pensamos no futuro. Todos que estão formando estão voltando com emprego garantido. Hoje são empregados e donos do seu próprio negócio. (*Palmas.*)

E aqui, num documento, representamos, pedindo ao Senado que torne público um segmento que, graças ao projeto da agricultura, vem subsidiando a questão do desenvolvimento do etnoturismo em terras indígenas, aqui no povo pareci. E o projeto da agricultura também vem subsidiando outros projetos por menores familiares, como a piscicultura, a avicultura, a apicultura. Tudo isso vem hoje sendo subsidiado pelos macroprojetos do povo pareci.

Então, aqui nós estamos pedindo que o Senado Federal leve isso pros órgãos competentes e estamos solicitando melhor estruturação, melhor qualificação e *marketing*, mostrando realmente o nosso trabalho do turismo.

Eu gostaria que dessem um visto nesse aqui, enquanto eu vou falando.

E o documento a seguir está aqui assinado pelos líderes do segmento do turismo – está aqui –, por nós. Como diz o Cacique Narciso, aqui nós somos preto no branco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também quero relatar aqui aos senhores que hoje o turismo pareci está sendo um trabalho referenciado em nível de estado, em nível nacional e aí em nível internacional, mostrando a todo mundo e ao mundo também que tudo é possível. Como diz o discurso da outra ala, da mãe terra tudo é possível se extrair, mas de forma racional. De forma equilibrada, você consegue fazer essa sobrevivência. É isso que estamos buscando hoje. Tudo é possível a gente fazer, mas de forma equilibrada.

Então, sendo assim, ao Senado Federal, aos Senadores mostramos que hoje a comunidade pareci deixa aberto o convite a todos aqueles que ficam falando, como dizem os líderes mais jovens nossos, lorota infundada. Deixo o nosso convite aqui a todos para virem nos conhecer, conhecer as aldeias, ouvir as crianças, ouvir as mulheres, ouvir os anciões, para ver a veracidade do nosso plano de vida, constituída e consensuada com todas as aldeias, com todas as nossas organizações.

Não queremos ser melhores; queremos mostrar que existe possibilidade, viabilidade de você viver dignamente dentro do território indígena. (*Palmas.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Aproveitando a ocasião, já que o senhor está tratando de turismo...

Acho que daqui dá para ouvir.

Tratando de turismo, o senhor pediu aí uma promoção, uma divulgação – claro, turismo não se faz sem promoção e sem divulgação. Utilizando a TV Senado, redes sociais, tudo isso que eu estou vendo, o senhor poderia – um defensor do turismo, do etnoturismo – dizer: "Olha as belezas que tem aqui". Poderia enumerar uma por uma e dizer que vocês estão preparados para receber todo e qualquer brasileiro que queira conhecer, dentro dessa reserva, as suas belezas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se o brasileiro nem conhece! Vamos começar primeiro pelo brasileiro. Eu nem conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Nós vamos disponibilizar na página.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Não, Plínio... Eu estou só dizendo que, neste momento, já que ele pediu – mas a gente vai disponibilizar também –, ele já utilize para fazer o seu "merchan", para dizer sobre o nosso turismo e também para agradecer ao Sebrae por estar profissionalizando, por estar trazendo justamente esse estudo. Eu acho que esse é o papel justamente dessa parceria.

Plínio, bem rápido, antes de o senhor responder, eu ouvi, inicialmente, o primeiro palestrante falando que o início foi difícil porque não tinha como dar como garantia terras que são inalienáveis, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não podem ser negociáveis, e que tudo começou aqui – porque não ficou dito, mas ele me disse aqui do meu lado – por uma parceria. Meeiros doaram tratores, doaram equipamentos, e vocês devem isso. E hoje vocês não precisam mais disso, se promovem sozinhos. Atualmente... Começou com agricultura e agora passou para o turismo. Então, essa parte do turismo, que é um meio de renda, talvez precise até de divulgação maior não só de um pouco das belezas naturais, mas do trabalho que está sendo feito aqui – isso que está sendo feito aqui.

Então, só me diz quem foi que fez esse material primeiro? (*Risos.*)

O SR. RONY PARECI (Para expor.) – Primeiro, esse material, todo o conteúdo começou, também essas belezas, em terra indígena, não é? Onde eles falam que nós estamos degradando, destruindo a natureza.

Nós estamos com 97%, 98,3% intactos, que é isso que vocês estão vendo aí. Por favor. E é onde nós estamos destruindo, mostrando que hoje é possível, sim, preservar, conservar essas belezas que tem, a autoestima elevada do povo, qualidade de vida e produzir. É para isso que a política pública tem que olhar e tem que ser defendido no Brasil e no mundo. É isso. Nós estamos buscando mostrar a todos essa viabilidade.

Então hoje, quando alguém fala que o povo pareci perdeu a cultura, venha nos visitar. Quando fala que o povo pareci está destruindo a natureza, venha nos visitar. Quando fala que o povo pareci está vendo só economia, venha nos visitar. Mas sempre focado, com o pensamento balizado na coletividade do nosso povo, dando possibilidade e sendo parceiro daqueles outros povos com que, por ventura, conforme a sua realidade, sua demanda, seus sonhos, estamos aqui para contribuir, porque, juntos, somos mais fortes; juntos, podemos construir uma política, um Brasil mais justo, mais igualitário, valorizando todos os aspectos: socioeconômico, ético e da biodiversidade que nós temos.

Em nome dos caciques líderes do meu povo e, principalmente, eu quero uma salva de palmas para as mulheres aqui do nosso povo. (*Palmas.*)

Deixo aqui um agradecimento ao Senado Federal e quero dizer que nós estamos aqui, abertos à busca de uma construção inovadora, justa. E o Senado está começando a fazer isso sem medo, com coragem. Com coragem nós conseguimos realmente redirecionar e melhorar as nossas políticas públicas voltadas a toda a sociedade brasileira, independente de raça e identidade.

E, por fim, o que todo mundo colocou, Plínio, quero falar dos dados concretos – porque não adianta falar da beleza e tudo –, dos dados que, nesse pouco tempo, nosso ecoetnoturismo tem trazido, não só nós, mas também toda a sociedade.

Nas oito aldeias do turismo que nós temos hoje, já com o trabalho mais formatado, na linha do planejamento, da segurança, enfim, nós estamos aqui, para vocês terem uma ideia, empregando de forma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direta e indiretamente mais de 800 pessoas; também passamos de 800 mil diárias de turistas que vêm nos visitar. Temos aí, empregando de forma significativa... Todos os índios hoje que trabalham não têm mais tempo nem para poder jogar bola, mas, sim, para trabalhar pelo bem do povo.

E aqui temos estatística, que o Sebrae, em contribuição, tem nos ajudado na estruturação, vivência, melhoramento, segurança, métodos de operacionalização do turismo: temos viagens de ensino-aprendizado em nível nacional, para melhorar o entendimento sobre o turismo, então, participar de feiras de empreendimentos, encontro de líderes, rodada de negócios, vídeo promocional, marca do destino turístico. E também indígenas estão aí, hoje, buscando todo esse melhoramento para poder, cada vez mais, dar qualidade, segurança e visibilidade do nosso trabalho no cenário nacional e internacional. É um conjunto de elementos que faz um povo, Senador Jayme Campos, a ter essa qualidade de vida e segurança.

Então, Brasil, estamos juntos. Grande abraço a todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Rony.

E, sintetizando, simbolizando, assumindo, firmando o nosso compromisso, nós vamos ler agora... nós vamos ouvir agora o Genilson, que está nos trazendo a carta. Ele vai ler, nós vamos receber e certamente assumir compromisso.

O SR. GENILSON ANDRÉ KEZOMAE (Para expor.) – Bom, pessoal, acho que nós estamos partindo para os finais. Eu queria aqui convidar a mesa novamente, os Senadores que estão aqui presentes, para nós podermos fazer a leitura de tudo o que as lideranças e os dirigentes das nossas associações e cooperativas externaram e falaram aqui, porque, igual algumas lideranças enalteciram, no mundo de vocês, do não índio, tem que ser tudo registrado, tem que ser por escrito e tem que ser protocolado para poder virar um processo. E a gente sabe que hoje, no Brasil, tudo funciona através de políticas públicas que têm que ser construídas. E a política pública, depois, tem que ter orçamento. E nós entendemos, liderança Zezinho, que o Senado tem autonomia de fazer políticas públicas e depois discutir o orçamento para poder executar a política. Então, nós não queríamos perder a oportunidade nessa CPI das ONGs, que veio ouvir a opinião dos parecis sobre a atuação das ONGs e se ela tem ou não tem... e se os parecis precisam delas ou não. Foi muito bem colocado pelas lideranças aqui esse papel das ONGs junto aos parecis.

Mas essa oportunidade não poderia deixar de ter um documento onde a gente quer que todos vocês possam dar um protocolo de recebido. E, de antemão, já fazer um pedido, Mauro: que esse documento possa ser lido no Senado Federal, tá? Então, eu vou passar aqui ao Presidente aqui da CPI e vou fazer a leitura do documento. Eu gostaria da atenção do nosso Vice-Governador – a provocação: futuro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador – e também de todo o público aqui presente, os empresários que estão ali atrás, que são nossos parceiros hoje das cooperativas indígenas, né?

Então, eu vou fazer a leitura aqui.

Bom dia ao Brasil, por essa oportunidade.

E vamos registrar as falas das lideranças, o sentimento da direção das cooperativas, das associações nesse presente documento, que vai ser protocolado a esses nobres Senadores, que são representantes do Senado Federal.

Essa carta é da Associação Waymarê, Associação Halitinã, das cooperativas Copihanama, Coopiparesi, Cooper matsene e Coopirio.

Carta do povo haliti paresi

Para: Senado Federal – República Federativa do Brasil

Excelentíssimos senhores(as) Senadores e Senadoras:

O povo indígena haliti paresi, nativos desta terra, hoje chamada Brasil, somos originários e sempre habitantes da nossa região, hoje mundialmente conhecida como Chapadão dos Pareci. Durante a década de 90 aos anos de 2022, nós, haliti paresi, vivíamos uma evasão crescente e desastrosa na nossa população, na maioria homens que saíam para fora das aldeias e território e se ausentando de suas famílias em busca de trabalho e renda, em decorrência da ausência de alternativas de geração de emprego e renda dentro das aldeias. Desde esse período, o fator econômico é uma realidade e necessidade social das famílias indígenas brasileiras, podendo ainda não ser [apenas] para os povos indígenas insolados que vivem em seu habitat, ainda sem contato com a sociedade não indígena.

Esta falta de renda provocava, em nossas comunidades haliti paresi, uma fragilidade e miserabilidade social que era determinante para o alto índice de desnutrição na faixa etária dos idosos e crianças, uma triste taxa de mortalidade infantil, alto índice de analfabetos e baixa escolaridade. Fatores que culminavam em discriminação a nós, indígenas, mais pela condição de carência social do que pela questão étnica/racial. Esta situação se agrava nas terras indígenas pela falta de políticas públicas dignas e de qualidade, que deveriam ser responsabilidade dos 3 entes federativos [município, estado e Governo Federal].

Em meados dos anos 2002 e 2003, lideranças e caciques [...] paresi, através das nossas associações indígenas (Halitinã e Waymarê), buscamos, no Projeto Agrícola Mecanizada, uma alternativa econômica para gerar trabalho e renda para nossas comunidades. Vizinhos a nós, [...] paresi, os povos nambikwara e manoki também sofriam estas mesmas dificuldades sociais e econômicas, assim como os paresi, também sofriam a evasão da sua gente para fora de seus territórios em busca de condições de trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, povos paresi, nambikwara e manoki, vimos na lavoura mecanizada uma alternativa para mudar a difícil realidade que estávamos passando, visto que era uma atividade que a maioria estávamos buscando [...] [e fazendo nos trabalhos] nas fazendas vizinhas a nossos territórios. Fizemos projetos através de nossas associações indígenas para buscar financiamentos nos bancos públicos e privados para custear o início da lavoura; foram todos reprovados por falta de garantia real. A única alternativa foram as parcerias agrícolas com agricultores da região, método sempre questionado pelas autoridades.

No decorrer desta caminhada, muitos resultados satisfatórios e amadurecimentos foram obtidos, como: retorno de nossa população para as aldeias e territórios; geração e oportunidade de trabalho; distribuição de renda para as famílias; muitas vidas salvas com melhoria de atendimento na saúde (aquisição de medicamentos, combustível para veículos de saúde, realização de exames especializados, internamentos e cirurgias); crescimento gigantesco na formação educacional de jovens em nível técnico e superior (profissionais nas áreas de saúde, educação, administração e agronomia [e outros]); melhoria de habitação nas aldeias; melhoria de transporte para as comunidades; fortalecimento da cultura; proteção de nossos territórios e meio ambiente; fortalecimento de nossas associações indígenas; criação e funcionamento de nossas cooperativas; desenvolvimento de outras iniciativas de projeto como agricultura familiar e desenvolvimento do etnoturismo; [hoje temos] convivência harmônica e saudosa com a nossa circunvizinhança, [municípios] e dentre dos benefícios sociais.

Portanto, os Povos Indígenas, o que nós paresi buscamos é construir e desenvolver uma economia sustentável e rentável, com princípios na coletividade, solidariedade, igualdade, equidade e equilíbrio. A nossa tradição cultural, meio ambiente protegido e modernidade e tecnologia [...] [caminhando] juntos.

Finalizando, nobres Senadores, nossos principais desafios são e pedimos ao Senado Federal:

1. [Primeiro], pedimos [...] [ao Senado Federal] que articulem e possibilitem, junto aos setores e instâncias competentes, criar linha de crédito especial para atividades de média e grande escala para as populações indígenas. Uma vez que as linhas de crédito atualmente disponíveis trazem exigências que estão fora do alcance dos povos indígenas, pois exige garantia [...] (real). Até mesmo criar uma emenda parlamentar para subsidiar um programa de crédito voltado aos povos indígenas, como um fundo garantidor;
2. [Segundo desafio]: desburocratizar e simplificar o licenciamento ambiental para os empreendimentos indígenas, atualmente com exigências muito mais complexas e burocráticas que as dos produtores não indígenas;
3. [Terceiro desafio]: acesso ao comércio internacional, visando à exportação de nossa produção da agricultura indígena, rompendo a barreira discriminatória dos nossos produtos;
4. [Quarto desafio]: garantir os direitos previstos no art. 60 da Lei 6.001/73, [onde diz]: "Os bens e rendas do patrimônio indígena gozam de plena isenção tributária". Garantindo esse benefício para as cooperativas indígenas em caráter emergencial. Em razão da desvantagem do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronegócio indígena não ter financiamento oferecido pelo Governo e bancos e a qualquer incentivo que de condições de igualdade entre os índios e não índios.

5. Fomentar e criar mecanismo que estimule a valorização dos produtos agrícola, como, por exemplo, a implementação de selos, agregando, desse modo, valor e visibilidade aos produtos indígenas;

6. Implantar uma unidade da Embrapa em nossa região, visando o desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos com base na pesquisa e inovação, associadas às práticas e conhecimentos tradicionais, visando a sustentabilidade dos nossos projetos.

7. Vimos que os Senadores também poderiam incentivar, junto ao BNDES para sensibilizar essa instituição financiadora para estudar a possibilidade de financiar um armazém para as cooperativas indígenas, que já ajudaria e muito em reduzir nossos custos em armazenagem.

Por fim, o nosso objetivo é construir e consolidar uma cadeia produtiva e de serviços diversificados em nossas aldeias e territórios, respeitando as questões culturais, ambientais e legais, de modo que venha garantir oportunidade de renda e trabalho para os milhares de jovens que estão estudando e se formando, pois nós como lideranças e dirigentes de instituições indígenas temos que nos preocupar: como será a ocupação destas [...] gerações novas que a cada ano, graças a Deus, vêm aumentando.

Atenciosamente, assinam os Presidentes das Associações Halitinã, Waymarê, Coopihanama, Coopiparesi, Coopermatsene, Coopirio.

Então, de todo o debate que teve aqui, a gente queria deixar essa formalidade com protocolo de todos os senhores. E, se vocês me derem liberdade, queria convidar um grande companheiro nosso aqui, que, tecnicamente, vai fazer uma síntese sobre o contexto que está nesse documento, que é um grande apoiador das nossas cooperativas, mesmo colocando em risco a sua função. Queria convidar aqui o Carlos, para poder fazer aqui uma colocação, para a gente poder finalizar. Enquanto isso, nós vamos protocolar o documento.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS BARROS (Para expor.) – Eu gostaria de colocar aqui só quatro pontinhos que eu acho muito importantes, não é? Eu assessoro as cooperativas tecnicamente, e eu gostaria de registrar aqui alguns pontos.

O primeiro ponto é em relação a quanto os índios utilizam da área deles hoje, nos plantios, os parecis, nambiquaras e manukis. Eles usam 1,7% do território. Então, essa questão de que estão degradando o meio ambiente... Não há um respeito muito grande, e é isso aí que é utilizado.

O segundo ponto é esta falta de crédito, crédito nos bancos, não é? Está sendo trabalhado junto ao Governo do estado um fundo garantidor, mas, por enquanto, não se concretizou ainda. Então é uma dificuldade muito grande da cooperativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do incentivo fiscal. Como os índios não têm condições de fazer esses financiamentos, seria importante estender os benefícios que tem hoje na renda indígena, mas essa renda indígena só é trabalhada dentro da Funai. Aí lá tem isenção dos impostos, dos tributos. Isso aí, se fosse colocar isso, estender esse benefício para as cooperativas indígenas, ajudaria muito, porque só aos parecis aqui, em questão de imposto, custa em média de 2 a 4 milhões, que saem do caixa só para pagar os impostos do Governo.

Mas uma coisa eu queria pedir muito aqui para vocês, e é tudo legal, mas a gente não consegue, isso é de conhecimento de todos os órgãos, é do conhecimento do Governo... Por exemplo, os índios aqui produzem 1 milhão de sacos de soja, mas não podem vender a soja. Então, não é justo, não é certo, porque está legalmente correto, todas as questões legais, com conhecimento da Funai, do Ibama, do Ministério Público, de todos os órgãos. Ainda assim, não tem ilegalidade nenhuma, paga todos os impostos e não pode vender a sua produção. Como é que é? A gente não consegue resolver isso.

Então, o Senado poderia, junto com a Câmara dos Deputados, a gente tentar encaminhar isso. Os índios são invisíveis; então, produzem 1 milhão de sacas, mas eles são invisíveis. Não podem vender, e aí têm que vender isso aí como se fosse escondido e diluir nas empresas. Isso está certo? Isso está errado! Se está tudo legal, por que tem que fazer escondido?

Então, isso aí é um apelo, uma colocação, porque eu acho importante a gente romper isso.

No mais, quero agradecer aqui a oportunidade que tive e dizer que a luta aqui é muito grande. Os pareci têm sempre esta preocupação: todas as reuniões importantes, depois vem um contra-ataque pra cá. Então, por isso, há muita cautela no que se fala, no que se coloca, porque sempre vêm reações pra cá.

No mais, eu acompanho todo o projeto pareci há 37 anos. Então, eu estarei à disposição pra outras colocações, outros encaminhamentos aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Carlos, não só pelo seu conhecimento, mas, acima de tudo, pela coragem de poder, de peito aberto, ajudar a quem precisa.

Olhem só a hipocrisia de que a gente tanto fala, que a gente tanto combate. Vou citar aqui, vou ceder a palavra a cada Senador um minuto pra cada um, e a gente encerra.

O ISA (Instituto Socioambiental) vende os cogumelos dos ianomâmi, vende a pimenta baníua lá dos baníua do Alto Rio Negro. Quer dizer, eles podem! E vendem lá fora, eles vendem no estrangeiro também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, uma ONG pode usar o nome de vocês, a cultura de vocês e vender mundo afora, e vocês, que produzem de forma honesta, leal, legal, não podem.

Nós estamos ao lado de vocês. Nós vamos tentar, sim, com o poder que a gente tem, que é dado por vocês... A gente vai tentar conseguir. Eu assumo, em nome de toda a CPI, em nome dos Senadores que aqui estão, um compromisso com os senhores, sim, de a gente buscar e lutar por isso.

Eu pediria... A gente está... Nosso anfitrião Jayme... Acho que um minuto é suficiente para cada um, não, Jayme? Em nome do Jayme...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Alguém quer falar? Posso usar a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Olhem aí: o Mauro...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu quero usar a prerrogativa e encerrar isso aqui agora...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Primeiro, é apenas para agradecer, pois foi por meu intermédio que surgiu essa conversa junto com a CPI, por intermédio do Senador Plínio Valério, por intermédio do Senador Marcio Bittar.

Quero agradecer muito ao povo pareci por ter proporcionado ao Senado Federal esta recepção, para que o Senado Federal tome conhecimento da história do povo pareci, como eles iniciaram, quais dificuldades que tiveram e a coragem que tiveram de fazer todos os enfrentamentos.

Quero agradecer também a todos os Senadores que estiveram aqui, Senador Jayme, Margareth, Styvenson, e agradecer ao Marcio Bittar, que eu já falei.

E um agradecimento especial ao nosso Vice-Governador, Otaviano Pivetta, que está aqui presente, representando o nosso Governador Mauro Mendes, que proporcionou toda esta estrutura para que o Senado Federal fizesse esta visita aqui, hoje, nos pareci.

Quero agradecer a parceria do Sebrae, agradecer os fornecedores aqui da etnia pareci.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou muito feliz com esta oportunidade que todos nós tivemos aqui hoje, adquirindo mais conhecimento da cultura indígena e da produção indígena.

Muito obrigado a todos, e que Deus os abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Cabe a mim fazer o encerramento.

Obrigado ao Vice-Governador Otaviano, obrigado mesmo por proporcionar isso.

Obrigado a todos vocês pela aprendizagem, pelo conhecimento, pela troca.

Eu vou só discordar de duas coisas que foram ditas aqui. É o três... Vocês não querem ser referência. Está bom, mas eu vou desrespeitar. Vocês são um exemplo, um exemplo que nós vamos carregar Brasil afora. (*Palmas.*)

Nada mais a discutir, está encerrada a nossa sessão da CPI das ONGs aqui nos pareci.

Muito obrigado mesmo.

Paz de Cristo a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 16 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 37 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dezoito minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, em atendimento ao requerimento 133/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/31>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

Bom dia a todos, agradeço pela presença dos que aqui estão e dos que estão nos acompanhando pelo YouTube.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, conforme Requerimento nº 133, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Antes que eu peça que o nosso convidado entre, eu queria mostrar pra vocês o que a gente vai tratar aqui, do drama criado no país por essa questão, exatamente, da demarcação de terras, de reservas extrativistas, de reservas ambientais e da expulsão de quem lá já morava há décadas.

Esse vídeo, o vídeo 9, Renata, demonstra tudo isso que nós estamos falando aqui. Olha só o que esse pai de família diz e está disposto. É no interior do Pará.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está aí, vocês viram aí, olha só a casa... Ah, tem mais. Olha só...

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Gente, isso aí... Pode parar.

Isso aí está acontecendo, a gente já mostrou aqui, está acontecendo hoje, vai continuar amanhã... São áreas de onde os pequenos agricultores, que moravam há 10, 20, 30, 40, 50 anos, estão sendo expulsos, dessa forma aí. A Guarda Nacional de uma nação chamada Brasil sendo utilizada contra seu próprio povo.

E o pai da família está disposto a morrer, disposto a matar, porque lhe tiraram tudo, estão tirando tudo.

Também é bom mostrar pra vocês aqui, mais uma vez, o vídeo, imagem... Aqui está imagem 1. Eu acho que é isso aqui. Mostre aqui, Reinilson. Isso aqui é um atendimento médico lá em São Gabriel da Cachoeira. Olha esse atendimento odontológico em São Gabriel da Cachoeira, área dominada pelas ONGs, onde o ISA reinou por 14 anos e deixou lá a ilha. Olha só o atendimento. Esse é atendimento de urgência, dentro de uma canoa de alumínio, improvisando aí. É um pessoal que não tem direito a nada, embora eu more num lugar rico.

Então, a gente quer sempre escancarar mesmo. A gente quer escancarar isso, jogar, pra que o brasileiro e a brasileira que estejam vendo agora saibam como os nossos irmãos são tratados. São dois polos, não é? Um estava ali no Pará e o outro lá no Alto Rio Negro – esse atendimento odontológico de urgência. Eles não têm posto médico nas aldeias, não têm nada, porque não é da cultura indígena tratar do dente – segundo as ONGs.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Mauro Oliveira Pires...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só um comentário aqui...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Por ter vivido aí nessa região, nós fazíamos inúmeras operações para levar o socorro de saúde às comunidades indígenas – naquela região de São Gabriel da Cachoeira são mais de 600 comunidades.

E realmente a questão odontológica lá é terrível, terrível mesmo. A gente subia o Rio Negro ali, com um barco, levando quatro, cinco dentistas, mais os gabinetes odontológicos, para poder atender, e sempre era uma situação extremamente difícil que você encontrava na comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – General Mourão, hoje Senador, que viveu e conviveu muitos anos lá no Norte e conhece muito bem.

Senador Mourão, eu tive a oportunidade de apresentar uma emenda parlamentar de R\$600 mil para o hospital do Exército lá em São Gabriel da Cachoeira, para amenizar essa situação – na realidade, só ameniza.

Nós estamos mostrando aí onde as ONGs dominam, como é que a nossa população é tratada.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Mauro Oliveira Pires para compor a mesa conosco. Pode trazer, sim, o seu advogado para acompanhá-lo. *(Pausa.)*

Eu vou reiterar o que nós dissemos – Mourão, Jaime, Marcio e eu – ao nosso convidado lá na sala, "isso aqui não é uma inquisição, isso aqui não é um tribunal do júri". Ele não é réu aqui, ele é nosso convidado. E a gente agradece por ter aceitado esse convite.

Algumas perguntas, Sr. Mauro, parecerão pessoais, mas não são. Podemos afirmar que não serão perguntas pessoais. Fique à vontade. Normalmente vai de 25 a 30 minutos a exposição. Fique à vontade.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Olá, bom dia a todos. Queria agradecer essa oportunidade de estar aqui na Casa da Federação, representada pelos Srs. Senadores, trazer aqui um pouco das informações a respeito do ICMBio.

O ICMBio é uma autarquia federal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criada em 2007.

Eu vou pedir aos meus colegas para ver se é possível... Vou fazer uma apresentação, Senador, começando com um pequeno vídeo que dá um panorama sobre a importância das unidades de conservação no Brasil, o trabalho do ICMBio. E, logo em seguida, apresento algumas informações pra



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

facilitar o entendimento de todos sobre o que é essa instituição, qual é o seu mandamento legal e, assim, contribuir pros debates. Então, se eu puder começar apresentando um vídeo...

Acho que está carregando, não é? É um vídeo rápido, apenas pra dar um panorama sobre o nosso trabalho.

Acho que está sem som.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Bom, esse vídeo era apenas para dar um panorama sobre as unidades de conservação no Brasil.

Então, vocês reparem ali que fala de alguns números, a quantidade de unidades de conservação – de 2 mil, se eu não me engano –, porque aí está se falando de todas as unidades de conservação do Brasil, não só aquelas administradas pelo ICMBio, portanto criadas pela União, como também pelos estados e municípios, e também as RPPNs, que são as reservas particulares do patrimônio natural. E é sobre isso que eu gostaria de comentar.

Começando aqui, então, sobre o ICMBio, que é o órgão de que eu tenho a honra de ser Presidente, eu sou servidor público, servidor concursado, entrei no ICMBio por meio de concurso em 2009. O ICMBio foi criado em 2007, então, quase já do seu início até hoje eu venho acompanhando a evolução dessa instituição, e agora cheguei a essa posição de Presidente da autarquia, que acho que é para mim uma enorme honra, e tenho certeza também de que é para todos aqueles que acreditam num serviço público consistente, um serviço público baseado na lei, tentando fazer o melhor para a sociedade, para a população brasileira.

Bom, o ICMBio, como eu falei, foi criado pela Lei 11.516, de 2007. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, e a lei que o criou já diz que ele é um órgão executor da Política Nacional do Meio Ambiente. Quer dizer, o que é um órgão executor? Existe a política, existem as leis, e nós temos as instituições que as executam dentro do Poder Executivo. Então, o ICMBio é um daqueles que executam a política ambiental, assim como a gente tem os órgãos da saúde, que executam a política de saúde, assim como a gente tem os órgãos da educação, que executam as políticas de educação. Ele é responsável, como eu disse, pelas unidades de conservação federais.

A missão do instituto é promover... proteger, melhor dizendo, o patrimônio natural, que são os recursos naturais que o Brasil possui, e promover o desenvolvimento socioambiental. Então, veja que já na missão do instituto a palavra desenvolvimento aparece, porque nós acreditamos que trabalhar para a qualidade de vida, trabalhar para a conservação dos recursos naturais é uma forma de contribuir para o desenvolvimento nacional. Então, acho que esse é um aspecto muito importante e que é o que orienta o trabalho do instituto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei que criou o ICMBio, a Lei 11.516, estabeleceu aí essas atribuições, então: executar a política, as ações da política nacional das unidades de conservação; executar as políticas de uso sustentável – não sei se vocês perceberam, no vídeo tinha algumas atividades de uso sustentável, vinculadas às comunidades tradicionais, o uso público, por exemplo –; fomentar e executar programas de pesquisa – o instituto também é um órgão que realiza pesquisa aplicada –; proteção, preservação e conservação da biodiversidade. Ele também exerce o poder de polícia ambiental – isso está na própria lei –, associado à conservação da biodiversidade, e também promove e executa, em articulação com os outros órgãos, programas recreacionais, portanto, voltados a beneficiar a comunidade, de uso público, ecoturismo... Isso, evidentemente, dentro das unidades de conservação.

Aqui, só para ter um panorama, esse mapa do Brasil, as unidades de conservação: nós temos 336 espalhadas em todo o território, em verde são as unidades de conservação de proteção integral e em amarelo são as de uso sustentável. Essas 336 somam quase 81 milhões de hectares e somam também 92 milhões de hectares, mas aí é da parte do mar territorial, são essas duas bolinhas em amarelo que foram unidades de conservação criadas pelo Presidente Temer, ainda em 2017 ou 2018, não lembro agora, destinadas a proteger, em apoio – a gente recebe o apoio direto da Marinha pra esse trabalho –, as ilhas marinhas que fazem parte do território brasileiro.

Além disso, o ICMBio também possui 14 centros de pesquisa. Como eu disse, é um instituto de pesquisa. Então, nós temos, por exemplo, o Cecav, que cuida das cavernas; o Cemave, que cuida das aves; e assim por diante.

Bom, onde o ICMBio lastreia a sua atividade? Bom, é importante lembrar que, primeiro, é na nossa própria Constituição. No art. 225, a Constituição diz o seguinte: olhe, pra assegurar a efetividade desse direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, é necessário, então, definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. Então, veja que o mandamento da Constituição já estabelece pra todo o país a importância de ter espaços territoriais dedicados à conservação da natureza.

Além disso, nós temos a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação provém da Lei 9.985, de 2000, que foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e foi debatida por dez anos aqui no Congresso Nacional, tanto no Senado quanto na Câmara. Repare que já o quinto artigo desse sistema diz que, entre as diretrizes pra execução da política de conservação da biodiversidade, é necessário assegurar a participação efetiva das populações locais, como também é fundamental buscar o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, organizações privadas e pessoas físicas pro desenvolvimento das diferentes atividades e também é fundamental incentivar a participação das populações locais e das organizações privadas na gestão compartilhada dessas unidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, já falamos, no vídeo, que as unidades de conservação estão divididas em dois grupos. Então, vou passar mais rápido, não é? Proteção integral de um lado e uso sustentável de outro.

Aqui, nas de proteção integral, nós temos os parques nacionais – aqui mesmo em Brasília, nós temos o Parque Nacional de Brasília, que é mais conhecido pela população local como Água Mineral, porque é visitado pelas pessoas que sabem da importância daquilo pra sua qualidade de vida –, temos estações ecológicas, temos reservas biológicas, refúgios da vida silvestre e também os monumentos naturais.

Nas de uso sustentável, um pouco maior o número de categorias, nós temos... Eu vou falar da reserva extrativista, mas nós temos, além disso, as florestas nacionais – no vídeo, até aparecia uma das florestas nacionais –; as reservas de desenvolvimento sustentável, que em certa medida são parecidas com a reserva extrativista, mas têm algumas diferenças no que se refere, sobretudo, à área de domínio, se público ou privado; nós temos diversas outras categorias, como a área de proteção ambiental – aqui mesmo, Brasília é cercada por áreas de proteção ambiental, algumas federais e outras no nível do Distrito Federal –; e assim vai.

Eu só queria chamar a atenção um pouco aqui sobre a reserva extrativista. O que diz a lei referente a esse tipo de unidade de conservação? O art. 18 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação diz o seguinte: olha, reserva extrativista é a área utilizada por populações tradicionais, populações extrativistas tradicionais cuja subsistência se baseia no extrativismo e complementarmente também na agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte.

Ela objetiva proteger os meios de vida e as culturas dessas populações. É uma área de domínio público, ou seja, ali a terra tem que ser pública, pode ter a posse privada, mas o domínio é público e, portanto, aquelas áreas que têm o domínio privado devem ser indenizadas, desapropriadas, quando é o caso. E ela é gerida por um conselho deliberativo que é formado de forma paritária entre membros do Governo – e nesse caso não é só o Governo Federal, participam também os estados, os municípios – como também representação da sociedade civil, do setor empresarial, do setor produtivo e organizações locais.

Além disso, a reserva extrativista também é permitida à visitação pública e à pesquisa, mas é proibida a exploração dos recursos minerais, assim como também a caça amadora ou profissional. A caça para subsistência, como nós sabemos, pela lei de crimes ambientais, a Lei 9.605, é autorizada para as populações que dependem desse recurso. Então, a caça de subsistência é parte inclusive de um conjunto variado de prática das populações e isso é permitido, o que é proibido é essa caça profissional. E a exploração dos recursos madeiros pode acontecer de forma complementar e dentro do que dispõe a legislação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui só para ter uma ideia do que é o manejo florestal, que é uma das atividades dentro da reserva extrativista ou dentro da floresta nacional. Do lado esquerdo, nós estamos vendo ali a coleta de açaí, um produto florestal não madeireiro, todo mundo conhece, e do lado direito já é uma concessão florestal dada à iniciativa privada, por meio da... Nós temos a lei de gestão de florestas públicas, que estabelece a possibilidade de execução do manejo florestal para gerar renda, gerar economia e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Então, daquele lado direito ali é uma atividade explicando como é feito o plano anual de ordenamento, de planejamento da atividade do manejo.

Aqui também outra atividade importante. Aí uma correção naquele vídeo, quer dizer, os nossos dados mais recentes mostram que de cada real que é investido em unidade de conservação, acaba voltando para a economia em torno de R\$15. Então, repare que essa relação é uma relação positiva, na medida em que se dinamiza a economia dos municípios, a economia dos estados. Nesse caso, nós estamos vendo aí, por exemplo, o manejo do pirarucu, sobretudo no Estado do Amazonas, bastante conhecido, e de outro lado, nós estamos vendo ali os pescadores já na área marinha. Nós temos também diversas unidades de conservação na área marinha.

O extrativismo, como eu falei, ali do guaraná, do próprio açaí, da castanha.

O ICMBio também realiza as atividades...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – O Senador aqui me concedeu mais cinco minutos, então já estou partindo para a conclusão.

Veja que aí se trata da proteção, o manejo integrado do fogo, que é uma forma de contribuir para evitar as chamadas emergências ambientais.

As atividades de fiscalização, fiscalização tanto na parte marítima quanto também dentro do continente.

Aqui o uso público... Veja, por exemplo, nessa imagem central, está mostrando ali Iguaçu. Na verdade, na foto de hoje cedo, eu vi que está bastante inundado em razão das enchentes que vêm acontecendo naquela região.

E, do lado direito, uma foto que é bastante emblemática, quando se fala do Brasil, que é o Cristo Redentor. O Cristo Redentor está dentro de uma unidade de conservação. E o curioso é que, mesmo sendo uma unidade de conservação, lá trabalha o município, através da sua prefeitura, hoje comandada pelo Prefeito Eduardo Paes; lá trabalha o estado, nesse caso comandado pelo Governador Cláudio Castro, sobretudo nas ações relacionadas a saúde, educação e segurança; como também trabalha o ICMBio de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma conjunta. E isso acaba gerando... Isso é um grande cartão postal que não pertence ao ICMBio; é um grande cartão postal que pertence ao povo brasileiro.

Aqui também, nessa foto do lado esquerdo, é Fernando de Noronha, para aqueles que tiveram a oportunidade de conhecer. E, do lado, embaixo ali, aquela lagoa são os Lençóis Maranhenses.

Nós temos avançado em termos de visitação. Veja que esse número já apresenta aí, com os dados coletados até 2022, quase 22 milhões de pessoas visitando essas unidades de conservação, que nós temos o registro. Na área de pesquisa, são 43 mil, quase 44 mil solicitações de autorização de pesquisa em todas as unidades de conservação.

O ICMBio também realiza os chamados Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção. Hoje nós temos aí 46 planos de ação nacional para essas espécies, abrangendo aí um pouco mais de mil espécies ameaçadas. Isso para evidenciar como o instituto também tem um grande... enfim, tem uma atribuição bastante ampla.

Aqui, apenas algumas fotos para ilustrar o que são esses planos de ação nacional. Ali está mostrando a segunda foto, à esquerda, abaixo ali, a ararinha-azul-de-lear, de que, se não me engano, no domingo ou sábado, felizmente nasceu um novo filhote. Como vocês sabem, essa é uma espécie bastante ameaçada de extinção e está sendo repatriada para o Brasil. E, nesse trabalho de repatriação, agora acabou de nascer um filhote, o que eu acho que é importante para todos nós.

Bom, eu vou só trazer um dado aqui importante que se refere às emergências ambientais que estão cada vez mais presentes no nosso cotidiano.

Ali, em amarelo, são os brigadistas do Ibama e do ICMBio embarcando no avião da FAB para apoiar o Governo do Estado do Amazonas naqueles incêndios que aconteceram há umas três ou quatro semanas, enfim, duas ou três semanas atrás, que estavam prejudicando, levando bastante fumaça para cidade de Manaus. E, após a solicitação de apoio, o ICMBio e o Ibama mandaram as suas equipes de brigadistas para trabalhar em conjunto com o estado a fim de enfrentar aqueles problemas.

Embaixo, infelizmente, mostra-se aí o trabalho de avaliar a situação dos botos no Lago de Tefé, em que infelizmente acabaram chegando à morte vários indivíduos, o que é um prejuízo para todos nós, mas, pelo que se sabe, tem a ver com o aquecimento das águas, tanto o rebaixamento dos rios quanto também o aquecimento da própria água.

Do lado direito, uma ação também associada à gripe aviária. O ICMBio trabalha junto com o Ministério da Agricultura, com o Ibama, com os órgãos de saúde, exatamente pra fazer frente, quando é o caso de crises, como essa da gripe aviária, que vem acometendo o litoral brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, como vocês viram nas atribuições do ICMBio, também são feitas articulações interinstitucionais pra facilitar o apoio pras populações que dependem do poder público pras suas atividades.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Então, a gente trabalha com diferentes órgãos. Aqui é apenas ilustração. Só queria chamar a atenção dos órgãos estaduais e municípios, sobretudo na parte de educação, saúde e infraestrutura.

Eu vou parar por aqui, Senador, em razão do tempo, mas agradeço aqui a oportunidade pra...

Ah, sim! Só essa informação, se o senhor permitir: o ICMBio hoje tem 1.527 servidores efetivos. Então, apesar de todas aquelas suas atribuições, isso é feito por esse conjunto de 1.527 servidores. Nesse número, a gente tem alguns agentes temporários, mas o agente temporário só fica por dois anos. Então, mostra que é um trabalho muito grande.

Só queria chamar a atenção para essa moça que está de costas aí na foto, que ela era uma voluntária, a Lara, e hoje é membro, como analista ambiental do ICMBio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado pela exposição. O senhor terá oportunidade, nas perguntas, de sempre expor.

Antes de obedecer ao rito, de passar pro Relator, o Senador Marcio Bittar – me permita, Marcio, só uma observação –, eu anotei aqui as palavras: gestão participativa, desenvolvimento nacional. Eu não posso, sob pena de omissão e mesmo de ficar o dia todo ruim no final do mês... Porque nós seguimos o conselho que foi dado naquele vídeo, Senador Mourão, Senador Jaime. Nós seguimos o conselho e fomos visitar uma reserva. Aquele vídeo diz: "Visite". Nós visitamos. E nós voltamos de lá, Sr. Mauro, assustados.

Então, eu vou colocar um vídeo aqui. Esse vídeo é um lado, e a exposição do Sr. Mauro é o outro. Em seguida, vamos começar a nossa sessão de perguntas.

Por favor, o vídeo nº 2. Isso lá na Reserva Chico Mendes, que o ICMBio comanda.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí, Sr. Mauro, é uma moradora, a Sra. Rosângela de Oliveira, ela não tem o direito de criar uma vaca. Ela não tem direito de botar a criança na escola, porque o ICMBio não deixa o Prefeito de Eptaciolândia construir uma escola lá dentro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é para se contrapor ao vídeo que foi mostrado.

Com a palavra, o nosso Relator, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, bom dia a todos.

Sr. Mauro, muito bem-vindo.

Não preciso repetir as palavras que o Presidente Plínio já lhe disse, com a minha presença ali na antessala, mas o objetivo da CPI é fundamentalmente focado na Amazônia brasileira, que é imensa, e no papel das ONGs e do Governo brasileiro nessa relação. Portanto, não tenho pergunta pessoal, mas é preciso a gente esclarecer um assunto que mexe com mais da metade do Brasil, particularmente na Amazônia.

Sr. Mauro, o senhor ou membros da sua família já fizeram turismo na Serra do Divisor?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Olá, Senador! Muito obrigado pela pergunta.

Antes de responder, eu queria me solidarizar com a população do Acre em razão daquele acidente de avião que aconteceu há dois, três dias e chocou a todos nós. Não sei se eram pessoas do Acre ou do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eram seis enterrâneos meus, da cidade de Eirunepé, do Juruá.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Meus sentimentos, Senador.

Não, não conheço a Serra do Divisor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A pergunta tem por objetivo... Eu tenho um grande amigo que é pesquisador, cientista, ele faz todo tipo, ele coordena todo tipo de pesquisa e foi dele que eu escutei, há muitos anos, a frase – não é *ipsis litteris*, mas a frase – de que dados são manipuláveis. Então, toda pesquisa pode ser manipulada.

O vídeo que o ICMBio mostra a visita turística em áreas que não são na Amazônia; é na beira do mar, são os Lençóis Maranhenses, são áreas que têm algum tipo de acesso facilitado, comparado com a Amazônia, que já eram visitadas e que agora continuam sendo visitadas. Mas, na Amazônia brasileira, se tem um lugar que atrai um grupo de turismo, é o Amazonas, particularmente Manaus, o Rio Negro, o encontro das águas, mas, mesmo assim, quando você vai ver no PIB do Amazonas o que é que significa o turismo no Estado do Amazonas, não significa praticamente nada. Então, falar de ecoturismo, seja em reserva florestal, extrativista, o que for, na Amazônia brasileira, quando nem as pessoas que falam disso visitam essa região, fica como uma questão do extrativismo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu dei várias palestras no Acre falando por que o extrativismo vegetal, notadamente o da borracha, havia se acabado. E, depois, no final, Senador Mourão, eu disse assim: "Se tudo que eu disse não serviu de nada, eu vou fazer três perguntas. Quem da sala de aula deseja ser seringueiro levante a mão". Ninguém nunca levantou. Segunda pergunta: "Quem deseja pro seu filho, no futuro, ser seringueiro ou extrativista levante a mão". Ninguém levantou. Última pergunta – isso há 30 anos –: "Quem tem aqui pai, mãe, avô, avó que vieram do seringal?". Muitos levantaram a mão. "Quem deseja vencer na vida e levar seu pai, sua mãe, seu avô ou sua avó para voltar para o seringal levante a mão." Ninguém levantava a mão. Se a reserva extrativista, notadamente aquela que, em tese, vai viver da borracha fundamentalmente, se isso fosse uma atividade econômica rentável, pelo menos alguns parentes, alguns amigos das ONGs, dos órgãos governamentais, que tanto dizem isso, alguma parte deles devia ter como opção econômica essa atividade, mas não tem. Essa é uma atividade para o filho dos outros, para os pais dos outros e para os outros, não é para si, não é para aqueles que propugnam isso.

A outra pergunta... Eu acho estranho quando as pessoas se declaram radicalmente contra o estupro, mas fazem amizade com estuprador. O vídeo que o senhor mostrou tem uma parceria com a Alemanha, com um banco alemão. Não lhe parece estranho o Governo brasileiro fazer, realizar um vídeo como esse que acabou de ser feito, com um órgão preocupado com a questão ambiental, ligado ao Ministério do Meio Ambiente do Brasil, e, ao mesmo tempo, manter uma parceria com aquele que é 40 vezes menor do que o Brasil e que joga mais CO₂ no planeta do que o Brasil, já no ano passado, e que este ano está aumentando porque está queimando carvão? Não lhe parece uma contradição?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Olá, Senador.

Se eu estou entendendo a sua pergunta, aproveito para fazer um esclarecimento sobre esse vídeo. Esse vídeo foi feito em 2021 ou 2022 no máximo, portanto, ainda na gestão passada, mas se dá em razão de uma cooperação que existe entre o lado brasileiro junto ao lado alemão. Essa cooperação é regida pelas leis. Aliás, isso acontece há bastante tempo. A cooperação do Brasil com diferentes países acontece há bastante tempo. Não tem como um país como o nosso prescindir desse tipo de trabalho. Estamos vendo, por exemplo, como é importante na conjuntura atual a cooperação internacional, dada a situação que encontramos. Então, creio que esse é o tipo de apoio que aconteceu, e eu acho que o vídeo, a finalidade dele é mostrar um pouco do que são as unidades de conservação no Brasil e quais são as suas possibilidades.

Evidentemente, nós temos dificuldades, isso eu acho que é importante dizer. A gestão das unidades de conservação enfrenta inúmeros desafios, mas eu creio que é trabalhando em conjunto que nós devemos trabalhar, executar para enfrentar essas dificuldades.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, nós vivemos a era das versões, então eu tenho direito a ter a minha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, Presidente Mauro, isso é um cala-boca que a Alemanha faz costumeiramente. E cala a boca dos órgãos ambientais do Brasil e das ONGs que atuam no Brasil se dizendo preocupadas com o meio ambiente, porque nenhuma delas tem coragem de mirar os países que emitem mais CO₂ do que o Brasil inteiro, que dirá sobre a Amazônia, que é um pedaço – embora muito grande, mas é um pedaço – do Brasil. Pra mim, é uma contradição abissal os órgãos ambientais no Brasil, preocupados com a questão ambiental, com a tal mudança climática, ao mesmo tempo serem financiados, no vídeo – até no vídeo, serem financiados –, por país que, com eu disse e repito, está jogando, mesmo antes de queimar carvão, mais CO₂ no planeta, e agora mais ainda.

Algumas perguntas. Eu vou ler, Sr. Presidente Mauro, uma lista de nomes, e a respeito de cada um deles – vamos fazer aqui um pingue-pongue – eu gostaria que V. Sa. dissesse se conhece; se conhece, qual instituição representa ou faz parte; e qual a sua relação com o indivíduo, se houver. Vai ser aqui um pingue-pongue.

Adriana Ramos.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É para...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim, é pingue-pongue.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Sim, conheço.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Qual instituição representa Adriana Ramos?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Acho que é o Instituto Socioambiental.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O ISA.

Sueli Araújo.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Sueli Araújo eu conheço. Ela foi Presidente do Ibama e é professora, se não me engano, da Universidade de Brasília.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – José Pedro de Oliveira Costa.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – José Pedro de Oliveira Costa eu conheço também. Ele já foi Secretário do Ministério do Meio Ambiente por duas ocasiões distintas e é uma pessoa que trabalha bastante para a Mata Atlântica e outros biomas.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Um dos fundadores do SOS Mata Atlântica, não é isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Acredito que sim, não tenho certeza.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – José Carlos Carvalho.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – José Carlos Carvalho já foi Ministro do Meio Ambiente na época do Presidente Fernando Henrique.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Maristela Bernardo.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Maristela Bernardo foi Consultora Legislativa aqui do Senado Federal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E, por fim, Cláudio Carrera Maretti.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Cláudio Carrera Maretti foi Presidente do ICMBio, já foi Diretor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Há alguma ONG que o senhor conhece e de que ele faça parte? Nacional ou internacional?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – No exato momento, acho que ele está aposentado. Não sei se ele...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ou de que ele tenha feito parte?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Ah, ele tem um longo currículo, né? Então, acho que já passou por diferentes organizações. Não me lembro agora exatamente de qual.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Teria passado pela WWF Brasil?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Acho que sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, todos os nomes citados fizeram parte do Comitê de Busca. O Comitê de Busca foi uma criação da Ministra Marina. Através desse Comitê de Busca, chegou-se ao nome do Presidente do ICMBio.

Então, todos esses nomes que eu citei são de pessoas que militaram ou que militam ainda em ONGs, e muitas delas captam, como é o caso do ISA, recursos externos... Participou, inclusive, da elaboração do novo Censo brasileiro, que eu já disse aqui, em reunião, que é um absurdo total. Nenhuma ONG – a Alemanha, a Noruega, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha – vai aceitar que, recebendo um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

recurso externo, participe da elaboração de uma pesquisa tão básica do seu país, que são os dados elementares, que é o Censo do seu país.

Então, todos esses citados fazem parte, são da relação... Pelo menos o Presidente do ICMBio os conhece. Todos eles fizeram parte desse Comitê de Busca do novo Presidente do ICMBio, que, ao final, recomendou o seu nome, Sr. Mauro.

Diante disso, pergunta-se: qual é o nível de ingerência que as ONGs têm no ICMBio?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, é importante essa sua pergunta, porque permite explicar como é que foi o processo do Comitê de Busca.

Bom, todo Governo tem o direito de indicar os seus representantes, os seus cargos comissionados. É assim, por exemplo, na saúde, na educação, etc. Nesse caso do ICMBio, a Ministra Marina Silva resolveu retomar a mesma iniciativa de quando foi escolhido o Presidente Rômulo, logo no início do ICMBio, que foi constituir um comitê. Esse comitê, tanto naquele caso quanto neste, recebeu propostas, convidou pessoas a apresentar propostas, e, com base em vários critérios, chegou-se, ao final, a uma lista – no meu caso, em torno de 18 pessoas participaram do processo – de três nomes. O comitê não indicou um nome, ele indicou três nomes, e esses três nomes seguiram para a decisão do Governo Federal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Você veja, mais uma vez, como são as versões, não é? Evidentemente que a Ministra Marina, se for tocar no assunto quando vier aqui, ela vai dizer que é uma forma democrática, porque cria um conselho, etc. Só que o conselho é deles. A Ministra indica membros de ONGs, de ONGs de que ela própria fez parte ou de que faz parte: é um clube de amigos. Veja, você acha que esse clube de amigos vai indicar alguém que, por exemplo, discorda de que a reserva extrativista não tenha um grau de autonomia maior do que a que tem? A agenda está fechada.

O senhor não acha que é uma relação estranha, um tanto promíscua um comitê, basicamente de ONGs participarem diretamente da indicação de um órgão tão importante quanto o ICMBio?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, é importante esclarecer que esse comitê foi formado por sete pessoas, muitas delas que passaram pelo setor público. É o caso, por exemplo, de um ex-ministro, é o caso de um outro secretário de biodiversidade. Então, são pessoas variadas.

Eu queria lembrar que, no meu caso, Senador, eu sou servidor público de carreira. Então, acredito que esse é um fato que tenha contribuído para o meu nome chegar a essa lista tríplice, porque acho que é importante que a gestão de um órgão tão grande quanto o ICMBio, responsável por 336 unidades de conservação, seja por pessoas que têm conhecimento do assunto, que têm experiência. Acredito que esse fator é o que tenha levado a meu nome a figurar nessa lista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O que eu quis dizer... Vou dar um outro exemplo. Imagine que tenha um nome, funcionário público de carreira, mas que entenda e que queira assumir o ICMBio e facilitar, através do ICMBio, as licenças para as obras de infraestrutura na Amazônia. Ele não será indicado. Então, vai ser indicado alguém do grupo. O ICMBio está por trás de muitas das inviabilidades, às vezes demorando a dar licença, que é até um outro problema no Brasil. O ICMBio não tem prazo, ou, quando tem prazo, não tem penalidade. Ao não ter penalidade, não tem prazo para soltar licenças. Então, não será...

Olhe só, a Ministra cria um grupo, e aparentemente: "Que coisa bonita, democrática!". Não, não é. O grupo é dela, é o grupo de amigos que vai indicar alguém que pensa exatamente como eles pensam. Isso, no meu modo de enxergar, é deixar com que forças externas se apropriem de estruturas do Governo brasileiro, como é o caso do ICMBio.

V. Sa. possui alguma relação com ONGs que não seja em razão do cargo que ocupa, que exerce?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, eu, como servidor público, trabalho com diferentes organizações que procuram parceria com o ICMBio ou procuram parcerias das diferentes formas, não é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Tá, como eu disse, então, o senhor não possui nenhuma relação com ONGs que não seja em função do cargo que exerce.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Exato.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – V. Sa. já foi contratado direta ou indiretamente por alguma ONG?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, eu comecei a trabalhar na área ambiental ainda no final da graduação, em 1991 para 92, e logo no início eu trabalhei em associações da sociedade civil, mas, quando foi em 1999, eu cheguei ao Ministério do Meio Ambiente e, quando foi em 2009, resolvi o concurso pro ICMBio e, desde então, continuei essa carreira no setor público.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, pra ficar claro aqui pra nossa taquigrafia: o senhor, alguma vez, se licenciou do cargo de servidor público federal que ocupa no ICMBio para trabalhar como consultor em alguma ONG?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Sim, eu tive uma licença de três anos, é aquela chamada licença pra interesse particular, que é qual você não recebe salário.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas, nesse período, trabalhou como consultor de ONGs.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Nesse período fiz diferentes consultorias pro estado, inclusive pro Estado do Acre, do Amazonas... Fiz também para organizações da sociedade civil. Afinal de contas, eu precisava... Não tinha salário, e eu tinha que continuar pagando as minhas despesas.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Correto. Aliás, eu escutei, na aldeia parecis, e eu comentava com o Senador Plínio, como, às vezes, várias pessoas te dizem a mesma coisa, e aquilo não cola no seu cérebro. Lá, eu ouvi de um índio e colou no meu cérebro. Ele disse, com todas as letras: "Não há como preservar cultura de barriga vazia". E ele disse mais: "E, de barriga vazia, vai todo mundo embora da aldeia". Então, ou tem atividade econômica, ou não tem como preservar nada. Não preserva nem a aldeia. Então, claro que V. Sa. tem que trabalhar, tem que sobreviver, como todos nós.

V. Sa. conhece Ana Maria Carvalho Ribeiro?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Conheço.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ela foi sócia, juntamente com o senhor, na empresa Canuma?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Canumã.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Canumã?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Exatamente. No período em que eu estava de licença, eu me associei a essa empresa, exatamente pra poder fazer os meus trabalhos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ou seja, o senhor, como servidor público federal...

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Licenciado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... se licenciou, fez consultoria pra ONG, como também faz parte, com Ana Maria Carvalho, de uma ONG – ou fez parte.

Estou lhe fazendo essas perguntas pra mostrar como os órgãos ambientais do Brasil se misturam com as ONGs. As pessoas fazem parte de ONGs, criam ONGs, vão pro Governo Federal – isso se replica nos governos estaduais também –, ocupam cargos importantes, saem dos cargos importantes, voltam pras suas ONGs, ou mesmo, como eu disse aqui, o maior exemplo: a Marina, quando era Senadora, foi Ministra do Meio Ambiente; como Ministra do Meio Ambiente, junto com Capobianco, um dos fundadores do ISA, ajuda a captar recurso na Noruega pro BNDES e ajuda a decidir pra onde vai esse recurso, qual é a linha pra esse recurso ser aplicado, e as ONGs das quais fazem parte, ou fizeram parte, ou saíram e deixaram seus antigos colegas, são as ONGs que receberem esses recursos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a mesma coisa acontece com o ICMBio. Hoje, o Presidente do ICMBio – e quem deve julgar é a sociedade; eu tenho o meu pensamento – pede licença, ajuda a fundar uma ONG, é sócio de uma ONG, dá consultoria pra ONG, volta pro órgão, vira Presidente, e é pra aplicar uma linha, que é a que nós estamos vendo, particularmente, na Amazônia brasileira.

V. Sa., por meio dessa empresa, recebeu o dinheiro de alguma ONG, a empresa?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, é importante esclarecer que é empresa, não é associação civil. Essa empresa, chamada Canumã, tinha essa associação na qual eu entrei, mas essa empresa foi fechada, porque a Ana Lange se aposentou, e eu voltei a trabalhar no setor público.

Como eu disse, nós fizemos diferentes trabalhos, tanto pra empresa, na área de licenciamento ambiental, por exemplo, como também pra diferentes atividades que acharam interessante a nossa contratação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Veja como é que é: a pessoa é funcionário público federal, faz parte de um órgão que autoriza ou não autoriza licença; se ausenta do órgão – legalmente, tem direito lá, pelos anos –; faz parte de uma ONG que ajuda a fazer pesquisa que orienta o Governo na licença ou não, ambiental, do próprio Governo, e depois volta para o Governo e acaba ocupando a Presidência. Ou seja, o que nós estamos dizendo? As pessoas elaboram a política, fazem as ONGs, ocupam espaço no Governo, que decide – na hora de decidir – que licença vai dar, se vai poder dar licença, baseado em estudos de ONGs de que a pessoa acabou de fazer parte, voltando, depois, para ocupar cargo no Governo.

Bom, o senhor já disse aqui, está subentendido, que, claro, nesse período, o senhor recebeu o dinheiro, até porque não tem como ficar... Saco vazio não para em pé, né?

V. Sa., por meio dessa empresa, só aparece ululante, mas de qualquer forma, especificamente, recebeu algum recurso do Fundo Amazônia?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Desculpa, Senador, pode repetir?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O senhor já disse aqui – e eu concordo – que saco vazio não para em pé, todo mundo tem que sobreviver. O senhor já disse isso, mas o senhor, especificamente essa empresa do... recebeu algum recurso do Fundo Amazônia?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Do Fundo Amazônia? Senador, eu não estou lembrado se tem recebido algum recurso, mas aproveito para fazer um esclarecimento: quando eu falei do licenciamento ambiental, a minha sócia, que é Ana Lange, é antropóloga. Então, ela era contratada, por exemplo, pela Eletronorte, para desenvolvimento daquelas ações decorrentes do processo de licenciamento ambiental. Então, era nesse sentido que havia o envolvimento com o setor empresarial. Não era sobre a licença em si, e, sim, em ações decorrentes do processo do licenciamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, sobre isso vou lembrar que... Mas, de qualquer forma, veja: uma ONG que, por um período, pelo menos, é ocupada por um funcionário público federal, que hoje vem a ser o Presidente do ICMBio – ele, a sua sócia –, enfim, essa ONG ajuda a elaborar as estratégias, as regras do licenciamento ambiental.

Vamos lembrar que as duas últimas usinas hidrelétricas criadas no Brasil, limpas, renováveis – muito mais do que a Alemanha, que está queimando carvão; muito mais do que a Noruega, que tem 51% do seu PIB em petróleo e está aumentando; muito mais do que a Inglaterra, que agora soltou cem novas licenças de estação de petróleo – demoraram mais de sete anos para receber as licenças e, pasmem, receberam as licenças... E aí, pessoas como ela, como essa organização do qual o senhor fez parte, ajudaram a fazer com que nós... o Brasil passasse quase sete anos, ou até mais do que isso, para poder receber a licença para fazer a hidrelétrica. E mesmo assim foi feita fio d'água, contrariando a própria lógica de uma hidrelétrica, que é armazenar água para, no período de menor chuva, ela não parar. Como não foi feito assim, cinco meses, até seis meses no ano, ela para.

Então, veja, as pessoas fazem parte do Governo Federal, se afastam, vão para ONGs que ajudam a elaborar para o próprio Governo, que vai dar a medida para o próprio Governo do licenciamento ambiental de uma empresa, e depois voltam a ocupar cargos como esse, agora Presidente do ICMBio.

Bom, isso aqui já foi.

Qual a relação de V. Sa. com o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, eu vou responder isso, mas deixe eu fazer um esclarecimento: essa empresa da qual eu fui sócio é uma empresa, não é uma outra organização. Ela fazia prestação de serviço. Como eu já havia explicado nesse caso, no caso da Eletronorte, era pra atividades decorrentes do processo do licenciamento. Então, é bem diferente de ONG, como foi comentado.

Com o Pnud, eu, como diretor...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas ela não é uma organização não governamental?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Não, é uma empresa, Senador. O senhor pode olhar na junta comercial. Aliás, a empresa está até fechada, porque, como eu disse, a minha sócia se aposentou, e eu voltei para o serviço público.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k., mas isso não altera fundamentalmente a minha fala. Sendo uma organização não governamental ou uma empresa, o fato é que há essa relação entre pessoas que estão do Governo ou que são do Governo, são funcionários públicos federais, saem, participam de uma empresa ou de uma ONG que ajuda a elaborar política de licenciamento ambiental que demora acontecer no Brasil e, interessadamente, sempre financiada, sempre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por trás disso tem dinheiro internacional, botando, nesse caso específico que eu citei, colocando dificuldades pra se criar hidrelétrica, particularmente na Amazônia; e essas mesmas forças apostam na energia solar, que ocupa muito mais espaço, no lugar de uma hidrelétrica; ocuparia muito mais lugar, dezenas de vezes maior lugar, mas defendem uma energia que, pra nós, é muito mais cara.

Mas a pergunta é se a V. Sa. tem uma relação com o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Então, Senador, eu comecei a trabalhar no Ministério do Meio Ambiente em 1999. Hoje, estou com 53 anos. De 99 a 2023, nesse período por apenas três anos eu fiquei fora do serviço público; portanto, o resto do tempo, trabalhando com a agenda da política ambiental brasileira.

Dentro desses trabalhos, sim, já interagi bastante com o Pnud, assim como com outros organismos, como o ICA, enfim, outros organismos internacionais com os quais o Brasil tem cooperação. Lembrando que o Brasil é parte da Organização das Nações Unidas tanto que agora, por exemplo, preside o Conselho de Segurança.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu tenho mais perguntas, mas vou, atendendo à lógica e à orientação do Presidente, passar a palavra. Nós quatro queridíssimos colegas Senadores da República, os quatro aqui são de regiões, estados da Amazônia. Só não é da Amazônia, nascido lá, mas talvez conheça a conheça mais, como um todo, do que tanto eu quanto o Plínio. Mais que eu admito. Eu conheço mais o Acre, mas o Senador Mourão, pelas funções que ocupou, no geral, conhece mais a Amazônia brasileira do que eu conheço.

Depois temos o nosso Hiran, que é lá de Roraima; o Zequinha, que é do Pará...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Sou do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Do Amazonas, de Tefé. É meu conterrâneo, é amazonense.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Está certo! Mas é Senador pelo querido Estado de Roraima. Ele migrou para Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós cedemos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E o Senador Jaime, que nos acompanhou em audiências externas, representando o estado vizinho, o Estado de Rondônia.

Então, vou passar a palavra para os colegas para eles interagirem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Marcio, pelas perguntas. A gente vai ficar à vontade para acionarmos os nossos outros componentes.

Vai ser pela ordem de chegada, tá bom? Porque eu vi aqui, para que não haja nenhum problema entre nós – jamais: o General – não é pela patente, é pela ordem de chegada, viu General? –; depois, o Senador Jaime, o Senador Hiran e o Senador Zequinha.

Fique à vontade de fazer as suas perguntas, de esgotar; ou só uma, depois volta. Aqui nós podemos, em questão de perguntas, tudo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, nosso Relator, Senador Marcio Bittar, nossos companheiros aqui, Senadores, senhoras e senhores.

Dr. Mauro, bom dia. Só para descontrair, fica tranquilo, está bom? O senhor está meio igual a cachorro em canoa aí, então dá uma descontraída. *(Risos.)*

Vou ser muito objetivo nas perguntas que eu vou colocar aqui para o senhor.

A primeira delas. Uma das missões do ICMBio é participar do desenvolvimento socioambiental. Eu queria que o senhor definisse a sua visão de desenvolvimento socioambiental.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Desenvolvimento socioambiental significa trabalhar com os recursos naturais disponíveis de forma sustentável, trabalhando para gerar emprego, para gerar renda e apoiar o desenvolvimento do país.

De forma muito geral, é isso.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois é, então, gerar emprego e renda, viu, Marcio? Então, quando nós vemos a questão da Reserva Extrativista Chico Mendes, as pessoas que estão na busca de seu emprego e renda estão sendo tolhidas. Então, tem que buscar cumprir a missão do organismo o qual o senhor preside.

Em segundo lugar, o senhor conhece a Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Não conheço toda ela, Senador, mas eu conheço uma boa parte.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois é, essa floresta foi criada no ano de 2006. Naquela ocasião, o senhor ainda pertencia ao Ibama, o ICMBio não funcionava – o senhor era, vamos dizer assim, um dos precursores do ICMBio. E, quando se instala essa floresta, dentro de uma política desenvolvida pelo governo de então de instalar unidades de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação, havia – e ainda existem – mais de 3 mil famílias que ocupam aquela região, que para lá se deslocaram nos anos 70.

O senhor tem algum planejamento em relação aos problemas existentes na Floresta Nacional do Jamanxim?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, muito obrigado pela pergunta, porque permite explicar como é que funciona, qual é a lógica de uma floresta nacional.

A floresta nacional, assim como havia apresentado anteriormente, ela possui um conselho, formado por órgãos públicos e também por representantes da localidade em que ela está inserida, seja setor empresarial, seja município, sejam associações representativas.

E, no caso da floresta nacional, ela tem a finalidade de, dado o próprio nome, facilitar o manejo florestal sustentável. Então, quando essa unidade foi criada, ela tinha exatamente esse objetivo de apresentar uma alternativa econômica, aproveitando a própria floresta. Então, isso significa trabalhar com o manejo florestal, que é uma técnica que mantém a floresta como tal, mas permite a extração de alguns indivíduos, algumas árvores, exatamente para gerar benefícios.

Então, essa é a lógica do manejo florestal comunitário para o qual essa floresta nacional foi constituída.

Ela está em frente à BR-163, então evidentemente que ela sofre da pressão que existe naquela região, e é importante esclarecer que, como floresta nacional, ela é de domínio público.

O que quer dizer isso? Quer dizer que a terra é pública e ela foi criada, salvo engano, exatamente porque toda aquela área no entorno da BR-163, se não me engano no Governo militar, estabeleceu-se que era uma área de terra pública federal. Então, para a destinação dessas áreas é que o Governo de então resolveu constituir algumas unidades de conservação, resolveu criar assentamentos de reforma agrária e, nesse caso, levou à criação da Floresta Nacional do Jamanxim.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, o senhor tem conhecimento, então, dos problemas que estão ocorrendo lá dentro. E a pergunta que eu coloquei para o senhor é exatamente esta: como solucionar o fato de que o senhor tem uma unidade de conservação em cima de pessoas que já estavam instaladas na região e que até hoje continuam lá e é um foco permanente de tensão em relação a desmatamento e queimada?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Sim, eu tenho um conhecimento razoável, não posso dizer que é profundo porque seria leviano da minha parte, mas essa é uma das nossas preocupações, exatamente como o senhor mesmo comentou, o desmatamento que existe nessa área. Como eu disse, aquela terra é pública, federal, foi assim definida pela legislação de então, se não me engano, no ano de mil novecentos e... Enfim, agora não vou lembrar exatamente o ano, mas ela foi...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em 2006 é que foi criada a floresta, não é?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É, a Floresta Nacional em 2006, mas a lei que definiu que aquela porção da Amazônia era terra pública federal foi anterior, foi do regime militar. Mas, de qualquer forma...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Foi de 64, não é?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É, acredito que é isso. Obrigado, Senador.

De qualquer forma, como eu disse, é importante... (*Pausa.*)

O advogado estava me mostrando aqui.

É importante dizer o seguinte, que uma floresta pública é de domínio público. Então, aquelas pessoas que têm título ou que têm a posse mansa e pacífica e cumpriam a legislação na época, evidentemente que elas vão ser totalmente indenizadas, vão ser desapropriadas de acordo com o que a própria legislação estabelece.

Queria lembrar que esse é um dos temas mais importantes para a gestão de unidades de conservação. Tem toda uma legislação dedicada a tratar desse tipo de situação, quando há o caso de a unidade de conservação ser de domínio público, mas eventualmente tem os títulos privados. Então, a legislação trata disso, é bastante sólida nesse sentido, legislação inclusive aprovada aqui pelo Congresso Nacional e que é referência para resolver situações como essa.

No caso do ICMBio, como eu disse, no que se refere à regularização fundiária de uma unidade de conservação de domínio público como uma floresta nacional, ele trabalha exatamente para verificar a titularidade daqueles títulos, a veracidade daquilo. Tem que fazer uma análise de cartório, tem que fazer uma análise em campo, etc. É um trabalho bastante detalhado, cauteloso. Inclusive, o servidor que assina esses processos está sujeito à própria legislação, tem que ser um trabalho realmente muito dedicado e é um trabalho que envolve uma série de pessoas exatamente para promover, tornar aquela unidade de conservação totalmente de domínio público.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, na sua apresentação, o senhor colocou que o seu efetivo é de 1.527 servidores. Quantos destes servidores estão no terreno efetivamente realizando a atividade fim e quantos estão no ar-condicionado?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, nós temos 1.527 servidores espalhados em todo o território nacional. Alguns estão nas áreas marinhas, alguns estão no litoral, por assim dizer – nós temos parques, nós temos reservas –, alguns estão aqui em Brasília e alguns estão na Amazônia. Enfim, ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está... O nosso efetivo está bastante distribuído em diferentes lugares. E é evidente que, em alguns lugares, a carência de pessoa é maior, não é?

Aliás, é até importante dizer que o trabalho feito por esses servidores é o que garante o serviço que o ICMBio presta pra sociedade. É um trabalho muito exaustivo, é um trabalho que envolve técnica, envolve conhecimento de campo e envolve presença no território, seja na fiscalização, seja no que se refere ao manejo integrado do fogo, seja no uso público, como a gente havia apresentado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Esse efetivo é suficiente?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Não, servidor. Senador, desculpa. Esse efetivo, na nossa opinião, precisa ser incrementado, porque, como eu disse, é um trabalho muito intenso, muito complexo e precisa-se ampliar. Recentemente, a gestão atual resolveu chamar, convocar aquelas pessoas que haviam passado no concurso realizado, se não me engano, em fim de 2021 ou início de 2022. Aquele cadastro de reserva foi agora chamado. Então, isso incrementou em torno de 155 novas pessoas, a coisa de um mês, dois meses atrás. Então, isso ampliou a nossa capacidade, mas evidentemente ainda é necessário ampliar ainda mais.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem. Estou satisfeito aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado. Obrigado, Senador Mourão. Pode intervir quando quiser.

O Senador Marcio gostaria de perguntar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só quero deixar uma pergunta, porque, inclusive, se o Presidente do ICMBio, Sr. Mauro, não se lembrar, ele pode... Os seus assessores terão tempo pra fazer essa resposta.

É só esta pergunta: o ICMBio possui alguma relação com a ONG SOS Amazônia, que é uma ONG que atua no Acre, particularmente com relação ao Parque Nacional da Serra do Divisor?

Se o senhor não souber agora, pode, na sequência, alguém do seu...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Depois, então.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Bom dia a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente das ONGs, Plínio Valério...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Da CPI das ONGs.

Cumprimento o nosso Relator Marcio Bittar e o Presidente do ICMBio, Mauro Oliveira.

Sr. Mauro, eu queria dizer pro senhor que nós acompanhamos essa missão lá na Reserva Chico Mendes e o que a gente viu lá não é só esse depoimento dessa senhora, uma mãe de família que queria ter o direito de ler, aprender a ler e escrever, ter direito de que os filhos tivessem acesso à escola, à educação. Eu queria dizer pro senhor o seguinte: quando o senhor falou que... Na sua apresentação, você fala que tem quase 81 milhões de hectares no Brasil de área de preservação. E essa Reserva Chico Mendes é quase, em torno, pra próximo de 1 milhão de hectares. Então, teriam 80 vezes – é isso? – 80 vezes, mais ou menos, a Reserva Chico Mendes.

Eu queria perguntar para o senhor o seguinte: o senhor acredita, na sua mente, que o senhor conhece a reserva? O Senador Mourão fez uma pergunta aqui e o senhor respondeu que tem em torno de 1.507, hoje, colaboradores, dentro do ICMBio. Quantas pessoas hoje estão lá, só do ICMBio, lá na Reserva Chico Mendes, lá do Acre? É uma das perguntas que eu queria fazer.

Uma outra pergunta que eu queria fazer para o senhor é a seguinte: você acredita, você acredita, dentro de si mesmo, que um seringueiro, caminhando sete, oito quilômetros por trilha... E olha que eu conheço, eu sei o que que é mata, sei andar dentro da mata. O senhor acredita que ele tenha condição de sobreviver do extrativismo, recebendo R\$30, R\$40 por dia? O senhor acredita que ele tem condições? Isso é um trabalho digno, quando recebe, quando ele faz isso?

Eu queria que o senhor conseguisse me responder. O senhor fala em 52 mil famílias vivendo do extrativismo, nas reservas, dentro dessas reservas; 52 mil famílias, pelo que eu vi na sua apresentação. Vocês têm a relação, pelo menos, dessas 52 mil famílias que estão lá? Quantas que recebem Bolsa Família? Porque se isso é... Ele tem uma atividade rentável lá dentro, ele tem que ter uma condição digna de sobreviver.

Eu queria dizer mais, Sr. Mauro, é muito fácil, é muito simples as pessoas estarem no ar-condicionado, estarem vivendo bem, numa situação ótima, e você ter conhecimento, quando você chega lá e tem conhecimento da maneira que aquelas pessoas vivem.

Eu até agora estava numa outra Comissão, a Comissão de Meio Ambiente, e cheguei até a levantar essa situação lá. Eu só falo uma coisa pro senhor, do jeito que a gente viu essa situação lá na Reserva Chico Mendes, eu falo pro senhor, se fosse uma empresa da iniciativa privada que estivesse administrando aquilo, realmente uma empresa que tivesse ganhado uma concorrência, uma licitação, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele administrar uma reserva daquela, a hora que o Ministério do Trabalho chegasse pra ver a situação das pessoas que estão lá, o senhor pode ter certeza, o administrador sairia algemado. Ali é trabalho escravo!

Olha que eu estou falando uma coisa pro senhor que eu conheço, moro naquela Amazônia há quase 50 anos. O senhor fala muito aí em plano de manejo florestal. Isso é uma área que eu conheço, Senador Hiran, igual à palma da mão, sou neto de madeireiro. Realmente, vocês têm razão, nesse quesito. O plano de manejo florestal é uma sustentabilidade pra você manter a mata de pé. Só que ele dá resultado até um certo ponto. Agora, da forma que fizeram, pra as pessoas fazerem o plano de manejo e tirarem essa madeira lá na Reserva Chico Mendes, não dá resultado pra eles. Eu fui lá, eu vi de perto. Então, eu queria que você explicasse para nós se vocês acham que essas pessoas podem continuar vivendo nessas condições que elas estão lá, porque eu digo para o senhor: aquilo é um verdadeiro trabalho escravo que existe no Brasil.

Obrigado.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Jaime, muito obrigado pela sua pergunta, porque permite a gente... Acho que tem que reconhecer a dificuldade que é fazer a gestão das unidades de conservação. O senhor sabe que a realidade do interior é muito difícil, nem sempre os serviços públicos chegam a todos que necessitam. Isso acontece na Região Norte, acontece na Região Nordeste, enfim... Aliás, até nas grandes cidades, acontecem as dificuldades de as políticas chegarem. Então, isso também, infelizmente, acontece em todo lugar. Agora, nós devemos trabalhar para exatamente diminuir essas dificuldades.

O ICMBio, como órgão responsável, um órgão gestor das unidades de conservação, tem um papel, mas esse papel é limitado. Então, é fundamental que as outras instituições também trabalhem exatamente para oferecer política pública de segurança, política pública de educação, política pública de saúde e assim em diante. Acho que é fundamental essa parceria para que as populações que estão dentro das reservas extrativistas sejam beneficiadas.

O manejo florestal, como o senhor bem comentou, é um tipo de atividade que tem o seu potencial e vem se desenvolvendo, mas ainda, efetivamente, precisa ser ampliado, precisa ser dinamizado. Nós precisamos ampliar esse tipo de frente. E outras atividades... Ali a gente mostrava, por exemplo, o manejo do pirarucu, que acontece em algumas comunidades da Amazônia, dentro de unidades de conservação, de reserva extrativista, mas também fora de reserva extrativista. É uma atividade também que vem acontecendo já com bastante conhecimento, inclusive das próprias populações, e que vem dando resultado muito significativo, a ponto, por exemplo, do pirarucu já ter sido levado para a cidade do Rio de Janeiro para mostrar como esse peixe da Amazônia pode beneficiar as comunidades e pode ampliar, inclusive, o nosso cardápio de oferta.

Então, eu creio que nós devemos trabalhar para que essas dificuldades sejam superadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à pergunta do Senador Marcio Bittar em relação a SOS Mata Atlântica...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – SOS Amazônia.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Desculpa, SOS Amazônia.

Sim, nós temos o ICMBio junto com um projeto... Por meio do projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, foi feita uma licitação, um processo seletivo, e essa instituição foi chamada para trabalhar a implantação participativa de 102 hectares de sistemas agroflorestais dentro da reserva extrativista.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – O senhor poderia dizer qual o valor desse contrato?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – O nosso advogado está me lembrando aqui que essa seleção não foi feita diretamente pelo ICMBio, porque o ICMBio não é o gestor desse contrato. O valor eu vou procurar aqui e informo para o senhor daqui a pouco.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Apenas para... Por favor, depois me passa o valor. Passa para a Comissão o valor.

Você veja como são as coisas: SOS Amazônia, uma ONG. Essa ONG recebeu do Governo do estado R\$4 milhões em dois anos. E eu tinha a informação, agora confirmada pelo Presidente do ICMBio, de que ela é uma ONG que também foi contratada pelo ICMBio, claro, processo de licitação, etc., como eu sempre digo, é um processo de licitação árduo, mas, entre eles, são ONGs que pensam aquilo que é comum de todas elas e tal. Aí ela é contratada pelo ICMBio pra ajudar a administrar, enfim, a Reserva Serra do Divisor. Essa ONG é uma das que entraram na Justiça, no Ministério Público Federal, e o Ministério Público Federal, atendendo essas ONGs, entre elas a SOS Amazônia, está, na prática, proibindo que a BR-364 tenha sua continuidade ligando o Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, do lado de lá, isolando eternamente essa região e, em mantendo essa decisão, condenando à pobreza, que é pobre, pro resto da vida, porque não há nada que aquela região possa produzir pra tirar pra Rio Branco ou pra Porto Velho, Rondônia, porque o frete já inviabiliza tudo.

Então, veja, ONGs que recebem recurso do Estado brasileiro entram no Ministério Público Federal, que é outro objeto do estudo da CPI, entram no Estado brasileiro, entram no Ministério Público Federal, que acaba executando política pública mais até do que os Prefeitos, Governadores e até o Presidente da República, financiadas com dinheiro público.

Depois que o senhor tiver o valor, passe pra CPI, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Jaime quer complementar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só queria... Sr. Mauro, se o senhor pudesse só responder quantas pessoas o ICMBio tem lá na Reserva Chico Mendes. E se o senhor... Eles têm lhe informado de que maneira aquelas pessoas que estão vivendo do extrativismo, qual a maneira como aquelas pessoas... Se estão vivendo de forma correta ou incorreta, como é que está, o que tem que fazer com aquelas pessoas?

Obrigado.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Faltou eu esclarecer esse ponto, Senador.

Eu vou checar o número exato de quantos servidores o instituto possui, porque lá nós funcionamos por meio do Núcleo de Gestão Integrada, então, são duas unidades de conservação geridas de forma conjunta. Então, eu vou arriscar um número aqui, que pode ser, depois eu confiro, em torno de seis pessoas, seis servidores, talvez seja mais. E nós temos também, além desse número, aqueles agentes temporários, que são os agentes temporários, como, por exemplo, os brigadistas, que nos apoiam nas diferentes ações. Eles são servidores temporários, assim que diz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Estou sendo alertado aqui que, no caso do Chico Mendes, nós temos 15 servidores efetivos, mais um com cargo eletivo e tem também aqueles que são os agentes temporários. Essa é a equipe que faz o trabalho do dia a dia, lá dentro da unidade de conservação.

Em relação às condições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Oi?

O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO *(Fora do microfone.)* – São 30 temporários.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – São 30 temporários. Estou sendo... Ainda bem que o Dr. Daniel está aqui me dando as informações.

Então, são 15 servidores permanentes e 30 servidores temporários, são agentes temporários ambientais. Eles trabalham exatamente pra conservação daquela área, pras diferentes frentes de ação que existem dentro da unidade.

Em relação à situação das famílias, a Reserva Chico Mendes, como o senhor mesmo comentou, é uma área de quase 1 milhão de hectares. A nossa estimativa é de que nós temos ali em torno de 3 mil famílias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é difícil eu dizer para o senhor aqui quais são as famílias que estão mais ou que estão menos atendidas. Eu tendo aí a perceber que, como é no interior do Brasil, tem muitas dificuldades para essas famílias, mas eu acredito também que a gente tem que trabalhar para superar esses gargalos. Então, o ICMBio, por exemplo, trabalha com a implantação de sistemas agroflorestais...

Aliás, Senador, já respondendo à sua pergunta sobre a SOS Amazônia, ela não é contratada pelo ICMBio, não é recurso do Orçamento Geral da União que foi repassado por essa organização. Isso veio por meio de um projeto, o projeto GEF, e aí, sim, ela foi contratada por meio desse processo. E é exatamente para fazer a implantação de sistemas agroflorestais num total aqui previsto de 102ha.

Então, eu acredito que atividades como sistemas agroflorestais, a diversificação da agricultura, o incremento de atividades como, por exemplo, aquela que provém da pesca... Aqui mostrava um caso do pirarucu, mas tem outras, tem diferentes outras atividades. Eu acredito que uma área como a Reserva Chico Mendes tem diferentes oportunidades e podem ser úteis exatamente para melhorar a qualidade de vida dos seus moradores. Mas, como eu disse, as dificuldades existem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Certo.

Senador Jaime, me permita, na sua pergunta, fazer um pedido ao Presidente do ICMBio: pelo amor de Deus, não aumente o número de fiscais na Reserva Chico Mendes, não – pelo amor de Deus, não aumente. Olha só o motivo: poucos que tem lá já fazem isso, imagina se aumentar.

O vídeo número 4, por favor.

Se aumentar, está todo mundo ferrado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Fuzil é 47. Imagina se aumentar o número de fiscais, Jaime. No final, a gente vai apresentar outras soluções que não aumentar os fiscais, que são...

Sinceramente, Sr. Mauro, eu esperei esse tempo todo e ia esperar até o final... A minha mulher não resistiu e passou uma mensagem aqui. Eu pensei que o senhor fosse me dizer alguma coisa para eu falar para aquela Sra. Rosângela, algum recado que a gente pudesse... porque ela partiu os nossos corações, de todos nós, de todos nós que estávamos lá. Eu esperei, eu achei que o senhor ia dizer: Ah, a Sra. Rosângela... Eu já esperei bastante. O senhor não tem nenhuma coisa para dizer para a Sra. Rosângela nem para esse rapaz? A gente só fala da mão que pune. É o tempo todo: só a mão que pune, a mão que humilha, a mão que esfaleta, e a gente não tem uma mão que doa, que dá, que fale de solução. Então é exatamente isto que a gente vai trabalhar no nosso relatório: soluções, luz nessa escuridão. Eu não pude esperar. Eu ia esperar até o final, mas vi que realmente o ser humano não vale nada para o ICMBio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou passar a minha vez, eu vou inverter com o Senador Zequinha, porque ele tem...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim. Vocês sinalizaram, e eu não entendi.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... uma pauta noutra Comissão. Eu vou inverter com ele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Zequinha, sempre participando. Obrigado mais uma vez pela sua presença, Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Gratidão, Senador Hiran, por entender a nossa correria, muito obrigado.

Saudações ao Dr. Mauro, ao seu assessor, a V. Exa., que preside esta Comissão, ao Senador Marcio Bittar pela relatoria e pelo empenho em buscar a essência das coisas.

Presidente, eu tenho aqui algumas colocações, mas eu me sinto contemplado nas interrogações já feitas até agora.

Só quero repetir muito pouca coisa, mas eu gostaria de tentar um acordo com o senhor aqui para o senhor nos receber administrativamente no instituto.

Por exemplo, o meu primeiro ponto é com relação às reservas extrativistas, as Resex. Lá no Pará – e eu não quero aqui... O problema é nacional, depois tem a Amazônia, mas, dentro da Amazônia, o Estado do Pará, que já é muito grande, lá já tem problemas sobrando. As Resex do Pará, não está dando para sobreviver da atividade extrativista. E eu quero tratar com o senhor. Não sei se teríamos que alterar a Lei do Snuc, alguma coisa, mas a gente precisa permitir, dentro da filosofia do extrativismo, acrescentar mais alguma coisa em termos de produção. Não dá para sobreviver, assim como na Chico Mendes e em N outras por aí fora, lá no meu estado, você não tem uma Resex que dê viabilidade de sobrevivência para a população. E tem umas piores do que as outras. Então, eu quero ser recebido por V. Exa. para tratar disso.

Segundo ponto. Gostaria muito de também, nessa mesma reunião, tratar sobre a organização dos conselhos; tratar sobre a organização dos conselhos gestores – é como se chama, não é? –, do conselho constituído lá pela comunidade e por outros órgãos para funcionar. Esses conselhos, aqui e acolá, são muito – no meu linguajar interiorano – muito perrengues, mas tem outros que são políticos e que excluem os habitantes, os moradores, e não podem fazer isso. Eles não podem ser partidários; eles precisam ser ali





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucionais para que contemplem a necessidade e a demanda de todo mundo que mora dentro. Então, além de a gente tentar uma forma de ir lá e regularizar e atualizar...

Já foi falado aqui, no Pará, na Flona Jamanxim, que é o último assunto que eu quero tratar com o senhor.

Mas nós temos, por exemplo, a Terra do Meio, São Félix do Xingu – já ouviu falar? Essa região tem muita coisa ali. E aquilo nunca se terminou, nunca tem alguma coisa definida. Fica aquele negócio no meio da estrada, não vai nem vem, quer dizer, a gente precisa dar um... administrativamente, resolver aquilo e criar os conselhos e ajeitar, não é?

E, por último, um assunto que também quero levar a V. Exa. é a Flona Jamanxim. Como paraense, eu tenho a obrigação de conhecer a realidade de cada buraco do meu estado. Quando foi criada a Flona Jamanxim, teve uma discussão, se seria 50km afastada da rodovia, da BR, se não seria. Terminou-se criando nas margens da BR-163. E pegou, não sei lhe dizer exatamente o número, mas foi um número significativo de propriedades. Se eu estou falando de floresta, porque é que eu pego fazenda de capim braquiarão? Eu vou só me meter com problema, não é?

Porque o cara está ali, o cara foi levado pelo Governo há uma década, não sei quando aí atrás, 80, 70, 90... Quando o Governo gritou, levou todo mundo, botou ali, jogou, abandonou e foi embora. Aí hoje vem uma Flona, em 2006, cai na cabeça desse povo, e amanhã eles aparecem na mídia como invasores de reserva ambiental, e isso é crime! Então, o cara anoitece um cidadão normal, com o nome limpo, e amanhece um criminoso.

O que nós discutimos muito ali, e já avançamos bastante aqui... O Presidente Temer, em 2017, quase resolveu aquele problema. Era um projeto de lei que está pronto aqui – foi abandonado naquela época – que exatamente tirava as fazendas que são capim, não é floresta, é capim, pasto pro gado... Esses caras estão lá não é de ontem, não, estão lá há tempo. Então, tirar essas fazendas do meio, e o resto, já que não pôde fazer o que foi debatido na época, afastar 50 quilômetros e passar a linha reta, que seria a medida mais inteligente, menos encenqueira, acho que não tinham que discutir... Mas, quando eu jogo uma reserva, uma Flona em cima de uma fazenda, vou arrumar briga na mesma hora, porque o cara diz: "Não, eu cheguei aqui em mil novecentos e não sei o quê, foi meu pai que me passou isso". O outro: "Foi meu avô, e agora o Governo que me trouxe pra cá. Eu era gaúcho, eu era não sei o quê, era paranaense, era da Bahia"... Quer dizer, a gente arruma uma briga desnecessária.

Então, seria muito importante, racionalmente, a gente ver como tratar esse povo, porque parece que a Lei 9.985, de 2000, manda indenizar, não é? Manda indenizar, e ninguém indenizou.

Essa turma lá sobrevive, porque eles são duros e não têm pra onde ir, mas o que esse povo pega de pancada, de polícia, de tudo que acontece ali é um negócio de louco – é um negócio de louco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de tratar, e tenho certeza de que outros Senadores aqui... Cada um tem a sua dor no seu estado e tem casos – eu tenho certeza – semelhantes. Vamos usar a lógica, o raciocínio pra não ficar dando problema pra quem já estava ali na luta pra sobreviver.

"Ah! A terra é pública." É. Por que a terra é pública? Porque o Governo que levou e distribuiu esse povo ao longo da 230 e da 163 esqueceu que botou gente lá e que esse povo precisava trabalhar e ter direito na sua terrinha. A única coisa que o Governo fez lá foi dizer: "Olha, tem que desmatar a metade. Quanto é que você vai pegar aqui?". "Olha, vou pegar aqui cem alqueires", que é o linguajar nosso lá. Um alqueire é 4.84 hectares. "Pega cem alqueires, e tem que desmatar 50, senão nem fala comigo sobre regularização." Essa era a concepção daquele tempo. As coisas mudam. E o cara abriu, né? Não regularizou, não tem título, porque não tem título, não se faz título nem lá e nem na Lua. Se tivesse, o cara tinha ido atrás.

Então, eu queria discutir com o senhor racionalmente, tranquilamente. Isso não é um problema de partido, não é um problema disso, de ser... Não, isso é uma questão de gestão.

Eu sei que o instituto é o que toma conta, não é ele que cria a reserva, não é? Não é ele que cria a reserva. Ele toma conta das reservas criadas, mas aí, junto com essa reserva que foi criada pelo mesmo Governo aqui, vai o problema, e esse problema cai no colo dos senhores lá, que precisa ser pensado, não é? Precisa ser trabalhado, eu não sei de que forma. Mas eu entendo que o Governo também precisa desse sentimento social que abarca a vida do cidadão que está lá na luta para sobreviver.

Então, eu queria pedir ao senhor que nos receba. Nós vamos levar essas três coisas para lá, para ver de que forma a gente encaminha... Posso trazer lideranças, posso trazer pessoas, posso trazer quem o instituto quiser para a gente conversar e para a gente achar o encaminhamento dessa solução, que de repente não é rápida, porque... Mas é possível.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. Mauro.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Zequinha, vou aproveitar para dizer que o senhor sempre será bem-vindo lá no ICMBio. Já tivemos a oportunidade de nos encontrar e tratar de assuntos relativos ao próprio instituto. Estaremos abertos, assim como aos demais Senadores e Parlamentares que queiram discutir os assuntos que se referem ao próprio ICMBio.

Aliás, isto é importante dizer: nós, como servidores públicos, nós trabalhamos de acordo com a legislação, não somos nós que fazemos a legislação, nós trabalhamos com os procedimentos, com as normas. Então, por exemplo, no caso da indenização, já tem todo um regramento que diz, então, se eventualmente, no caso da Floresta Nacional do Jamanxim, alguém possuir título, alguém possuir aquela posse, e isso está lastreado no processo de regularização fundiária, ele vai ser indenizado, vai poder...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, se ele eventualmente recorrer à Justiça – e às vezes isso acontece –, vai ser o Poder Judiciário que vai deliberar sobre os recursos.

Então, essa é uma das atividades, como eu falava, das mais, digamos assim, bastante normatizadas, porque, como se refere a algo que tem a ver com recurso público, não poderia ser diferente. Isso é para o ICMBio, mas é também para os demais órgãos que trabalham com a questão fundiária em todo o Brasil.

Mas o nosso interesse é exatamente trabalhar para que a gestão da floresta seja a melhor possível, que aquilo se transforme num polo de desenvolvimento para aquela toda região. Por isso é que, quando essa floresta nacional foi criada, está lá no objetivo dela dizendo o interesse de investir no manejo florestal, permitir o mecanismo das concessões florestais, que é um mecanismo em que as empresas privadas podem concorrer; e, uma vez ganhando a licitação, elas trabalham para o manejo daquela área, isso gera emprego na região. Ali era, inclusive, para ser um chamado polo de um distrito florestal sustentável, que eu acho que é exatamente na linha do que o senhor acabou de comentar.

Então, vai ser de nosso total interesse a gente trabalhar junto para enfrentar problemas como esse, como também da Terra do Meio, que o senhor acabou de comentar. Ali nós temos um conjunto grande de unidades de conservação, estações ecológicas, temos APA (área de proteção ambiental), temos reservas extrativistas. Isso só evidencia, Senador, como o trabalho do ICMBio não é um trabalho simples. São 1.527 servidores somados àqueles agentes temporários. Aliás, é importante reconhecer o trabalho desses agentes temporários, que têm ajudado bastante, mas é um trabalho de apoio. O trabalho típico mesmo, do dia a dia, assim, digamos, da gestão é feito pelos servidores permanentes, que enfrentam as dificuldades, como foram comentadas aqui.

Agora, o nosso objetivo é o de trabalhar para que os conselhos das unidades de conservação tenham a melhor participação possível. Aliás, isso está na lei, não é nem desejo. Isso é obrigação legal que nós devemos trabalhar pra cumprir.

Eu queria aproveitar, Senador, pra fazer uma referência... Eu vi o vídeo ali, e apareceu o nome da pessoa chamada Romário, dizendo que um servidor do ICMBio havia apontado um fuzil ou AK-47... Bom, não entendi, mas, de qualquer forma, eu queria só esclarecer que, dentro do ICMBio, nós não possuímos esse armamento pesado. Isso não acontece. Agora, em atividades de fiscalização, a depender das circunstâncias, exatamente pra evitar alguma situação de conflito, às vezes, os órgãos de segurança também participam: ora é a Polícia Federal, se há indícios, por exemplo, de ilegalidade; ora é a polícia do estado – é assim feito, por exemplo, com a polícia do Estado do Acre, com a polícia do Estado do Amazonas –; ora é a PRF. A PRF também é um organismo que sempre tem trabalhado em conjunto. E, claro, aí, sim, eles possuem o armamento. Mas não é do nosso armamento, digamos assim, um fuzil e muito menos enfrentar essa situação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não posso dizer, não conheço o caso concreto, mas queria dizer que também o ICMBio possui diferentes órgãos, instâncias de governança, exatamente pra coibir qualquer excesso. Nós temos a nossa auditoria, nós temos a corregedoria, nós temos, enfim, controle tanto dentro como também controle externo. Temos a CGU, temos o próprio Parlamento, por meio do Tribunal de Contas da União ou diretamente, e eu acredito que essas instâncias, em havendo alguma irregularidade, em havendo algum abuso, creio que isso pode ser resolvido, porque esses mecanismos são criados exatamente pra fortalecer a governança e o trabalho do ICMBio, que é, como eu disse, de promover o desenvolvimento socioambiental, trabalhar pra consolidação dessas unidades de conservação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tem também o depoimento de fiscais do ICMBio, com foto, serrando ponte construída pelos comunitários.

Nós vamos entrar em contato, mais cedo ou mais tarde, com a Sra. Rosângela. Tem algum recado pra ela? Ela vai poder criar uma vaca pra tirar leite pra dar pro filho? E o Prefeito Sérgio Lopes, de Epitaciolândia, que está há um ano querendo construir uma escola lá dentro também, e o ICMBio não deixa. Tem alguma coisa pra dizer pra eles? Eu vou visitá-los, eu vou telefonar pra eles... Tem algum recado que eu possa dar, senhor?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, em relação à escola, por acaso, eu tenho aqui um ofício do dia de 7 de dezembro de 2022, assinado pelo Prefeito Sérgio Lopes de Sousa, Prefeito de Epitaciolândia, fazendo exatamente esse pedido pra construção de uma nova escola numa área em que já havia uma escola. Pelo menos é o que ele escreveu aqui, ó: "Frisamos que já existe uma escola construída no local, de nome José...".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que atende a 70 alunos. Fica a 20km lá da Sra. Rosângela.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – "Frisamos que já existe uma escola construída no local, de nome José Joaquim Meireles. Porém, por ser muito pequena e sem estrutura, inadequada para atender à grande quantidade de crianças, jovens e adolescentes da comunidade, é que surgiu a necessidade de um novo pedido."

Então, esse pedido foi, como eu disse, dia 7 de dezembro, ele está sendo tratado pelo instituto. Recentemente, a prefeitura já apresentou nova documentação, e eu acredito que agora, em novembro, já será feita a vistoria *in loco* onde será construída essa escola, e o município terá, estando tudo de acordo com a própria legislação, o município terá essa escola.

No caso da D. Elisângela, eu, infelizmente, estava ali, na outra sala, e não escutei exatamente o que foi dito, mas, pelo que o senhor resumiu, está se falando da questão de criação de vaca, para alimentar a criança, uma coisa assim. Eu queria dizer que dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes é possível desenvolver uma série de atividades, cada... De acordo com o plano de utilização aprovado em 1995, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não me engano, diz que cada colocação pode ter até 30ha – ali da sua colocação. Colocação, digamos assim, é o tipo de arranjo fundiário, por assim dizer, entre as famílias. É possível, dentro dessa área, fazer a criação de bovinos. Então, assim, isso não é problema.

O problema que nós temos percebido é que o desmatamento cresceu vertiginosamente nos últimos anos. Aliás, nem somos nós, é o próprio Governador Gladson – não é? –, Governador Gladson Cameli. Ele recentemente assinou um decreto dizendo, estabelecendo emergências ambientais nos municípios do Acre, exatamente por causa do aumento do desmatamento acontecido nesses últimos tempos. Eu faço questão de pegar – porque eu acho que ajuda a mostrar como a situação é um pouco preocupante, né? –, aqui, o Decreto 11.271, de 4 de julho, Senador, de 4 de julho de 2023, assinado pelo Governador do Acre, Gladson de Lima Cameli, em que ele diz claramente o seguinte: "Declara situação de emergência ambiental em decorrência do desmatamento ilegal, queimadas, incêndios florestais e degradação florestal nos municípios de [vários municípios, alguns deles dos quais a Reserva Extrativista Chico Mendes faz parte, entre eles] [...] Brasileia, [...] Sena Madureira [...] e Xapuri". Ele diz aqui claramente... Olha o dado que ele nos apresenta. Isso aqui são palavras do Governador, escritas no *Diário Oficial do Estado*: "[...] o incremento do desmatamento no [...] Acre no último quadriênio [...], em relação ao anterior, foi [de] 127% [...] [a mais do que no período anterior]".

Então, isso evidencia que essa preocupação em relação ao desmatamento dentro da reserva extrativista é algo que merece atenção de todos nós. E é por causa disso que o ICMBio tem, neste ano, incrementado a atividade, a sua presença no território, exatamente porque a reserva extrativista tem uma razão de ser, e a razão de ser dessa reserva é aquilo que foi falado, o que eu falava ali logo no início, quer dizer, beneficiar as famílias extrativistas dentro da área. Então, esse tipo de ocupação desordenada acaba levando prejuízo para aquela própria coletividade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É uma pena que eu não tenha trazido a cartilha do plano de utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes. A gente conseguiu um exemplar, não tem como... Está aqui.

Pode tudo, desde que o ICMBio aprove. A família tem que ter plano de manejo, tem que contratar... Imagina só: o seringueiro, Senadora Damares... É R\$3 o quilo da seringa. Ele colhe, no máximo, 5kg por dia. Aí vem o subsídio, que não chega. Ele vai poder contratar alguém para fazer seu plano?

O ICMBio permite, mas ele... Lá, eu acho que é no 40... Isso aqui não é a minha cartilha. É no 40, Antônio? Eu acho que o art. 40 diz que tem que fazer isso, isso, isso, isso e aquilo. E a pessoa que ganha R\$15 por dia, se não estiver doente – se não estiver doente –, não tiver a infelicidade de adoecer, porque lá da reserva só sai doente se for na rede, carregando na rede.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sai de carro, não sai de motocicleta nem de bicicleta, tem que carregar na rede, mas o desmatamento tem mais atenção. O Sr. Mauro está dizendo isso, que tem que olhar o desmatamento, mas não tem que olhar o ser humano não; ele pode morrer numa picada de cobra sem direito de sair.

Aqui eu não estou encontrando o artigo que diz onde eles podem tudo. Eu vou localizar até o final. Pode tudo, como ele está dizendo, desde que o ICMBio aprove. E é um negócio – depois localiza para mim – de louco. Eu acho que entre essa... São dois mundos. Dr. Hiran, já estou passando, vai falar, Zequinha... São dois mundos: o mundo de quem senta à minha esquerda aqui, na CPI, e o mundo nosso aqui à direita, com todas as contradições.

Nós temos o Senador Dr. Hiran, o Senador Beto, o Senador Weverton – saudando-o aqui, que não é membro da Comissão; obrigado pela presença – e a Senadora Damares, que é o nosso mais recente membro da Comissão.

Zequinha, você quer finalizar para eu passar para o Dr. Hiran?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só para complementar, rapidamente, Presidente.

Uns de mais, outros de menos: Marajó tem uma reserva. O pessoal precisava construir uma igreja. O cara não permite, não deixa construir uma igreja, porque aqui... Olha o tamanho do terreno para se construir uma pequena igreja! Mas, do outro lado, ele deixa o cara desmatar. Então, precisa dar uma regulada em quem toma conta disso e dar transparência nessas... É por isso que eu digo: é um assunto administrativo que precisa ser colocado em prática, porque, se o cara vai desmatar, dificilmente ele desmataria se não tivesse a aquiescência do cara que toma conta da unidade, porque senão ele gritaria, iria no Ministério Público, faria aquela zoadinha danada pro cara não desmatar.

O outro aqui quer construir um trequinho, digamos 30 por 15, e não tem como fazer isso, que é pra comunidade Resex ali poder se congregar. Tem uns que acham que não tem alma, mas a grande maioria acha que precisa temer a Deus ou cultuá-lo e assim por diante. Isso é uma necessidade básica do ser humano. Então, é importante que a gente regule isso, pra evitar constrangimentos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Dr. Hiran, por favor.

Depois, Senador Beto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Plínio, Senador Jaime Bagattoli, Presidente Mauro, Senadores e Senadoras aqui presentes, minhas saudações.

Eu quero primeiro fazer um questionamento de maneira mais geral, Presidente Mauro. Nós, há pouco tempo, tivemos a publicação dos nossos investimentos no Plano de Aceleração do Crescimento do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso país. O PAC vai investir, lá em Rondônia, R\$29,6 bilhões, e, surpreendentemente pra todos nós, as obras de recuperação da 319 ficaram de fora do PAC. Eu e meu querido amigo Plínio, nós lembramos de 1977, 78, que nós íamos de Manaus a Porto Velho numa estrada absolutamente asfaltada, e essa estrada se deteriorou ao longo do tempo por pressão de órgãos ambientais pra que a gente não conseguisse mantê-la. E isso determinou a condenação dos nossos Estados do Amazonas e de Roraima a não estarmos integrados, Presidente, ao nosso país hoje.

A minha primeira pergunta é se o senhor tem consciência – o senhor conhece bem a Amazônia, o senhor tem consciência – de que o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio têm atrapalhado deliberadamente os investimentos de recuperação nessa rodovia, que, eu volto a dizer, é fundamental, é a única maneira de nós nos integrarmos ao Brasil? Nós estamos condenados ao isolamento, assim como nós fomos condenados ao isolamento também, Presidente Plínio, Bagattoli, Senadores e Senadoras, quando nós fizemos uma licitação para a interligação da nossa Hidrelétrica de Tucuruí com Roraima, porque lá nós gastamos uma hidrelétrica por ano com diesel, e nós fizemos uma licitação há 13 anos, e nós tivemos o retardamento dessa obra por questões ambientais e indigenistas. Só agora, no ano passado, nós conseguimos destravar o início da construção desse linhão.

Então, a primeira pergunta a V. Exa.: o senhor tem convicção, porque isso já foi dito, inclusive eu posso até colocar aqui, pelo próprio Governo, de que a 319 não foi colocada no PAC por conta de problemas ambientais que se iriam encontrar na política de preservação dessas áreas através do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio?

Essa é a primeira pergunta. O senhor pode me responder, por favor?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Por dever de ofício, é importante esclarecer que o ICMBio não é um órgão licenciador. Nesse caso, como o Senador está se referindo à BR-319, essa é uma obra licenciada pelo Ibama. Até onde eu sei, Senador – posso estar equivocado, porque eu não acompanho totalmente –, essa obra está dentro do PAC, para análise de estudos, uma coisa assim.

Mas, de qualquer forma, seja de uma forma ou de outra, o ICMBio não é o órgão que cuida dessa matéria. Essa é uma atividade a ser licenciada, e, portanto, é preciso verificar o que é que tem acontecido ao longo desses anos. Como se trata, como o senhor mesmo comentou, de uma obra já de algumas décadas, provavelmente devem ser algumas dificuldades que ainda não foram superadas. Eu acredito que, uma vez superando esse tipo de situação, o processo de licenciamento deve seguir normalmente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Essa é uma luta nossa de mais de 40 anos, meu Presidente. Essa questão ambiental tem atrapalhado, de maneira deliberada, a manutenção e reconstrução dessa rodovia. É bom que fique claro isso aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também perguntar a V. Exa.: esta CPI recebeu uma denúncia de que o ICMBio não atualiza o cadastro dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, desde 2009. O senhor poderia explicar por que e se o senhor não acha que essa omissão constitui uma ilegalidade importante, Presidente?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Obrigado, Senador, pela pergunta, porque permite fazer um esclarecimento sobre o cadastro.

Como é que funciona uma reserva extrativista, de acordo com a legislação? Então, uma vez criada aquela instituição, uma vez, naquela unidade de conservação, instalado o seu comitê, o seu conselho deliberativo, que é formado por prefeituras, formado por órgãos do estado, do próprio Governo Federal e também por representação local, aí, sim, se parte.

Então, nós temos uma instrução normativa, que é a Instrução Normativa 35, de 2013, que estabelece como que deve ser o perfil dos comunitários. Esse perfil é uma discussão feita pelas próprias associações, pelas próprias famílias, que decidem de que tipo de perfil são as famílias a serem beneficiadas. Então, define-se, é uma discussão muito local. Uma vez definido pelo... Enfim, se chega a essa proposta, depois ela é aprovada no próprio conselho, é aprovada no ICMBio, passa pela Procuradoria federal da República para saber se ela está realmente de acordo, e aí, uma vez aprovado o perfil, é que vem, então, o levantamento das famílias que se adequam àquele perfil.

No caso da Chico Mendes, tem razão, o cadastro que nós temos é de 2009. Foi feito um outro levantamento entre 2018 e 2019, mas, recentemente, conversando com os nossos servidores, nós conseguimos avançar nesse processo. O Conselho Deliberativo vai se reunir agora, já no fim de novembro, se não me engano na data do dia 29, e vai deliberar sobre esse perfil. Uma vez aprovando, nós temos as condições de aprovar exatamente o novo cadastro, que eu acredito que, logo nos primeiros meses de 2024, estará concluído, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

No cenário do meu estado, Presidente, o senhor conhece muito bem, já que o senhor conhece a Amazônia, Roraima tem 10,365 milhões de hectares, isto é, 46% do nosso território são reservas indígenas, 33 reservas indígenas demarcadas. Eu volto a dizer, eu não estou enganado – o senhor não está ouvindo mal, não, viu, Senador Bagattoli? –: 46% do nosso território são reservas indígenas. Mas não é só isso. Mais 4,365 milhões de hectares são áreas de conservação consolidadas. Considerando essas áreas de conservação, essas áreas indígenas, subtraindo as reservas legais, áreas de preservação permanentes, núcleos urbanos e áreas inapropriadas, o estado tem, Senador Bagattoli, Senador Weverton Rocha, 9% do seu território, só, apto a atividades agropecuárias, que são a nossa atividade mais importante, depois, o setor de serviços.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntaria ao senhor: o ICMBio, recentemente, emitiu um parecer favorável à expansão de áreas de conservação no Estado de Roraima. Quais foram os critérios que foram utilizados nesse parecer? E se o senhor tem noção do impacto disso, e quantas famílias foram afetadas por essa decisão?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador Hiran, o ICMBio se manifestou sobre a criação ou ampliação de unidades de conservação no Estado de Roraima que foram criadas ou expandidas há pouco tempo. Se eu me lembro aqui, de cabeça, no caso, era a Floresta Nacional... Bom, agora me fugiu o nome, mas era uma floresta nacional criada ainda nos anos 60.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vou lembrar ao senhor: Floresta Nacional do Parima.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Parima, exato.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E Estação Ecológica de Maracá e Viruá.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Viruá, exato. Obrigado.

Então, essa Parima era uma reserva florestal – este era o nome: reserva florestal – criada ainda nos anos 60. A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação estabelecia que aquelas unidades que não se adequavam a esse novo sistema, enfim, deveriam ser adequadas, não é? E foi o que aconteceu agora com essa antes reserva florestal e agora, portanto, Floresta Nacional do Parima. Aquela área que era terra indígena foi excluída e o remanescente, portanto, se tornou a Floresta Nacional do Parima.

A outra coisa que houve foi a ampliação da Estação Ecológica de Maracá, conforme o próprio Senador comentou. Essa expansão da estação ecológica fica muito próxima da... Aliás, ela fica colada à Terra Indígena Yanomami e vai servir, inclusive, de proteção da terra indígena, que, como todos nós sabemos, sofreu e vem sofrendo um problema de ocupação bastante irregular, colocando a segurança alimentar dos indígenas bastante crítica. Então, essa estação ecológica tem os atributos ambientais e, além disso, vai servir como uma espécie de proteção pra essa terra indígena.

Houve também a expansão do Parque Nacional do Viruá. O Parque Nacional do Viruá tinha sido criado alguns anos atrás e se limitava, a leste, com uma possível estrada que seria criada. Infelizmente, essa estrada se demonstrou inviável e não foi construída, porque, enfim, os técnicos, os engenheiros do setor de transporte concluíram que não fazia sentido aquela estrada naquele percurso. Portanto, o que houve agora foi a expansão do parque nacional naquela área que originalmente deveria ser o parque e não foi porque havia a previsão da estrada. Mas, em diálogo com o Governo de Roraima e, inclusive, com os Parlamentares do Estado de Roraima, fizemos uma vistoria em campo, junto com a Femarh, que é o órgão ambiental do Estado de Roraima, para exatamente verificar se essa expansão abrangeria alguma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade tradicional que pudesse ser afetada pela nulidade. Foram feitos os ajustes, essa proposta seguiu pra sanção presidencial, e essas unidades foram criadas, como eu disse, há pouco tempo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Essas ampliações, Presidente e Sras. e Srs. Senadores, impactaram aí na vida de quase 200 famílias que estavam lá instaladas há muitíssimo tempo.

Mas eu quero, antes de passar pra próxima pergunta, dizer a V. Exa. que eu não consigo entender a gente ampliar uma área como a Reserva de Maracá, que é uma área bem preservada – o senhor sabe disso –, pra que aquilo seja uma área de proteção da Reserva Yanomami. Isso, com todo o respeito, não me soa inteligente.

Nós estamos falando, Sras. e Srs. Senadores, de uma área indígena que é a maior área indígena do país, que tem 9,6 milhões de hectares. E eu não consigo compreender como é que a ampliação dessa área da Reserva de Maracá vai proteger a Reserva Yanomami, porque o acesso à Reserva Yanomami é feito, principalmente, pelo Rio Mucajá, pelo Rio Couto Magalhães e pelo Uraricoera, que passa pela Reserva de Maracá, mas também a vigilância desse rio é muito difícil.

Nós estamos falando aqui, pessoal, de uma reserva, de uma reserva maior, Senador Plínio, do que Portugal, em que vivem cerca de 20 mil índios. Como é que nós vamos fiscalizar uma reserva desse tamanho se a gente não consegue às vezes fiscalizar algo tão pequeno? Então, ampliar uma área no meu estado, eu acho que significa mais prejudicar o extrativismo do que proteger comunidades indígenas.

Eu queria, por fim... O nosso Relator colocou, com muita propriedade, a questão da relação de ONGs financiadas por capital estrangeiro influenciando as políticas nacionais no meio ambiente. E eu queria perguntar a V. Exa. se o senhor não acha estranho que ONGs financiadas por capital internacional possam estar influenciando políticas públicas nacionais estratégicas para o desenvolvimento do nosso país? O senhor não acha que isso fere a nossa soberania?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, antes de responder a essa pergunta, é importante esclarecer que a ampliação daquelas três unidades de conservação já estavam previstas em lei. Ali eram terras públicas federais em que foi feito um acordo entre a União e o Estado de Roraima, em que a União repassou terras pro Estado de Roraima, à exceção daquelas áreas que deveriam ser criadas como unidade de conservação. Então, o que aconteceu recentemente, que foi a decretação dessas áreas, nada mais foi do que o cumprimento de uma lei anterior, se não me engano, lei de 2009, e depois referendada em 2015. Então, a ampliação já era um acordo que existia. E, como foi dito, se procurou ao máximo contemplar todos os interesses...

E quando eu falo que a estação ecológica serve como barreira, não quer dizer que esse seja o principal atributo, porque ali já existia a estação ecológica, mas havia razão de ser para a sua expansão, em razão exatamente dos recursos ali existentes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao capital estrangeiro, Senador, eu não sei se eu entendi exatamente a pergunta, mas eu acho que foge um pouco aqui do meu... do nosso trabalho do ICMBio emitir opinião sobre isso, uma vez que... Isso eu queria até deixar bastante claro, porque assim, o servidor público tem as suas convicções, mas essas convicções ficam fora. Quando a gente está dentro do serviço público, a gente tem que fazer aquilo que a legislação estabelece. Então, nós seguimos a legislação, nós temos instruções normativas, nós temos procedimentos pra tudo.

Então, essas... esse regramento é importante exatamente porque um dos princípios da administração pública é da impessoalidade. Então, isso serve como orientação e eu acredito que é assim que a gente deve trabalhar, por exemplo, no que se refere à gestão das unidades de conservação e também promoção do desenvolvimento socioambiental. Não é perfeito, temos problemas, eu fiz questão de deixar isso muito claro, mas o nosso empenho, o nosso esforço é de trabalhar pra superar todos os problemas, pra que essas unidades cumpram o seu papel, afinal de contas nós também somos... Não podemos compactuar com a ilegalidade.

Então, o que o serviço público faz, o que o ICMBio faz é exatamente seguir a legislação e as suas normas, pra garantir à sociedade brasileira um trabalho que seja digno.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A palavra será dada, Senador Beto. Permita-me só fazer uma observação. Será dada agora ao Senador Beto.

Ouvindo os relatos da associação, eles só podem castanha e borracha. E eles falaram que, se o ICMBio permitisse à família plantar 4 hectares de milho, a renda deles ficaria em torno de R\$5 mil. Hoje é em torno de R\$1,5 mil, R\$1,4 mil. Olhe o art. 38... Aí tem o 33 também – como eu digo, tudo é possível, conforme a vontade do ICMBio –: "Produtos da floresta como: frutos, cipós, raízes, cascas, folhas, sementes, plantas medicinais, óleos e essências poderão ser extraídos para consumo [...] [pelos] moradores e sua comercialização só poderá [...] [ser feita] mediante [...] [plano de manejo comunitário] que assegure a capacidade de produção sustentável, aprovado pelo ICMBio [...]". Aí o art. 33 é... Para toda benesse, para tudo que pode, tem o ICMBio aprovando ou não. E o ICMBio nunca aprova, leva um, dois, três anos.

Com a palavra, o Senador Beto, nosso representante do Pará, que conhece muito bem a nossa realidade.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Plínio, nosso Relator substituído hoje, Jaime, demais Senadores e Senadoras, primeiro, quero saudar aqui o Presidente Mauro, do ICMBio, e pedir desculpas aqui, porque eu estava na Comissão de Meio Ambiente, presidindo uma audiência pública com o Presidente Mercadante, do BNDES. E, inclusive, muitos dos pontos que eu estou vendo sendo levantados aqui nós tratamos lá também, que é como financiar essa questão toda dos amazônidas todos, ampliar os recursos, inclusive ali para a região,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro de uma visão que preserve o meio ambiente e com que a gente possa influenciar decisivamente nessa questão das mudanças climáticas.

Conheço já um pouco o trabalho. Temos problemas que eu vou tentar aqui levantar.

Primeiro, eu não sei se o ICMBio tem – eu não vejo isto de conhecimento público – um estudo para ver a condição de renda, inclusive, das famílias antes da reserva e depois da reserva. Eu conheço experiências muito positivas pós-reservas no nosso estado. Então, seria bom a gente poder... porque, do ponto de vista ambiental, eu não tenho dúvida de que melhorou muito. Se a gente não avançou na preservação, na recuperação inclusive de áreas, pelo menos não se avançou tanto, como vinha, no desmatamento dentro dessas regiões.

Então, é necessário fazer um estudo do ponto de vista econômico. Não sei se o ICMBio poderia fazer ou, inclusive, cobrar de IBGE, quando faz o censo, de órgãos que fazem o censo, um processo em que a gente pudesse verificar efetivamente, porque, na verdade, essa pobreza que existe, como foi levantado aqui por vários Senadores, não é a partir da reserva, na minha avaliação. Ela não é a partir da constituição da reserva; tem um problema de pobreza dessas famílias que é anterior. Então, o mecanismo da reserva é um mecanismo que está efetivamente preservando, está melhorando a condição dessas pessoas, porque é uma coisa que nós temos, até porque, se não melhora, essas pessoas têm que sobreviver e elas acabam atacando cada vez mais a floresta. Então, acho que essa é uma questão que nós temos que levantar.

Há uma expectativa muito grande, viu, Presidente Mauro? Porque nós tivemos – e eu acompanhei – as reservas marinhas extrativistas criadas no Estado do Pará, e é um dos estados que mais tem, que atingem um número de famílias muito grande. Houve um período, nos primeiros Governos do Lula, na Presidenta Dilma, no primeiro Governo, principalmente, da Presidenta Dilma e nos Governos do Lula, de investimento dentro dessas reservas.

Em habitação, sistema de água e até estradas vicinais, melhorias em estradas vicinais, houve investimento, mas foi paralisado isso durante um período. E há uma expectativa muito grande da volta disso, desses programas. Eu queria ver, inclusive, como é que vocês estão tratando disso, porque o orçamento do Inra é muito pequeno, hoje é muito baixo. Eu não vejo... Esse orçamento nunca foi tratado, esses investimentos nunca foram feitos diretamente pelo ICMBio, até porque o ICMBio é novo diante das instituições, é muito novo diante das instituições. É o mais novo das instituições. Então, como é que vocês estão tratando disso?

Eu vejo, por exemplo, hoje a preocupação do BNDES em financiar os sistemas agroflorestais, os sistemas de reflorestamento produtivo, uma série de coisas. Como é que o ICMBio, que hoje é o responsável, vamos dizer assim, por essas reservas, está buscando, até em outras instituições políticas que possam lhe auxiliar pra fazer com que essas famílias possam ter uma renda boa e manter a preservação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um desafio, inclusive, aqui pro ICMBio, porque, no fim, acaba que as reservas vão ser, como está sendo dito aqui, responsabilidade de vocês. Se não se busca essa alternativa, como é que essas famílias vivem ali dentro? Nós precisamos manter... Há uma expectativa enorme nessas alternativas de renda, que só... E eu sou defensor, por exemplo, do Bolsa Verde, de uma série de questões, mas só isso não resolve, não resolve a vida efetiva dessas famílias, não resolve a vida dessas pessoas. É necessário que a gente possa avançar. E como é que vocês estão pensando nisso? Como é que vão captar recursos, inclusive, pra poder fazer esse investimento?

Acho que é necessário, e aí defendendo a posição dos pares aqui... Há uma necessidade de uma maior transparência nos atos, nas ações. Eu acho que é um trabalho muito mais educativo, Presidente. O senhor está iniciando um trabalho agora na Presidência do ICMBio. Nós precisamos fazer um trabalho educativo, antes até de fazer a punição. Está certo? Nós precisamos fazer isso. Tem muita gente, até que está dentro da reserva, que lutou pra preservar, até o jeito de eles produzirem ali sempre foi essa coisa, mas que não têm as informações, não detêm todas as informações, e aí, às vezes, acabam cometendo erro por desinformação. Tem muita gente que comete sabendo o que está fazendo, mas tem gente que cometeu equívocos por desinformação.

Então, um dos trabalhos que eu acho que teria que estar à frente do ICMBio era essa questão da informação: aqui pode, aqui não pode, o mecanismo, essa coisa, o que é que a gente tem que fazer efetivamente pra poder atuar? Uma conversa mais forte com os órgãos dos estados e dos municípios... Nós temos que estar mais colados nesses órgãos dos estados e dos municípios pra poder fazer um trabalho mais coletivo.

No meu estado, com todos os problemas que há, e há problemas, mas há solicitações de construção de novas reservas, e há solicitações pelas comunidades, por Prefeitos. Tem município que não tem diálogo muito com Prefeito, mas há muitas solicitações. Muitas não, mas há solicitações de construção de novas reservas. Até porque isso foi, durante um tempo, aqui, uma fórmula inclusive de os Prefeitos chegaram com investimento nessas áreas em que não eram feitos antes de se constituírem as reservas.

Os convênios que foram feitos pelo Inbra no período passado para poder fazer estrada, para poder fazer água... O município não tinha o dinheiro para poder fazer isso antes da constituição das reservas. Então, foi uma fórmula também achada pelos Prefeitos, e há hoje solicitação nesse sentido. Agora, eles precisam fazer avaliação correta, dialogar com todos para que a gente não cometa erro em construção de reservas que são inadequadas ou deixe de fazer aquelas que são adequadas.

Queria, então, ressaltar isso e lhe dizer o seguinte: eu acho que há muita desinformação, inclusive no que efetivamente o ICMBio tem como missão. Acho que essa é uma coisa, até por ser novo... Hoje nós precisamos fazer bem mais nessa questão da informação, do diálogo, para ser mais transparente. Sobre esse modelo de reserva eu não vejo ainda documentos. Hoje nós temos tantos mecanismos de divulgação, de exposição para que a gente possa efetivamente atuar nessa reserva. Não há... Para mim, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferença existente aqui no Parlamento hoje... Não há para mim mais um debate de que há necessidade ou não da preservação dessa área. Isso aqui, para mim, é um debate... Nós temos que fazer isso. Nós temos que cobrar daqueles que não fizeram para poder ajudar a gente na região, inclusive, a estabelecer isso.

E o que eu avalio é que, com o orçamento que vocês têm, não resolve e, com o número de servidores que vocês têm, também não resolve, está certo? Não é só o caso do ICMBio. Nós tivemos um problema sério nesses últimos anos, porque os órgãos que deveriam fazer essas políticas chegarem à ponta, os órgãos de Governo, que deveriam fazer chegar à ponta, diminuíram.

Eu fui Superintendente do Incra, e não foi num período distante, na Superintendência de Belém, que tem hoje 104 mil famílias assentadas, 104 mil famílias em RB assentadas, uma única superintendência. No Pará, nós temos três. Nós tínhamos 450 servidores no período em que eu fui Superintendente. Agora, nós voltamos ao Governo e nós fomos ver... nós temos 120 servidores – 120 servidores –; dos 450, a gente tem 120. E olha que 40 não estão mais aptos para poder ir para campo, para poder fazer o trabalho, acabam ficando mais na sede do órgão trabalhando. Então, é impossível com aquele número.

Eu coloquei emenda agora para fazer estrada no Incra, por exemplo. Nós não temos mais os engenheiros do Incra que nós tínhamos no passado, inclusive para ir lá, olhar, verificar, preparar o projeto, fazer as ações. Então, houve uma diminuição nesse último período não só no ICMBio, que é novo, mas houve uma diminuição em vários órgãos. Nós precisamos fortalecer.

Eu vi os anúncios aí de um primeiro concurso, não sei se o ICMBio está incluído, mas, se não estiver e precisar de força e a gente puder ajudar, eu estou à disposição para poder trabalhar, porque eu sei a necessidade de ter um órgão para poder trabalhar isso, articular as políticas e levar as políticas para poder melhorar a vida daquelas pessoas e fazer com que elas possam, melhorando a sua vida, agradecer menos o meio ambiente.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Beto, muito obrigado pelos comentários e indagações.

Em uma delas, me permita esclarecer que, diferentemente das outras categorias, uma reserva extrativista só é criada... o primeiro ato que leva à criação é o pedido da comunidade. Não é o Governo que chega e diz: "aqui vai ser uma reserva extrativista". Não; é um pedido. E é assim desde o início. As primeiras reservas extrativistas foram em 1990: a primeira, Alto Juruá; a segunda, Chico Mendes, de que nós estamos falando aqui algumas vezes; e outras duas, a do Rio Cajari, no Amapá, e Rio Ouro Preto, em Rondônia. Todas essas unidades surgiram do pedido da comunidade.

Então, acho que é importante esse estudo que o senhor sugere, porque, realmente, eu acho que é interessante conhecer como era a realidade antes e como é a realidade depois. O ICMBio, quando fez um levantamento das famílias, entre os... enfim, se não me engano, de 2014 até 2018. E, depois, esses dados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse levantamento foram trabalhados por uma pesquisadora, que é servidora também, mas fez um mestrado lá no Jardim Botânico. Ela apresentou uns dados que nos pareceram muito interessantes, porque uma das perguntas era exatamente essa. Era a família, a pessoa, então se perguntava: "Bom, qual é o seu grau de satisfação aqui com a reserva extrativista?". A média geral foi de 95% que falaram que estavam extremamente satisfeitas com a reserva extrativista, com todas essas dificuldades, muitas delas aqui comentadas, às vezes dificuldade de acesso, às vezes dificuldade de chegar à sede do município. Apesar de tudo isso, parece que a unidade de conservação, a reserva extrativista deu satisfação a essas pessoas.

No caso da Reserva Chico Mendes, o levantamento era de 84%. É claro, é um número, como eu disse, de um levantamento já de alguns anos atrás. É possível que a realidade de hoje seja bastante diferente disso. Afinal de contas, tivemos essa situação toda, tivemos uma pandemia no meio do processo, tivemos inúmeras dificuldades, o próprio ICMBio passou por muitas dificuldades ao longo desse período. Só na reserva extrativista nós tivemos a troca de seis gestores nos últimos quatro anos. Então, tudo isso, sem dúvida, dificulta o trabalho que chega até a comunidade.

Mas, de qualquer forma, estamos interessados em fortalecer. E aí, Senador, sim, nós estamos trabalhando com o Governo, e eu creio que o apoio do senhor é essencial, para que em 2024 haja um concurso ampliando o número de servidores do instituto, porque, como o senhor mesmo falou, é fundamental a gente investir no reaparelhamento dos órgãos – o ICMBio, o próprio Ibama, o Incra, um parceiro de longa data.

Aliás, é importante dizer que o ICMBio está retomando a sua parceria com o Incra. O Presidente César Aldrich nos visitou há pouco tempo, e tem uma grande chance de nós garantirmos para diversas famílias, centenas e até milhares de famílias os novos créditos do Incra que serão aplicados naquelas unidades de conservação, nas reservas extrativistas, porque elas são beneficiárias também do Programa de Reforma Agrária. Então, acredito que esse crédito vai ser um incremento na renda, vai permitir que as famílias façam as suas atividades, além, é claro, de receber o recurso do Bolsa Família, que também volta agora revigorado, como também do próprio Bolsa Verde, Senador.

Agora, recentemente, saiu um decreto estabelecendo as regras do Programa Bolsa Verde. O Bolsa Verde foi criado em 2011, foi interrompido nos últimos anos e volta agora com um benefício em torno de R\$600 para cada família que estiver cadastrada no CadÚnico. Antes era só de R\$300 e restrito àquelas famílias consideradas de extrema pobreza. Agora são todas as famílias que estiverem cadastradas no CadÚnico dentro de uma reserva extrativista.

Nós estamos na fase de implementação, porque isso não acontece já de imediato. As primeiras famílias já começaram a receber – não todas –, mas eu creio que à medida que a gente vai avançando na articulação, como o senhor mesmo sugeriu, vai avançar no desenvolvimento local, inclusive na área do reflorestamento, que é uma frente de trabalho muito importante, que pode empregar pessoas. O ICMBio tem algumas tecnologias sociais de reflorestamento envolvendo comunidades locais, e eu acho que essas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias estarão à disposição para a gente avançar no trabalho de fortalecimento daquilo que é a missão do instituto que é promover o desenvolvimento socioambiental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Jaime me chama a atenção aqui... *(Pausa.)*

Fique tranquilo, fique tranquilo.

O Senador Jaime me lembra aqui que a gente entrou pelo portal errado na reserva – nós fomos bater nos 14% que não estão satisfeitos com o ICMBio, lá na Reserva Chico Mendes – e sugere que, da próxima vez, entremos pelo outro lado.

Aqui tem uma curiosidade: quando a gente entrou na reserva, depois de passar na balsa, Senador Weverton, Senadora Damares, nós estamos na picape, o Senador Styvenson veio na janela, falou algo. Em seguida, lá vem o Senador Styvenson com uma senhora e um senhor aqui do lado, pegando assim no ombro, e o senhor com a faca atrás, bêbado. Ele tinha batido na mulher, o Senador Styvenson percebeu a mulher chorando, foi ver o que era e acabou conciliando os dois, fazendo com que se abraçassem. Ou seja, o álcool entra ali. É proibido vender álcool, mas entra álcool ali. E a gente sabe que o ser humano, quando vive bêbado, passa o dia inteiro bêbado e bate na mulher, é porque ele perdeu a esperança de qualquer progresso na vida. Foi nesse ponto que nós entramos na Reserva Chico Mendes.

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu queria pedir uma audiência *(Fora do microfone.)* para a gente fazer com o outro segmento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, sim, nós vamos providenciar, o.k.?

Senador Weverton, agradecendo a sua presença e com a permissão da Senadora Damares, com a palavra.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Para interpelar.) – Presidente, logo quando soube da vinda do Presidente Mauro Pires, do ICMBio, eu não poderia deixar também de vir fazer aqui o meu cumprimento, o meu registro, e deixar nossas angústias.

Eu tive a oportunidade de, no mês passado, ser recebido por ele, por intermediação do Ministro do Turismo, Celso Sabino, que teve a oportunidade de visitar os Lençóis Maranhenses, e lá ele ouviu os reclames.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, há uns dois meses, eu mandei por escrito algumas solicitações e fiz a ele algumas reflexões de que é preciso... Eu tenho certeza de que ele deve... Eu tenho muita convicção e lhe confesso que até reacendeu a minha esperança de diálogo, porque realmente eu não vi, em nenhum momento, qualquer tipo de movimento, apesar de todos os reclames que nós fizemos durante todo esse período, nenhum tipo de vontade concreta de se procurar entender e se ajustar à questão do convívio dentro do Parque Nacional dos Lençóis, que, inclusive, está concorrendo a Patrimônio da Humanidade, natural da humanidade, é um patrimônio de todos, e eu tenho certeza de que, se explorar de forma sustentável, ele pode, sim, ser um vetor não só para os brasileiros, para todos nós conhecermos, mas também de ser um espaço para que se fomente a economia, porque, na hora em que você tem turista lá dentro, você tem dinheiro rodando, e todos sabem que o turismo gera emprego.

Nós tivemos aí várias dificuldades, e coloco, por exemplo, que, mesmo com algumas insatisfações, nós estamos tendo sempre a nossa postura muito correta e republicana. Agora mesmo estávamos eu e a Senadora Damares lá na Comissão de Assuntos Econômicos, eu sou o Relator do projeto que trata de alguns assuntos importantes e, dentre eles, a questão de remanejamento e organização de cargos do ICMBio, da Funai e de outros órgãos. Poderíamos nós aqui no Parlamento, em qualquer tipo de retaliação, estar discutindo e não votar essa matéria porque não se tem nenhum tipo de resposta dessas instituições. A Ministra do Meio Ambiente fez contato, eu registrei a ela – infelizmente ela está sendo muito boa para o mundo afora, mas, dentro do Brasil e dentro aqui de Brasília, ela não conseguiu ainda montar uma engrenagem que pudesse de verdade dialogar e entender que nós estamos já no ano 2023 e que se precisa conversar. E são conversas totalmente republicanas, até porque ninguém está indo lá pedir nada de errado, pelo contrário.

Quando se trata que nos Lençóis tem que se definir esse conselho, ele precisa funcionar, e precisam se definir rotas lá, tanto do quadriciclo, do UTV, da Toyota, se definir a questão do uso. Por exemplo, eu fui saber agora, recentemente, Presidente Mauro, que a proibição de... Na Toyota, você pode entrar lá com os turistas, dez, oito turistas, em cima daquelas jardineiras. Aí o dono da Toyota é o dono da cooperativa, ele tem a responsabilidade de deixar tudo limpo lá no local que ele for utilizar, a lagoa que ele for visitar. Aí ele vai para lá e ele pode colocar lá a lata de água, de refrigerante e de tudo, mas, se quiser botar uma cerveja ou três ou cinco Heineken lá para aquele grupo todo, não pode cerveja, porque, segundo o que me informaram – depois é até bom saber se é verdade ou não –, um dos diretores do parque algum tempo atrás, já bem algum tempo atrás, era evangélico e decidiu baixar a norma de que não podia entrar, sendo que existem outros parques em que você pode, com regra, é óbvio. Ninguém está dizendo para ir para lá com caminhão de bebida e tudo mais, mas, se você está dentro de uma Toyota, num sol daquele... Porque é bem pertinho o Sol, lá o Sol é mais perto do que em qualquer outro lugar, só perde para o Piauí, não é? São 35, 40 graus, e você não poder tomar uma latinha de cerveja lá dentro, ali onde você vai estar, eu acho que não é razoável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou dando um exemplo simples, mas, por exemplo, a questão da criminalização do uso do UTV lá dentro. Eu disse: "Presidente, crie outra trilha só para eles". Por quê? Porque, o UTV, não se pode dizer que ele não é seguro. Verstappen veio para cá, para o Brasil, foi visitar os Lençóis Maranhenses logo depois que ele foi campeão da Fórmula 1, e, na hora em que ele foi fazer o passeio, a equipe dele consultou o seguro dele – se autorizava ele entrar ou andar num quadriciclo ou numa jardineira –, e o seguro não autorizou, disse que só podia passear lá se fosse dentro de um UTV, que tem cinto de segurança, tem a gaiola e tem proteção, ou seja, é reconhecido por seguros mundiais que é o carro mais seguro que tem para andar naqueles tipos de terreno. E, por uma decisão, sabe-se lá como, porque uma vez um ex-diretor de lá, que não sei se ele ainda continua lá no parque, decidiu dizer que era um brinquedo caro... Qual é o problema dele se é caro ou barato? Vai se criminalizar quem tem ou deixa de ter? É loucura um negócio desse. Tanto é que o próprio instituto – chegou a meu conhecimento – avalia a compra de UTVs para outras regiões, para outros parques, como Jeri e em outros lugares. Acho que até comprou já, não sei.

Então, de toda forma, eu já fiz essa reunião com ele, Presidente Plínio, e percebi no Presidente Mauro essa disposição de pelo menos responder às mensagens, de estar tendo esse respeito em dialogar e de estar conversando. Então, nós mesmos estamos lutando para aprovar esse projeto porque eu sei que: "Ah, o problema é funcionários?". Então é ajudar a organizar esses quadros, mas com regras, e com regras que sejam totalmente abertas, não de apenas um lado ou de uma cabeça.

Por último, eu lhe mandei e botei no grupo da bancada e gostaria de deixar aqui público novamente, para, depois que passar esse vídeo, perguntar a V. Exa. se foi tomada providência no que aconteceu no dia 10 de setembro, lá nos Lençóis Maranhenses, nessa Toyota lotada de turistas em cima, pessoas de todos os lugares, que ficam aí... O fiscal do ICMBio discutiu lá com o motorista se estava atrasada a carteira dele ou a permissão e tudo, mas se era o tratamento e a abordagem adequados para esse tipo de situação.

Eu queria passar aí novamente, pra que vocês tomassem conhecimento...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ele, com a arma na mão, a arma ali, em punho... Ali do lado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Esse caso foi um caso registrado. Claro que teve vários, inclusive eu relatei ao Presidente aquele caso que é bem... Pra nós, ficou muito marcado. Claro que ele não conseguiu filmar quando... O filho do Nelson Piquet tem uma casa lá em Santo Amaro, ele com um empresário lá do estado. Acho que foi um sócio dele, dentro de um UTV de quatro lugares, andando lá dentro, também foi abordado, só que estava ele, a esposa dele e dois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filhos, duas crianças atrás, e, nesse dia, eles estavam com arma longa. Então, eu até estranhei agora não poder, não ter arma longa o ICMBio, porque nesse dia eles estavam com arma longa e apontando pra eles e ele pedindo: "Abaixa a arma, que eu estou com criança no carro. Se tiver alguma autuação, alguma coisa a fazer, que se faça, mas não dessa forma, até porque ninguém aqui está inspirando nenhum tipo de perigo pra você poder reagir apontando uma arma pra uma família e tudo".

Então, enfim, já aconteceu várias vezes, não foi uma... O senhor não é o primeiro presidente para o qual eu trago esse problema, já outros presidentes ficam sabendo, mas quero, de verdade, aqui, dizer que a minha confiança é na pessoa do Presidente Mauro Pires, de que ele está tomando as providências e vai encaminhar as soluções que nós estamos pedindo ao parque e também a essas todas que trouxemos pro Brasil, e, segundo, pedir mais uma vez a todos os servidores que olhem, comecem a olhar com um outro olhar essa questão da relação com os outros atores do nosso país, porque não dá pra sempre uma opinião só prevalecer ou ela achar que é melhor do que todas as outras, porque, no final, não se converge. Até aqui tudo tem que ser conversado, tem que ser discutido, tem que ser convencido. E assim vai se conduzindo a construção de uma opinião convergente. Às vezes, eu não concordo, mas disse que aprendi aqui já, com vocês, que, quando os dois lados não estão satisfeitos, é porque é um bom acordo e é uma boa solução. Então, tem que se encontrar uma boa solução pra gente poder estar convivendo e, obviamente, explorando de forma sustentável esses espaços que estão lá.

Por último – não é de competência do ICMBio, mas eu vou lhe dar um outro exemplo –, eu estou aqui com a Equatorial, brigando de manhã, de tarde e de noite, que é a empresa de energia, por conta do Ibama, que também estava lá há não sei quanto tempo parado e nós, correndo, porque nós temos várias comunidades lá dentro do parque que não têm energia elétrica porque nunca tinha sido autorizado e esse processo acabou parando no Ibama. Eu até achava que era no ICMBio; a gente foi atrás, era no Ibama. Saíram agora algumas autorizações, mas ainda não foram para todos. Você imagine: famílias que estão vivendo lá, isoladas, sem energia elétrica, o tanto de doença que aquilo ali estimula. Por exemplo, tem gente que vai para a sede, pega lá o seu benefício, algum dinheiro que tem lá do seu programa, enfim, se é pescador, volta com a sua compra para lá e tem que segurar aquela mercadoria ali – carne, alguma coisa durante a semana – tudo no sal, Senador Jaime. Tudo lá é segurado no sal grosso. Você imagine só quais são os problemas lá de doenças de rins, de tudo que você imaginar, por conta do acúmulo que essas pessoas têm ali de uso de comida salgada! Então, há esse problema real lá dentro, e nós vamos precisar, de verdade, enfrentar, para poder resolver.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Obrigado, Senador Weverton, pelos comentários e pelas questões trazidas aqui.

Eu queria aproveitar para dizer que tenho total interesse de resolver os problemas como esses que o senhor comentou, lá no Parque Lençóis Maranhenses. O senhor mesmo lembrou: o parque agora está



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

concorrendo a se tornar sítio do Patrimônio Mundial, com apoio do Governo do estado, com apoio das prefeituras. Tive a oportunidade de visitar a Prefeitura de Barreirinha e vi como aquele parque é importante para a economia local. O próprio Prefeito fez questão de dizer isso, os Vereadores. Mas tem dificuldades, né?

O Senador trouxe aqui algumas questões. Dessa situação da bebida alcoólica, eu realmente não estou a par. Deve ter sido já há algum tempo. Não sei, vou verificar.

Como eu disse no início, eu entrei agora em maio. Muito provavelmente, isso tenha sido uma decisão anterior. Agora, como qualquer unidade de conservação, ela tem que ter o seu plano de manejo. O plano de manejo é o documento que orienta as ações lá dentro, então, aquilo que está dentro do escopo. E como é um parque nacional... O que quer dizer um parque nacional? Parque nacional é uma área voltada para conservação, mas também para o uso público. Então, o Parque Lençóis Maranhenses tem uma importância muito grande, agora, tem que ter as regras. Nesse caso, a gente... Eu vou verificar, ver do que se trata.

Em relação à situação dos UTVs, já comentei com o senhor em outras ocasiões, nós estamos tentando trabalhar essa questão. O senhor mesmo comentou a dificuldade que nós temos. O parque tem 155 mil hectares, né? Em 2018, ele tinha cinco servidores.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Do tamanho da cidade de São Paulo lá.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Do tamanho da cidade de São Paulo.

Em 2018, eram quatro, cinco servidores. Infelizmente, nos últimos anos, acabou, e nós só temos hoje a chefe da unidade. É uma chefe que está lá, uma colega do próprio ICMBio. Então, a nossa principal dificuldade é de ampliar essa capacidade. Felizmente, nós temos os agentes temporários que estão apoiando esse processo, mas ainda estão muito longe do necessário. Precisamos ampliar essa força de trabalho para, inclusive, tratar dessas questões, como o senhor mesmo coloca; ou talvez uma trilha pra um determinado tipo de veículo e outra trilha pra outros.

Em relação aos casos de armamento, eu gostaria de reafirmar que, dentro do ICMBio, não possui armamento pesado. Pode ser que tenha sido alguma operação de fiscalização em que estava algum outro agente da polícia, mas nesse caso que o senhor comentou, do Nelson Piquet, se não me engano, eu acho que é algo que aconteceu há um ano, dois anos atrás.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Tem mais tempo, não é? Então, não estou bem a par dessa época, porque eu não estava na Presidência do instituto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esse caso aí do servidor está em processo de apuração. Como o senhor sabe, a gente precisa dar toda a transparência, mas também precisamos entender exatamente aquela dinâmica. Pelo que eu vejo das imagens – posso estar equivocado; é por isso que o trabalho de apuração deve ir em conta –, o fiscal vai em direção ao carro e, se não me engano, o carro acelera em direção a ele. Eu acho que isso que o fez sacar a arma em direção ao motorista. Mas, como eu disse, é só o que eu percebi da imagem. Não quero ser leviano; só dizer que a minha impressão pode ser que não seja a mais adequada. Por isso que há uma instância de apuração pra verificar se esse caso está correto ou não está correto em relação a essa atitude. Mas, de qualquer forma, fica muito claro que não é... O nosso desejo é que o turista, a pessoa que vá visitar o parque tenha a melhor experiência possível. Neste caso, me lembro que aquela Toyota, o chamado "toyoteiro" não tinha – nós fizemos o levantamento – autorização pra estar dentro do parque. Então, pode ser que tenha sido essa a motivação que fez o motorista acelerar o carro. De qualquer forma, isso vai ser apurado pra gente... Como eu disse, o nosso interesse é o de proporcionar às pessoas que visitem as unidades de conservação uma qualidade de vida, que aquela experiência seja bastante rica pra sua própria vida.

Em relação à questão da energia, também vou me informar mais sobre. O senhor está dizendo que está no Ibama. Vamos conversar lá pra ver o que é que está acontecendo e buscar solucionar esses problemas. Como eu disse, a nossa situação, gente... É importante deixar isso claro: dificuldades, sim, nós temos. Nós temos inúmeras dificuldades, mas o nosso trabalho, o nosso compromisso é de buscar superar todas essas dificuldades, de tornar a gestão das unidades de conservação com as populações extrativistas, com as populações que habitam essas unidades a melhor forma possível. Eu acho que isso que é o grandioso de trabalhar em conjunto com a prefeitura, com o Governo do estado, com o poder público, com o Legislativo, com o Judiciário, enfim, pra que a gente possa atender aos anseios da comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpellar.) – Obrigada, Presidente.

Acho que hoje não era um bom dia pra eu ter um encontro com o Sr. Mauro, não. Não era um bom dia.

Sr. Mauro, obrigada por estar nessa CPI. O senhor é um Presidente recente do instituto, mas o senhor está lá há muitos anos. O senhor é corresponsável pelos erros e acertos também desse instituto.

Eu quero trazer aqui só um aspecto. Não vou lhe fazer pergunta, não, Sr. Mauro, porque eu tenho ainda sete anos de mandato, eu vou acompanhar muito o ICMBio, vou acompanhar muito o trabalho de vocês e vou acompanhar sob a perspectiva da dignidade humana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os objetivos sustentáveis e todas as suas metas, Sr. Mauro, têm como foco a dignidade humana, têm como foco a pessoa humana. E, quando o senhor olhou para ali, o senhor viu aquela imagem como um ambientalista, o senhor não viu como uma defensora de mulheres, o senhor viu um possível motorista com uma licença vencida, eu vi mulheres em situação de vulnerabilidade, tendo armas apontadas para elas. É a forma como a gente olha.

E o que eu tenho observado, nos últimos anos, Sr. Mauro, com relação ao ICMBio, é o seguinte: a dignidade humana tem sido deixada em segundo plano. Se eu tenho crianças de comunidades extrativistas, povos tradicionais que têm medo, pavor quando veem o símbolo do ICMBio, é porque tem alguma coisa errada com vocês. Eu tenho crianças que, quando veem a sigla do instituto, morrem de medo. Se eu tenho um órgão governamental que causa horror e pavor em crianças, eu acho que nós vamos ter que repensar a existência desse órgão no Brasil. Vocês não podem atuar mais... Eu respeito as atribuições do instituto, respeito a forma como ele foi criado, pensando na conservação da biodiversidade, mas a maior vida que nós temos que proteger lá numa área é a vida humana. O que eu vejo em operações com o envolvimento de servidores do instituto é um desrespeito ao direito da mulher, desrespeito ao direito da criança, desrespeito ao direito da pessoa idosa.

Eu vou ficar sete anos aqui, neste Senado, acompanhando vocês e torcendo muito, Presidente, para vocês acertarem, porque o que nós temos é uma coleção de erros, é uma coleção de problemas que vocês causam lá na ponta. Que o senhor seja um Presidente diferente.

Eu me coloco à disposição, Presidente. Não é o foco desta CPI o instituto. O foco, nós temos um objeto determinado, são as ONGs. Eu me coloco à disposição do instituto para conversar, dialogar e para que vocês acertem um por um, mas essa imagem aqui me tirou do sério agora. O que o senhor vê como uma possível irregularidade eu vejo como uma absurda violação de direitos humanos, eu vejo violência contra a mulher ali. E é o que eu tenho visto, infelizmente, muitas vezes, nas operações do instituto.

Que a gente possa acertar, Presidente. Que o senhor tenha sucesso, o senhor, seus assessores... Que o senhor tenha sucesso. O senhor já está lá há muitos anos, eu acho que o senhor já viu muitos erros e o senhor tem condição de colocar esse instituto no caminho certo, na rota certa.

É a minha observação.

Eu vou apresentar nesta CPI – fiz questão de vir para cá – todas as violações de direitos humanos que esta CPI está observando, provocadas por ONGs, por institutos e por órgãos governamentais federais, municipais, estaduais. Eu vou ter um foco nesta CPI. E, infelizmente, o ICMBio tem protagonizado cenas absurdas no meu país.

Que Deus te dê sabedoria, Presidente. Que Deus dê estratégia ao senhor e à sua equipe, mas não é o que a gente tem visto nos últimos anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora Damares.

Como não houve pergunta, eu passo ao Senador Jaime, que é o nosso Relator *ad hoc* e tem uma pergunta a fazer.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Presidente Mauro, eu queria fazer uma pergunta ao senhor. A SOS Amazônia, que trabalha na Serra do Divisor, eu queria fazer duas perguntas ao senhor: quem paga e quem administra? O senhor podia responder?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Sr. Mauro.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Jaime, sobre a SOS Amazônia, eu não tenho... não é do meu conhecimento quem é que financia a instituição e quem é o seu administrador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Jaime, vai continuar? (*Pausa.*)

Senador Mauro, nosso anfitrião lá em Mato Grosso, eu segui o seu conselho, fiquei mais um dia e fui lá na Chapada dos Guimarães. Visitei a Chapada dos Guimarães, fiz aquela trilha lá, percorrendo tudo, eu e a Aninha fizemos, e também vimos algumas coisas boas e más lá também.

Com a palavra o nosso... Não é integrante...

Obrigado, Senadora Damares, sempre inteligente sua participação.

Não é integrante, mas é participante e é Senador. A sua pergunta.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Presidente Senador Plínio Valério, Senador Jaime Bagattoli, Relator *ad hoc* desta CPI, Presidente Mauro Oliveira, do ICMBio, é justamente sobre o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães que eu quero falar. E quero entender, por parte do ICMBio, qual a estratégia que o ICMBio tem para o Parque Nacional da Chapada.

No Governo anterior, eu estive aqui como Secretário da Casa Civil, junto com o Governador Mauro Mendes, pedindo a delegação do Parque estadual da Chapada. Por que nós pedimos essa delegação? Pedimos essa delegação porque a Baixada Cuiabana... Nós não temos terras produtivas em volta de Cuiabá, e o Governo traçou um plano estratégico de um investimento grande na área de turismo da Baixada Cuiabana. Estamos construindo um parque, chama-se Parque Novo Mato Grosso. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teremos autódromo, kartódromo, espaço para eventos, espaço para um agrishow, espaço para *show* para mais de 100 mil pessoas, parque da família, maior roda-gigante do Brasil, maior Insano do Brasil, parque das nações, parque também das etnias indígenas. É um parque que ocupa 320ha, do lado de Cuiabá.

Fora isso, estamos fazendo investimento em todas as orlas, na orla de Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço, fazendo os investimentos em Bom Jardim, Nobres e Rosário. O senhor não teve a oportunidade de conhecer, mas Bom Jardim, Nobres e Rosário são mais do que bonitas, são lindas, então, é um apelo muito grande ali, um apelo turístico daquela região.

E no ano passado, nas vindas que nós tivemos aqui, no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério da Fazenda, na Presidência da República, nós estávamos solicitando a delegação do Parque estadual de Chapada... Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, com projetos de investimentos no Parque Nacional da Chapada de aproximadamente R\$206 milhões, trazendo dignidade e segurança e preservação ambiental, que é o foco principal do parque. Não conseguimos essa delegação. O Governo anterior colocou uma concessão no Ibovespa, em São Paulo, para fazer uma concessão do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Naquele momento, estivemos aqui também pedindo, já no Governo atual, pra que cancelassem essa concessão, esse leilão do Ibovespa e fizessem a delegação pro Mato Grosso. Não foi possível, foi feito o leilão do Ibovespa; acabou que esse leilão foi anulado pelo Tribunal de Contas da União por irregularidade. E o que chamou muita atenção nesse leilão, Senador Plínio Valério, é que apenas uma empresa, Senador Jaime – uma empresa –, ganhou todos os leilões do Ibovespa com relação a parques de preservação ambiental neste país. É muito estranho apenas uma empresa ganhar todos os leilões, mas foi o que aconteceu. Mas, no caso específico do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, foi anulado esse certame.

Vimos de novo aqui, falamos com o Presidente Lula, falamos com o Ministro Padilha, falamos com o Ministro Rui Costa, falamos com a Ministra Marina Silva, falamos com o Presidente do ICMBio, Sr. Mauro, e ali colocamos de novo o interesse do Estado de Mato Grosso na sua delegação do parque, pra que a gente fizesse esses investimentos necessários. Também não foi possível, e nós colocamos ali naquele momento que...

E estava tramitando também, dentro do Senado Federal, um projeto da Senadora Margareth estadualizando o Parque Nacional da Chapada, do qual eu sou Relator, nesse projeto. Esse projeto, com todas as interferências do Governo Federal, foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente, e o que nos chamou muito a atenção, em todas essas discussões que foram feitas até o momento, é que o ICMBio de novo colocou esse certame no Ibovespa, em São Paulo. E ali, em algumas conversas que nós tivemos com o Governo Federal, foi até solicitado que fosse retirado esse projeto de lei de estadualização do Parque Nacional da Chapada. Nós falamos: "Tudo bem, não tem problema nenhum. Nós retiramos o projeto de lei desde que o ICMBio também retire o leilão do Ibovespa, nos mesmos moldes que foi o anterior". "Ah,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não temos meios legais." Como não tem meio legal? O gestor público, a qualquer momento e a qualquer hora, por interesse público, pode tirar, sim, o edital que está publicado, mas esta foi a desculpa que nós tivemos: não tem ilegalidade. Ilegalidade existe, o problema é que não existe boa vontade e não querem fazer.

Agora, o que me impressiona é o seguinte: um parque que está indo pra uma concessão... Não é apenas a concessão. No caso do Estado do Mato Grosso, o ingresso seria simbólico ou nem seria cobrado. No caso dessa concessão, pode cobrar, em cinco anos, até R\$100. Você imagina uma família de cinco filhos pagar R\$500 pra entrar no parque. O que mais me impressiona: o investimento dessa concessão de 18 milhões, em 30 anos, dá R\$600 mil por ano. Não consegue nem fazer a limpeza do parque, porque, na hora que tem os desastres ambientais e incêndios, quem dá todo o apoio é o Governo do estado e o Governo Federal também. Então, veja bem, nós estamos investindo 206 e a concessão pede um investimento de 18, nós estamos falando em entrada franca e a concessão cobra até R\$100.

Então, cadê o investimento? Se esse parque é pra contemplação, pra preservação, que investimento é esse que terá... Terá exatamente o que o senhor viu lá, Senador Plínio: nenhuma infraestrutura. O lado mais bonito, que é o Morro de São Jerônimo, você tem que caminhar 11 quilômetros em subida, a pé.

O Governador Mauro Mendes esteve lá, o ano passado, de helicóptero, com a Polícia Militar, vendo alguma situação do parque, desceu lá, tinha três pessoas: um guia e um casal. Isso eram 10 horas da manhã. E o ICMBio fala que têm milhares de pessoas que visitam o parque.

Agora, o que mais impressiona na concessão é o seguinte: sabe o que vai poder ter nessa concessão? Exploração de estacionamento. Restaurantes, lanchonetes, bares e similares dentro do parque de preservação ambiental. Publicidade. Os senhores já imaginaram uma empresa de agrotóxico fazer um painel de propaganda do seu produto dentro do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães? Aí, o que foi respondido pra gente, dentro do Ministério do Meio Ambiente? "Não, nós não vamos autorizar". Mas está no edital, como que você não vai autorizar? Está no edital! Tem hotel que está dentro do edital. Poderá colocar um hotel dentro do parque. "Ah, nós não vamos autorizar". Mas está no edital! Ou seja, então você está enganando quem está participando dessa concessão?

Ó, coloca lá, coloca estacionamento, coloca bar, lanchonete, publicidade, hotel, mas só que nós não vamos autorizar; vamos enganar a pessoa que quer participar dessa concessão. Só pode ser isso! Porque se no edital contempla e você fala para um Governador do estado e para um Senador da República que você não vai autorizar, que engodo que é esse? Que engodo que é esse? Você coloca no edital e fala que não vai cumprir? Vai enganar quem vai participar?

Então, eu não estou entendendo... E nós pedimos, inclusive: quer que retire o projeto de lei? Nós retiramos. Faça a delegação por cinco anos apenas. O Estado de Mato Grosso se propõe a fazer esses 206





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de investimentos, depois de cinco anos nós devolvemos o parque pro Governo Federal e, aí sim, ele faz a concessão pra quem ele bem entender, ou mantenha.

Ah, o problema é que nós temos mais de 60 servidores no parque, que que nós vamos fazer com esses servidores? Foi falada aqui da dificuldade de servidor que tem do ICMBio no Brasil. Ele poderá ser remanejado e prestar um serviço melhor em outros parques de preservação. Então, o problema não é o servidor.

E o que eu gostaria... A pergunta que não quer calar, Presidente Mauro, é justamente o seguinte: por que o ICMBio é contra a estadualização ou a delegação do parque? É por interesse de ONGs, é por outros interesses escusos? Por que, se nós estamos fazendo um investimento pra beneficiar não só a sociedade mato-grossense, mas a sociedade brasileira e o turismo internacional com grandes investimentos, respeitando a preservação, respeitando o meio ambiente, trazendo dignidade pras pessoas que querem visitar o parque, trazendo renda, gerando emprego, gerando impostos, por que o ICMBio é contra? Ou são as ONGs que são contra? Porque o que foi demonstrado aqui, na aprovação do projeto de lei, foi uma articulação grande de ONGs que são contra a estadualização do parque.

Então, eu queria entender, por parte do ICMBio, o motivo de ele ser contra. O que a gente tem escutado é o seguinte: "Ah, o Governo pode investir em outros parques, por que quer investir no parque estadual da Chapada?". Porque nenhum outro parque tem o apelo turístico igual tem o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Então, a gente não entende realmente se o Governo quer que a gente mantenha a preservação desse parque, mantenha realmente a contemplação para as pessoas que querem visitar uma das paisagens mais bonitas do mundo... Por que o Governo é contra? Porque justamente é o contrário: o Governo do estado é que quer empurrar os parques para o Governo Federal; nesse caso é o contrário, como foi a BR-163, que nós assumimos, e como foi a BR-174 também, que o Governo do estado assumiu.

Então, é isso, Presidente Mauro. Eu gostaria de entender realmente qual a posição oficial do ICMBio.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Mauro, xará...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Exatamente. *(Risos.)*

Obrigado pela pergunta.

Sobre esse assunto, eu participei de uma audiência pública aqui, no Senado Federal, há coisa de um mês, dois meses, enfim, mais ou menos nesse período, que foi importante, porque, além do ICMBio, também estava presente o próprio Governador Mauro Mendes; tinha outros representantes... Acho que foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma audiência de altíssimo nível, porque vimos que temos interesses bastante convergentes. E, depois, saímos daqui e fizemos uma reunião lá no Ministério do Meio Ambiente junto com a Ministra Marina. E, nessa ocasião, Senador, eu acho que ficou mais evidente ainda como é possível trabalharmos para melhorar, dar desenvolvimento a toda aquela região.

A Chapada dos Guimarães é muito grande. O parque cobre uma pequena área, pequena mesmo, em torno de 30 mil hectares, se não me falha a memória – 33 mil hectares. E nós vimos, quando a gente começou a olhar a região, que o Governo do estado tem uma área de proteção ambiental no entorno; ele tem uma estrada-parque, que é um dispositivo muito interessante e que, no Brasil, pode ser, inclusive, inovador.

Então, nós saímos de lá com um grupo de trabalho montado – e a primeira reunião vai ser agora, dia 8 de novembro –, exatamente para ver como é que o ICMBio, de um lado, o ministério e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado podem trabalhar para convergir esses interesses naquela região. Creio que é uma forma de cada um ir se somando em vez de subtrair, porque, se se estadualiza, significa que o ICMBio sai daquele local, mas trabalhar em conjunto é uma forma de a gente dinamizar toda aquela região, gerar emprego, gerar renda e também permitir que aquelas pessoas que queiram possam conhecer o Parque Nacional.

Em relação ao processo de concessão, queria deixar claro que é um processo, como o próprio Senador já comentou, que foi aberto no ano passado, e essa gestão manteve a proposta porque não identificou nenhuma irregularidade. Então, como servidor público, a gente segue aquilo que deve: se está o.k., se está correto, se está dentro das normas, nós vamos dar sequência independentemente das diferenças ideológicas, diferenças de signos partidários. Nós estamos trabalhando exatamente para implementar aquilo que a legislação estabelece.

Nesse caso, a licitação seguiu. Houve um erro material no edital, que o próprio Tribunal de Contas da União identificou e obrigou o próprio ICMBio a apresentar um novo edital. Então, o novo edital que está agora no Ibovespa comentado já atende exatamente à própria determinação. Veja que é uma determinação. Então, não havia condições de o ICMBio simplesmente dizer “não, não vamos seguir com esse processo”, porque é uma determinação do Tribunal de Contas, que, vale dizer, avalia, em toda concessão exclusiva de uso público, o Tribunal de Contas faz uma análise prévia daquele edital, exatamente pra verificar se está tudo conforme a legislação, conforme as normas e os procedimentos. Então, é isso que está em curso ou está dentro ainda do prazo pras instituições apresentarem as propostas.

Eu quero crer que o Estado do Mato Grosso também vai concorrer, porque ele concorreu na primeira ocasião, por meio da sua instituição, que é a MTPar, MT Participações, que é uma instituição, uma empresa vinculada ao Estado do Mato Grosso, que, inclusive, foi quem fez uma observação de que havia um erro material no edital. Então, eu acredito que é, inclusive, uma possibilidade de o estado, que tem interesse de fazer esse investimento, investir naquela região, concorrendo pelo uso público.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. Mauro, eu tenho algumas perguntas a fazer, eu sou sempre o último. Tenho algumas perguntas.

Eu tenho aqui algumas matérias de divulgação dando conta de que o Ministério Público Federal já obteve alguma coisa contra o ICMBio. "MPF obtém sentença que obriga ICMBio a promover regularização fundiária do Parque Nacional Grande Sertão Veredas".

Parque Nacional da Lagoa do Peixe: "Por constatar a omissão da Administração Pública, a 9ª vara...". Está aqui...

Tem também, Grande Sertão Veredas, já falei, falta de plano de manejo, morosidade injustificada...

Na ação civil pública ajuizada em dezembro de 2021, o [...] [Ministério Público Federal] ressaltou que, passados mais de 32 anos [mais de 32 anos] da criação do parque, até hoje seu processo de regularização fundiária não foi concluído.

[...]

Plano de manejo [...] também cobrou providências para a atualização do plano de manejo no Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

O Nacional da Serra da Canastra também tem problema. O Parque Nacional de Aparados da Serra tem problema.

E eu vejo que o ICMBio fez uma reunião urgente, não sei se foi de urgência, mas pra nós foi. O ICMBio prepara plano de regularização fundiária de unidades de conservação.

Nós temos uma lei que diz, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 38:

Art. 38. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

O ICMBio está sujeito a essa penalização aqui, porque há anos e anos não cumpre com o seu papel.

O Sr. Mauro está entrando agora, há dois anos, e esta reunião foi feita pra tratar dessas coisas aqui. Não há como a gente não, como CPI... Embora não seja o objeto, não tem como a gente não alegar isto no relatório final: o ICMBio não está cumprindo com o seu papel, está exigindo, está batendo, está espancando, está explorando, está humilhando, mas não cumpre com as suas obrigações, porque nós estamos falando aqui de 30, de 20, de 10 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é culpa do Sr. Mauro. Eu estou falando do ICMBio. O art. 38 da Lei 9.985, de 18 de julho, e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, dizem também: "O órgão fundiário competente, quando solicitado pelo órgão executor, deve apresentar, no prazo de seis meses, a contar da data do pedido, programa de trabalho para atender às demandas de reassentamento das populações tradicionais, com definição de prazos e condições para a sua realização". É o que não está acontecendo. O pessoal está sendo expulso, não está sendo reassentado.

Na própria Chapada dos Guimarães, os que foram expulsos de lá não foram indenizados até hoje.

O senhor tem conhecimento dessa falta de cumprimento da lei?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador, assim, o senhor fez menção aqui a vários dispositivos do Ministério Público. Se eu entendi bem, um deles se refere a uma recomendação, um pedido, enfim, uma solicitação do Ministério Público referente a plano de manejo e regularização fundiária do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Essa é uma atividade em que nós estamos trabalhando exatamente para realizar, a partir de 2024, elaborar o plano de manejo. Na verdade, existe o plano de manejo do Parque Grande Sertão Veredas, mas o parque foi ampliado, e o plano é anterior. Então, é necessário o plano de manejo exatamente para cobrir a área adicional.

Então, é algo que nos preocupa e que queremos realmente enfrentar, porque é importante. Como eu estava comentando antes, o plano de manejo – é assim para qualquer unidade de conservação –, digamos assim, é o documento fundamental, porque é ele que estabelece o zoneamento, ele que estabelece quais são as regras, tudo nasce a partir daquele plano de manejo. Então, é importante, inclusive para fazer o uso público dessa área que é expandida do Parque Grande Sertão Veredas, é essencial a gente ter o plano de manejo, que inclusive vai estabelecer quais são as áreas em que é possível fazer uma determinada atividade...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós estamos falando de quanto tempo?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – O plano de manejo é uma atividade que depende de cada unidade de conservação, Senador. Eu não posso precisar aqui em quanto tempo ficaria pronto esse plano de manejo, porque, além dos estudos, a gente tem que fazer o levantamento mais detalhado dentro do parque, tem que olhar para o entorno dele e, depois disso, tem a fase também de deliberação. Isso vai ser submetido ao conselho do parque. Depois que é aprovado pelo conselho, vem para a sede do instituto, vai para a Procuradoria Federal especializada. Enfim, é um processo meio longo. Agora, o nosso interesse... E nós vamos até procurar o Ministério Público Federal para ele nos apoiar nesse processo, porque, como eu disse, é de nosso total interesse.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas o plano, o plano de ação tem que ser apresentado até em seis meses. Então, todos esses parques, quando se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicita, quando se decreta que é parque, o ICMBio apresenta um plano de ação em seis meses? Tem apresentado esse tempo todo? Porque haja parque, tem mais de 300, e querem mais, mas não tem plano de ação ou, se tem, eu não tenho conhecimento, o plano de manejo, essas coisas todas. Ou seja, o ICMBio não está cumprindo com a legislação, não está cumprindo com o capítulo do reassentamento das populações tradicionais, inclusive que deve indenizar.

No Parque – que a gente acabou de falar aqui com o Senador Mauro – da Chapada dos Guimarães, o pessoal não foi indenizado. A turma lá do Pará, os coitados lá do Pará estão sendo expulsos e não estão nem sendo reassentados. A lei fala em reassentamento. É aquela forma da mão que pune, não é? Punindo sempre.

Aqui, olha, na Estação Ecológica Terra do Meio, em Altarmira, há seis meses, o ICMBio não deixa produtores rurais venderem os seus produtos – é o que diz a denúncia que eu recebi. Na última sexta-feira, o ICMBio publicou no *Diário* a Portaria ICMBio nº 3.522, de 25 de outubro deste ano. Na portaria, o ICMBio determina, entre outras situações, que cada família – essa que foi expulsa – somente pode vender, o que está isolado, somente pode vender dez cabeças de gado nos próximos seis meses – está na portaria, está na portaria –, ou seja, 1,6, Senador Jaime, que entende disso, de cabeça de gado por mês. A família vai matar nem dois bois por mês. Além de limitar o direito de ir e vir das pessoas. Lembrando que lá é uma estação ecológica criada há mais de 18 anos, e até hoje sequer houve o levantamento ocupacional.

Não se cumpre a lei e vão expulsando, com a ajuda da Guarda Nacional. Esse pessoal não teria tanta força se o Judiciário, parte do Judiciário não estivesse mancomunado.

Na Cláusula Sexta dessa portaria... Olha só o que diz aqui: até mesmo o estudo técnico-científico de tal estação ecológica – adivinhe, Senador Mauro – foi elaborado – ganha um prêmio quem acertar – por ISA, Vasco da Gama ou Feira de Santana? Quem foi que planejou essa coisa? Letra "a", ISA, que planejou isso. E diz o seguinte: "Durante os 6 (seis) meses de vigência deste Plano Específico Emergencial, será permitida a retirada/comercialização de 10 (dez) bovinos por ocupação familiar, mediante autorização do ICMBio". Já botou em portaria que só pode 1,6 por dia.

O que é que eu digo para esse pessoal, Sr. Mauro, que fez a denúncia?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, acho que todo brasileiro, todo cidadão tem direito de fazer denúncia baseado em fatos, então acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E de ter resposta das autoridades públicas.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É; o que eu posso dizer é que, nesse caso da estação ecológica, como eu comentava antes, em resposta a uma questão do Senador Zequinha Marinho, ali, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estação Ecológica Terra do Meio é criada numa área que é de terra pública. Quando essa estação ecológica foi criada, de fato havia algumas famílias lá naquela região e que não eram famílias tradicionais, eram, digamos assim, pessoas que vieram de outro local. Acontece que esse número de famílias foi crescendo ao longo do tempo, e ao mesmo tempo também foram crescendo as dificuldades de gestão daquela área. Então, esse plano de emergência foi feito exatamente para permitir que aquelas pessoas que habitam aquela região tenham condições mínimas de fazer a extração do gado, *motu proprio*, de sua livre vontade, para inclusive auferir recursos para a sua sobrevivência.

O plano é emergencial, é voltado exatamente para esses próximos meses, não é uma coisa permanente, porque a legislação não dá nenhum instrumento para esse tipo de caso. A legislação, como diz aqui ou foi comentado, diz o seguinte: num parque nacional, portanto uma área de proteção integral que tem população tradicional, é necessário – esse é o texto da lei; eu não estou dizendo que concordo com isso ou não –, a lei diz que é necessário fazer o reassentamento. E o órgão fundiário tem até seis meses para apresentar essa proposta de reassentamento. Foi isso que aconteceu, por exemplo, no Parque Grande Sertão Veredas.

As famílias foram reassentadas no entorno, por meio de um assentamento – São Francisco, se não me engano o nome –, mas isso há 20 anos ou pouco mais do que isso. Então, nesse caso, já vem cumprindo.

Então, eu diria o seguinte: o Ministério Público Federal é um órgão que está sempre olhando exatamente para as atribuições do instituto. Para nós, é muito natural, é importante, inclusive, esse trabalho, porque nos ajuda a verificar a observância, verificar se as normas estão sendo seguidas e inclusive fazer avançar na consolidação das unidades. Eu entendo que, quando o Ministério Público Federal pede a regularização fundiária de uma unidade, nada mais é do que o pedido para que aquela unidade seja consolidada. Então, esse é o nosso total interesse, e a gente trabalha exatamente para cumprir com esses compromissos.

Como eu disse, nós temos... Isso não quer dizer que a gente tenha todos os elementos, a tempo e a hora, para atender a todas as necessidades, mas o compromisso é exatamente de avançar nesse tipo de agenda.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Diante desses problemas de que a gente está falando aqui – eu falo do não cumprimento, o senhor fala da dificuldade –, a pergunta é: o ICMBio pretende apresentar estudos para a criação de novas unidades de conservação no atual Governo?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, muito obrigado por essa pergunta, porque ela permite esclarecer um pouco do trabalho que o ICMBio realiza.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a gente comentou sobre a Lei 9.985, de 2000, ela diz lá que um dos processos relacionados à unidade de conservação trata da criação. No caso do ICMBio, a lei que o criou diz que ele é o responsável por elaborar os estudos, para apresentar os estudos relativos a uma unidade de conservação. Então, quando o ICMBio olha para o território, ele olha a partir dessa sua atribuição. Agora, de onde vêm essas orientações? Essas orientações de criação de UC vem de cada Governo. Por exemplo, aquelas sobre as quais o Senador Hiran estava comentando foram unidades de conservação que estavam prontas para serem criadas. Infelizmente, não o foram, e, agora, nessa nova gestão, foram retomadas e foram criadas. Então, nós temos vários outros processos. A criação é um processo longo, não é algo que dependa, digamos assim, exclusivamente do instituto. Têm que ser feitas consultas, tem que se saber quais são os atributos, tem que se saber quais são as prioridades, porque é uma das atividades.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, não tem ideia de quantas – não tem ideia de quantas...

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Eu não tenho condições de responder para o senhor agora quantas unidades serão criadas, até porque, veja o senhor, o ICMBio realiza todo o processo, mas o ICMBio não é o órgão que cria a unidade de conservação. Essa é uma decisão do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas dá para se ter uma ideia de qual é a quantidade ou do percentual de unidades de conservação totalmente consolidadas? Eu falo totalmente consolidadas com a regularização fundiária finalizada dessas áreas de que a gente está falando, dessas de que é expulsa gente, dessas que estão totalmente dominadas. Dá para saber qual é o percentual dessas trezentas e poucas que estão definitivamente consolidadas, ou seja, legais?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Então, Senador, nós temos 336 unidades de conservação. Dessas 336, nem todas são de domínio público. Muitas, por exemplo, as áreas de proteção ambiental, são de domínio privado; pode ser público, mas, em geral, é de domínio privado. É o caso, por exemplo, aqui do entorno de Brasília.

Então, a consolidação de uma unidade como essa é diferente: ela não implica reassentamento, ela não implica desapropriação etc. Então, esse é o caso.

No que se refere à unidade de conservação de domínio público, aí, sim, tem um processo. Em muitas das áreas, nós vimos, nós temos um levantamento que mostra que a maior parte das terras dentro das unidades de conservação federais, das 336, pertence ao poder público, ou federal ou estadual ou, em pouquíssimos casos, municipal. E, em alguns casos, tem – aí, sim, de fato, é verdade – propriedades privadas. A essas que são de propriedade privada, a lei – o senhor acabou de comentar aqui um trecho do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispositivo – estabelece qual é a norma, qual é a regra para fazer a indenização e a desapropriação, e é esse o procedimento que é seguido.

Como eu disse, tudo que se refere à terra no Brasil é um trabalho bastante cauteloso, é um trabalho que exige ir aos cartórios, verificar a cadeia dominial, enfim, daquele imóvel, tem que ir a campo verificar se aquele título se refere exatamente a um determinado território. Enfim é um trabalho longo que precisa ser feito e vem sendo feito, e a gente tem avançado nesse trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se o ICMBio não cumpre – e eu já li aqui o art. 39 do Decreto 4.340, 2002, que dá tempo a que o ICMBio cumpra, para fazer o termo de compromisso com os moradores de unidade –, já que não faz isso, não tem como flexibilizar a vida dessa gente, amenizar o sofrimento dessa gente, dessa gente que está sem casa, sem teto, sem chão, sem origem, sem destino? Não tem como?

Por exemplo, o que leva o ICMBio a achar que 1,6 cabeça de gado...? É por semana ou por mês?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por mês.

O que leva...? Que diabo de cálculo é esse que diz que não: que dá é 1,6, não dá 2, não dá 3, não dá 5? Quem é que calcula isso?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, o senhor deve estar se referindo ao plano emergencial lá da Terra do Meio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, ao que diz que a família só pode matar 1,6 cabeça de gado por mês.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É porque é feito um cálculo levando em conta o período de seis meses, e isso é dividido por número de cabeças de gado. E, assim como acontece na agropecuária, às vezes o número sai dessa forma dividida, mas esse é o número, digamos assim, em razão do número de família vezes meses, vezes a quantidade de cabeças de gado.

Mas eu acho que o ponto fundamental que me parece necessário a gente discutir é que o interesse do instituto – é o nosso interesse – é o de trabalhar para a consolidação dessas unidades para que elas cumpram as suas atribuições. Então, no que se refere à reserva extrativista, à estação ecológica, ao parque nacional, cada um deles tem um tipo diferente de objetivo, e o ICMBio tem que olhar para todos eles, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente faz isso com o nosso trabalho. Evidentemente, como eu disse, há muitas dificuldades, muitos desafios que devem ser enfrentados no seu dia a dia, mas o propósito é de trabalhar para melhorar as condições de vida de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então é nesse sentido que eu encerro.

E pedindo e recomendando não adianta, não é? A gente não tem como contornar, como juntar as duas visões de mundo. Todos que sentam a esta mesa têm uma visão completamente diferente. Eu nem vou fazer pedido nenhum para que leve em consideração o ser humano também. A Senadora Damares já saiu daqui sensibilizada, porque a gente fala, fala, fala, mas o ser humano é que se lixe. Até agora eu não tenho recado para a D. Rosângela, até agora eu não tenho recado para os pais que tiveram a ponte... Mostre enquanto eu falo, mostre a ponte serrada aí, a foto. A ponte serrada lá na reserva extrativista, para que as crianças não atravessem, para contornar 20km. Está aí, o ICMBio fez isso aí, derrubou a ponte construída pelos pais dos alunos para encurtar o caminho.

Foi lá e cortou. "Ah, era um agente que puxou a arma...". É o ICMBio.

Então, eu agradeço sua presença... Não tem como a gente conciliar, né?

Eu agradeço o senhor ter vindo, sua boa vontade, espero que o senhor tenha sido bem tratado, que o nosso objetivo aqui é esse, mas não tem como, são dois mundos diferentes. A gente faz uma pergunta, a resposta é do outro mundo. Aí ele responde, a pergunta é do outro mundo. Então, a gente estava habitando dois mundos paralelos, o mundo das ONGs e o mundo da realidade, e a gente vai assim, pegando as perguntas, o Senador Jaime colocar no relatório nossas observações.

Tem uma característica: todos que sentam aqui têm um mundo diferente. Fica patente isso. O meu mundo é outro. O mundo que eu habitei e que eu habito é outro totalmente diferente. É aquele da D. Rosângela, é aquele do Romário, é aquele do meu pessoal, lá do Beiradão de... Esse é o mundo que a gente habita. É aquele que foi expulso, e não foi indenizado; é aquele que tem a cabeça de gado confiscada – tem um vídeo aí, o cara levando lá 20, 30 cabeças de gado pra doar pros vizinhos, porque ele não tem pra onde levar –; da pessoa lá de Autazes que foi expulsa com um título de 1904... Aí já e outra área, não tem nada a ver com o ICMBio, mas tem com ONGs.

Então, é esse o mundo que a gente habita, e a CPI veio pra isso.

O Senador Jaime tem uma participação grande na instalação da CPI.

Vamos continuar trazendo. Nós vamos trazer aqui a Ministra do Meio Ambiente, nós vamos trazer aqui o ISA e nós vamos, ainda, fazer uma diligência, talvez no Pará, em Tapajós. Nós vamos enveredar já, nessa reta final, sempre buscando a transparência...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse ao Seu Mauro, nada aqui é pessoal.

No final, Mauro, a gente vai apresentar leis, projetos de lei, de resolução, pra dar clareza, pra ajudar, quem sabe, o ICMBio a ser mais humano, a olhar mais o lado da pessoa.

Quanto à visita, na denúncia que vamos levar contra o ICMBio à Procuradora-Geral da República, nós decidimos aqui... Depois de dois dias não consegui conversar com ela, e nós decidimos aqui chamá-la, mas, antes que a gente fizesse isso, que fosse publicado, ela entrou em contato conosco, dizendo que foi um mal-entendido, e nós marcamos uma audiência com ela hoje, às 3h da tarde. Nós vamos lá entregar a audiência, pedindo punição ao ICMBio por maus-tratos e infringir várias leis, inclusive o regime de escravidão. E vamos ver se acata ou não.

É, Seu Mauro, o ICMBio fazendo o papel de ICMBio e nós fazendo o papel de Senador, que é o que nos cumpre fazer.

Nada mais a votar, eu coloco em votação as Atas da 22ª, 23ª e 24ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

E outra coisa: lá, na visita aos índios parecis, ficou claro, patente a diferença entre etnias indígenas tuteladas por ONGs e indígenas não tuteladas. Foi grande. E esse exemplo dos parecis será levado principalmente a nós, da Amazônia. Vou estar em contato, pra que eles ensinem, mostrem o caminho pros nossos indígenas lá da Amazônia, pra se libertarem de vez das amarras, dos cadeados que as ONGs nos impõem.



Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Fiquem todos em paz, a paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 50 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

